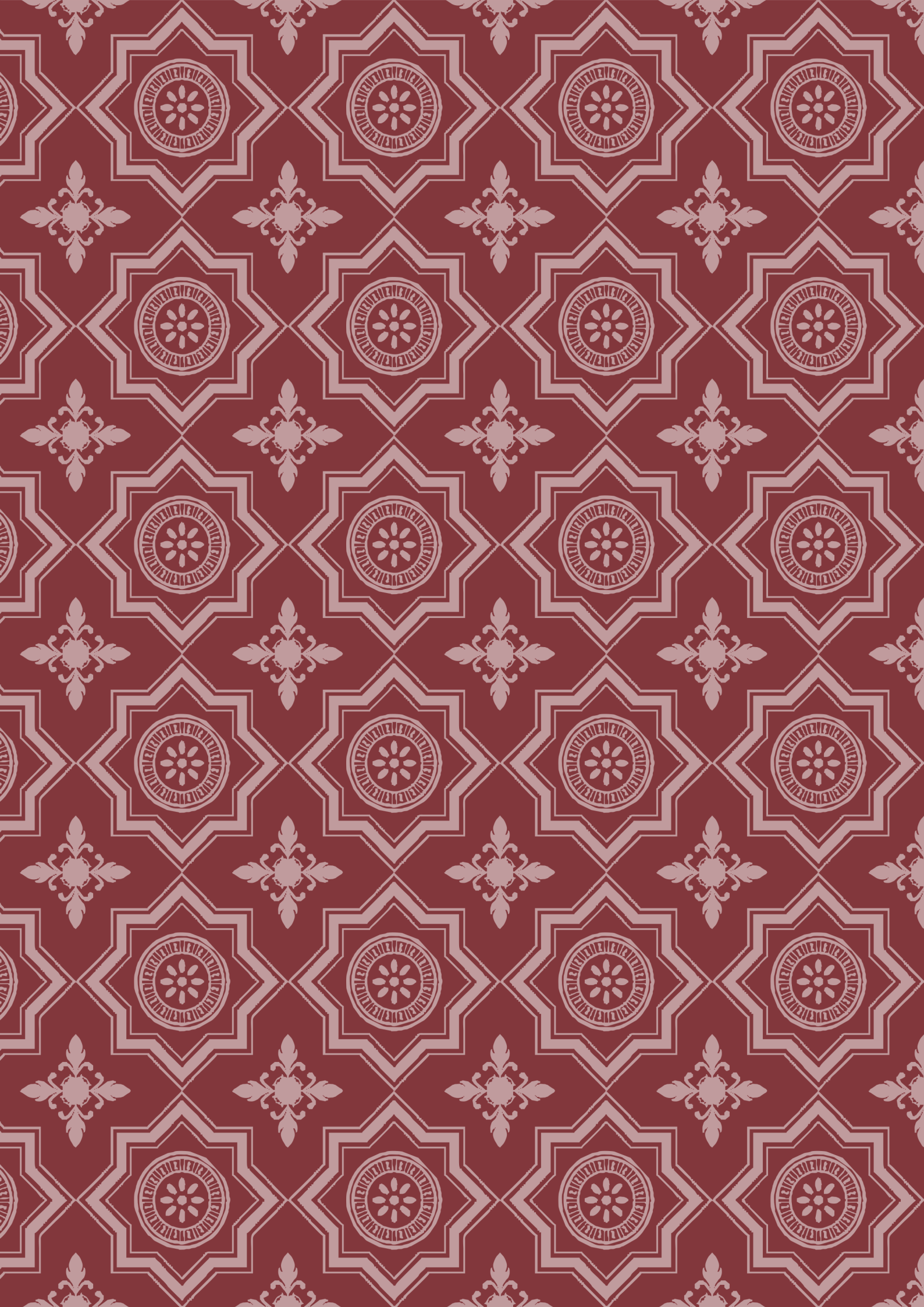
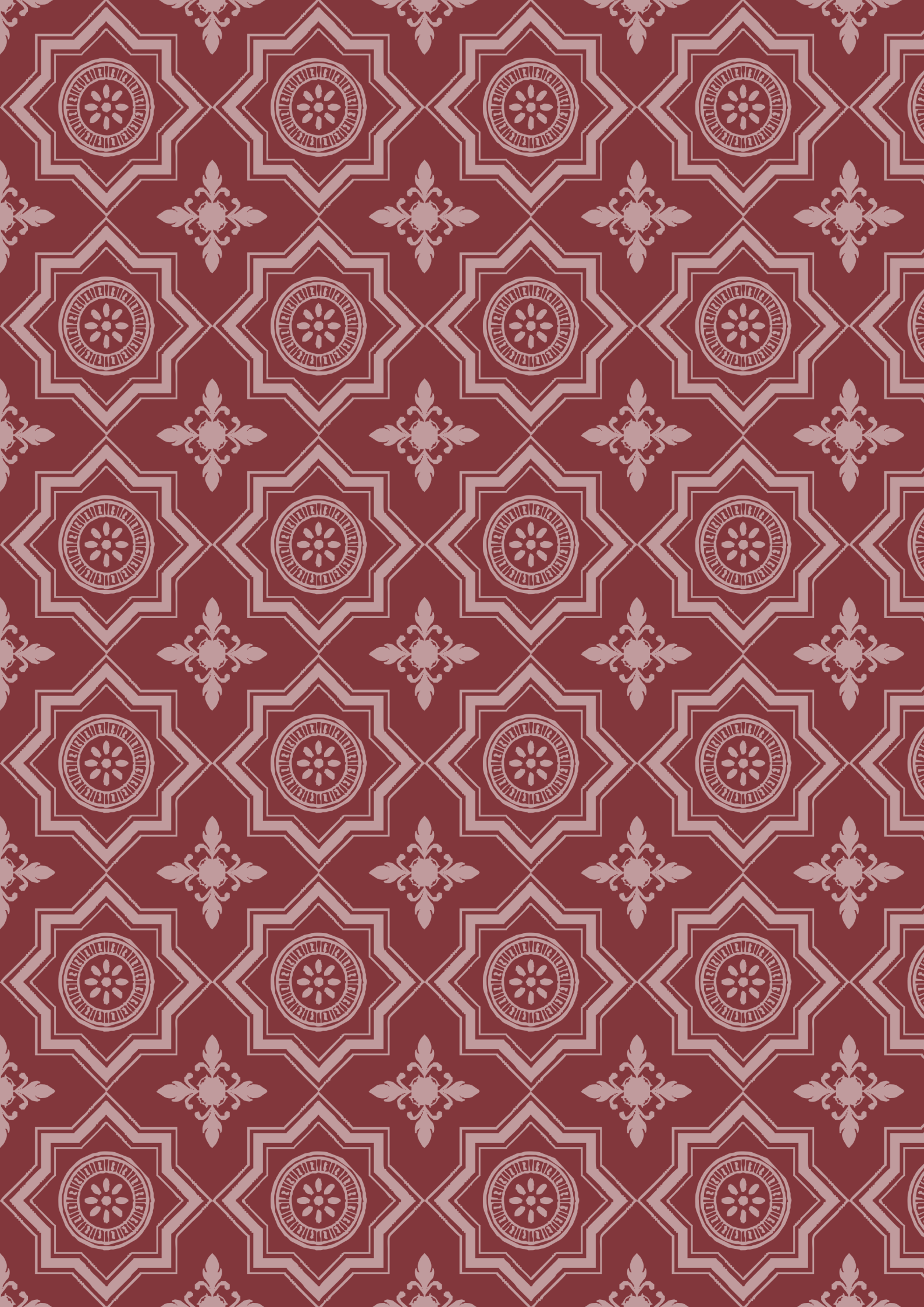
Dimensões materiais e memoriais do passado colonial paulista

MARIA APARECIDA DE MENEZES BORREGO

MUSEU PAULISTA – USP

USP





Dimensões materiais e memoriais do passado colonial paulista

MUSEU PAULISTA – USP

USP

Universidade de São Paulo
Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Museu Paulista
Diretor: Paulo César Garcez Marins
Vice-diretora: Maria Aparecida de Menezes Borrego

Maria Aparecida de Menezes Borrego

Dimensões materiais e memoriais do passado colonial paulista

Esta obra foi produzida no âmbito do Edital 2024 de Apoio à Publicação de Livros Digitais da USP da Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais ABCD.

Copyright © 2025 by Maria Aparecida de Menezes Borrego

B743 Borrego, Maria Aparecida de Menezes

Dimensões materiais e memoriais do passado colonial paulista. / Maria Aparecida de Menezes Borrego. – São Paulo : Museu Paulista, 2025.
410p.

ISBN: 978-85-89364-18-8

DOI: 10.11606/9788589364188

1. São Paulo - história. 2. Monções. 3. Memória. 4. Museus. I. Borrego, Maria Aparecida de Menezes. II. Título

CDD 740

Bibliotecária responsável: Hálida Fernandes CRB-8/756

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

Todos os esforços foram feitos no sentido de localizar e contatar os herdeiros dos artistas citados na publicação e detentores dos direitos autorais das imagens aqui publicadas. Colocamo-nos à disposição para qualquer correção ou complementação de créditos que se façam necessários.

Para André

Sumário

Índice de figuras **13**

Índice de quadros **19**

Siglas **21**

Introdução **23**

Parte I: Comércio e domesticidade em São Paulo colonial **39**

Capítulo 1: Dinâmica mercantil e espaço doméstico 41

Capítulo 2: Artefatos e práticas sociais em torno das refeições 73

Capítulo 3: Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista 99

Parte II: Negócios e espacialidade na capitania de São Paulo **121**

Capítulo 4: Atividades comerciais e configuração territorial 123

Capítulo 5: Os usos dos livros em demandas coloniais 151

Parte III: Representações visuais sobre o passado paulista **183**

Capítulo 6: Um monumento para as monções 185

Capítulo 7: As viagens fluviais em exposição 203

Parte IV: Narrativas monçoeiras e cultura escrita **275**

Capítulo 8: Afonso Taunay e a divulgação de relatos monçoeiros 277

Capítulo 9: Uma relação de viagem em manuscritos e impressos 307

Conclusão **341**

Fontes e Bibliografia **349**

Agradecimentos **403**

Índice de figuras

Figura 1: Planta da Cidade de S. Paulo, [1807]. 42

Figura 2: Cadeira: cadeira de sola. Madeira, couro e metal, século XVII. 50

Figura 3: Mesa: bufete. Madeira e metal, século XVIII. 59

Figura 4: Leito: cama. Madeira e tecido, século XVIII. A 63

Figura 5: Militão Augusto de Azevedo, Rua do Ouvidor, 1862/63. 78

Figura 6: Sofá tipo cadeiral. Madeira, palhinha e metal, século XIX. 81

Figura 7: Cadeira: cadeira de sola. Madeira, couro e metal, século XIX. 86

Figura 8: Cadeira. Madeira e couro, século XIX. 87

Figura 9: Cadeira. Madeira, palhinha e metal, século XIX. 89

Figura 10: Mesa: console. Madeira, palhinha e metal, século XIX. 91

Figura 11: Exposição De pratos, elixires e urinóis no Brasil do século XIX, MI-MP-USP, 2011. 95

Figura 12: Arca: canastra. Madeira, couro e metal, século XIX. 103

Figura 13: Vista da exposição dedicada a instrumentos de mineração e objetos de tropeirismo, Museu Paulista – USP, São Paulo, 2011. 103

Figura 14: Jean-Baptiste Debret, Acampamento noturno de viajantes, 1835. 104

Figura 15: Arca. Madeira e metal, século XVIII. 106

Figura 16: Arca. Madeira e metal, século XVIII. 106

Figura 17: Arca, da obra *Vida e morte do bandeirante*. 115

Figura 18: Catálogo de móveis e alfaias da Casa do Bandeirante. 117

Figura 19: Mapa atual com rios e cidades da rota das monções e do extremo oeste colonia. 136

Figura 20: Detalhe da porção de terra existente entre os rios Jauru e Guaporé. 136

Figura 21: Mapa anexo ao *Projecto da Abertura do caminho de terra* (...) – "Manuscrito 43" – BMA. 137

Figura 22: Folha de rosto do *Projecto da Abertura do caminho de terra* (...) – "Manuscrito 43" – BMA.. 141

Figura 23: Capa do códice "Manuscrito 43" – BMA. 142

Figura 24: Página inicial do códice "Manuscrito 43" – BMA. 143

Figura 25: *Mapa geográfico do Rio da Madeira* (...) – "Manuscrito 43" – BMA. 146

Figura 26: Pousos na *Demonstração do Rio Madeira em Mato Grosso até o Rio Guaporé, em Cuiabá*, "Manuscrito 43" – BMA. 147

Figura 27: Marca d'água do papel utilizado no fl. 93 ms. 296 – BPMP. 159

Figura 28: Partes constituintes do requerimento, ms. 296 – BPMP. 161

Figura 29: Citação de obra no fl. 84r., ms. 296 – BPMP. 173

Figura 30: *Monumento às Monções*, Amadeu Zani, 1920. 189

Figura 31: Detalhe das escrituras expostas no *Monumento às Monções*. 191

Figura 32: Baixo-relevo em bronze baseado na aquarela de Hercule Florence, *Partida de uma expedição mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*, 1826. 196

Figura 33: *Benção das canoas*, Aurélio Zimmermann, 1920. 196

Figura 34: Baixo-relevo em bronze baseado na aquarela de Aimé-Adrien Taunay, *A partida da Expedição Langsdorff, no Rio Tietê*, 1825. 197

Figura 35: *Partida de Porto Feliz*, Oscar Pereira da Silva, 1919. 197

Figura 36: Baixo-relevo em bronze baseado na tela de Almeida Júnior, *Partida da monção*, 1897. 198

Figura 37: *Partida da monção,* José Ferraz de Almeida Júnior, 1897. 198

Figura 38: Placa informativa no Parque das Monções, Porto Feliz – SP, 2019. 202

Figura 39: Beque de proa de canoão, sem data. 208

Figura 40: Marcas de escavação com enxó de lâmina curta no beque de proa. 211

Figura 41: Beque de proa do canoão, MI-MP-USP, década de 1920. 213

Figura 42: Vista da sala A-12, MI-MP-USP, 1922. 216

Figura 43: Outra vista da sala A-12, MI-MP-USP, 1922. 216

Figura 44: Tela de João Baptista da Costa, na sala A-12, MI-MP-USP, déc. 1920. 218

Figura 45: Tela de Oscar Pereira da Silva, na sala A-12, MI-MP-USP, déc. 1920. 219

Figura 46: Vista da sala A-9, MI-MP-USP, década de 1930. 220

Figura 47: Outra vista da sala A-9. Década de 1930. 221

Figura 48: Vista 1 da sala B-4. Década de 1940. 226

Figura 49: Vista 2 da sala B-4. Década de 1940. 226

Figura 50: Vista 3 da sala B-4. Década de 1940. 227

Figura 51: Oscar Pereira da Silva. *Hercules Florence*, 1922. 228

Figura 52: Oscar Pereira da Silva. *Carga de canoas*, 1920. 228

Figura 53: Oscar Pereira da Silva. *9º Encontro de monções no sertão*, 1920. 229

Figura 54: Oscar Pereira da Silva. *Partida de Porto Feliz*, 1920. 229

Figura 55: Aurélio Zimmermann. *Benção das canoas*, 1919 230

Figura 56: Aurélio Zimmermann. *Pouso no sertão – Queimada, 1826*, 1919. 230

Figura 57: Adrien van Emelen. *Caboclas no sertão de Tietê*, 1921. 232

Figura 58: Adrien van Emelen. *Velho centenário de Porto Feliz*, 1921. 233

Figura 59: Niccoló Petrilli. *Mulheres do povo em Porto Feliz, 1826*, 1920. 234

Figura 60: Hercule Florence. *L'Ami des Arts livré à lui-même*, 1837-1859. 235

Figura 61: Niccoló Petrilli. *Dama de Porto Feliz com mucama*, 1920. 236

Figura 62: Niccoló Petrilli. *Índio civilizado de Porto Feliz*, 1920. 237

Figura 63: Niccoló Petrilli. *Família Álvares Machado*, 1920. 238

Figura 64: José Domingues dos Santos Filho. Álvares Machado e sua família (segundo original de Hercules Florence), 1918. 238

Figura 65: Nair Opromolla. *Monstro do mar*, sem data. 241

Figura 66: Nair Opromolla. *O monstro fluvial Piracangava*, 1943. 241

Figura 67: Nair Opromolla. *Canoa fantasma no rio Tietê*, 1943. 242

Figura 68: Silvio Alves. *Vista da Porto Feliz, 1826*, 1943. 244

Figura 69: Silvio Alves. *Porto Feliz*, 1943. 245

Figura 70: Silvio Alves. *Sítio do Capitão José Manoel, Porto Feliz, 1839*, 1943. 246

Figura 71: Miguel Arcanjo Benício Dutra. *Sítio do Capitão José Manuel abaixo do Porto Feliz*, 1839. 246

Figura 72: Zilda Pereira. Desencalhe de canoa, 1826, 1943. 247

Figura 73: Zilda Pereira. *Pouso de monção à margem do Tietê, 1826*, 1943. 248

Figura 74: Zilda Pereira. *Vista de Camapuã, 1826*, 1943. 249

Figura 75: Zilda Pereira. *Pirapora de Curuçá,1826 (Hoje Tietê)*, 1943. 249

Figura 76: *Mappa do Continente das Capitanias do Mato Grosso, de Goyaz, e de S. Paulo [...]* – Mapa 137, Coleção Taunay. 250

Figura 77: Vista do saguão e da escadaria do MRCI-MP-USP.. 253

Figura 78: Antonio Luiz Gagni. *Os irmãos João e Lourenço Leme da Silva no varadouro de Camapuan (1720)*, década de 1740. 255

Figura 79: Hercule Florence. “Vista de Camapuã”. 257

Figura 80: Aimé-Adrien Taunay. *A partida da Expedição Langsdorff, no Rio Tietê*, 1825. 258

Figura 81: Antonio Luiz Gagni. *Partida da Ararytaguaba da monção fundadora do Presídio de Iguatemy sob o comando de João Martins de Barros – 28 de julho de 1767*, década de 1940. 258

Figura 82: Antonio Luiz Gagni. *Arrombamento da casa dos irmãos Leme pelo Ouvidor Godinho Manso e Sebastião Fernandes do Rego (1723)*, década de 1940. 260

Figura 83: Antonio Luiz Gagni. *Derrota dos Payaguás no ataque feito á monção de Jeronymo Gonçalves Meira (janeiro de 1740)*, década de 1940. 261

Figura 84: Antonio Luiz Gagni. *Morte heroica de Miguel Antunes Maciel e Antonio Antunes Lobo defendendo dos Payaguás a sua monção*, década de 1940. 262

Figura 85: Antonio Luiz Gagni. Gibão de armas, sobreposto a escopeta e ao machado, década de 1940. 264

Figura 86: Vista parcial da sala Caminhos e caminhantes, década de 2000. 269

Figura 87: Vista parcial do peristilo do Museu Paulista, 2010. 270

Figura 88: *Exposição Viagens fluviais*, MRCI-MP-USP, 2017. 271

Figuras 89: *Exposição Viagens fluviais*, MRCI-MP-USP, 2017. 272

Figuras 90: *Exposição Viagens fluviais*, MRCI-MP-USP, 2017. 273

Figuras 91 e 92: Capa e selo da coleção da 1ª edição de *Relatos monçoeiros*. 281

Figuras 93 e 94: Estampas de *Vida e Morte do Bandeirante*. 282

Figura 95: Brasões desenhados por José Wasth Rodrigues. 282

Figura 96: Bandeira: estandarte da Câmara Municipal de São Paulo. 283

Figuras 97 e 98: Panóplia bandeirante por José Wasth Rodrigues em *Vida e morte do bandeirante* (1943) e na contracapa de *Relatos monçoeiros* (1953). 284

Figura 99**:** Divisão interna de *Relatos monçoeiros* (1953). 286

Figuras 100, 101, 102, 103: Sequência de artigos no *Jornal do Commercio.* 293

Figura 104: Inscrições à tinta em um dos fólios iniciais de *Recopilação de Noticias da capitania de S. Paolo*. 323

Figura 105: Inscrições a lápis em um dos fólios iniciais de *Recopilação de Noticias da capitania de S. Paolo*. 324

Figura 106: Trajetória histórica da transmissão da *Relação da viagem*. 327

Figura 107: Iniciais C L em crayon azul no início da *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paolo*. 334

Índice de quadros

Quadro 1: Descrição de caixas em inventários abertos em São Paulo entre 1740 e 1840 108

Quadro 2: Distribuição das peças de mobiliário de guarda em inventários abertos em São Paulo entre 1740 e 1840 111

Quadro 3: Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e em Notícia e justificação 174

Quadro 4: Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e no *Anno histórico* *176*

Quadro 5: Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e em *Notícias curiosas* *177*

Quadro 6: Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e nas obras do padre Antônio Vieira 179

Siglas

ACL – Academia das Ciências de Lisboa

ACM-SP – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

AGI – Archivo General de Indias

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

APMP – Arquivo Permanente do Museu Paulista

APMT – Arquivo Público do Estado do Mato Grosso

ATJSP – Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

BMA – Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade

BNB – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPE – Biblioteca Pública de Évora

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

FMP – Fundo Museu Paulista

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

MHN – Museu Histórico Nacional

MI – Museu do Ipiranga

MP – Museu Paulista

MRCI – Museu Republicano “Convenção de Itu”

SIARQ-UNICAMP – Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas

Introdução

Os nove capítulos aqui apresentados correspondem às pesquisas realizadas durante minha trajetória acadêmica desde 2007, primeiramente como pós-doutoranda no Museu Paulista e, depois, como docente da instituição e supervisora técnico-científica do Museu Republicano "Convenção de Itu". Ao longo desse período, meus interesses dirigiram-se, a um só tempo, ao estudo das dinâmicas socioeconômicas ocorridas na cidade de São Paulo e no oeste da capitania no decurso do século XVIII e aos processos de (re)criação desse passado colonial em diversos suportes nos séculos seguintes.

Os resultados alcançados em várias frentes de investigação acabaram por fornecer subsídios para conformar a tese de que os comerciantes desempenharam um papel ativo no desenvolvimento da capital paulista e na configuração territorial da América portuguesa no decorrer do setecentos, contudo, tiveram sua atuação obscurecida, sobretudo na primeira metade do século XX, por meio de práticas memoriais que insistiam em associá-los aos bandeirantes.

Atraídos pelas descobertas auríferas nas Minas Gerais, em Cuiabá e em Goiás, milhares de reinóis atravessaram o Atlântico, fixaram residência e se envolveram em negócios em várias localidades da capitania de São Paulo. Os comerciantes atuaram em redes de abastecimento e de concessão de crédito que articulavam o centro sul da América portuguesa e a metrópole, intensificadas pelas políticas de incentivo às exportações agrícolas iniciadas no governo do morgado de Mateus (1765-1775) e pela vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808.

Os estabelecimentos comerciais e as atividades econômicas provocaram mudanças na paisagem física e humana da cidade de São Paulo e suas cercanias. Na década de 1760, o centro da capital era formado por cerca de dez ruas, articuladas por becos e travessas, pelos mais destacados templos e seus largos, e pelos pátios do Colégio e da Sé.[1] Decorrido quase meio século, segundo dados da décima urbana de 1809, a estreita colina – área efetivamente urbanizada –, delimitada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, com pouquíssimas ramificações na várzea, compunha-se de um total de 34 ruas, um beco e quatro largos, sendo os comerciantes os detentores dos maiores patrimônios imobiliários da cidade.[2]

No intervalo temporal compreendido entre 1765 e 1820, é possível, portanto, observar o crescimento espacial do centro da urbe e a contribuição significativa do grupo mercantil para produção de boa parte do tecido urbano de São Paulo, que teve sua população duplicada no período, passando de 28 mil para 62 mil habitantes.[3] Longe da imagem de uma cidade isolada, pobre e decadente, as fontes têm evidenciado que a

1 LEMOS, Carlos. A. C. Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais. In: FERNANDES, Paula P. (org.). *História da Cidade de São Paulo*, 1: A cidade colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 165.

2 BUENO, Beatriz Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na décima urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material.* São Paulo, v. 13, n. 1, p. 66, 76, 79, jan.-jun. 2005.

3 MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700-1836.* São Paulo: Hucitec/ Edusp, 2000.

São Paulo setecentista estava conectada, por meio do comércio, a outras regiões coloniais desde as primeiras décadas da centúria, entre as quais as minas de Cuiabá e as de Mato Grosso, acessadas através das vias fluviais.[4]

A rota ordinária das monções tornou-se regular partir dos anos de 1720 com o descobrimento do ouro nos barrancos do rio Coxipó e outros afluentes do rio Cuiabá, e compôs uma rede de "estradas móveis"[5] utilizada para o abastecimento das populações, fundação de vilas, povoamento do território e busca de metais preciosos, situação que perdurou até os primeiros anos do século XIX. Muitos comerciantes estabelecidos na capital participaram ativamente das expedições fluviais; outros se deslocaram para aquelas minas e lá permaneceram. Por meio de seus negócios e de suas demandas, acabaram por ampliar o conhecimento da Coroa a respeito do território que se estava devassando na porção ocidental da capitania de São Paulo.

Os agentes mercantis já haviam sido alvos de minha tese de doutorado.[6] Se, naquele trabalho, analisei a articulação entre negócios e ocupação de postos em órgãos de poder local em São Paulo setecentista como estratégia para reconhecimento social na colônia e no próprio império português, nas pesquisas posteriores – cujos resultados são aqui apresentados –, as reflexões recaíram sobre a dimensão material da sociedade colonial em São Paulo, sobretudo a do grupo comercial, inscrita nos ambientes domésticos, nas expedições monçoeiras e na ocupação do oeste da capitania.

Não há dúvida de que o Museu Paulista, como lugar social, sede das investigações desde o pós-doutorado, foi responsável pela guinada de minhas próprias abordagens históricas sobre as realidades sociais, procurando, a partir de então, perceber as ações humanas intermediadas pelos espaços e artefatos. Tal como proposto por Michel de Certeau, ao refletir sobre a operação historiográfica, o lugar social é aqui concebido como um lugar de produção de conhecimento em articulação com práticas historiográficas definidas por métodos e escritas.[7] No caso do museu, esse lugar se conforma a partir da gestão de Ulpiano Bezerra de Meneses (1989-1993), quando a cultura material foi assumida como área de concentração para as análises desenvolvidas em três grandes linhas de pesquisa – Cotidiano e Sociedade, Universo do Trabalho e História do Imaginário – ainda hoje norteadoras dos trabalhos na instituição.

---

4 A rota ordinária das expedições fluviais se realizava entre Araritaguaba – atual Porto Feliz – e Cuiabá – Mato Grosso, os rios Tietê, Paraná e Pardo; travessia terrestre pelo varadouro de Camapuã; retorno ao caminho fluvial pelas águas do Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos (atual São Lourenço e Cuiabá).

5 Termo cunhado por Sérgio Buarque de Holanda para se referir aos rios do itinerário monçoeiro. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4ª ed. Organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 107-141.

6 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil*: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda Editorial/ Fapesp, 2010.

7 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66-75. Ao tomá-lo como lugar social, não o considerei como lugar que aprisiona modos de fazer História, mas como referencial para novas escritas da História.

Em clássico artigo sobre "A cultura material no estudo das sociedades antigas", publicado na *Revista de História*, em 1983, Meneses afirmou que entendia cultura material como o "segmento do meio físico socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico segundo propósitos e normas culturais".[8] Conforme esse enquadramento, os artefatos – que constituem o principal contingente da cultura material – foram considerados como produtos do trabalho humano e vetores de relações sociais.

Passados 25 anos, no prefácio do livro *Gênero e artefato*, de Vânia Carneiro de Carvalho, o historiador comentou que estudos recentes de cultura material buscavam "definir a capacidade, presente nos artefatos, de agir, de produzir efeitos: os artefatos também nos moldam; não apenas nos expressam, mas, igualmente, de formas e em graus variados, nos constituem".[9] Reflexão extremamente significativa em seus escritos, pois revela a incorporação de um novo elemento chave para a definição do papel do artefato. Agora não mais tomado apenas como produto e vetor das relações sociais, mas também como produtor de seres sociais,[10] e, assim, como conformador de práticas sociais.

A concepção da cultura material enquanto segmento do meio físico socialmente apropriado pelo homem rejeita a noção dos objetos como relíquias, fetiches, uma vez que os artefatos não são intrínseca e atemporalmente históricos. A historicidade lhes é atribuída por um sujeito externo, ou seja, é a operação historiográfica – de ordem cognitiva e não ideológica – que transforma o objeto, como suporte de informação, em documento.[11]

Se a pesquisa se desenvolver num museu histórico – conforme as investigações dessa obra –, Meneses sugere uma problemática que possa ser montada com objetos materiais e que necessariamente diga respeito a problemas históricos, ou seja, a problemas que se relacionem à dinâmica da vida das sociedades,[12] uma vez que "os artefatos não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma socieda-

---

8 MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 112, 1983.

9 Idem. Prefácio. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato*: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp, 2008, p. 12. As correntes a que o autor faz menção são capitaneadas, na Inglaterra, por Daniel Miller e, na França, por Jean-Pierre Warnier e Bruno Latour.

10 Em suas próprias palavras "O artefato, desse modo, é, ao mesmo tempo, produto e vetor das relações sociais que seus fabricantes e usuários estabelecem em sociedade e, ainda, produtor de seres sociais". Cf. Ibidem, p. 12-13.

11 "É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há porque o museu deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica". Cf. Idem. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 21, jan./dez. 1994.

12 Ibidem, p. 17.

de".[13] Estudando a trajetória dos objetos em instituições museológicas, o historiador da ciência Samuel Alberti igualmente assevera que "We are looking from the standpoint of the object, but we are looking at people (especially their practices and institutions)".[14]

É a ação humana que se procura captar por meio de segmentos do meio físico. Nesse sentido, a cultura material deve ser também encarada como qualquer instância ou tempo da vida social,[15] como dimensão material da sociedade. Por meio do estudo da cultura material, é possível, portanto, avançar tanto no entendimento das práticas sociais vivenciadas pelas populações em diferentes contextos históricos como na compreensão do passado paulista que se quis representar no museu através da disposição e arranjo de peças do acervo nas exposições ao longo do tempo.

Para pensar sobre a dimensão material da realidade social de São Paulo setecentista a partir do espaço doméstico, muito me vali das pesquisas de fôlego desenvolvidas por Paulo César Garcez Marins e Vânia Carneiro de Carvalho, voltadas às moradias paulistas e à cultura material no século XIX e inícios do XX.[16] Alicerçada nos trabalhos de Jean-Pierre Warnier e Richard Sennett, a historiadora procurou compreender a apropriação da territorialidade doméstica mediante a integração corporal com os objetos. Para explicar como se dava a mobilização das qualidades ergonométricas de determinados objetos da casa, analisou as pessoas e os artefatos em um contexto performático, captados em momentos de ação, como descrever, olhar, transmutar, comer.[17] Ela mostrou como as interações entre corpos e objetos, em momentos de trabalho ou de descanso, eram capazes de promover mudanças sociais, não como meros reflexos do mundo exterior, mas como parte ativa na indução dessas alterações. Sob tal perspectiva, o artefato deixou de ser visto apenas como veículo de qualificação social para assumir o papel instituidor e mediador das relações pessoais no próprio momento da ação.

As reflexões sobre o espaço doméstico setecentista em São Paulo foram igualmente beneficiadas pelos estudos de historiadores estrangeiros que se concentraram na materialidade das peças de mobiliário presentes nas residências inglesas e francesas do período moderno para compreender a sociedade do Antigo Regime europeu. Debruçados sobre acervos museológicos e sobre móveis descritos em fontes textuais

---

13 Idem. Fontes textuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, p. 28, 2003.

14 "Estamos olhando do ponto de vista do objeto, mas estamos olhando para as pessoas (especialmente suas práticas e instituições)" (tradução minha). Cf. ALBERTI, Samuel. Objects and the Museum. *Isis*, v. 96, n. 4, p. 561, 2005 (grifo no original).

15 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação. In: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão*: vida material e população no século XIX, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007, p. 14.

16 MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula*: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 1999, 2v. CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008.

17 Sobre as referências teóricas mencionadas ver WARNIER, Jean-Pierre. *Construire la culture matérielle*. L'homme qui pensait avec ses droits. Paris: Presses Universitaires de France, 1999; SENNETT, Richard. *Carne e pedra:* o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ou representados em documentos iconográficos, John Styles, Amanda Vickery, Dena Goodman, Mimi Hellmann e Carolyn Sargentson[18] tomaram seus atributos físicos como testemunhos de dinâmicas sociais, destacando a capacidade dialógica e performática dos artefatos quando em uso por homens e mulheres em tempos passados.

Para analisar a atuação de comerciantes nas rotas fluviais e no interior da América portuguesa, foi fundamental, em primeiro lugar, me acercar do debate sobre o movimento monçoeiro, tema tradicional da historiografia colonial, revisitado ao longo do século XX e inícios do XXI. Colocando-me ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, Silvana Alves de Godoy e Francismar Alex Lopes de Carvalho,[19] reconheci as monções como fenômeno distinto das bandeiras em razão dos agentes envolvidos, propósitos, meios de locomoção e comportamentos.

Em segundo lugar, recorri aos conceitos de espaço e espacialidade construídos por Milton Santos, e utilizados por Tiago Kramer de Oliveira[20] e José Carlos Vilardaga,[21] para compreender o comércio como vetor para a articulação de áreas coloniais e como fator primordial para a configuração do território americano. Longe de ser neutro e dado, o espaço é entendido como o "conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações",[22] reelaborado e reestruturado constantemente de acordo com as interações entre o homem e o meio. Ao espacializar as práticas comerciais, a conformação do território passou a ser vista como instrumento de poder disputado pelos vassalos e pelo rei, desnudado por meio das atividades peticionárias.

Como não é possível abarcar a multiplicidade de agentes mercantis atuantes no oeste da capitania de São Paulo no decorrer do século XVIII, os esforços se concentraram na produção de micro biografias, como modalidade das abordagens relacionais que vêm sendo alvo de discussões nos meios acadêmicos desde a década de 1980, sobretu-

---

18 Respectivamente: STYLES, John; VICKERY, Amanda (orgs.). *Gender, taste and material culture in Britain and North America, 1700-1830*. New Haven; Londres: Yale Center of British Art/ Paul Mellon Centre for Studies of British Art, 2006; GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn (orgs.). *Furnishing the eighteenth century*: what furniture can tell us about European and American past. London, Routledge, 2007; HELLMAN, Mimi. Furniture, sociability, and the work of leisure in eighteenth-century France. *Eighteenth-century Studies*. vol. 32, n. 4, p. 415-445, 1999; SARGENTSON, Carolyn. Inside the interior: furniture and its inner spaces in eighteenth-century France. In: ANSLEY, Jeremy; GRANT, Charlotte (eds.). *Imagined interiors: representing the domestic interior since the Renaissance*. London; New York: V & A Publications, 2006, p. 130-131.

19 Respectivamente: HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., 2014 [1945]; Idem. Caminhos e fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1957]; GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Entre rios e impérios*: a navegação fluvial na América do Sul (século XVIII). São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

20 OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Indias*, vol. LXXV, n.º 265, p. 681-710, 2015.

21 VILARDAGA, José Carlos. Na bagagem dos peruleros: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 127-147, 2017.

22 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

do no tocante aos estudos do Antigo Regime. Conforme preconizado por Imizcoz Beunza,[23] a construção de trajetórias de vida favorece, a um só tempo, o reconhecimento do protagonismo de sujeitos históricos, a integração em redes relacionais e a espacialização de suas ações. Seguindo as propostas analíticas de Kapil Raj,[24] procurei captar, nas ações de indivíduos e/ou de grupos, a circulação de ideias e de saberes, transformados a cada apropriação social.

Embora atualmente os estudos sobre as materialidades emergentes nas fronteiras da América colonial estejam em destaque[25] e a atuação dos comerciantes seja incontornável nas discussões contemporâneas, por muito tempo, o abastecimento interno na capitania de São Paulo, a imigração de portugueses a ele associado e os circuitos mercantis coloniais não foram profundamente considerados por não se inserirem no sentido da colonização.

Em sintonia com uma historiografia mais tradicional, processou-se a construção do mito bandeirante pela elite paulista nas primeiras décadas do século XX, utilizado como instrumento de legitimação da sua hegemonia no cenário nacional, em que estavam em curso as tensões regionais que desembocariam na revolução de 1930.[26] As abordagens glorificadoras da figura do bandeirante contribuíram para obscurecer os estudos sobre o contexto setecentista de São Paulo e as suas conexões comerciais com as minas de Cuiabá, em que as monções desempenharam um papel fundamental. Sendo a memória um componente fundamental da vida social, sua construção e seu controle pelos grupos dominantes se tornariam estratégicos para o reforço da afirmação identitária, como também o foram os esquecimentos e os silêncios por eles orquestrados.[27]

A elite político-econômica paulista da Primeira República, que sustentou a construção de uma ancestralidade bandeirante vinculada às famílias tradicionais da terra, teve no Museu Paulista espaço privilegiado para atuação e um representante na figura de Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), diretor da instituição entre 1917 e 1945.

---

23 IMIZCOZ BEUNZA, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para uma historia global. In: Idem. *Redes familiares y patronazgo*: aproximación al entremado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco – Servicio Editorial, 2001, p. 19-30.

24 RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... E pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. Trad. Juliana Freire. *Revista Maracanan*, n. 13, p. 164-175, 2015.

25 Alusão ao dossiê "Materialidades emergentes: rumo a uma história conectada de objetos nas fronteiras da América colonial", organizado por Eduardo Neumann e Guillermo Wilde, para o nº 44, da *Revista Brasileira de História*, publicado em 2024.

26 Respectivamente: ABUD, Katia Maria. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições*: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002; FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade*: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

27 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 496.

Criado por decreto-lei de 1894, o Museu Paulista passou a funcionar no bairro do Ipiranga, em São Paulo, em 1895.[28] Dedicado ao estudo da história natural, mas desde sempre um marco representativo da independência do Brasil, o museu guardava os traços do modelo enciclopédico predominante nos museus oitocentistas, gradualmente caminhando rumo a uma especialização voltada para a história nacional, sobretudo a partir da direção de Taunay, com sucessivas transferências de acervos para diferentes instituições.

Formado em engenharia civil em 1900, no Rio de Janeiro, Taunay transferiu-se para a capital paulista, onde se casou no seio de uma família da elite, os Souza Queiroz, e lecionou na Escola Politécnica de São Paulo, entre 1904 e 1910. A sua inserção definitiva no universo da História ocorreu em 1911, quando ingressou simultaneamente nos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e de São Paulo.[29] Admirador dos princípios da escola metódica preconizada pelos historiadores franceses Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, foi discípulo do historiador Capistrano de Abreu, que o aconselhou a estudar as bandeiras paulistas.[30]

Desde o início da sua administração à frente do Museu Paulista, empenhou-se em desenvolver um projeto institucional e museológico com vistas às comemorações do centenário da Independência em 1922. Para tanto, planejou e executou a decoração interna do edifício-monumento, adquiriu acervos e encomendou pinturas e esculturas que recriassem a história do Brasil a partir de São Paulo – cidade e estado –, enquanto lugar material e simbólico da independência e dos bandeirantes.[31]

Já em 1923, Taunay seria encarregado pelo presidente do estado de São Paulo, Washington Luís Pereira de Sousa, de também dirigir o Museu Republicano "Convenção de Itu", nascido como extensão do Museu Paulista, e fundado em 18 de abril daquele ano, 50 anos após a Convenção de Itu, ocorrida no mesmo dia no sobrado histórico onde está instalado, de propriedade de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado.

Se 1873 significou as bases para a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), a década de 1920 vivenciaria os sinais de desgaste do partido, após a longa hegemonia no cenário nacional. Em 1923, o PRP explorava a comemoração do cinquentenário da Convenção e a criação do Museu Republicano como instrumentos de busca

---

28 O Museu Paulista passou a ser órgão complementar da Universidade de São Paulo quando de sua criação em 1934 e foi a ela integrada, fazendo parte de seu organograma, em 1963. Ele contempla duas sedes expositivas, uma na capital, o Museu do Ipiranga, e outra em Itu, o Museu Republicano "Convenção de Itu". Como o nome Museu do Ipiranga não é oficial, mas assim a instituição é amplamente conhecida, muitas vezes, nesse trabalho, a sede em São Paulo foi denominada Museu Paulista, como figura nos documentos.

29 ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira*: história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 16-17.

30 Ibidem, p. 82.

31 Respectivamente: MATTOS, Cláudia Valladão de. Da palavra à imagem. Sobre o programa decorativo de Affonso de Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 6/7, p. 123-145, 2003; BREFE, Ana Cláudia. *Museu Paulista*: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945. São Paulo: Ed. Unesp/ Museu Paulista da USP, 2005.

no passado de uma legitimidade histórica para a supremacia do grupo social ligado aos interesses dos grandes cafeicultores de São Paulo.[32] Tal como empreendera esforços no Museu do Ipiranga para compreender a história do Brasil a partir de São Paulo, no Museu Republicano, Taunay pretendeu destacar o protagonismo dos ituanos em momentos-chave da história regional e nacional.

Para Afonso Taunay, a história das monções estava associada ao bandeirantismo como se fosse algo contínuo e homogêneo, sendo sua derradeira etapa em meio fluvial, tanto que nomeava os monçoeiros como bandeirantes navegadores, eclipsando suas atividades mercantis.[33] As práticas de Taunay que instauraram memórias foram aqui observadas na inauguração do *Monumento às monções*, em 1920, na cidade de Porto Feliz, SP; na direção do Museu Paulista e do Museu Republicano de Itu até 1945, ano de sua aposentadoria; na coordenação da coleção Biblioteca Histórica Paulista, lançada em 1953, em comemoração ao IV centenário da fundação de São Paulo, com atenção especial à organização do volume *Relatos monçoeiros*.

O monumento, o museu e o livro são tomados como lugares de memória, na acepção de Pierre Nora, como espaços capazes de inventar tradições e construir um determinado passado a serem compartilhados socialmente.[34] De acordo com Janice Gonçalves, da mesma forma que os valores e sentidos não são inerentes a artefatos e lugares, a memória não está neles contida, mas antes precisa ser mobilizada, ativada, daí a sugestão do emprego da expressão "vetores de memória", em vez de "lugares de memória", "já que a palavra vetor indica aquilo que porta algo, assim como transmite, aponta ou ainda, orienta".[35]

Lançando mão dos termos utilizados por Le Goff, Margarida de Souza Neves assevera que, como construções históricas, os lugares de memória "por mais que sejam monumentos, são também documentos, desafiam leituras e interpretações".[36] No caso do Museu Paulista, compreender como essas memórias foram construídas e fortalecidas ao longo do tempo é mobilizá-las como objeto de estudo e transformar o museu em um laboratório da história, à maneira proposta por Ulpiano Bezerra de Meneses.

---

32 SOUZA, Jonas Soares de. *Painéis de Azulejos do Museu Republicano "Convenção de Itu"*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Museu Paulista, 2003.

33 TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1981, p. 17; Idem. Telas e estátuas do Museu Paulista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 120, n. 174, p. 2, 27 abr. 1947.

34 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 2012 (Tradução de Yara Aun Khoury).

35 GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. *Revista Memória em rede*, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 17, 2015.

36 Como os lugares de memória não são espontâneos e naturais, Margarida de Souza Neves questiona "são lugares de que memória ou de que memórias? São lugares de quem e para a construção de que identidades e de que projetos?". In: NEVES, Margarida de Souza. *Lugares de memória da medicina no Brasil*. Disponível em: bit.ly/3DvpC4N. Acesso em: 13 mar. 2025.

A representação visual do movimento monçoeiro em vários suportes foi analisada primordialmente com base no estudo referencial de Solange Ferraz de Lima e de Vânia Carneiro de Carvalho sobre as encomendas feitas por Taunay visando a recriação pictórica do passado colonial paulista.[37] Os conceitos de autenticidade e verossimilhança das obras de arte desenvolvidos pelas historiadoras foram fundamentais para entender os esforços do diretor no sentido de transformar os produtos iconográficos em documentos históricos.

Já a associação entre monçoeiros e bandeirantes privilegiou-se dos trabalhos de Paulo César Garcez Marins sobre as convenções visuais adotadas para a figuração do bandeirante, compreendidas no âmbito do processo de construção imagética de tipos nacionais heroicos relacionados a um passado glorioso forjado.[38] No Museu Paulista, esse passado via de regra foi representado por meio de "uma narrativa visual que consagrou a dimensão pacífica no processo de formação da nação", razão pela qual Marins o denomina como o museu da paz.[39]

Por fim, para analisar tanto as demandas dos comerciantes coloniais no oeste da capitania de São Paulo quanto a construção da memória das monções em impressos, me vali das considerações seminais de Roger Chartier e de Antonio Castillo-Gómez sobre a cultura escrita na época moderna. Em primeiro lugar, levei em consideração a noção de que todo texto escrito é um artefato[40] composto pela matéria que ancora o resultado do gesto da escrita e seu conteúdo, pois, conforme Chartier, "não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor".[41]

Em segundo, conforme ensinado por Castillo-Gómez, considerei que essa compreensão passa pelo conhecimento de cada um dos tempos dos escritos que correspondem aos seus contextos de aquisição, produção, recepção e conservação.[42] Nesse sentido, tal procedimento relaciona-se intimamente com o instrumental metodológico

---

37 LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 147-178, 1993.

38 MARINS, Paulo César Garcez. Uma personagem por sua roupa: o gibão como representação do bandeirante paulista. *Tempo*, Niterói, v. 26, n. 2, p. 404-429, maio/ago. 2020.

39 Idem. O museu da paz. In: Idem (coord.). *Passados imaginados*. São Paulo: Edusp/ Museu Paulista da USP, 2022, p. 21.

40 ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs). *Cultura escrita em debate:* reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX. Jundiaí: Pacco, 2018, p. 17-40.

41 CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 182, 1991. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601. Acesso em: 13 mar. 2023.

42 CASTILLO-GÓMEZ, Antonio. *Grafias do cotidiano*: escrita e sociedade na história (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2021, p. 68-74.

das trajetórias de artefatos empregado por Igor Kopytoff[43] e Samuel Alberti,[44] e também adotado nas pesquisas ora apresentadas.

Em terceiro lugar, justamente por conta da materialidade e das temporalidades do escrito, assumi que cada apropriação é única, variando de acordo com os agentes envolvidos e com os contextos nos quais se realiza, pois, como também afirma Castillo-Gómez, "cada acto de consumo o apropiación cultural es también un acto de producción, de creación, es decir, la ocasión para fabricar un texto nuevo aunque éste no se materialice en una práctica de cultura escrita y se queda más bien en la imaginación de cada lector".[45]

Tendo apresentado as linhas de força que nortearam as análises aqui empreendidas, é importante dizer que elas se desenvolveram no âmbito de vários projetos de pesquisa financiados pela Fapesp, pelo CNPq, pela Universidade de São Paulo e pelo próprio Museu Paulista. Todos eles contaram com alunos de graduação e de mestrado que participaram das mais diversas etapas das pesquisas realizadas; alguns, inclusive, em razão da afinidade intelectual e do empenho no trabalho científico, dividiram comigo a autoria em artigos de periódicos acadêmicos e em capítulos de livros.

Para montar a estrutura desta obra, reuni os resultados parciais das pesquisas publicados ao longo dos anos e gerei novos capítulos, fundindo, modificando, ampliando ou atualizando as versões impressas. Nesta introdução, cada um dos capítulos terá sua proveniência esclarecida e o conteúdo brevemente exposto; no decorrer do livro, contudo, as referências serão aquelas consultadas nos contextos da escrita e/ou da reescrita dos originais.

Para dar conta de desenvolver a ideia contida no título *Dimensões materiais e memoriais do passado colonial paulista*, a obra foi organizada em quatro partes. A primeira, intitulada "Comércio e domesticidade em São Paulo colonial", está dividida em três capítulos. No capítulo 1, "Dinâmica mercantil e espaço doméstico", analiso os traços materiais e os usos sociais de peças de mobiliário presentes nos interiores domésticos da cidade de São Paulo durante o setecentos, relacionando-os com as mudanças socioeconômicas pelas quais passava a capital, graças às atividades comerciais que

43 KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas. In: APPADURAI, Arjun (org). *A vida social das coisas*. Niterói: Eduff, 2008, p. 89-123.

44 ALBERTI, Samuel, op. cit., 2005.

45 "Cada ato de consumo ou apropriação cultural é também um ato de produção, de criação, ou seja, a ocasião para fabricar um novo texto, mesmo que este não se concretize numa prática de cultura escrita, ficando na imaginação de cada leitor" (tradução minha). Cf. CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista brasileira de história da educação*, n. 5, p. 121, 2003.

se desenvolviam na região.[46] No capítulo 2, "Artefatos e práticas sociais em torno das refeições", parto do ingresso de móveis no Museu Paulista em 1923 pertencentes ao brigadeiro Luis Antonio de Souza Queiroz, uma das maiores fortunas mercantis e agrárias do início do oitocentos, e de seus atributos físicos, para refletir sobre a conformação de comportamentos nos momentos das práticas alimentares num contexto marcado pela interiorização das sociabilidades.[47] No capítulo 3, "Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista", promovo um diálogo crítico entre as fontes tridimensionais – peças de mobiliário musealizadas – e as fontes textuais produzidas no contexto de origem dos artefatos – sobretudo inventários dos séculos XVIII e XIX –, buscando compreender o uso de determinados termos na catalogação de acervos museológicos descolados do contexto de emprego pretérito dos objetos.[48]

A Parte II, "Negócios e espacialidade no interior da capitania de São Paulo" é composta por dois capítulos. No capítulo 4, "Atividades comerciais e configuração territorial", me concentro na trajetória de vida de Luis Rodrigues Vilares, destacando seus negócios e projetos na rota das monções e no extremo oeste da capitania de São Paulo. Por meio dos documentos textuais de sua autoria, destaco a centralidade da produção escrita para a apreensão do conhecimento dos espaços e territórios ultramarinos e do funcionamento do Império.[49] No capítulo 5, "Os usos dos livros em demandas coloniais", analiso um requerimento encabeçado por Vilares à câmara de Cuiabá em 1735, com vistas a obter autorização para o comércio de cavalos com os indígenas Guaykuru, abordando o conteúdo e a materialidade do documento peticionário, seus contextos de produção, recepção, circulação, e os livros e ideias mobilizados na argumentação, a fim

46 O capítulo 1 foi construído a partir dos seguintes textos: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.18, n.1, p. 11-41, jan./ jun. 2010; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; FÉLIX, Rogério Ricciluca Matiello. Ambientes domésticos e dinâmicas sociais em São Paulo colonial. *Revista de História*, São Paulo, v. 175, p. 91-132, 2016; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. São Paulo. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo Garrido (orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil*: história, memória e historiografia. São Paulo: BBM, 2022, p. 880-881.

47 O capítulo 2 foi pautado pelo artigo: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Artefatos e práticas sociais em torno das refeições (São Paulo, séculos XVIII e XIX). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, p. 101-137, 2016.

48 O capítulo 3 está ancorado em: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25, p. 199-225, 2017.

49 O capítulo 4 foi concebido a partir dos seguintes textos: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Pousos, feitorias e varadouros na configuração territorial da América portuguesa. In: MEGIANI, Ana Paula; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.). *Traços*: da obra de Laura de Mello e Souza. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2021, p. 109-140; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; BORTOLETTO, Anna Beatriz Corrêa. Negócios de comerciantes do oeste da capitania de São Paulo. In: SPOSITO, Fernanda et. al. (orgs.). *Histórias de São Paulo*: construções e desconstruções: período colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023, v. 1, p. 119-134.

de captar as diferentes formas de apropriação dos conteúdos pelos requerentes.[50] Novamente ressalto a importância do domínio sobre os meandros da cultura escrita para se inserir num império assentado em papéis.

A Parte III, "Representações visuais sobre o passado paulista", contempla dois capítulos voltados para as práticas memoriais sobre as monções. No capítulo 6, "Um monumento para as monções", examino a representação das viagens fluviais no *Monumento às monções* e considero os elementos constitutivos do conjunto escultórico como dimensões visuais e materiais do projeto de construção do mito bandeirante, utilizado como instrumento de legitimação da hegemonia paulista no cenário nacional, e desenvolvido no Museu Paulista, por meio do programa decorativo e das exposições orquestrados por Taunay, à frente da instituição de 1917 a 1945.[51] No capítulo 7, "As viagens fluviais em exposição", analiso as montagens das salas dedicadas às monções no Museu do Ipiranga e a concepção dos painéis de azulejos no Museu Republicano sobre a temática. No mesmo movimento, investigo a trajetória expositiva do beque de proa de uma canoa desde seu ingresso no Museu Paulista em 1924.[52]

Por fim, a quarta e última parte, "Narrativas monçoeiras e cultura escrita", é formada por dois capítulos. No capítulo 8, "Afonso Taunay e a divulgação de relatos monçoeiros", acompanho parte das trajetórias das narrativas sobre as viagens fluviais setecentistas publicadas por ele e sua atuação como editor, e sugiro que a obra *Relatos monçoeiros* possa ser tomada como uma síntese de sua produção historiográfica sobre

---

50 O capítulo 5 valeu-se do artigo BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. Um comerciante lê livros: negócios e cultura escrita no interior da América portuguesa. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 141-172, 2021, com pontos levantados em BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa. In: *Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*. Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno, Belo Horizonte, 2019, p. 36-42.

51 O capítulo 6 tem como corpus principal a análise do monumento realizada na primeira parte do artigo: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; NASCIMENTO, Ana Paula. Monçoeiros ou bandeirantes no rio Tietê? Representações visuais no Monumento às Monções e no brasão de Porto Feliz. *História (São Paulo)*, [S. l.], v. 41, p. 1-23, 2022, e conta com questões apontadas no artigo: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Perspectivas sobre a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu. *Midas*, v. 10, n. 10, p. 1-21, 2019.

52 O capítulo 7 tem como base fundamental o texto: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Hercule Florence, Afonso Taunay e sala das monções no Museu Paulista (1944-1947). In: NASCIMENTO, Ana Paula; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (orgs.). *Museu Paulista e as memórias de narrativas de Aimé-Adrien Taunay e Hercule Florence*. São Paulo: Museu Paulista; Instituto Hercule Florence, 2021, p. 175-243. Contudo, foi acrescido de análises inéditas sobre os painéis de azulejos de Itu, e igualmente se vale dos estudos históricos realizados no artigo: BORREGO, Maria Aparecida de M. et al. Trajetória e reconstituição digital de uma canoa do Museu Paulista – USP. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 27, p. 1-40, 2019, e pontos levantados em: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. As salas do Museu em 1922. In: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; MARINS, Paulo César Garcez (orgs.). *Memórias da independência*. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo; Edusp, 2022, p. 105-113.

a temática e de sua forma de fazer história.[53] Finalmente, no capítulo 9, "Uma relação de viagem em manuscritos e impressos", investigo a trajetória histórica da transmissão dessa narrativa nos campos da cultura material e da cultura escrita, avaliando as mediações editoriais envolvidas nas reproduções manuscritas do documento e nas edições impressas do material, e destacando a importância da autoridade institucional e intelectual do século XIX para a fixação do texto ao longo do tempo.[54]

Como cada um dos capítulos se encerra com considerações finais e, portanto, podem ser apreendidos de maneira individualizada; na conclusão, procuro alinhavar ideias, noções e conceitos que perpassam os capítulos de modo a apontar para uma agenda de pesquisas futuras.

53 O capítulo 8 foi construído e ampliado a partir dos textos BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Affonso Taunay e a construção de *Relatos monçoeiros*. In: CINTRA, Jorge Pimentel; SCHNEIDER, Alberto Luiz; BEIER, José Rogério (orgs.). *Affonso Taunay e o Museu Paulista*: um projeto de memória (1917-1945). Jundiaí: Paco, 2021, p. 135-164; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. Os percursos das *Notícias Práticas das Minas de Cuiabá e Goiás na capitania de São Paulo* (séculos XVIII-XX). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 266-291, 2019.

54 O capítulo 9 está sustentado no artigo: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. D. Antonio Rolim de Moura's Journey do Mato Grosso (1751): from manuscripts to printed editions. *Espacio, tiempo y forma. Serie IV. Historia Moderna*, n. 35, p. 43-70, 2022.

Parte I

Comércio e domesticidade em São Paulo colonial

1
Dinâmica mercantil e espaço doméstico

Introdução

Durante o século XVIII e começo do oitocentos, a cidade de São Paulo assistiu a um crescimento demográfico contínuo e à diversificação das atividades econômicas. Estima-se que, ao longo do período, a população da capitania tenha aumentado em torno de 425%, enquanto na capital, entre as décadas de 1760 e 1820, o contingente humano duplicou, saltando de 28 mil para cerca de 62 mil habitantes.

Essas cifras são explicadas, em parte, pela chegada de portugueses atraídos pelas descobertas auríferas no interior da colônia ocorridas nos decênios iniciais do setecentos. Instalados em São Paulo, participavam de redes de abastecimento que articulavam a cidade às minas de Cuiabá e Goiás, ao Rio de Janeiro, às capitanias do sul e à metrópole. Nela fizeram riqueza por meio do comércio de fazendas secas, produtos agrícolas, escravizados e da concessão de linhas de crédito, bem como ocuparam postos nos espaços de poder local em busca de distinção social.

As políticas de estímulo à agricultura de exportação, encetadas pelo governo do Morgado de Mateus e continuadas por seus sucessores, igualmente favoreceram os comerciantes atuantes na capital, ampliando seus negócios para os ramos da produção e do transporte de gêneros alimentícios, sobretudo do açúcar, escoado para os portos em lombos de mulas. A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, viria dinamizar ainda mais as atividades dos mercadores de São Paulo pela proximidade com o centro político, em especial do grupo que se dedicava ao comércio interprovincial, garantindo a oferta de víveres e de animais vindos do Sul à capital do Império.

Ao longo de todo o período, os agentes mercantis abastados residiram, em geral, na área mais central da capital paulista, o chamado Triângulo, formado pelas ruas Direita, São Bento e Rosário (atual 15 de Novembro). Na Planta da Cidade de São Paulo, elaborada pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, em inícios do oitocentos, pode-se visualizar, de maneira abstrata, o Triângulo, cujos vértices eram formados pelos pontos C (Convento de S. Bento), D (Convento de S. Francisco) e G (Convento do Carmo), e localizar as ruas S. Bento e Direita, identificadas a lápis, que se cortam nos Quatro Cantos, o cruzamento mencionado anteriormente (Figura 1).

Figura 1: Planta da Cidade de S. Paulo Situada em 23°,, 33',, 30" de Latitude Sul; e em 331°,, 24",, 30" de Longitude pelo Meridiano da Ilha do Ferro: Var. da Agulha 7,, 15",, N&. Rufino José Felizardo e Costa, tinta ferrogálica, nanquim e aquarela sobre papel, São Paulo, [1807]. Acervo do Museu Paulista – USP. Fotografia: Helio Nobre/José Rosael.

Nas residências paulistanas, as relações familiares, as práticas comerciais e os afazeres domésticos se desenvolviam nos cômodos que davam para a rua, no corpo da casa, nas alcovas, nas varandas – voltadas para o fundo dos terrenos – e nos quintais, onde se encontravam edificadas as cozinhas ao lado de pequenas criações de animais e plantações de hortaliças e árvores frutíferas.

Em fins da época colonial, entretanto, a casa deixa de ser tão somente local de abrigo e trabalho para se tornar lentamente um espaço de sociabilidades. Os interiores domésticos passam a contar com novas salas de recepção destinadas a momentos de convívio com pessoas alheias ao núcleo familiar e, como decorrência deste fenômeno, o despojamento material gradualmente cede espaço à entrada de mais móveis nos aposentos, que eram confeccionados "não apenas para conter e suportar, mas ainda para serem vistos".[55]

55 SUANO, Marlene. Alfaias, apetrechos, tarecos, trecos: os móveis. In: MENESES, Ulpiano Bezerra de (org.). *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992, p. 16.

Neste capítulo, por meio do recheio das moradas paulistas,[56] analiso, por um lado, a posse e o uso dos artefatos domésticos como um recurso mobilizado pelo segmento mercantil para reconhecimento social numa sociedade escravista com traços de Antigo Regime e, por outro, avalio a inserção da capitania no conjunto do Império.[57]

Nesse sentido, procuro atentar para os atributos físicos das peças de mobiliário, descritas nos inventários e visíveis nos remanescentes tridimensionais de acervos museológicos, tendo, no horizonte, o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg.[58] Eleger as características materiais desses artefatos como itens de observação e comparação incita à reflexão sobre o papel dos objetos – quando em uso pelos indivíduos – como mediadores de relações humanas e conformadores de práticas sociais, indo além da mera concepção dos objetos como produtos do trabalho de uma dada sociedade.[59]

Ademais, busco desenvolver a hipótese de que os agentes comerciais teriam sido os responsáveis pela difusão de novos comportamentos nas casas coloniais, por meio da introdução de peças de mobiliário e/ou da modificação de seus atributos físicos.[60] Embora de forma incipiente, tais transformações antecipam o início do processo de interiorização das sociabilidades para meados do século XVIII e reforçam o argumento da liderança do grupo mercantil no desenvolvimento econômico da cidade antes do governo de Luís Antônio de Souza Botelho Mourão (1765-1775), o morgado de Mateus, e intensificado sob seus auspícios.

---

56 A expressão "recheio da casa" foi cunhada por Jorge Miguel Pedreira para se referir aos bens domésticos que compreendiam mobiliário, roupa pessoal e da casa, louça, objetos de metal, imagens, oratórios. Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

57 Na minha tese de doutorado, as estratégias para o reforço do sentimento de pertença ao Império português recaíram sobre as marcas distintivas que os comerciantes traziam e ostentavam por serem camaristas, irmãos de ordens terceiras e da Santa Casa de Misericórdia, oficiais das companhias de ordenanças, familiares do Santo Ofício e cavaleiros da Ordem de Cristo. Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil*: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2010.

58 GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: Idem. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

59 Sobre as dimensões do artefato, ver MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1983; Idem. Rumo a uma "história visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bragança Paulista: Edusc, 2005, p. 33-56.

60 Sobre a questão da imitação/ emulação/ distinção social, ver a discussão realizada por Amanda Vickery acerca das teorias de Thorstein Veblen, Pierre Bourdieu e Daniel Miller. VICKERY, Amanda. Women and the world of goods: a Lancashire consumer and her possessions, 1751-81. In: BREWER, John & PORTER, Roy. *Consumption and the world of things*. London: Routledge, 1994, p. 274-301.

Os interiores domésticos do grupo mercantil

A esmagadora maioria dos imóveis avaliados nos inventários do segmento mercantil,[61] localizada no centro da capital paulista, era de taipa de pilão, cuja predominância é confirmada pela expressão "cidade de barro" proferida pelo morgado de Mateus em 1766, e pelas impressões de Saint-Hilaire, meio século depois, acerca das casas: "feitas de taipa e bastante sólidas, são todas caiadas e cobertas de telhas".[62]

Até fins do século XVIII, a descrição dos bens de raiz nos processos, em geral, limitava-se a dar conta da localização, do número de pavimentos e de lanços,[63] e dos confrontantes. Já na primeira metade do século XIX, surgiram novas informações: as casas passaram a ser numeradas, em razão da Décima Urbana; as portas e janelas, contadas; novos materiais e elementos arquitetônicos, introduzidos; e eram mencionadas repartições internas.

Durante o setecentos, predominavam as casas térreas e os "falsos" sobrados – denominados na documentação como casas assobradadas, sobradinhos, sobradinhos muito baixos ou mesmo sobrados –, cujos sótãos teriam aberturas situadas sob os beirais, destinados à estocagem de grãos ou ao dormitório dos escravos.[64] Para o universo mercantil, essa notação sugere que, caso a construção tivesse um único pavimento, a loja de fazenda seca se localizava no mesmo nível da residência do comerciante, ao passo que a existência de dois pavimentos demarcava a cisão entre o mundo do trabalho e o familiar, com o estabelecimento comercial alocado no térreo e os aposentos domésticos no primeiro andar.

Como as unidades de trabalho e moradia funcionavam juntas no interior das residências paulistanas durante os primeiros séculos de colonização, o espaço de sociabilidade para a maior parte da população se concentrava fora das paredes do domicílio,

---

61 Para tal estudo foram selecionados 33 agentes mercantis atuantes na cidade de São Paulo, cujos inventários – ou de suas esposas – foram abertos entre as décadas de 1730 e 1830 e estavam depositados, à época da pesquisa, no Arquivo Público do Estado de São Paulo ou Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Os bens domésticos possuídos pelos agentes mercantis foram comparados aos de 65 inventariados de São Paulo de estratos sociais diferentes – agricultores, oficiais mecânicos, membros da elite agrária.

62 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 128.

63 Segundo Carlos Lemos, lanço correspondia a uma série de cômodos encarreirados, um atrás do outro, formando uma fila perpendicular à rua. O elemento que unia os lanços era o corredor, passagem estreita e comprida situada entre os compartimentos. Havia também o chamado "corredor de trás" – onde normalmente se instalava o fogão –, paralelo à rua nos fundos da casa, separando os cômodos dos quintais já murados no século XVIII. Cf. LEMOS, Carlos. A. C. *Casa paulista*: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999.

64 Ibidem.

fosse ele a rua ou a igreja, uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas, como bem apontado por Leila Mezan Algranti.[65]

A afirmação do status da família se fazia, então, nos momentos públicos de congraçamento social, por meio do lugar ocupado nas festividades, dos trajes "de festa", do séquito de escravos. Eram estes os principais sinais exteriores de riqueza e distinção social. Como o lazer doméstico se dava, sobretudo, no mundo exterior, Vânia Carvalho comenta que a vida doméstica fora marcada por comportamentos e formas de mediação material pouco hierarquizadas e pouco ostensivas.[66] Tais análises ajudam a compreender a razão da escassez de móveis nas casas de morada, desvinculando-a da noção de pobreza atribuída aos imóveis e à própria condição econômica de seus proprietários.

Entretanto, na passagem do século XVIII para o XIX, como sugere Nuno Luís Madureira para o contexto lisboeta, já é possível detectar mudanças nos padrões de interação social nas cidades, com a procura cada vez maior de recintos fechados para formas de convivência em detrimento dos espaços abertos. Ao aproximar os corpos, o campo de observação visual tornou-se mais individualizado, obrigando a gestos e palavras mais regradas.[67]

Para o universo inglês, a interiorização das sociabilidades pode ser antecipada para a primeira metade do século XVIII, capitaneada pelo grupo mercantil, como expôs Lorna Weatherill, a partir de uma análise detalhada sobre a quantidade de bens domésticos arrolados em inventários post mortem.[68] Por sua vez, partindo, sobretudo, da leitura de diários, livros de contabilidade de casais e autos crimes, Amanda Vickery mostrou os múltiplos papéis assumidos pelos artefatos e a configuração de espaços de privacidades tanto nas casas das elites do interior quanto nos aposentos alugados da Londres industrial.[69] Debruçado sobre os autos-crimes de Old Bailey, John Styles problematizou as noções de consumo dos interiores domésticos londrinos do século XVIII como o terreno da expansão da escolha individual e conjecturou sobre os grupos responsáveis

---

65 ALGRANT I, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 113.

66 CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato*: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp, 2008, p. 165.

67 MADUREIRA, Nuno Luís. *Luxo e distinção*: 1750-1830. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990, p. 76.

68 WEATHERILL, Lorna. *Consumer behaviour and material culture in Britain, 1660-1760*. Londres; Nova York: Routledge, 1988.

69 VICKERY, Amanda. An Englishman's home is his castle? Thereholds, boundaries and privacies in the eighteenth-century London house. *Past and Present*, 199, p. 147-173, maio 2008; Idem. His and hers. In: Idem. *Behind closed doors: At home in Georgian England*. New Haven; Londres: Yale University Press, 2009, p. 106-128; Idem. *The gentleman's daughter*: *Women's lives in Georgian England*. New Haven, Londres: Yale University Press, 2003.

pela conformação do gosto e sua difusão numa sociedade multifacetada, tal qual aquela que emergia dos processos judiciais.[70]

Em relação às sociabilidades que se desenvolviam nas residências da elite francesa no Antigo Regime, são instigantes e inspiradores, para este capítulo, os trabalhos de Mimi Hellman, Dena Goodman e Carolyn Sargentson, por analisarem as práticas sociais configuradas pelo uso de determinados móveis, decorrentes da relação corpo-objeto.[71]

Sobre as transformações sociais que se processavam nos interiores domésticos na América portuguesa, Leila Mezan assinala que, desde os inícios do oitocentos, "a festa pública, organizada pelas municipalidades e pelas paróquias, continuava muitas vezes dentro da casa, principalmente, entre os membros da elite que organizavam banquetes, cantorias e jogos".[72]

As inovações nas descrições dos bens de raiz em inventários do século XIX, ressaltando tanto a divisão e decoração internas (com a individuação dos cômodos) como a aparência externa (com a introdução de novos elementos construtivos), denotam as mudanças em curso na forma de morar em São Paulo e de conceber o espaço doméstico.

Ao estudar a adoção e o desenvolvimento de novos conceitos de higiene e conforto na arquitetura paulistana da época imperial, Eudes Campos chama a atenção para a "remoção das treliças, ditas adufas ou rótulas, que até o início do século XIX guarneciam sistematicamente as aberturas dos prédios residenciais e monásticos".[73] A retirada das treliças e sua substituição por vidraças viriam acarretar transformações indeléveis não só para as casas, que passaram a ter fachadas visíveis, mas também para as ruas, mais iluminadas pelo reflexo da luz que incidia sobre portas e janelas.[74]

---

70 STYLES, John. Loading at the Old Bailey: Lodgings and their furnishing in eighteenth-century London. In: STYLES, John & VICKERY, Amanda (eds.). *Gender, taste and material culture in Britain and North America, 1700-1830*. New Haven; Londres: Yale Center of British Art/ Paul Mellon Centre for Studies of British Art, 2006, p. 61-80.

71 HELLMAN, Mimi. Furniture, sociability, and the work of leisure in Eighteenth-century France. *Eighteenth-century Studies*. vol. 32, n. 4, p.415-445, 1999; GOODMAN, Dena. The secrétaire and the integration of the eighteenth-century self. In: GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn (org.). *Furnishing the eighteenth century*: *what furniture can tell us about European and American past*. Nova York; Londres: Routledge, 2007, p. 183-204; SARGENTSON, Carolyn. Looking at furniture inside out: Strategies of secrecy and security in eighteenth-century French furniture. In: Ibidem, p. 205-236.

72 ALGRANTI, Leila Mezan, op. cit., 1997, p. 118.

73 CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império*: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, v.3, p.430, 1997.

74 REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo*: vila-cidade-metrópole. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004, p. 107-109.

Embora as novas soluções tivessem demorado a se efetivar na cidade de São Paulo, graças à reação dos habitantes diante das práticas coercitivas,[75] já não existiam rótulas em vários imóveis da elite paulistana construídos ou reformados na década de 1820. Tal era o caso da residência do homem de negócios Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, descrita no inventário aberto em 1834 como "uma morada de casas, sitas na rua da Boa Vista desta cidade de número 53, com cinco janelas de frente, de dois lanços, com grades de ferro, tanto em cima quanto embaixo, toda forrada e assoalhada, com grande fundo, toda envidraçada e forrada com papel pintado, com grande quintal que vai até o rio chamado Tamanduateí".[76]

As vidraças introduzidas na fachada da residência do marechal de campo sugerem, outrossim, uma maior intensidade da comunicação entre os ambientes interno e externo, inclusive deixando mais à mostra o mobiliário, antes restrito aos olhos dos membros da unidade familiar. Aos poucos, a casa abria-se para o convívio, à medida que o interior doméstico ia retirando do espaço público a exclusividade do desenvolvimento de relações sociais.

Pretendo, a partir de agora, refletir sobre a dimensão material da realidade social da cidade de São Paulo[77] no século XVIII e inícios do XIX e suas transformações, tendo como plataformas privilegiadas de observação as peças de mobiliário de assento, suporte, repouso e guarda que compunham os interiores domésticos comerciais.[78]

Móveis de assento e afazeres cotidianos

A circulação pelos recintos, a acomodação dos residentes do domicílio, a recepção de pessoas alheias ao fogo – membros da família, vizinhos, parceiros comerciais – me levaram a avaliar o papel dos móveis de assento na intermediação das relações sociais. De acordo com a documentação, esse tipo de mobiliário era o mais numeroso nos ambientes domésticos de agentes mercantis em São Paulo setecentista e nas décadas iniciais do século XIX, fornecendo indícios sobre as sociabilidades desenvolvidas

75 Sobre a persistência das rótulas nas residências paulistanas ao longo do oitocentos, ver MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula*: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, v.2, cap. 3, 1999.

76 Devido ao grande número de excertos retirados da documentação, para que não se repetissem exaustivamente, decidi alocar as referências às fontes primárias em listagem ao final da obra.

77 Acerca da dimensão material da realidade social, ver ainda MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes textuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

78 Cf. PAIXÃO, Giselle Marques Leite. Sistema descritivo para acervos de mobiliário, contendo 923 vocábulos e 638 ilustrações. In: BARBUY, Heloisa (org.). *Instrumento para catalogação produzido para o Serviço de Objetos do Museu Paulista-USP*. São Paulo: MP-USP, 1999.

em salas de recepção.[79] Entretanto, não se pode esquecer de que, no Brasil, até o século XIX, as mulheres sentavam-se à maneira asiática sobre o chão de terra batida, a esteira, a rede, o estrado ou sobre o assento duro de marquesas.[80]

Na capital paulista, embora fosse comum a ocorrência de um estrado por domicílio, alguns comerciantes eram detentores de mais peças, cujas dimensões em geral variavam de sete a doze palmos de comprimento por quatro a cinco palmos de largura, comportando uma ou mais pessoas acomodadas no mesmo espaço. Para que se tenha ideia, o homem de negócio Francisco Pereira Mendes, falecido na década de 1780, possuía quatro estrados e 28 móveis de assento, distribuídos entre a casa da cidade e o sítio. Da mesma forma, Escolástica Veloso, esposa do mercador Thomé Rabelo Pinto, cujo inventário fora aberto em 1753, detinha três estrados e 21 móveis de assento. Saindo do chão, localizei variados móveis de assento individuais e coletivos, que correspondem a cadeiras, tamboretes, poltronas, mochos, bancos e escabelos.

Ao me debruçar sobre os inventários das décadas de 1730 a 1790 à procura de cadeiras, me deparei com pouquíssimas peças, mesmo entre os proprietários mais abastados. Para o grupo dos não comerciantes, há menção a cadeiras apenas em dois processos. No inventário de Manuel de Gois Cardoso e de sua mulher Isabel de Almeida, moradores no bairro de Santa Ana, aberto em 1744, têm-se seis cadeiras, tão somente descritas como "de pau", provavelmente colocadas à volta da mesa de sete palmos que as precede na avaliação dos bens. E no testamento de José de Gois e Morais, datado de 1735, igual e parcamente descritas, encontram-se "seis cadeiras de bom uso".

O que teria acontecido com as 1.005 cadeiras contabilizadas por Ernani da Silva Bruno em 188 espólios abertos a partir de 1594 até inícios do século XVIII foi a primeira questão levantada.[81]

Porém, um olhar mais atento revelou que, se não havia menção a cadeiras nos inventários dos agentes mercantis e/ou de suas esposas, nas décadas de 1730, 1740, 1750 e 1770, havia o registro de mais de duas centenas de tamboretes, a princípio considerados pelos especialistas como cadeiras rasas sem braços nem espaldar. Entretanto, flagrei a descrição de tamboretes com encosto, como os apresentados a seguir.

No inventário do homem de negócios Gaspar de Matos, aberto em 1735, há "doze tamboretes da moda de encosto com pregadura dourada grossa feitos na Bahia em bom uso"; no do mercador Agostinho Duarte do Rego, aberto em 1752, lê-se "seis tam-

79 Para o contexto português, Fernanda Olival encontrou situação semelhante para as casas da aristocracia, na segunda metade do século XVIII, diferentemente da realidade das casas populares, onde predominavam caixas, arcas e baús. Cf. OLIVAL, Fernanda. Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In: MONTEIRO, Nuno Luís Gonçalo (org.). *História da vida privada em Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 254.

80 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008, p. 199.

81 BRUNO, Ernani da Silva. *O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.

boretes de encosto e pregaria grossa"; e, no processo de Escolástica Veloso, esposa do agente mercantil Thomé Rabelo Pinto, aberto no ano seguinte, encontram-se "sete tamboretes com assento e encosto de couro lavrado com pregaria grossa e dourada em meio uso". Por fim, no inventário do negociante José da Silva Ferrão, aberto em 1762, foram registrados 25 tamboretes, dos quais "doze grandes, de encosto, com pregaria dourada". Aventei daí a hipótese de que tamborete com encosto fosse a designação genérica dada à cadeira de sola no século XVIII em São Paulo. Hipótese então confirmada por Maria Helena Flexor no trabalho seminal sobre o mobiliário baiano e por João Filipe da Silva Nascimento, estudioso das cadeiras portuguesas.[82] O termo cadeira voltaria a público mais enfaticamente a partir dos anos 1770, para preponderar nas primeiras décadas do oitocentos nas casas da elite.

Analisando o contexto português, Fernanda de Castro Freire atribui a designação couro picado à peça cuja decoração é menos elaborada, feita com ferros próprios mais rústicos. Já para o caso brasileiro, José Wasth Rodrigues afirma que o termo sola picada era usado de forma abrangente, designando couro lavrado em geral.[83]

No Museu Paulista, existe um exemplar de uma cadeira de sola oriunda da coleção Sertório, núcleo inicial do acervo institucional, descrita por Wasth Rodrigues como "cadeira de jacarandá, do século XVII, em linhas retas, de construção rústica, com assento e espaldar guarnecidos de sola lavrada com cercadura de trança e acanto; ramagens e cartelas. No espaldar escudo com um leão rompante; elmo e paquife. Pregaria em alotas pequenas de latão. Pernas retas, angulares, com travessas simples"[84] (Figura 2). Foram cadeiras semelhantes a essa as primeiras a penetrarem nos ambientes domésticos paulistas.

82 FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009; PINTO, Augusto Cardoso & NASCIMENTO, João Felipe da Silva. *Cadeiras portuguesas*. Lisboa: Ed. dos autores, 1952.

83 RODRIGUES, José Wasth. *Mobiliário*: as artes plásticas no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, s./d. De toda a forma, como bem apontou Maria Helena Flexor, caindo o couro lavrado ou a sola picada em desuso, a palhinha foi o material preferido para os assentos das cadeiras, o que só viria a ocorrer de forma mais contínua na cidade de São Paulo a partir do oitocentos. Cf. FLEXOR, Maria Helena, op. cit., 2009, p. 110. Para o século XVIII, apenas localizei uma peça com esse material – um mocho torneado coberto de palhinha – no sítio onde viveu o rico proprietário de terras José Barbosa de Lima, falecido em 1755.

84 RODRIGUES, José Wasth. *Descrições de mobiliário*. São Paulo: Museu Paulista, 1948, f. 26.

Figura 2: Cadeira: cadeira de sola. Madeira, couro e metal, século XVII. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

As cadeiras de sola, pesadas e robustas, eram, em geral, destinadas à posição rígida e definida, sem muita flexibilidade para movimentação.[85] Esse comentário, entretanto, não significa que os interiores domésticos setecentistas não se prestassem a abrigar reuniões sociais, haja vista os mais de 350 móveis de assento, entre tamboretes e cadeiras, localizados nos inventários da amostra abertos entre 1730 e 1790.

Inácia Maria Rodrigues, por exemplo, esposa do mercador Lopo dos Santos Serra, falecida em 1768, dispunha de 51 móveis de assento – distribuídos entre 28 cadeiras, 13 tamboretes, dois mochos, uma poltrona e sete escabelos em sua residência no centro da capital. Nesse inventário, a designação cadeiras já reaparece ao lado de tamboretes; pelas descrições, percebe-se que as primeiras se caracterizavam pelo encosto de jacarandá e pés de cabra: "uma dúzia de cadeiras de encosto de jacarandá de pés de cabra grandes com assento de sola lavrada"; "dez cadeiras de encosto de jacarandá mais pe-

85 A cadeira do Museu Paulista pesa 8,76 kg. Ver CANTI, Tilde. *O móvel no Brasil*: origens, evolução e características. Rio de Janeiro: Ed. Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, p. 249.

quenas com assento de sola lavrada"; "seis ditas [cadeiras] de encosto de jacarandá e assentos de marroquim de pés de cabra".

Os atributos físicos, no que tange aos pés e espaldares, levados em consideração pelos avaliadores denotam tratar-se de novos tipos de móveis de assento que se estavam introduzindo no espaço doméstico, e que traziam consigo práticas sociais que pressupunham mais pessoas acomodadas em cadeiras nas salas de recepção.[86]

A menção a pés de cabra possivelmente indica que as pernas dianteiras das cadeiras e tamboretes eram curvas e terminavam em volutas sobre sapatas (denominadas pés de cachimbo em Portugal).[87] Características que afastam tais peças das tradicionais cadeiras de sola mencionadas anteriormente, o que é reforçado pelas descrições do espaldar de jacarandá – provavelmente vazado – e do assento de couro ou marroquim. No Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, há um exemplar, datado do século XVIII, com as mesmas características materiais descritas nos inventários paulistas, o que sugere a transplantação do modelo para o mundo colonial.

Além disso, os valores alcançados pelas cadeiras foram superiores aos dos tamboretes com encosto. Para que se possa estimar, as cadeiras com pés de cabra foram avaliadas em cerca de $500 a unidade, enquanto os "oito tamboretes de madeira de encosto bem feitos" contabilizados na residência de Antônio Barbosa de Lima, em 1764, totalizaram a cifra de 3$200, ou seja, $400 a peça.

Note-se que se trata de um período em que, segundo a historiografia, a casa ainda não era considerada um espaço de distinção e, portanto, seria caracterizada pelo despojamento material. Contudo, os dados levam a crer que, na cidade de São Paulo, o segmento mercantil começava a fazer do ambiente doméstico palco para a recepção de visitas em maior número, já que cada vez mais se preenchiam os recintos com mobiliário de assento. Tanto o número das peças como a predominância dos comerciantes entre seus maiores detentores indicam serem eles os principais difusores de práticas de convívio social nos interiores das residências paulistanas, adiantando para a segunda metade do século XVIII comportamentos disseminados na centúria seguinte, notadamente entre os membros da elite.

As cadeiras presentes nos inventários abertos nas décadas de 1770-1780 compunham, em geral, um conjunto de seis ou doze unidades. No inventário do alferes e mercador Manuel Rodrigues Jordão, pai do brigadeiro Jordão, por exemplo, aberto em 1786, os móveis de assento correspondiam a doze cadeiras de pés de burro, de encosto e assento de sola, e seis cadeiras de sola picada com pregaria.

---

86 Móveis semelhantes só foram identificados no inventário do abastado boticário Francisco Coelho Aires, aberto em 1776.

87 CANTI, Tilde, op. cit., 1980, p. 249.

Para compreender a descrição das peças em conjunto, realizada pelos avaliadores, pareceu-me apropriada a análise de Nuno Luís Madureira, referente ao contexto português setecentista, de que a quantidade de cadeiras estava provavelmente ancorada na tradição decorativa e no sistema artesanal de produção e comercialização de mobiliário em Portugal, onde se enraizou o hábito de encomendar cadeiras para encher uma sala, seguindo o princípio convencional calculado na base da dúzia e da meia dúzia.[88] Ora, o fato de o número de cadeiras seguir tal princípio deve indicar o transplante do hábito lusitano para a colônia e não uma antecipação da concepção desses móveis como mobília com uniformidade decorativa.

Nesse sentido, parece ficar evidente que a casa, além de ser um espaço eficaz para a reprodução de condutas sociais, é um ambiente onde as transformações são engendradas, não como meros reflexos do mundo exterior, mas como parte ativa na indução dessas alterações.[89]

Nas primeiras décadas do oitocentos, a interiorização das sociabilidades pode ser constatada pelo número vertiginoso de móveis de assento existentes nos sobrados dos opulentos negociantes Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, Joaquim José dos Santos e do brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, que contavam, respectivamente, com 51, 81 e 215 peças. Na última residência, estavam, aliás, distribuídas em mochos, cadeiras, escabelo, bancos, canapés, sofás.[90]

A aplicação da palhinha preponderou nos assentos das cadeiras que eram os móveis mais numerosos, atingindo 170 unidades. Leveza e agilidade desvinculavam a cadeira de palhinha de uma posição rígida e definida, tornando-a uma peça flexível para situações de conversação, jogos, danças.[91] Características que a aproximavam do mocho, assento em geral sem espaldar – de palhinha, de sola picada, de madeira –, e que, embora ainda permanecesse nas residências das grandes fortunas do primeiro quartel do século XIX, agora estava limitado a completar "os jogos de sala como se fosse satélite cujas órbitas só têm razão de ser graças à posição destacada das cadeiras".[92]

Entretanto, não se pense que o revestimento de palhinha já estivesse universalizado nesse momento. No inventário de Joaquim José dos Santos, predominaram as

88 MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade*: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830). Lisboa: Horizonte, 1992, p. 158.

89 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., p. 216.

90 MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit., 1992, p. 176.

91 As peças de mobiliário de palhinha serão analisadas com mais profundidade no capítulo 2.

92 MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit., 1992, p. 178. Para a realidade portuguesa do primeiro quartel do século XIX, o autor havia analisado o papel dos tamboretes em relação às cadeiras, uma vez que aqueles já haviam deixado os mochos em segundo plano desde o início do século anterior. Para o caso paulistano, a situação é relativamente diferente, pois foram os tamboretes que deixaram de figurar nos inventários oitocentistas consultados. Entretanto, as conjunturas guardam aproximações estreitas caso se leve em conta o papel dos móveis com e sem espaldar.

cadeiras de sola picada, herdeiras dos modelos da segunda metade do século XVIII, totalizando 33 peças, aí incluídas as de campanha, cadeiras de pernas em tesoura, dobráveis, feitas em forma de móvel rústico,[93] cuja ligeireza contrastava com a robustez daquelas de sola (que podia ser crua ou curtida, lisa ou decorada). O couro era fixado nas bordas do assento e nas prumadas do encosto, por meio de pregaria de latão.[94]

Interessante perceber, contudo, que, nos inventários paulistas da segunda metade do setecentos, não há menção a móveis coletivos, canapés, por exemplo, como já ocorria em Portugal.[95] O que há para esse período, em termos de móveis coletivos, são bancos e escabelos. Segundo Raphael Bluteau, cujo Vocabulario portuguez e latino data das décadas de 1710 e 1720, banco corresponde a um "assento comprido de madeira, no qual muitos se podem assentar no mesmo tempo".[96] Definição semelhante que lhe é atribuída por Antônio de Moraes Silva, em 1789, quando o descreve como "assento grosseiro de taboa, estreita, com encosto, ou sem ele".[97]

De forma geral, as descrições de tais itens nos inventários consultados não permitem inferir o seu emprego; todavia, quando são registrados como "de caixa com sua fechadura sem chave de 15 palmos de comprido e dois de largo", a exemplo do inventário do comerciante Alexandre Monteiro de Sampaio, aberto em 1755, se pode conjecturar que eram alocados junto às paredes e, outrossim, utilizados como móveis para conter e guardar. Nesse sentido, aproximam-se dos arquibancos, utilizados na Bahia colonial, descritos por Maria Helena Flexor como "banco-arca de encosto alto e assento móvel".[98] Segundo Carlos Franco, a denominação arquibanco para móveis desse tipo provém do francês archebanc, "que são assim denominados porque, na realidade, são formados por arcas ou 'caixas' cujos bancos também servem como assento".[99]

Esta última definição também cabe para o escabelo, que figura nos documentos paulistas. Diferentemente do móvel descrito por Bluteau como "assento pequeno de madeira, sem braços, nem espaldares",[100] igualmente assim considerado por Flexor, os escabelos registrados nos inventários da amostra podiam chegar a medir 13 palmos, eram providos ou não de encosto e alguns possuíam tampa e fechadura no assento. Segundo

93 CANTI, Tilde, op. cit., p. 153.

94 Ibidem, p. 111.

95 FREIRE, Fernanda Castro. *Mobiliário*, v. 1. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 1994; PINTO, Pedro da Costa. *O móvel de assento português do século XVIII*. Lisboa: Mediatexto, 2005.

96 Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*, vol. 2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 28.

97 Cf. MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario da língua portuguesa*, vol. 1. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 257.

98 Cf. FLEXOR, Maria Helena, op. cit., 2009, p. 147.

99 FRANCO, Carlos. *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 77.

100 BLUTEAU, Rafael, op. cit., vol. 3, p. 200.

Tilde Canti, costumavam aparecer nas cozinhas portuguesas ou nas igrejas.[101] Para o contexto paulista, a única menção a sua alocação foi no alpendre do sítio do próprio Alexandre Monteiro de Sampaio, localizado na paragem do Ipiranga.

Tanto nas descrições dos bancos como dos escabelos, os avaliadores não se preocuparam em registrar a qualidade da madeira com que foram confeccionados, o que sugere terem sido elaborados na própria cidade de São Paulo, no interior das propriedades, por mão de obra escrava, ou encomendados a oficiais mecânicos ligados à madeira – carpinteiros, carapinas, marceneiros, entalhadores.

O mesmo não vale para as descrições de tamboretes e cadeiras. Os primeiros eram produzidos preferencialmente a partir do vinhático ou de madeira "da terra" – termo utilizado, a meu ver, para designar móveis de uso corrente e/ou produzidos na própria capitania –, enquanto, nas cadeiras, já se empregava o nobre jacarandá, destinado à produção de peças de luxo ou honra.[102]

E não só. Vários outros móveis, como os bufetes, contaram com o registro não apenas das matérias-primas utilizadas, mas dos modos de trabalhá-las, dos ornamentos que os constituíam, jogando luzes sobre a produção, a circulação e o consumo de mobiliário colonial, e os artífices envolvidos nessa atividade – temas ainda muito pouco trabalhados pela historiografia para o contexto paulista.[103]

Móveis de suporte: bancas, bufetes e mesas

Dos móveis de apoio ou suporte, três se destacam nos interiores coloniais paulistas: bancas, bufetes e mesas. Pelos significados a elas atribuídos por Bluteau, acredito que bufete fosse, por assim dizer, a peça primária, da qual se originariam banca e mesa, uma vez que a sua definição é curta e direta – "em que se escreve ou em que se conta dinheiro".[104] O padre não lançou mão dos termos móvel, objeto ou peça para caracterizar o artefato em que se realizava determinada ação, como se fosse de conhecimento geral, ao contrário das explicações para os demais móveis, que continham o termo "bufete" para esclarecer as suas funções. Assim, tem-se banca como "bofete onde os letrados

101 CANTI, Tilde, op. cit., p. 111.

102 BRANDÃO, Angela. Anotações para uma história do mobiliário brasileiro do século XVIII. *Revista CPC* (USP), vol. 9, p. 42-64, 2009-2010.

103 RABELLO, Elizabeth Darwiche. Os ofícios mecânicos e artesanais em São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, n. 112, p. 575-588, 1977; FLEXOR, Maria Helena. Ofícios, manufaturas e comércio. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002; FERNANDES, Antônia Terra de Calazans. *Memórias de ofício*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997; FÉLIX, Rogério Ricciluca Matiello. *Os móveis da terra*: dinâmicas sociais a partir da produção e circulação do mobiliário em São Paulo (1700-1830). Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

104 BLUTEAU, Raphael, op. cit., vol. 2, p. 141.

escrevem"[105] e mesa como "móvel da casa em que se põem os pratos para comer. Com esse mesmo nome se chamam os bofetes em que se escreve ou se joga, ou que servem de ornato para casa, porque de ordinário tem o mesmo feitio".[106] Se tais definições informam sobre as finalidades de cada móvel, elas não conseguem dar conta dos atributos físicos que as distinguem, nem dos usos sociais específicos dados pelos moradores da cidade de São Paulo no século XVIII e inícios do seguinte.

A título de exemplo, cito o caso da banca que é descrita, no inventário do comerciante Gaspar de Matos, como "uma banca de jacarandá em que se come". Esse detalhe no registro dos avaliadores talvez indicasse justamente que o móvel estava sendo utilizado para um fim não previsto originalmente. Embora Bluteau a associasse à prática da escrita, nas décadas iniciais do oitocentos, a banca cada vez mais esteve atrelada ao carteado, conforme atestam os inventários paulistas em ocorrências como "para jogar cartas", "de abrir para jogos", "com embutidos para jogos", "de jacarandá de abrir forrada de baeta verde". O lazer associado aos jogos e a proliferação de móveis destinados a tal fim nos interiores domésticos foram também constatados por Nuno Luís Madureira e Carlos Franco para o contexto lisboeta, ainda na segunda metade do século XVIII.[107]

De jacarandá ou vinhático, da mesma forma que as mesas, as bancas eram feitas na terra. Ambas se aproximam em termos de características materiais e dimensões, podem ser retangulares ou redondas, com ou sem gavetas, tendo como elemento diferenciador entre si o uso das mesas para práticas alimentares, embora isso raramente fosse apontado.

No decorrer do século XIX, o aprofundamento da interiorização das sociabilidades e a individuação dos aposentos das moradas das elites encontraram contrapartida na especialização dos móveis de suporte, que passaram a se multiplicar nos interiores domésticos para os mais diversos fins, seguindo a tendência do reino, magistralmente analisada por Nuno Luís Madureira.

Para se ter uma ideia, no inventário do brigadeiro Jordão, aberto em 1828, como suporte aos 215 móveis de assento registrados, foram contabilizadas 51 mesas com as mais sortidas características: grandes, pequenas, compridas, de madeira, de assento de pedra, de abrir, com e sem gavetas, de canto, com rodas nos pés, de chá, que servem para engomar, que servem para guardar bacia e outras coisas, forradas de pano. A discriminação das finalidades para as quais podiam ser usadas aludem à variedade de práticas sociais que se desenvolviam intramuros intermediadas pelos móveis de suporte.

---

105 Ibidem, vol. 2, p. 27.

106 Ibidem, vol. 5, p. 446.

107 MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit., 1992; FRANCO, Carlos, op. cit., 2007.

Ademais, a informação, dada pelos avaliadores, de que as mesas de jantar presentes nas residências de Joaquim José dos Santos e de Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, falecidos em 1828 e 1834, respectivamente, haviam sido confeccionadas com madeira da terra pode indicar o desenvolvimento de ofícios mecânicos na cidade de São Paulo, principalmente, os ligados à marcenaria e à carpintaria no primeiro quartel do século XIX.

Embora tais práticas não fossem comuns na capital paulista do século XVIII, o recheio da casa do mercador Lopo dos Santos Serra, revelado quando do inventário de sua esposa, aberto em 1768, reforça que, nas casas dos agentes mercantis, as relações sociais com pessoas estranhas ao núcleo familiar começavam a se intensificar. Ao lado das dezenas de móveis de assento já arroladas, foram computadas oito mesas, sendo "uma de jacarandá, redonda com duas gavetas e pés torneados (...) uma mesa pequena, redonda, de um só pau no meio (...) seis mesas de madeira da terra com suas gavetas". Além disso, o número de mesas desse segmento social chega a quase triplicar em face daqueles disponíveis nos domicílios do restante da sociedade.

A presença dos bufetes marcaria ainda mais a diferenciação entre a população na cidade de São Paulo, uma vez que eram considerados móveis de aparato. Se, em Lisboa, eles começaram a ser abandonados na segunda metade do setecentos em razão da emergência de novas modas e valores, em São Paulo, os bufetes preponderaram até a década de 1770 entre os móveis de suporte mais registrados, expressivos, inclusive, da ostentação de riqueza e prestígio do grupo mercantil.

Tal como no caso dos detalhes dos pés de cabra e dos encostos de jacarandá nas cadeiras, foram os atributos físicos do artefato que revelaram a singularidade dos bufetes existentes nas casas dos comerciantes e seus familiares, servindo como dispositivos materiais de distinção social.

Atente-se para o número de gavetas do móvel e a matéria-prima utilizada em sua estrutura. Se as gavetas eram comuns em bancas e mesas, em geral limitadas a duas unidades, como também era corrente em bufetes espalhados nos interiores domésticos paulistas, as peças descritas nos inventários dos abastados negociantes Gaspar de Matos, Manoel José da Cunha, André Álvares de Castro, Manoel Mendes de Almeida, Maria Francisca Lustosa – filha de João Francisco Lustosa –, José da Silva Ferrão, Manoel Soares de Carvalho e Francisco Pereira Mendes, todos abertos entre 1730 e 1790, contavam com gavetas em número de quatro, o que indica serem móveis apropriados ao centro dos aposentos, lugar favorável a sua leitura total, já que decorados em todas as faces.

Ademais, esses móveis de quatro gavetas – embora duas fossem falsas – dispostos quase exclusivamente nas moradas dos agentes mercantis,[108] eram confeccionados em jacarandá e alguns em madeira da Bahia, o que implica a importação de matéria-prima ou do próprio móvel da maior região produtora de mobiliário da colônia e, portanto, maior dispêndio para sua aquisição. As descrições de bufete no inventário de Gaspar de Matos, datado de 1735, embasam minhas análises acerca da procedência de determinadas peças e dos valores envolvidos. O rico comerciante era detentor de dez bufetes, sendo um deles "de jacarandá feito na Bahia com quatro gavetas e suas fechaduras torneados os pés", e outro registrado como "feito na terra ao uso da Bahia com três gavetas e fechaduras já velho", avaliados, respectivamente, em 24$000 e 8$000.

Na década de 1780, embora velhos, os bufetes confeccionados na Bahia alcançavam valores superiores aos seus congêneres produzidos em São Paulo. Para que se tenha uma ideia, "um bufete da Bahia grande, já velho com quatro gavetas, duas com chaves", foi avaliado em 12$800 no inventário de Francisco Pereira Mendes, aberto em 1781, enquanto "três bufetes com gavetas e um grande sem gavetas" foram contabilizados em 1$000, os com gavetas, e em $900, o sem gavetas.

Como móveis de aparato e decoração, para além das funções a eles atribuídas por Bluteau, os bufetes se prestavam a suportar oratórios e contadores e, nesses casos, deviam ser colocados junto às paredes, o que vai ao encontro da observação de Tilde Canti, para quem "a partir de meados do século XVIII, os bufetes, embora conservando essa designação até o século XIX, passam a apresentar outra estrutura, transformando-se em mesa de encostar".[109]

Entretanto, alguma diferença visível e concreta ainda devia subsistir entre mesas e bufetes, para que um termo não fosse tomado por outro pelos avaliadores, nivelando seus proprietários. Afora o número de gavetas e da procedência da madeira usada para a confecção de bufetes, havia neles a exclusividade das travessas entre as pernas. Talvez esse atributo físico, não mencionado pelos dicionaristas, nem pelos avaliadores, fosse a propriedade indiciária que o caracterizava material e simbolicamente, de amplo conhecimento, o que dispensava sua alusão.[110]

Ao definir o bufete, Maria Helena Flexor assevera tratar-se de um "móvel mais alto e encorpado que a mesa, com pernas e travessas completamente torneadas, usa-

---

108 Somente em 1782, quando da morte do pintor Francisco Duarte do Rego, encontra-se o registro de "dois bofetes de jacarandá da Bahia torneados com quatro gavetas cada um".

109 CANTI, Tilde, op. cit., p. 237.

110 O silenciamento de características físicas constituintes e primordiais dos móveis também foi flagrado para o formato abaulado dos tampos dos baús e para as abas dos tampos das canastras. Nesses três casos, foi fundamental a observação de peças remanescentes em acervos museológicos. Tema que será tratado no capítulo 3.

do como aparador".[111] Tal definição, elaborada com base em milhares de inventários, contou, sem dúvida, com seu profundo conhecimento sobre os acervos museológicos da Bahia, que guardam remanescentes do mobiliário colonial. De fato, ao analisar os bufetes dos museus nacionais e portugueses, constatei a presença de travessas torneadas como componente diferenciador desses móveis em relação a outros de apoio ou suporte.

No Museu Paulista, existem três exemplares de bufetes datados dos séculos XVII e XVIII, cujas características são a madeira de jacarandá, as gavetas, os pés torneados ligados por travessas. As peças variam de 81 kg a 110 kg, chegando a ser três a oito vezes mais pesadas que as mesas de chá, de canto, de apoio. O bufete aqui reproduzido foi adquirido pela instituição de Eugênio Hollander em 1897, possui duas gavetas e pesa 81,180 kg, sendo o peso da parte superior correspondente a 54,480 kg e o da inferior, a 26,700 kg. (Figura 3)

111 FLEXOR, Maria Helena, op. cit., 2009, p. 148.

Figura 3: Mesa: bufete. Madeira e metal, século XVIII. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

Aos bufetes, portanto, permaneceram traços ligados à austeridade e à solidez, que muito bem podiam expressar, material e simbolicamente, o significativo enraizamento do grupo mercantil na capital paulista.

Móveis de repouso: dormir e descansar

A consolidação das fortunas e a sedimentação das populações em solo piratiningano concorreram ainda para a mudança dos recheios das casas, com a entrada de peças especializadas, muitas vezes supérfluas, como era o caso dos preguiceiros, que atendiam ao conforto dos habitantes.

Em relação aos móveis de repouso, constam, nos inventários compulsados, leitos, catres, camas de vento e os já mencionados preguiceiros, o que não significa, entretanto, que fossem os únicos artefatos utilizados para dormir na América portuguesa, como atestam os relatos dos viajantes para inícios do século XIX. Embora não se referissem nomeadamente aos espaços domésticos paulistas, é possível que suas impressões pudessem ser estendidas a São Paulo. John Luccock, por exemplo, comentou que o contrato de uma casa alugada por ele no Rio Grande do Sul, em 1809, o obrigava “a guardar

uma enorme canastra reforçada com ferros, com duas fechaduras", que logo tratou de transportar para "fora da sala, convertendo-a em cama para o meu criado".[112]

Também são recorrentes, para outros espaços coloniais, relatos sobre o uso de redes, bancos, estrados e jiraus para dormir.[113] As redes, aliás, foram utilizadas em toda a América do Sul, originalmente, pelos povos nativos e, depois, por portugueses e seus descendentes. Seu uso social guarda, portanto, segundo Paulo César Garcez Marins, "o apego às formas de sobrevivência e à cultura material dos indígenas no espaço da expansão paulista, indicando claramente uma americanização dos colonizadores e não apenas o inverso, isto é, a europeização das populações americanas".[114]

No caso das casas de morada dos comerciantes reinóis em São Paulo, tal apropriação é evidenciada pela existência simultânea de redes e de outros móveis de descanso. Ademais, as qualificações utilizadas pelos avaliadores, como "com bastante uso", "ainda boa", "com bastantes buracos", "usadas", "com suas roturas", reforçam seu emprego intenso e cotidiano, mas não exclusivo para o repouso. Fossem usadas ou novas, as redes descritas eram de fio de algodão, provavelmente confeccionadas nos teares domésticos.

Tendo em conta a versatilidade de móveis para assento, guarda e descanso, a variedade de suportes para o sono e o grau de improviso, a própria existência de móveis de repouso nos inventários é desde logo relevante, pois sinal de especialização do mobiliário e do aposento e de dispêndio de capital em objetos para fins de maior conforto. Ter ao menos um catre de tábuas ou de cipó já significava não dormir no chão, ou não fazer duplo uso dos estrados, caixas e bancos por todos os residentes do domicílio.

Detendo-me especificamente nos leitos e catres, um primeiro problema que surge para o estudo social de seus usos refere-se à terminologia empregada pelos coevos. Mais uma vez, a imprecisão na maneira como os móveis eram descritos leva a pensar se os avaliadores não usavam ambos os termos como sinônimos em algumas ocasiões. De acordo com os registros nos inventários, tanto os leitos quanto os catres podiam ser feitos na terra, de jacarandá, torneados, com balaústres; possuir tecidos de couro ou de tabuletas e cabeceira de talha.

Atente-se, então, para as diferenças entre as peças, a começar pelos valores. Embora os catres apresentassem grande variação de preços – de $160 a 6$400 –, a maioria

---

112 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)*. São Paulo, Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia Editora, 1975, p. 126.

113 Ao repousar numa choupana no Rio Grande do Sul, em 1821, Saint-Hilaire relatou que "como esta mísera habitação é ainda melhor que as dos índios, alguns milicianos, que aqui se acham, passam a noite conosco, dormindo em um jirau feito de bambus". SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia Editora, 1974, p. 110.

114 MARINS, Paulo César Garcez. A vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETÚBAL, Maria Alice (org.). *Terra paulista:* histórias, arte, costumes. São Paulo: CENPEC/ IMESP, 2008, p. 92.

transitava na faixa de $460 a $800. Já os leitos atingiam valores bem mais elevados, haja vista que os mais baratos ainda eram indiscutivelmente mais dispendiosos do que os catres mais caros. A avaliação iniciava-se em 3$200, para um leito de madeira da terra, e podia chegar a 40$000, para um de jacarandá baiano.

Tais diferenças podem ser explicadas novamente pela materialidade das peças. Segundo Bluteau, catre era um "leito pequeno, com pilares, não totalmente levantados".[115] Para a realidade baiana, Maria Helena Flexor afirma que o termo catre serviu para designar camas pobres, sendo substituído em meados do setecentos pela palavra cama.

Para São Paulo, com base nos inventários da amostra coletada, os valores apresentados para os catres poderiam subsidiar a afirmação da autora, mas não totalmente, pois localizei alguns mais elaborados, como o de Gaspar de Matos, descrito em 1735, como "feito na terra, grande com seus balaústres, torneado em bom uso", ou o de Manoel Mendes de Almeida, registrado em 1756, como "torneado, feito nesta terra, com a cabeceira meia talha e dourada", ou ainda o que figura no processo do mercador Manuel de Faria Couto, aberto em 1780, "com cabeceira de balaústres torneados, tecido de couro".

Por outro lado, há descrições nos inventários que revelam que alguns catres eram confeccionados com uma matriz longe de ser requintada: o cipó. O primeiro fator a ser notado é que tecidos de cipó somente existiam nesse tipo de móvel de repouso e figuraram em poucos casos.[116] Em realidade, o ripado de couro era a matéria-prima do estrado para catres e predominava nos inventários dos comerciantes.

Os catres tecidos de couro eram mais práticos no meio tropical, dispensando o uso de colchões de algodão – ou outros enchimentos – para o repouso sobre as rígidas tábuas, chamadas "de tabuletas". Além de fáceis de desmontar e transportar, os catres com tecidos de couro eram arejados e deviam ser mais higiênicos, em face da possibilidade de fácil infestação dos colchões de pano e algodão por insetos que empesteavam os interiores domésticos. Por fim, não localizei o termo cama em lugar de catre ao longo do século XVIII, apenas mencionado ao se referir às camas de vento[117] ou às camas de rede, muito mais atreladas ao transporte e à inconstância do que à fixação e sedimenta-

115 BLUTEAU, Raphael, op. cit., vol. 2, p. 203.

116 Entre os comerciantes, somente Manuel Luís da Costa, falecido em 1755, era proprietário de "um catre da terra tecido de cipó", mas ele era um vendeiro, não se comparando aos mercadores que, com o tempo, foram se tornando abastados homens de negócios.

117 Camas de ventos eram assim chamadas devido aos colchões de couro cheios a ar. Eram exclusivas da amostra dos comerciantes e seus valores oscilavam entre 1$920 a 3$840, sendo, portanto, altos em comparação aos dos catres, mas intermediários na faixa geral. Tais preços me levam a inquirir se valor mais alto das camas de vento não se daria pela sua especificidade funcional e pela tecnologia empregada em sua materialidade, que as transformavam em artefato dobrável e retrátil para o transporte.

ção. Poderia aí residir outra especificidade do espaço doméstico paulista relativamente ao soteropolitano, dentre tantas similaridades.

Quanto aos leitos, os valores a eles atribuídos estavam relacionados não só aos trabalhos de torno e de entalhe empregados, mas também – e sobretudo – às suas procedências – Bahia, Rio de Janeiro e, até mesmo, França, como o "leito francês de vinhático quase novo", mencionado no inventário do mercador João Rodrigues Vaz, aberto em 1746. Esse padrão diferenciador dos objetos pela sua proveniência era um elemento fortemente marcado nos inventários dos comerciantes, que eram os maiores possuidores de móveis de repouso com madeira de jacarandá da Bahia, padrão que se repete, como já visto, para outras tipologias de mobiliário.

Novamente, o recheio da casa atesta o contato da cidade de São Paulo com várias regiões coloniais e o comércio mútuo com enriquecimento recíproco. Como zona de permanência e consolidação de fortunas, a capital paulista contou com a presença de móveis importados de caráter perene, com madeira de lei e com rico trabalho de talha, encomendados pelos reinóis aí residentes e, ao que tudo indica, disseminados por eles.

Para além do fato de os mais caros e ornamentados móveis serem importados, os leitos eram os únicos que contavam com armação e dosséis, elementos diferenciadores não só entre os móveis de repouso, mas entre os proprietários, caso se considerem as suas implicações materiais. O acervo do Museu Paulista conta com algumas peças de mobiliário para descanso, entre as quais, um leito com armação, que consta ter pertencido ao padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843) e integrado a coleção Sertório (Figura 4), o qual pode dar a medida dos congêneres setecentistas descritos nos inventários do período.

Figura 4: Leito: cama. Madeira e tecido, século XVIII. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

Em primeiro lugar, os cortinados serviam como obstáculo para evitar os indesejados insetos que perturbavam o cotidiano dos indivíduos, especialmente no momento do sono. São sintomáticas as descrições da ubiquidade dos insetos atrapalhando o dia a dia dos habitantes de terras tropicais. Barrando insetos e filtrando a luminosidade, os cortinados também cumpriam a função de preservar o pouco resguardo de seus usuários. Em casas cujos cômodos geralmente serviam a mais de uma função e cujas divisões internas eram poucas, o recurso ao dossel se fazia premente, sobretudo, nas alcovas que, como lembra Leila Mezan Algranti, ficavam nos centros das casas e eram espaço de passagem.[118]

Os quartos propriamente ditos foram verdadeiras inovações que se disseminaram ao longo do século XIX,[119] sendo tomados como luxo de casas abastadas ou ocorrên-

118 ALGRANTI, Leila Mezan, op. cit., p. 101.

119 MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 2004.

cias pontuais de construções mais humildes.[120] Nas alcovas espalhadas pelos interiores coloniais, dormiam não só o casal, mas também os filhos, os agregados mais próximos e, porventura, os escravos, aos quais em geral eram reservados o chão das cozinhas e/ou os jiraus dos falsos sobrados. Se o ambiente doméstico densamente habitado ajuda a explicar a importância dos panos dos dosséis para a intimidade do casal no leito, servindo de barreira aos olhares indesejados em casas cheias de frestas e portas sem fechaduras, por outro lado, há que se levar em conta que, tanto em Portugal quanto na colônia, o sexo não ocorria apenas na cama, como denunciam as fontes de época, trabalhadas por Fernanda Olival, Ronaldo Vainfas e Mary del Priore.[121]

Por fim, possuir um leito com armação e dossel de damasco – ou de damasquilho – significava um consumo conspícuo por parte dos comerciantes, bem diferente dos de seus contemporâneos paulistas,[122] que, embora contassem com cortinados em móveis de repouso, eram fabricados em pano de algodão, muito mais econômicos. Para que se possa dimensionar, "um cortinado de pano de algodão quarteado em bom uso" do proprietário de terras José Barbosa de Lima fora avaliado, em 1755, em 8$000, ao passo que, na mesma década, ao "cortinado de cama do dito damasco" do comerciante André Alvares de Castro fora atribuído o valor de 28$800, e ao "cortinado de damasco singelo amarelo com franjas" do homem de negócio Manoel Mendes de Almeida, 48$000.

As cabeceiras de leitos de tecido e os cortinados de dosséis de damasco levam a conjecturar sobre a importação de tecidos para a América portuguesa, que, no caso paulistano, poderiam ser comercializados nas lojas de fazenda seca, uma vez que foram encontrados nos estoques desses estabelecimentos, vendidos em vara ou côvado, dezenas de tipos de tecidos.[123] Com relação ao damasco, por exemplo, localizei peças à disposição de eventuais compradores somente na loja de Gaspar de Matos, descritas como "cento e seis côvados e meio de damasco da Índia em duas peças e retalhos avaliados em 136$320".

Infelizmente não existem tantos remanescentes de leitos e muito menos de dosséis, em acervos museológicos brasileiros, pois, como bem salientou Flexor, era costume deitar fora ou queimar o móvel onde o doente falecera. Entretanto, se a morte poderia levar à destruição do leito/ catre, era a cura da doença, por meio de uma graça alcança-

120 Como constato para o caso de Vila Rica, cf. ALGRANTI, Leila Mezan, op. cit., p. 102.

121 OLIVAL, Fernanda, op. cit., p. 256; VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-273; DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas*: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011, p. 24.

122 Segundo Fernanda de Castro Freire, "durante séculos 'cama' significava apenas os têxteis (colchoaria, lençóis, dosséis, sanefas, cortinas, colchas) que, quando luxuosos, tinham maior valor que a estrutura de madeira". Cf. FREIRE, Fernanda de Castro, op. cit., p. 137. Entendo que, no caso dos inventários paulistas mencionados, o termo cama foi usado nessa acepção, e aqui também, por vezes, os têxteis alcançaram valor superior ao leito.

123 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, op. cit., 2010.

da, que viria a perpetuar iconograficamente os móveis de repouso por meio das tábuas votivas.

Nos quadrinhos de ex-votos, geralmente a cena representava o que era descrito na legenda, havendo uma intenção de reproduzir o fato que originou a promessa. No caso das tábuas votivas referentes a enfermidades, pode-se constatar a existência de um esquema de confecção das imagens cujo núcleo básico era composto pela representação do enfermo numa cama e, numa das extremidades da pintura, o santo envolto em nuvens.[124]

Embora tais peças coloniais ainda não tenham sido objeto de estudo para o contexto paulista, as tábuas o foram para a região das Minas Gerais, sobretudo de Congonhas do Campo, onde muitas ficaram guardadas na sala dos milagres do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos. Estudados por Robert Smith,[125] para a análise dos interiores domésticos, os ex-votos pintados em madeira foram objeto de investigação de Julita Scarano, Marcia de Moura Castro, Jean Neves de Abreu e Beatriz Helena Ramsthaler Figueiredo.[126]

Nas imagens mineiras, são comuns os cortinados vermelhos cobrindo o leito do doente. Para a realidade paulista, predominaram os panos de dossel de damasco/ damasquilho vermelho e amarelo. Segundo Figueiredo, as cores azul e vermelho eram recorrentes nos ambientes internos das igrejas coloniais e também estavam associadas à nobreza e ao poder, tanto que reis e rainhas eram retratados com o predomínio dessas tonalidades.[127]

Desse modo, de acordo com a autora, o uso do tom encarnado nos dosséis talvez indicasse tratar-se de uma pessoa de posses, o que para a amostra de comerciantes tem o maior sentido. José Rodrigues Pereira, por exemplo, era o habitante mais rico da cidade, segundo os dados do censo de 1765, e Manoel Mendes de Almeida figurou no Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, em 5 de julho de 1742, como "uma das principais pessoas da dita cidade e mais rico e opulento".[128]

A presença de tão caros e ornamentados móveis e têxteis nos inventários coloca uma série de questões a respeito de seu uso do ponto de vista das sociabilidades e

---

124 ABREU, Jean Luiz Neves. Difusão, produção e consumo das imagens visuais: o caso dos ex-votos mineiros do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, vol. 25, n. 49, p. 200, 2005.

125 SMITH, Robert C. *Pinturas de ex-votos existentes em Matosinhos e outros santuários portugueses*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1966.

126 SCARANO, Julita. *Fé e milagre*: *Ex-votos pintados em madeiras – século XVIII e XIX*. São Paulo: Edusp, 2004; CASTRO, Marcia de Moura. *Ex-votos mineiros*: *as tábuas votivas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Expressão e Cultura, 1994; ABREU, Jean Luiz Neves de, op. cit.; FIGUEIREDO, Beatriz Helena Ramsthaler. *Os ex-votos do período colonial*: *uma forma de comunicação entre pessoas e santos (1720-1780)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

127 FIGUEIREDO, Beatriz Helena Ramsthaler, op. cit., 2010, p. 104 e 120.

128 *Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo 1735-1742*, vol. V. São Paulo: Typographia Piratininga, 1918, p. 462-465.

da ostentação. Sendo as moradas setecentistas pouco divididas internamente e com sobreposições de funções em cada cômodo, busquei entender o dispêndio de notórias somas de dinheiro com móveis como os de repouso, em tese, não posicionados nas salas de recepção, as quais abrigavam outros móveis que, por vezes, desempenhavam a função de aparato como cadeiras, bufetes e preguiceiros.

Embora os inventários não tragam informações sobre a localização das peças nos recintos e a quem era dada a oportunidade e prerrogativa de apreciá-los, pode-se aventar que tais móveis de repouso, mais ou menos suntuosos, de materiais nobres ou não, se prestavam, por um lado, para reforçar a própria hierarquia intramuros e, por outro, para reiterar, nos domínios coloniais, as marcas distintivas do reino.

Analisando o mobiliário das elites lisboetas da segunda metade do século XVIII, Carlos Franco bem observa que "apesar da superior qualidade da madeira que era escolhida e de todo um generoso trabalho que envolvia os saberes do marceneiro, entalhador e torneiro, cabia aos tecidos que envolviam o leito prestar o devido tributo à ostentação e ao bem-estar".[129] Ao que tudo indica, guardadas as devidas proporções, também na São Paulo colonial, conspicuidade e conforto ganhavam progressivo espaço entre os gastos dos enriquecidos comerciantes nos interiores domésticos, atualizando, nas novas e – cada vez mais – definitivas casas de morada, padrões vigentes no reino, de onde haviam partido ainda jovens em condições de vida muito diversas.

Tal proposta analítica é corroborada pela existência de cinco preguiceiros exclusivamente pertencentes a dois comerciantes, cujos valores podiam atingir a cifra de 20$000, correspondente ao mais caro dos quatro possuídos por Inácia Maria Rodrigues, falecida em 1768, e descrito como "de jacarandá, coberto de sola picada, de pés de cabra e de armação", comportando, portanto, até cortinados.

O Museu Histórico Nacional, no Rio Janeiro, possui uma peça de mobiliário, datado do século XVIII, com características bastante próximas do preguiceiro da esposa do mercador Lopo dos Santos Serra, o que indica que móveis desse tipo eram produzidos e circulavam em vários espaços coloniais.

Os preguiceiros ou espreguiceiros eram móveis cuja nomenclatura já é reveladora de seu caráter luxuoso. Como define Paixão, "destinados ao repouso diurno, ou sesta (leitos de dia), permitem uma situação de maior conforto e relaxamento para o corpo, como por exemplo, pela elevação das pernas e reclinamento do dorso".[130] Para além de confortáveis, eram confeccionados para serem vistos, pois colocados nas salas nobres das casas, complementando os móveis de assento.

---

129 FRANCO, Carlos. O quarto de dormir e as artes decorativas em Lisboa. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (org.). *Matrizes para investigação das artes decorativas*. Porto: Citar, 2010, p. 95.

130 PAIXÃO, Giselle Marques Leite, op. cit., p. 130.

Tal peça, no século seguinte, foi sendo gradualmente substituída pela marquesa, espécie de canapé largo, em geral com os braços de madeira altos, terminando em volutas e assento de palhinha.[131] No inventário do brigadeiro Jordão, aberto em 1828, foram avaliadas duas marquesas, ambas de madeira com assento de sola. Tanto no processo dele como nos de seus contemporâneos, entre os itens de mobiliário de repouso noturno, passa a ser usado o termo cama no lugar de leito.

No caso dos móveis de repouso, portanto, os atributos materiais caracterizados, simultaneamente, pela robustez e conforto indicam que a perenidade era um indício fulcral dos novos modos de morar que tais agentes implementaram na terra paulista em meados e na segunda metade do século XVIII.

Móveis para guardar e organizar

Acompanhando o leito e o catre legados a José Rodrigues Pereira, de acordo com o inventário de sua esposa, Ana de Oliveira Montes, aberto em 1765, estavam um espelho e uma papeleira. Se o leito foi para seu próprio uso, provavelmente a papeleira estava ligada a seus negócios particulares. Embora a vinculação direta desse móvel de guarda com a atividade profissional do proprietário não seja consenso, é praticamente impossível não reconhecê-lo como peça fundamental à lide mercantil, servindo para guardar e organizar, nos escaninhos e gavetas, documentos relativos às transações comerciais.

No entanto, os móveis com gavetas não estavam aqui difundidos no século XVIII. Na verdade, o que predominava, nos inventários desse período, era o mobiliário de guarda com tampo de abrir, representado pelas arcas, caixas, canastras e baús. É legítimo supor que a intensa mobilidade espacial vivenciada pelos forasteiros reinóis falecidos no século XVIII, nas contínuas viagens ao Rio de Janeiro, em busca de mercadorias, e às áreas mineratórias, para o abastecimento das populações, tenha se refletido no apego aos baús.[132] Nos inventários abertos em meados do XVIII, era comum caracterizar baús e canastras como de carga, feitos, em geral, só de madeira ou revestidos de couro com pregaria.

Embora importados, ou confeccionados sob encomenda por oficiais mecânicos locais, tais artefatos eram praticamente os únicos exemplares de mobiliário disponíveis nos estabelecimentos comerciais existentes na cidade de São Paulo naquele período, como se constata pelos arrolamentos de fazenda seca de loja, presentes em espólios setecentistas. Mais curioso é que os registros de "sete baús de carga de moscóvia com

131 BAYEUX, Glória. *O móvel da casa brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 1997, p. 74.

132 "Além das funções desempenhadas na casa, o baú é o companheiro ideal quando se trata de partir em jornada. Para isso, basta refazer o seu conteúdo e certificar a solidez das fechaduras". Cf. MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit., 1992, p. 179.

suas fechaduras e um sem chave",[133] ou de "um baú usado com duas fechaduras", ou ainda de "duas caixas de madeira [...] uma das quais é quebrada", evidenciam a oferta de bens usados aos consumidores, indicando a demanda por móveis de tal gênero, inclusive de segunda mão; o que, por sua vez, reforça a análise sobre seu emprego cotidiano na sociedade paulistana de outrora.[134]

Quando dispostos nas residências, neles poderiam ser encontrados enxovais, roupas, mantimentos, roupas, aviamentos em geral, armas, documentos, dinheiro.[135] Embora Manuel Mendes de Almeida, falecido em 1754, dispusesse de papeleira e contador, guardava pertences importantes numa caixa, assim descrita pelos avaliadores: "feita nesta terra, com sua fechadura, onde estão os papéis do defunto inventariado e cartas, e tem seis palmos de comprido e dois de largo".

No entanto, tais móveis de guarda acompanharam o processo de sedimentação não só das famílias em questão como da própria sociedade paulistana. Ao longo do século XVIII, começaram a ganhar pés e gavetas, e perderam as argolas laterais, fixando-se como móveis de interiores,[136] tal como observado no inventário do mercador Francisco Pereira Mendes, aberto em 1781, em que uma caixa foi descrita como sendo grande, de duas gavetas por baixo, feita de jacarandá, na Bahia.[137] Nos inventários dos anos de 1820-1830, ainda figuravam baús, caixas e canastras, mas deixaram de preponderar, sendo qualificados como "inda em bom uso", ou velhos, ou usados.

Embora o armário só tenha aparecido nos inventários consultados do século XIX, nas gerações anteriores foram mencionados os guarda-roupas, que poderiam corresponder a armários grandes. Fechados por uma ou mais portas, a divisão interna composta por prateleiras e gavetas os aproximava dos móveis de guarda com tampo, pois aí também as vestimentas eram dispostas horizontalmente. Contudo, as afinidades não se encerravam no nível técnico. Do ponto de vista cultural, o armário partilhava com a arca e a caixa "a fisionomia maciça e austera, a resistência sem limites às transformações

133 No *Vocabulario Portuguez e Latino*, o vocábulo moscóvia (de Moscou, Rússia) foi definido como "couro que vem da Moscovia"; cf. BLUTEAU, Raphael, op. cit, v. 5, p. 596; e, no *Diccionario da lingua portugueza*, figura como "coiro cortido de cor roixa que vem de Moscovia"; cf. SILVA, Antônio de Moraes, op. cit., p. 321.

134 Sobre a venda de matéria-prima e ferramentas para confecção de móveis na cidade de São Paulo durante a primeira metade do século XIX, ver ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 129-160, jan.-dez. 2004.

135 LEMOS, Carlos. A. C. Notas sobre a cultura material e o cotidiano em São Paulo dos tempos coloniais. In: FERNANDES, P. P. (org.). *História da Cidade de São Paulo*, 1: A cidade colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 187.

136 SUANO, Marlene, op. cit., p. 16.

137 No capítulo 3, farei discussão mais aprofundada sobre as peças de guarda com tampo.

formais e a vocação familiar, unitária, não individual",[138] afastando-se, justamente por tais características, da cômoda e da papeleira.

Glória Bayeux atribui a origem do armário ao "gradativo desaparecimento dos hábitos voltados para uma vida mais nômade que, aos poucos, foram sendo substituídos pela necessidade de se dispor de um maior conforto nas residências".[139] Como estruturalmente se configurarava como uma caixa vertical, o armário passou a preencher o lugar antes ocupado pelos móveis com tampo de abrir. Nove peças foram localizadas nos inventários designadas como guarda-roupas. Sabe-se, porém, que os armários igualmente poderiam ser usados para a guarda de outros objetos, tal como atestam o guarda-louça e o guarda-comida presentes no acervo do Museu Paulista. Há ainda mais três armários, sendo uma peça destinada ao quarto de dormir (provavelmente um guarda-roupa), outra de salão e com vitrina, e a terceira com destinação desconhecida.

A cômoda talvez tenha sido o móvel de guarda que, no espaço doméstico, simboliza de forma mais concreta a estabilidade na ordem socioeconômica, pelo emprego mais enfático das gavetas e o gradual desaparecimento das fechaduras. Mais do que isso, a divisão física de um espaço, até então uniforme e contínuo, indica a nova necessidade de se guardarem seletivamente os pertences.[140] Essa maior complexidade de itens em uso na casa corresponde, sem dúvida, a uma maior disponibilidade de excedente na economia, o que, no caso dos agentes mercantis aqui tratados, se traduz pela riqueza acumulada e pelo destaque socioeconômico atingido na sociedade local.

Diferentemente das caixas e dos armários, a função da cômoda não era armazenar de tudo um pouco; ao contrário, a pequena área útil das gavetas indica que era necessário escolher o que se queria guardar. A própria localização do artefato – no quarto de dormir e/ou na sala de estar – reforça sua concepção como veículo de transmissão de dignidade ao patrimônio.[141]

A primeira e única menção à existência de uma cômoda nos lares paulistanos da amostra, no século XVIII, é no inventário do alferes Manuel Rodrigues Jordão, pai do brigadeiro, aberto em 1786. Trata-se de um dos móveis de guarda mais caros encontrados. No inventário de Ana Francisco Novaes, de 1805, "uma cômoda torta, toda embutida e guarnecida com talhas e paus de garras de jacarandá, com seu oratório em cima", foi avaliada em 100$000. Para comparação, o mais caro escravo nesse inventário atingiu a cifra de 153$600.

As cômodas foram mais correntes nos inventários abertos no século XIX, e a ornamentação, presente em algumas descrições, sugere não só a preocupação com o

138 MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit., 1992, p. 190.

139 BAYEUX, Glória, op. cit., 1997, apud PAIXÃO, Giselle Marques Leite, op. cit., p. 94.

140 SUANO, Marlene, op. cit., p. 18.

141 MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit., 1992, p. 186.

aspecto exterior mas também sua exposição em ambientes frequentados por visitantes. No espólio do brigadeiro Jordão, por exemplo, encontram-se três cômodas, duas delas descritas como "uma cômoda de madeira com seus embutidos e com duas gavetas, com assento de pedra", "uma cômoda de madeira, também com seus embutidos, e com duas gavetas e fechaduras, com assento de pedra e este quebrado". Os embutidos correspondem à composição ornamental por meio de técnica de marchetaria.[142]

Nesses inventários oitocentistas, os avaliadores também realçaram tal efeito decorativo em outros móveis presentes, em especial, em mesas, cadeiras, canapés, caixas, meia-cômoda e cabeceiras de camas. Afora este último móvel, os demais estavam dispostos em ambientes propícios à recepção de visitas, o que reforça a crescente importância da visualidade nas primeiras décadas do século XIX.

Considerações finais

Na introdução do livro Gender, taste and material culture in Britain and North America, 1700-1830, os organizadores John Styles e Amanda Vickery comentaram que o grande problema, principalmente entre os historiadores sociais e econômicos do consumo do século XVIII britânico, é a pouca consideração dada à materialidade dos objetos que se propõem a estudar. Segundo eles, como os estudos se reduzem a contar os bens que aparecem em inventários, embora ajudem a mapear a difusão de novos produtos, deixam de lado a materialidade dos objetos reais e, com ela, nossa habilidade para compreender os objetos como artefatos.[143]

Neste capítulo, procurei justamente atentar para as características materiais das peças de mobiliário, focalizando pormenores de assentos, espaldares, encostos, pés, gavetas, travessas, pilares, torneados, revestimentos e suas respectivas matérias-primas, a fim de refletir sobre os interiores domésticos e as dinâmicas sociais que se desenvolviam intra e extramuros.

A avaliação sobre o conjunto de peças de mobiliário existentes nas casas paulistanas da amostra selecionada revelou que os agentes mercantis eram os maiores detentores de móveis, sugerindo que a fixação em solo urbano e a sedimentação dos negócios levaram a um incremento do espaço doméstico cada vez mais mobiliado e frequentado. Assim como seus congêneres no reino e em outros espaços coloniais, em meados do século XVIII, esses homens passaram a ter acesso a um conjunto de bens até então pouco habituais, como determinados tipos de móveis que estavam sendo confeccionados naquele contexto.

Ao rechear gradativamente seus domicílios com peças novas e mais numerosas, transformaram-nos em espaços que, a um só tempo, comunicavam o enraizamento do grupo e a consolidação de fortunas e favoreciam maior convívio social, como bem se pôde constatar pelo número elevado de móveis de assento, pela exibição de peças de

142 Cf. SANTOS, José de Almeida. *Mobiliário artístico brasileiro*. São Paulo: Museu Paulista, 1963, apud PAIXÃO, Giselle Marques Leite, op. cit., p. 281.

143 STYLES, John; VICKERY, Amanda, op.cit., 2006.

aparato – bufetes de quatro gavetas, leitos e cômodas – eventualmente importadas, e pelo investimento em conforto e ostentação, que muito se ilustra pela ocorrência de delicados cortinados de dosséis e preguiceiros profusamente ornamentados. Ademais, os usos sociais desses móveis indicam que os setores ligados à lide mercantil, em especial os mais abastados, estavam em sintonia com o que se produzia em outras áreas coloniais e estrangeiras, e suas residências evidenciam que a cidade de São Paulo estava articulada ao Império português por meio da circulação e consumo de artefatos domésticos.

2

Artefatos e práticas sociais em torno das refeições

Introdução

Em 1819, morreu em São Paulo o brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiroz, abastado homem de negócios e proprietário de terras. Cerca de 20 anos depois, foi lavrado o inventário da viúva, D. Genebra de Barros Leite. A partir daí, uma das maiores fortunas paulistas da primeira metade do século XIX seria sucessivamente partilhada entre os descendentes do casal, chegando às mãos da neta, D. Francisca Miquelina de Paula de Souza Queiroz, bens integrantes da opulenta residência do brigadeiro, localizada no centro da cidade de São Paulo.

Em 1923, quando da morte de D. Francisca Miquelina, por vontade testamentária, foram doadas ao Museu Paulista algumas peças de mobiliário que faziam parte da referida residência, entre as quais, um conjunto de duas cadeiras, sofá e mesa.[144] Serão esses exemplares os pontos de partida para a análise de práticas sociais em torno das refeições vivenciadas pelos habitantes da cidade de São Paulo em fins do século XVIII e inícios do XIX, contexto marcado, no âmbito das elites, pela gradual interiorização das sociabilidades no espaço doméstico.

Além de considerar os atributos físicos dos móveis como testemunhos das transformações socioeconômicas, suas qualidades materiais incitam a pensar sobre as diferentes formas de interação entre corpos e artefatos numa determinada conjuntura e o decorrente papel dos artefatos – quando em uso pelos indivíduos – como mediadores de relações humanas e conformadores de práticas sociais.[145]

Nessa perspectiva analítica, merecem destaque os estudos de Mimi Hellman, Dena Goodman e Carolyn Sargentson, que focalizaram as formas pelas quais a persona da elite social francesa foi produzida através das dinâmicas formais e significados

144 Relatório anual referente ao ano de 1923. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Officinas do "Diário Official", tomo 14, 1926.

145 Cf. MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, São Paulo, p. 103-117, 1983; Idem. Rumo a uma "história visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bragança Paulista: Edusc, 2005, p. 33-56.

culturais do uso do mobiliário no contexto doméstico francês do Antigo Regime;[146] os trabalhos de Amanda Vickery e John Styles sobre a conformação de identidades sociais e de gênero a partir da posse e uso de artefatos no universo inglês setecentista[147] e os de Vânia Carneiro de Carvalho sobre a incorporação de formas de distinção social e de gênero por meio do emprego de objetos domésticos em São Paulo em inícios do século XX.[148]

Se, por um lado, a casa mostra-se altamente eficaz na reprodução social, uma vez que corpos e objetos interagem de maneira inconsciente e automatizada, também é nesse ambiente que as mudanças sociais são engendradas, não como meros reflexos do mundo exterior, mas como parte ativa na indução dessas alterações.[149]

O levantamento das fontes e a leitura da bibliografia acerca da temática da materialidade da alimentação no cotidiano das residências coloniais sugeriram que as práticas sociais em torno das refeições estavam associadas ao ato de sentar que, em realidade, condicionava a forma como se daria o comer e o beber. Embora, à primeira vista, pareça natural porque relacionado à postura de descanso e conforto, tal atitude corporal e os afazeres a ela relacionados exigem aprendizagem e se transformam ao longo do tempo de acordo com os móveis utilizados e com os preceitos vigentes – mesmo que tácitos e costumeiros.

Fernanda de Castro Freire considera as cadeiras as peças mais representativas e definidoras do seu tempo, pois, para além da função básica, informam sobre as relações humanas, já que continuamente foram usadas como símbolo de hierarquização e estratificação social.[150] Igualmente Nuno Luís Madureira considera que a cadeira "é o in-

---

146 HELLMAN, Mimi. Furniture, sociability, and the work of leisure in eighteenth-century France. *Eighteenth-century Studies*. vol. 32, n. 4, p. 415-445, 1999; GOODMAN, Dena. Furnishing discourses: readings of a writing desk in eighteenth-century France. In: BERG, Maxine; EGER, Elizabeth. *Luxury in the eighteenth century*: debates, desires and delectable goods. Houndmills; Balsingstoke; Hampshire: Palgrave, 2003, p. 71-83; SARGENTSON, Carolyn. Inside the interior: furniture and its inner spaces in eighteenth-century France. In: ANSLEY, Jeremy; GRANT, Charlotte (eds.). *Imagined interiors:* representing the domestic interior since the Renaissance. London; New York: V & A Publications, 2006, p. 130-1. Ver ainda os ensaios dessas autoras em GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn (orgs.). *Furnishing the eighteenth century*: what furniture can tell us about European and American past. London: Routledge, 2007.

147 VICKERY, Amanda. *Behind Closed Doors:* At Home in Georgian England. New Haven; London: Yale University Press, 2009; STYLES, John & VICKERY, Amanda (orgs.). *Gender, taste and material culture in Britain and North America, 1700-1830*. New Haven; London: Yale Center of British Art/ Paul Mellon Centre for Studies of British Art, 2006.

148 CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 27, n. 46, p. 443-469, jul./dez. 2011; Idem. *Gênero e artefato*: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2008; Idem. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. *Anais do Museu Paulista*, vol. 8/9, n. 9, p. 293-324, 2003.

149 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008, p. 216.

150 FREIRE, Fernanda Castro. *Mobiliário I*. Móveis de assento e de repouso. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo, 2001, p. 10.

dicador fiável das mudanças, o melhor repositório de marcas significativas de um estilo, o elemento de pesquisa através do qual a cronologia se desvenda".[151]

Tendo em vista tais considerações, este capítulo está dividido em 3 partes. Na primeira parte, contemplo brevemente o desenvolvimento social e urbano da cidade de São Paulo em fins do período colonial; na segunda, tomando os móveis de assento como plataformas privilegiadas de observação da realidade doméstica, reflito sobre as práticas alimentares no decorrer do século XVIII e inícios do XIX, articuladas ao processo de interiorização das sociabilidades, que corresponde ao contexto de origem dos móveis do brigadeiro, certamente empregados em momentos de refeições; na terceira, mostro como o estudo conjugado das peças coloniais remanescentes no Museu com os artefatos mencionados em inventários favorece tanto a compreensão das dinâmicas sociais de determinado período, como a dos próprios objetos musealizados, inteligíveis a partir de sua utilização no circuito econômico e familiar.

O centro da cidade de São Paulo em inícios do oitocentos

De acordo com o Relatório Anual de Atividades do Museu Paulista, de 1923, o conjunto de mobília doado à instituição pertencera ao brigadeiro Luís Antônio e, portanto, devia ter ocupado alguma das salas do sobrado do qual era proprietário, situado na esquina das ruas do Ouvidor e de São Bento, dois importantes logradouros da cidade de São Paulo em inícios do século XIX, cujo centro vinha se desenvolvendo continuamente ao longo do setecentos, capitaneado pelos portugueses ligados às atividades mercantis que decidiram aí fixar residência.

As ruas do Ouvidor e de São Bento estavam localizadas na Sé, na área "expandida" do Triângulo, formado pelas duas principais ruas da cidade – Direita e São Bento – que se cortavam em ângulo reto, no cruzamento denominado Quatro Cantos, e pela rua do Rosário. O brigadeiro Luís Antônio de Souza, ainda coronel em 1809, já se destacava em terceiro lugar na listagem dos maiores proprietários urbanos leigos da cidade de São Paulo, detentor de sete imóveis, sendo cinco só na rua do Ouvidor.[152]

Esse quadro corresponde ao contexto da transferência da família real para o Brasil. A proximidade da Corte e a experiência pregressa dos paulistas com a venda de tropas, alimentos e mercadorias abriram renovados horizontes ao comércio que já se

151 MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade*: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830). Lisboa: Horizonte, 1992, p. 164.

152 BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio*: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 213, 2018.

desenvolvia em São Paulo,[153] provocando impactos na área central da capital paulista cada vez mais marcada pelo adensamento populacional e pela diversificação profissional de seus habitantes.[154]

No caso de vários homens de negócios, portugueses de origem como o brigadeiro Luís Antônio,[155] ou nascidos em solo colonial – filhos, genros e netos de comerciantes estabelecidos em São Paulo ao longo do setecentos –, tal diversificação profissional significou a conjugação de lides mercantis com agropecuárias, relacionadas à produção e exportação de açúcar. Esta última atividade vinha sendo implantada na capitania de São Paulo desde a chegada do Morgado de Mateus, em 1765, no âmbito da política pombalina de estímulo à produção agrícola e à dinamização do comércio.

O fato de se tornarem proprietários de engenho não significou, contudo, o abandono das modalidades mercantis que haviam sido o cerne do acúmulo de fortunas de seus antepassados – sobretudo o comércio de fazenda seca e de escravos.[156] Ademais, vários comerciantes/ senhores de engenho continuaram a viver nos sobrados da área central de São Paulo, como o brigadeiro Luís Antônio que mantinha no andar térreo de sua residência uma loja de fazenda seca extremamente sortida.

A importância da capital e do grupo mercantil nela residente no conjunto da capitania/província de São Paulo foi atestado pelas pioneiras pesquisas de Maria Luiza Marcílio[157] e as e Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. Ao analisarem as características da população a partir dos censos e das listas nominativas dos habitantes, os estudiosos concluíram que, nos anos de 1765/1768, a população residente na região da capital totalizava 28.307 indivíduos, cifra reiteradamente aumentada nos decênios posteriores. Em 1777, a região da capital contava com 41.369 habitantes, correspondendo a quase

---

153 MEDICCI, Ana Paula; HÖRNER, Erik; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. Do ponto à trama: rede de negócios e espaços políticos em São Paulo (1765-1842). In: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *Soberania e Conflito*: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 417-444; BORGES, Luiz Adriano. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. *Almanack*, Guarulhos, n. 06, p. 61-80, 2º sem. 2013.

154 ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2006.

155 Luís Antônio de Souza Queiroz nasceu em Amarante, em 1755. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Dispensas e processos matrimoniais, 6- 54 -10.

156 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, v.18, n.1, p. 11-41, jan./ jun. 2010; MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos*: o exercício do poder e os interesses mercantis na Capitania/Província de São Paulo. 1765-1824. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; MATTOS, Renato de. *Política e negócios em São Paulo*: da abertura dos portos à independência (1808-1822). São Paulo: Intermeios/ Fapesp, 2019.

157 MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população. 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1974; Idem. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 2000.

um terço da população total da capitania; em 1804, contabilizava 55.453 moradores de um total de 191.288 espalhados pela província, e, por fim, em 1829, somava 61.957 habitantes, em face de um total de 269.621 indivíduos.[158]

Neste último período, a cidade de São Paulo já rivalizava em termos populacionais com as regiões do Vale do Paraíba, Oeste Paulista e Caminho do Sul, em razão do desenvolvimento das atividades agropecuárias. Mesmo assim, a cidade desfrutava de uma posição de destaque no conjunto, haja vista que nenhuma outra vila isolada poderia ser a ela comparada.

Se, nessa conjuntura de inícios do século XIX, Luís Antônio de Souza gozava de proeminência social, econômica e política no cenário paulista, não se pode esquecer que, no Brasil, iniciou suas atividades como tropeiro entre a capitania de São Paulo e Cuiabá, como tantos outros conterrâneos que vieram ainda moços para tentar a sorte no centro-sul da América portuguesa. Em 1786, recebeu sua primeira patente de tenente agregado à Companhia de cavalaria da vila de Itu; em 1792, foi elevado a capitão, e, quatro anos depois, a tenente-coronel.[159]

A fortuna que vinha amealhando, somada às patentes militares alcançadas, lhe facultou desposar, em 1797, Genebra de Barros Leite, membro de uma das mais importantes famílias de Itu, vila localizada no quadrilátero do açúcar. Por sua vez, a união conjugal lhe garantiu no ano seguinte a elevação ao posto de coronel e a obtenção de sua primeira sesmaria também na região.

Embora de seu inventário, cujo monte-mor correspondia a cerca de 300 contos de réis, constassem mais de quinze propriedades rurais espalhadas pelo interior de São Paulo, o casal e filhos residiam no já mencionado sobrado no centro da capital paulista, que se destacava em face das moradas térreas e dos "falsos" sobrados de taipa de pilão ainda predominantes no cenário urbano no alvorecer do oitocentos.

Para além dos dois andares, a residência, construída em meados de 1810, contava com "quatro lanços, com seu quintal murado, e com suas lojas e muito cômodo por baixo, e uma cocheira", e foi avaliada no inventário em 4:400$000.[160]

Fotografias de Militão Augusto de Azevedo, realizadas na década de 1860, permitem igualmente dimensionar a escala expressiva do sobrado, mais de quarenta anos após sua construção, como já chamara a atenção Paulo César Garcez Marins[161] (Figura 5).

---

158 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 53 e 148.

159 MARINS, Paulo César Garcez. *O sobrado do brigadeiro*: domesticidade, sociabilidade e cultura material na residência urbana de uma fortuna do açúcar. (texto apresentado no I Seminário de História do Açúcar – Canaviais, Engenhos e Açúcar: história e cultura material, 02 de dezembro de 2005).

160 Devido ao grande número de excertos retirados da documentação, para que não se repetissem exaustivamente, decidi alocar as referências às fontes primárias em listagem ao final do livro.

161 MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 2005.

Figura 5: Rua do Ouvidor esquina com Rua São Paulo fotografada por Militão de Azevedo, 1862/63, notando-se à esquerda o casarão originalmente pertencente ao brigadeiro Luís Antônio. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/José Rosael.

Era nele que o brigadeiro e sua esposa protagonizavam encontros sociais e de negócios, haja vista as quatro salas destinadas à recepção de pessoas alheias ao núcleo familiar mencionadas em seu inventário – sala do canto, do oratório, da espera e da senhora –, profusamente recheadas com mobiliário de assento. Houve ainda, por parte dos louvados, o arrolamento de bens numa sala, entre a sala de espera e a da senhora, registrada como sala anterior, mas que parece não se confundir com a de espera.

A individuação da casa em aposentos insere-se no contexto de passagem do século XVIII para o XIX, quando se assistiu à gradativa interiorização das sociabilidades nos ambientes domésticos, principalmente entre os membros da elite.[162] Como comenta Vânia Carvalho, "o dinamismo dos relacionamentos sociais e da vida urbana conjugados à heterogeneidade crescente das elites e aos novos segmentos em ascensão exigiam uma vida social mais intensa, engajando a casa nessa nova rotina de encontros".[163]

Fazer da casa um espaço de encontros significava dotá-la de artefatos promotores de distinção social, introduzindo peças de mobiliário, de alimentação e decorativas

162 ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil*, v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.

163 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008, p. 207.

que, além das funções originais para as quais eram confeccionadas, passavam a ser dispostas nos aposentos para serem vistas.[164]

Nos novos recintos, cada vez mais adaptados às atividades da vida de salões, disseminadas na Europa a partir da segunda metade do século XVIII, é fundamental assinalar, como o fez María de los Ángeles Pérez Samper para Barcelona setecentista, a existência de um referente alimentar que servia de elemento articulador entre participantes das reuniões promovidas.[165] Bebidas como o chocolate, o chá e o café se tornaram, portanto, produtos imprescindíveis nos novos eventos festivos, protagonizando, por exemplo, os rituais do chá no Rio de Janeiro oitocentista.

Para o contexto paulistano, os resultados de minhas pesquisas indicam que as elites ligadas duplamente ao comércio e à exportação de açúcar – tendo o brigadeiro Luís Antônio como expoente – não só vivenciaram as mudanças nas sociabilidades, como as encabeçaram e as difundiram nos interiores domésticos por meio da introdução de artefatos de assento e suporte e/ou da modificação de seus atributos físicos.

Flagrar esse processo na cidade de São Paulo é muito relevante não só no âmbito de atuação dos homens de negócio em face da população local e brasileira, mas mesmo em face das dinâmicas sociais intramuros no cenário europeu que muito se caracterizavam pela ocorrência de espaços restritos e multifuncionais.[166]

Práticas alimentares e relações sociais nos interiores domésticos

Vejamos, então, como as duas cadeiras de palhinha, o sofá e a mesa do Brigadeiro, pertencentes ao acervo do Museu Paulista, ajudam a refletir sobre as mudanças nas práticas alimentares articuladas ao crescimento das relações sociais intramuros.

Entre os vários objetos doados por D. Francisca Miquelina de Paula de Souza Queiroz, o diretor da instituição de 1917 a 1945, Afonso Taunay, destacou o "valioso legado que seus filhos acabam de cumprir. Figuram nesta deixa uma mobília de sala

---

164 MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit.; SUANO, Marlene. Alfaias, apetrechos, tarecos, trecos: os móveis. In: MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de (org.). *Como explorar um museu histórico.* São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992, p. 15-18; FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília, DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2009; ALGRANTI, Leila Mezan. *Artes de mesa*: espaços, rituais e objetos em São Paulo Colonial. 2011 (texto digitalizado).

165 PÉREZ SAMPER, María de los Ángeles. Espacios e prácticas de sociabilidad en el siglo XVIII: tertulias, refrescos y cafés de Barcelona. Cuadernos de Historia Moderna, n. 26, p. 11-55, 2001.

166 OLIVAL, Fernanda. Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *História da vida privada em Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 244-275; RAMOS PALENCIA, Fernando. *Pautas de consumo y mercado en Castilla 1750-1850*. Economía familiar en Palencia al final del Antiguo Régimen. Madri: Sílex, 2010; ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris*: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Edusp, 2004; STYLES, John & VICKERY, Amanda (orgs.), op. cit., 2006.

de jacarandá e palhinha que pertenceu ao avô da doadora, brigadeiro Luiz Antônio de Souza, em seu tempo o homem mais opulento da capitania (...)".[167]

Os termos empregados pelo diretor já indicam pelo menos 3 transformações pelas quais passavam os interiores domésticos entre fins do século XVIII e as décadas iniciais do século XIX: 1. a mobília indica a difusão de conjuntos de móveis de uniformidade decorativa nas residências; 2. a especificação mobília de sala aponta para a individuação dos aposentos à medida que a casa se abria para o convívio social; 3. a palhinha corresponde à disseminação da matéria-prima empregada no revestimento do mobiliário de assento que concorreu para a conformação de novas formas de interação social.[168]

Ainda que a difusão de mobílias nos interiores domésticos ao longo do século XIX fosse uma realidade, esse fato, por si só, não era exclusividade no cenário urbano paulistano no alvorecer do oitocentos, pois a consulta a inventários abertos no século XVIII revelou que, embora raros, já havia disposições de peças de mesmo estilo e material, pelo menos nas residências da elite mercantil.

No inventário de Ana de Oliveira Montes, esposa do rico comerciante José Rodrigues Pereira, falecida em 1765, por exemplo, encontrei um conjunto composto por doze cadeiras de jacarandá com seus coxins à moderna, dois mochos e uma poltrona, irmãos das cadeiras. Segundo Maria Helena Flexor, também em Salvador, os conjuntos de móveis com elaboração e decoração harmônica "começariam a aparecer, aos poucos, em fins do século XVIII, intensificando-se o uso somente na segunda metade do século XIX".[169]

A grande novidade, portanto, no sobrado do brigadeiro é o conjunto enquadrado por um canapé ou sofá cadeiral, como é denominada no Museu Paulista essa peça de mobiliário, datada do XIX, de madeira de jacarandá, imitando quatro cadeiras alinhadas e unidas[170] (Figura 6).

---

167 Relatório anual referente ao ano de 1923. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Officinas do "Diário Official", tomo 14, p. 805, 1926.

168 Os primeiros assentos empalhados que surgiram, em Portugal, no quinhentos, foram importados da Índia ou da costa oriental africana, pois era corrente a circulação de matérias-primas e de artífices entre as duas áreas. No final do século XVIII, houve o ressurgimento da utilização da palhinha em Portugal e sua introdução na América portuguesa, em razão da leveza, arejamento e menor custo do material. Cf. FREIRE, Fernanda Castro, op. cit., p. 28-29.

169 FLEXOR, Maria Helena Ochi, op. cit., p. 142.

170 RODRIGUES, José Wasth. *Descrições de mobiliário*. São Paulo: Museu Paulista, 1948, f. 54.

Figura 6: Sofá tipo cadeiral. Madeira, palhinha e metal, século XIX. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

Embora em Portugal canapés semelhantes já fossem confeccionados desde a segunda metade do século XVIII, com assento forrado de tecido ou de palhinha,[171] em São Paulo, esses móveis estrearam nas salas de visitas somente nos inícios do oitocentos, reproduzindo a forma e a decoração das cadeiras que os ladeavam.

No sobrado do brigadeiro, me deparei com três conjuntos de móveis em três salas distintas, cada uma sendo descrita no inventário a partir das cadeiras de palhinha que as recheavam seguidas dos canapés "irmãos das cadeiras", ou "canapés companheiros das cadeiras".

De fato, o emprego mais disseminado da palhinha no mobiliário de assento foi praticamente uma inovação no alvorecer do século XIX. Nos inventários consultados para a realidade paulistana do setecentos, localizei apenas um móvel com o revestimento do assento em palhinha. Trata-se de um mocho pertencente ao capitão José Barbosa de Lima, proprietário de terras e de uma venda, falecido em 1755.

Mas é bom não se esquecer que as cadeiras de palhinha – típicos móveis leves e ligeiros – conviveram durante muito tempo com cadeiras de sola, tamboretes, mochos, estrados e esteiras, se não no mesmo aposento, certamente no mesmo ambiente, uma

171 FREIRE, Fernanda Castro, op. cit.; PINTO, Pedro da Costa. *O móvel de assento português do século XVIII*. Lisboa: Mediatexto, 2005.

vez que, na América portuguesa, até então, as mulheres sentavam-se à maneira asiática, vinculada à cultura lusitana de influência árabe.[172]

Se as pessoas – sobretudo as mulheres – se sentavam no chão para fiar, costurar, bordar, preparar alimentos, é de se supor que aí realizassem refeições. De fato, são recorrentes os comentários dos viajantes sobre tais práticas nos mais distintos lugares do país ainda nas primeiras décadas do século XIX.[173]

Referindo-se à casa de um senhor de engenho, em 1802, Thomas Lindley comentou que achara "as acomodações da casa muito superiores ao que havia esperado encontrar, dada a pobreza geral de Porto Seguro (...). Jantamos no chão, sendo estendidas umas esteiras e, sobre elas, uma toalha limpa".[174]

Sobre os costumes femininos em Salvador, Louis François de Tollenare, em 1817, explicou que a "senhora vai à missa, seguida de numerosos escravos ricamente aparamentados e, de volta à casa, senta-se numa esteira e come a farinha de mandioca com os dedos".[175] Sua gravura "Repas d'une dame brésilienne" ilustra esse comentário ao retratar uma senhora sentada sobre a esteira, fazendo a refeição sem ajuda de talhares, tendo à sua volta quatro escravas jovens a servi-la.[176]

Na região sul do país, nos anos 1810, Auguste de Saint-Hilaire também se deparou com os mesmos comportamentos. Sobre as práticas alimentares nos arredores de Florianópolis, assinalou: "Cada sítio se compõe de uma casa construída de barro e paus cruzadis, sendo, porém, coberta de telhas, caiada e bem conservada. Os móveis não são mais comuns do que nas pequenas habitações do interior e consistem geralmente em alguns tamboretes, uma mesa, uma esteira em que as mulheres trabalham acocoradas e também toda a família faz as refeições".[177] Aludindo ao pouso numa palhoça perto de

---

172 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008, p. 199.

173 Para a compreensão da literatura de viagem e dos viajantes que estiveram no Brasil em fins do século XVIII e XIX, ver os trabalhos de LISBOA, Karen. *A nova Atlântida de Spix e Martius*: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997; SELA, Eneida Maria Mercadante. *Desvendando figurinhas*: um olhar histórico para as aquarelas de Guilhobel. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001; TORRÃO Filho, Amílcar. *A arquitetura da alteridade*. A cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845). São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2010.

174 LINDLEY, Thomas. *Narrativas de uma viagem ao Brasil (1802-1803)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 42.

175 TOLLENARE, Louis François de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956, p. 332.

176 KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *A casa e a "trastaria"*: história e iconografia de interiores de moradias da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994, p. 115.

177 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 160.

Torres, registrou: “Enquanto escrevo estendem uma esteira no chão e aí servem a sopa, reunindo-se toda a família em torno da esteira”.[178]

No Rio de Janeiro, na década de 1820, Jean-Baptiste Debret igualmente flagrou momentos de comensalidade no interior de uma casa de ciganos,[179] para os quais teceu os seguintes comentários: “nessas esplêndidas refeições, os convivas sentam-se sobre esteiras postas no chão, em torno de uma toalha onde se colocam as comidas”.[180]

A partir das descrições de Thomas Lindley, para Porto Seguro, Tollenare, para Salvador, Saint-Hilaire, para Santa Catarina, e Debret, para o Rio de Janeiro, três pontos merecem ser destacados: a versatilidade do local das refeições, realizadas onde se “colocava a mesa” pelo mero estender de uma toalha sobre a esteira; a difusão do comer sobre o chão entre pessoas de várias camadas sociais; a prática da comensalidade, agregando os membros da família em torno das refeições, ainda que acocorados ou sentados à asiática.

Quando se voltam os olhos para o contexto paulista dos séculos XVIII e inícios do XIX, quais são as referências sobre a prática do sentar-se à asiática e do comer sobre chão? Bem, se me baseasse tão somente nas impressões deixadas pelos viajantes, muito pouco teria a dizer. Manuel Cardoso de Abreu, John Mawe, Gustavo Beyer, Alcide D’Orbigny, Auguste de Saint-Hilaire, Daniel Kidder, que visitaram a cidade de São Paulo naquele período, praticamente nada relataram sobre o mobiliário de assento utilizado durante as práticas alimentares.

Tampouco, nos inventários consultados entre as décadas de 1740 e 1840,[181] qualquer esteira foi listada. Isso não significa, porém, que não se sentasse à maneira asiática, haja vista a disseminação e permanência dessa prática em todos os estratos sociais, tanto em espaços domésticos como religiosos.

Sua difusão nos espaços públicos pode ser verificada na gravura de Hercule Florence, “A inocência sobre o túmulo de um ilustre liberal”, datada de 1830, em que foi retratada uma cena de homenagem póstuma sobre o túmulo de Líbero Badaró na primitiva Igreja da Sé. Nela, doze mulheres estão sentadas à asiática, com as pernas cruzadas, cobertas por mantos de baeta e mantilhas.[182]

---

178 Idem. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974, p. 19-20.

179 Imagem disponível em: https://bit.ly/4ht7rKX. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

180 BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa. *Debret e o Brasil* – Obra Completa. 4ª ed., Rio de Janeiro: Capivara, 2013, p. 183.

181 Foi consultada quase uma centena de inventários *post mortem* de indivíduos de vários segmentos sociais residentes em São Paulo, guardados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJESP), e arrolados em Fontes e bibliografia.

182 MARINS, Paulo César Garcez, A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETÚBAL, Alice (org.). *Terra Paulista*: histórias, arte, costumes. 2ª ed., São Paulo: CENPEC; IMESP, v. 1, 2008, p. 127.

Já sua propagação pelos grupos sociais pode ser atestada por meio da descrição feita por Isabel Burton, esposa de Richard Burton, sobre a recepção que lhe foi dada pela Marquesa de Santos, em 1865: "a última vez em que a vi recebeu-me na intimidade de sua cozinha, onde sentava no chão, fumando, não um cigarro, mas um cachimbo".[183]

Para além do chão batido e das esteiras, as mulheres sentavam-se em estrados. Tal costume tem origem no Oriente e foi largamente adotado em Portugal e Espanha, em razão de séculos de dominação árabe na península, e também transplantado para a América portuguesa. Sobre os estrados, em geral dispostos junto às paredes, várias atividades se desenrolavam dependendo da hora do dia – costurar, comer, dormir.[184]

Em "Família pobre em sua casa", pintada por Debret na década de 1830, observa-se o interior da moradia de uma velha senhora, e sua jovem filha, ou neta, em companhia de uma escrava. No primeiro plano, a jovem está sentada numa esteira onde fabrica renda e a anciã está sentada num estrado de madeira. Esta tem em suas mãos um tipo de cajado, enrolado com uma espécie de tecido ou fios de algodão ou lã, o que sugere que esteja fiando também. Para o caso paulistano, estrados foram mencionados nos inventários e é provável que, além das funções descritas acima, fossem usados para as práticas alimentares.

Obviamente, possuir um estrado não significava não possuir outros móveis de assento ou de suporte, usados para o comer e o beber, mas, quando foram registrados somente estrados sem que mesas ou bufetes lhes fizessem companhia, houve menção a toalhas de mesa, indicando que algumas refeições fossem feitas sobre eles. Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso de Domingos Lobo de Oliveira, cujo inventário, aberto em 1750, trazia "um estrado de duas tabuas", "uma sobretoalha toda rendada, uma toalha de bretanha [rasgada de usar], uma toalha de algodão rendada em bom uso".

Mais interessante ainda são os casos em que não há menção a mesas, bufetes nem estrado e há registro de toalhas de mesa, assinalando talvez a prática de comer sobre o chão. Enquadrados nessa condição, tanto no inventário de João do Prado de Siqueira, aberto em 1742, como no de Manuel Luís da Costa, datado de 1755, foram registradas toalhas de mesa de Guimarães com seis guardanapos.

Para que se possa imaginar o estrado no interior de um recinto, é importante dizer que suas dimensões anotadas nos inventários paulistas variavam entre sete a onze palmos de comprido por três a oito palmos de largura, ou seja, mediam de 1,54 m por 0,66 m a 2,42 m por 1,76 m, comportando, por vezes, várias pessoas sobre sua superfície.

Os registros de estrados, bancos, tamboretes e cadeiras sugerem que as refeições poderiam se realizar em variados locais, a depender dos comensais, da hora do dia e dos pratos servidos. Mas não só. Indicam ainda o uso diferenciado de peças de mobiliário de

183 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008, p. 207.

184 FLEXOR, Maria Helena Ochi, op. cit.

acordo com os afazeres cotidianos, insinuando que a versatilidade de alguns móveis de assento – comum nas residências marcadas pelo despojamento material – começava a rumar em direção à especialização de seu uso social consoante o estrato social a que pertenciam seus detentores.

O sentar-se tradicional, especialmente aquele que dispensava o uso de mobiliário, como era o caso da postura asiática, sobretudo praticado pelas mulheres, passou a ser estigmatizado no decorrer do século XIX por várias razões. Segundo Vânia Carvalho, a primeira delas refere-se a uma associação equivocada da postura com a preguiça e o ócio. A segunda tem a ver com a explicitação de formas de distinção social também nos interiores domésticos, como, por exemplo, exibir atitudes corporais elegantes no sentar-se. Consequentemente, as posturas agachadas ou o uso do chão passaram a ser vistos como uma maneira rude, associada à pobreza e à falta de mobiliário.[185]

Datada de 1823, a obra "Uma senhora de algumas posses em sua casa", de Jean-Baptiste Debret, dá conta das mudanças pelas quais passava o ato de sentar. A mulher retratada saiu do solo para a marquesa sem, contudo, abandonar a maneira asiática de sentar, enquanto as escravas permaneceram no chão, sobre as esteiras. Enquanto costurava e ensinava as primeiras letras à filha, igualmente sentada à asiática, mas numa cadeira rasa, aguardava o refresco que lhe trazia o cativo.

A manutenção da postura corporal autossustentada feminina em móveis de assento nas horas das refeições também é dada a conhecer pelos registros do artista francês. Sobre o humilde jantar de um pequeno negociante do Rio de Janeiro, comenta

> Essa refeição simples, repetida invariavelmente todos os dias e cuidadosamente escondida dos transeuntes, é feita nos fundos da loja, numa sala que serve igualmente de quarto de dormir. O dono da casa come com os cotovelos fincados na mesa; a mulher com o prato sobre os joelhos, sentada à moda asiática na sua marquesa, e as crianças, deitadas ou de cócoras nas esteiras, se enlambuzam à vontade com a pasta comida nas mãos.[186]

O acervo do Museu Paulista conta com marquesas, porém, infelizmente, não existem exemplares de esteiras, estrados e redes datados do século XVIII e XIX. Tal lacuna, entretanto, não inviabiliza conjecturas sobre as práticas alimentares e de convívio social nos interiores domésticos, pois outros móveis de assento são bastante instigantes para desenvolver, de forma mais concreta, a ideia acerca do papel dos artefatos como mediadores de relações pessoais e conformadores de práticas sociais no momento de transformações das dinâmicas sociais em São Paulo, em especial no âmbito das elites, em fins do período colonial.

---

185 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008, p. 206-7.

186 DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1831). São Paulo: Martins Editora, 1940, p. 139.

Na instituição, encontra-se, por exemplo, “uma cadeira de jacarandá, do século XVII, em linhas retas, de construção rústica, assento e espaldar guarnecidos de sola lavrada com cercadura e ramagens; no centro do espaldar, cartela com flores com o monograma “AP”. Nos ângulos, remate de madeira em ectaedro. Pregaria de pequenas cabeças de latão. Pernas retas, angulares, com travessas simples”.[187] Ela pertencera ao bisavô materno de D. Francisca Miquelina, Antônio de Barros Penteado, sogro do brigadeiro Luís Antônio (Figura 7). Foram cadeiras semelhantes a essa as primeiras a penetrarem nos ambientes domésticos paulistas, como já salientara Vânia Carvalho.[188]

Figura 7: Cadeira: cadeira de sola. Madeira, couro e metal, século XIX. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

Há ainda no acervo um novo estilo de cadeira de sola que adentrou as residências na segunda metade do século XVIII, nelas permanecendo pelo oitocentos afora. Trata-se de um exemplar confeccionado em jacarandá, datado do século XVIII, com assento de sola lavrada, espaldar de madeira vazado e pernas arqueadas com pés redondos (Figura 8).

187 RODRIGUES, José Wasth, op. cit., f. 29.

188 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008.

Figura 8: Cadeira. Madeira e couro, século XIX. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo
Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

Cadeira semelhante foi eternizada por Thomas Ender, ao retratar "Sala de estar em São Paulo", em 1817.[189] Embora fosse o único móvel do aposento, o qual primava pela austeridade material, bem se vê que não se tratava de uma residência pobre, tendo em vista as dimensões da sala, o chão assoalhado e o teto forrado.

Ademais, ao incluir as conversadeiras na cena, situadas abaixo do peitoril das janelas de treliças, o artista indicou que as relações sociais, naquele início de século, ainda muito se desenvolviam no mundo exterior às moradias, mas não deixavam de envolver moradores que interagiam com os transeuntes, fosse por meio da troca de palavras ou simplesmente de olhares. Nesse sentido, como bem analisou Paulo Garcez Marins, as rótulas eram artefatos que funcionavam como instrumentos de mediação entre os espaços públicos e privados, e não de segregação como longamente apontado pela historiografia.[190]

Colocadas junto às paredes, as cadeiras de sola não se adequavam muito a deslocamentos em razão do peso e exigiam posturas físicas mais protocolares devido à

189 Imagem disponível em: https://bit.ly/41YhqC3. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

190 MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula*: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 2, cap. 3, 1999.

própria estrutura dos móveis. É difícil imaginar que peças como essas, pesando de 6,730 kg a 9,430 kg, fossem frequentemente movimentadas nas salas da frente e/ou circundassem mesas. O que, entretanto, não equivale a dizer que os interiores domésticos setecentistas não se prestassem a abrigar reuniões sociais, pelo menos no caso dos comerciantes e/ou de suas viúvas, haja vista que foram localizadas casas de moradas abrigando mais de uma dezena de cadeiras e tamboretes.

Se as descrições dos móveis de assento nos inventários setecentistas e do início do XIX consultados não esclarecem quais deles eram usados junto às mesas para refeições, a aquarela O jantar, de Jean-Baptiste Debret, pintada nos anos 1820[191] – uma das imagens mais difundidas pelos livros de História para tratar das relações cotidianas do Brasil Colonial – pode fornecer indícios sobre as características das peças utilizadas no Rio de Janeiro oitocentista e auxiliar a conjeturar sobre o emprego dos artefatos na realidade paulistana, ao menos nas casas dos segmentos mais abastados da população.

Ao se atentar para a cadeira em que está sentado o marido, nota-se que seus atributos físicos – o encosto vazado e as pernas curvas sem travessas – diferem das cadeiras de sola comentadas anteriormente. Embora não seja dado a ver o assento, ela muito se assemelha às cadeiras de palhinha, introduzidas na América portuguesa em inícios do século XIX, como o exemplar pertencente ao brigadeiro, guardado no Museu Paulista (Figura 9).

191 Imagem disponível em: https://bit.ly/3RhVpJs. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

Figura 9: Cadeira. Madeira, palhinha e metal, século XIX. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

O exemplar que se encontra no Museu Paulista, por sua vez, devia ser usado em outras ocasiões de interação social e de práticas alimentares, num dos cômodos de receber elencados no inventário do brigadeiro, nos quais curiosa, mas não surpreendentemente, não foram avaliadas mesas de jantar.

As cadeiras de palhinha, como eram chamadas, vieram a favorecer as situações de convívio social. Isso porque a adoção da palhinha como revestimento reduziu o peso estrutural da cadeira e a linha curva das pernas dispensou o sistema de travação, conferindo leveza e agilidade ao artefato, que poderia ser movimentado nos recintos favorecendo a intensificação de relações interpessoais.[192]

Os exemplares de palhinha guardados no Museu Paulista, por exemplo, pesam 4,350 kg, cerca de 50% mais leves que os de sola. Tais modelos, portanto, instavam o corpo para práticas de sociabilidade, ao condicionar a maneira de estabelecer o contato com outras pessoas,[193] fosse na sala de visitas ou de na de jantar, ladeando sofás ou circundando mesas.

Os inventários consultados abertos nas quatro primeiras décadas do XIX já evidenciam que esse tipo de móvel estava mesmo se difundindo naquela época, figurando

192 MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit., p. 176.

193 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008, p. 211.

em maior número nas residências paulistanas, em recintos onde se podia conversar, jogar, tomar bebidas, fazer negócios, tecer articulações políticas. No sobrado do brigadeiro Luís Antônio, as cadeiras de palhinha estavam espalhadas nos três aposentos destinados à recepção – 12, na sala do canto, 16, na sala do oratório, e 12, na sala da senhora.

Mas seu caso não era único, nem exceção entre as residências da elite. No inventário do brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, parte do mobiliário foi descrita por sua alocação na varanda, em oito salas, nos quartos de hóspedes e no escritório. Tal como o brigadeiro Luís Antônio, o brigadeiro Jordão foi grande comerciante e proprietário de terras, falecido em 1828, com monte-mor também avaliado em cerca de 300 contos de réis. Em seu sobrado, localizado nos Quatro Cantos – cruzamento das ruas Direita e São Bento –, foram contabilizados 215 móveis de assento com predomínio da palhinha em 136 das 170 cadeiras registradas.

O inventário de D. Genebra de Barros Leite, viúva do brigadeiro Luís Antônio, igualmente mostra o crescimento das atividades de salões na cidade de São Paulo no decorrer do século XIX. D. Genebra se unira, em segundas núpcias, ao baiano José da Costa Carvalho, bacharel por Coimbra e figura de imensa projeção política no Império, recebendo sucessivamente os títulos de barão, visconde e marquês de Monte Alegre. Segundo Paulo César Garcez Marins, "suas atividades políticas foram suficientemente intensas para que os salões do sobrado das ruas do Ouvidor e São Bento fossem amplamente frequentados pelos membros das elites da cidade e da província".[194]

Os eventos sociais intensificados decerto eram permeados por comes e bebes. Além do aumento do número de móveis de assento, que, na residência da rua do Ouvidor, passou de 40, em 1819, para 80, em 1838, ano da morte de D. Genebra, dispostos sobretudo na primeira, segunda, terceira, quarta, quinta sala e varanda, foram arroladas, por exemplo, cerca de 200 garrafas de vinho em caixões e armários e 40 latas de chá, estas últimas já observadas por Paulo César Garcez Marins.[195]

Embora alguns documentos dos inícios do oitocentos já trouxessem os móveis descritos de acordo com sua posição nos aposentos, como nos inventários do brigadeiro Luís Antônio e de D. Genebra, isso não era regra geral, pois, muitas vezes, se avaliavam os móveis pelo material empregado, no caso madeiras, como no do brigadeiro Jordão. Em razão desta organização presente em muitos processos, não se espere encontrar nas fontes a função utilitária mais específica de cada uma das cadeiras. Talvez, a própria versatilidade de seu uso social dificultasse descrições precisas. O mesmo não acontecia, entretanto, com os registros de alguns móveis de suporte nos respectivos processos do século XIX, notadamente as mesas.

194 MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 2005.

195 Ibidem.

Desde fins do século XVIII, as mesas foram, aos poucos, se tornando parceiras dos pesados bufetes como móveis de suporte nas residências paulistanas. Do acervo do Museu Paulista fazem parte três exemplares de bufetes datados dos séculos XVII e XVIII, cujas características são a madeira de jacarandá, as gavetas, os pés torneados ligados por travessas. Já a mesa de sofá do brigadeiro Luís Antônio, embora de dimensões semelhantes, apresenta as inovações dos móveis de suporte ligeiros, caracterizados pelos dois suportes em tábua grossa, apoiados cada um em dois pés arqueados e presos entre si por uma travessa torneada. O tampo tem abas móveis nas extremidades, de cantos redondos[196] (Figura 10).

Figura 10: Mesa: console. Madeira, palhinha e metal, século XIX. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

Novamente, para que se possa avaliar os pesos do bufete e da mesa, ambos inegavelmente utilizados como apoio, mas não necessariamente como móvel para refeição, basta que se diga que o bufete do Museu Paulista pesa cerca de 80 kg e a mesa de sofá 30 kg. As mesas, portanto, adquiriram maior leveza, servindo como apoio para os vários conjuntos de assentos espalhados pelas salas abertas a um público maior.

Embora houvesse uma proliferação de móveis de suporte no espólio do brigadeiro Jordão, apenas uma mesa foi rotulada para o jantar. "Trata-se de uma mesa grande, que serve para jantar, de abrir". Esta última característica foi ainda registrada em mais duas mesas, uma "de jacarandá, de abrir, com seus embutidos e com gavetas" e a outra "redonda de jacarandá preto, de abrir", o que sugere que também pudessem ser utilizadas para refeições principais, adequando-se ao número de comensais.

196 De acordo com informações retiradas de banco de dados e imagens do Museu Paulista – USP, a mesa de sofá – tradução do termo inglês *sofa-table* – corresponde a uma mesa multifuncional, alta e estreita, com gavetas, em geral disposta em salas de visita, atrás do sofá, cujos utensílios, colocados em seu tampo, seriam de fácil acesso aos usuários do sofá.

No caso do brigadeiro Luís Antônio, duas mesas de jantar foram registradas com duas gavetas cada – não nas salas principais, mas no item "Mais móveis" –, uma das quais parece reaparecer no inventário da viúva, mais uma vez em local indefinido, como "mesa velha de jantar com gaveta", avaliada proximamente a outras peças relacionadas a momentos de refeição, como "uma mesa de jantar de três peças", "dois aparadores de madeira de óleo", "um guarda louça com duas gavetas", "dois armários de canto com suas vidraças". Ainda, em 1838, na varanda, foram flagradas onze cadeiras de madeira de jacarandá com assento de palhinha, já usadas com pés torneados, uma mesa de abrir de baeta verde e uma mesa redonda de abrir, sugerindo que aí também fosse um local de ocorrência de práticas alimentares.

A designação "de jantar" remete a um móvel particular para determinada função rodeado por móveis de assento que lhe são igualmente próprios, o que, na América portuguesa do início do oitocentos, não implica obrigatoriamente a existência de uma sala específica destinada à refeição principal, como se constata pelo arrolamento de bens do casal, com intervalo de 20 anos.

Ao estudar as casas das elites lisboetas entre 1750 e 1825, Carlos Franco comentou que as primeiras salas de jantar demarcadas nos interiores domésticos não foram necessariamente concebidas para receber, daí contarem com pé direito baixo e se localizarem em antigas zonas de serviço da casa, contíguas às cozinhas.[197] Para o contexto colonial, tal descrição parece indicar que esse recinto de nova nomenclatura, na verdade, vinha a substituir a tradicional varanda das moradias urbanas, que, segundo Vânia Carvalho, era um ambiente interiorizado, "multifuncional e informal, ocupado intensamente pela mulher, que a utilizava como ponto estratégico para o acompanhamento dos trabalhos domésticos e para a recepção de visitas íntimas".[198]

Embora não contasse com recinto próprio, a mesa de jantar que começa a figurar nos inventários da elite residente na São Paulo oitocentista parece se distanciar da conhecida mesa, "móvel da casa em que se põem os pratos para comer",[199] tornando-se peça central para a prática social de ritos alimentares mais regrados a serem partilhados por pessoas alheias ao núcleo familiar. Ritos esses promovidos pelos homens de negócio, muitos dos quais herdeiros de fortunas dos seus antepassados ou de suas esposas, dedicados à lide mercantil, que passaram a conjugar as antigas atividades comerciais com a agricultura de exportação de açúcar, difundindo novas formas de sociabilidade em suas residências.

---

197 FRANCO, Carlos. A sala de jantar nas casas de Lisboa: 1750-1825. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: UCE/ CITAR, 2011, p. 93-95.

198 CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008, p. 120.

199 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: *aulico, anatomico, architectonico*..., vol. 5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 446.

Francisco de Castro Canto e Melo, responsável pela descrição da viagem do príncipe regente a São Paulo em 1822, admirado com a recepção dada pelo brigadeiro Jordão a D. Pedro, qualificou-a como "obsequiosa e magnífica hospedagem".[200] A incorporação do brigadeiro Jordão ao grupo de D. Pedro na viagem à vila de Santos, no dia seguinte à acolhida e às vésperas da proclamação da independência, dá conta de como os interiores domésticos se tornavam mais e mais palco para o desenvolvimento de relações sociais e de poder.

Impressão diferente teria Daniel Kidder sobre o almoço do qual participara numa fazenda de D. Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda, viúva do brigadeiro Jordão, no final da década de 1830. Diz ele: "Seguimos viagem pela manhã seguinte bem cedo e lá chegamos ainda a tempo para o almoço. Nessa refeição tomaram parte cerca de vinte pessoas, todas sentadas em bancos, ao longo de uma comprida mesa fixa no chão".[201] Nas páginas seguintes, continua "era rico e farto o serviço de mesa, mas reinava certa confusão entre as dez ou doze copeiras (...) A baixela era das mais finas e caras. As mesas e cadeiras, miseráveis".[202]

Como o desenvolvimento das ações humanas não é linear nem unidirecional, tais impressões revelam a ambivalência dos artefatos e das práticas sociais em torno das refeições nas primeiras décadas do XIX. Mostram como os novos recintos e móveis destinados a momentos de interação social, muitas vezes, se limitavam a alguns sobrados localizados no centro da capital, palcos privilegiados de reuniões necessárias à própria articulação social e política das novas elites paulistanas.[203]

Assim como a mesa de jantar passou a designar um determinado móvel cada vez mais afastado das antigas mesas de pau ou da improvisação de tábuas sobre cavaletes, no caso dos rituais do chá, pode-se dizer que as ocasiões igualmente concorreram para a introdução de peças específicas – as mesas de chá –, transformando um hábito antes restrito ao cotidiano familiar em evento de forte conotação social. Segundo Maria Alexandre Lousada,[204] foi, sobretudo, a partir do reinado de D. José I (1750-1777) que se institucionalizou uma nova dinâmica nos ritos alimentares das elites citadinas portu-

---

200 MELO, Francisco de Castro Canto e. Descrição da viagem do príncipe do Rio de Janeiro a São Paulo, feita pelo gentil-homem de sua câmara Francisco de Canto e Melo. In: MORAES, A. J. M. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 428.

201 KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1972, p. 194.

202 Ibidem, p. 203.

203 MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 2005.

204 LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In VENTURA, Maria da Graça (coord.). *Os espaços de sociabilidades na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Americana, 2004, p. 95-120.

guesas com a introdução de tertúlias vespertinas, regadas a chá ou chocolate, torradas e doces.[205]

Nesses casos, parece claro que os móveis de suporte não podem ser desvinculados dos de assento. As mesas supostamente destinadas à cerimônia do chá na casa do brigadeiro Jordão foram assim descritas em seu inventário: "mesa redonda, de óleo, de chá", "mesa também de chá, de madeira vapuã". Embora não possa afirmar em que sala ela acontecia, os registros evidenciam que as mesas reservadas ao ritual não eram nas salas de jantar, como apontado por Tânia de Andrade Lima para o contexto fluminense oitocentista.[206]

Na residência do brigadeiro Luís Antônio, por sua vez, a mesa de chá fora registrada como redonda de jacarandá – também arrolada no item "Mais móveis" como as mesas de jantar – e não na sala da senhora como era de se esperar, embora se possa imaginar que esse recinto era destinado, entre outras funções, a protagonizar o ritual do chá, tão presente no decorrer do século XVIII na Inglaterra e difundido no Rio de Janeiro com a chegada da Família Real. Para além da especificidade da mesa e do nome da sala, tal suposição decorre da existência de dois aparelhos de chá, sendo um de louça da Índia e outro de prata, este último novamente mencionado no inventário da viúva, falecida 20 anos depois, sem contar as latas de chá já mencionadas.

Infelizmente existem pouquíssimas impressões sobre as ocasiões que envolviam a ingestão de chá em São Paulo em inícios do XIX. A prática foi lacônica e imprecisamente referida por John Mawe, que visitou a cidade em 1807, ao comentar a importância das festas religiosas no cenário urbano paulistano: "as senhoras, que consideram o dia como de festa, em seus vestidos de gala, enchem as sacadas das casas, de onde se tem melhor visão do espetáculo; a noite termina, em geral, com chá e partidas de cartas ou danças"[207]. E ainda por Saint-Hilaire que se referiu à ingestão de chá quando foi levado à casa do ouvidor no dia em que chegara à cidade de São Paulo em 1819, dizendo apenas que "lhe recebeu cortesmente, convidando-o para tomar chá em sua companhia".[208]

---

205 "O século XIX trouxe as transformações que ainda hoje fazem parte do nosso mundo. Os horários das refeições foram alterados para as horas que conhecemos hoje devido à introdução da iluminação a gás, depois à eletricidade e também à ausência dos homens da casa, nos negócios ou no emprego durante o dia. (...) Assim, a primeira refeição do dia, ligeira na Europa continental, passou a chamar-se pequeno almoço, o almoço ficou mais tardio, tomando o lugar que era do jantar, este entrou na noite confundindo-se com a ceia. A nível familiar ou social manteve-se como a mais importante refeição do dia". Cf. VALENÇA, César. *A sala de jantar na segunda metade do século XIX* (Catálogo de exposição). Braga: Universidade do Minho/ Museu Nogueira da Silva, 2002, p. 8-9.

206 LIMA, Tânia Andrade. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.5, n.1, p. 93-129, 1997.

207 MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil (1807-1810)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 72.

208 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 142.

Embora ausentes nas descrições acima, parece legítimo supor que as cadeiras, tamboretes e mochos eram os artefatos obrigatórios e quase imprescindíveis nas tertúlias promovidas nas casas da elite, envolvendo bebidas, comidas e jogos de tabuleiro. Nada que impedisse, costumeira e confortavelmente, que, no cotidiano diurno, as mulheres lançassem mão de esteiras e estrados para a realização de trabalhos manuais e/ou de determinadas refeições, haja vista a descrição acerca da recepção dada a estrangeiros pela Marquesa de Santos, sentada no chão de sua cozinha.

Do museu ao sobrado

A mobília da sala de visitas do brigadeiro Luís Antônio integrou a exposição "De pratos, elixires e urinóis no Brasil do século XIX",[209] inaugurada em 1996 e desmontada em 2013 no Museu Paulista, disposta numa vitrine juntamente com outros utensílios domésticos do oitocentos (Figura 11).

Figura 11: Exposição De pratos, elixires e urinóis no Brasil do século XIX, Museu Paulista – USP, São Paulo, 2012. Fotografia: Helio Nobre/José Rosael.

Mas, e no sobrado da esquina das ruas do Ouvidor e de São Bento, onde as peças aqui analisadas estavam dispostas? O fato é que o aumento de móveis nos aposentos nos vinte anos que se seguiram à morte do brigadeiro acabou por dificultar sua loca-

209 A exposição teve a curadoria original de Tânia Andrade Lima, no contexto de um pós-doutorado no Museu Paulista sob supervisão de Ulpiano Bezerra de Meneses e colaboração de Heloisa Barbuy e Ricardo Bogus. Quando o acervo arqueológico do Museu Nacional foi devolvido, a exposição foi adaptada pelos servidores citados. Agradeço à Profa. Dra. Heloisa Barbuy pelas informações.

lização. Pelo cotejamento das características das peças descritas nos inventários do brigadeiro e de D. Genebra com as expostas no Museu, elaborei algumas conjecturas.

Na sala do canto, foram avaliados, entre outros móveis, 12 cadeiras de palhinha, de madeira preta de jacarandá com seus enfeites de casquinha, dois canapés, irmãos das mesmas cadeiras, e uma mesa irmã das cadeiras. A existência dos três tipos de móveis – cadeira, canapé e mesa –, aliada aos enfeites de casquinha, que poderiam corresponder aos ornatos de metal aplicados no espaldar das cadeiras, pode ser tomada como indício de que fosse nesse aposento que os móveis ficavam dispostos em 1819.

Perseguindo os móveis no inventário de D. Genebra, aberto quase 20 anos depois, parece que consegui localizá-los com mais precisão na quarta sala, pela menção a uma mesa de sofá também de madeira de jacarandá com suas estrelas de casquinha e já usada, ao lado de 30 cadeiras de jacarandá de palhinha e do sofá irmão das cadeiras, como comentado anteriormente.

Em realidade, no dito aposento, para além dos móveis citados, havia duas mesas douradas com tampos de pedra, quatro cantoneiras também douradas com seus tampos de pedra, dois espelhos grandes com suas molduras douradas, um lustre e uma carteira pequena de madeira com sua fechadura. Todo esse recheio indicava grande atividade social, típica da vida de salões, certamente envolvendo chás, chocolates, cafés, refrescos, e seus complementos sólidos.[210]

A presença das luxuosas cantoneiras reforça ainda mais a função da quarta sala como ambiente favorável à recepção de visitas e a refeições, uma vez que as louças guardadas nesses móveis de conter eram cuidadosamente arrumadas para exposição. Figurando, sobretudo, em salas de jantar nas casas das elites lisboetas, Nuno Luís Madureira afirma que a emergência dos guarda-louças e cantoneiras é a prova de que "guardar deixa também de ser um parasita semântico dos verbos depositar e conservar, para englobar construções mais dinâmicas: mostrar, expor. (...) Há uma assinatura social, na maneira como se colocam as coisas para serem vistas por outros".[211]

Se as cadeiras eram aquelas mesmas descritas na sala do canto do tempo do brigadeiro, não tenho como afiançar, embora os ornamentos de casquinha lá figurassem. Para validar tal proposta, tenho que aventar duas hipóteses. A primeira supõe que a ordem dos aposentos avaliados em 1819 se manteve em 1838 e os móveis foram deslocados da sala do canto para a quarta sala, originalmente sala da senhora; a segunda – e a que me parece mais plausível – é a de que os louvados do processo de D. Genebra realizaram outro percurso no interior da residência, alterando a sequência da avaliação das salas de recepção e, nesse caso, a quarta sala corresponderia à sala do canto.

Como já ponderado, uma afirmação mais definitiva fica comprometida ante a introdução de muitas e variadas peças de mobiliário nos aposentos que acaba por desca-

210 PÉREZ SAMPER, María de los Ángeles. La alimentación cotidiana en la España del siglo XVIII. In: GARCÍA HURTADO, Manuel-Reyes. La vida cotidiana en la España del siglo XVIII. Madrid: Sílex, 2009, p. 11-55.

211 MADUREIRA, Nuno Luís, op. cit., p. 192.

racterizar o recheio original. De toda forma, os móveis descritos nos inventários do casal não deixam margem de dúvida quanto à intensa vida social que se desenvolvia nas quatro salas destinadas à recepção de pessoas alheias ao núcleo familiar, palcos para refeições leves, almoços, jantares e, quiçá, banquetes – repare-se que aqui nem foram levados em conta os serviços de mesa e as alfaias.

Considerações finais

Se os interiores domésticos cada vez mais se tornavam espaços para a ampliação de novas formas de convívio social e de relações de poder entre as elites na cidade de São Paulo, retirando do espaço público a exclusividade dos encontros interpessoais, era imperioso que o ambiente da casa e seus proprietários estivessem preparados para dar suporte e difundir comportamentos, mediante novas formas de interação entre corpos e objetos nos momentos sociais que envolviam práticas alimentares.

As peças de mobiliário, descritas nos inventários, nos relatos e gravuras de época, utilizadas – não só, mas também – em momentos de refeições, são testemunhos materiais dessas transformações sociais e, por isso, artefatos fundamentais para a compreensão da nova realidade socioeconômica que se esboçava na cidade de São Paulo em inícios do século XIX, ancorada nas fortunas provenientes dos negócios de fazenda seca, açúcar, escravos e animais.

Para além do prestígio de que desfrutava em razão dos eventos promovidos e dos ambientes exibidos, ao engajar a casa numa nova rotina de encontros, o grupo mercantil consolidava seu processo de enraizamento urbano e social, quer protagonizado por portugueses – a exemplo do brigadeiro Luís Antônio – quer iniciado pelos antepassados reinóis fixados na capital paulista desde a primeira metade do setecentos – no caso do brigadeiro Jordão.

Por um lado, a introdução de novos artefatos relacionados à alimentação indica a sintonia das elites comerciais com as mudanças processadas na Europa por meio dos comportamentos adotados pela burguesia ascendente nos ambientes domésticos, no sentido de implantação de novos ritos sociais nos momentos da refeição desempenhados em recintos privados. Por outro lado, a posse de determinados móveis em sobrados da capital paulista impulsiona a adoção de um protocolo urbano que funciona como estratégia de legitimação social, distanciando esses homens de negócios de outros segmentos sociais que, no Brasil, ainda em inícios do oitocentos, comiam sentados em esteiras, estrados, redes, marquesas, bancos.

Ao proceder desse modo, os comerciantes acabaram por disseminar comportamentos sociais intramuros bem antes de a elite cafeicultora paulista estabelecer residências na capital paulista, garantindo ao espaço urbano maior projeção nacional e internacional e chamando a atenção da historiografia brasileira que, durante boa parte da centúria passada, insistiu em localizar apenas neste contexto o início do desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo.

3

Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista

Introdução

O acervo geral do Museu Paulista teve como um de seus núcleos fundadores a coleção de objetos reunida pelo coronel Joaquim Sertório em sua residência, um museu particular, do qual constavam espécimes de história natural e peças de interesse etnográfico e histórico, entre as quais móveis.[212] Em 1890, a coleção foi doada ao Governo do Estado de São Paulo, ao ser criado o Museu do Estado, logo rebatizado de Museu Paulista, que passou a funcionar oficialmente no local onde se encontra, no bairro do Ipiranga, em 1895.

Dedicado ao estudo de história natural, mas desde sempre marco representativo da Independência, o Museu Paulista guardava traços do modelo enciclopédico predominante nos museus oitocentistas, gradualmente caminhando rumo a uma especialização voltada à história, com destaque para a história de São Paulo. Como reforço desse caráter histórico, ao longo do século XX, acervos relacionados à zoologia, botânica, arqueologia e etnologia foram sucessivamente transferidos para diferentes instituições.[213]

A partir de 1989, sob a direção de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, novas diretrizes foram adotadas para o trabalho no Museu, definitivamente considerado um museu especializado em pesquisas no campo da história, e a cultura material foi assumida como área de concentração para as análises desenvolvidas nas linhas de pesquisa institucionais.

Nesse momento, quando da criação de um Programa de Organização Física e Documental dos acervos institucionais, elegeu-se o acervo de mobiliário como um dos principais núcleos a serem pesquisados, o qual, por quantidade e qualidade, é um dos

212 CARVALHO, Paula Carolina de Andrade. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 105-152, 2014.

213 Em 1927, a seção botânica do museu foi transferida para o recém-criado Instituto Biológico de Defesa Agrícola. Em 1941, as coleções de ciências naturais foram enviadas para o novo prédio do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura, que daria origem ao Museu de Zoologia da USP. Por fim, com a Inauguração do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, em 1989, foram para lá transferidos os acervos a ele relacionados. Para mais Informações, ver: BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Paradigma da história nacional? O Museu Paulista ao longo do século XX. In: *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011, p. 136-154.

mais destacados da instituição. Nos anos seguintes, visando-se a uma catalogação avançada desse núcleo, foi elaborado o Sistema descritivo para acervos de mobiliário, levado a cabo pela museóloga Giselle Paixão, coordenado por Heloísa Barbuy e finalizado em 1999,[214] na gestão de Raquel Glezer.

Trata-se de um trabalho de coleta feito com base no vocabulário utilizado entre os próprios autores de livros sobre mobiliário, em publicações afins, e em thesauri já estabelecidos como o Thesaurus para acervos museológicos, de Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchi, de 1987.[215] A partir da organização dos dados, foram produzidas as reformulações e adequações necessárias à realidade do Museu Paulista.

De particular interesse para a elaboração do Instrumento foi o contato com as fichas pertencentes às chamadas "Descrições de mobiliário do acervo do Museu Paulista" de autoria de José Wasth Rodrigues, colaborador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), elaboradas em 1948 sobre 70 peças do acervo, e que ainda hoje figuram no campo Descrição do atual Banco de Dados e Imagens da instituição.

É com base nessa catalogação que pretendo discutir situações de incompatibilidade colocadas, muitas vezes, entre os termos utilizados pelos coevos para designar determinadas peças de mobiliário nos séculos XVIII e XIX e a classificação das peças em instituições museológicas, bem como os problemas dela decorrentes. Tal discussão se forjou no âmbito de uma pesquisa desenvolvida na instituição, entre 2011 e 2014, sobre o espaço doméstico e a cultura material em São Paulo colonial.

Para tanto, buscarei problematizar o ofício do historiador ao lidar com documentos de natureza diversa e expor como se estabeleceu e se conformou, ao longo do trabalho, um diálogo crítico entre as fontes tridimensionais – as peças do acervo – e as fontes textuais produzidas no contexto de origem dos artefatos domésticos – sobretudo inventários –, tendo como eixo os atributos físicos dos objetos. Como estudo de caso, jogarei luzes sobre arcas e caixas, uma vez que esses móveis de conter e de guardar eram onipresentes em toda a casa setecentista do Império português.

Desafios do trabalho com fontes de natureza variada

A investigação partiu da observação de uma centena de peças de mobiliário datadas do século XVII até a primeira metade do século XIX, pertencentes às coleções do museu, com o intuito de se refletir sobre as conjunturas vivenciadas pelos habitantes da cidade de São Paulo colonial. E, num movimento de mão dupla, buscou compreender

214 PAIXÃO, Giselle Marques Leite. Sistema descritivo para acervos de mobiliário, contendo 923 vocábulos e 638 ilustrações. In: BARBUY, Heloisa (org.). *Instrumento para catalogação produzido para o Serviço de Objetos do Museu Paulista-USP*. São Paulo: MP-USP, 1999.

215 FERREZ, Helena Dodd; BIANCHI, Maria Helena. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1987.

esses mesmos artefatos musealizados a partir de sua função utilitária e social no contexto de origem.

Para entender o ambiente de produção dos bens, foram consultados 88 inventários post mortem, abertos entre 1740 e 1840, de diversos segmentos sociais, depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJESP), atentando para os objetos descritos nos interiores domésticos de tipologias similares aos encontrados no acervo do Museu Paulista.

Já, para entender o contexto de musealização, reuni elementos sobre a constituição de acervos no Museu Paulista e a trajetória expositiva das peças a partir do levantamento de conjuntos documentais guardados na Seção técnico-científica de documentação e gestão de acervo da instituição.

O procedimento metodológico do uso de documentos de variada natureza para o estudo das dimensões materiais da vida social foi denominado por Vânia Carneiro de Carvalho[216] como o diálogo crítico entre cultura material e fontes textuais e, por Marcelo Rede, como o arranjo calibrado de fontes. Para ele,

> uma solução consistente ao problema da inserção da cultura material no processo de produção do conhecimento histórico não poderá partir da defesa de sua superioridade ou da exclusão dos documentos escritos. Ao contrário, tem-se apontado para uma perspectiva de combinação que excede à simples sobreposição de informações provenientes dos dois campos de análise e induz à sua interação mútua e controle recíproco.[217]

O controle recíproco das fontes proposto por Rede sugere que as informações coletadas em documentos de natureza diversa necessariamente não se complementam. A esse respeito, Ulpiano Bezerra de Meneses chama a atenção para

> a inadequação de uma expectativa assídua, em que se imagina que as fontes devam forçosamente convergir para um mesmo ponto de fuga, embora diferencialmente. Tal expectativa corresponde a uma visão imprópria do funcionamento da sociedade e da cultura, em que se eliminou o conflito e a incoerência e, portanto, a possibilidade da presença de práticas e representações desencontradas.[218]

A percepção da aproximação, por um lado, e do descompasso, por outro, entre as fontes textuais e materiais foi experimentada quando me propus a analisar a mobilidade espacial e a sedimentação das populações na cidade de São Paulo e nos interiores

---

216 CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato*: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

217 REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. São Paulo, v. 4, p. 277, 1996.

218 MENESES, Ulpiano Bezerra de. Rumo a uma "história visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby. *O imaginário* e o poético nas Ciências Sociais. Bragança Paulista: Edusc, 2005, p. 43.

domésticos durante os séculos XVIII e XIX a partir dos móveis de guarda, especialmente canastras, baús, arcas e caixas, que pertencem ao acervo do Museu Paulista.

As canastras em uso e em exposição

Em pesquisa anterior sobre o papel dos comerciantes no desenvolvimento da capital paulista na primeira metade do setecentos, constatei a intensa movimentação desses homens entre São Paulo, Rio de Janeiro e as áreas mineradoras de Cuiabá e Goiás, e identifiquei os produtos disponíveis ao público nas lojas de fazenda seca e destinados ao abastecimento das populações interioranas.[219] Se as fontes textuais deram a conhecer o que circulava nas capitanias do centro-sul da América portuguesa, restou perguntar onde os artefatos eram acondicionados nas casas e como eram conduzidos de uma localidade para outra.

A leitura dos 88 inventários evidenciou que o mobiliário com tampo de abrir era o que predominava nos interiores domésticos, depois dos móveis de assento. É legítimo supor que a intensa mobilidade espacial vivenciada pelos comerciantes que residiam na cidade de São Paulo, no século XVIII, tenha se refletido no apego aos baús, às canastras, às arcas e às caixas de carga, utilizados para transporte de mercadorias e de bens próprios.

No inventário do marceneiro João da Mota Liver, aberto em 1771, são mencionadas "duas canastras de cedro por encourar sem engonços nem fechaduras",[220] avaliadas em 1$280. Justamente por estarem inacabadas quando da morte do oficial mecânico, a descrição dos avaliadores dá a conhecer quais eram, de fato, os componentes considerados principais da peça. Nos registros, invariavelmente, aparecem a cobertura de couro ou sola e a existência ou não de fechaduras. Das 43 canastras localizadas nos inventários, 34 foram citadas em pares, o que poderia ser explicado pela necessidade de distribuir o peso igualmente entre os flancos do animal.

A descrição em inventários, no entanto, não furta os historiadores a buscarem compreender o uso do artefato a partir de seus próprios atributos físicos, e é, no confronto de fontes, que eles se deparam com a complementação ou o desacordo de informações.

No Museu Paulista, há uma canastra datada do século XIX, que pertencera a Antônio Bento de Moura e foi doada à instituição por sua filha, Sra. Alda Beatriz de Moura, em 1984 (Figura 12). O proprietário era filho de Bento Vieira de Moura, soldado da guarda de honra de D. Pedro I e um dos integrantes da comitiva do príncipe regente por ocasião da proclamação da independência.

---

219 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil*: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda; Fapesp, 2010.

220 Devido ao grande número de excertos retirados da documentação, para que não se repetissem exaustivamente, decidi alocar as referências às fontes primárias em listagem ao final do livro.

Figura 12: Arca: canastra. Madeira, couro e metal, século XIX. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

Até o fechamento do Museu Paulista para reformas, em agosto de 2013, a peça se encontrava em exposição no subsolo do edifício (Figura 13).

Figura 13: Vista da exposição dedicada a instrumentos de mineração e objetos de tropeirismo, Museu Paulista – USP, São Paulo, 2011. Fotografia: Helio Nobre/José Rosael.

Os traços físicos da canastra revelam a adequação do artefato para o transporte de mercadorias em viagens. Medindo 77,00 cm de comprimento, 36,00 cm de profundidade e 37,00 cm de altura, tem estrutura de madeira revestida de couro em pelo, fechadura de espelho quadrado, alças laterais de metal. Para além do próprio revestimento em couro, o que protegia a carga das chuvas, eram as abas que pendiam da tampa, vedando a caixa. Este atributo – as abas – não foi mencionado na documentação textual, tampouco as argolas laterais, talvez por lhe serem constituintes. O que é informado pelas fontes, como se viu, é que eram encouradas, com fechadura e, em geral, figuravam aos pares.

Outra informação ausente nos inventários é o peso dos artefatos, que se pode avaliar com o objeto em mãos. No caso, a canastra do museu pesa 11,26 kg, mais leve do que qualquer outro móvel de guarda do acervo, o que indica sua melhor adequação às jornadas. Mais uma vez, fica evidente a importância da materialidade da peça para compreensão de seu emprego no contexto de origem.

Sob outra perspectiva – a da iconografia –, a gravura "Acampamento noturno de viajantes" (Figura 14), inserida no segundo volume da Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, de Jean-Baptiste Debret, publicada em 1835, além de corroborar a função das canastras quanto ao acondicionamento e transporte de mercadorias, apresenta mais uma função, agora ligada à proteção dos próprios viajantes.

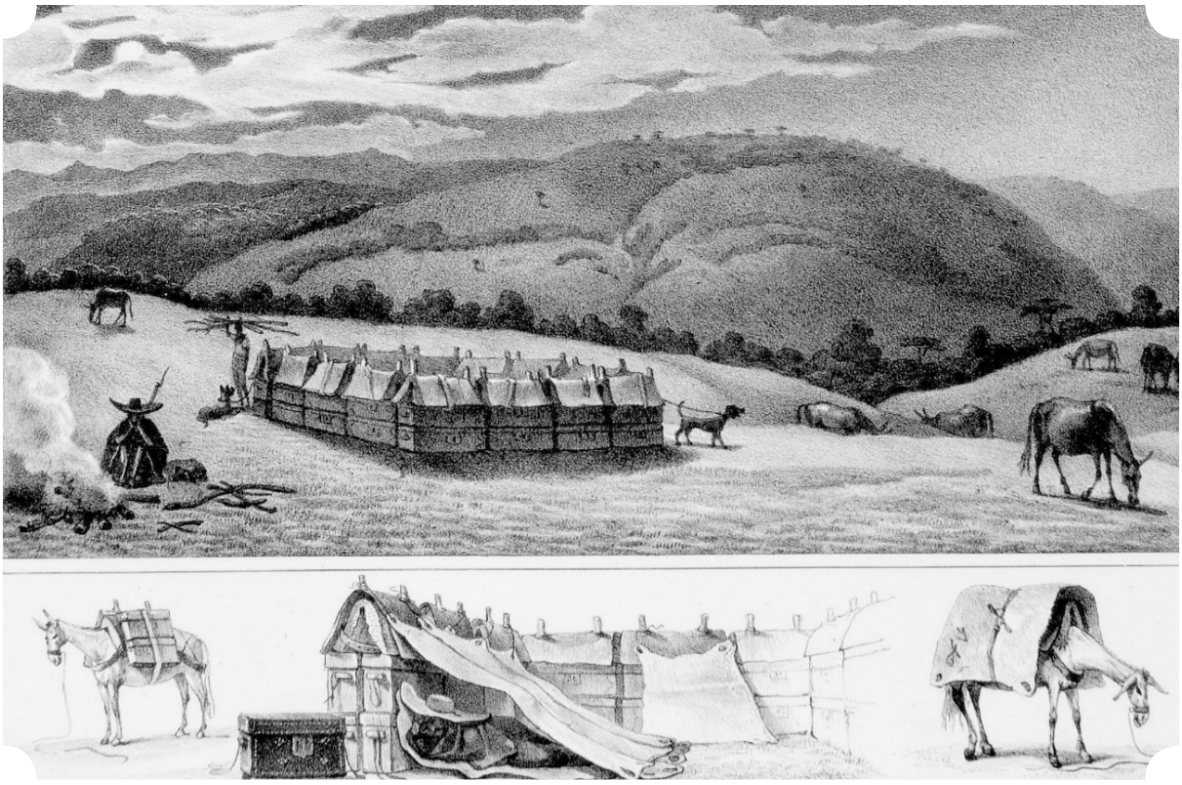


Figura 14: Jean-Baptiste Debret, Acampamento noturno de viajantes, litografia de Tierry Frères, 1835, Paris, Firmin Didot Frères.[221]

221 Imagem disponível em https://bit.ly/4hpAQpg. Acesso em: 31 de dezembro de 2022.

Na imagem, fica sugerido que, no momento de repouso da tropa, as canastras eram retiradas dos lombos dos animais para que estes descansassem e colocadas umas ao lado das outras e umas sobre as outras, de modo que formassem uma muralha, dentro da qual os viajantes pudessem dormir. No detalhe da gravura, percebe-se o emprego das canastras tanto como apoio quanto abrigo para o viajante fatigado pela exaustiva marcha realizada ao longo do dia. O couro destinado a preservar a carga do sol e da umidade no lombo dos animais passava, então, a ser usado, à noite, para proteger o mercador das intempéries.

Embora seja duvidosa a presença de Debret no local original do acampamento, retratado pelo prussiano Friedrich Sellow de quem o pintor francês teria copiado a imagem,[222] o artista – nesse caso, a dúvida quanto à autoria não é impeditiva para análise – acabou por expor as múltiplas funções de um determinado artefato, incitando o público a refletir sobre as novas práticas sociais e comportamentos humanos advindos de novas interações entre os mesmos corpos e objetos em contextos diferentes.[223]

Se no caso das canastras houve a coincidência e, se poderia dizer, a complementação das características registradas nos inventários e perceptíveis ao olhar na gravura e na peça de museu, o mesmo não se aplica aos baús e às arcas.

Ou seja, o que é descrito como baú e arca nos inventários paulistas consultados, não corresponde ao que é nomeado como tal no acervo do Museu Paulista. E foi a própria materialidade dos objetos que evidenciou os desencontros.

A meu ver, tal disparidade se deve ao fato de que as classificações adotadas em espaços museais, em geral, se baseiam nos thesauri museológicos, nos acervos e catálogos de outros museus, e nos estudos de mobiliário, como já comentado. E, assim, cria-se um círculo vicioso em que as mesmas obras e autores acabam por servir de fonte, sem que necessariamente se leve em consideração a designação dada pelos coevos aos objetos e que pode ser apreendida a partir da consulta a documentos de época, ainda mais os de caráter serial como são os inventários.

---

222 TRINDADE, Jaelson Bitran. O fantasma de Debret. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jan. 2008.

223 Sobre a relação corpo-objeto nos estudos de cultura material, ver: HELLMAN, Mimi. Furniture, sociability, and the work of leisure in Eighteenth-century France. *Eighteenth-century Studies*. vol. 32, n. 4, p.415-445, 1999; GOODMAN, Dena. The secrétaire and the Integration of the eighteenth-century self. In: GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn (orgs.). *Furnishing the Eighteenth century*: what furniture can tell us about European and American past. Nova York; Londres: Routledge, 2007, p. 183-204; SARGENTSON, Carolyn. Looking at furniture Inside out: Strategies of secrecy and security In: eighteenth-century French furniture. In: GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn (orgs.). *Furnishing the Eighteenth century*: what furniture can tell us about European and American past. Nova York; Londres: Routledge, 2007, p. 205-236. CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit., 2008.

As caixas na casa colonial e as arcas no museu

Atente-se para o caso da arca a partir da seleção de dois móveis assim classificados no Museu Paulista (Figuras 15 e 16).

Figura 15: Arca. Madeira e metal, século XVIII, 0,530 m x 0,850 m 0,470 m. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

Figura 16: Arca. Madeira e metal, século XVIII, 0,590 m x 1,425 m 0,620 m. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Fotografia de Helio Nobre/José Rosael.

O primeiro móvel tem estrutura em cedro, com guarnições de jacarandá, medindo 85,00 cm de comprimento, 47,00 cm de profundidade e 53,00 cm de altura e com peso de 30,30 kg. Na parte da frente e das laterais apresenta almofadas em forma de losangos, e é decorado com tremidos.[224] Dispõe de tampa, fechadura, pés recortados, duas gavetas na parte inferior e duas alças de ferro nos lados. No seu interior, sobre as gavetas, há vazados em madeira recortados em formas de rosetas.[225]

Já o segundo, também de cedro, é maior, tendo como dimensões 142,50 cm de comprimento, 62,00 cm de profundidade e 59,00 cm de altura, e pesa 53,70 kg. Tem estrutura lisa, tampa emoldurada com jacarandá, fechadura, alças laterais de ferro forjado, mas não possui pés. A única gaveta fica na parte interior à esquerda, por baixo de um escaninho.[226]

Veja-se agora o que se entendia por arca no contexto paulistano dos séculos XVIII e XIX. As primeiras arcas mencionadas no universo de pesquisa deste capítulo pertenciam ao boticário e comerciante Manuel José da Cunha, como se depreende de seu inventário aberto em 1746: "uma arca grande de moscóvia de seis palmos com duas fechaduras em bom uso", avaliada em 7$000, e "outra dita arca de moscóvia de quatro palmos com uma fechadura em bom uso", no valor de 4$800. Também de moscóvia era coberta a arca grande do mercador Manuel Gonçalves Sete, falecido em 1755, com duas fechaduras e seus travos, calculada em 3$520. Já o homem de negócios Manoel Mendes de Almeida possuía "uma arca de [...] de quatro palmos de comprido e dois de largo com pregaria miúda, [...] de moscóvia, com sua fechadura", porém, sem avaliação no processo aberto em 1756.

Do inventário de Francisco Afonso Lima, ocorrido no mesmo ano, foram listadas "uma arca grande de moscóvia com pregaria miúda branca de cinco palmos de comprido e dois de largo com duas fechaduras" e "uma dita arca de moscóvia com pregaria miúda já velha de cinco palmos de comprido e dois de largo com suas fechaduras", valendo, respectivamente, 4$000 e 2$000. Francisco Pinheiro de Sepeda, que vivia de seus negócios, também era detentor de duas peças, assim caracterizadas no processo de 1760: "uma arca de couro cru com duas fechaduras e com pregaria miúda já usada", avaliada em 2$560, e outra "de moscóvia de pregaria com duas fechaduras já velha sem forro e fundo roto", em 1$920. Por fim, a última arca citada no conjunto de inventários consultados consta do processo do carpinteiro Manoel Francisco Domingues, aberto em 1771, e foi descrita como "uma arca de moscóvia sem fechadura de quatro palmos de comprido e dois de largo forrada de [...] com seus pés de taboa", por $800.

---

224 De acordo com Flexor, tremido foi termo criado e empregado pelos colaboradores do IPHAN e difundido pelas Instituições museológicas e antiquários. Cf. FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009, p. 27.

225 Informações obtidas a partir dos registros do banco de dados e imagens do Museu Paulista-USP.

226 Idem.

Desse momento até a data extrema de 1840, não houve mais registro algum de arcas. Como se vê, segundo os 88 inventários consultados, das únicas nove arcas registradas, uma era de couro cru e oito eram de moscóvia, que correspondia, em princípio, a um couro de cor mais ou menos arroxada ou acastanhada, como se preparava na Rússia, e com que se cobriam baús, cadeiras, etc.[227] Todas possuíam fechaduras e cinco eram adornadas com pregaria, que serviam ainda para prender o couro.

As características das arcas muito se assemelham a dos baús que, nos inventários, também são descritos como revestidos de couro. Essa é uma similaridade, dentre várias, que encontrei entre os contextos paulista e baiano. No glossário do Mobiliário baiano, Maria Helena Flexor coloca na mesma entrada "baú e arca de couro de moscóvia – peças de madeira em forma de caixa, cobertas de couro de origem russa".[228]

Em face das distâncias que separam os aspectos materiais das fontes tridimensionais – as arcas do Museu – e os mencionados nos documentos escritos de época, indaguei quais móveis setecentistas corresponderiam às arcas do Museu Paulista.

Analisando os objetos denominados como caixas nos inventários, encontrei vários elementos correspondentes às peças do acervo: todas eram confeccionadas em madeira, sem revestimento de couro, possuíam fechaduras, e entre as guarnecidas com gavetas, por vezes embaixo – como a do museu –, algumas eram de jacarandá da Bahia. Tais características podem ser constatadas nas descrições de algumas peças que os louvados empreenderam ao avaliarem as peças nos séculos XVIII e XIX (Quadro 1).

Quadro 1: Descrição de caixas em inventários abertos em São Paulo entre 1740 e 1840

Ano	**Descrição**	**Valor**	**Inventariado**
1746	Uma caixa da Bahia com sua gaveta e uma fechadura na gaveta e outra na caixa com suas argolas	6$400	João Rodrigues Vaz
1755	Uma caixa feita de jacarandá da Bahia com duas gavetas embaixo, de sete palmos de comprido e três de largo	16$000	José Barbosa de Lima
1755	De jacarandá, com suas molduras, duas gavetas, com fechaduras e chaves, de seis palmos de comprido, inteiriça de pouco mais três de largo	16$000	Alexandre Monteiro Sampaio

227 Segundo as Normas de Inventário – Mobiliário, da plataforma MatrizNet, que congrega os museus portugueses associados ao Instituto de Museus e Conservação, o termo designava o processo de curtimento que conferia à pele maleabilidade e um padrão adamantino. Cf. *Normas de Inventário. Mobiliário. Artes plásticas e artes decorativas*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004, p. 42.

228 FLEXOR, Maria Helena Ochi, op. cit., 2009, p. 147.

1756	Uma caixa grande de jacarandá da Bahia, de oito palmos de comprido e três e meio de largo, lavrada, com duas gavetas e quadrados, com suas fechaduras todas com chaves	20$000	Manuel Mendes de Almeida
1756	Uma dita caixa de vinhático de oito palmos de comprido e três e meio de largo com duas gavetas fechaduras e chaves e a caixa também com fechaduras	9$600	Manuel Mendes de Almeida
1768	Uma caixa grande de vinhático com suas molduras e gavetas feita na Bahia	12$800	Inácia Maria Rodrigues
1771	Uma caixa de madeira da terra com suas molduras e gavetas por baixo com sua fechadura e chave e quatro palmos e meio de comprido e dois e meio de largo de madeira de cedro	4$800	João da Mota Liver
1781	Uma caixa de jacarandá feita na Bahia de duas gavetas por baixo, grande	12$800	Francisco Pereira Mendes
1781	Outra dita caixa de jacarandá grande com duas gavetas e menos obra	8$000	Francisco Pereira Mendes
1823	Uma caixa com duas gavetas e um gavetão, com fechaduras e chaves	4$000	Bento Dias Vieira
1823	Uma caixa, à maneira de um guarda roupa, com duas gavetas, e um gavetão, com fechaduras e chaves	4$000	Bento Dias Vieira
1825	Uma caixa grande de jacarandá bem reforçada com duas gavetas com fechaduras e chaves	6$400	José Vaz de Carvalho
1825	Uma dita pequena de jacarandá com duas gavetas	1$600	José Vaz de Carvalho

Elaboração de Maria Aparecida de Menezes Borrego

Segundo Maria Helena Flexor, que estudou profundamente o mobiliário baiano a partir da nomenclatura de época, com base em cerca de dois mil inventários, “as caixas, chamadas indevidamente arcas nos museus, passaram do século XVI para o XVII e foram usadas na Bahia até os finais dos setecentos, com múltiplas funções”.[229]

Ernani da Silva Bruno, em O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos, publicado em 1977, e Tilde Canti, em O móvel no Brasil, de 1980, fariam semelhantes comentários quanto à mudança de nomenclatura de caixa para arca. Para Bruno,

229 Ibidem, p. 28.

As arcas (ou caixas, como são mencionadas nos inventários e testamentos) constituem as peças de mobiliário mais numerosas (excetuando-se as cadeiras) na casa do planalto paulista de fins do século dezesseis a meados do [dezessete]. Aparecendo pela primeira vez em documento de 1590, elas totalizam 757 e figuram em 363 documentos.[230]

Canti, por sua vez, pesquisando os remanescentes em acervos museológicos, explica que os exemplares que encontramos para nosso estudo são todos conhecidos pelo termo arca, que é o atualmente empregado para designar esse tipo de móvel [caixa]. Entretanto, vamos procurar obedecer, neste trabalho, com relação ao século XVII, a antiga terminologia encontrada nos documentos pesquisados.[231]

E de fato ela obedeceu, pois apresenta várias peças denominadas arcas nos museus brasileiros onde se encontram, mas, ao descrevê-las, lança mão do termo caixa, assim procedendo, por exemplo, com relação ao móvel do Museu Paulista (Figura 15), caracterizando-o como "caixa com almofadas contornadas por molduras de tremidos. tampo com moldura entalhada na própria madeira".[232]

O que Flexor afirma a respeito das arcas de madeira, para a realidade baiana, é que "se encontra a designação de arca, para recipientes feitos em madeira, somente na segunda metade do século XVIII".[233] Nesse caso, as caixas se diferenciavam das arcas pela forma do tampo. As caixas apresentavam o tampo reto, apoiado diretamente sobre a parte inferior, enquanto as arcas tinham o tampo ligeiramente abaulado, que se encaixava e completava a altura da parte inferior do móvel.

Observando a distribuição de peças de mobiliário de guarda nos 88 inventários da amostra abertos entre 1740 e 1840 na cidade de São Paulo, se pode igualmente afirmar que as caixas eram os artefatos domésticos que mais se destacaram em todos os subperíodos estudados, totalizando 325 peças. E mesmo nas décadas iniciais do século XIX, quando já despontavam os armários e as cômodas, as caixas ainda eram maioria (Quadro 2).

---

230 BRUNO, Ernani da Silva. *O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos Inventários e testamentos*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977, p. 75.

231 CANTI, Tilde. *O móvel no Brasil*: origens, evolução e características. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, p. 95.

232 Ibidem, p. 102-103.

233 FLEXOR, Maria Helena Ochi, op. cit., 2009, p. 89.

Quadro 2: Distribuição das peças de mobiliário de guarda em inventários abertos em São Paulo entre 1740 e 1840[234]

	1741 a 1760 (42 inventários)	1761 a 1800 (22 inventários)	1801 a 1840 (23 inventários)	Total de objetos nos inventários
Arca	8	1	0	9
Guarda-Roupa	3	1	5	9
Contador	4	4	2	10
Papeleira	2	4	7	13
Armário	4	5	30	39
Cômoda	0	1	38	40
Canastra	4	4	35	43
Caixão	21	15	32	68
Baú	20	18	48	86
Caixa	166	79	80	325

Elaboração de Maria Aparecida de Menezes Borrego

Ou seja, se fossem consideradas as nomenclaturas usadas pelos coevos na São Paulo colonial, os móveis de guarda do acervo do Museu Paulista e pertencentes a outros espaços museais brasileiros não deveriam ser classificados como arcas, mas antes como caixas. É o que Flexor procura fazer ao descrever e analisar os remanescentes coloniais pertencentes a instituições de salvaguarda na obra Mobiliário baiano, curiosamente muito semelhantes no quesito ornamentação aos móveis do Museu Paulista, seja pelas almofadas salientes em forma de losango, seja pelas molduras tremidas.[235]

Contudo, não só vários acervos museológicos brasileiros apresentam as caixas como arcas, também em Portugal, a denominação arca predomina. Para Fernanda de Castro Freire, que organizou o catálogo do Museu de Artes Decorativas Portuguesas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, em Lisboa, "a arca é móvel de conter de todos os tempos e todas as funções; pertence àquela pequena elite de móveis que, pelas suas qualidades, é útil por excelência e do qual outros móveis derivaram".[236]

Essas observações sugerem que, no reino, nos séculos passados, arca era o nome comumente dado ao móvel de conter, geralmente de forma retangular, composto por

234 Quadro elaborado a partir da consulta dos Inventários arrolados nas Referências.

235 FLEXOR, Maria Helena Ochi, op. cit., 2009, p. 35.

236 FREIRE, Fernanda Castro. *Mobiliário II*. Móveis de conter, pousar e de aparato. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2002, p. 43.

receptáculo fechado por tampa plana.[237] Qual não foi minha surpresa ao ler a obra seminal de Nuno Luís Madureira sobre os interiores domésticos de Lisboa, ancorada na análise de centenas de inventários orfanológicos datados do século XVIII e inícios do XIX, e encontrar um comentário seu a respeito das caixas e arcas do seguinte teor: ao contrário do que se poderia pensar pelo conhecimento do nosso espólio museológico, há móveis de guarda com abertura por tampa bem mais importantes na vida quotidiana que a arca e o baú. Estão nesse caso os volumosos caixões bem como as caixas de formato abaulado. Não andaríamos longe da verdade se os descrevêssemos como caixotes baratos, abundantes nas casas onde é preciso muito espaço para arrumações.[238]

Tal comentário parece pretender alertar os museus a buscarem mais informações nos inventários dos séculos passados para classificar seus acervos. Será?

Para o cenário nacional, Flexor atribui a mudança de nomenclatura das caixas aos técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, atualmente IPHAN, que passaram a empregar o termo arca em seus estudos de mobiliário nas décadas de 1940 e 1950 e acabaram por disseminá-lo.[239]

De fato, o Serviço do Patrimônio abriu o caminho para uma historiografia do mobiliário brasileiro, publicando desde o primeiro número da Revista do SPHAN artigos sobre a temática. Em 1937, o chamado "Mobiliário Nacional" apareceu por meio de documentação fotográfica.[240] Em 1939, foi publicado o artigo de Lucio Costa, "Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro";[241] em 1942, o artigo "O estilo brasileiro D. Maria ou Colonial Brasileiro", de José Almeida Santos;[242] e, em 1943, o artigo "Móveis antigos de Minas Gerais", de José Wasth Rodrigues.[243]

Essa produção se enquadrava na agenda de trabalho do Serviço do Patrimônio que necessitava de respaldo especializado para a implantação e gerenciamento do tombamento dos bens culturais no Brasil, um instrumento legal defendido durante déca-

---

237 Essa é, inclusive, a intepretação dada por Carlos Franco aos móveis de conter ou guardar das casas das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII, ao colocar que o conjunto de arcas, baús e caixões eram "diferentemente nomeados, mas muito idênticos na forma, função e localização". Cf. FRANCO, Carlos. *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 96.

238 MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade*: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830). Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p.179.

239 FLEXOR, Maria Helena. Mobiliário baiano: questão de nomenclatura. In: BESSA, Pedro Pires (org.). *Integração latino-americana*. Juiz de Fora: UFJF; Belo Horizonte: FAPEMIG, 1993, p. 323-327.

240 *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Mobiliário Nacional. Documentação fotográfica. Rio de Janeiro, n. 1, 1937 (sem numeração de páginas).

241 COSTA, Lucio. Notas sobre a evolução do mobiliário brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 149-162, 1939.

242 SANTOS, José Almeida. O estilo brasileiro D. Maria ou colonial brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 319-335, 1942.

243 RODRIGUES, José Wasth. Móveis antigos de Minas Gerais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 7, p. 70-96, 1943.

das por preservacionistas como Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do órgão durante 30 anos. No crucial trabalho de interpretação e produção simbólica do que seria reconhecido como patrimônio histórico e artístico nacional, "o passado colonial, lido na clave da experiência de conquista e colonização do território pelos portugueses, viria a conformar a linha fundamental de articulação dos tombamentos".[244]

Embora os bens móveis, em comparação ao patrimônio edificado, não fossem o alvo privilegiado de tombamento do órgão – apenas se procedeu a 31 inscrições no livro de tombo, ou seja, aproximadamente 4,5% do total de 689 inscrições efetuadas entre 1938 e 1967 –, para assegurar critérios rigorosos na aquisição de objetos com vistas à criação de novos museus e na avaliação de peças já musealizadas, o SPHAN demandava a peritos e artistas pareceres que consubstanciavam suas decisões.[245]

É nesse contexto que se pode entender a missão de José Wasth Rodrigues a serviço do SPHAN no Museu Paulista durante a gestão de Sérgio Buarque de Holanda. De acordo com o Relatório de Atividades de 1948, escrito pelo historiógrafo chefe da Seção de História, Tito Lívio Ferreira, e endereçado ao diretor da instituição, tem-se conhecimento de que conforme o entendimento havido entre V.Sa. [Sérgio Buarque de Holanda] e a diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação [Rodrigo Melo Franco de Andrade], o Sr. José Wasth Rodrigues procedeu à catalogação e descrição de todas as peças expostas na galeria de armas, dos transportes coloniais e do mobiliário antigo. Levou cerca de dois meses nesse trabalho revelador de seus profundos conhecimentos de armaria e de objetos históricos. E daí ter procurado autenticar todas as peças e objetos por ele estudados, classificando-os. [246]

Nascido em 1891 e falecido em 1957, Wasth Rodrigues foi pintor, desenhista, ceramista, ilustrador, historiador e professor. Agraciado com uma pensão do Governo do Estado de São Paulo, viajou para Paris, onde se matriculou na Académie Julian e na Escola Nacional de Belas Artes.[247] Após retornar a São Paulo no início da Primeira Guerra Mundial, continuamente expôs trabalhos e realizou uma infinidade de atividades ligadas às artes, inclusive retratos de personagens históricos e pinturas de diversas vistas da cidade de São Paulo, por encomenda do então diretor do Museu Paulista, Afonso

---

244 GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (orgs.). *Patrimônio Cultural*: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2012, p. 150.

245 JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161, 2009.

246 Museu Paulista – Arquivo Permanente do Museu Paulista – FMP – Série: Relatórios de Atividades – 1948, Anexo, p. 1-2.

247 BRANDÃO, Angela. José Wasth Rodrigues e uma história da cultura material. In: *Anais do 6º Seminário de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

d'Escragnolle Taunay, na década de 1920, que ainda hoje concorrem para construir o imaginário acerca do bandeirante paulista.[248]

Paralelamente, Wasth Rodrigues amealhou muitos conhecimentos acerca do mobiliário colonial nas viagens realizadas por inúmeras cidades de Minas Gerais desde 1915, quando começou a visitar a região em busca dos remanescentes imóveis e móveis coloniais.[249] Em 1921, percorrera o norte do país, Bahia e Pernambuco. Como resultado dessas viagens, publicaria em 1943, na Revista do SPHAN, o artigo "Móveis antigos de Minas Gerais",[250] como já apontado.

Se, nesse texto, suas descrições e análises das peças de mobiliário são quase que exclusivamente empreendidas a partir da avaliação in loco, no capítulo dedicado ao mobiliário brasileiro, integrante da obra coletiva As artes plásticas no Brasil, prefaciada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e publicada em 1952, Wasth Rodrigues dá a conhecer suas fontes, não por acaso, os autores mencionados anteriormente, acrescidos pela obra Nosso mobiliário, de Nogueira de Brito.[251]

Desnecessário dizer que tanto seus textos como seus desenhos retratavam arcas de madeira, não revestidas de couro ou moscóvia, algumas com gavetas por baixo, muito próximas das caixas dos inventários paulistas e baianos.

Poderia ser argumentado que isso se deve à prevalência do método empírico da observação e do apoio em determinado círculo de autores. Entretanto, foi ele o ilustrador da 3a edição de Vida e morte do bandeirante, de Alcântara Machado, publicada em 1943 (a primeira edição é de 1929) e alicerçada em fontes textuais de época.

Baseado em cerca de 450 inventários dos séculos XVI, XVII e primeira metade do XVIII, o autor procurou retratar a vida material do paulista, marcada pela pobreza e simplicidade. No capítulo intitulado "O mobiliário" mostrou essa faceta por meio do despojamento dos interiores domésticos, apontando os poucos móveis que os compunham, sempre representados por caixas. Somente num caso, o de Valentim de Barros, falecido em 1651, comentou ser possuidor de "duas arcas para guardar roupa"[252].

Como não fez uso do recurso da transcrição, amplamente utilizado no restante do capítulo, decidi confirmar a informação e recorri à documentação original para, de

---

248 LIMA, Solange; CARVALHO, Vânia Carneiro de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. São Paulo, v. 1, p. 147-178, 1993; COSTA, Eduardo. *Arquivo, poder, memória*: Herman Hugo Graeser e o Arquivo fotográfico do Iphan. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

249 BRANDÃO, Angela, op. cit.

250 RODRIGUES, José Wasth, op. cit., 1943. SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*: editor, autores e temas. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

251 RODRIGUES, José Wasth. *Mobiliário*: as artes plásticas no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, s./d.

252 MACHADO, Antônio de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p.74.

fato, constatar que as duas arcas não figuravam no inventário e nem havia menção a sua utilidade em guardar roupas. O que lá estava descrito pelos avaliadores eram duas caixas, uma de seis palmos e meio e outra de seis palmos.[253] Mais uma vez, reforçava-se o emprego de um termo pelo outro na primeira metade do século XX.

Porém, a despeito da predominância do emprego do termo caixas no capítulo, a ilustração que lhe dá o fechamento é de autoria de Wasth Rodrigues – desenho sem legenda, mas referenciado no sumário da obra como Arca (Figura 17).

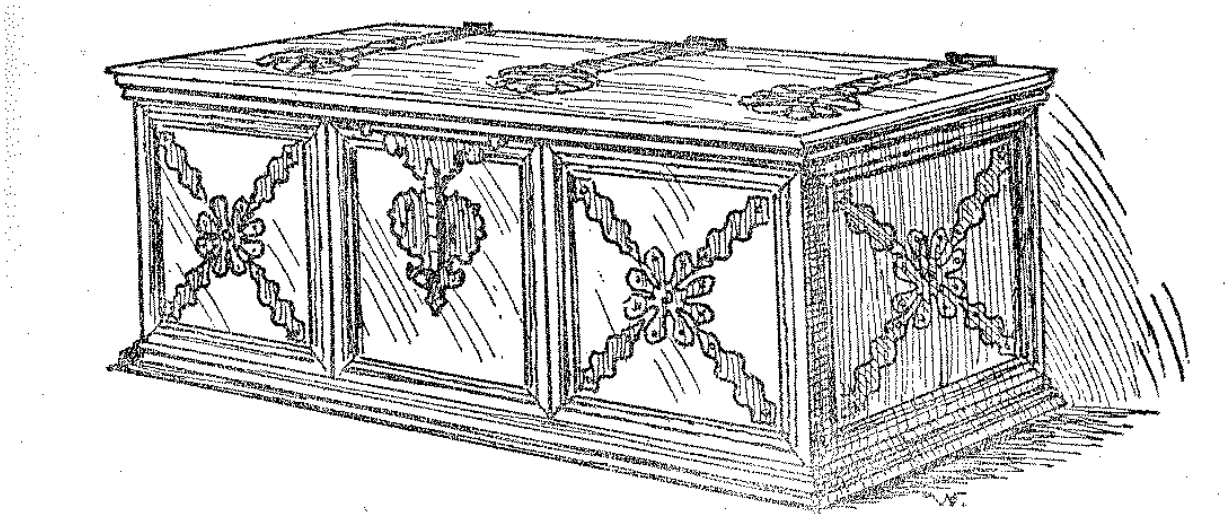


Figura 17: Peça de mobiliário referida como arca, de autoria de José Wasth Rodrigues, como fechamento do capítulo "O mobiliário", da obra Vida e morte do bandeirante.[254]

É com esse arcabouço prático e de estudos que Wasth Rodrigues chegou ao Museu Paulista em 1948 a fim de empreender, segundo as próprias palavras de seu diretor, Sérgio Buarque de Holanda, a "revisão dos assentamentos e reclassificação das peças de armaria"[255] tombadas pelo SPHAN na década anterior. Como se viu, ele fez muito mais do que lhe fora incumbido, reclassificando veículos terrestres e móveis do acervo.

A peça RG 062 (Figura 15) foi adquirida pelo Museu Paulista em 1897 mediante compra do Sr. Eugênio Hollander, que a ofereceu à instituição como um "bauzinho para guardar roupas de crianças pertencente à família nobre paulista, época 1700 a 1720".[256] Esse documento, escrito de próprio punho pelo vendedor, indica que, em fins do século XIX, os coevos designavam a caixa como baú, embora o móvel não tivesse o tampo abaulado. No caso da peça RG 608 (Figura 16), a data de seu ingresso é desconhecida, mas ela já aparece no inventário de acervo do Museu Paulista de 1932, como "arca co-

253 Inventário de Valentim de Barros (1651). In: *Inventários e testamentos*. Divisão de Arquivos do Estado, v. 15, 1921.

254 MACHADO, Antônio de Alcântara, op. cit, p. 76.

255 Museu Paulista – Fundo Museu Paulista – Série: Relatórios de Atividades – 1948, p. 1.

256 Carta de 11.03.1897 do Sr. Eugênio Hollander oferecendo o objeto ao Museu Paulista. Arquivo Permanente do Museu Paulista – FMP – Série: Correspondências – 1897.

mum de guardar roupa".[257] Nas fichas de Wasth Rodrigues, passaram respectivamente a figurar como "pequena arca do século XVIII em cedro com guarnições de jacarandá" e "arca do século XIX, tipo muito usado na província de São Paulo em lugar de armário e cômoda".[258]

Embora não tivesse sido ele o primeiro a nomear as peças retratadas nas Figuras 15 e 16 como arcas, foi o responsável por cristalizá-las com essa nomenclatura nas fichas de "Descrições de mobiliário", detalhada e criteriosamente anotadas, imprimindo a marca do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no acervo colonial do Museu Paulista.

Mas não só. Na década seguinte, José Wasth Rodrigues seria o autor das ilustrações do Catálogo de móveis & alfaias comuns às casas paulistas (séculos XVII & XVIII), enviado a possíveis doadores de peças antigas à Casa do Bandeirante, que se constituía para a comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo, mais uma vez associando e perpetuando a nomenclatura das arcas aos móveis similares às caixas dos interiores domésticos coloniais (Figura 18).[259]

257 Museu Paulista – Fundo Museu Paulista – Série: Inventários de Acervo – 1932.

258 Respectivamente fichas 34 e 03, In: RODRIGUES, José Wasth. *Descrições de mobiliário*. São Paulo: Museu Paulista, 1948.

259 Sobre a construção física e simbólica da Casa do Bandeirante, ver SANTOS, Andréa Maria Zabrieszach Afonso dos. *A Casa do Bandeirante como espaço museológico*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

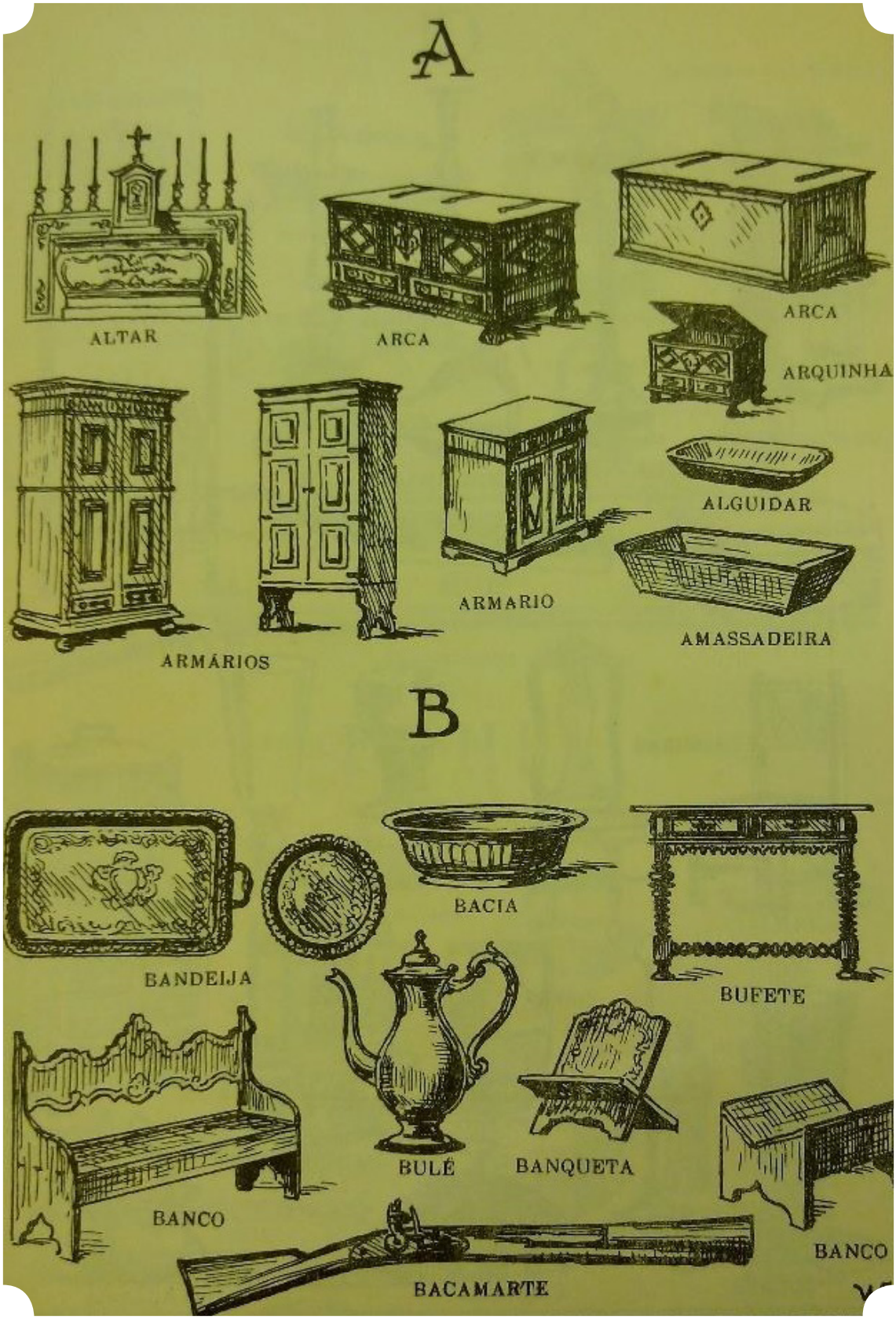


Figura 18: Página do catálogo enviado a possíveis possuidores de móveis e alfaias antigas para recheio da Casa do Bandeirante. Acervo do Departamento do Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo.

Considerações finais

A análise conjugada de fontes textuais, iconográficas e tridimensionais evidenciou que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, os habitantes da cidade de São Paulo, sobretudo os agentes mercantis, lançavam mão de canastras, baús revestidos de couro, arcas revestidas de moscóvia e caixas de carga para fazer circular suas mercadorias. Porém, mais do que isso, indica o mérito do papel desses artefatos como mediadores de relações sociais, colocando em contato os mercadores de São Paulo e as populações mineradoras, e, dessa forma, integrando economicamente regiões da América portuguesa por meio da circulação de artefatos.

Por outro lado, a sedimentação das populações na capital paulista contou, durante muito tempo, com o predomínio de caixas nos ambientes residenciais, que serviam para guardar uma infinidade de objetos – peças de vestuário, mantimentos, louças, alfaias. De madeira, com fechaduras, sem revestimento de couro, algumas eram confeccionadas em jacarandá-da-bahia, o que evidencia a importação de móveis daquela capitania, articulando, por outros circuitos, São Paulo a diferentes espaços coloniais, para além do centro-sul.

Mas, talvez mais do que isso, as pesquisas realizadas com base em acervos museológicos, iconografia e documentos textuais incitam os investigadores a proporem uma agenda de trabalho sobre espaços domésticos na América portuguesa.

Em primeiro lugar, é necessário criar e alimentar um banco de inventários das várias regiões coloniais a fim de comparar os artefatos domésticos, pois, a meu ver, a posse e o uso social de determinados objetos concorriam para o reforço do sentimento de pertença ao império lusitano nos mais recônditos lugares da colônia, a um só tempo, demarcando especificidades e identidades.

Em segundo lugar, o uso dos documentos textuais de época é fundamental para desvendar realidades ironicamente obscurecidas pelo tratamento dado, por vezes, aos acervos museológicos que, por sua materialidade visível e mensurável, poderiam ser vetores para iluminar as realidades passadas. Tal procedimento vai ao encontro das colocações de Ulpiano Bezerra de Meneses sobre a falsa ideia de que a escassez de objetos subsistentes possa ser um entrave para as pesquisas de cultura material. Em suas palavras, ao contrário do entendimento ainda muito comum entre nossos historiadores, os estudos de cultura material não se caracterizam nem pelo uso determinante de fontes materiais, nem como preocupação exclusiva com artefatos e, eventualmente, seu contexto, como se fossem um segmento à parte da vida social – mas pela análise da dimensão material de qualquer instância ou tempo da vida social. É por isso que tais estudos, longe de constituírem um domínio próprio, autônomo, podem estar presentes

nos diversos campos da História. Daí a insuficiência de se trabalhar apenas ou preponderantemente com documentação material. [260]

Se, por um lado, é um privilégio dispormos de documentos materiais remanescentes nos museus, por outro, há que se problematizar as denominações a eles atribuídas, sendo o papel de historiadores em instituições museológicas, lastreá-las com base na nomenclatura de época. O confronto entre fontes documentais de natureza diversa acautela os pesquisadores a não tomarem um objeto por outro, um fato por outro; a refletirem sobre a historicidade dos termos e sobre o emprego das palavras a partir do lugar de onde falam os agentes sociais, para que não se corra o risco, em extremos, de se forjar um passado anacrônico.

260 MENESES, Ulpiano Bezerra de. Apresentação. In: MARTIN:EZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão*: vida material e população no século XIX, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007, p. 14.

Parte II

Negócios e espacialidade na capitania de São Paulo

4
Atividades comerciais e configuração territorial

Introdução

Desde o século XVII, a região oeste da América portuguesa era frequentada por sertanistas em busca de ouro e de indígenas para a reprodução física da força de trabalho nas propriedades agrícolas da vila de São Paulo e de seus arredores.[261] Porém, foi somente com a descoberta desse metal em 1718, nas margens do rio Coxipó, que as viagens fluviais entre Araritaguaba (atual Porto Feliz, em São Paulo) e Cuiabá (capital do atual Mato Grosso) se tornaram regulares.[262]

A permanência ao longo de todo século XVIII e do início do XIX e a constância anual das viagens foram os fatores que fizeram com que Sérgio Buarque de Holanda dissociasse gradualmente as chamadas monções de povoado da história das bandeiras, atrelando-as à atividade mercantil, tanto que, em *Caminhos e fronteiras*, lançado em 1957, intitulou o capítulo dedicado a essas expedições de "Frotas de comércio".[263]

Mais recentemente, Silvana Alves de Godoy e Tiago Kramer de Oliveira também afastaram as monções das bandeiras, tanto pela questão da atividade agropastoril realizada ao longo dos caminhos fluviais para fornecimento de víveres e gado para as expedições monçoeiras,[264] como pelas atividades mercantis praticadas pelos cuiabanos, como eram chamados os passageiros das monções para Cuiabá.[265] A leitura de documentação setecentista igualmente confirmou a dinâmica comercial nas conexões entre São Paulo e as minas de Cuiabá, protagonizada por mercadores e homens de negócio, sobretudo, residentes na capital paulista e na vila de Itu.[266]

---

261 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

262 As minas de Cuiabá e, posteriormente, as do Mato Grosso, descobertas na década de 1730, fizeram parte da capitania de São Paulo até 1748, quando, dela desmembradas, passaram a integrar a autônoma capitania do Mato Grosso.

263 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

264 OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Roças, fazendas, engenhos, currais: uma cartografia da ruralidade colonial nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*. São Paulo, nº 173, p. 211-251, jul.-dez., 2015.

265 GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

266 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil*: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda/Fapesp, 2010.

Manuel Soares de Carvalho, por exemplo, nascido, por volta de 1700, na vila de Óbidos, patriarcado de Lisboa, viveu durante anos nas minas de Cuiabá antes de se fixar em São Paulo, e lá manteve atividades econômicas e dívidas ativas até o final da vida. Teve loja de fazenda seca em Itu e firmou sociedade com os irmãos André Alvares de Castro e Matias Alvares Vieira de Castro envolvendo várias carregações de fazendas e escravos.[267]

Provenientes do bispado do Porto, os irmãos sócios André e Matias residiam em solo piratiningano; eram mercadores, proprietários e comerciantes de escravos, participantes dos órgãos de poder local e alcançaram a mercê de cavaleiros da Ordem de Cristo. Ademais, ambos faziam parte da rede mercantil de Francisco Pinheiro, grande negociante sediado na praça de Lisboa, cujos negócios se estendiam à França, Inglaterra, Holanda, Itália e Espanha, e a várias partes do Império português, inclusive às minas de Cuiabá.[268]

As viagens do citado Manuel Soares de Carvalho para aquelas minas e sua estadia prolongada deviam ser regulares, pois, durante as décadas de 1740 e 1750, foi mencionado várias vezes como procurador em Cuiabá de mercadores residentes na capital paulista, Santos e da irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Foi também lá que conheceu Manuel Gonçalves da Silva, em 1743.

Silva, por sua vez, era mercador de loja de fazenda seca na capital paulista. Natural da vila de Guimarães, província do Minho, foi batizado em 15 de fevereiro de 1723, e, aos 20 anos, partiu em direção à América portuguesa, viajando por várias localidades antes de se fixar em São Paulo. As testemunhas de seu processo de casamento declararam conhecê-lo da cidade do Rio de Janeiro e das minas de Cuiabá e de Goiás, onde andava pelos caminhos com seus negócios e fazia cobranças em vários arraiais.[269]

Alguns agentes mercantis reinóis, residentes em São Paulo, entretanto, não se limitaram a enviar mercadorias para os habitantes das minas de Cuiabá. Eles solicitaram sesmarias em Camapuã, com a finalidade de prover com mantimentos os viandantes das monções, que lá encontravam local de pouso, antes de passarem à bacia hidrográfica do Paraguai. Foi o caso, por exemplo, dos mercadores Luis Rodrigues Vilares e Gregório de Castro Esteves e do sogro de ambos, Manuel Veloso. Outros ainda, como o próprio Vilares, se transferiram para as minas do Cuiabá e do Mato Grosso, onde exerceram a atividade comercial em conjunto com outras – a busca de ouro, o cultivo de víveres, a criação de gado – e participaram da administração colonial.

Embora a historiografia tenha dedicado alguma atenção ao abastecimento das populações das minas de Cuiabá, os pousos, varadouros e fortes controlados ou plane-

267 Ibidem, p. 107-108.

268 Ibidem, p. 180-184. LISANTI, Luis. *Negócios coloniais*: uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973.

269 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, op. cit., p. 283-285.

jados por mercadores nessas áreas foram negligenciados como temas de investigação. Mario Clemente Ferreira, entretanto, já constatara que a ocupação do território por esses agentes comerciais concorreu para a ampliação do conhecimento que se tinha no reino a respeito da porção interior da América portuguesa. Conforme sugere o historiador,

> apesar de não ter existido um plano de acção conjugado entre o Estado e os comerciantes e sertanistas de Mato Grosso, a verdade é que estes ao realizarem as viagens de sua iniciativa acabaram por se transformar em importantes informadores do Estado, o que permitiu a este um conhecimento mais exacto do território, utilizando mesmo essas informações na esfera da política europeia, nomeadamente nas negociações que acabariam por conduzir à assinatura do Tratado de Madrid em 1750.[270]

Nesse sentido, parece premente avançar a análise sobre a atuação decisiva dos comerciantes para a articulação do centro-sul da colônia no setecentos por meio das transações mercantis. Toma-se, então, a espacialização de suas atividades econômicas como plataforma de observação da conformação do território colonial em sua porção ocidental, nas trilhas abertas por Tiago Kramer de Oliveira, José Carlos Vilardaga e Fernando de Aguiar Ribeiro.[271]

Para tanto, irei me concentrar na análise da trajetória de Luis Rodrigues Vilares, destacando seus negócios na colônia; o controle sobre o pouso de Camapuã na rota das monções entre Araritaguaba e Cuiabá; a proposta de estabelecimento de feitorias às margens do rio Paraguai, e seu projeto para construção de um varadouro entre os rios Jauru e Guaporé, no extremo oeste da capitania de São Paulo. Por meio dos documentos textuais produzidos por ele, procuro destacar a centralidade da produção escrita para a apreensão do conhecimento dos territórios ultramarinos e do funcionamento do Império.

Ao me deter numa trajetória específica de vida, não pretendo isolar o sujeito, mas sim utilizá-la como ferramenta para vislumbrar o conjunto, mediante a rede de agentes coloniais, e a construção de conexões históricas, conforme delineado por José Maria Imizcoz Beunza.[272] A partir do itinerário individual, portanto, tenciono jogar luzes, por

---

270 FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime*: poderes e sociedades. Lisboa, 2005, p.12.

271 OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Indias*, vol. LXXV, n.º 265, p. 681-710, 2015; VILARDAGA, José Carlos. Vilas e cidades em trânsito: assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII). *Anais do Museu Paulista*, v. 29, p. 01-28, 2021; RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar. "Arribadas maliciosas": redes comerciais no comércio de contrabando no porto de Buenos Aires, inícios do séc. XVII. *Antíteses*, v. 11, n. 22, p. 749–772, 2019.

272 IMIZCOZ BEUNZA, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. In: IMIZCOZ BEUNZA, José Maria. *Redes familiares y patronazgo*: aproximación al entremado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco – Servicio Editorial, 2001.

um lado, sobre as relações entre os colonos atuantes na porção ocidental da mesma capitania e a metrópole ao longo do século XVIII e, por outro, sobre as conexões entre a América portuguesa e a espanhola, sobretudo, nas regiões de fronteira entre a capitania de São Paulo e as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos.

O pouso de Camapuã

Natural de São Mamede de Ferreira, lugar de Villares, concelho de Coura, no arcebispado de Braga, Luis Rodrigues Vilares chegou a São Paulo no início do século XVIII, ingressando por matrimônio na família do também mercador reinol Manuel Veloso.[273] Embora Vilares tivesse se casado com Angela Vieira, com quem teve dois filhos, assistentes em solo paulista durante toda a vida, as notícias de sua trajetória estão fisicamente distantes da capital.

Desde 1722, ao menos, Vilares explorava, em sociedade com um Antonio Lopes, a criação de gado nos campos de Curitiba, onde também requereu e obteve sesmarias de uma légua e meia em quadra, em 1725. Nesse mesmo período, a pedido do governador Rodrigo César de Meneses, emprestou dinheiro a Baltazar Ribeiro de Moraes como ajuda de custo para a jornada feita em 1722 às minas do sertão do Cuiabá, pelo qual foi ressarcido no ano seguinte.[274]

Já em 1727 requereu ao todo três léguas em quadra em duas sesmarias localizadas no "sítio de Camapuã" e "no Porto Geral do Taquari".[275] No sítio de Camapuã, como dito, Vilares tinha sociedade com o sogro Manuel Veloso e com o concunhado Gregório de Castro Esteves, igualmente portugueses, residentes em São Paulo.

A solicitação de terras para agricultura e pecuária voltada para o abastecimento da população local e monçoeira deve ser encarada como diversificação de investimentos dos solicitantes – ainda que menos lucrativa, segura –, como assinalou Tiago Kramer de Oliveira, inserida na lógica mercantil envolvendo propriedade fundiária, empresa mineratória e ocupação territorial, pois, em suas vidas, eles jamais abandonaram os negócios.[276]

---

273 Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP). Aplicação Sacerdotal, Antonio Rodrigues Villares (habilitando), 1747.

274 Registro de uma ordem que se passou para o tesoureiro dos novos direitos dar 84$850 para Luiz Rodrigues Vilares que emprestou para se darem a Baltazar Ribeiro de Moraes de ajuda de custo da jornada que fez em junho do ano passado por minha ordem às novas minas do Sertão do Cuiabá. In: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. São Paulo: Archivo do Estado de S. Paulo, v. XII, 1901, p. 114.

275 Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Livro de sesmarias patentes e provisões, livro 2, f. 137-138, f. 142.

276 OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Indias*, vol. LXXV, n.º 265, p. 703, 2015.

O interesse pela posse e pela exploração de Camapuã explica-se por sua localização estratégica e o papel decisivo para o sucesso da rota das monções, cujo itinerário compreendia os rios Tietê, Paraná e Pardo; travessia terrestre pelo varadouro de Camapuã; retorno ao caminho fluvial pelas águas do Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá.

Como assinalado, a rota das monções tornou-se regular a partir dos anos de 1720, com o descobrimento do ouro nos barrancos do rio Coxipó e outros afluentes do rio Cuiabá, e compôs uma rede de estradas móveis, utilizada para o abastecimento das populações, busca de metais preciosos, fundação de vilas e povoamento do território, que perdurou até os anos iniciais do oitocentos.

Francismar Alex Lopes de Carvalho demonstra que a rota ordinária das monções, ao contrário de ter sido escolhida por ter a fazenda de Camapuã como pouso no meio da jornada, como aludira Sérgio Buarque de Holanda, foi o único itinerário que restara aos adventícios, já que os demais estavam controlados pelos nativos. Por esse viés, a ocupação territorial é vista não só como resultado da ação do colonizador, mas também como produto das concessões dos Guaykuru e Kayapó, que impuseram trajetos determinados aos colonos e provocaram a militarização dos comboios monçoeiros e das sesmarias ao longo dos caminhos.

Localizada a cerca de dois meses e meio do porto de partida em Araritaguaba, o varadouro de Camapuã, com 14 quilômetros de extensão, transformou-se no mais importante entreposto de apoio às expedições monçoeiras, oficiais ou particulares. Ao atingir o porto do ribeirão Sanguessuga, em Camapuã, os monçoeiros já encontravam carros de duas rodas maciças e rudimentares para levar suas cargas, puxados por juntas de seis a oito bois, ou nas costas dos negros escravos. As canoas tiradas da água eram levadas em cima de carros maiores, com quatro rodas, até a sede da propriedade.[277]

Na sesmaria, produziam-se cana de açúcar, feijão, milho, arroz, algodão, farinha de milho, rapadura, aguardente. Criavam-se galinhas e porcos para atender à demanda dos viandantes, e, segundo os relatos setecentistas, nos anos de maior esplendor do período monçoeiro, os preços dos mantimentos eram exorbitantes.

Os proprietários da fazenda de Camapuã auferiam rendas, portanto, do abastecimento e do transporte de viajantes, de suas cargas e embarcações, como atestaria Francisco José de Lacerda e Almeida, na década de 1780, ao comentar que "os sócios desta Fazenda devem fazer bom negócio, pois além das carnes e mais gêneros que ven-

277 AMORIM, Marcos Lourenço de. *O "segundo Eldorado" brasileiro. Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Araritaguaba a Cuiabá (1719-1838)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

dem pelo preço que corre em Cuiabá, levam pelo transporte de cada uma canoa 20$000 rs., e por cada uma carrada 9$600 rs.”.[278]

Em 1751, Antônio Rolim de Moura, futuro conde de Azambuja, que lá permanecera por 23 dias com sua comitiva de uma centena de homens, informou que tinha “aquele sítio casas de sobrado muito suficientes para a parte em que estão, pois nelas me acomodei com todos os oficiais e famílias; estão dentro de um pátio fechado, em que se pode tourear. Além destas altas em que eu fiquei, tem outras mais no mesmo pátio, e juntamente capela com mais asseio do que ali se podia esperar”.[279]

Em seu diário de viagem, Hercule Florence, que lá pousou cerca de 70 anos após a passagem do conde de Azambuja, já no ocaso das monções, também se refere a “duas casas de sobrado, uma onde mora o comandante, que na ocasião era um alferes de milícias (guarda nacional); outra fronteira, separada por vasto pátio, que tem um engenho de moer cana tocado por bois. O pátio é fechado pela senzala dos escravos, toda ela baixa e coberta de sapé. À noite, são eles metidos debaixo de chave. A gente forra mora do outro lado do rio Camapuã. O sítio é agradável; as cercanias montuosas e capazes de muita fertilidade”.[280]

Tais descrições são diversas da ideia de pousos de tropeiros difundida pela iconografia oitocentista. Conforme comenta Laurent Vidal, esta “associou a imagem do pouso a um rancho aberto e coberto de sapé, no qual os tropeiros descansavam ao som de uma viola”, à maneira do representado por Rugendas na prancha *Repos d’une caravane*.[281]

Embora para Laura de Mello e Souza a vida no pouso fosse modorrenta,[282] a permanência da estrutura material e das atividades na fazenda Camapuã por mais de um século evidencia como a rota das monções não foi efêmera, mesmo depois da abertura do caminho por terra entre Goiás e Cuiabá em 1736, o que justificava os investimentos mercantis em ambientes rurais e urbanos, configurados ao longo do século XVIII.

Após a obtenção das terras em Camapuã, Vilares recebera a patente de capitão povoador daquele distrito e, em 1728, foi nomeado capitão-mor de Cuiabá pelo gover-

278 LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 80.

279 TAUNAY, Affonso d’Escragnolle. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981, p. 203-205.

280 FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977, p. 66.

281 VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno. Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. *Tempo*, v. 22, n. 40, p. 406, 2016.

282 SOUZA, Laura de Mello e Souza. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1997, p. 41-81.

nador Rodrigo César de Meneses.[283] Além da criação de gado e das plantações, o mercador investia em expedições de prospecção aurífera, como a que financiou no ano de 1736 para explorar a chapada dos Parecis, onde se descobriu ouro e foi fundada a vila de São Francisco Xavier.[284]

As iniciativas particulares para se buscar o metal precioso eram costumeiras entre os comerciantes nas minas de Cuiabá que, paralelamente à conquista de riquezas, queriam acumular capital simbólico mediante a participação em instituições locais de poder, prática comum entre os agentes mercantis em toda América portuguesa como as pesquisas fartamente já demonstraram. Vilares, por exemplo, foi eleito vereador e procurador da câmara municipal da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá na década de 1730,[285] reiterando os comportamentos adotados por seus parentes em São Paulo.

Mas não só expedições de prospecção estavam no horizonte dos mercadores em Cuiabá. Aquelas destinadas ao comércio – atividade primordial desses homens – com as missões castelhanas de Moxos e Chiquitos passaram a ficar cada vez mais constantes. Fundadas no último quartel do século XVII, tais missões teriam sido erguidas como uma resposta dos espanhóis aos avanços dos portugueses para além das margens a oriente do rio Paraguai. O crescimento do poderio luso na região, ao longo do seiscentos, se dera em razão do abandono do caminho dos rios por parte dos vizinhos, em favor de rotas terrestres. Diferentemente da administração colonial espanhola, os jesuítas lá estabelecidos atribuíam maior valor ao papel estratégico da região do Chaco e foram resistentes às investidas portuguesas, protegendo os domínios espanhóis dos apresamentos e atividades comerciais pretendidos pelos lusos.[286]

Em 22 de junho de 1740, Vilares escreveu uma carta endereçada aos jesuítas espanhóis propondo fornecer tecidos, sal, açúcar, vinhos, em troca de gados, bestas e cavalos dos domínios de Castela, assegurando tarifas acessíveis.[287]

Os comerciantes portugueses teriam visto no isolamento das missões espanholas de Moxos e Chiquitos e na tensão das relações entre os administradores coloniais espanhóis e os padres missionários uma oportunidade de negócio. Ione Pereira, Otavio Chaves e João Puhll informam sobre a bandeira enviada pelos comerciantes portugueses

283 TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, t. X, 1949, p. 209.

284 FERREIRA, Mario Clemente, op. cit., 2005.

285 JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

286 PEREIRA, Ione; PUHLL, João Ivo; CHAVES, Otávio Ribeiro. Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII. *Revista Territórios & Fronteiras*, vol. 5, nº 2, jul.-dez., p. 32–59, 2012.

287 Archivo General de Indias (AGI). Copia de la carta de Luys Roys Vilares escrita en Cuiabá em 22 de junio de este año de 1740 a los micioneros de Chiquitos solicitando la introduccion de su comercio por esta parte en el Peru, Charcas 425. Agradeço a Fernando Ribeiro pela digitalização do documento.

estabelecidos em Cuiabá para negociar com os padres missionários,[288] provavelmente a mesma na qual teria ido a carta de Vilares. Os lusos, segundo os autores, estavam interessados principalmente no gado das missões de Moxos, que eram escassos no Mato Grosso.

Os requerimentos de 1740: feitorias e registros

A missiva de Vilares fora enviada antes mesmo de se solicitar a autorização régia para tal comércio em setembro daquele ano, em forma de requerimento de um grupo autointitulado "comerciantes das minas de Cuiabá", composto por sujeitos que já atuavam na região desde pelo menos a década de 1730, exercendo a atividade comercial em conjunto com outras, como a busca de ouro, o cultivo de víveres, a criação de gado e/ou a participação na administração colonial do interior da capitania paulista. O documento encabeçado por Vilares tinha 20 assinaturas, e foi referendado por carta do ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira.[289]

Os comerciantes propunham estabelecer feitorias sobre as margens do rio Paraguai com baluartes munidos de peças de artilharia e pediam permissão para levar embarcações nos rios com artilharia montada para tentar abrir comércio com os castelhanos do Peru e de províncias do Paraguai. As construções serviriam como segurança de suas vidas e fazendas, e, no caso de faltarem balas e pólvora, podiam tomar emprestadas as munições guardadas no armazém régio da vila de Cuiabá, que seriam restituídas quando novas remessas chegassem pelos portos marítimos. Em caso de conflitos com vizinhos castelhanos ou com indígenas, requeriam auxílio dos oficiais de guerra, dos ministros da comarca e de todos os comerciantes com negócios nas ditas feitorias. Se houvesse recusa, teriam de ser aplicadas as penas impostas aos soldados desertores, indignos do nome de portugueses e de vassalos do rei.

Os comerciantes pediam ainda que outros homens de negócio, que se utilizassem da feitoria, deveriam pagar 10% de comissão de todas as fazendas depostas nesses entrepostos – o mesmo valor pago no registro de Cuiabá desde o início da ocupação daquelas minas, igual à taxa cobrada nas construções congêneres da costa africana estudadas por Roquinaldo Ferreira.[290] Dessa porcentagem sugeriam tirar 2% para ajuda da côngrua, sustento da Misericórdia e da hospitalidade dos enfermos, sendo os 8% restantes aplicados para suprir despesas e conservar as feitorias.

---

288 PEREIRA, Ione; PUHLL, João Ivo; CHAVES, Otávio Ribeiro, op. cit., p. 41.

289 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre a pretensão dos comerciantes da Vila de Cuiabá de estabelecerem feitorias nas margens do rio Paraguai Grande e abrir comércio com os castelhanos do reino do Peru e Província do Paraguai. Anexo: 4 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá.

290 FERREIRA, Roquinaldo. A primeira partilha da África: decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro (ca. 1637 - ca. 1700). *Varia Historia*, v. 26, nº 44, p. 485, jul./dez. 2010.

Tal proposta amparava-se na legislação, com menção a determinados capítulos de regimentos do vice-rei, datado de 1677, e do governador do Rio de Janeiro, de 1679, que tratavam do comércio com os espanhóis, especialmente a troca de bens europeus portugueses pela prata exportada pela Espanha, seguindo o modelo em vigor na Colônia de Sacramento.

Os comerciantes alegavam experimentar a "diminuição muito grande nos seus cabedais" e a "ruína dos negócios" por não haver quem lhes comprasse fazendas, nem ouro para as transações em virtude do diminuto número de mineradores. Essa era a razão, segundo eles, para terem preparado às suas próprias custas uma bandeira sertaneja, em julho de 1740, às terras de Castela com a incumbência de determinarem a distância entre as minas de Cuiabá e as primeiras povoações do Rei Católico.

Eles justificavam que, tendo essa informação, poderiam aumentar seus negócios e, como decorrência, as riquezas da Real Fazenda, pois os espanhóis, vindos de povoações, "subúrbios do opulentíssimo Reyno do Peru, sendo este tão abundante de riquezas", trocariam as fazendas, açúcar e vinho por prata e gado dos pampas paraguaios. Perante esse quadro, novos comerciantes iriam para as minas de Cuiabá aumentando as povoações, concorrendo para multiplicar os direitos da Fazenda Real tanto nas alfândegas dos portos marítimos como nas dos sertões por onde as fazendas entrassem. Ato contínuo, o incremento do comércio atrairia mais pessoas a se dedicarem à lavoura, à mineração e às próprias transações mercantis, aumentando a arrecadação do dízimo.

A fim de assegurarem "vidas e fazendas", os suplicantes recorriam ao rei para que pudessem "a sua custa" construir as tais feitorias com baluartes no rio Paraguai Grande, tanto para seus negócios como para "servirem de atalaias" ao território português na América. Pediam, por fim, "a merce com antecedencia de tempo por terem dado princípio ao serviço com grande despesa de suas fazendas fundados na probabilidade que há de poder surtir efeito o trato com os castelhanos e gentios", e arrematavam "ao que acrece terem os supp.es gasto grandes partes de suas fazendas no estabelecimento e defesa destes Estados cuyabanos".

As tópicas utilizadas no requerimento relacionadas ao estado de pobreza e aos sacrifícios feitos durante a conquista do território – à custa de suas vidas e fazendas – encontram-se presentes em muitos pedidos de súditos do ultramar, como já mostraram João Adolfo Hansen, Evaldo Cabral de Mello, Adriana Romeiro e Milena Maranho.[291] Tal recorrência evidencia não só a circulação de modelos peticionários na América portuguesa como também o domínio de recursos narrativos na busca do atendimento de suas

291 HANSEN, João Adolfo. A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 105-115; MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008, p. 101-109; ROMEIRO, Adriana. Paulista e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 237-249; MARANHO, Milena Fernandes. A opulência relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII. Bragança Paulista: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2010.

reivindicações. Em realidade, a comunicação com o monarca e com os representantes régios, por meio de demandas escritas com o emprego destas tópicas, foi um expediente utilizado pelos comerciantes – individual ou coletivamente – desde a ocupação da região pelos colonos na década de 1720.

Como a questão era delicadíssima envolvendo comércio e defesa, o Conselho Ultramarino solicitou pareceres aos governadores de São Paulo e Rio de Janeiro, ao procurador da coroa e ao provedor da Real Fazenda. Em face deles, D. João V opôs-se à abertura do comércio com os castelhanos e à construção de feitorias. Ficou também determinado pelo Conselho Ultramarino que a matéria de conservação e proteção dos domínios portugueses na região da fronteira não deveria ser misturada com qualquer outro tipo de questão e que o povoamento se daria a partir da construção de uma nova vila no extremo oeste da América portuguesa.[292] Tal povoação viria a ser Vila Bela da Santíssima Trindade, criada em 1752 para ser a capital da recém-fundada capitania de Mato Grosso.[293]

Inicialmente vistas como intempestivas, as feitorias e fortificações nas margens dos rios fronteiriços passaram a ser uma realidade a partir da segunda metade do século XVIII. Na década de 1770, no reinado de D. José I, o marquês de Pombal decidiria por uma política defensiva em solo americano, com a construção de fortes nas proximidades dos limites entre as terras das duas coroas: o forte Coimbra, às margens do rio Paraguai, e o forte Príncipe da Beira, junto ao rio Guaporé, que desde sempre serviu como ponto de contrabando entre as Américas.

Além desse requerimento, o grupo mercantil subscreveu, na mesma data de 20 de setembro de 1740, outro pedido endereçado ao rei. Nesse documento,[294] os signatários solicitaram que os direitos de entrada das cargas que saíam de São Paulo rumo às minas e vilas do sertão paulista continuassem a ser cobrados nas minas de Cuiabá e não em Araritaguaba, como um novo contratante estava pretendendo. Usando uma argumentação assentada principalmente nos costumes, salientavam as dificuldades do transporte de mercadorias de Araritaguaba até aqueles interiores e suplicavam pela manutenção do sistema com o pagamento das taxas com base em três arrobas e não em duas – como se dava no restante das minas da colônia –, devido à ameaça de ataques de grupos indígenas não cristianizados e à perda ocasional de mercadorias que

292 Como desdobramento do parecer, foi decretada a Provisão Régia de 05 de agosto de 1746 que pelas contas "que me deu João Gonçalves Pereira e attendendo a informação que nella me destes [...] mandar erigir huma vila no districto de Mato-Grosso". AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 65, D. 15194. PROVISÃO régia pela qual foram concedidos diversos privilégios, prerrogativas, isenções de direito e liberdades aos moradores de uma nova Vila que se mandara fundar no distrito de Mato Grosso. 1746, agosto, 5, Lisboa.

293 Nesse mesmo ano, foi aberta a navegação do rio Madeira, permitindo-se o comércio na região.

294 AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 141. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos comerciantes da Vila de Cuiabá relativo aos direitos das entradas das cargas. Anexo: 3 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá.

acontecia na rota das monções. Os comerciantes ainda aproveitaram o pedido para enfatizar a necessidade da construção de feitorias nos rios dali "para com ellas se abrir comercio com os castilhanos e gentios".

Em seu parecer sobre as intenções dos comerciantes, o ouvidor João Gonçalves Pereira – que viria a arrematar os contratos de direitos de entrada no ano de 1743 – afirmava ser justa a solicitação daqueles homens "porque alem de todos os riscos, q os suplicantes pondirão, há outro mayor, que he a do gentio, q tem chegado a destruir, e acabar tropas inteiras dentro do ditto Rio Coyabá, razão porque se deve fazer o registro em parte conveniente". Além de concorrerem para a garantia da posse do território e de auxiliarem na luta contra os vassalos da Coroa rival, as feitorias ajudariam na redução dos indígenas.[295]

Os dois requerimentos do grupo mercantil podem ser compreendidos no âmbito do direito de petição vigente na cultura política do Antigo Regime. Segundo Adriana Romeiro, a atividade peticionária congregava representações, petições e requerimentos endereçados ao soberano. Tais documentos continham solicitações, mercês, queixas e descontentamentos dos vassalos ante os abusos das autoridades locais.[296] Para além de funcionarem como instrumentos privilegiados de comunicação entre os vassalos, as instâncias administrativas coloniais e o próprio rei, como bem assinalou Maria Fernanda Bicalho, os conteúdos das demandas podem ser tomados como atos discursivos que descortinam facetas do cotidiano, das expectativas e dos projetos dos coevos.[297]

Ambos se encontram custodiados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, no fundo Conselho Ultramarino, Brasil – Mato Grosso; estão acomodados na caixa 3, catalogados como doc. 140 (feitorias) e doc. 141 (direitos das entradas de cargas). Cada requerimento constitui o anexo de uma carta do ouvidor, classificada pela instituição de guarda como documento principal nomeando um conjunto específico.[298]

As redações das cartas do ouvidor, dos resumos que precedem os requerimentos e dos documentos em si possuem as mesmas características formais, distinguidas pela mancha do texto recuada à direita, ficando as margens superior e esquerda destinadas aos pareceres dos procuradores da coroa ou despachos régios. Observou-se que o punho nas cartas do ouvidor difere do punho que escreveu os resumos e os requerimentos anexos. Mesmo sem pautação aparente, ambos os escribas ocuparam as linhas do fólio de maneira regular, sugerindo o domínio da escrita.

---

295 Embora desconheça o parecer ao segundo requerimento, suponho ter sido favorável aos suplicantes, pois não se tem notícia de que os direitos de entrada viessem ser cobrados em Araritaguaba.

296 ROMEIRO, Adriana. O governo dos povos e o amor ao dinheiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 51, fasc. 1, p. 107-121, 2015.

297 BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

298 As imagens que serviram como base para a análise aqui empreendida estão disponíveis no site do projeto Resgate (http://www.resgate.bn.br).

Quando os documentos são estudados como artefatos,[299] texto e papel deixam de ser considerados tão somente como conteúdo e forma, e passam a ser vistos em conjunto como a dimensão material das demandas dos vassalos no ultramar. Do status de produção particular de um grupo social, os requerimentos assumem, então, a função de documentos oficiais nas instâncias da administração imperial e, ao ingressarem em instituições de guarda, perdem a função de uso, podendo se transformar em documentos históricos se apropriados por especialistas. Cada um desses contextos locais e as temporalidades do escrito são pontos nodais para se captar as mudanças pelas quais passam os conhecimentos nos circuitos de circulação em que estão inseridos, segundo a análise de Kapil Raj.[300]

Como alerta Antonio Castillo Gómez, a trajetória dos documentos não deve ser interrompida quando do ingresso nos arquivos, pois

> el escrito tiene otra vida más allá de los momentos concretos de su producción y consumo, en lo que podemos llamar el tiempo de la conservación, cuyo estudio tampoco es ajeno a los intereses de la historia de la cultura escrita. Ésta debe indagar en las políticas de la memoria, en particular la escrita, es decir, en los discursos, las personas y las instituciones que han ejercido históricamente la competencia sobre el patrimonio escrito, en uso de la cual han intervenido em su selección y transmisión.[301]

É o que se acontece com os requerimentos em questão. Embora próximos no contexto de produção, na catalogação atual e na estrutura formal, os manuscritos parecem não ter realizado as mesmas trajetórias quando são considerados os carimbos presentes nos fólios de cada um deles, indicando as instituições pelas quais passaram. O requerimento dos direitos de entradas das cargas carrega os carimbos circulares da Biblioteca Nacional – Lisboa e do Arquivo Histórico Colonial – M. das C. (Ministério das Colônias) enquanto o da construção de feitorias, tão somente o carimbo circular do Arquivo Histórico Colonial – M. das C.[302] Para explicar os percursos diversos, pode-se conjeturar, inclusive, que o parecer do Conselho Ultramarino, afastando questões particu-

---

299 Cf. ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs). *Cultura escrita em debate:* reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX. Jundiaí: Pacco, 2018, p. 17-40.

300 Cf. RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... E pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. Trad. Juliana Freire. *Revista Maracanan*, n. 13, p. 164-175, 2015

301 CASTILLO GÓMEZ, Antonio. História de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 5, p. 122, jan./jun. 2003.

302 O Arquivo Histórico Ultramarino, antes denominado Arquivo Histórico Colonial, foi criado em 1931, reunindo primordialmente a documentação da extinta Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Arquivo do Ministério das Colônias. Cf. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Estudo e edição da "Relaçaõ da marcha que fiz para o Cuyaté (...)" escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha, em 1779. *Revista de História* (USP), n. 176, p. 1-29, 2017.

lares das geopolíticas no estabelecimento de feitorias, tenha condicionado os itinerários custodiais distintos dos documentos.

O projeto do varadouro

No intervalo de seis anos entre o envio do requerimento sobre as feitorias e a resposta negativa de D. João V, Vilares traçou outros planos para aprimorar o comércio entre os espaços coloniais com a elaboração do *PROIECTO DA ABERTURA DO CAMINHO de Terra, ou Varadouro tirado desde O RIO IAURU ATHE O RIO GUAPORE NA CAPITANIA DO CUYABA POR LUIS ROIZ UILARES EM MDCCXLIII*,[303] cuja folha de rosto leva o ano de 1743.

A elaboração do *Projeto* na década de 1740 ocorreu no contexto fulcral para os deslocamentos na fronteira oeste da América portuguesa, por um lado, em direção às terras de Castela para transações mercantis e, por outro, em direção a Belém do Pará.[304]

O documento corresponde a 15 instruções dadas por Vilares a seu sobrinho Manuel Ferreira da Fonseca, que possuía apenas dois anos de experiência no sertão, para descobrir, junto com gente de serviço, a menor distância entre os rios Jauru e Guaporé a fim de se construir um varadouro, ou seja, um caminho por terra não inundável, no qual corressem carros a levar canoas e cargas na direção das minas do Mato Grosso e – por que não dizer – das missões castelhanas. Segundo ele, o empreendimento visava auxiliar os comerciantes que precisavam atravessar o vão de 50 léguas de terra entre o Porto Geral do Jauru e o rio Sararé, com gêneros transportados às costas de gente de serviço, para entrarem nas minas de Mato Grosso, desembolsando muitas arrobas de ouro pelo frete.

Com esse empreendimento arrojado, Vilares propunha articular por terra a bacia platina à amazônica, pois, embora elas tenham nascentes próximas, o Jauru deságua no rio Paraguai e o Guaporé junta-se ao Mamoré, afluente do rio Madeira (Figuras 19 e 20).

---

303 Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade (BMA). Proieto da abertura do caminho de Terra, ou Varadouro tirado desde o rio Iaru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba por Luis Roiz Uilares em MDCCXLIII, Coleção de Obras Raras e Especiais, Ms. 43.

304 ALMEIDA, André Ferrand. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, v.17, n. 2, p. 215-235, jul.- dez. 2009; CARVALHO, Francismar Alex Lopes. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800). *Antíteses*, v. 4, n. 8, p. 595-630, jul./dez. 2011; Idem. Com despesas próprias a bem do Real Serviço: funcionários, colonos e a defesa da fronteira no extremo oeste da América portuguesa, c. 1750-1800. *História*, v. 33, n. 1, p. 171-194, jun. 2014; FERREIRA, Mario Clemente, op. cit., 2005; Idem. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia Historia*, v. 23, nº 37, p. 51-69, jan./jun. 2007; Idem. O conhecimento da área de fronteira entre Mato Grosso e a América Espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de; VARGAS, Héctor Mendoza (orgs). *Mapas de metade do mundo: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos, séculos XVI ao XIX*. Lisboa: Universidade de Lisboa; Cidade do México: Universidade Autónoma do Mexico, 2010, p. 267-297.

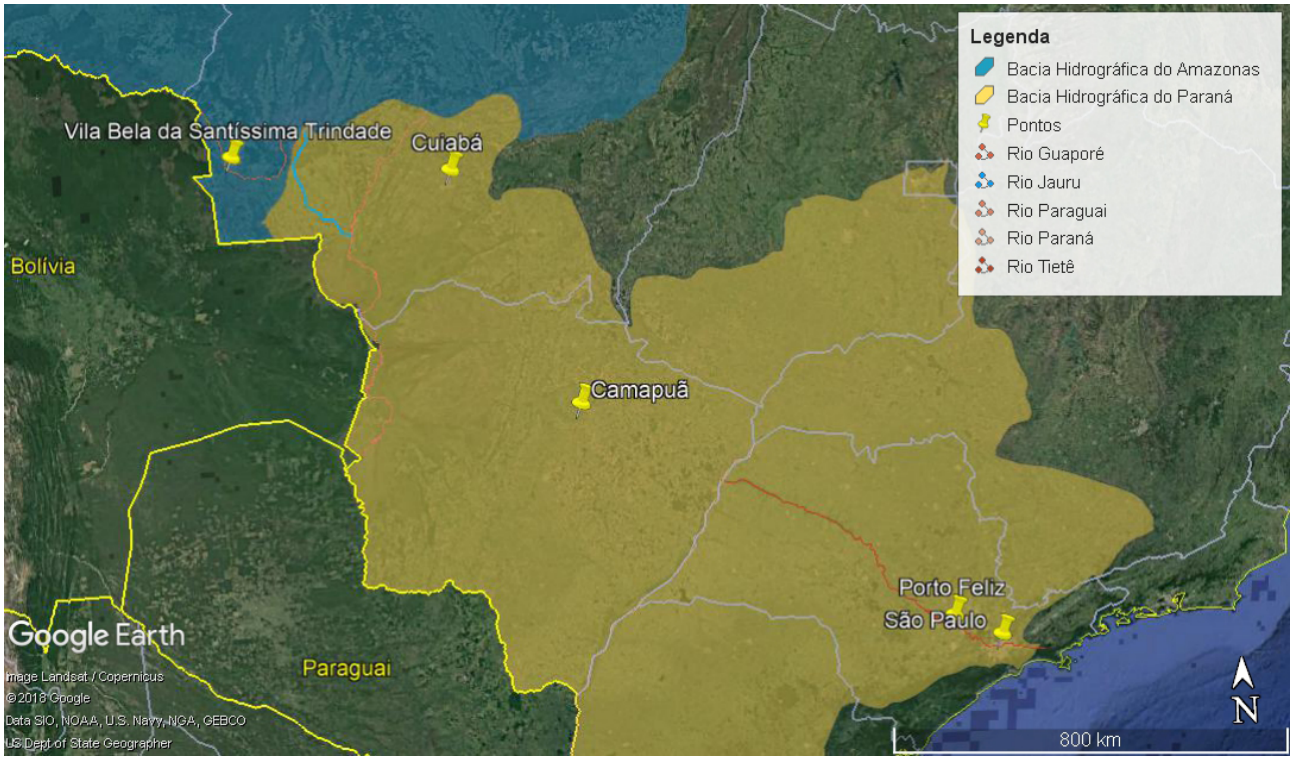


Figura 19: Mapa atual com rios e cidades da rota das monções e do extremo oeste colonial, a partir do programa Google Earth, com inserções e legenda de João Carlos Cândido Silva Libardi Santos.

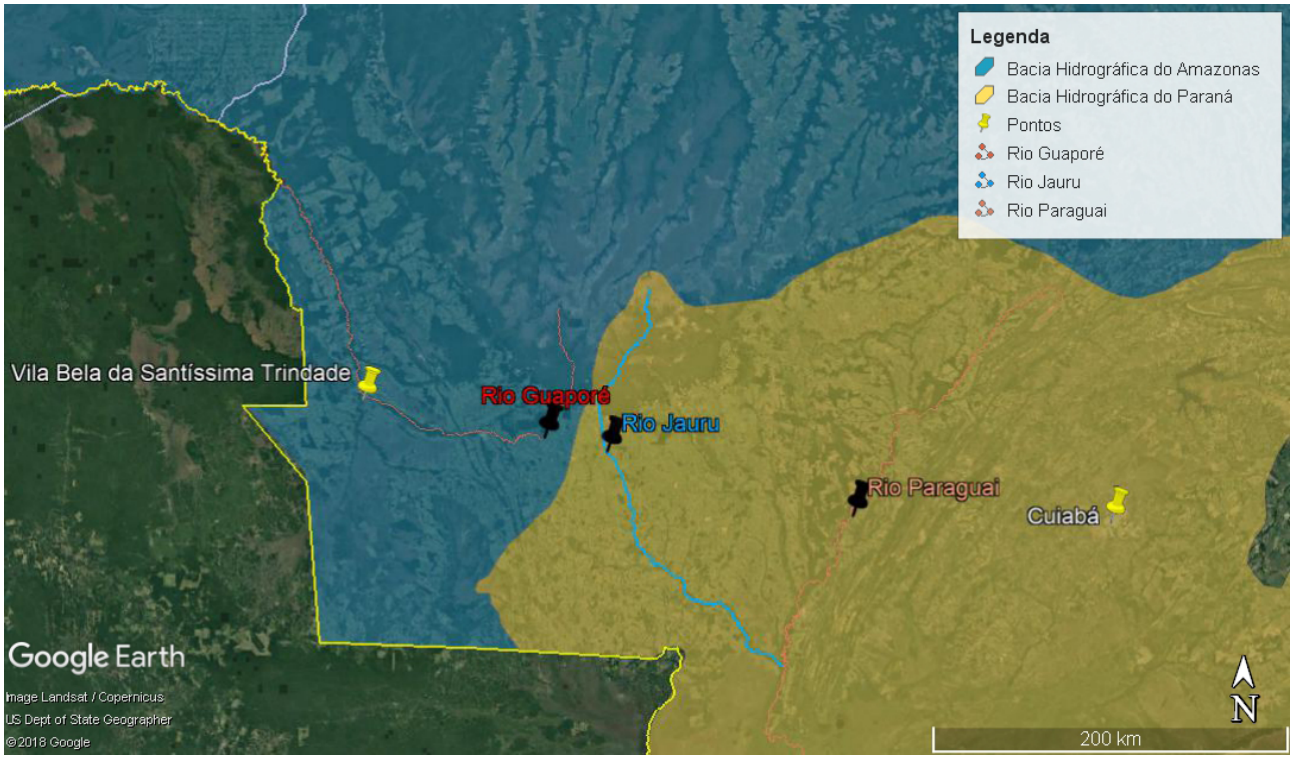


Figura 20: Detalhe da porção de terra existente entre os rios Jauru e Guaporé, a partir do programa Google Earth, com inserções e legenda de João Carlos Cândido Silva Libardi Santos.

Cada uma das instruções, numeradas de 1 a 15, localiza, em mapa anexo (Figura 21), elementos naturais, acidentes geográficos, propriedades e pousos na área em estudo, conseguidos “de longe” pelas informações obtidas de sertanistas por meio de correspondência, e por relatos orais de indígenas e negros escravizados.

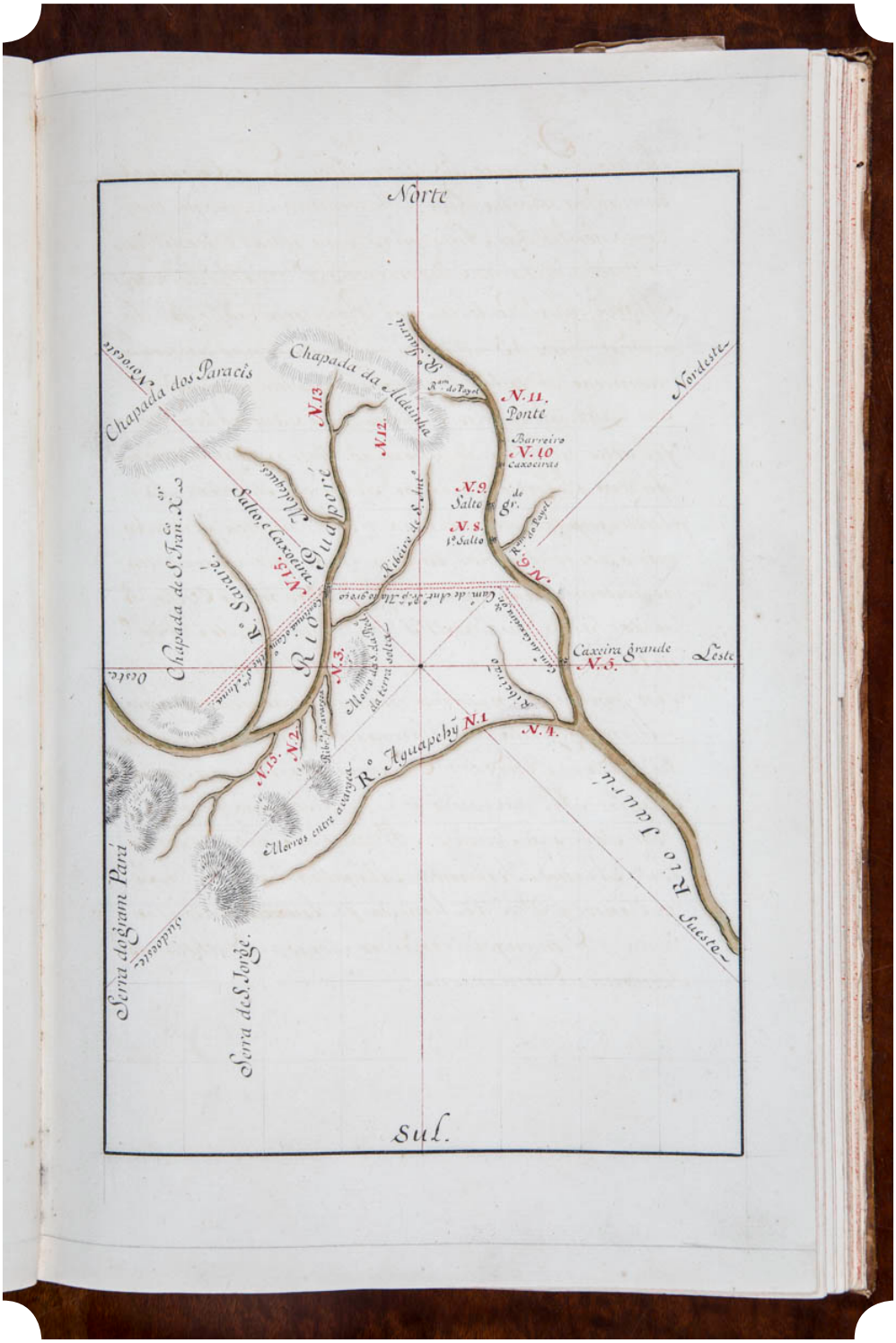


Figura 21: Mapa anexo ao *Projecto da Abertura do caminho de terra* (...) – Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade. Reprodução: Helio Nobre.

No documento, Vilares solicitava a João de Sousa de Azevedo que elaborasse um mapa dos rios da região com sua "experimental atividade" em substituição ao "bronco de minha direção", ou seja, ao borrão então rascunhado. Em 1747, navegando pelo rio Tapajós, João de Sousa de Azevedo chegou a Belém, tendo sido o segundo a fazê-lo desde Mato Grosso, após Manuel Félix de Lima, que alcançara Belém pelo rio Madeira.[305] Ambos os empreendimentos se situavam num contexto de navegação proibida entre Cuiabá e Pará.

A proposta englobava não só a abertura de caminho por terra, como alternativa ao já existente de extensão de 50 léguas entre o Porto Geral do Jauru e o rio Sararé, mas também o estabelecimento de pouso para os viandantes. Em suas próprias palavras: "propriedades de raiz com os requizitos melhores do Certão, que são clima sadio, caminho inmudavel por campos suficientes, para augmentar e sustentar gados, e cavalgaduras", além do fornecimento de transporte para cargas e embarcações, tudo com a cobrança de taxas, replicando em outra rota fluvial sua experiência bem-sucedida em Camapuã.

Para elaborar as instruções, Vilares recorreu a autoridades, a fim de legitimar seu próprio discurso, e a informações de sertanistas, indígenas e negros escravizados que conheciam a região. Com isso, revela a forte presença e importância da cultura escrita nos confins da América portuguesa na primeira metade do setecentos.

No início e no fim do *Projeto*, Vilares invocou o padre Simão de Vasconcelos, por sua obra "Precisas notícias do Brasil". O clérigo nascido no Porto em 1597 veio muito jovem para o Brasil. Aos 19 anos, entrou para a Companhia de Jesus. Acompanhou o padre Vieira na embaixada da Restauração Portuguesa em 1641 e retornou ao Brasil em 1642. Ocupou os cargos de reitor do Colégio da Bahia, reitor do Colégio do Rio de Janeiro e provincial. Faleceu em 1671 no Rio de Janeiro.

Embora o título não estivesse correto, Vilares referia-se ao livro *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, publicado em 1668. Essa obra havia sido editada em 1663, com o título *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, e precedia o texto da *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*.[306]

Vilares afirmava conhecer a obra desde sua infância, sendo ela editada "em livro de quarto dedicado a El Rey D. Pedro". A alusão àquela fase da vida e à materialidade da obra sugere que Vilares a tenha lido em Portugal. O que seria possível pois, segundo Joaquim Romero de Magalhães, o livro *Chronica da Companhia de Jesus* "deverá ter sido

---

305 ALMEIDA, André Ferrand, op. cit.

306 DOMINGUES, Beatriz Helena. A Filosofia e Ciência Modernas nos escritos do Padre Simão de Vasconcelos. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião,* Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 105-139, 1999. Não era a primeira vez que Vilares se valia da obra de Simão de Vasconcelos. Em 1735, ele também recorrera aos escritos do jesuíta para fundamentar um requerimento a respeito do comércio com os índios Guaykuru, como será visto no capítulo 5.

o mais divulgado contributo impresso português sobre a terra e as gentes brasileiras no século XVII".[307]

Em *Notícias curiosas*, Simão de Vasconcelos se propôs a escrever a história do Brasil desde sua descoberta até a morte do primeiro jesuíta do Brasil e da América, Manoel da Nóbrega. O texto organiza-se em perguntas endereçadas pelo padre aos índios, seguidas de comentários das respostas a ele oferecidas sobre diferentes aspectos da vida brasileira, como clima, povoamento e costumes.

Citando de memória a obra de Simão de Vasconcelos e entrelaçando os mitos da "Ilha Brasil"[308] e da lagoa Xaraez,[309] Vilares visava legitimar sua empreitada em razão da existência de um intervalo de terra aludido pelo padre na região. Ao comparar o texto do projeto com o original de Vasconcelos, identifiquei o trecho: "não encontrando-se águas com águas, mas avistando-se tanto ao perto, que distam somente duas pequenas léguas: donde com facilidade os que navegam corrente acima de um destes rios, levando as canoas às costas aquela distância entreposta, tornam a navegar corrente abaixo do outro".[310]

Para o encerramento do documento, novamente mencionou as insinuações de Vasconcelos, acrescentando o nome de Sebastião da Rocha Pita. Nascido em Salvador, Rocha Pita estudou no colégio da Companhia de Jesus da Bahia; ocupou cargos públicos em sua terra natal, como vereador do Senado da Câmara e Coronel de Ordenanças, recebendo o hábito da Ordem de Cristo (em 1679) e a mercê de Fidalgo da Casa Real (em 1701 e 1703). Foi nomeado para acadêmico supranumerário da Academia Real de História de Portugal, em 1721, e foi membro da Academia Brasílica dos Esquecidos, em 1724.

Nessa altura, Pita já finalizava a escrita de seu livro *História da América portuguesa*, publicado, porém, apenas seis anos mais tarde em Portugal.[311] Dividida em 10 partes (chamadas "livros"), a obra é fruto de pesquisas em arquivos dos conventos das ordens de São Francisco, Carmo e São Bento, além de arquivos jesuíticos e da *Crônica da Companhia de Jesus*, de Simão de Vasconcelos. Trata-se de um relato da presença portuguesa no território americano desde sua chegada em 1500 até 1724. As informações sobre as minas de Cuiabá encontram-se no livro 10, nos parágrafos 86 a 97, sendo

307 MAGALHÃES, Joaquim Romero. As descrições escritas e a identidade do Brasil: séculos XVI-XVIII, *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 33, mar./mai. 2000.

308 KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, p. 70-80, jan./jun. 2007.

309 COSTA, Maria de Fátima Gomes. *História de um país inexistente:* o pantanal ente os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999.

310 VASCONCELOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

311 KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos:* historiografia acadêmica luso-americana. São Paulo: Hucitec, 2004.

ele o primeiro a caracterizar brevemente essa parte da América em discurso historiográfico.[312]

Vilares teve acesso ao livro de Rocha Pita editado em 1730 em Lisboa quando já estava havia muito na colônia, o que demonstra suas conexões não só com São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro, mas com o reino, e com o que era publicado e circulava pelo império sobre a América portuguesa, sobretudo acerca das minas de Cuiabá.

Embora Simão de Vasconcelos e Rocha Pita defendessem que o paraíso terrestre se encontrava no Brasil, não há alusão, no *Projeto* do varadouro, a esse mito edênico, em consonância a uma perspectiva mais pragmática e política que teria caracterizado os escritos da segunda metade do século XVII e princípios do XVIII sobre a questão.

O recurso a correspondências e a discursos de autoridades sobre a existência de um intervalo de terra entre os rios Jauru e Guaporé, para se elaborar as instruções e convencer os futuros sócios, evidenciam como a palavra escrita era valorizada naqueles sertões, enquanto atestado de veracidade das informações.

Luis Rodrigues Vilares lançava mão do arsenal textual como munição para alcançar objetivos econômicos e políticos num império em que a comunicação escrita era crucial: enviou diversas cartas para os jesuítas de Castela no contexto das expedições às missões espanholas desde 1738; encabeçou o requerimento endereçado ao rei para autorizar o comércio com aquelas missões; trocou cartas com os sertanistas contendo informações sobre a região do varadouro; enviou requerimentos a Lisboa solicitando sesmarias e pedindo ao rei que não consentisse a abertura de casa de registro em Araritaguaba;[313] e, por fim, redigiu as instruções para se construir o varadouro, servindo também como um contrato comercial.

Embora escrito em primeira pessoa, o *Projeto* do varadouro, depositado na seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, integrante do Manuscrito 43, não tem o punho de Luis Rodrigues Vilares, ao se compararem alguns grafemas do documento com sua assinatura nos requerimentos de 1740. Além disso, dele não constam as assinaturas dos parceiros comerciais, mas tão somente seus nomes. Por isso, suponho ser uma cópia.

A reforçar tal hipótese, a folha de rosto, impressa tanto na moldura quanto no conteúdo, traz grafado "*PROIECTO DA ABERTURA DO CAMINHO de Terra, ou Varadouro tirado desde O RIO IAURU ATHE O RIO GUAPORE NA CAPITANIA DO CUYABA POR LUIS ROIZ UILARES EM MDCCXLIII*". Embora datado de 1743, no interior do documento

312 PRESOTTI, Thereza Martha. A natureza dos rios nas Notícias Práticas das Minas de Cuiabá: a trilha das águas nos Pantanais do centro da América do Sul. *Textos de História*, Brasília, vol. 17, nº 1, p. 107-132, 2009.

313 AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 141. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos comerciantes da Vila de Cuiabá relativo aos direitos das entradas das cargas. Anexo: 3 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá.

há muitas menções a correspondências datadas de 1744, com encerramento do texto em 1745, quando toda região das minas de Cuiabá ainda pertencia à capitania de São Paulo. Portanto, não teria sentido àquele momento da produção do texto a menção à capitania de Cuiabá – que, na verdade, nunca teve esse nome, mesmo após sua autonomia (Figura 22). Além da data e do local equivocados – indicando que a folha de rosto foi elaborada posteriormente –, a palavra *projeto* não figura uma única vez ao longo do texto. Mais um indício de que o título deve ter sido formulado por outrem.

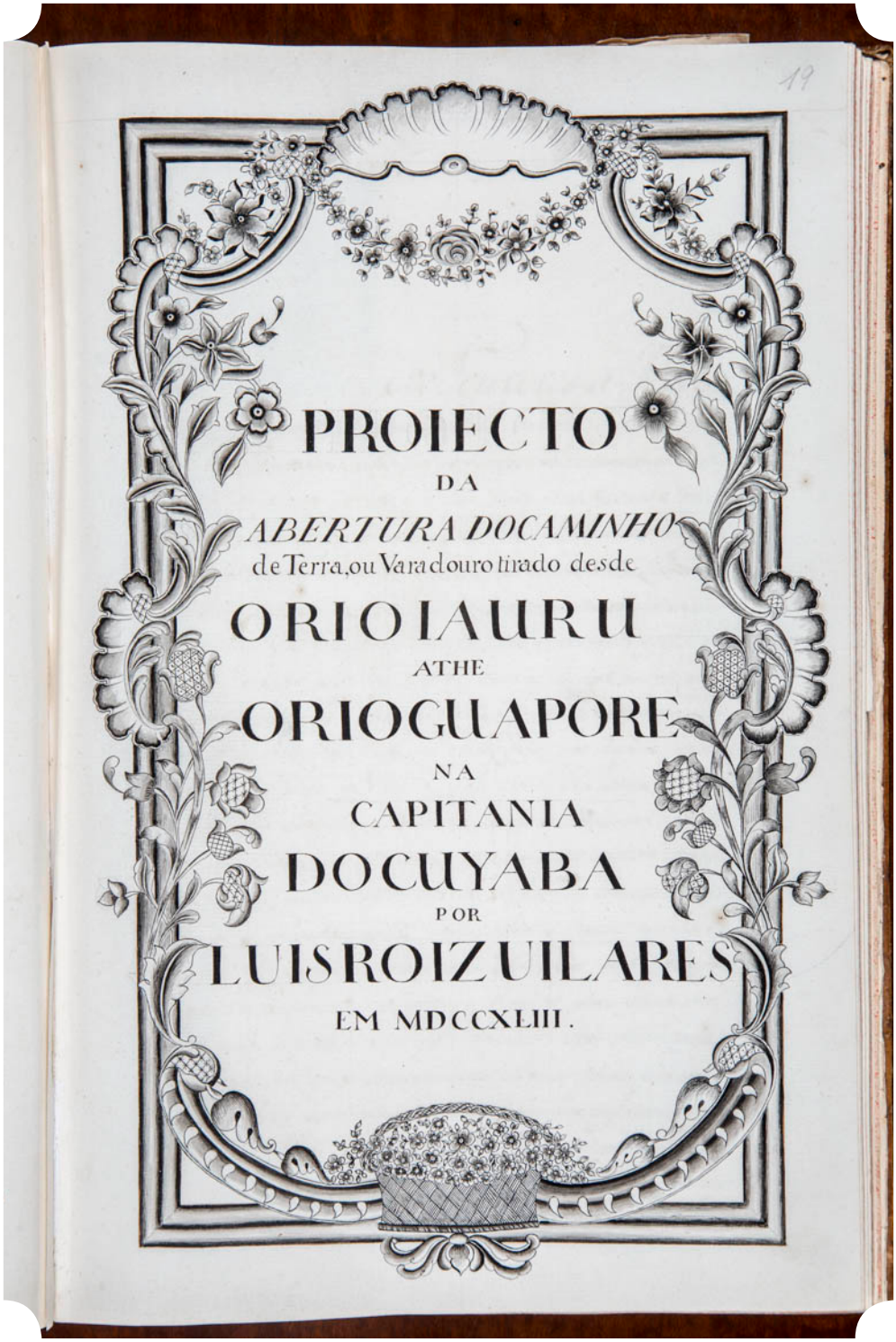


Figura 22: Folha de rosto do *Projecto da Abertura do caminho de terra* (...) – Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade. Reprodução: Helio Nobre.

O *Projeto* é composto por 11 folhas de papel trapo e um mapa, com dimensões de 42 por 22 cm, sendo parte integrante de um códice maior encadernado (Figura 23), o referido manuscrito 43, com 60 folhas e 47 mapas, em cujas páginas iniciais está manuscrito “Pertence a D. Jozé Maria de Souza” (Figura 24).

Figura 23: Capa do códice “Manuscrito 43” – Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade. Reprodução: Helio Nobre.

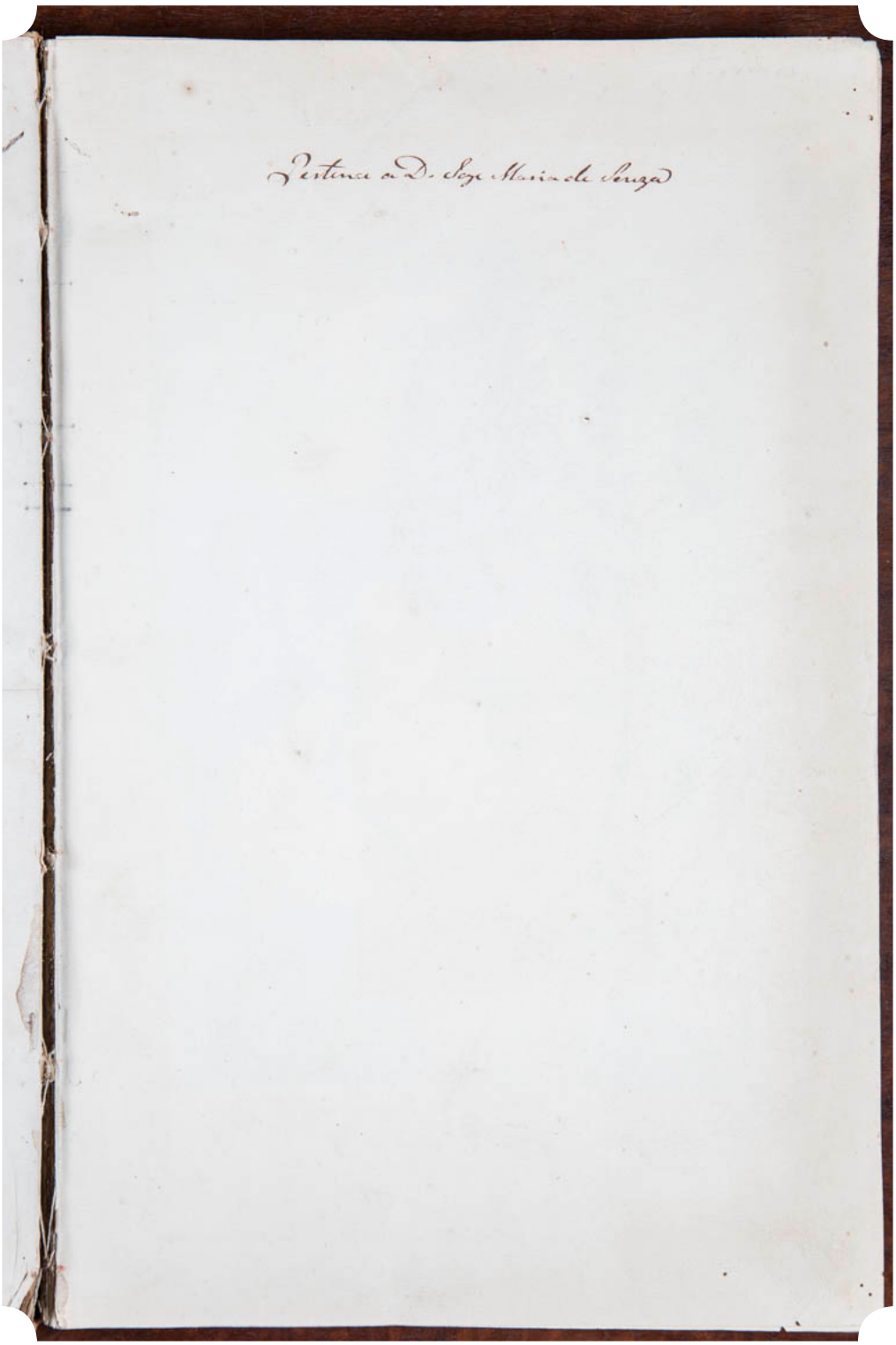


Figura 24: Página inicial do códice “Manuscrito 43”, com os dizeres “Pertence a D. Jozé Maria de Souza” – Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade. Reprodução: Helio Nobre.

Conforme o índice, o códice é formado pelos seguintes documentos manuscritos: *Diario do Caminho que fizerão as partidas da Demarcação da Cidª de Assumpção the o passo do Rio Yguatemy; Projecto do Caminho, ou Varadouro do Rio Jauru, the o Rio Guapore, em Cuyaba; Demostração do Rio da Madeira em Matto Grosso, the o Rio das Amazonas; Roteiro do Caminho de Viamão, para Curitiba, e athe S. Paullo; Plano*

pª a Defensa do Continente de Rio Grª pelo Brigadrº Joze Costodio; Projectos sobre a defensa da Ilha de Santa Catharina; Mapa e Fortalezas da dita Ilha; e mais cartas de José Custódio de Sá e Faria ao governador da capitania de São Paulo D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo de 1765 a 1775.

Trata-se, portanto, de um códice com muitos documentos manuscritos de autoria de José Custódio de Sá e Faria[314] ou a ele atribuídos. Na listagem de manuscritos da Biblioteca Mário de Andrade publicada nos anos 1950, ele é catalogado como sendo do ano de 1773, manuscrito 50, autor Faria, José Custódio de Sá e 17? -1779. Mas o que o projeto do varadouro teria a ver com José Custódio de Sá e Faria e com o morgado de Mateus?

O códice faz parte da coleção Felix Pacheco, como grande parte dos documentos da seção de Obras Raras. Felix Pacheco, por sua vez, o havia adquirido na livraria Maggs, em Londres, por volta de 1926, por 250 libras.[315] Na descrição do catálogo da livraria, todos os documentos do códice foram atribuídos a José Custódio de Sá e Faria.

Em seus escritos, Felix Pacheco assinala o papel da Maggs como centro de documentos portugueses na Europa, exaltando o ato de a nobreza falida portuguesa ter vendido documentos à livraria para que não se perdessem, o que deveria ser seguido por mais famílias nobres. Menciona o Manuscrito 43 em tela e o fato de ter pertencido a José Maria de Souza, encerrando seus comentários com a indagação "quanta cousa análoga não terá levado daqui para Lisboa o Morgado de Mateus?"[316]

Esse registro confirma a hipótese de que o "D. Jozé Maria de Souza" manuscrito nas páginas iniciais do códice seria o 5º morgado de Mateus,[317] filho do governador da capitania de São Paulo, o qual levou centenas de documentos de seu governo na colônia para o arquivo de Mateus – acervo nobiliárquico com origens no século XIV – em seu retorno a Portugal, conforme já atestou Heloísa Bellotto.[318]

A suposição de que D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão tivesse reunido os documentos e levado para a corte é reforçada pela existência de outro códice guardado na mesma biblioteca, o Manuscrito a45, também contendo os dizeres "Pertence a D.

---

314 José Custódio de Sá e Faria era engenheiro militar e veio ao Brasil no âmbito das expedições científico-militares pós Tratado de Madri, assinado em 1750.

315 Para que se tenha a dimensão do valor, o Códice Costa Matoso foi comprado por Felix Pacheco na livraria Maggs por 31 libras e 10 shillings.

316 PACHECO, Felix. *O valor imenso da Bibliotheca Brasiliense do Dr. J. Carlos Rodrigues (Coleção Beneticto Ottoni da Bibliotheca Nacional), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda na Europa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1930, p. 10.

317 José Maria de Souza, o 5º morgado de Mateus, foi sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa, ministro de Portugal em Paris, amante das Letras e de Camões.

318 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate. *Revista do Arquivo*, n. 1, s. p., 2015.

José Maria de Souza". Nesse códice, encontra-se uma carta do morgado de Mateus a Martinho de Mello e Castro, Ministro Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, comentando que "tendo crescido demasiadamente este volume, também me pareceu conveniente ordená-lo em forma de livro, para que pudesse tudo andar separado, e nele junto tudo o que pertencesse a estas disposições".[319] De toda forma, o governador tinha conhecimento da produção escrita de Vilares, como se constata em carta datada de 13 de março de 1769, logo após sua morte, quando o juiz de fora de Cuiabá, João Batista Duarte, lhe escreveu afirmando ter em sua posse "todos os papéis de Luis Roiz Villares".[320]

De fato, como aludido por Pacheco, a família Mateus valeu-se do expediente de venda de documentos ao longo do século XX. Grande parte do acervo do arquivo de Mateus foi adquirida por compra pela Biblioteca Nacional do Brasil da editora Livros de Portugal, com os direitos da coleção.

Como as instruções são uma cópia do original, o mapa a elas anexado não tem autoria; mas possui os mesmos traços e letras dos mapas anônimos seguintes no códice, intitulados *Demonstração Geografica do Grande Rio da Madeira que tem o seu nascimento em Mato groço, e dezagua no R.º das Amazonas pela latitude de 3.º & 25'. Arrumado pelas latitudes e rumos do Diario que se fes do curso do mesmo Rio por Ordem de Sua Mag.de Anno 1749.*

A *Demonstração*, por sua vez, possui os mesmos traços e letras do mapa subsequente que lhe resume todos os trechos, cujo título em cartela indica tratar-se do *Mappa Geographico do Grande Rio da Madeira que tendo sua origem nas Vezinhanças de Cuyaba e Matto groço, dezagua no celebre Rio das Amazonas, pela Latitude de 3 gráos e 25 m.* Mas, neste, se inscreve no canto inferior esquerdo: *Arrumado pelo Brigadr.º Jozé Custodio de Sa e Faria segundo Diário que foi feito do curso do d.º Rio por ordem de Sua Mag.de* (Figura 25).

319 BMA. Projecto, ou Plano ajustado por ordem de S.M.F entre o Governador, e o Cap.m Gen.al de São Paulo D. Luis An. de Sousa e o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria de todos os serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros com q se devem sustentar nesta pte Meridional da America Portug.sa Anno de 1772. Coleção de Obras Raras e Especiais, Ms. 45a. Agradeço a Anna Beatriz Bortoletto a localização desse documento.

320 Sistema Integrado de Arquivo (SIARQ) UNICAMP_Fundo Sérgio Buarque de Holanda_Pi 537/23:218_P 31. Hoje em dia, os papéis de Vilares estão dispersos em arquivos nacionais e portugueses. Para além do projeto salvaguardado na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, localizei originais e reproduções no Arquivo Público do Mato Grosso, em Cuiabá, no Fundo Sérgio Buarque de Holanda – SIARQ/Unicamp, em Campinas, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Este último será objeto de análise do capítulo 5.

Figura 25: *Mapa geográfico do Rio da Madeira* (...) – Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade. Reprodução: Helio Nobre.

Como se sabe, Custódio não fez um relato da rota do rio Madeira. Suspeitei, assim, que tal diário fosse o de José Gonçalves da Fonseca, que o escrevera durante a real escolta de dois sertanistas do Pará ao Mato Grosso, em 1749, por ordem régia.[321]

Ao ler a *Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749*, como se intitula o diário de Fon-

321 ALMEIDA, André Ferrand, op. cit.

seca depositado na Academia Real das Ciências[322] em Lisboa, constatei que Custódio fez os mapas justamente com base nesse próprio documento. Em um dos mapas, no qual se cartografa a região ampliada do varadouro de Vilares, há menção aos pousos por onde passou Fonseca, inclusive com datas mencionadas por ele no diário até a chegada ao arraial de São Francisco Xavier, seu destino. Após essa localidade não há mais datas na área exclusiva do varadouro (Figura 26).

Figura 26: Inserção dos pousos mencionados no diário de José Gonçalves da Fonseca no mapa XVIII da *Demonstração do Rio Madeira em Mato Grosso até o Rio Guaporé, em Cuiabá* – Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade. Reprodução: Helio Nobre.

322 Academia Real das Ciências. J. G. da Fonseca, *Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno [1749]*, Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhe são vizinhas, Lisboa, v. 4, n. 1, 1826.

Nesse sentido, o projeto de Vilares, tal como outras iniciativas dos comerciantes em áreas do extremo oeste na primeira metade do século XVIII, viria a subsidiar o conhecimento do território por parte de emissários do governo metropolitano na demarcação das fronteiras na América, confirmando a importância de pousos e varadouros na articulação entre comércio e configuração territorial, entre homens e impérios coloniais na fronteira oeste da América portuguesa à época.

É provável que o projeto do varadouro não tenha saído do papel, pois, em 1771, o governador da capitania do Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho mandou novamente explorar os dois rios Iguaphey (afluente do Jauru) e Alegre (afluente do Guaporé), a fim de verificar a possibilidade de comunicação por terra entre eles. Passado um ano afirmou que, embora tivesse conseguido "o transito de huma Canoa de dez remos da construção do Pará, mediante o Varadouro de huma Legoa e tres quartos", essa comunicação mostrara-se irregular, não podendo ser praticada por tantos meses,[323] possivelmente por conta das inundações.

Se o varadouro não se concretizou, por outro lado, como mencionado, desde 1752 a navegação e o comércio ficaram abertos ao longo dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Entretanto, não se sabe se Vilares teve a oportunidade de presenciar e vivenciar essas mudanças na política imperial tão almejadas e perseguidas por ele.

Isso porque, a despeito da decisão régia impedindo o comércio com os espanhóis em resposta ao requerimento liderado por Vilares, ele continuou a – ou talvez nunca tenha deixado de – introduzir fazendas nos domínios de Castela. É o que se constata pela carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís Mascarenhas, a D. João V pedindo ao monarca que ordenasse ao ouvidor da comarca de Cuiabá, Manuel Antunes Nogueira, a transferência de Luis Rodrigues de Vilares para a capital paulista, "porque pretendia meter fazendas nos domínios de Castela, encobrindo a sua intenção com o pretexto de caridade em acudir ao próximo". Vilares acabaria sendo expulso das minas de Cuiabá em 1747 por ordem régia.[324] Segundo consta nos *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá*, ele foi sepultado na Igreja Matriz da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, em 9 de janeiro de 1769.[325]

---

323 AHU_ACL_CU_010, Cx. 16, D. 985. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a comunicação do rio Guaporé com o Jaurú e os recentes insultos do gentio Caiapó, que podem comprometer as povoações além do Coxipó. 1772, Agosto, 3, Vila Bela.

324 AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 16, D. 1599. CARTA do [governador e capitão-general da capitania de São Paulo], D. Luís Mascarenhas a [D. João V], pedindo que ordene ao ouvidor da comarca do Cuiabá [Manuel Antunes Nogueira] que remeta para o povoado Luís Rodrigues de Vilares porque pretendia meter fazendas nos domínios de Castela, encobrindo a sua intenção com o pretexto de caridade em acudir ao próximo; e João Oliveira Cardoso que cobrou no Rio de Janeiro e fugiu para o Cuiabá e é um "revoltoso". Anexo: 2 cartas 1746, Junho, 03, Vila e praça de Santos.

325 *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas/ Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 60 [transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki].

Considerações finais

Se os últimos anos de vida de Luis Rodrigues Vilares ainda são desconhecidos, as trajetórias de seus descendentes evidenciam uma ascensão social familiar. Os netos Luis Rodrigues Vilares, Francisco Xavier dos Santos e Joaquim José dos Santos tiveram proeminência socioeconômica e política em finais do XVIII e inícios do XIX. O neto homônimo tornou-se bispo de Funchal, na ilha da Madeira, e legou sua biblioteca particular à Ordem Terceira Franciscana, dando origem à primeira biblioteca pública da cidade de São Paulo.[326] Já os outros dois estavam entre os maiores proprietários de lotes urbanos na capital paulista no início do século XIX, com patentes militares e hábitos da Ordem de Cristo.[327]

Coronel efetivo do 1º Regimento de Milícias da capitania de São Paulo e tesoureiro da Junta da Fazenda, Francisco Xavier dos Santos impetrou, em 1813, uma petição para instituir morgadio, buscando provar que era coerdeiro da fazenda de Camapuã em duas quintas partes.[328] Tal fato indica que a propriedade permaneceu nas mãos da família, desempenhando papel fundamental para o enobrecimento de homens em inícios do oitocentos, no período de ocaso das monções.

O mesmo Francisco Xavier dos Santos legou a seu sobrinho Joaquim José dos Santos Silva, filho de seu irmão, terras valiosíssimas na região central da cidade de São Paulo, conhecidas como a "Chácara do Chá", no vale do Anhangabaú, onde hoje se situam o viaduto do Chá e outros logradouros importantes da capital paulista. Joaquim José dos Santos Silva acabou por ser agraciado com título nobiliárquico do Império do Brasil, tornando-se o barão de Itapetininga, em 1863.[329]

Embora os descendentes de Vilares figurem em obras genealógicas, e seus nomes sejam associados à riqueza (todavia de origem desconhecida), ao destaque na esfera política, e a patentes e ordens militares, muito raramente, são mencionadas as ligações estreitas de seus antepassados com a lide mercantil. Em decorrência, os comerciantes ativos em solo piratiningano no século XVIII e seus parentes atuantes nas minas de Cuiabá foram relegados ao esquecimento, a própria cidade ao vazio populacional, à

326 DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros*: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: Edusp, 2011.

327 BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na décima urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*, v. 13, n. 1, p. 59-97, jan.-jun. 2005.

328 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005, p. 168-169.

329 BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio*: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 215-216, 2018.

decadência e à penúria, e as monções a um episódio fugaz e derradeiro, como último sopro do movimento bandeirantista.

A construção de trajetórias de vida, por outro lado, favorece, a um só tempo, o reconhecimento do protagonismo de outros sujeitos históricos, sua integração em redes relacionais e a espacialização de sua atuação colonial articulada a múltiplas dinâmicas do império português.

Espacializar as redes mercantis e familiares trouxe outro sentido para a compreensão dos processos socioeconômicos que se desenvolviam no centro-sul da América portuguesa, pois o (re)conhecimento do território e sua ampliação passam a ser vistos como instrumentos de poder disputados tanto pelos vassalos como pelo rei, daí as várias formas de imbricamento dos interesses pessoais de autoridades, geopolíticos da Coroa e mercantis dos colonos em torno da abertura de caminhos e do controle das fronteiras.

Luis Rodrigues Vilares e seus companheiros bem souberam se inserir na organização do império lusitano, fazendo chegar ao outro lado do Atlântico o conhecimento de suas atividades e demandas por meio da cultura escrita, haja vista os argumentativos requerimentos, as correspondências comerciais e os pareceres recebidos e dados pelo Conselho Ultramarino. Lançaram mão do privilégio do domínio da escrita para articular maneiras de aumentar seus lucros e suas redes de sociabilidade e colocar em prática suas estratégias comerciais.

Como participantes ativos do processo de colonização, os comerciantes articularam seus interesses à geografia política do reino e atuaram como informadores estratégicos do Conselho Ultramarino e da Coroa sobre o território que se estava devassando. Nesse sentido, ao desenvolverem seus negócios e ocuparem a porção ocidental da capitania de São Paulo, acabaram por fornecer outra chave de leitura para a configuração territorial da América portuguesa no século XVIII.

5
Os usos dos livros em demandas coloniais

Introdução

Corria o ano de 1736 quando o comerciante reinol Luis Rodrigues Vilares, atuante nas minas de Cuiabá, recebeu a notícia de que a expedição que financiara para descoberta de metais preciosos nas terras ao norte da chapada do Mato Grosso havia logrado êxito. Como no momento da boa-nova estivesse lendo a "Vida do grande Apostolo da India S. Francisco Xavier", enviou uma missiva aos exploradores para que invocassem a proteção do santo para a continuidade dos trabalhos. Foram, assim, tão bem-sucedidos que batizaram o local com maior abundância de ouro como arraial de São Francisco Xavier, onde erigiram uma capela em sua devoção.

A associação entre o nome da localidade e a personagem do livro foi registrada por José Gonçalves da Fonseca na *Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes*.[330] O secretário do Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará esteve nas minas de Cuiabá e do Mato Grosso em 1750. Sua missão se deu no âmbito da expedição de reconhecimento enviada de Belém do Pará para explorar a comunicação entre as duas regiões por meio da rota formada pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.[331]

O funcionário régio não foi o único a destacar a prática de leitura do comerciante. A fim de compor os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, em 1786, tendo como matriz as *Relaçaó das povoaçoens do Cuyabá e Mato groso de seos principios thé os prezentes tempos*, de autoria de José Barbosa de Sá, o vereador Joaquim da Costa Siqueira acrescentou um parágrafo sobre Vilares à narrativa original referente ao ano de 1728:

> Este Luis Rodrigues Villares de quem agora falamos que foi promovido pelo General Cezar em o posto de Capitão mor Povoador, foi o Europeo que mais servissos fés a Sua Magestade nestas não só dilatadas com importantes Colonias, por que alem do muito cabedal, que dispendeo para sua conservação, e augmento, gastou muito nas expediçoens para a redução do Gentio sem outro enteresse mais que o virem para o gremio da Igreja, pois asistindo elle com a despeza para

330 FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. XXIX, p. 354-355, 1866. Cumpre ressaltar que José Barbosa de Sá menciona a chapada de São Francisco Xavier em finais de 1733. Cf. SÁ, José Barbosa de. Relaçaó das povoaçoens do Cuyabá e Mato groso de seos principios thé os prezentes tempos. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 23, p. 5-58, 1901.

331 Sobre a viagem de Fonseca, ver ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, v. 17. n. 2. p. 215-235. jul.- dez. 2009.

> as bandeiras, nunca houve a si hum só Indio para o seu servisso, ou utilidade; avaliasse despendeu para huma e outra coiza o melhor de vinte mil oitavas de ouro, por cuja cauza e por outras avultadas perdas que teve, morreo pouco abundante era de estatura baixa, olhos azuis, barba rachada, claro de bom pizo(sic), **muito lido**, activissimo no negocio, amigo da pás, inimigo de que se falase das acções do proximo e a mente em extremada pobreza, a quem muito socorria, chegando a despir a propria camiza do corpo para dar a algum miseravel, além de outras muitas virtudes, de que era dotado, jas na Igreja Matris desta Villa; onde foi sepultado no dia 9 de Janeiro de 1769.[332] (grifos meus)

Não obstante os feitos valorosos, é possível que o tom quase hagiográfico da caracterização física e moral do capitão povoador estivesse relacionado ao parentesco que possuíam. Luis Rodrigues Vilares era tio de Joaquim da Costa Siqueira, por parte materna. Vilares era casado com Ângela Vieira, irmã de sua mãe, Maria Josefa Velosa, ambas filhas de Inácia Vieira e Manuel Veloso, mercador de destaque no cenário da cidade de São Paulo, na primeira metade do século XVIII, com negócios que se estendiam às minas de Cuiabá.[333]

Vilares atravessara o Atlântico no começo do setecentos já conhecedor das letras e dos livros. Como visto no capítulo anterior, no projeto de construção de um varadouro entre os rios Jauru e Guaporé, por ele elaborado na década de 1740, afirmou não só que lera o livro do jesuíta Simão de Vasconcelos, *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, cujas utilíssimas incitações e normas "desde minha infância tenho impressas n'alma", como tivera contato com a obra em seu formato material, "em Livro de quarto Dedicado a EL REY D. Pedro N. Senhor".[334]

No decorrer da vida no interior da América portuguesa, o homem de negócios continuamente recorreu às palavras e ao reconhecimento dos autores que lia para fazer valer suas vontades e atingir objetivos mercantis por meio de escritos de caráter peticionário e projetos dirigidos às instâncias coloniais e metropolitanas.

Neste capítulo, a proposta é analisar um requerimento encabeçado por Luis Rodrigues Vilares, dirigido ao Senado da Câmara da Vila Real do Cuiabá em 1735, visando obter autorização para o comércio de cavalgaduras com os indígenas Guaykuru para introdução dos animais nas minas de Cuiabá.

---

332 *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá*: 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas/ Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 60.

333 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil:* negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda, 2010, p. 244-255. Sobre as atividades de Vilares no oeste da capitania de São Paulo, ver o capítulo 4.

334 *PROJECTO da abertura do caminho de terra, ou Varadouro tirado desde o rio Jauru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba em MDCCXLIII*. Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, Coleção de Obras Raras e Especiais, ms. 43.

Em primeiro lugar, a abordagem recairá sobre o requerimento como tipo documental[335] e artefato. Sob esse prisma, o documento peticionário ganha protagonismo, tanto como forma de expressão dos conhecimentos adquiridos em prol de interesses a serem atingidos quanto como instrumento material privilegiado de comunicação escrita num império assentado em papéis. Em segundo lugar, a discussão se desenvolverá em torno dos usos de livros e os modos de lê-los praticados por Luis Rodrigues Vilares ao longo da argumentação tecida no requerimento.

Ao discutir o que é um texto, Donald Francis McKenzie recuperou a origem greco-latina dessa palavra, a qual remete à ideia de "tecido", "teia ou rede", que designava o entrelaçamento de qualquer tipo de material. Tal concepção evoca um "processo de construção material", cujo resultado é um objeto. Nesse sentido, defendeu o bibliógrafo, um texto pode ser entendido como uma teia de palavras e a escrita, por sua vez, como tecer fios.[336]

Para Márcia Almada, baseando-se em McKenzie e na perspectiva da Cultura Material, a análise da materialidade dos documentos possibilita o acesso a respostas que, possivelmente, não poderiam ser alcançadas de outras formas, bem como oportuniza a construção de sua biografia, na medida em que a historicidade dos objetos deixa vestígios na matéria.[337]

Como o conhecimento não viaja por si só, é necessário que haja um suporte físico que lhe dê consistência. Conforme assinalou Lissa Roberts, o processo de materialização não o torna veículo neutro de conhecimento, mas antes altera a informação corporificada, afeta seus significados e a dissemina em novas direções. Assim, ao perscrutar a circulação de determinadas ideias, faz-se necessário considerar simultaneamente a circulação dos objetos que as portam e dos agentes responsáveis por sua corporificação.[338]

Tal como no capítulo 4, reforço que, ao privilegiar a dimensão material dos documentos – o papel e o gesto da escrita –, intento destacar sua centralidade para a sobrevivência do Império, cujo sucesso dependia, em grande medida, da produção escrita que se desenvolvia nos territórios ultramarinos.

Essa produção, entretanto, era dificultada, mas não impedida, pela escassez de papel que grassava na América portuguesa, muitas vezes lamentada pelos oficiais ré-

---

335 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

336 MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Edusp, 2018, p. 26-27.

337 ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate*: reflexões sobre o império português na América – séculos XVI a XIX. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 17-40; Idem. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. *Pós*, v. 4, n. 8, p. 134-147, 2014.

338 ROBERTS, Lissa. The Circulation of Knowledge in Early Modern Europe: Embodiment, Mobility, Learning and Knowing. *History of Technology*, v. 31, p. 47-68, 2012.

gios. No mesmo período de elaboração do requerimento em tela, das minas de Cuiabá escrevia o intendente e provedor da fazenda real, Manuel Rodrigues Torres, ao rei D. João V informando-o de que faltava papel na região para registrar a cobrança de dízimos e reclamando remessas para tal fim.[339]

A carência de insumos para a escrita não era, entretanto, exclusiva da porção mais ocidental da América portuguesa. Nas cartas comerciais remetidas pelos correspondentes coloniais do abastado homem de negócio português, Francisco Pinheiro, a falta de papel é tônica recorrente durante a primeira metade do século XVIII em localidades como Salvador, Rio de Janeiro e Santos.[340]

No caso de Cuiabá, o que complicava ainda mais a situação de abastecimento papeleiro era a difícil comunicação entre as minas e São Paulo, capital da capitania, que se dava majoritariamente por rios, num trajeto que requeria cerca de cinco meses para ser vencido. O percurso era marcado pela navegação de águas turbulentas, travessia de acidentes hidrográficos – cachoeiras, itaipavas e saltos – que, muitas vezes, demandava desembarque parcial ou total dos tripulantes, passageiros e cargas das embarcações, as quais eram levadas à sirga ou varadas por terra.

Não só os percursos realizados pelos papéis enquanto mercadorias, mas também a percepção dos caminhos percorridos pelos documentos e seus modos de arquivamento têm muito a oferecer no que diz respeito ao entendimento do funcionamento do Império português, como visto. Tributária das análises de Antonio Castillo Gómez, Adriana Angelita da Conceição afirma que a dispersão e a trajetória custodial dos documentos textuais no período moderno são elementos importantes para a compreensão dos tempos do escrito,[341] haja vista serem reveladores das "práticas da arte de governar" e contribuírem para a reflexão sobre "a cultura escrita das relações políticas de modo mais global".[342] Nesse sentido, como tipo documental, o requerimento do grupo mercantil pode ser compreendido no âmbito do direito de petição vigente na cultura política do Antigo Regime, conforme também analisado no capítulo 4.

Em estudos de caráter teórico, Roger Chartier e Robert Darnton destacaram as dificuldades que o pesquisador encontra ao se aventurar pelas veredas da história da

339 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; CASSEMIRO, Igor Alexandre Silva. Papéis em circulação na capitania de São Paulo (século XVIII): apontamentos preliminares. *Domínios da imagem*, v. 14, n. 17, p. 118, 2020.

340 Ibidem, p. 124.

341 CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 3, n. 5, p. 116, 2003.

342 CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Estudo e edição da "Relaçaõ da marcha que fiz para o Cuyaté (...)" escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha, em 1779. *Revista de História. (São Paulo)*, n. 176, p. 12-13, 2017.

leitura, em virtude das limitações impostas pelas fontes existentes.[343] Se, por um lado, *quem* leu, o *que*, *onde* e *quando* são questões cujas respostas são mais acessíveis, por outro, *como* leu e *por que* são perguntas mais desafiadoras,[344] pois são raros os depoimentos pessoais que oportunizam a construção dessa história,[345] o que faz com que as indagações colocadas há 30 anos por Robert Darnton ainda se mantenham atuais.

Longe de ser uma atividade passiva, argumenta Michel de Certeau, a leitura é ato de produção, de modificação do seu objeto. A partir da conjugação das frações de um texto, cria-se algo distinto daquilo que lhe era posto, que admite uma multiplicidade irrestrita de significados.[346]

Amparada, pois, pelos estudos dos referidos autores sobre as dimensões materiais e textuais dos documentos, os tempos do escrito, a história do livro e da leitura, e o papel da cultura escrita no Império português, parti para a análise do requerimento ora em questão.

O requerimento: tipo documental e artefato

Trata-se da *Copea da petiçaõ e mais documentos que ajuntou Luiz Rodriguez Villares rẽquerimento ao Sennado da Camera da Villa do Cuyaba: a nove de Novembro de mil, e SetteCentos e trinta e Sinco annoz*, que corresponde ao documento 23 do códice com a cota Ms. 296, salvaguardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Composto por 202 folhas, de dimensões 33 por 22 cm, o códice em papel reúne, num único volume, 61 documentos e era proveniente da biblioteca dos Viscondes de Balsemão, como se constata pelos dizeres à tinta no verso da capa de encadernação: "Da Livraria do Ex.mo Sr. Visconde de Balsemão".[347]

Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), nobilitado 1º Visconde de Balsemão em 1801, foi governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá entre os anos de 1769 e 1772. Tal como Luís Antônio Botelho de Sousa Mourão, o morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo (1765-1775), e D. Luís de Almeida, o 2º Marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil (1769-1779), o Visconde de Balsemão retornou a Portugal levando na bagagem documentos produzidos na colônia para sua

343 DARNTON, Robert. A história da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 203; CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77.

344 DARNTON, Robert, op. cit., 1992, p. 203.

345 CHARTIER, Roger, op. cit., 2011, p. 96.

346 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 265.

347 Dados fornecidos pela BPMP em fevereiro de 2021.

biblioteca particular.[348] Os papéis – originais ou cópias – extrapolavam o período de seu mandato e continham informações sobre os mais variados assuntos, dado seus múltiplos interesses pessoais.[349]

Colecionador, durante sua vida como funcionário régio em Portugal e na Europa, continuou a amealhar manuscritos e impressos, que perfizeram mais de 10.000 volumes, sendo considerada uma das maiores bibliotecas privadas de Portugal no início do oitocentos.[350] Nesse período, o acervo foi transferido de Lisboa para o Porto, tendo sido instalado na residência de seu filho Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, futuro 2º Visconde de Balsemão.[351]

Com a invasão das tropas napoleônicas no Porto em 1807, o apoio do visconde ao movimento de resistência ao exército de Junot custou-lhe o saque de cerca de 5.000 volumes da biblioteca. Na década de 1830, em meio às lutas liberais, novamente sua defesa da causa miguelista foi a razão da tomada da coleção pelo Estado português, junto ao sequestro de outras livrarias particulares e de congregações religiosas da região. Tais bibliotecas correspondem ao fundo primitivo da Biblioteca do Porto, fundada a 9 de julho de 1833.[352]

Na primeira folha do códice, o contexto de sequestro do acervo é comunicado para o pesquisador atual de forma quase criptográfica por meio de duas inscrições à tinta: "N.o 296/D. And.e", que corresponde à catalogação adotada até os dias de hoje e à rubrica do primeiro bibliotecário da Biblioteca Pública, Diogo Góis Lara de Andrade, e "N.o 273/Mendes", rubrica do procurador que representou os interesses da família Balsemão na contestação judicial do arresto dos seus bens.[353]

O requerimento corresponde aos fólios que vão do 83 *recto* ao 89 *recto*, escritos em ambos os lados, e é uma cópia cuja matriz teria sido o livro 4º de registros do Senado

348 Sobre os papéis levados da América portuguesa pelo morgado de Mateus e pelo Marquês de Lavradio, ver respectivamente BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate. *Revista do Arquivo*, n. 1, s. p., 2015; CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A produção e a conservação das cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio, como problemática de análise. *Revista do Arquivo*, n. 1, 2015.

349 MEIRELES, Maria Adelaide; CABRAL, Luís. Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 32, jan./jun. 1997.

350 BRIGOLA. João. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial - os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 331-339.

351 COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no "Inventário" da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate, v. 14, n. 1, p. 141, 2012.

352 Ibidem, p. 142-144.

353 Conforme informou a BPMP, posteriormente, a biblioteca viria a ser adquirida, por compra, aos legítimos herdeiros dos seus proprietários.

da Câmara de Cuiabá.[354] Seu autor material foi João da Silva Nogueira – escrivão dessa instituição pelo menos desde de 1736 –[355] que o reproduziu em 4 de janeiro de 1771 junto a outros 4 documentos relacionados ao requerimento, conforme ele assinalou ao final do último. Haja vista sua presença em um códice pertencente à coleção do Visconde de Balsemão, depreende-se que Nogueira atuou sob suas ordens, tendo sido escolhido em virtude da experiência de décadas na lide com a documentação camarária.

A cópia foi produzida com letra de tipo humanístico, *ductus* cursivo, inclinação à direita e peso leve.[356] Em sua maior parte, as minúsculas foram grafadas em módulo pequeno e as maiúsculas em módulo médio, havendo a presença pontual de letras de módulo grande nas iniciais de cada um dos parágrafos do anverso do primeiro fólio. A disposição da escrita sobre o suporte é regular, havendo uma média de 33-4 linhas por fólio, bem como uma constância no espaçamento entre as linhas e as margens ao longo do texto. Mediante a necessidade de separação do vocábulo em decorrência do término da pauta, o copista a indicou alternando entre o uso de hífen e do sinal de igual. Por essas características, infere-se que ela foi redigida por alguém familiarizado com a escrita.[357]

Levar em consideração a familiaridade do escrivão com a escrita para a produção de documentos, ainda que fossem cópias, não é de somenos importância nas minas de Mato Grosso no início da década de 1770. De acordo com os estudos sobre o cenário educacional na região durante o setecentos, os jesuítas para lá se dirigiram somente em 1751 acompanhando o governador D. Antonio Rolim de Moura, onde permaneceram por menos de uma década em razão da expulsão pela ordem por Pombal em 1759. Gilberto Luz Alves afirma que, durante o tempo em que estiveram nas minas, os inacianos concentraram suas atividades nas práticas de aldeamentos indígenas, não mencionando suas iniciativas no campo do ensino de primeiras letras. Em realidade, as medidas pioneiras para a criação de aulas régias em Mato Grosso datam de 1775, quando a Câmara de Vila Bela procurou regulamentar os estudos das Escolas Menores.[358]

---

354 Segundo informou o Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, a documentação da Câmara de Cuiabá se perdeu num incêndio no início do século XX, o que impossibilitou a averiguação da informação dada por João da Silva Nogueira. Desse modo, vale destacar a importância da cópia do Porto como sendo o testemunho manuscrito mais antigo conhecido. Dele foi feita uma fotocópia que se encontra no Fundo Sérgio Buarque de Holanda, no SIARQ-Unicamp (Pt 293 P67P).

355 *CÓDICE (incompleto/cópia) do regimento da justiça do ano de 1736, feito pelo escrivão da Câmara e Almotaçaria, João da Silva Nogueira*. Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, BR MTAPMT CVC-CC-0303.

356 Cf. CONTRERAS, Luís Núñez. *Manual de paleografia*: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Cátedra, 1994, p. 38-44.

357 A caracterização do requerimento foi empreendida a partir de uma cópia digitalizada em alta resolução disponibilizada pela BPMP.

358 ALVES, Gilberto Luz. Aulas régias na capitania de Mato Grosso: um exercício preliminar de crítica historiográfica. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. *Instantes e memória na história da educação*. Brasília: Inep; Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 13-36.

A implantação tardia da instrução pública nas minas de Cuiabá e do Mato Grosso não significa, entretanto, que a capitania fosse uma seara infértil para o universo das letras, tendo em vista a existência da rica e diversificada biblioteca de José Barbosa de Sá[359] e os livros mobilizados por Vilares em suas demandas. Nesse sentido, tal quadro evidencia que a cultura escrita não precisa ser pensada necessariamente a partir da posse de livros ou dos registros da educação formal, mas pode ser discutida por meio de documentos peticionários tomados como fontes para seu estudo, a exemplo do requerimento em questão, objeto deste capítulo.

O suporte encontra-se em bom estado de conservação. Nele identificam-se intervenções extemporâneas, aparentemente à grafite, tais como a numeração dos fólios no canto superior direito, riscos verticais paralelos à caixa de escrita e traços horizontais entre as linhas do texto, estes possivelmente assinalando excertos de interesse de algum leitor.

Nos fólios de numeração ímpar (83, 85, 87 e 89) constam a mesma marca d´água, descrita como um "escudo, contorno simples, ornamentado, com cinco quinas no campo e bordadura com sete castelos, sob coroa real e sobre as letras maiúsculas, contorno duplo, SG"[360] (Figura 27).

359 CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Vida e biblioteca de José Barbosa de Sá. *Fronteiras: Revista de História*, v. 17, n. 29, p. 97-119, 2015.

360 SANTOS, Maria José Ferreira dos. *Marcas de Água*: séculos XIV – XIX. Coleção TECNICELPA. São João de Ver: Rainho e Neves, 2015. Agradeço a Igor Alexandre da Silva Cassemiro pela identificação da marca d'água e pelas informações fornecidas.

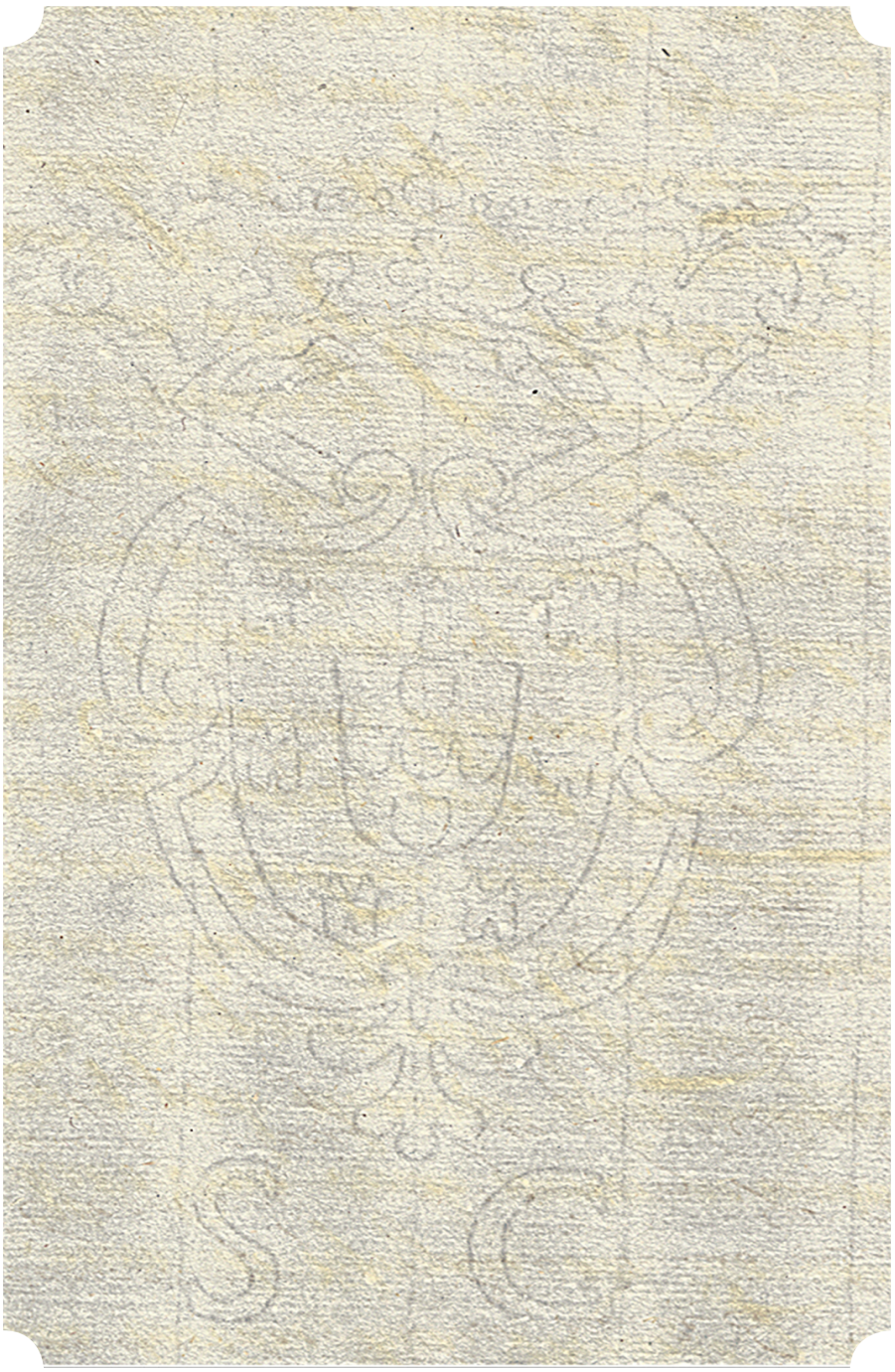


Figura 27: Marca d'água do papel utilizado no fólio 93 do ms. 296 digitalizado da BPMP.

Se, por um lado, os repositórios de marcas d'água não apresentam informações sobre a origem do desenho em questão, as letras "SG" foram encontradas por Marina Furtado Gonçalves associadas aos Gambinos, produtores de papel sediados em Gênova, na região da Ligúria, o que revela uma possível origem desse papel.[361]

361 GONÇALVES, Marina Furtado. *Fazer e usar papel: caracterização da documentação avulsa da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro (1750-1800)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021, p. 247, 249, 314, 359 e 385.

Tal constatação aponta tanto para o trânsito de papéis provenientes da península itálica no Império lusitano na segunda metade do setecentos como para a inserção das minas de Cuiabá nesse circuito papeleiro, temática praticamente inexplorada pela historiografia.[362] Talvez seja justamente pelo caráter corriqueiro, pelo fato de ser algo tão cotidiano e fundamental tanto naquele período, como principal meio de comunicação, quanto nos dias de hoje, como a principal fonte escrita para muitos historiadores, que o estudo da circulação de papel tenha sido deixado de lado por tanto tempo. Nessa perspectiva, o artefato estaria inserido no conjunto de troços, trecos e coisas humildes de que fala Daniel Miller, "invisíveis e não mencionados, condição que, em geral, alcançam por serem familiares e tidos como dados".[363]

Circulando originalmente como mercadorias, os papéis acabaram por se tornar suportes para os registros textuais de documentos oficiais das instâncias administrativas, contendo, nesse caso, solicitações dos colonos no interior da América portuguesa. Nessa perspectiva, texto e papel deixam de ser considerados tão somente como conteúdo e forma, e passam a ser vistos em conjunto como a dimensão material das demandas dos vassalos no ultramar e dos encaminhamentos dados pelas autoridades a elas.

Embora conste a palavra "petiçaõ" no título do manuscrito, trata-se de um *requerimento*, pois há embasamento legal na solicitação dos requerentes. De acordo com Heloísa Bellotto, petição e requerimento correspondem a documentos diplomáticos peticionários ascendentes. Sua diferença, em linhas gerais, diz respeito à fundamentação legal expressa no pedido: enquanto na petição, ela não é mencionada, no requerimento, a solicitação se baseia em atos legais ou na jurisprudência citados no corpo do texto.[364]

Além disso, o requerimento ora analisado está estruturado segundo a classificação proposta pela Diplomática para tal tipologia documental. O protocolo inicial é formado pelo nome e qualificação do requerente que, no período colonial, eram antecedidos pela palavra "Diz"; o texto alude ao próprio pedido, aos direitos que os solicitantes presumem ter e aos interesses para o que é solicitado; e o protocolo final traz a fórmula "E receberá mercê", sendo a assinatura do requerente facultativa.[365] No caso da solicitação em tela, a argumentação dos requerentes vem a seguir em forma de relação inclusa, contendo os direitos e os interesses envolvidos (Figura 28).

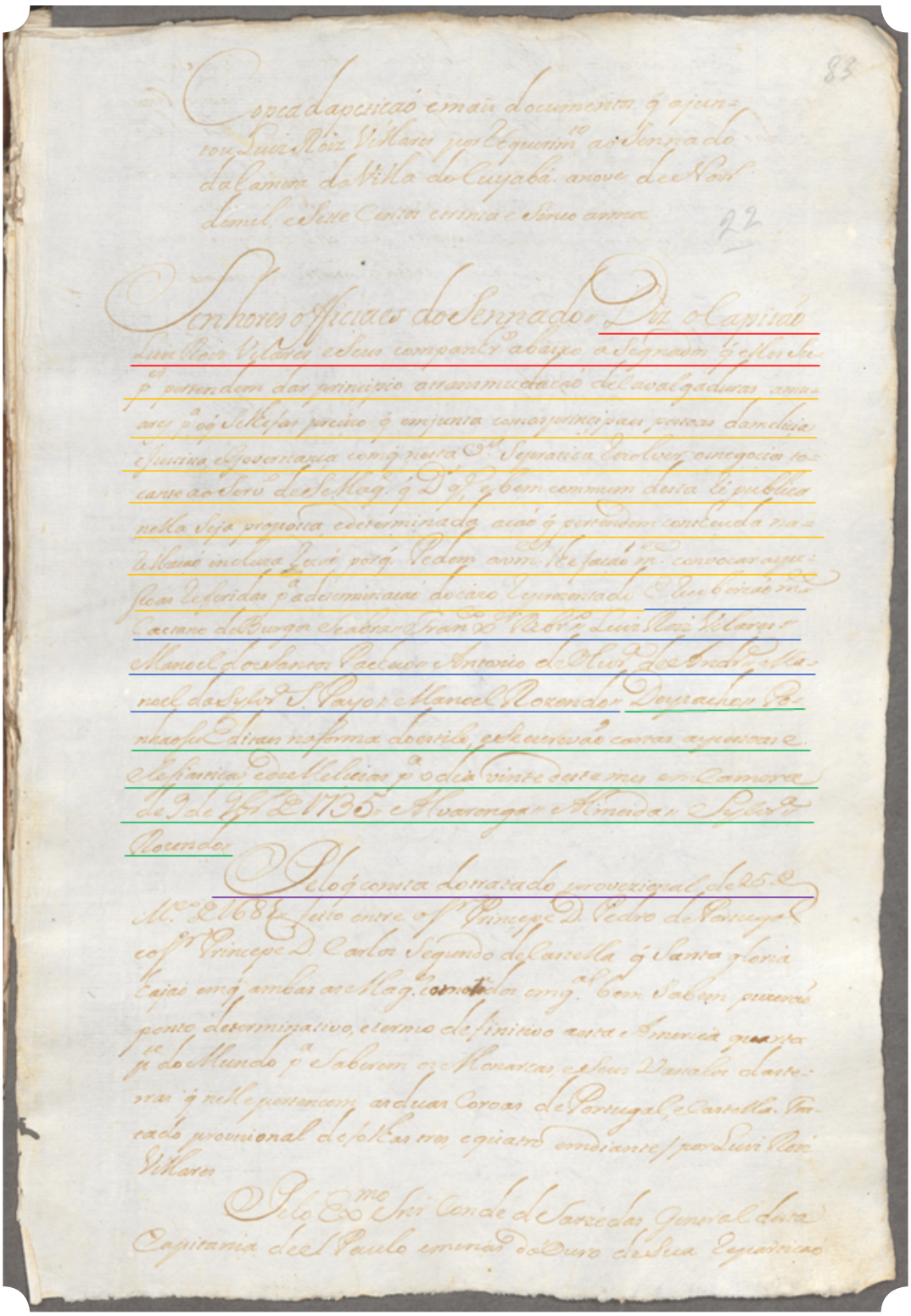
---

362 Exceção feita ao trabalho de OLIVEIRA, George Gleyk Max de. *Estudos do papel e das filigranas e sua ocorrência em manuscritos dos séculos XVIII e XIX na capitania e província de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Línguas, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

363 MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 73.

364 BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., 2002.

365 Ibidem.



Protocolo inicial

Texto

Protocolo final

Despacho

Inicio da relação inclusa (argumentação)

Figura 28: Partes constituintes do requerimento, com intervenção no fólio 83 digitalizado do ms. 296 da BPMP, por Jean Gomes de Souza.

Escrito em 9 de novembro de 1735, o requerimento foi enviado ao Senado da Câmara de Cuiabá por Luis Rodrigues Vilares e seus companheiros comerciantes – Caetano de Burgos Seabra, Francisco da Silva Ribeiro, Manoel Rozendo, Antonio de Oliveira de Andrade, Manoel dos Santos Pacheco, Francisco Xavier Ribeiro e Manoel da Silveira Sampaio –, solicitando que se lhes desse anuência para a compra de gado cavalar dos povos Guaykuru, de alcunha "cavaleiros".

De acordo com Francismar Carvalho, os Guaykuru, mencionados nas fontes em língua portuguesa no século XVIII, correspondem a grupos pertencentes à mesma família linguística que, após estarem séculos subdivididos desde sua migração dos Pampas para o Chaco e margem oeste do rio Paraguai, – ocorrida antes do contato com os invasores europeus – voltaram a se unir por volta de 1650. A incorporação de cavalos ao modo de vida dos Guaykuru teve início por volta de fins do século XVI, em decorrência do contato com os castelhanos. O uso desses animais nas "correrias" promovidas pelos Guaykuru lhes assegurou inúmeras vantagens.[366]

A partir da segunda metade do século XVII, eles passaram a se dedicar à preação de cativos nas reduções indígenas do rio Paraguai, inspirados nas bandeiras paulistas, cujos escravizados eram vendidos tanto para os portugueses quanto para os espanhóis. Como caracterizou o historiador, trata-se de uma relação ambígua, na medida em que o fornecimento de mão de obra cativa pelos Guaykuru não livrava os europeus de seus assaltos.

A argumentação dos requerentes se desenvolve em três movimentos: (1) a recuperação dos feitos dos portugueses de São Paulo em todo espaço colonial enfrentando inimigos internos e externos em benefício da Coroa; (2) os esforços dos habitantes das minas de Cuiabá em prol d'El-Rey e da fé cristã naquele contexto; (3) os possíveis ganhos a serem conquistados caso o comércio com os Guaykuru fosse autorizado.

Para a compreensão do conteúdo do documento, deve-se levar em conta sua produção nos anos iniciais da ocupação do oeste da América portuguesa. O povoamento de Cuiabá por adventícios teve início em 1718 com as descobertas auríferas realizadas pela bandeira do paulista Pascoal Moreira Cabral nos barrancos do rio Coxipó. A elas se seguiram os achados de 1722, no sítio que ficou conhecido como as *Lavras do Sutil*, em torno do qual se organizou o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, elevado à categoria de vila, em janeiro de 1727, pelo governador da capitania de São Paulo Rodrigo

366 CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Entre rios e impérios*: a navegação fluvial na América do Sul (século XVIII). São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 64-67.

César de Meneses.[367] A partir de 1732, novos achados minerais ocorreram na região do rio Guaporé, concentrando os exploradores em arraiais que se formaram entre os anos de 1734 e 1740, como o de São Francisco Xavier, mencionado no início do capítulo, resultado das expedições financiadas por Vilares.

A relação quase sempre bélica com os indígenas marcou e pautou o estabelecimento dos colonos naquelas paragens, tanto que a rota ordinária das monções se mostrou como o único trajeto viável imposto pelos naturais da terra. Entretanto, viabilidade não equivalia à tranquilidade, haja vista que, ao longo de todo o século XVIII, os Kayapó, os Guaykuru e seus aliados Payaguá promoveram ataques sucessivos às expedições fluviais.[368]

Os assaltos levados a cabo pelos Payaguá e Guaykuru às monções de maio e julho de 1730 no rio Paraguai repercutiram inclusive no outro lado do Atlântico sendo noticiados numa das gazetas manuscritas que circulavam no reino.[369] O ataque de maio resultou na morte do ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto, no roubo de várias arrobas de ouro da Fazenda Real e no sequestro de diversas pessoas. No mês de setembro, os prisioneiros e o ouro seriam trocados por prata com os castelhanos da província do Paraguai.[370]

Em resposta às investidas, a partir de 1730, foram organizadas sucessivas expedições punitivas, sendo a de 1734, assentada no princípio da guerra justa ofensiva e orientada a promover a destruição total dos Payaguá, a de maior impacto em termos de afirmação militar da Coroa portuguesa na região e de aprisionamento de centenas de indígenas.[371] Foi justamente nesse contexto de derrota dos Payaguá canoeiros que o requerimento foi elaborado, na expectativa de fazer trocas mercantis, pelas vias fluviais, aproveitando-se o fugaz momento de paz na navegação dos rios. O comércio foi suge-

---

367 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4ª ed. Organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; REBELO, Gervásio Leite. *Noticia Sexta Practica E Relaçaõ Verdadeyra da derrota, e Viage, que fez da Cidade de São Paulo para az Minas do Cuyaba o Excelentíssimo Senhor Rodrigo Cesar de Meneses Governador e Cappitam General da Cappitania de São Paulo, e suas Minas descobertaz no tempo do seo Governo, e nelle mesmo estabellicidaz*. Biblioteca Pública de Évora (BPE), códice CXVI 1-15, f. 18r-25v.

368 CARVALHO, Francismar Alex Lopes de, op. cit., p. 117-118.

369 LISBOA, João Luís et. al.. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol.1. Évora: Publicações do CIDEHUS/ Edições Colibri/ Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 140-141.

370 CAMELO, João Antônio Cabral. *Noticia Segunda Practica. Do que lhe socedeo na Volta, que fez das mesmaz Minaz para São Paulo*. BPE, códice CXVI 1-15, f. 6v-10v; *ARAÚJO, Domingos Lourenço de. Noticia Terceira Practica Dada pelo Cappitam Domingoz Lourenço de Araujo ao Reverendo Padre Diogo Soarez sobre o infeliz sucesso, que tiveraõ no Rio Paraguay as Tropaz, que Vinhaõ para São Paulo no anno de 1730 Et cetera*. BPE, códice CXVI 1-15, f. 10v-12r; BALMACEDA, Carlos de los Reyes. *Noticia Quarta Practica Vinda da Cidade do Paraguay à Nova Colonia do Sacramento com aviso da Venda, que fiseraõ os Payaguaz dos Cattivoz Portuguezez naquella mesma Cidade, e escrita por Dom Carlos de los Rioz Valmaseda*. BPE, códice CXVI 1-15, f. 12r-13v.

371 CARVALHO, Francismar Alex Lopes de, op. cit., p. 255-261.

rido, então, como alternativa ao conflito na relação entre colonos e indígenas e como agente promotor da cristianização dos nativos.

Ademais, os requerentes consideravam-se merecedores do direito de negociar com os índios cavaleiros justamente porque "com muito custo e perda de suas fazendas" haviam feito armadas contra os Payaguá. Tais tópicas, relacionadas ao estado de pobreza e aos sacrifícios feitos durante a conquista do território, encontram-se presentes em muitos pedidos de súditos do ultramar, como comentado para o caso dos documentos de 1740 no capítulo 4.

No códice 296, a cópia do requerimento é seguida pela reprodução de quatro documentos diretamente a ele associados: um novo requerimento de Vilares endereçado ao regente da vila de Cuiabá com seu despacho e os pareceres do procurador do povo, do procurador da Coroa e do provedor da Fazenda Real, todos favoráveis à solicitação dos comerciantes.

O procurador do povo, Luiz de Vasconcelos Pessoa, aprovou a solicitação mediante a justificativa de que, havendo comércio com os cavaleiros, os caminhantes transitariam sem receio de assalto e os roubos contra os quintos reais diminuiriam. O procurador da Coroa, Antonio Furtado de Vasconcelos, por sua vez, assentiu ao pedido afirmando que os Guaykuru eram vassalos e habitavam as terras pertencentes à Coroa portuguesa, que havia legislação a incentivar a manutenção da paz com os nativos e que a comunicação já havia sido eficaz na redução dos indígenas à fé católica.

Em 10 de fevereiro de 1736, Vilares apresentaria novo requerimento de mesmo teor dirigido ao brigadeiro regente Antônio de Almeida Lara.[372] Acrescentava à sua argumentação que o comércio com os Guaykuru visava suprimir os malefícios que eles causavam aos castelhanos com a guerra e, ao mesmo tempo, evitar as ameaças de invasão dos colonos vizinhos, pelo que obteve despacho favorável. O último documento corresponde à resposta também afirmativa do provedor da Fazenda Real, Thomé de Gouvea Sá e Queiroga, que destacou a conveniência do trato pelo uso dos cavalos na condução dos dízimos reais arrecadados na região.

A intenção do comércio de cavalos com os Guaykuru parecia já ser de conhecimento das instâncias administrativas. No dia seguinte ao parecer do provedor, em 28 de fevereiro de 1736, chegou-lhe uma carta de Antônio Luís de Távora, o Conde de Sarzedas, sobre essa questão. O governador da capitania de São Paulo julgava inconveniente

372 Segundo Nauk Maria de Jesus, ao partir em direção a São Paulo, em 1728, o governador Rodrigo César de Meneses instituiu o cargo de regente na Vila Real do Cuiabá, ocupado durante dois anos pela Câmara municipal da vila. A partir de 1730, Antônio de Almeida Lara, que detinha a patente de brigadeiro, passou a ocupar temporariamente o cargo de regente das minas de Cuiabá. A fusão da patente militar com a função no governo civil explica o título de "brigadeiro-regente", por patente de 22 de março de 1735, com o qual aparece na documentação. JESUS, Nauk Maria de. A administração da justiça: ouvidores e regentes na fronteira oeste da América portuguesa. In: GUEDES, Roberto (org.). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português*: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc. XVII - XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 182-183.

e arriscado o referido comércio, uma vez que o trânsito no território poderia favorecer a traição dos indígenas, o desvio do ouro para a Espanha e a fuga dos negros escravizados. Na missiva, requeria a formação de uma junta na Câmara que, após discussão sobre a matéria, lhe forneceria pareceres sobre o negócio.

Obedecendo às ordens do capitão-general, uma junta se reuniu no início de março de 1736 reafirmando a conveniência do comércio e estabelecendo as condições para sua realização: os cavalos só poderiam ser trocados por fazendas e os interessados deveriam ir até as terras indígenas em canoas, com a obrigação de levarem uma balsa armada em guerra com 5 a 6 pessoas capazes de pelejarem e resistirem a qualquer invasão do gentio, sendo todos submetidos a um comandante da tropa. Ressaltaram ainda que os animais não deveriam vir por terra sob risco dos nativos lhes seguirem a picada e chegarem às minas de Cuiabá. Mesmo favoráveis à iniciativa, ao final do documento, os membros da junta manifestaram a consciência dos poucos cavalos que seriam adquiridos por meio desse comércio e seu alto custo, sugerindo a abertura de caminho por terra para as minas de Goiás de onde viriam gado vacum e cavalar em abundância.

Juntamente com outros assuntos, essa matéria foi encaminhada para D. João V pelo ouvidor José Gonçalves Pereira, em 7 de outubro de 1736, obtendo parecer favorável do Conselho Ultramarino.[373] Se o comércio foi colocado em prática não se tem notícia, pois, no mesmo ano de 1736, o caminho de terra foi aberto para as minas de Goiás tendo à frente Antônio de Pinho Azevedo, que delas retornou com os tão almejados animais.

Os usos dos livros nas demandas coloniais

O interesse de Luis Rodrigues Vilares em obter autorização para realizar o negócio com os Guaykuru cavaleiros pode ser medido pela engenhosidade investida na argumentação desenvolvida pelos seis fólios do documento. Para além de recorrer a leis do Império, ordens reais, bula papal, regimentos coloniais, previstos em documentos peticionários,[374] o comerciante se valeu de livros religiosos, compêndio de efemérides e tratado de limites, publicados entre 1660 e 1718, para legitimar a transação pretendida.

---

373 CARTA do Ouvidor João Gonçalçes (sic) Pereira ao rei [D. João V] em que remete a cópia dos autos de Junta acerca da conservação ou demolição dos engenhos, o comércio com o gentio Paiaguá, a guerra com o gentio, a abertura do caminho para Goiás, investida contra os Paiaguá, e o ajuste que se fez com o Capitão Antônio de Pinho de Azevedo para ir abrir o caminho para Goiás. Anexo 6 autos. AHU_ACL_CU, Cx. 1, doc. 89.

374 Ao analisar as demandas políticas de negros e mestiços da capitania de Minas Gerais veiculadas através do envio de documentos peticionários ao Conselho Ultramarino na segunda metade do século XVIII, Marco Antonio Silveira constatou "a existência de um discurso sistematizado que expressava o ponto de vista de parte das populações escravas e libertas". Genericamente, este discurso provinha de debates teológicos, das Ordenações Filipinas e das leis elaboradas por diferentes monarcas, sendo as fontes citadas no corpo do texto e, como num dos casos estudados, copiada e anexada ao documento principal. SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, v. 158, p. 131-156, 2008.

A mobilização de diversas obras leva a conjeturar não só sobre a circulação e a posse de impressos nas minas de Cuiabá na primeira metade do século XVIII, como também sobre as possibilidades de leitura e os usos dos livros nas demandas coloniais em locais distantes do litoral e de difícil acesso. Refiro-me ao livreto *Notícia e justificação e Tratado provisional de 1681*;[375] à reunião de acontecimentos da história de Portugal em *Anno histórico, Diário portuguez*;[376] às *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*[377] e à *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*,[378] do padre Simão de Vasconcelos; ao *Livro anteprimeiro* da *História do futuro*[379] e às *Obras*[380] do padre Antônio Vieira.

Cumpre alertar que as obras não estavam mencionadas no requerimento com seus títulos completos e/ou seus correspondentes autores, o que dificultou, à primeira vista, sua identificação. Tanto a dificuldade de reconhecer os títulos de livros listados nos documentos setecentistas como os métodos encontrados para elucidá-los foram apontados por Thábata Alvarenga e Rafael Dias da Silva Campos.

A fim de reconstruir o universo relacional que envolvia homens e livros na Vila Rica setecentista, a autora comentou sobre a falibilidade dos inventários *post mortem*, justamente em razão do escrivão registrar somente os títulos, deixando de lado os nomes dos autores, ou inversamente, mencionando apenas seus sobrenomes, sem as referidas obras. A esses empecilhos acrescentou o fato de os livros constantemente figurarem de forma abreviada e da caligrafia dos escrivães carecerem de clareza.[381] Na tentativa de ultrapassar os mesmos obstáculos para identificar os livros que compunham a biblioteca de José Barbosa de Sá, Campos adotou o método indiciário empregado pelo IBSO – Inventarios y Bibliotecas del Siglo de Oro –, procurando informações adicionais para determinar as obras referidas no inventário do licenciado.[382]

---

375 *NOTICIA e iustificaçam do titvlo, e boa fee com qve se obrou na Nova Colonia do Sacramento, nas terras da capitania de S. Vicente no sitio chamado de S. Gabriel nas margens do Rio da Prata. E Tratado Provisional sobre o novo incidente cauzado pelo Governador de Buenos Ayres, ajustado nesta Corte de Lisboa pelo Duque de Iovenaso Principe de Chelemar Embaxador Extraordinario de ElRey Catholico, com os Plenipotenciarios de Sua Alteza; approvado, ratificado, e Confirmado por ambos os Principes*. Lisboa: na Impressaõ de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real Anno 1681.

376 SANTA MARIA, Padre Francisco de. *Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada das pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1714.

377 VASCONCELLOS, P. Simam. *Noticias cvriosas, e necessarias das covsas do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1668.

378 Idem. *Vida do veneravel padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv, tavmaturgo do Nouo Mundo, na Prouincia do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1672.

379 VIEYRA, Antonio. *Historia do Futuro*. Livro anteprimeyro. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718.

380 Idem. *Sermoens, e varios discursos*. Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes, 1710. Tomo XIV.

381 ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e livros em Vila Rica*: 1750-1800. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 17, 2003.

382 CAMPOS, Rafael Dias da Silva, op. cit., p. 103.

Partilhando das colocações dos pesquisadores e com base em experiência pregressa,[383] a identificação dos livros utilizados pelos requerentes foi, então, obtida por meio da busca dos títulos fragmentários na bibliografia dos autores registrados no documento e da localização dos trechos neles aludidos nas supostas obras impressas.

Para compreender como Vilares deu sentido ao que leu, vali-me também dos trabalhos de historiadores brasileiros que têm enfrentado o desafio de investigar as leituras empreendidas por atores sociais no reino e na América portuguesa, materializando-as em espécies documentais e suportes variados.

Em *Livros de devoção, atos de censura*, Leila Mezan Algranti analisou os diferentes modos de ler um livro de teologia moral, praticados pelo bispo de Pernambuco, o pároco e os fiéis de sua diocese em fins do século XVIII. A partir da *resposta de Azeredo Coutinho ao pároco de Pernambuco*, que acabou sendo publicada em 1807, a historiadora não só constatou as múltiplas leituras condicionadas pelo nível de educação dos envolvidos, como também as preocupações da Igreja quanto à divulgação das obras religiosas e ao controle das interpretações por seus representantes legais.[384] Destarte, Algranti corroborou as considerações de Roger Chartier sobre o ato de ler como prática cultural criadora e inventiva e reforçou seu aspecto historicamente variável.

Nesse sentido, o caso das leituras de *História de Portugal Restaurado*, de Luís de Meneses, 3º Conde de Ericeira, empreendidas por Manuel Nunes Viana, no contexto da Guerra dos Emboabas, e pelo cônego Luís Vieira da Silva, na conjuntura da Inconfidência Mineira, evidencia como os leitores ressignificaram o conteúdo de uma mesma obra para intervir em realidades históricas distintas.

Em *Paulistas e Emboabas no coração das Minas*, Adriana Romeiro mostrou como o discurso político emboaba procurou reeditar, em 1709, o processo de restauração do reino em 1640. Para tanto, os forasteiros legitimaram o levante dos "homens do reino" contra os paulistas e a aclamação de Nunes Viana como governador das Minas, com base na reação dos portugueses à tirania do monarca espanhol, Felipe IV, e na aclamação de D. João IV como rei de Portugal.[385]

Já Luiz Carlos Villalta, em *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes*, demonstrou como a *História de Portugal Restaurado*, ao lado de obras de Virgílio, do Padre Antônio Vieira, de gazetas e de outras de caráter iluminista eram lidas pelos inconfidentes conformando a conspiração contra a dominação metropolitana, "na esteira

383 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito*: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009, p. 229-253.

384 ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*: ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 210-222.

385 ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*. Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. São Paulo: Humanitas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 269.

da Restauração Portuguesa de 1640, sob o impacto das obras das Luzes e atiçada pela Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte".[386]

A apropriação de ideias, saberes e práticas discursivas presentes em livros que circulavam por Minas Gerais foi também tema da tese de Álvaro de Araújo Antunes, *Fiat Justitia*. Enfocando o período de 1750 a 1808, o historiador deu a conhecer os títulos que integravam as bibliotecas de um grupo de advogados e buscou captar como as leituras de determinadas obras se metamorfoseavam em escrita, por meio de poemas, dissertações e, sobretudo, de seus arrazoados jurídicos.[387]

Rodrigo Bentes Monteiro, por sua vez, partiu do *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, atribuído a D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, e aos jesuítas José Mascarenhas e Antonio Correa, para perscrutar as visões de mundo e de poder nele impregnadas. Por meio da identificação de centenas de referências de autores, personagens e fatos históricos ao longo do documento, o historiador evidenciou como os autores, ao fazerem uso político das catilinárias de Cícero, proferidas no século I a. C., para fundamentar a aplicação do castigo a Felipe dos Santos sem julgamento formal, no início do século XVIII, acabaram por aproximar tempos e contextos distintos.[388]

Foi também com o intuito de inserir o astrônomo Francisco José de Lacerda na cultura escrita de seu tempo que os historiadores Magnus Roberto de Mello Pereira e Claudio Denipoti se debruçaram sobre seus escritos, buscando a intertextualidade presente em suas memórias e diários. Ao analisá-los, não só descortinaram as leituras que informavam sua produção e com as quais dialogava, como constataram a construção simultânea de uma persona literária, o mártir do dever, e de uma forma textual moderna, o diário de viagens científicas.[389]

Amparada pela metodologia de trabalho empregada em tais estudos e tendo identificado as obras utilizadas no requerimento de 1735, investiguei seus contextos de produção e a repercussão que tiveram na época moderna. Em seguida, procurei atentar para as formas de recepção dos conteúdos por Vilares pelos signatários do documento e as ressignificações operadas a cada apropriação.

---

386 VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes*: reformas, censura e contestações. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 499.

387 ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Fiat Justitia*: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

388 MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Catilinária mineira: o Discurso da revolta de 1720 em Vila Rica. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra (orgs). *Maquiavel no Brasil*: dos descobrimentos ao século XXI. Rio de Janeiro: Ed. FGV/ Faperj/ Companhia de Índias, 2015, p. 179-221.

389 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; DENIPOTI, Claudio. Os diários de viagem do doutor Lacerda; a trama de referências no texto de um astrônomo paulista do final do século XVIII. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 346-377, jul./dez. 2016.

O *Tratado provisional* foi assinado entre os reis de Portugal e Espanha em 7 de maio de 1681, a fim de apaziguar a contenda que se desenvolvia na região do rio da Prata em razão da construção da fortaleza do Santíssimo Sacramento pelos portugueses, iniciada no ano anterior, numa baía próxima à ilha de São Gabriel, praticamente em frente a Buenos Aires. O local escolhido era um porto natural onde, desde o início do seiscentos, navios de diversas procedências atracavam para realização de transações mercantis ilícitas.[390] A presença portuguesa na margem setentrional do rio gerou imediato descontentamento do lado espanhol com a tomada da fortaleza e o envio dos prisioneiros de guerra para a cidade portenha.

Pelo tratado ficava determinado que Carlos II, rei de Espanha, se comprometia a repreender o governador de Buenos Aires pelos excessos cometidos na investida; devolver armas, munições e ferramentas apreendidas dos colonos lusitanos e libertar os prisioneiros de guerra. Pelo lado português, as fortificações feitas em terra poderiam ser reparadas, mas não seriam permitidos edifícios e fortalezas construídos em pedra e taipa. D. Pedro também se comprometia a mandar os paulistas restituírem gado e indígenas tomados aos vizinhos espanhóis. Ficavam ainda proibidos o comércio e as comunicações entre os súditos das duas Coroas na região, mas os habitantes de Buenos Aires continuariam a usar as terras de São Gabriel e o porto de Sacramento. Estipulava-se, por fim, que emissários de ambos os lados se reuniriam para discutir os limites das possessões ibéricas na América à luz do Tratado de Tordesilhas. Caso não chegassem a uma conclusão, a resolução seria tomada pelo Papa.[391]

Para justificar suas iniciativas e amealhar apoio entre os soberanos europeus para as pretensões portuguesas na região do rio da Prata, D. Pedro mandou publicar um documento intitulado *Notícia e justificação do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da capitania de São Vicente, no sítio chamado São Gabriel, nas margens do Rio da Prata*. Composta por bulas papais, tratados de limites e "uma série de relatos de navegadores, geógrafos e cronistas portugueses e estrangeiros que sustentavam a tese da Coroa portuguesa de que os limites dos seus domínios americanos estendiam-se até o Rio da Prata",[392] *Notícia e justificação* foi amplamente distribuída nos idiomas português, espanhol e francês, circulando pelo Império.

O *Anno histórico* é formado pela reunião de efemérides e personalidades da história de Portugal e dedicado à sua comemoração e divulgação. Escrito pelo padre Francisco de Santa Maria (1653-1713), doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, cônego

390 PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento*: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 91.

391 POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento e a busca da definição de uma fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola (1680-1750). *Anais do VI Seminário de Estudos Urbanos e Regionais e III Colóquio sobre as Cidades do Prata*, Pelotas, 2010, p. 9-30.

392 Ibidem, p. 15.

secular da Congregação de São João Evangelista e reitor da Casa de Santo Elói, foi, inicialmente, difundido através de gazetilhas, posteriormente, compiladas em três volumes. O primeiro foi editado postumamente em 1714, na Officina de Joseph Lopes Ferreyra. Em 1744 a obra recebeu nova edição, dessa vez abrangendo seus três tomos, publicada na Officina de Domingos Gonsalves. O processo de revisão desse repositório contou com a colaboração do padre Lourenço Justiniano da Anunciação (1678-1755), cujos volumes "foram eloquentemente melhorados e dilatados pela sua pena".[393]

A obra encontra-se organizada em seções que correspondem aos 365 dias do ano do calendário gregoriano, nomeadas pelo dia em formato ordinal e seu respectivo mês. A elas, seguem-se subseções nas quais são narrados episódios da história do Império português transcorridos no dia em questão em diferentes anos. Segundo Eurico Gomes Dias, o objetivo do *Anno histórico* era evocar os acontecimentos, ordenando-os cronologicamente. Todavia, seu conteúdo não deixou de gerar polêmica. No catálogo das rainhas de Portugal e de seus filhos, por exemplo, publicado em 1727 por D. José Barbosa, seu autor apontou que o *Anno histórico* possuía grandes erros e lacunas. Tal crítica veio a ser rebatida pelo padre Anunciação anos depois, no prólogo da 2ª edição do *Anno histórico*.[394]

Como comentado no capítulo anterior, Simão de Vasconcelos (1597-1671) nasceu na cidade do Porto e veio muito jovem para a América portuguesa. Aos 19 anos, ingressou como noviço na Companhia de Jesus no colégio da Bahia, onde posteriormente foi professor e fez sua profissão solene em 1636. Juntamente com o padre Antônio Vieira, integrou a embaixada da Restauração enviada a Lisboa em 1641. Ocupou os cargos administrativos mais importantes da província, tendo sido reitor do Colégio do Rio de Janeiro, vice-reitor do colégio da Bahia, provincial dos jesuítas do Brasil e procurador da Ordem em Roma.[395]

O padre foi autor de cinco obras publicadas entre as décadas de 1650 e 1670, das quais duas foram utilizadas por Vilares no requerimento em tela: *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (1668) e *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1672).[396] As obras foram escritas num contexto de acirramento das tensões, por um lado, entre a Companhia de Jesus e a Coroa, em razão da política de aldeamentos

393 DIAS, Eurico Gomes. Tudo aquilo que passa são apenas alegorias: o Anno Historico, Diario Portuguez... [1714-1744]. *Mátria Digital*, n. 3, p. 263, novembro 2015 - outubro 2016.

394 Ibidem, p. 266-267.

395 FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. *Divulgar a biografia de um santo*: os usos e as apropriações da figura de José de Anchieta no Brasil e na Europa (século XVII). Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 249.

396 Ambas estiveram entre as obras mais lidas na América portuguesa durante o século XVIII. Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 374-375.

questionada por colonos em várias partes da América portuguesa, e, por outro, entre os jesuítas e a sede em Roma, devido ao envolvimento dos padres em questões temporais visando o autofinanciamento da ordem no Brasil.[397]

A medida do conflito pode ser dada pelas atribulações por que passara a publicação da *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil*, que leva a data de 1663 na folha de rosto, mas cuja circulação só se tornara mais efetiva em 1665. Esse lapso temporal é explicado pelas censuras impetradas à introdução da obra promovidas pelo visitador da Ordem no Brasil, quando todas as licenças já haviam sido dadas e os originais tinham seguido para a impressão. A objeção recaía sobre a menção ao Paraíso terreal no Brasil, o que provocou a eliminação dos parágrafos finais da referida introdução, nos quais o autor se valia de várias autoridades para confirmar a existência do éden na América.[398]

Em 1668, a introdução foi publicada de forma autônoma sob o título de *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, na Oficina de Joam da Costa. Nela, Simão de Vasconcelos narrou a história do Brasil desde a chegada dos portugueses até a atuação do primeiro jesuíta da América, Manoel da Nóbrega. As virtualidades da terra e o teor ufanista predominam no texto.

Também publicada na mesma oficina, A *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* insere-se no âmbito das biografias elaboradas sobre o padre pelos membros da Companhia de Jesus no sentido de divulgar as ações evangelizadoras de Anchieta para atrair jesuítas para a província brasileira, tomar sua vida como exemplo de outras realizações e virtudes dos inacianos e defender sua beatificação com vistas a uma futura canonização. Embora seguisse a ordem cronológica dos fatos da vida do jesuíta tal como os autores que o precederam, Vasconcelos destacou sua participação na expulsão dos franceses da baía da Guanabara no século XVI, narrando minuciosamente o episódio.[399]

No século XVII, as biografias de vidas devotas de candidatos a santos eram um segmento em ascensão no mercado editorial e estimulado pelas ordens religiosas, dentre as quais a Companhia de Jesus, que, ao publicarem e fazerem circular obras de seus membros, legitimavam e difundiam suas ações missionárias entre religiosos e leigos no mundo europeu e americano.[400]

Os dois títulos do padre Antônio Vieira aos quais Vilares se refere foram publicados postumamente. Nascido em 1608, em Lisboa, Vieira se mudou com o pai escrivão e

---

397 FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. A santidade no discurso: a construção de uma identidade missionária jesuíta no século XVII. *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, v. 2, n. 1, p. 24-40, 2014.

398 CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O Paraíso Perdido*. São Paulo: Multifoco, 2014, p. 102-127.

399 FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De Apóstolo do Brasil a santo: a consagração póstuma e a construção de uma memória sobre o padre jesuíta José de Anchieta. *Locus*, v. 21, n. 2, p. 339-364, 2015.

400 FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. Como fazer um santo: as biografias devotas como estratégia de canonização no século XVII. *Ideias*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 169-193, 2016.

a mãe padeira para a Bahia aos 7 anos de idade. Aos 15, ingressou na Companhia de Jesus, onde conviveu com inacianos insignes como Fernão Cardim e Simão de Vasconcelos. Segundo Ronaldo Vainfas, Vieira "seguiu carreira meteórica entre os jesuítas do Brasil", tendo atuado como orador sacro, missionário e político na América portuguesa e no Reino.[401] Falecido na cidade da Bahia em 1697, em menos de 50 anos após a sua morte, já era descrito e reconhecido como "hum dos mais famozos Varoens que produzio Portugal".[402]

Em vida, Antônio Vieira organizou 12 dos 15 volumes que compõem seus *Sermões*, o primeiro deles publicado em 1679. Tal empenho se deu não só a pedido de seus superiores, que viam na edição dos escritos vieirianos um meio de difundir seu modelo de pregação, mas também como forma de exercer um controle sobre a transmissão de seus textos, dado que, desde a década de 1660, eles circulavam pela Europa em volumes não autorizados.[403]

O tomo 14, aludido no requerimento, está entre aqueles organizados entre 1710 e 1748, formados por sermões, missivas, discursos e poemas.[404] Publicado, em 1710, por Valentim da Costa Deslandes, nele consta uma carta datada de 1660, destinada a El-Rey, em que o jesuíta discorreu sobre as missões do Ceará, Maranhão, Pará e rio Amazonas, cujo trecho foi citado por Vilares.

A partir da década de 1640, quando passou a residir no Velho Continente, Antônio Vieira iniciou a escrita de seus trabalhos de cunho profético, alvo de sua predileção, quando comparados com aqueles reunidos nos *Sermões*.[405] Nos anos 1660, processado pelo Santo Ofício em decorrência da carta *Esperanças de Portugal*, na qual comentava a profecia do retorno de D. João IV dos mortos para a constituição do Quinto Império, Vieira reagiu por meio da escrita de *História do futuro*, apresentada como sua defesa perante o Tribunal.[406]

Nela, como indica o título, o jesuíta reclamou para si "um fazer científico que lhe permitiria narrar com objetividade os acontecimentos futuros", anunciando o advento

401 VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira*: jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 11 e 39.

402 MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*: Historica, Critica e Cronologica, v. 1. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, p. 416.

403 LIMA, Luís Filipe Silvério. Sermões do padre Antônio Vieira. *Brasiliana Digital*, 2010. Disponível em: https://brasilianadigital.com.br. Acesso em: 22 abr. 2021.

404 Ibidem.

405 Ibidem.

406 RIBEIRO, Marília de Azambuja. A corte portuguesa e a campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* do Padre Antônio Vieira (séculos XVII-XVIII). In: FRANCO, José Eduardo; PEREIRA, Paulo Silva (orgs.). *Revisitar Vieira no século XXI*: cultura política e atualidade, v. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 389-413; SILVA, Jaqueson Luiz. "Leys da história", "estilo claro", "ordem e sucessão das cousas" na História do Futuro do Padre Antônio Vieira. *Topoi*, v. 4, n. 6, p. 82-105, 2003.

desse império que sucederia ao Assírio, ao Persa, ao Grego e ao Romano: o reino de Cristo na terra, universal, sob a liderança de Portugal.[407]

Embora os papéis que lhe deram origem tivessem sido produzidos no contexto do processo inquisitorial, a publicação do *Livro anteprimeiro* da *História do futuro* ocorreu apenas no século seguinte, em 1718, numa década em que os atributos universalistas da ideia do Quinto Império ganharam a atenção dos conselheiros de D. João V, já que permitiam a legitimação do poder do monarca dentro e fora de Portugal.[408] Para além da edição autorizada, impressa na oficina de Antônio Pedrozo Galram, sabe-se da existência de duas versões clandestinas, as quais ostentam a mesma data, editor e lugar de publicação.[409]

A menção aos títulos das obras é central na arguição apresentada no requerimento, tanto que várias ocorrências contam com a citação precisa à página consultada. Ademais, por meio de uma orientação expressa no final do requerimento, Vilares apontou não só para a necessidade de se copiar o documento em si no livro de registros do Senado da Câmara de Cuiabá, mas também para que, nesse traslado, o escrivão incluísse as notações constantes em sua margem retiradas do *Tratado provisional*.

Segundo Peter Burke, a prática erudita de fornecer indicação de títulos das fontes nas margens laterais de um texto era comum no século XVII. As notas eram empregadas a fim de servirem como prova ou informação complementar ao que se afirmava no discurso.[410] A aplicação da marginália por Vilares sugere que ele conhecia essa maneira de escrever e que dela lançava mão pressupondo os destinatários leitores, igualmente familiarizados com tais recursos. Além disso, os próprios autores que lhe serviam de fundamento para a argumentação faziam uso das notas marginais.

Ao que tudo indica o amanuense encarregado da tarefa seguiu as orientações, posto que, no testemunho da Biblioteca Pública Municipal do Porto, provavelmente copiado do dito livro do Senado da Câmara de Cuiabá, como comentado, as referências às obras utilizadas integram o corpo do texto, na maior parte das vezes inscritas entre barras oblíquas (Figura 29).

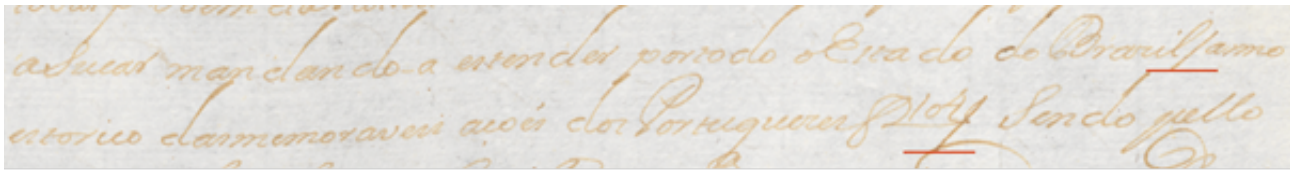


Figura 29: Exemplo de citação de obra no corpo do texto, destacada por meio de intervenção no fólio 84r. digitalizado do ms. 296 da BPMP, realizada por Jean Gomes de Souza.

407 BRITO, Clebson Luiz de; PROENÇA, Lara Muniz. A História do Futuro, de Padre Vieira, e a retórica do discurso messiânico. *Rétor*, v. 7, n. 1, p. 75, 2017.

408 RIBEIRO, Marília de Azambuja, op. cit.

409 Ibidem.

410 BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, p. 180, 2002.

Na sequência do requerimento, Luis Rodrigues Vilares iniciou a relação inclusa, situando suas ações e pretensões no território da América portuguesa, demarcado havia muitos anos pelo Tratado de Tordesilhas e atualizado pelo *Tratado provisional* em 1681, do qual lançou mão por 10 vezes ao longo de sua argumentação. Entretanto, somente a primeira menção está diretamente a ele relacionada. Nas demais citações, Vilares não operou com a divisão existente entre *Notícia e justificação* e *Tratado provisional*, tomando a parte – o *Tratado* – pelo todo.

Vilares se apropriou de um vocabulário preciso empregado na descrição de tratados anteriores e, sobretudo, nas questões concernentes à colônia do Sacramento como zona de fronteira, presente na *Notícia e justificação*, e o transferiu para o contexto das minas do Cuiabá na primeira metade do século XVIII, carentes de gado cavalar e muar.

Nesse sentido, para justificar o combate aos Payaguá, que ultrapassavam os limites coloniais, e o comércio com os Guaykuru, como forma de catequizar os nativos, o requerente conectou tais iniciativas com trechos da *Notícia e justificação*. Os fragmentos estavam relacionados à: divisão do mundo pelo Papa Alexandre VI entre as Coroas ibéricas; associação entre a conquista da terra e a introdução da fé católica entre os indígenas; ampliação da capitania de São Paulo até o limite com a América Espanhola no rio da Prata; colocação do marco demarcatório na baía de São Matias; defesa das terras portuguesas ante as investidas dos jesuítas castelhanos naquela região e ação missionária nos primeiros tempos da colonização (Quadro 3).

Quadro 3: Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e em Notícia e justificação

Requerimento	**Notícia e justificação**
Para a conçeçaõ do que Se deve tambem advertir que o direito das conquistas e investiduras delas proçedem dos Suos Pontifeçes que as daõ ao Principe Catholico com o titulo de introduzir a Luz do Evangelho nas terras do paganismo / tratado provizional página 11 / econquistar para obediência da Igreja os Inimigos da fe [f. 87r.]	O direito das Conquistas, & a investidura dellas procede dos Pontifices, que o daõ aos Principes Catholicos, com o titulo de introdusir a luz do Evangelho nas trevas do paganismo; & conquistar pera a obediencia da Igreja os inimigos da Fé [p. 22]
pellos annos de 1636 por força dearmas expulçaraõ aos Castelhanos das povoaçoens˙ de São Comes, e São Damiaõ e Santa Anna, eoutras que tinhaõ e hião ampleficando nas terras do Rio daprata / Tratado prouezional a página 14 [*] [f. 84r.]	Demais desta continuação de actos pacificos, & successivos, se achaõ alguns exemplos violentos, com que as Armas Portuguezas se desforçaraõ [sic] das intrusoes, & attentados Castelhanhos: como foraõ, quando os moradores de Saõ Paulo nos annos de 36. 38, & 40, expulsaraõ os Padres da Companhia das Casas de S. Cosme, S. Damiaõ, S. Anna, & outras que tinhaõ fundado nas terras de S. Gabriel, por cima do Rio da Prata para a parte Oriental, & com effeito os desalojaraõ, & fizeraõ retirar para a Provincia do Paraguai [p. 29]

Elaboração de Maria Aparecida de Menezes Borrego e Jean Gomes de Souza.

As alegações dos requerentes estavam formuladas em três núcleos discursivos articulando passado, presente e futuro, amparadas na noção da História como mestra da vida, expressão cunhada por Cícero, que compreendia a história como fonte de exemplos a serem seguidos ou evitados. Predominante nos estudos históricos até a época moderna, a fórmula *historia magistra vitae* enfrentou um processo de dissolução na segunda metade do século XVIII. Segundo Reinhart Koselleck, a experiência vivenciada pelos homens durante a Revolução Francesa instituiu uma sociedade forjada em novas bases, desprovida de exemplos anteriores, para a qual a imitação de casos históricos passados não era de grande valia.[411]

Vilares, entretanto, não se movimentava no tempo acelerado da era das revoluções, tampouco os autores que lhe eram referências, homens seiscentistas que lançavam mão do topos *historia magistra vitae* em suas obras.[412] No documento peticionário, era no passado que se desenrolavam as ações dos descobridores da capitania de São Paulo realizadas a serviço do rei e de Deus, que deveriam ser rememoradas para que "Sirvaõ a todos de exemplos em os imitarmos para o futuro".[413] Os atos diziam respeito à ocupação do território, à defesa dos inimigos externos e internos, à manutenção e obediência aos limites, ao desenvolvimento econômico da colônia e à cristianização dos povos.

Ao imitarem as memoráveis ações dos portugueses de São Paulo, como são denominados os antigos habitantes da capitania no documento, os requerentes pretendiam a eles se igualar nos préstimos à Coroa e a Deus no tocante à colonização da América e à conversão dos nativos. Nesse sentido, a transmudação dos cavalares para transporte e sustento das populações é defendida como uma ação memorável e que só poderia ser praticada por meio do comércio com os Guaykuru.

A expressão "memoráveis ações" é usada por Vilares como complemento do título da obra *Anno histórico*, empregada nessa parte do arrazoado. Todavia, o subtítulo original do livro é "notícia abreviada das pessoas grandes e cousas notáveis de Portugal". Os irmãos Martim Afonso de Souza e Pedro Lopes de Souza figuravam no *Anno histórico* entre os grandes de Portugal, fundadores e povoadores da capitania de São Vicente.

---

411 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006, p. 58-59.

412 Sobre o emprego da fórmula *historia magistra vitae* pelos padres Antônio Vieira e Simão de Vasconcelos ver, respectivamente, HANSEN, João Adolfo. Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira. *Teresa: revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 8/9, p. 290-291, 2008; FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. *Divulgar a biografia de um santo*: os usos e as apropriações da figura de José de Anchieta no Brasil e na Europa (século XVII). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 261-263, 2016.

413 *COPEA da petiçaõ e mais documentos que ajuntou Luiz Rodriguez Villares rẽquerimento ao Sennado da Camera da Villa do Cuyaba: a nove de Novembro de mil, e SetteCentos e trinta e Sinco annoz*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, códice Ms. 296, documento 23, f. 83v.

Baseado em tal obra, Vilares relacionou a grandeza da ascendência dos Souza com o florescimento da capitania que, sob a administração de Martim Afonso, assistira ao desenvolvimento da produção do açúcar, modelo reproduzido no restante do Estado do Brasil, e de outros gêneros como trigo e vinhas. E, diante de tamanho progresso agrícola, destacou a transformação da capitania em celeiro e dispensa universal. Estes últimos termos foram copiados do texto do *Anno histórico*, ao qual Vilares recorreu em duas ocasiões no requerimento com as páginas correspondentes precisamente mencionadas (Quadro 4).

Quadro 4: Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e no *Anno histórico*

Requerimento	**Anno histórico**
eComesta feliçidade se dis com propriedade destaCapitania deSão Paulo que actividade deSeus moradores deo aeste novo Mundo, cominveja do velho deLicias da Europa, preçisosidades daAzia emterras comentranhas de Ouro, e torroes de aSucar / anno estorico das memoraveis açoens dos Portuguezes apágina 509 [f. 85v]	Mas as carregações mayores, & de mayor preço, saõ as dos assucares, & tabacos, drogas tão estimadas, de que tanto abunda o Mundo novo com inveja do antigo; (...) Podemos dizer daquella terra com muita propriedade, que tem as entranhas de ouro, & os terrões de assucar [p. 509]

Elaboração de Maria Aparecida de Menezes Borrego e Jean Gomes de Souza.

Martim Afonso de Souza é o grande herói de Vilares. Suas ações memoráveis não se restringiam à criação da capitania e ao desenvolvimento agrícola, nem foram só coletadas no texto do *Anno histórico*. Elas também estiveram presentes na *Notícia e justificação* relacionadas à conservação, defesa e ampliação da capitania de São Vicente até a baía de São Matias. E ainda nas obras do padre Simão de Vasconcelos, que ressaltou seu importante papel no reconhecimento da costa e do interior da capitania até os limites da América hispânica na região do Prata.

Das *Notícias curiosas*, Vilares salientou a introdução da criação de gado "Vacum, Ovelhas, Cavalar e muar", bem como seu franco crescimento, na capitania de São Vicente sob os auspícios de Martim Afonso, sem que essa iniciativa figurasse explicitamente na obra. No decorrer da argumentação, novamente a pecuária ganharia destaque a partir da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Desse livro, Vilares extraiu a informação de que os paulistas haviam recebido rendosas fazendas de gado no rio São Francisco como recompensa pelos serviços prestados nas lutas contra o inimigo externo – a expulsão dos franceses na Baía da Guanabara – e interno – combate aos assaltos dos gentios na Bahia ao longo do século XVI.

Ao selecionar essas duas passagens, ocorridas em contextos diferentes nas obras de Vasconcelos, Vilares parece ter tido a intenção de relacionar a importância da criação

de gado em épocas passadas com o objeto de sua solicitação. No primeiro caso, era na suposta ação memorável do donatário que ele buscava se espelhar para transmudar gado para as minas de Cuiabá. Já, no segundo, tal qual os portugueses de São Paulo que foram beneficiados com fazendas como retribuição da Coroa por seus préstimos, ele e seus companheiros queriam ter sua demanda atendida por haverem participado das expedições punitivas contra os Payaguá.

Por fim, Vilares se valeu de *Notícias curiosas* do padre Simão de Vasconcelos para conformar o espaço em que ele e seus companheiros atuavam e almejavam prosperar, e que era palco das lutas contra os gentios, da extração de ouro e do comércio de gado pretendido. Tal espaço se estendia da já referida baía de São Matias até a região norte da América portuguesa, comportando o mítico lago dourado, de onde nasciam os rios da Prata e do Amazonas. [414]

Assim como o *Anno histórico*, é muito provável que Vilares, se não estivesse com o livro *Notícias curiosas* precisamente em mãos quando redigiu o requerimento, o tivesse lido com meticulosa atenção, pois citou com exatidão as páginas de onde retirara os trechos que utilizou, adaptando-os de acordo com sua compreensão e vivência. O "grande lago" citado por Vasconcelos ganhou a versão de "lago dourado" no documento de Vilares, em alusão à lagoa dos Xarayes, e o próprio título da obra foi reduzido para Notícias do Brasil, tendo as qualificações "curiosas" e "necessárias", eliminadas da citação (Quadro 5).

Quadro 5: Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e em *Notícias curiosas*

Requerimento	**Notícias curiosas**
Dispondo as povoacoens˜ dos Portuguezes dando-lhes principios de gados Vacum, Ovelhas, Cavalar e muar, que depoucos annos em diente tiveraõ tal produçaõ athe hoje que quazi excede todo o algarismo Correndo a Costa estes Fidalgos comnúmeros de Naos aSua custa desdeSão Vicente athe o Rio da prata nas quais Seconduziraõ todas estas criaçoens, eosmais frutos daEuropa que abundaõ esta Capitania / Pedro Simaõ de Vasconcelos, notícias do Brazil apágina 27 [f. 84r]	& Martim Affonso de Sousa, de quem a seu tempo se fará mençaõ; porque correo este fidalgo com numero de naos á sua custa, em especial a costa que corre desde a Capitania de S. Vicente até o famoso Rio da Prata descobrindo portos, rios, enseadas, saindo em terra, pondo nomes, metendo marcos, & inuestigando particularmente a bondade, & qualidade das gentes, & das terras [p. 27-8]

414 Sobre o mito geográfico da lagoa dos Xarayes, ver KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, v. 23, n. 37, p. 70-80, jan./jun. 2007; COSTA, Maria de Fátima Gomes. *História de um país inexistente*: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999.

Eoutros para o Súl athe a Bahia deSão Mathias Vassallos todos de Portugal os que tem Seus domicilios para a parte deLeste dedonde mostrar o rumo que pricipia da dita Bahia deSão Mathias fazendo a frente ao oriente do famozo Lago dourado, donde naçem os mayores rios que SeLebra o mundo; odas Amazonas que para oNorte, eo daprata para oSul; exàmiando osSeus Certoens pelos mesmos moradores desta Capitania o Padre Simaõ de Vasconcelos noLivro noticias do Brazil apágina 40 [f. 88r.]	Mas como estas cousas modernas não saõ as de nosso intento, nesta mostrar agoa as noticias do outro grande rio, quasi irmão em agoas, & potencia, chamado da Prata, por outro nome Paraguay. Dà este a mão ao Graõ Parâ, naquelle grande lago, de que nascem, como já dissemos: ou seja isto em final da conformidade com que reynaõ, ou seja, como dando palauras hu ao outro da resolução, com que defendem as terras do Brasil [p. 40]

Elaboração de Maria Aparecida de Menezes Borrego e Jean Gomes de Souza.

Na segunda parte da representação, para além dos grandes feitos de homens do passado que justificavam o comércio de cavalos com os índios Guaykuru, os argumentos de Vilares recaíram sobre as ações dos habitantes das minas do Cuiabá no presente, ou seja, no contexto de produção do documento, relacionadas às tópicas de defesa do território, colonização e cristianização dos povos originários.

Para fazer frente às dificuldades de sujeição dos indígenas, Vilares mobilizou as metáforas do padre Antônio Vieira, presentes na *História do futuro*, sobre os obstáculos para a expansão da fé católica. Embora os nativos parecessem resistentes como muralhas à ocupação de suas terras e à catequização, o comércio poderia funcionar como portas para a conversão dos gentios.

Vilares recorreu ainda à autoridade de Vieira para atestar essa possibilidade por mais custosa que parecesse. Para assinalar os ganhos alcançáveis por meio da catequese, ele se valeu do episódio da conversão dos Nheengaíbas, conforme narrado pelo jesuíta numa carta endereçada ao rei sobre a missão no Maranhão, publicada no tomo 14 dos *Sermões*. Embora empregasse termos característicos constantes nas duas obras do padre Vieira, Vilares não as referenciou com exatidão (Quadro 6).

Se naquele contexto, o sucesso da evangelização ultrapassara a esfera espiritual, concorrendo para a defesa do território e segurança dos domínios portugueses na ilha de Marajó, no caso das minas do Cuiabá, a conversão dos Guaykuru pelo comércio poderia redundar na aliança com os nativos contra os espanhóis e os Payaguá. Com essa perspectiva futura, os signatários encerravam a terceira e última parte da argumentação, reiterando os benefícios – "felicidades espirituaes e temporais" – que sua iniciativa traria, a um só tempo, para a Coroa e para Deus.

Quadro 6: Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e nas obras do padre Antônio Vieira

Requerimento	**Livro anteprimeiro da História do futuro**
E posto que asconquistas dafe tem muros que dificultaõ Sua entrada / como exprime o Padre Antonio Vieira no anteprimeiro / tabem tem portas por onde poderá entrar a paLavra de DeoS, naõ falta u tempo do cumprimento deLa, e de quando elle quer e he Servido [f. 88v.]	Dispoz Deos desde a creação do Mundo que estas terras assim por fóra como por dentro fossem enriquecidas de cousas preciosissimas, para que o interesse dos homens facilitasse as difficuldades, que sem elle criaõ impossiveis de vencer: como se dissera o Senhor: Ainda que a conquista da fé tem muros, que difficultem sua entrada nessas terras, tambem tem portas por ondepoderá entrar [p. 280]
Requerimento	**Sermões, tomo XIV**
em defenca dos ditos pello que entaõ lhesuçedeo bem Selhepode reconpençar pella Sua parte o dito dos Nhengaibas por boca do [Padre] Seu mayoral o Padre Antonio Vieira noLivro 14 página 280/ na reduçaõ dos ditos ao Gremio da Igreja. e Sugeiçaõ da coroa, e com elles aSegurança e defeza deSeus domínios [f. 88v.]	porque os que considerão a felicidade desta empreza, não só com os olhos no Ceo, senão tambem na terra, tem por certo que neste dia se acabou de conquistar o Estado do Maranhão; porque com os Nheengaìbas por inimigos seria o Parà de qualquer nação estrangeyra que se confederasse com elles; & com os Nheengaìbas por vassallos, & por amigos, fica o Parà seguro, & impenetravel a todo o poder estranho [p. 282-283]

Elaboração de Maria Aparecida de Menezes Borrego e Jean Gomes de Souza.

Considerações finais

A análise das obras utilizadas por Luis Rodrigues Vilares no requerimento em tela e das apropriações delas decorrentes ratifica os resultados alcançados pelas pesquisas sobre a circulação e leitura de livros na América portuguesa ao longo do século XVIII. Mesmo não havendo imprensa na colônia, os impressos atravessavam o Atlântico; do conjunto, predominavam as obras de caráter religioso; muitas vezes os comerciantes eram os intermediários na cadeia de circulação destes artefatos em meio a tantas outras fazendas importadas e mediadores na conformação do gosto; embora relativamente restritos, os livros compunham livrarias particulares no mundo colonial e as práticas de leitura eram inventivas, pois as apropriações dos conteúdos são sempre extemporâneas à produção dos próprios textos.

Por outro lado, a discussão aqui realizada descortina o trânsito de impressos na capitania de São Paulo setecentista, ainda muito carente de estudos sobre a temática dos livros e da leitura para a própria capital e vilas próximas, quanto mais para as vilas distantes como Cuiabá. Contudo, as poucas pesquisas que trabalham com o assunto já revelaram a existência de acervos privados nesse espaço colonial.

Para a cidade de São Paulo, foi identificada mais de uma centena de títulos em posse de 15 agentes mercantis, a partir do arrolamento de bens de inventários *post mortem* abertos entre 1730 e 1780, perfazendo um total aproximado de 400 volumes. É pouco satisfatório acreditar que somente esses comerciantes fossem proprietários de livros.[415]

Tanto assim que os estudos de Marisa Midori Daecto já apontaram que D. Frei Manuel da Ressurreição, bispo de São Paulo (1771-1789), possuía uma livraria com 1.548 volumes, os quais foram legados à cúria quando de sua morte. A biblioteca de D. Mateus de Abreu Pereira, também bispo de São Paulo (1797-1824), contava com 1.059 volumes, a maior parte de obras não religiosas. Trata-se, em ambos os casos, de acervos avultados para os padrões do lugar e da época.[416]

No que concerne às bibliotecas conventuais, sabe-se que a dos franciscanos de São Paulo era detentora de 3.690 volumes. Parte do montante provinha do espólio de D. Luís Rodrigues Vilares, bispo de Funchal e neto da personagem em tela. Esta coleção, somada à do bispo Abreu Pereira, conformara o acervo da Biblioteca Pública de São Paulo, fundada em 1825.[417]

Para Cuiabá, Rafael Dias da Silva Campos deu a conhecer a biblioteca considerável do licenciado José Barbosa de Sá, composta por obras religiosas, jurídicas, poéticas, de filosofia e moral, história, história natural e física, registrada em seu inventário na década de 1770.[418] Se apenas esses casos forem tomados como exemplos, fica claro que o que faltam são estudos para a região e não livros.

Na listagem dos bens de Barbosa de Sá, foram registrados "Um livro intitulado História do Futuro" e "Um livro de Sermões do Padre Vieira". Embora não se possa assegurar qual dos volumes dos *Sermões* estaria no acervo do licenciado, é possível conjeturar que a obra *História do futuro* em posse de Barbosa de Sá estivera em mãos de Vilares, que dela se valeu para a formulação do requerimento. Ademais, figurava entre os livros de sua biblioteca o *Tesouro carmelitano*, do Frei José de Jesus Maria, autor mencionado por Vilares em outra demanda às autoridades régias na década de 1740, desta feita, com vistas a obter autorização para a abertura de um caminho de terra entre os rios Jauru e Guaporé, objeto de análise no capítulo anterior.[419]

---

415 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, op. cit., 2009, p. 229-253.

416 DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros*: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: Edusp, 2011, p. 76-78.

417 Ibidem, p. 87.

418 CAMPOS, Rafael Dias da Silva, op. cit.

419 *PROJECTO da abertura do caminho de terra, ou Varadouro tirado desde o rio Jauru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba em MDCCXLIII*. Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, Coleção de Obras Raras e Especiais, ms. 43.

Tais casos podem sugerir práticas de empréstimo de obras entre os habitantes das minas de Cuiabá, principalmente porque se sabe que Barbosa de Sá e Luis Rodrigues Vilares faziam parte das reduzidas elites políticas e econômicas das minas. Do contrário, se teria que admitir a existência – ainda que possível – de mais de um exemplar de cada um desses livros num local de difícil acesso no extremo oeste do Império lusitano na América. Some-se às condições adversas para transporte de objetos frágeis como os livros o fato de serem obras de dimensões consideráveis. As primeiras edições de *História do futuro* tinham 339 páginas; o tomo 14 dos *Sermões*, 350; *Notícias curiosas*, 312; *Vida do Venerável Padre Anchieta*, 688 e *Anno histórico*, 627.

Vilares não fora o único a ler as obras dos padres Francisco de Santa Maria e Simão de Vasconcelos, que seguramente circulavam na capitania de São Paulo, haja vista que, em um apêndice das *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), se verifica a presença do *Anno histórico*, das *Noticias antecedentes das cousas do Brasil* e da *Vida do Venerável Padre Anchieta* entre os livros e documentos que consultou para a confecção de suas *Memórias*.[420]

Se, pelo arrolamento das obras da biblioteca de Barbosa de Sá, constata-se a posse de livros em Cuiabá, no caso do requerimento, foram os modos de lê-los e a precisão nas citações que comprovaram a existência de impressos no interior da América.

Os usos dos livros por Vilares corroboram a afirmação de Antonio Castillo Gómez acerca do ato de consumo ou apropriação cultural ser igualmente um ato de produção e de criação.[421] No caso em questão, o comerciante não só ressignificou o que leu como materializou a leitura numa espécie documental nova, cuja natureza peticionária era distinta do caráter religioso, narrativo, factual e diplomático das obras por ele mobilizadas.

Ao exporem a necessidade do comércio dos cavalos com os Guaykuru, Vilares e seus companheiros acabaram por jogar luzes sobre sujeitos, saberes e interesses múltiplos que circulavam nas minas de Cuiabá, nos espaços coloniais ibéricos fronteiriços e no Império português, e que impactavam suas vivências. O requerimento pode, sob esse aspecto, ser tomado como o ponto nodal em que os circuitos de informações e de pessoas se cruzaram, na esteira do sentido proposto por Kapil Raj, ou seja, considerando-se a própria circulação como um local de formação do conhecimento.[422]

Como todo suporte físico, o requerimento afeta os possíveis significados das informações veiculadas e abre portas para novas direções nas trajetórias dos conheci-

---

420 MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo e Notícias dos annos em que se descobrio o Brazil*. Estudo e notas por Afonso d'Escragnolle Taunay. 3ª ed., São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog irmãos, 1920, p. 357.

421 CASTILLO GÓMEZ, Antonio, op. cit., p. 121.

422 RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... E pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. Trad. Juliana Freire. *Revista Maracanan*, n. 13, 2015, p. 172.

mentos corporificados.[423] Como tipo documental específico, encaminha as demandas que são a razão mesma de sua existência.

Não por coincidência, a escrita peticionária era a modalidade de comunicação privilegiada por Vilares para se expressar e fazer valer suas vontades na América portuguesa. Durante a atuação no oeste da capitania de São Paulo, Vilares solicitou e obteve sesmarias em Camapuã;[424] foi autor de requerimentos visando a instalação da Santa Casa de Misericórdia em Cuiabá, a construção de fortificações na fronteira luso-espanhola na América e a proibição da cobrança de impostos sobre as mercadorias antes do embarque pela rota das monções.[425] Além disso, em mais de uma ocasião, lançou mão dos livros para embasar e legitimar suas demandas, articulando negócios e cultura escrita para agir num Império assentado em papéis.

423 ROBERTS, Lissa, op. cit., p. 51.

424 LIVRO de sesmarias, patentes e provisões. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), livro 2, f. 137-138, f. 142.

425 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa. *Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*. Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno, Belo Horizonte, 2019, p. 36-42.

Parte III

Representações visuais sobre o passado paulista

6
Um monumento para as monções

Introdução

Em 1920, na cidade de Porto Feliz (SP), houve a inauguração do *Monumento às Monções*, esculpido pelo artista italiano Amadeu Zani e orientado por Afonso d'Escragnolle Taunay, diretor do Museu Paulista.[426] Os recibos de pagamento aos pintores Oscar Pereira da Silva e Aurélio Zimmermann pela realização de telas encomendadas por Taunay para a instituição, baseadas em trabalhos dos desenhistas da expedição Langsdorff com cenas das viagens fluviais realizadas entre as províncias de São Paulo e de Mato Grosso no início do oitocentos, datam de 1919 e 1920. Ainda em 1921, o diretor submetia ao prefeito de Porto Feliz, Eugênio Motta, um projeto de brasão para a cidade, tendo como protagonista uma canoa no centro do escudo, o qual seria modificado em 1925 para figurar na escadaria monumental do Museu Paulista.

A iniciativa de representação visual das viagens fluviais em diversos suportes indica a produção intencional e simultânea de lugares de memória, nos anos 1910 e 1920, do fenômeno histórico das monções, que correspondeu às expedições que percorreram os rios entre Porto Feliz e Cuiabá no século XVIII e início do XIX. Regular a partir da década de 1720, com o descobrimento do ouro nos barrancos do rio Coxipó, a rota monçoeira trilhava uma rede fluvial, utilizada para o abastecimento das populações, fundação de vilas, povoamento do território e busca de metais preciosos.

Para Taunay, as monções correspondiam à fase derradeira das bandeiras, motivo pelo qual associava os monçoeiros aos bandeirantes.[427] Entretanto, estes últimos eram homens que, partindo de São Paulo, chefiaram incursões temporárias pelo interior, majoritariamente por terra, cujo propósito era arrebanhar braços indígenas para o trabalho cativo nas vilas paulistas ou para sua comercialização com outras regiões da colônia. Com maior ocorrência ao longo do século XVII e início da centúria seguinte, as bandeiras de preação de mão de obra, de prospecção mineral e de criação de gado foram, a um só golpe, responsáveis pelo aumento do conhecimento metropolitano sobre a América

426 Formado em engenharia civil em 1900, no Rio de Janeiro, Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958) transferiu-se para a capital paulista, onde se casou no seio de uma família da elite, os Souza Queiroz, e lecionou na Escola Politécnica de São Paulo, entre 1904 e 1910. A sua inserção definitiva no universo da História ocorreu em 1911, quando ingressou simultaneamente nos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e de São Paulo. Admirador dos princípios da escola metódica francesa, foi discípulo do historiador Capistrano de Abreu que o aconselhou a estudar as bandeiras paulistas.

427 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Martins, 1953.

portuguesa e pela escravização e extermínio de extensas parcelas das populações originárias.[428]

As monções, por sua vez, não tinham esses objetivos como prioritários. Embora muitos buscassem enriquecer por meio da descoberta de metais preciosos e se valessem da força de trabalho indígena e negra escravizada, as expedições eram marcadamente fluviais, mercantis e, algumas, povoadoras.[429] Contudo, tais monções foram mobilizadas por Taunay para reforçar a construção do mito bandeirante, calcado na figura de um antepassado comum tido como audacioso e intimorato, protagonista do alargamento do território colonial e fundador da nacionalidade brasileira por meio de São Paulo.

A fabricação de uma ancestralidade vinculada aos primeiros troncos da terra, dos quais se depreendem noções de nobiliarquia, de herança constituída por laços de sangue, de heroísmo e de pioneirismo, vinha sendo arquitetada pelos grupos dirigentes paulistas desde os anos finais do século XIX, com vistas ao fortalecimento do papel de São Paulo na República num contexto de conflitos interestaduais pelo controle político do governo federal.[430]

Data desse período um dos primeiros trabalhos de que se tem notícia acerca das monções, de autoria do médico e político portofelicense Cesário Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Júnior. Em *Porto-Feliz e as monções para Cuyabá*, publicado em 1884 no *Almanach Litterario de São Paulo*, ele exaltava sua cidade natal por meio da descrição das monções, posto que era no porto da antiga Araritaguaba que os embarques para Cuiabá eram realizados.[431]

O autor compreendia as monções como sendo caravanas aparelhadas por particulares ou pelo Estado a fim de abastecer a região mineradora com os suprimentos necessários. Para tanto, os rios eram o caminho mais natural e econômico para se alcançar Cuiabá. Se, nos anos iniciais, os agentes das monções eram sertanistas, principalmente

---

428 SANTOS, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Perspetivas sobre a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu. *MIDAS*, v. 10, n. 10, 2019.

429 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4ª ed. Organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; Idem. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

430 ABUD, Katia Maria. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições*: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002; FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade*: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

431 MOTTA JÚNIOR, Cesário. Porto-Feliz e as monções para Cuyabá. *Almanach Litterario de São Paulo*. São Paulo: José Maria Lisboa, 1884.

oriundos da cidade de São Paulo, a difusão das notícias concernentes às novas minas atraiu exploradores e comerciantes.

Embora o caráter mercantil fosse um dos aspectos definidores das monções para o autor, ele as inseria naquilo que denominava de tradição do espírito empreendedor, de coragem e de tenacidade da gente de São Paulo. Sendo assim, não era apenas a possibilidade de obtenção de lucro por meio do trato mercantil que justificava a realização dessas viagens fluviais, mas sim a inspiração advinda do amor pelo desconhecido e o desejo de se aventurarem em excursões semelhantes que enchiam o peito daqueles que ouviam as histórias compartilhadas pelos que haviam retornado a Porto Feliz.

Como já mencionado, a associação entre os paulistas e o amor pelo desconhecido e a vinculação desses agentes a palavras como empreendedorismo, coragem e tenacidade são ideias basilares do passado mítico de São Paulo, do qual o bandeirante é o principal expoente. Esse discurso teve como um de seus principais centros de irradiação o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894, cujo primeiro presidente foi ninguém menos que Cesário Motta Júnior.

Neste capítulo, buscarei analisar a representação das viagens fluviais no *Monumento às Monções* e compreender os elementos constitutivos do conjunto escultórico como dimensões visuais e materiais do projeto de construção do mito bandeirante, utilizado como instrumento de legitimação da hegemonia paulista no cenário nacional, e desenvolvido, no Museu Paulista, por meio do programa decorativo e das exposições orquestrados por Taunay, à frente da instituição de 1917 a 1945.[432]

Ancoro tal proposta nas considerações de Ulpiano Bezerra de Meneses, para quem cultura visual e cultura material merecem ser estudadas como "a dimensão física, empírica, sensorial, corporal, da produção/ reprodução social".[433] Para o historiador, as fontes iconográficas "não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade",[434] esta sim, o objeto de estudo, por excelência, da história.

---

432 MATTOS, Cláudia Valladão de. Da palavra à imagem. Sobre o programa decorativo de Affonso de Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 6/7, n. 1, p. 123-145, 2003; BREFE, Ana Cláudia. *Museu Paulista*: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

433 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes textuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 25, 2003.

434 Ibidem, p. 28.

Monumento às monções ou aos bandeirantes navegadores?

Encomendado por Cândido Nazianzeno Nogueira da Mota,[435] Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo do Estado de São Paulo, presidido por Altino Arantes, o *Monumento às Monções* foi inaugurado em 26 de abril de 1920 (Figura 30). Nesse mesmo dia, foram entregues oficialmente à população o ramal férreo Boituva-Porto Feliz, a estação ferroviária de Porto Feliz e o Parque das Monções, onde o conjunto escultórico se localiza próximo ao porto de embarque das antigas expedições fluviais.

A obra conta com uma coluna rostral de granito sobre uma êxedra em sólido suporte de cantaria, cujo acesso se dá por meio de três degraus. De acordo com Valéria Salgueiro, a coluna triunfal era uma forma de propaganda política nas cidades romanas e "foi de central importância para forjar o patriotismo e orgulho nacional nos estados modernos".[436]

Na face interna do encosto do banco de pedra semicircular, o escultor Amadeu Zani moldou três baixos-relevos em bronze com representações visuais de monções. No alto, a coluna é ornada com cornijas, em estilo dórico, sustentando uma esfera armilar, guarnecida pela cruz da Ordem de Cristo. Antigo instrumento de astronomia, empregado durante as grandes navegações da época moderna, se assemelha ao cosmo em miniatura. A esfera armilar é composta por um conjunto de anéis concêntricos articulados – as armilas – representando os corpos celestes que se movem ao redor da esfera central, o globo terrestre.[437]

---

435 Cândido Nazianzeno Nogueira da Mota também nasceu em Porto Feliz e era primo de Cesário Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Júnior.

436 SALGUEIRO, Valéria. *De pedra e bronze*: um estudo sobre monumentos. O monumento a Benjamin Constant. Niterói: EdUFF, 2008, p. 30.

437 SILVA, Valderez Antonio da. *Fantasmas do rio*: um estudo sobre a memória das monções no Vale do Médio Tietê. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004; HESSEL, Rodolfo. *Iconografia monçoeira*: imagens e ideologia. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

Figura 30: *Monumento às Monções*, Amadeu Zani, 1920, Porto Feliz. Fotografia: Marcos Steiner.

No monumento, a esfera armilar representa um elo entre os descobrimentos portugueses do século XV e as grandes expedições fluviais que, a partir do setecentos, partiam de Porto Feliz com a intenção de explorar e povoar o extremo oeste do território americano, grande parte localizado além da linha imaginária de Tordesilhas.[438] Essa ideia de continuidade consolida-se por meio dos rostros que emergem da coluna central em quatro direções, simbolizando as proas das canoas dos paulistas que navegavam pelos rios a partir do Tietê, cujo curso se volta para o interior do continente.

Convidado a pronunciar a oração oficial de inauguração do monumento, que contou com a presença da comitiva oficial e de cerca de 1500 pessoas, Afonso Taunay confirmou tal alegoria em seu discurso, "À glória das monções". Ao enfatizar, em tom

438 SOUZA, Jonas Soares de. A representação visual das monções. Itu, 25 set. 2006. Disponível em: https://www.itu.com.br/artigo/a-representacao-visual-das-moncoes-20100202. Acesso em: 10 jun. 2020.

épico, que "os paulistas acostumados a fazer mais do que promete a força humana, hão de descobrir novos Eldorados",[439] estabeleceu laços diretos entre os destemidos navegantes paulistas e os heróis da expansão lusa glorificados nos versos d'*Os Lusíadas*, de Luís de Camões:

> As armas e os Barões assinalados
> Que da Ocidental praia Lusitana
> Por mares nunca de antes navegados
> Passaram ainda além da Taprobana,
> Em perigos e guerras esforçados
> Mais do que prometia a força humana,
> E entre gente remota edificaram
> Novo Reino, que tanto sublimaram.[440]

As ações do embarque, da partida e da navegação e os atos de coragem e desbravamento são também veiculados no monumento, por meio dos baixos-relevos em bronze no mural reproduzindo tanto os desenhos de Hercule Florence, *Partida de uma expedição mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*, de 1826, e de Aimé-Adrien Taunay, *A partida da expedição Langsdorff, no rio Tietê*, de 1825, como a pintura *Partida da monção*, de autoria do pintor ituano José Ferraz de Almeida Júnior, de 1897.

Os desenhos de Aimé-Adrien Taunay e Hercule Florence foram feitos durante a expedição Langsdorff, da qual eram, respectivamente, o primeiro e o segundo desenhistas. Patrocinada pelo governo russo, a expedição percorrera extensos territórios no interior do Brasil, de 1825 a 1829, do Tietê até o Amazonas. Entre os trechos de Porto Feliz e Cuiabá, a equipe de cientistas e artistas refez a rota das monções setecentistas por vontade deliberada de seu comandante, o que evidencia que as três imagens escolhidas como matrizes para os relevos em bronze foram produzidas em contextos de construção de memórias das monções no início e no final do oitocentos. Embora a Langsdorff guardasse traços materiais e práticas de navegação similares às monções do século XVIII, afinal percorreram o mesmo trajeto, usaram embarcações semelhantes e despenderam o mesmo tempo de viagem, elas não se confundem, pois não tinham os mesmos objetivos nem os mesmos personagens.

Entretanto, ao idealizar o monumento com essas três representações, Afonso Taunay acabou por associar diretamente uma viagem científica do século XIX com as monções comerciais e de povoamento anteriores, e estas com as viagens da expansão marítima portuguesa no alvorecer da modernidade para a conquista e posse de territórios, dialogando com os elementos constitutivos da coluna rostral.

Mas as associações não se encerram no nível imagético; outras foram forjadas por meio das epigrafias presentes no monumento. Imediatamente ao pé da coluna, no

439 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. À glória das monções. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. LXXV, p. 131, 1979.

440 CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. [*S.l.*: *s.n.*], [*s.d.*], p. 1.

topo do mural, figura a inscrição “Aos Bandeirantes – Daqui partiu a primeira monção para o interior do Brasil no século XVII” (Figura 31). Por meio dessas escrituras expostas,[441] automaticamente, se vincularam bandeiras e monções, e monçoeiros passaram a ser confundidos com bandeirantes.

Figura 31: Detalhe das escrituras expostas no *Monumento às Monções*. Fotografia: Marcos Steiner.

No discurso à frente do *Monumento às Monções*, a glorificação ao antepassado paulista como responsável pela posse do território e construção da nação para todos os brasileiros fica evidente:

> Foram os filhos da colônia, os de S. Paulo, incomparavelmente mais que os outros, – quem o ignora? – a quem coube tornar enorme este Brasil que as bulas e tratados haviam condenado a ser mesquinho, apertado entre o Atlantico e o meridiano pouco generoso de Tordesilhas. Haveria de valer a este Brasil mutilado a arrancada paulista trazendo-lhe milhões de quilômetros quadrados, tomados ao espanhol, através da selva ignota e misteriosa, cheia de espanto e terror.[442]

Por meio dessas palavras, Taunay reforçava sua visão de História sobre o passado colonial paulista que havia sido comunicada quando de seu ingresso como sócio

441 PETRUCCI, Armando. *Public lettering*: script, power and culture. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

442 TAUNAY, Afonso d’Escragnolle, op. cit., 1979, p. 128.

efetivo do IHGSP. No discurso de posse proferido em 5 de julho de 1912, ele enaltecera o desbravamento do território americano em direção a oeste pela investida dos paulistas desde o início da colonização até o "primeiro quartel de século XVIII, [quando] o distrito cuyabano e o âmago do continente se anexou ao império das quinas".[443] Para aquilatar a "obra titânica da dilatação e conquista", naquele momento, o orador já glorificava o papel dos homens de São Paulo para a construção do Brasil:

> Também, que império magnifico essa capitania de São Paulo, com mais de três milhões e quinhentos kilometros quadrados, de onde mais tarde deviam surgir sete circumscripções da Confederação Brazileira, algumas delas maiores do que território de dois e três dos mais poderosos Estados da Europa central![444]

Tais palavras expressavam sua afinidade com as diretrizes do IHGSP que, desde o primeiro número de sua *Revista*, publicado em 1895, esclarecia que, para os homens das letras daquela agremiação, "A história de São Paulo é a própria história do Brasil".[445]

A associação entre monções e bandeiras no monumento ainda é reforçada pelo destaque a um bandeirante imortalizado nos versos do poeta brasileiro Olavo Bilac, igualmente inscritos na pedra: "E subjugando o olvido através das idades, violador dos sertões, plantador de cidades, dentro do coração da pátria viverás". Contudo, não se pode atribuir a Taunay a escolha dos versos, pois ele demonstrou veementemente sua insatisfação ao comentar, em 1943, em artigo de jornal sobre a iconografia monçoeira, que "As inscrições do monumentozinho é que são detestáveis e ineptíssimas".[446] O que se deduz é que devem ter sido iniciativa do escultor, ou quiçá, do próprio encomendante.

Os versos fazem parte do poema *O caçador de esmeraldas*, publicado em 1902, composto por quatro cantos, num total de 276 versos alexandrinos, divididos em sextilhas. Seguindo o modelo clássico de poema narrativo, conta a aventura e a morte de Fernão Dias Pais durante a "bandeira das esmeraldas",[447] ocorrida entre 1674 e 1681, no sertão de Minas Gerais, podendo ser tomado como a representação literária da ação dos bandeirantes no interior do território.

Não só a bandeira das esmeraldas e a morte de Fernão Dias Pais ocorreram em locais distantes do porto de partida das monções e das minas de Cuiabá, como distan-

---

443 O império das quinas refere-se ao império português, pois, na heráldica, as quinas correspondem aos cinco escudetes estampados nas armas de Portugal, que representam a vitória de Afonso Henriques sobre os cinco reis mouros de Sevilha, Badajoz, Elvas, Évora e Beja, na batalha de Ourique, em 1139.

444 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Discurso de posse pelo Dr. Affonso d'E. Taunay. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 17, p. 90, 1913.

445 ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira*: história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 111.

446 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Iconografia das monções. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 maio 1943.

447 SALES, José Batista de. "O caçador de esmeraldas", de Olavo Bilac: continuidade e rupturas na configuração de um gênero. *Signótica*, v. 24, n. 1, p. 73, jan./jun. 2012.

tes também estavam dos propósitos da Langsdorff. Contudo, no monumento, os três fenômenos distintos ocorridos em tempos diferentes – séculos XVII (bandeiras), XVIII (monções), XIX (expedições científicas) – são justapostos para serem lidos, visualmente, como um movimento único paulista de expansão que atravessou os séculos e que, no momento da inauguração, descortinava o território por meio dos trilhos da ferrovia.

Se tempo e espaço não podem ser definidos precisamente na estrutura narrativa da escultura monumental,[448] o sujeito da história, por outro lado, deve ser tomado como uma única personagem – o paulista –, cujo produto da ação sempre fora e era, naquele momento, expandir o território, espacial ou economicamente. A chave de leitura a explicar o uso do passado no presente está na inscrição "Aos bandeirantes". A dedicatória da obra aos sertanistas implicitamente dirigia-se também aos seus sucessores, os monçoeiros e os cafeicultores.

O Monumento às Monções em diálogo com outros monumentos

Na esteira da estatuomania francesa e inglesa,[449] várias cidades brasileiras vivenciaram um processo de construção de nacionalidade e pedagogia cívica por meio da ereção de monumentos históricos a partir de meados do século XIX e durante o século XX.[450] De acordo com Michelli Scapol Monteiro, essa vaga escultórica intensificou-se após o início do regime republicano, em 1889, cujos dirigentes "estavam ansiosos por enaltecer os personagens que elegiam como heróis da pátria em monumentos escultóricos".[451] É nesse contexto de construção de uma visualidade republicana, portanto, que se compreende, ao lado do mito bandeirante, a concepção e os elementos constitutivos do *Monumento às Monções*, relacionando-o com três outros monumentos erguidos na cidade de São Paulo no mesmo período.

De remota tradição, a coluna utilizada como elemento central no monumento de Porto Feliz fez parte do monumento *Glória imortal aos fundadores de São Paulo*, também de autoria de Amadeu Zani, inaugurado em São Paulo em 1925, mas cujo concurso para homenagear as personagens históricas responsáveis pela fundação da cidade remonta a 1909. A maquete de Zani recebera parecer favorável da comissão julgadora

448 Sobre a estrutura narrativa que define a composição de monumentos, ver KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. *19&20*, v. V, n. 4, p. 1-12, out./dez. 2010.

449 HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

450 KNAUSS, Paulo. Do Academicismo ao Art Déco: arquitetura e escultura pública no Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 170, n. 444, p. 379-391, jul.-set. 2009; VIANA, Helder do Nascimento. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). *Anais do Museu Paulista*, v. 27, p. 1-44, 2019.

451 MONTEIRO, Michelli Scapol. *São Paulo na disputa pelo passado*: o monumento à Independência de Ettore Ximenes como lugar de memória. Tese (Doutorado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 16.

justamente devido ao seu aspecto majestoso com destaque para a escolha de uma coluna porque era "encontrada na arquitetura de todos os povos".[452] É de supor, portanto, que Zani tenha optado por repetir a coluna, dessa vez rostral, no *Monumento às Monções*, em razão do sucesso no concurso da outra obra.

Quanto aos três baixos-relevos alusivos à partida de expedições fluviais presentes no *Monumento às Monções*, vale a pena mencionar que essa forma escultórica, além de ser utilizada por Zani em *Glória imortal*, era cara a Afonso Taunay.

Cabe lembrar que ele fez parte da comissão julgadora do concurso para eleição da maquete do monumento em homenagem à independência, cujo centenário seria celebrado em 1922. O concurso se desenvolvera entre 1917 e 1920 e o conjunto estatuário vencedor foi aquele apresentado por outro escultor italiano, Ettore Ximenes. O parecer de Taunay a favor do projeto de Ximenes precisamente valorizou sua ideia de transportar para o monumento em alto-relevo o quadro de Pedro Américo, *Independência ou morte!*, pertencente ao Museu Paulista.

Ademais, desde o início de sua gestão no museu, Taunay já preparava a instituição para a efeméride de 1922, criando a história da nação por intermédio de uma narrativa visual capaz de explicar o Brasil como uma unidade territorial e simbólica a partir da cidade de São Paulo e dos bandeirantes. Para tanto, o passado colonial paulista fora recriado em várias salas por meio de pinturas encomendadas por ele tendo como matrizes os desenhos de vários artistas viajantes, mas, sobretudo, de Hercule Florence, em face da escassa produção iconográfica colonial sobre São Paulo.

Tão logo teve em mãos os desenhos facultados pelos filhos de Florence – Paulo e Guilherme –, Taunay mandara "reproduzir os desenhos do ilustre naturalista em quadros a óleo, ampliando-os para os tornar mais comprehensiveis, embora conservando-lhes todos os caracteristicos de documento que os torna tão preciosos".[453]

Como muitos dos desenhos originais eram em preto e branco e de tamanhos reduzidos, dificultando a eficácia desejada de sua função pedagógica, e carecessem do grau de enobrecimento, respeitabilidade e prestígio que detinha a pintura, Taunay solicitou que os artistas os ampliassem,[454] e, no caso do *Monumento às Monções*, que os moldassem em bronze em maiores dimensões.

---

452 UHLE, Ana. Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, v. 23, n. 2, p. 154, jul./dez. 2015.

453 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. O Museu Paulista. *Illustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, n. 28, p. XI-XII, 22 dez. 1922.

454 LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, n. 1, p. 147-178, 1993; LIMA JÚNIOR, Carlos. Da pena ao pincel: o passado paulista (re)criado nas encomendadas de Afonso Taunay a Oscar Pereira da Silva. *Anais do Museu Paulista*, v. 26, 29 nov. 2018.

Em decorrência dessa determinação, foram pintadas as telas *Partida de Porto Feliz*, por Oscar Pereira da Silva, em 1920, com base na aquarela de Aimé-Adrien Taunay, *A partida da expedição Langsdorff, no rio Tietê*,[455] e *Benção das canoas*, de Aurélio Zimmermann, em 1919, com base no desenho de Hercule Florence, *Partida de uma expedição mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*.[456]

Ora, tais pinturas tiveram como matrizes os mesmos desenhos dos artistas da expedição Langsdorff reproduzidos em bronze no *Monumento às Monções* (Figuras 32, 33, 34, 35). O ofício enviado por Afonso Taunay ao Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, Oscar Rodrigues Alves, confirma ter sido ele próprio o idealizador dos baixos-relevos, na medida em que comunica a seu superior que os havia entregado pessoalmente, em 9 de julho de 1919, ao Secretário da Agricultura, Candido Motta,

> dous desenhos reproduzindo scenas do antigo Porto Feliz, de que conta utilizar-se para o monumento projectado naquela cidade; estes desenhos como tive a ocasião de informar a V. Excia. da lavra do desenhista do Museu, e outrora expostos, estão hoje substituídos pelas copias que deles mandei fazer em pintura a oleo.[457]

455 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Ofício*] Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo (SP), 17 jul. 1920. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

456 Idem. [*Ofício*] Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, jun. 1919. Museu Paulista da USP.

457 Idem. [*Correspondência*]. Destinatário: Candido Motta. São Paulo, 9 jul. 1919b. APESP.

Figura 32: Baixo-relevo em bronze baseado na aquarela de Hercule Florence, *Partida de uma expedição mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*, 1826. Fotografia: Marcos Steiner.

Figura 33: *Benção das canoas*, Aurélio Zimmermann, 1920, óleo sobre tela, 100 x 135 cm. Museu Paulista – USP. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 34: Baixo-relevo em bronze baseado na aquarela de Aimé-Adrien Taunay, *A partida da Expedição Langsdorff, no Rio Tietê*, 1825. Fotografia: Marcos Steiner.

Figura 35: *Partida de Porto Feliz*, Oscar Pereira da Silva, 1919, óleo sobre tela, 140 x 170 cm. Museu Paulista – USP. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Já para o terceiro baixo-relevo, o diretor do Museu Paulista não teve a necessidade de enviar um desenho para o encomendante do monumento, pois a matriz fora a própria tela de Almeida Júnior, finalizada em 1897[458] (Figuras 36 e 37).

Figura 36: Baixo-relevo em bronze baseado na tela de Almeida Júnior, *Partida da monção*, 1897. Fotografia: Marcos Steiner.

Figura 37: *Partida da monção*, José Ferraz de Almeida Júnior, 1897, óleo sobre tela, 390 x 640 cm. Museu Paulista – USP. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

458 A pintura de Almeida Júnior pertenceu ao acervo do Museu Paulista entre 1902 e 1905, quando foi transferida para compor o acervo inicial da Pinacoteca do Estado. A tela retornaria ao Museu Paulista em 1929 após reiterados pedidos de Taunay, que preparou uma sala especialmente para recebê-la, onde foi concebida uma exposição consagrada às monções e a Almeida Júnior, que ficaria montada até 1939.

Para Taunay, *Partida da monção* fazia parte do mesmo processo de construção da memória das monções nas artes plásticas a partir do referencial de Hercule Florence; daí estarem as três imagens lado a lado no conjunto escultórico. Em vários escritos, ele apontou a *Partida de uma expedição mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*, de Hercule Florence, como matriz visual de *Partida da monção*, de Almeida Júnior, intitulando-a, por vezes, de *Benção das canoas*, curiosamente o nome da tela de Aurélio Zimmerman, encomendada para o Museu Paulista.[459] Mais recentemente, Carlos Lima Júnior questionou a associação entre as obras de Almeida Júnior e Florence em face de uma correspondência de Benedito Calixto, que colocava em dúvida o prévio conhecimento do desenho de Florence pelo pintor.[460]

Esse processo correlato indica que vários lugares de memória[461] estavam sendo simultaneamente construídos com a participação de círculos convergentes de artistas, intelectuais e políticos. O próprio Amadeu Zani seria responsável, nos anos 1920, pela execução de duas esculturas de bandeirantes em bronze – *Paschoal Moreira Cabral* e *Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera* – para figurarem na escadaria principal do Museu Paulista.

Por fim, é digno de nota que a escolha dos versos de Olavo Bilac não foi fortuita. Embora não mais tivesse se dedicado aos bandeirantes em sua obra, o poeta os considerava como inspiradores do papel dos escritores e dos artistas em geral na formação da nacionalidade da nascente República.[462]

Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, no início do período republicano, havia duas linhas principais de interpretação sobre o Brasil, assentadas na trajetória política do país: a vertente conservadora do nacionalismo, encabeçada por Eduardo Prado, e a vertente do nacionalismo republicano, representada por Raul Pompéia. Entretanto, havia ainda outra perspectiva, a ufanista, preconizada por Olavo Bilac, que via a nacionalidade como fruto das condições naturais da terra aliadas aos valores das três raças fundantes da nação.[463]

Nascido no Rio de Janeiro em 1865, desde cedo, Olavo Bilac dedicou-se ao jornalismo e à literatura, com reconhecida atuação na vida política e em campanhas cívicas durante a Primeira República. Fundou vários jornais, como *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*, mas destacou-se na *Gazeta de Notícias*, periódico fluminense de grande circulação, no

---

459 TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1937, p. 71; Idem. Iconografia das monções. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 maio 1943.

460 LIMA JÚNIOR, Carlos, op. cit., p. 17-18.

461 NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

462 FRANCHETTI, Paulo. Olavo Bilac e a unidade do Brasil republicano. *Sibila - Revista de poesia e crítica literária*, São Paulo, ano 18, 2009.

463 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

qual trabalhou durante anos, tendo substituído Machado de Assis, na seção "A Semana".[464] Para ele, no processo de construção da identidade nacional, a grande imprensa tinha um papel a ser considerado, pois era o veículo privilegiado por meio do qual os literatos podiam difundir suas ideias e se comunicar com o público.[465]

No discurso "Minha geração literária", proferido no banquete que lhe foi oferecido pela sociedade do Rio de Janeiro no Palace-Théatre, em 1907, Bilac afirmou que:

> De certo ponto de vista, podemos dizer que representamos, para o progresso intelectual do Brasil, na última metade do século XIX, o mesmo papel que para o seu progresso material representaram no século XVII os heróis das 'bandeiras': nós também varamos léguas e léguas de desertos morais, nós também desbravamos sertões, nós também fundamos cidades.[466]

Bilac era considerado o príncipe dos poetas brasileiros. Adorado em vida, foi venerado no período subsequente à sua morte, em 1918, tanto que estudantes e professores da Faculdade de Direito de São Paulo decidiram erguer um monumento em sua memória, que viria a público em 7 de setembro de 1922. De autoria do artista sueco William Zadig, o conjunto escultórico era enorme, encimado pela figura do poeta e trazia à sua esquerda o bandeirante Fernão Dias Paes, principal personagem do poema *O caçador de esmeraldas*,[467] cujos versos foram reproduzidos no *Monumento às Monções*.

No dia do lançamento da pedra inaugural, 25 de abril de 1920 – curiosamente, um dia antes da inauguração do Monumento às Monções – o discurso do estudante Alcides Sampaio parece sintetizar o espírito público e político que conduzia a vaga escultórica daquele momento. Dizia ele:

> Os monumentos e as comemorações são, sem dúvida, os meios mais proveitosos, práticos e seguros, para gravar no espírito do povo as proezas de um herói, a grandeza de um nome ou a importância e significação de um acontecimento. Os monumentos marcam indelevelmente as tradições de glória e honra de uma raça. Assim sendo, edifiquemos este, porque sem tradição não há nem alma nacional nem civilização possível.[468]

Tais palavras coadunam-se com aquelas proferidas por Afonso Taunay no discurso pronunciado em frente ao *Monumento às Monções*, que procurava ali criar um lugar de memória ao evocar o passado paulista pelos feitos dos bandeirantes. Se, entre os monçoeiros, não havia heróis de destaque em razão da própria natureza comercial

---

464 Conforme dados biográficos do poeta na Academia Brasileira de Letras.

465 OLIVEIRA, Lúcia Lippi, op. cit., p. 115.

466 BILAC, Olavo. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p. 79.

467 SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Capítulos de História Intelectual*: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

468 O MONUMENTO a Olavo Bilac. Lançamento da primeira pedra. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 15.085, p. 3, 26 abr. 1920.

das expedições fluviais, o poema de Bilac oferecia um, o bandeirante Fernão Dias Paes, ainda que deslocado espacial e temporalmente do movimento das monções e ainda mais das expedições científicas. Como a personagem do poema não era evidente, requerendo conhecimento para sua identificação, era fundamental que fosse explicitado ao povo. A inscrição na pedra "Aos bandeirantes" cumpriu esse objetivo.

Considerações finais

Tanto as imagens como as palavras circularam em diferentes suportes – esculturas, pinturas, baixos-relevos –, mesclando monções a expedições científicas e a bandeiras, no bojo do projeto engendrado pela elite paulista de atribuir a São Paulo, por meio do movimento bandeirante, o papel de conquistador e unificador do território da nação brasileira, tendo no Museu Paulista um polo articulador.[469]

Não há dúvida de que elementos distintivos do movimento monçoeiro foram representados com destaque no *Monumento às Monções*, que lhes dá inclusive marcas identitárias, como as canoas e remos, meios de transporte por excelência das viagens fluviais. Entretanto, a escritura exposta se sobrepôs aos elementos escultóricos e imagéticos, não só obscurecendo a atuação de quaisquer outros sujeitos históricos no movimento monçoeiro, como transformando o *Monumento às Monções* numa obra em homenagem aos bandeirantes, mensagem consolidada ao longo do tempo e, mais recentemente, por meio de uma placa, colocada por iniciativa dos responsáveis pelo Parque das Monções, que informa aos visitantes que eles se encontram em frente ao Monumento aos Bandeirantes (Figura 38).

469 MATTOS, Cláudia Valladão de. Da palavra à imagem. Sobre o programa decorativo de Affonso de Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 6/7, n. 1, p. 125, 2003.

Figura 38: Placa informativa no Parque das Monções, Porto Feliz – SP, 2019. Fotografia: Marcos Steiner.

7
As viagens fluviais em exposição

Introdução

Quando o Museu Paulista reabriu suas portas para as comemorações do centenário da Independência no dia 7 de setembro de 1922, após um período de reformas, os visitantes encontraram novas exposições voltadas à história do país e dedicadas às ciências naturais, distribuídas em 27 salas, concebidas pelo diretor Afonso d'Escragnolle Taunay, à frente da instituição desde 1917. Sua nomeação para o cargo justamente previa que ele preparasse o edifício para a data emblemática.

No saguão e na escadaria do Museu, o diretor buscou recriar a história do país a partir da história de São Paulo. Para tanto, encomendou pinturas e esculturas sobre bandeirantes e homens que participaram da Independência do país.[470] No Salão Nobre, nas paredes que rodeavam a pintura *Independência ou morte!*, de Pedro Américo de Figueiredo e Mello, foram dispostas telas que retratavam fatos e personagens do processo de separação entre Brasil e Portugal. Reforçava-se, assim, na instituição o uso político do passado engendrado pela elite paulista, que atribuía a São Paulo, por meio do movimento bandeirante, o papel de conquistador e unificador do território nacional, como mencionado no capítulo anterior.

Nas salas do piso térreo, o passado colonial de São Paulo foi representado por meio de quadros de paisagens do litoral e do interior do estado, retratos de membros das elites brasileira e paulista, objetos de uso religioso e doméstico, reproduções de mapas e uma maquete do centro da capital paulista representando como ele teria sido nos anos seguintes à Independência do país. O público também podia visitar a sala de botânica, onde estavam expostos espécimes secos de diversas plantas da flora brasileira.

No piso superior, a história ainda teria lugar na sala de numismática. As demais eram dedicadas às ciências naturais, cujas coleções estavam distribuídas em doze salas de zoologia, que exibiam espécies taxidermizadas de aves, anfíbios, répteis, peixes, moluscos, crustáceos, mamíferos e insetos.

---

470 Taunay pretendera colocar um grande painel sobre a varação das canoas, prática comum durante as viagens monçoeiras, numa das paredes ao redor da escadaria. Tinha a pretensão de inseri-la no conjunto de quadros dedicados à representação dos ciclos econômicos da história colonial ocorridos no contexto do movimento das bandeiras — *Ciclo da mineração* e *Varação*, de Rodolfo Amoedo, *Ciclo da caça ao índio*, de Henrique Bernardelli, e *A posse da Amazônia*, de Fernandes Machado. Como Amoedo demorasse a entregar a obra *Varação*, Taunay recusou-a, substituindo-a pelo painel referente ao *Ciclo do gado*, encomendado a João Baptista da Costa. Atualmente, a tela *Bandeirante, Varação de Canoas*, de Rodolfo Amoedo, integra o acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, MG.

Ao montar a sala que apresentava a temática das monções, o diretor recorreu às obras de artistas oitocentistas, sobretudo, as de Hercule Florence e de Aimé-Adrien Taunay, produzidas no decurso da expedição Langsdorff, entre 1825 e 1829, dada a escassa iconografia monçoeira existente. Dessa forma, como salientado no capítulo anterior, o diretor acabou não só por obscurecer alguns aspectos da expedição retratados pelos ilustradores científicos, mas por criar a discutível associação entre monções e bandeiras.

Se tal associação já foi em parte analisada com base na narrativa visual da sala A-9, inaugurada em 1929 no Museu Paulista,[471] a exposição consagrada às monções, realizada na sala B-4 do museu, em 1944, e a azulejaria sobre essa temática, concebida no mesmo período, na entrada do Museu Republicano "Convenção de Itu", não foram ainda objeto de uma reflexão conjunta. Ademais, pouco se atentou para os acervos tridimensionais que compuseram os arranjos expositivos ao longo dos anos.

Em face de tal lacuna, neste capítulo, pretendo analisar a montagem da sala B-4 no Museu do Ipiranga e a concepção dos painéis de azulejos no Museu Republicano levando em consideração o tratamento dado à temática na instituição desde os anos 1910. É também meu propósito investigar a trajetória expositiva do beque de proa de uma canoa associada às monções desde seu ingresso no Museu Paulista em 1924. A partir dessa abordagem dupla e conjugada, busco refletir sobre a construção da memória das monções na instituição no decorrer do século XX e inícios do XXI.

Nos últimos anos, a iconografia do Museu Paulista relacionada à representação do passado paulista tem sido objeto de várias pesquisas. Maraliz Christo e Paulo César Garcez Marins examinaram as representações iconográficas dos bandeirantes; Michelli Scapol Monteiro e Carlos Lima Júnior dedicaram-se à análise das pinturas de Oscar Pereira da Silva; Eduardo Polidori estudou as telas de Benedito Calixto de Jesus; Fernanda Pitta e Pedro Nery detiveram-se na formação dos acervos artísticos do Museu Paulista e da Pinacoteca do Estado de São Paulo e, mais recentemente, Ana Paula Nascimento analisou as salas montadas por Taunay com base nos desenhos e aquarelas de Hercu-

471 PARDIM, Sonia Leni. *Imagens de um Rio*: Um olhar Sobre a Iconografia do Rio Tietê. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005; HESSEL, Rodolfo Jacob. *Iconografia Monçoeira*: imagens e ideologia. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

le Florence.[472] Em muitos desses estudos, o período em que Taunay esteve à frente do museu foi examinado em razão de suas sucessivas encomendas de pinturas a artistas nacionais e estrangeiros residentes no Brasil para que produzissem imagens sobre a história de São Paulo a fim de preencher as salas expositivas; e, por isso, tais estudos também inspiram as análises deste capítulo.

Já, para abordar o beque de proa como objeto musealizado, é preciso compreender sua trajetória desde o contexto de origem – ou de outras embarcações de mesma tipologia – até os dias de hoje, refletindo sobre as pessoas por ele articuladas ao longo do tempo e a história colonial monçoeira – e bandeirante – que se quis representar no Museu Paulista por meio da disposição do canoão em diferentes exposições. Nesse sentido, tanto o desvendamento dos caminhos percorridos pelos artefatos na instituição como a aproximação às conjunturas de produção e de usos precedentes fornecem subsídios para desfetichizar as peças como relíquias.

A construção de trajetórias de artefatos como instrumento metodológico tem sido largamente empregada na prática historiográfica, daí o clássico estudo de Igor Kopytoff[473] em geral, servir de referência para os trabalhos sobre circulação de objetos no tempo e no espaço. Hans Peter Hahn e Hadas Weiss,[474] contudo, criticam o uso da palavra

---

472 Ver respectivamente: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Bandeirantes na contramão da História: um estudo iconográfico. *Projeto História*, v. 24, p. 307-335, 2002; MARINS, Paulo César Garcez. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. *Revista IEB*, v. 44, p. 77-104, 2007; Idem. O museu da paz: sobre a pintura histórica no Museu Paulista durante a gestão Taunay. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *O Museu Paulista e a gestão de Afonso Taunay*: escrita da História e Historiografia, séculos XIX e XX. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017, p. 157-181; Idem. Uma personagem por sua roupa: o gibão como representação do bandeirante paulista. *Tempo*, v. 26, n. 2, p. 404-429, maio/ago. 2020; MONTEIRO, Michelli Scapol. *'Fundação de São Paulo', de Oscar Pereira da Silva*: trajetórias de uma imagem urbana. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012; LIMA Jr., Carlos. *Um artista às margens do Ipiranga*: Oscar Pereira da Silva, o Museu Paulista e a reelaboração do passado colonial. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2015; OLIVEIRA, Eduardo Polidori Villa Nova de. *'Fundação de São Vicente', de Benedito Calixto*: composição, musealização e apropriação (1900-1932). Dissertação (Mestrado em Museologia) – Museologia, Universidade de São Paulo, 2018; NERY, Pedro. *Arte, Pátria e Civilização*: a formação dos acervos artísticos do Museu Paulista e da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1893-1912). Dissertação (Mestrado em Museologia) – Museologia, Universidade de São Paulo, 2015; PITTA, Fernanda Mendonça. *'Um povo pacato e bucólico'*: costume e história na pintura de Almeida Júnior. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2013; NASCIMENTO, Ana Paula. Desenhos como intermediários no projeto de exposição de Taunay para o Museu Paulista: as aquarelas de José Domingues dos Santos Filho. In: *Anais do Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp*. Campinas: CMU, 2019. [p. 1-12]; Idem. Em imagens e em palavras: Hercule Florence e Afonso Taunay. In: NASCIMENTO, Ana Paula; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (orgs.). *Museu Paulista e as memórias das narrativas de Aimé-Adrien Taunay e Hercule Florence*. São Paulo: Museu Paulista da USP/ Instituto Hercule Florence, 2021, p. 278-341.

473 KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas. In: APPADURAI, Arjun (org). *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008, p. 89-123.

474 HAHN, Hans Peter; WEISS, Hadas (orgs). *Mobility, meaning & transformations of things*: shifting contexts of material culture through time and space. Oxford: Oxbooks, 2013.

biografia para objetos e coleções devido à dificuldade de apontar momentos como o nascimento e a morte dos objetos, em favor do uso de termos como itinerários, trajetórias, percursos, por iluminarem o caráter não linear de sua existência e as mudanças pelas quais passam motivadas pela agência humana.

Quando as trajetórias de objetos culminam em instituições de guarda, tal movimento nos permite entender a formação de coleções e sua mobilização para a escrita da história e a produção de memórias, como magistralmente fizeram Regina Abreu, ao estudar a coleção Pedro Calmon no Museu Histórico Nacional, Francisco Régis Lopes Ramos, debruçado sobre os objetos do Caldeirão no Museu do Ceará, Ulpiano Bezerra de Meneses, ao discutir os documentos pessoais no espaço público, e Mariana Françozo, ao analisar os caminhos percorridos por um manto tupinambá desde o período nassoviano até a exposição atual no Museu da Dinamarca.[475]

Interessado na composição de acervos de história natural e anatomia humana nos museus ingleses dos séculos XIX e XX, Samuel Alberti considerou três fases na vida dos objetos direcionados a instituições de guarda: a coleta e sua proveniência, a vida na coleção e a visão do objeto. Na medida em que tomou a cultura material como perspectiva analítica para a história das coleções e dos museus e não como o próprio objeto de estudo, o historiador da ciência jogou luzes sobre a atuação dos homens na história, pois, segundo ele, ainda que se esteja olhando o objeto, o que se observa são pessoas, e especialmente suas práticas e instituições.[476]

O beque de proa e os remanescentes de embarcações monóxilas no Brasil

Para abordar a fase de coleta e proveniência do beque de proa remonto a 1917. No primeiro ano de sua gestão à frente do Museu Paulista, ao agradecer uma âncora ofertada à instituição pela Prefeitura de Porto Feliz, Taunay solicitou ao então prefeito daquela cidade, Eugênio Motta, a doação de uma canoa de 15 metros que se encontrava às margens do rio Tietê, próxima ao porto de embarque das antigas monções. O mandatário negou o pedido, alegando dificuldades de transporte da peça para o museu

475 Ver respectivamente: ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*: memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/ Lapa, 1996; RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objetos do Caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997). *Estudos Históricos*, v. 24, n. 48, p. 366-384, jul./dez. 2011; MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, v. 21, n. 1, p. 89-103, 1998; FRANÇOZO, Mariana. 'Dressed like an Amazon': The transatlantic trajectory of a red feather coat. In: HILL, Kate (org.). *Museum and biographies*: stories, objects, identities. Newcastle: Boydell Press, 2012, p. 187-199.

476 ALBERTI, Samuel. Objects and the Museum. *Isis*, v. 96, n. 4, p. 559-571, 2005.

em razão de suas dimensões e peso, da ausência de estrada de ferro e do elevado valor de carreto.[477]

Entretanto, dez dias depois dessa missiva, em 27 de dezembro de 1917, Eugênio Motta enviaria outra carta a Taunay, informando a existência na região de um batelão em poder de um fazendeiro que o transformara em cocho de garapa, com a diferença de a peça se encontrar desprovida de popa e proa que haviam sido aparadas.[478]

Seis anos depois dessa troca de correspondências, Taunay recorreria mais uma vez ao mesmo prefeito de Porto Feliz, indagando sobre o tal casco de canoão transformado em cocho e pleiteando uma doação por parte do proprietário.[479] Após conversas e visita à fazenda, Taunay finalmente conseguiria a dádiva do beque de proa pelo Sr. João Batista Portella, o qual atestara que a peça já era propriedade de seus avós havia muito anos.[480]

O batelão de 15 metros pretendido em 1917 seria oferecido pelo prefeito de Porto Feliz – novamente o Sr. Eugenio Motta – a Taunay em 1937, ao que tudo indica, pelas dificuldades de proteção e manutenção. Desta feita, foi o diretor do Museu quem recusou a doação, alegando não ter sala capaz de comportá-lo, ponderando que os porto-felicences jamais perdoariam o ofertante.[481]

Finalmente, em 24 de janeiro de 1924, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiava que

> O sr. João Baptista Portella, fazendeiro em Porto Feliz, acaba de fazer ao Museu Paulista a dádiva de um grande fragmento, com o beque de proa, de um canoão de monção. Destas embarcações, que outrora como todos sabem se empregavam na navegação de Porto Feliz a Cuyabá pelo Tietê, Paraná, Pardo, Taquary, São Lourenço, ao que se sabe, existem hoje apenas duas, estas mesmas fragmentadas. Uma, a maior, pertence à Câmara Municipal de Porto Feliz que mandou fazer um galpão para a resguardar no "Porto", à ribanceira do rio Tietê. A segunda havia sido retirada há mais de sessenta anos da água e estava desde então em poder dos pais do sr. João Baptista Portella, infelizmente serrada em pedaços. Do que resta num comprimento de 3 ½ metros o sr. Portella fez presente ao Museu Paulista.[482]

---

477 MOTTA, Eugênio. [Correspondência]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. Porto Feliz, 25 out. 1917. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

478 MOTTA, Eugênio. [Correspondência]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. Porto Feliz, 27 dez. 1917. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

479 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [Correspondência]. Destinatário: Eugênio Motta. São Paulo, 29 nov. 1923. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

480 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [Correspondência]. Destinatário: Alarico Silveira. São Paulo, 8 jan. 1924. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

481 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [Correspondência]. Destinatário: Eugênio Motta. São Paulo, 1937. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

482 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Museu Paulista. *O Estado de S. Paulo*, 28 jan. 1924, Geral, p. 3.

No Relatório Anual de Atividades de 1924, Afonso Taunay assim se refere ao beque de proa recém-chegado ao Museu Paulista: "É uma peça curiosíssima e tem grande valor evocativo este canoão escavado no tronco de uma grande peroba e cujo casco se acha relativamente bem conservado"[483] (Figura 39).

Figura 39: Beque de proa de canoão, sem data. Madeira. 3,56 x 1,17 x 0,83m.
Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Passados 85 anos, ao elaborar o laudo de conservação para o transporte da peça do Museu Paulista para o Museu Republicano de Itu, o restaurador Julio Moraes afirmou tratar-se

> de parte de uma embarcação, feita em um único tronco, escavado manualmente. Esta parte foi cortada em ambas as pontas, em época evidentemente remota. Percebe-se que houve ao menos uma alteração além dos cortes, com possível implicação estrutural: a eliminação de um dos dois reforços internos, entalhados transversalmente ao sentido do corpo da embarcação; também se trata de intervenção muito antiga.[484]

O destaque para o emprego de uma só peça de madeira na confecção do canoão ilumina as embarcações monóxilas, obtidas pelo processo de redução da matéria-prima por meio de escavação e modelagem do tronco até se chegar à forma de uma embarcação.[485]

Segundo Gilson Rambelli, Mario Tomazello e Plínio Barbosa de Camargo, a canoa monóxila talvez seja a forma mais básica do transporte aquático universal, mas alertam

---

483 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Relatório de atividades referente ao ano de 1924. São Paulo: APMP/ FMP, 1924.

484 MORAES, Julio. Laudo de estado de conservação para transporte. São Paulo: s./e., 2010, p. 1.

485 SOUZA, Carlos Celestino Rios e; LINS Jr., Hamilton Marcelo Morais. A evolução da canoa monóxila em Pernambuco, Brasil (séculos XVI ao XX). *Clio Arqueológica*, v. 31, n. 2, p. 61-62, 2016.

que “as técnicas de confecção desses objetos, assim como os utensílios empregados, a matéria-prima escolhida, se diferenciam, mesmo levando-se em conta fatores semelhantes como a forma e a função”.[486]

Alguns exemplares remanescentes descobertos desde a década de 1990 no Brasil comprovam tal diversidade. A piroga indígena estudada pelos arqueólogos, encontrada em Bragança Paulista, no estado de São Paulo, em 1998, fora feita a partir de um único tronco de pinheiro-do-brasil (*Araucária angustifolia*), escavado com enxó de pedra e fogo. A ausência de traços de ferramentas de metal em seu processo de confecção aliada à idade aproximada de 250 anos, aferida pelo método de datação por radiocarbono indicam que, embora os portugueses já se encontrassem em território brasileiro, havia embarcações monóxilas que continuavam a ser construídas de acordo com técnicas indígenas tradicionais.[487]

Matéria-prima e técnica construtiva semelhantes foram identificadas na canoa achada em 2014 no Rio Grande, na divisa de Andrelândia e Santana do Garambéu, no sul de Minas. Teste feito com carbono 14 de uma amostra da madeira revelou que a peça inteiriça data de aproximadamente 1610. Segundo o engenheiro Gilberto Pires de Azevedo, conselheiro do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande, a canoa tem procedência indígena, “pois ela foi escavada num único tronco de madeira, não tem sinais aparentes de uso de ferramentas modernas, como serras ou formões, e traz marcas de fogo, indicando a antiga técnica dos índios”.[488] Por sua vez, a embarcação avistada em 1999 no rio Aiuruoca, também pertencente à bacia do Rio Grande, na localidade de São Vicente de Minas, em Minas Gerais, originou-se da escavação de uma peça de madeira de angelim-rosa (*Andira fraxinifolia*) e foi datada pelo método carbono 14 num período compreendido entre 1480 e 1660.[489]

Encontradas na década de 2010, quatro canoas monóxilas da Lagoa de Extremoz, no Rio Grande do Norte, foram analisadas pela equipe do arqueólogo Carlos Rios e devidamente datadas por radiocarbono. Os resultados revelaram que a embarcação denominada Extremoz 04 é o artefato náutico de águas abrigadas mais antigo já descoberto no Brasil, com idade calibrada de 1290-1320 e 1350-1385 d.C., que correspondem aos dois prováveis períodos de sua construção.[490] As canoas Extremoz 01 e 02, por seu turno, datam do período colonial e apresentam traços das trocas culturais dos povos

---

486 RAMBELLI, Gilson; TOMAZELLO, Mário; CAMARGO, Plínio Barbosa de. A embarcação monóxila indígena de Bragança Paulista: uma análise arqueológica interdisciplinar. *Revista FESB*, v. 1, p. 32, 2000.

487 Ibidem.

488 WERNECK, Gustavo. Canoa indígena construída em 1610 é encontrada em Minas Gerais. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte, 6 mar. 2015.

489 Ibidem.

490 RIOS, Carlos et al. A canoa monóxila pré-histórica da Lagoa de Extremoz, RN, Brasil. *Clio Arqueológica*, v. 30, n. 1, p. 78-91, 2015.

aqui em contato, dadas as modificações aplicadas nas estruturas das tradicionais monóxilas indígenas como, por exemplo, adoção de bancos de popa – indicativos de possíveis mudanças na forma de remar – e construção de proas mais lançadas e com formato elíptico ou ogival, proporcionando maior hidrodinâmica às embarcações.[491]

Para o caso dos fragmentos das embarcações achados em Porto Feliz no início do século XX – o beque de proa do Museu Paulista, de 3,56m, e o testemunho exposto no Parque das Monções, localizado naquela cidade, de 9,25m –, conta-se com os registros arqueográficos realizados por Francisco Alves e sua equipe em 2008. A partir de observações, fotografias e medições, o arqueólogo português produziu desenhos dos dois artefatos e comparou suas dimensões com o desenho de uma ubá feito pelos ilustradores Joaquim José Codina e José Joachim Freire, durante a *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, no final do século XVIII. Por meio da comparação, lhe foi possível projetar os comprimentos totais dos canoões truncados do rio Tietê, atribuindo c.11,5m ao do Museu Paulista e c.16,5m ao do Parque das Monções. Teve ainda a oportunidade de enviar uma amostra de madeira do batelão de Porto Feliz para "datação por radiocarbono, cujo resultado se revelou equiparável ao da monóxila de Bragança Paulista".[492]

A despeito de seu minucioso trabalho, Alves não se referiu à madeira de que fora feito o beque de proa do museu, nem descreveu as marcas de ferramentas usadas para redução do tronco monóxilo a fim de que se pudesse conjecturar sobre o período de sua confecção. Julgou ainda arbitrária a adjetivação dessas embarcações de grandes dimensões de Porto Feliz – conhecidas como canoões ou batelões – como sendo "das monções" por falta de comprovação histórico-arqueológica.[493]

Entretanto, o próprio Alves considerou a dificuldade de tal demonstração mesmo recorrendo-se ao método de datação de radiocarbono, isso porque

> [...] a aplicação deste método de datação em árvores cujas datas de abate são relativamente "recentes" (datando apenas de alguns séculos), tem um índice de imprecisão demasiado lato, pelo fato de elas terem um reduzido índice de dissipação do carbono 14 atmosférico absorvido enquanto vivas.[494]

Dada a imprecisão apontada por Alves e a ausência da aplicação do método de radiocarbono no beque de proa do Museu Paulista, com vistas a captar as técnicas utilizadas na sua confecção, segui a orientação de Rambelli, Tomazello e Camargo, para

---

491 LINS, Marcelo; RIOS, Carlos. Canoas monóxilas da Lagoa de Extremoz, RN, Brasil. *Fumdhamentos*, v. XIII, p. 94-107, 2016.

492 ALVES, Francisco J. S. A tradição monóxila náutica em Portugal e no Brasil – achegas para um debate sobre problemáticas comuns. *IX Jornadas de Arqueologia Ibero-Americana – I Jornada de Arqueologia Transatlântica*. Lisboa, s./e., 2013, p. 14.

493 Ibidem, p. 8-9.

494 Ibidem, p. 39.

quem os “testemunhos diretos da ação do homem sobre a madeira são os traços de utensílios deixados escavados sobre ela”.[495]

Recorri então à análise tecnológica do entalhamento do beque de proa realizado por Béat Arnold em visita ao Museu Republicano de Itu em 2016, segundo a qual

> Une cloison est réserve dans le fond à mi-hauteur, excluant tout écartement secondaire des flancs par chauffage. Elle a été dégagée à l’aide d’herminettes à tranchant plan. Les traces d’herminettes à large tranchant concave peuvent être observées pour l’évidage du fond au niveau des bouchains. La partie haute des flancs, côté intérieur, a été finalement encore affiné à l’aide d’une herminette à tranchant concave utilisée dans un plan vertical, donc avec un manche court, sous la forme de séries parallèles. Enfin, on note la présence d’une nervure, probablement destinée à contrôler l’évidage du fond entre cette dernière et la cloison[496] (Figura 40).

Figura 40: Análise do beque de proa mostra marcas de escavação com enxó de lâmina curta. Acervo particular. Fotografia de Béat Arnold.

O estudo da materialidade evidenciou, por meio das marcas das ferramentas no casco da embarcação, as técnicas construtivas empregadas, o que o levou a concluir que

---

495 RAMBELLI, Gilson; TOMAZELLO, Mário; CAMARGO, Plínio Barbosa de, op. cit, p. 32.

496 ARNOLD, Béat. *Le monoxyle du Museu Republicano à Itu*. Mensagem recebida por maborrego@usp.br em 04 dez. 2016. “No fundo, à meia altura, observa-se uma antepara, o que exclui qualquer abertura secundária dos flancos por aquecimento. Foi talhada com uma enxó de lâmina reta. As marcas de enxós de grandes lâminas côncavas podem ser observadas na escavação do fundo no nível dos encolamentos. A parte alta dos flancos, do lado interno, foi ainda afinada com uma enxó de lâmina côncava utilizado em um plano vertical e, portanto, de cabo curto, em forma de séries paralelas. Finalmente, nota-se a presença de uma nervura, provavelmente destinada a controlar a escavação do fundo entre a nervura e a antepara [sic]” (tradução de Márcia Valéria Aguiar).

> L'outillage utilisé était en fer. La forme et les dimensions de l'esquif montrent qu'il ne s'agit pas une pirogue indienne traditionnelle, mais d'un esquif commandé ou réalisé par des colons pour effectuer des transports de marchandises lourdes, au vu de la forme de la section transversale.[497]

A menção ao transporte de mercadorias pesadas na avaliação de um especialista em arqueologia naval leva a conjecturar sobre a utilização da canoa para o abastecimento de populações interioranas em período pregresso ao que servira como cocho para os cavalos na fazenda da família Portella em Porto Feliz.

Embarcações semelhantes àquela de que o beque de proa é fragmento foram fabricadas durante o período das monções, que se estendeu desde a segunda década do século XVIII, com o descobrimento do ouro nos barrancos do rio Coxipó e outros afluentes do rio Cuiabá, até os anos de 1830, com fins comerciais, de prospecção de pedras preciosas, de fundação de vilas, de demarcação de limites, de reconhecimento científico e artístico. As embarcações que percorriam as estradas móveis eram monóxilas, algumas lavradas a ferro e a fogo. Possuíam dimensões de 11,5 a 16,5m (ou mais) e transportavam passageiros, mantimentos, fazendas, escravos africanos. Tanto a técnica do fabrico das embarcações quanto o seu manejo se filiavam a uma tradição indígena comum, desenvolvida pelos ituanos que se especializaram desde cedo na confecção das canoas e remos.[498]

Ao discursar quando da entrada de um documento supostamente autógrafo do padre José de Anchieta no Museu Paulista, em 1926, o diretor associou deliberadamente o fragmento da canoa a uma embarcação monçoeira, embora, como argumentado, seja arriscado precisar sua datação e uso:

> À porta do Museu dois titans se erguem animados pelo escopro de um grande cinzelador: Antonio Raposo perscruta o horizonte das terras ignotas e hostis, Fernão Dias Paes aprofunda o sub-solo virgem e inimigo que o logo o matará. E, como remate ainda, tendes, sob os vossos sentimentos immediatos, um documento material do bandeirismo: o veículo essencial dos paulistas da última phase sertanisadora: um *canoão de monção*, uma caravela deste rio do Oeste que foi, durante dois séculos, a lança dos paulistas enristada contra o hespanhol.[499] (Figura 41)

---

497 Ibidem. "Os instrumentos utilizados eram de ferro. A forma e as dimensões dessa pequena embarcação mostram que não se trata de uma piroga indígena tradicional, mas de uma pequena embarcação encomendada ou feita por colonos para efetuar transportes de mercadorias pesadas, considerando-se a forma da seção transversal" (tradução de Márcia Valéria Aguiar).

498 GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

499 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Autographo do Padre Anchieta. *O Estado de S. Paulo*, p. 5, 28 de abril de 1926.

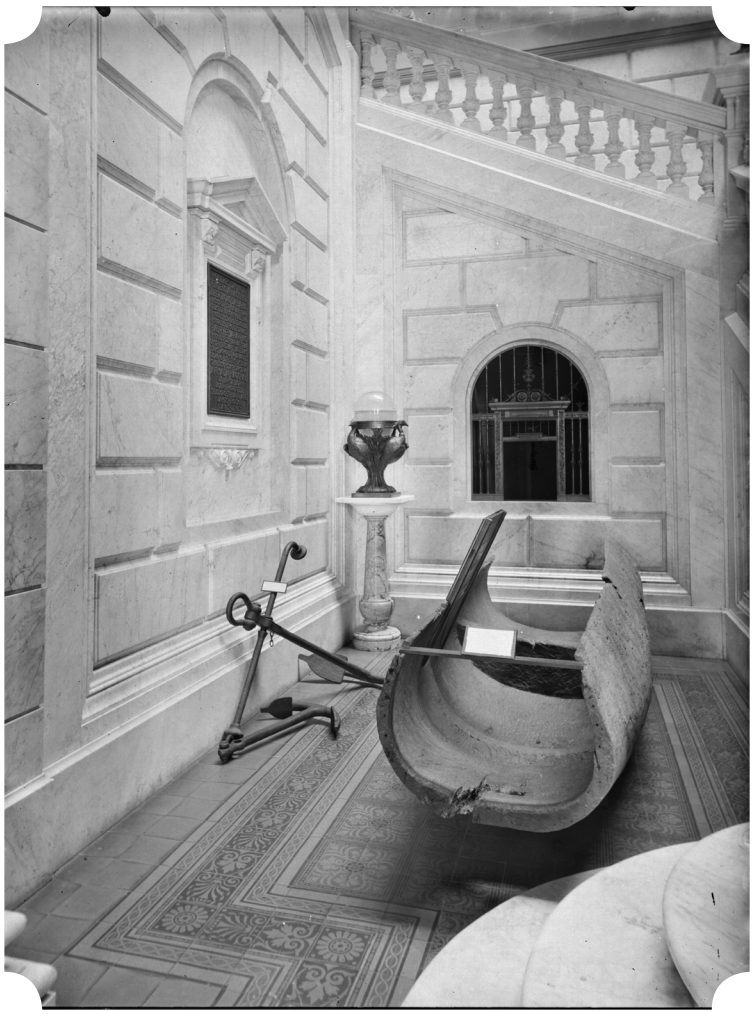


Figura 41: Beque de proa do canoão no hall do Museu Paulista, ao lado da escadaria monumental. Década de 1920. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

As viagens fluviais nas salas A-12 e A-9

Entre as primeiras tentativas de trazer um suposto canoão de monção para o museu, em 1917, e o discurso proferido em 1926, mencionando a embarcação monóxila de peroba sob a proteção dos bandeirantes esculpidos em mármore, Taunay arquitetara a decoração interna do Museu Paulista e a montagem de salas expositivas com vistas às comemorações do centenário da independência em 1922, como já mencionado.

Entre elas, estava a sala A-12 consagrada à antiga iconografia paulista que continha muitas telas alusivas às viagens fluviais. As pinturas começaram a ser encomendadas a partir de 1918, quando os filhos de Hercule Florence, Paulo e Guilherme, levaram a Taunay desenhos sobre a expedição Langsdorff e outras temáticas, elaborados ao longo da vida do pai. Nesse mesmo ano, em matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, Taunay salientaria a importância de Florence para o passado colonial paulista

por serem seus desenhos "os mais velhos documentos iconográficos do interior de S. Paulo".[500]

A correspondência enviada por Taunay ao secretário dos Negócios do Interior, Oscar Rodrigues Alves, evidencia que os desenhos ofertados não eram dádivas, mas sim empréstimos, haja vista ter pagado ao desenhista da instituição, José Domingues dos Santos Filho, 130$000 por "dous desenhos a bico de pena copia de outros, origem de Hercules Florence sobre as antigas monções de Porto Feliz para a nova exposição".[501] O teor da missiva igualmente indica que antes de serem exibidos em telas no museu, os temas relativos às monções foram copiados e expostos por meio de desenhos a bico de pena que, por sua vez, serviram de matrizes para os quadros encomendados por Taunay aos pintores da época.[502] À medida que as pinturas ficavam prontas, Taunay passava a enviar os desenhos de José Domingues como presentes para amigos e autoridades.

Rapidamente, os desenhos se transformavam em telas, como ainda comprovam os recibos passados aos artistas. Em junho de 1919, Taunay participava a Rodrigues Alves ter efetuado o pagamento de 600$000 a Aurélio Zimmermann por "dous quadros a óleo relativos a *antigas monções*"[503] – *Benção das canoas* e *Pouso no Sertão – Queimada, 1826* – e, em 1920, prestava contas ao novo secretário do Interior, Alarico Silveira, de que havia adquirido "do pintor Oscar Pereira da Silva pelo preço de 3:300$000 três grandes quadros representando scenas das antigas monções e um trecho do caminho do mar".[504] Os três quadros a que se refere são *Carga de canoas*, *9º Encontro de monções no sertão*, pintados a partir de desenhos de Florence, e *Partida de Porto Feliz*, concebido a partir da aquarela de Aimé-Adrien Taunay intitulada *A partida da expedição Langsdorff, no Rio Tietê (1825)*, também ofertada pelos irmãos Florence a Taunay.[505]

A referência às *antigas monções* nos documentos administrativos enquanto objetos de representação nos quadros indica que os aspectos registrados pelos artistas viajantes numa jornada científica durante a década de 1820 eram encarados por Taunay como elementos autênticos de qualquer monção de abastecimento, de povoamento ou de prospecção mineral ocorrida ao longo do século XVIII. Os desenhos continham aquilo que o diretor do museu considerava como visos de autenticidade, que poderiam servir a

---

500 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Origem e expansão de S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, ano 44, n. 14.531, p. 6, 11 out. 1918b.

501 Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, 30 abr. 1918a. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 106.

502 NASCIMENTO, Ana Paula, op. cit., 2019.

503 Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, jun. 1919a. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 108 (grifos meus).

504 Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, 17 jul. 1920. 1 ofício. APESP, SI_9G7_C6983_Of.122.

505 Idem. Outras aventuras de um artista malogrado: Adriano Taunay. *Habitat*: revista das artes no Brasil, n. 11, p. 38-43, 1953a.

uma verdade maior, como já bem apontaram Claudia Valladão de Mattos, Ana Claudia Brefe, Paulo César Garcez Marins e Carlos Lima Júnior.[506] Assim, por terem viajado na antiga rota das monções, Hercule e Aimé-Adrien puderam legar uma série de registros que se prestariam a fornecer informações sobre a travessia da qual, naquele momento da encomenda das telas, quase nada havia sobrevivido.

Tanto isso parece verdade que Afonso Taunay sequer mencionou nos ofícios os momentos vivenciados pelos membros da expedição Langsdorff como sendo as verdadeiras fontes de observação dos desenhistas transpostos para as telas (Figuras 42 e 43). Ou seja, na falta de documentação pictórica sobre as monções propriamente ditas, Taunay criou uma iconografia monçoeira com o que tinha de mais próximo das expedições fluviais, no caso, uma expedição científica que guardava traços materiais e práticas de navegação similares às monções setecentistas, porque percorreu o mesmo trajeto, usou embarcações semelhantes, despendeu o mesmo tempo de viagem, mas cujos objetivos e personagens eram diferentes.

506 Ver respectivamente: MATTOS, Cláudia Valladão de. Da palavra à imagem. Sobre o programa decorativo de Affonso de Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 6/7, p. 123-145, 2003; BREFE, Ana Cláudia. *Museu Paulista*: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945. São Paulo: Ed. Unesp/ Museu Paulista da USP, 2005; MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 2007; LIMA Jr., Carlos. Da pena ao pincel: o passado paulista (re)criado nas encomendas de Afonso Taunay a Oscar Pereira da Silva. *Anais do Museu Paulista*, v. 26, p. 1-40, 2018.

Figura 42: Vista da sala A-12, consagrada à antiga iconografia paulista. 1922.
Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 43: Outra vista da sala A-12, consagrada à antiga iconografia paulista. 1922.
Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Nas paredes estreitas laterais da sala A-12, foram exibidos pequenos quadros de tipos humanos de Porto Feliz que haviam sido captados pelo olhar de Florence. Do lado esquerdo, estavam dispostas as telas Índio civilizado de Porto Feliz, *Mulheres do povo em*

Porto Feliz, 1826 e *Dama de Porto Feliz com mucama*, executadas por Niccoló Petrilli em 1920. Na parede oposta, figuravam as telas de autoria de Adrien Henri Vital van Emelen, *Caboclas no sertão de Tietê* e *Velho centenário de Porto Feliz*, encimadas pelo *Retrato do Capitão-mór de Itu, Vicente da Costa Taques Góes Aranha*, de Benedito Calixto. As pinturas de van Emelen foram confeccionadas a partir dos desenhos que compunham o *Album de croquis dessinés par Hercule de Florence*, guardado na Biblioteca Nacional da França e parcialmente fotografado pelo escritor Alberto Rangel a pedido de Taunay.[507] Tão logo o diretor teve as chapas fotográficas em mãos, passou a encomendar várias obras a artistas que prestavam serviços ao museu, os quais prontamente iniciaram os trabalhos, pois, de acordo com o livro-caixa de 1922, o pagamento a van Emelen por "três pequenos quadros" foi anterior a novembro de 1921.[508]

Há que se notar que, na mesma parede das grandes telas que retratavam aspectos da expedição Langsdorff, estavam expostas *Entrada para as minas* e *Combate de Botocudos em Mogi das Cruzes*, encomendadas a Oscar Pereira da Silva, com base, respectivamente, numa gravura anônima do livro *História geral do Brazil* (1857), de Francisco Adolfo Varnhagen, e numa estampa de Jean-Baptiste Debret (1827), as quais, segundo Taunay, estavam relacionadas à iconografia bandeirante "pobríssima".[509] Outrossim, no decorrer da década de 1920, espremido entre as telas alusivas às bandeiras e às monções, foi inserido o quadro *Casa de Antonio Raposo Tavares*, encomendado a João Baptista da Costa[510] (Figura 44).

507 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle [*Ofício*]. Destinatário: Alberto Rangel. São Paulo, 10 fev. 1921. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 113.

508 Idem. *Livro-caixa*. São Paulo: APMP/FMP, 1922a.

509 Afonso d'Escragnolle Taunay apud LIMA Jr., Carlos, op. cit., 2015, p. 136. Ao se referir a essas duas telas quinze anos depois, Taunay não as associa ao bandeirantismo, comentando apenas: "Aqui vamos alguns quadros sobremodo populares em nosso país". Cf. TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Guia da secção histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Nacional, 1937, p. 80.

510 Não é demais lembrar que o bandeirante Raposo Tavares já havia sido instalado em escultura de grandes dimensões em mármore de Carrara, de autoria de Luigi Brizzolara, no hall do Museu Paulista.

Figura 44: Sala A-12, com destaque para a inserção da tela de João Baptista da Costa. Década de 1920. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Ao colocar lado a lado as oito telas, Taunay acabava por criar uma narrativa visual que explicava o processo de expansão territorial paulista numa sucessão cronológica pontuada pelas bandeiras predominantes no século XVII,[511] pelas monções no século XVIII e pela viagem científica de Langsdorff do século XIX, sem levar em conta os diferentes propósitos que animavam as expedições.

Embora as paredes da sala estivessem cobertas por pinturas sobre os mais variados aspectos do passado paulista, é interessante observar que a maioria tinha em comum a origem lastreada no traço de Hercule Florence, cujo retrato, não por acaso, pendurado acima das demais telas, materialmente evidenciava, o papel de "Patriarca da Iconografia Paulista" a ele atribuído por Afonso Taunay, epíteto mencionado incontáveis vezes ao longo dos anos em diversos veículos de comunicação, em documentos oficiais e em legendas de obras nas salas do museu.

Os inúmeros negativos de vidro da sala A-12 indicam que a montagem da exposição sobre a antiga iconografia paulista sofreu alterações ao longo da década de 1920. A mudança de lugar de algumas telas e a retirada das cinco alusivas às monções e da que remetia a Raposo Tavares podem ser explicadas pela necessidade de um novo arranjo expositivo criado a partir do retorno, em 1929, da Pinacoteca do Estado de São Paulo, das telas *Partida da monção* (1897), de José Ferraz de Almeida Júnior, e *Desem-*

511 Raposo Tavares falecera em 1659, quase 200 anos antes da expedição Langsdorff.

barque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, 1500 (1902), de Oscar Pereira da Silva (Figura 45).

Figura 45: Sala A-12, com destaque para a inserção da tela de Oscar Pereira da Silva. Década de 1920. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

As cinco telas que representavam o carregamento das canoas, a partida, a navegação, o pouso e o encontro com outras embarcações foram, então, deslocadas para a sala A-9 preparada especialmente para receber a *Partida da monção*, também inspirada em Florence, segundo Taunay. Em artigo de jornal escrito sobre esta tela, em 1943, ele afirmou que fora o próprio filho de Florence, o Dr. Ataliba – já falecido naquele momento –, quem lhe relatara que "ao ver os desenhos do ilustre navegante do Tietê [Hercule Florence], em 1825, entusiasmou-se Almeida Júnior, daí nascendo-lhe a ideia de executar grande composição que representasse uma cena das monções". A comprovar tal filiação, o diretor comentou sobre a existência de dois estudos feitos pelo pintor que antecederam a grande tela, sendo um deles "realmente inspirado pelo desenho de Florence, depoimento vivo tomado *in loco* ao se prepararem os canoões, atracados ao 'Porto', junto ao 'Paredão' da antiga Araritaguaba".[512]

512 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Galeria do Museu Paulista. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 116, n. 208, p. 2, 06 jun. 1943a. Mais recentemente, Carlos Lima Júnior questionou a associação entre as obras de Almeida Júnior e Florence em face de uma correspondência de Benedito Calixto. Cf. LIMA Jr., Carlos, op. cit., 2018.

A sala A-9, consagrada às Monções e a Almeida Júnior, foi inaugurada em 1929 no primeiro pavimento e permaneceu montada até 1939, quando cedeu lugar para a Galeria Almeida Júnior, organizada a pedido do interventor federal em São Paulo, Adhemar de Barros. Os artefatos que integravam o espaço expositivo, nomeados como "relíquias das monções" no inventário enviado pelo Museu Paulista ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, correspondiam ao beque de proa de um canoão, três âncoras, uma barra de ferro e um caldeirão. Também compunham a sala uma ânfora de cristal com águas retiradas do rio Tietê, suportada por um vaso de bronze lavrado e decorado com três anhumas – ave comum na região monçoeira –, esculpido pelo artista italiano radicado no Brasil Elio Di Giusto, o cavalete e a caixa de tintas de Almeida Júnior (Figura 46).

Figura 46: Vista da sala A-9. Década de 1930. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Quanto à iconografia, o núcleo Almeida Júnior ainda contava com as telas *A conversão de São Paulo* – aplicada no teto – e o *Retrato do Dr. Prudente José de Moraes Barros*; por sua vez, o núcleo Monções contemplava, além das telas transferidas da sala A-12, *Casa de Antonio Raposo Tavares*, de João Baptista da Costa, que já lhes fizera companhia na sala anterior, *Bandeirante na selva* e *Missionários ensinando os índios*, de Henrique Bernardelli (Figura 47).

Figura 47: Outra vista da sala A-9. Década de 1930. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Embora esse ambiente pretendesse ser tematicamente mais específico que a sala A-12, ao dispor outras telas com motivos alusivos aos bandeirantes próximas àquelas que retratavam momentos da expedição Langsdorff, reforçava-se a ideia de um *continuum* entre os movimentos bandeirante e monçoeiro. Taunay atualizava, via discurso museográfico, a concepção sobre a história de São Paulo e do Brasil apresentada em 1912 no IHGB, a qual seria ratificada em sua produção historiográfica, sobretudo na *História Geral das Bandeiras Paulistas*, escrita entre 1924 e 1950, cujo último volume culminaria com os relatos monçoeiros da primeira metade do século XVIII.

Entretanto, tal esquema não se iria repetir na montagem da sala B-4 inaugurada em 1944, no segundo andar do Museu Paulista, e dedicada, segundo Taunay, exclusivamente às monções.

A sala das monções (B-4) na "Casa do passado paulista"

Para se compreender a abertura da sala B-4 deve-se antes levar em conta o contexto vivenciado pela instituição no início dos anos 1940, que corresponde ao que Ana Cláudia Brefe denominou "a terceira e última fase da gestão Taunay".[513]

O movimento de novas montagens expositivas estava relacionado à disponibilidade de 12 salas do segundo andar, esvaziadas em razão da retirada dos acervos da seção de zoologia. A separação entre as coleções de história e de ciências naturais era reclamada com insistência por Taunay havia anos e finalmente, pelo decreto 9.918, de 11 de janeiro de 1939, a Seção de Zoologia fora desmembrada do Museu Paulista e se converteu em repartição autônoma, o Departamento de Zoologia do Estado de São Paulo. Para alojar o novo serviço, foi mandado construir pelo interventor federal Adhemar de Barros um edifício a pouca distância do "Palácio do Ipiranga" na Avenida Nazaré, que abriga, até os dias de hoje, o Museu de Zoologia da USP. Entretanto, a transferência dos acervos levou mais de um ano, sendo somente completada em fins de 1941, o que fez com que as salas que os abrigavam ficassem fechadas à visitação pública.[514]

Tão logo a mudança se efetivou, Taunay passou a solicitar das autoridades recursos para a abertura dos espaços expositivos. A justificativa mais imediata para a reforma das salas naquele momento vinculava-se à má impressão que poderiam causar as salas fechadas às "multidões de visitantes" esperadas no museu por conta do Congresso Eucarístico realizado na cidade de São Paulo de 3 a 7 de setembro de 1942.[515]

Para solucionar tais problemas – salas fechadas e desgosto do público –, antes mesmo dessa solicitação, em 6 de maio de 1942, Taunay havia proposto ao secretário das Finanças converter parte da venda da obra *História Natural do Brasil*, de George Marcgraf, editada pelo Museu Paulista, para a "aquisição de quadros a óleo e outros objetos de coleções destinados principalmente à montagem de salas de exposição, ora vagas, em consequência da remoção das coleções zoológicas para o Departamento de Zoologia".[516] Contudo, as salas não ficaram inteiramente prontas.

Em maio de 1943, ao enviar um projeto de suplementação das verbas de dotação institucional ao secretário de Educação e Saúde Pública – a quem o Museu Paulista passou a se subordinar nos anos 1930 –, Taunay lamentava continuar com 12 grandes sa-

513 BREFE, Ana Cláudia, op. cit., p. 268-285.

514 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Relatório de atividades referente ao ano de 1942*. São Paulo: APMP/FMP, 1943b, p. 26.

515 Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 7 jul. 1942. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 185.

516 ROBBE, João Alberto. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo (SP), 1 set. 1942. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondências, Pasta 184.

las fechadas, o que provocava "reclamações contínuas dos visitantes por vezes em tom desagradável" e diminuição da concorrência do público nos últimos dois anos.[517] Desta feita foi atendido, pois, em 30 de julho, por meio do decreto-lei 13.489, foi aberto um crédito especial na Secretaria da Fazenda destinado "ao pagamento de despesas com a montagem de novas salas do Museu Paulista, a serem inauguradas ao corrente ano".[518]

Mesmo aprovadas, as verbas foram insuficientes para atender por completo à pretensão expositiva de Taunay, que novamente teria suas expectativas frustradas quanto à abertura das exposições no segundo pavimento naquele ano. Ainda lamentava, em janeiro de 1944, os parcos recursos orçamentários com que o museu era aquinhoado, "motivo pelo qual passados tantos e tantos meses, não foi possível ainda, franquear à visita pública, o andar superior do edifício onde estavam outrora as coleções zoológicas removidas para o Departamento de Zoologia", o que só viria a se concretizar parcialmente, em 1º de março de 1944, com abertura de sete das doze salas.[519]

Durante o período de impasses, Taunay tratou de conceber e preparar novas exposições com vistas à comemoração do cinquentenário do Museu Paulista que se aproximava. A realização de tal efeméride passaria a predominar nos pedidos de recursos financeiros endereçados por ele às autoridades públicas e particulares, sobretudo, para o pagamento de artistas contratados para pintar telas destinadas aos novos espaços.

Repetiam-se nas novas salas algumas das fórmulas já utilizadas na organização dos primeiros cômodos do museu: ampla exposição de quadros, feitos sob encomenda e segundo os cuidadosos conselhos do diretor, que apontava não apenas os temas, mas como estes deveriam ser tratados iconograficamente. É até mesmo possível afirmar que uma verdadeira "febre iconográfica" tomou conta do museu, na tentativa de ocupar os espaços vazios deixados pela saída das coleções de ciências naturais.[520]

Por meio da encomenda das obras, Taunay procurava preencher as lacunas referentes a temas sobre o passado paulista expostos conjuntamente nas salas inauguradas na década de 1920. As dezenas de quadros confeccionados no início dos anos 1940 possibilitaram que tais temas fossem apresentados de forma seriada e ganhassem espaços individualizados no museu. Esse projeto expositivo assumia um caráter memorial, tanto institucional como pessoal, pois Taunay buscava não só retomar a história do Museu ao longo de 50 anos, mas construir a memória de sua própria gestão, reorganizando

---

517 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle [*Ofício*]. Destinatário: Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 10 mai. 1943c. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 189.

518 SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei n. 13.489, de 30 de julho de 1943. Abre, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Estado Educação e Saúde Pública, um credito especial de Cr$ 42.190.00, para ocorrer as despesas de montagem de novas salas do Museu Paulista, no corrente ano. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1943.

519 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle [*Ofício*]. Destinatário: Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 22 jan. 1944a. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 192.

520 BREFE, Ana Cláudia, op. cit., p. 269.

e expandindo temas que lhe eram caros. Era sua produção historiográfica que ganhava contornos museográficos coroando o encerramento da vida profissional à frente do Museu, o qual ele próprio nomeara como a "Casa do Passado Paulista", em discurso proferido em 1926, quando do ingresso da carta anchietana.[521]

Essa imagem seria retomada e enfatizada por ele nas correspondências a prefeitos de várias cidades do estado de São Paulo, nas quais solicitava que atuassem como mecenas, patrocinando obras que representassem as localidades que governavam, a maioria delas, aliás, registradas por Hercule Florence na primeira metade do século XIX.

> Acaso poderia essa Prefeitura que V. Ex. tão zelosamente superintende vir em auxílio do Museu Paulista, contribuindo para a confecção desse quadro que assim lembraria a sua bela cidade, tão tradicional, no conjunto das exposições do Museu Paulista que é uma *galeria permanente para brasileiros e estrangeiros do grande passado dos paulistas*, prenunciador do seu maior presente?[522]

Por meio dessa retórica, Taunay pretendia convencer os mandatários de Limeira, Campinas, Atibaia, Piracicaba, Sorocaba, Tietê, Jundiaí, Porto Feliz, Itu, Amparo, Mogi das Cruzes, Bananal, Lorena, Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Aparecida, São José dos Campos, Jacareí, São Vicente, Itanhaém, Santos da importância de imortalizá-las no museu a partir de uma vista antiga de cada cidade, ressaltando assim sua longeva participação na história e no progresso paulistas.[523] Cada contribuição deveria corresponder ao valor de um quadro – Cr$ 900,00 – e, a fim de que os prefeitos tivessem de onde tirar o donativo e pudessem justificar a despesa, sugeriu ao diretor geral do Departamento de Municipalidades, Gabriel Monteiro da Silva, que recomendasse aos administradores que "custeassem estas despesas pelas verbas de 'eventuais'",[524] para o que teve aquiescência.

Foi, durante a preparação para o que viria ser a sala B-7, consagrada à "iconografia das cidades mais antigas" e inaugurada em 1944 com mais de 30 telas, que tive notícia de que Taunay recorrera aos prefeitos de Porto Feliz e Tietê, solicitando auxílio financeiro para a confecção de quadros.[525] Embora o argumento utilizado fosse o mesmo, as referidas municipalidades não seriam representadas na sala sobre as numerosas cidades do estado, mas sim na nova sala das monções, pois, como Taunay explicava,

---

521 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Autographo do Padre Anchieta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 52, n. 17.227, p. 5, 28 abr. 1926.

522 Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Prefeito Municipal de Limeira. São Paulo, 5 fev. 1943d. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 187 (grifos meus).

523 Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Diretor das Municipalidades do Estado de São Paulo. São Paulo, 13 abr. 1943e. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 189.

524 Ibidem.

525 Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Prefeito Municipal de Porto Feliz. São Paulo, 24 mar. 1943f. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 188; Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Prefeito Municipal de Tietê. São Paulo, 19 abr. 1943g. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 189.

> desde muitos anos tenho reunido para a exposição pública do Museu Paulista, elementos relativos a Porto Feliz e às monções. Agora com a ampliação do Museu e de suas exposições, reservei uma sala exclusivamente para documentos do velho Porto Feliz e das monções.[526]

Se, por um lado, a montagem da sala B-4 pode ser enquadrada no movimento de encomenda de telas sobre as cidades paulistas com vistas à celebração dos 50 anos do museu, por outro, esse esclarecimento ao prefeito José Pais da Mota indica a importância dada a Porto Feliz desde o início de sua gestão por ter sido o porto de embarque das monções, a ponto de lhe reservar uma sala inteira, privilégio apenas alcançado por Sorocaba – sede das feiras das tropas de outrora – e por São Paulo – capital do estado – no conjunto das salas abertas em 1944. A narrativa museal no segundo pavimento do museu também se manifestava na própria contiguidade das salas que articulavam cronologicamente as ações dos paulistas bandeirantes, monçoeiros, tropeiros, cafeicultores, artistas, empresários.

Conforme o relatório de atividades referente a 1943, as salas foram abertas graças à conjugação de estratégias bem-sucedidas encetadas por Taunay para angariar fundos para a montagem das exposições, "com os recursos da venda da obra de Marcgrave, auxílio de verba própria do Museu, subsídios de prefeitos municipais".[527]

Porém, o que, de fato, teve um impacto decisivo na concepção da nova exposição dedicada às monções foi a publicação, em 1941, da *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829*, de Hercule Florence, pela editora Companhia Melhoramentos, pela primeira vez, em forma de livro e ilustrada com muitos desenhos de sua lavra. Novamente foi Paulo Florence a munir o diretor de imagens para serem transpostas para telas a fim de rechearem a sala B-4, que também contaria com duas criações de Taunay e uma aquarela de Miguelzinho Dutra como matrizes às novas pinturas.

As encomendas foram feitas em 1943 a Zilda Pereira, Nair Opromolla de Araújo e Silvio Alves. Nesse mesmo ano, Opromolla e Alves participaram do 9º Salão Paulista de Belas Artes e foram agraciados respectivamente com medalha de bronze e menção honrosa, na modalidade pintura, o que indica a projeção e o reconhecimento, ao menos local, dos novos artistas contratados para retratar, naquele momento, aspectos das monções, da região de onde partiam e por onde passavam as expedições. Para que se tenha ideia da representatividade dos novos quadros no conjunto da sala, basta dizer que eles correspondiam a 9 telas de um total de 21, ou seja, quase 50% da iconografia exposta.

Parte da sala reeditava as exposições da sala A-12, dedicada à antiga iconografia paulista, e da sala A-9, consagrada às monções e a Almeida Júnior, mas agora

526 Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Prefeito Municipal de Porto Feliz. São Paulo, 24 mar. 1943f. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 188.

527 Idem. Relatório de atividades referente ao ano de 1943. São Paulo: APMP/FMP, 1944b, p. 26.

se restringindo à temática das viagens fluviais, da cidade de Porto Feliz e de sua gente (Figuras 48, 49 e 50).

Figura 48: Vista 1 da sala B-4. Década de 1940. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 49: Vista 2 da sala B-4. Década de 1940. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 50: Vista 3 da sala B-4. Década de 1940. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Novamente Hercule Florence foi colocado no alto, em lugar de destaque, como um pai orgulhoso dos filhos, no caso, os quadros pintados a partir de seus desenhos. A legenda da tela tem esse sentido inequívoco: "Hercules Florence Patriarca da Iconografia Paulista (Nice 1804 Campinas 1879) Pintor Oscar Pereira da Silva" (Figura 51). Na mesma parede e nas contíguas a ela, as primeiras grandes telas pintadas sobre a temática monçoeira nos anos 1919 e 1920, de autoria de Oscar Pereira da Silva, *Carga de canoas* (Figura 52), *9º Encontro de monções no sertão* (Figura 53) e *Partida de Porto Feliz* (Figura 54) e de Aurélio Zimmermann, *Benção das canoas* (Figura 55) e *Pouso no sertão – Queimada, 1826* (Figura 56).

Figura 51: Oscar Pereira da Silva. *Hercules Florence*, 1922, óleo sobre tela, 71 x 60,5 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 52: Oscar Pereira da Silva. *Carga de canoas*, 1920, óleo sobre tela, 100 x 140 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 53: Oscar Pereira da Silva. 9º *Encontro de monções no sertão*, 1920, óleo sobre tela, 95,5 x 173 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 54: Oscar Pereira da Silva. *Partida de Porto Feliz*, 1920, óleo sobre tela, 140 x 170 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 55: Aurélio Zimmermann. *Benção das canoas*, 1919, óleo sobre tela, 100 x 135 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 56: Aurélio Zimmermann. Pouso no sertão – Queimada, 1826, 1919, óleo sobre tela, 100 x 135 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Em duas paredes estreitas, figuravam pequenos quadros sobre tipos humanos – como Taunay os caracterizava – que, curiosa e coincidentemente, haviam ocupado as também estreitas paredes da sala A-12, ladeando as obras de grandes dimensões, na década de 1920: *Dama de Porto Feliz com mucama* e *Mulheres do povo em* Porto *Feliz, 1826*, de Niccoló Petrilli; *Caboclas no sertão de Tietê* e *Velho centenário de Porto Feliz*, de Adrien Henri Vidal van Emelen. Nos últimos dois, é possível flagrar a intervenção de Taunay na composição das imagens feitas a partir do *Album de croquis dessinés par Hercule de Florence*, cujos desenhos lhe chegaram por meio de Alberto Rangel sob a forma de fotografias, como mencionado anteriormente.

A ingerência do diretor nas pinturas encomendadas para o museu foi larga e profundamente estudada por Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho ao analisarem a recriação do passado colonial paulista por meio de representações pictóricas tendo como matrizes as fotografias da cidade de São Paulo tiradas por Militão Augusto de Azevedo na segunda metade do século XIX.[528] No mesmo sentido, com relação às pinturas associadas às viagens fluviais feitas por Oscar Pereira da Silva e Aurélio Zimmermann, Marcela Marrafon de Oliveira e Carlos Lima Júnior bem assinalaram as mudanças pelas quais passou a representação das bandeiras das embarcações quando transpostas para as telas, na tentativa de se converter a expedição científica russa numa monção – como tantas outras – do Império brasileiro.[529]

No tocante às obras de autoria de Adrien Henri Vidal van Emelen na sala B-4, fica evidente o arranjo das composições com a conjugação de elementos antes separados nos desenhos. Ao comparar as telas encomendadas por Taunay e as pranchas do *Album de croquis dessinés par Hercule de Florence*, Ana Paula Nascimento percebeu que as personagens de *Caboclas no sertão de Tietê* (Figura 57) foram reunidas a partir das pranchas n. 89 e n. 37 da Coleção da Biblioteca Nacional da França.

É possível que as figuras femininas retratadas nem tivessem convivido no mesmo espaço, pois a primeira aparece no *Album* numa sequência de imagens da viagem já em curso, após a partida de Porto Feliz, tanto que, no canto superior direito do desenho há a anotação a lápis "Camapuan, 20 octobre 1826", o que remete ao entreposto de abastecimento dos passageiros na rota das monções. Procedimento similar ocorreu na tela *Velho centenário em Porto Feliz* (Figura 58), composta pela junção da cabeça com

528 LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 1, n. 1, p. 147-178, 1993.

529 OLIVEIRA, Marcela Marrafon de. *Paquequer, São Francisco e Tietê*: as margens dos rios e a construção da nacionalidade. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 87-89; LIMA Jr., Carlos, op. cit., 2018, p. 10-14.

o corpo de um homem de 107 anos, segundo anotação em francês na prancha 31 do *Album de croquis dessinés par Hercule de Florence*.[530]

Figura 57: Adrien van Emelen. *Caboclas no sertão de Tietê*, 1921, óleo sobre tela, 52 x 35 cm. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

530 Disponível em https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84511196.item. Acesso em 30 mar. 21.

Figura 58: Adrien van Emelen. *Velho centenário de Porto Feliz*, 1921, óleo sobre tela, 47 x 29,5 cm. Acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Diferentemente das grandes telas sobre aspectos da expedição Langsdorff, os quadros de tipos humanos – também chamados por Taunay de "costumes" ou de "indumentária" – exigiram dos pintores o preenchimento do cenário em que as personagens foram retratadas, o que indica que os "característicos documentais" que o diretor alegava procurar manter nas telas encomendadas eram por ele selecionados em detrimento de outros. No caso de van Emelen, tal procedimento se fez necessário uma vez que as obras foram concebidas a partir de esboços desconexos; quanto ao de Niccoló Petrilli, em *Mulheres do povo em Porto Feliz, 1826* (Figura 59), a ambientação era imprescindível em razão da matriz se encontrar em meio ao texto do diário de Hercule Florence,

L'Ami des Arts livré à lui-même (Figura 60), escrito entre 1837 e 1859, quando ele já estava radicado em Campinas.

Figura 59: Niccoló Petrilli. *Mulheres do povo em Porto Feliz, 1826*, 1920, óleo sobre tela, 69 x 53 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

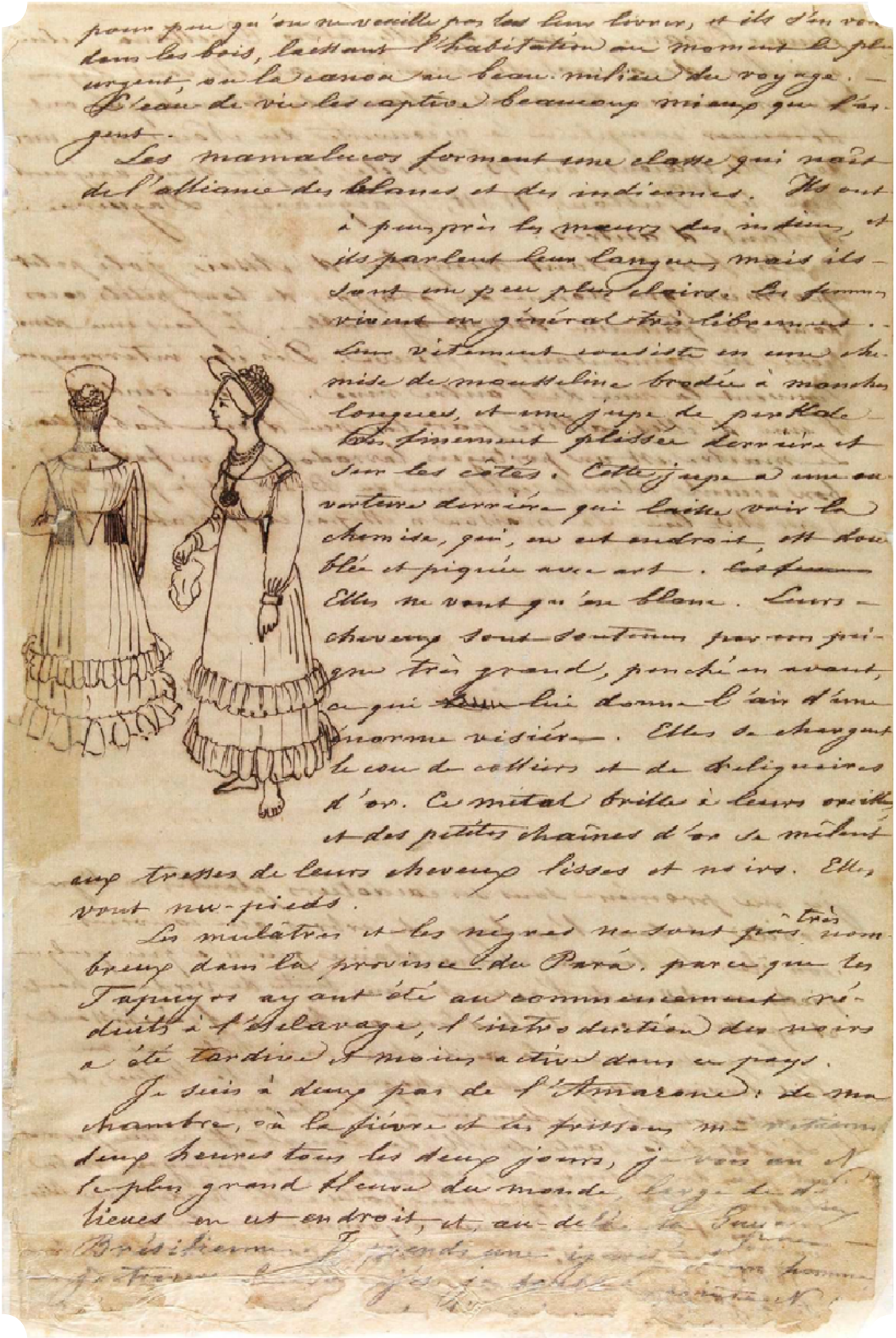


Figura 60: Hercule Florence. *L'Ami des Arts livré à lui-même*, 1837-1859, p. 418. Acervo do Instituto Hercule Florence, São Paulo.

Para compor o quadro, é muito provável que Petrilli tivesse se embasado nos outros dois por ele pintados em 1920 a pedido de Taunay, com relação à paisagem

circundante como com relação ao céu azul entre nuvens que aplicou nas telas *Dama de Porto Feliz com mucama* (Figura 61) e Índio civilizado de Porto Feliz (Figura 62), pois as respectivas matrizes originalmente não contavam com o firmamento. Vale notar que as cores das vestimentas dessas personagens foram também alteradas na transposição para as telas.

Por fim, nessa série, embora Taunay não a inserisse entre os tipos humanos, estava a única tela a apresentar um interior doméstico do século XIX, retratando a Família Álvares Machado (Figura 63), sogro de Hercule Florence, em residência em Porto Feliz. Tal como acontecera com os primeiros desenhos sobre a expedição Langsdorff, tão logo o original ingressara no museu foi copiado por José Domingues dos Santos Filho, em 1918, e essa cópia, por sua vez, serviu de matriz para Niccoló Petrilli. No canto inferior esquerdo da aquarela, veem-se as iniciais do desenhista do museu, J.D.S.F., e no canto direito "Segundo desenho orig.l de Hercules Florence" (Figura 64).

Figura 61: Niccoló Petrilli. *Dama de Porto Feliz com mucama*, 1920, óleo sobre tela, 75 x 54,5 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 62: Niccoló Petrilli. Índio civilizado de Porto Feliz, 1920, óleo sobre tela, 75 x 55,2 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 63: Niccoló Petrilli. *Família Álvares Machado,* 1920, óleo sobre tela, 78,2 x 90,8 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 64: José Domingues dos Santos Filho. Álvares Machado e sua família (segundo original de Hercules Florence), 1918, aquarela, 24 x 30 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Exibidas junto aos tipos humanos, mas relacionadas à temática das monções, figuravam duas telas criadas a partir da imaginação de Taunay – *O monstro fluvial Piracangava* e *Canoa fantasma no rio Tietê* –, conforme as instruções constantes da carta escrita em 1943 para Nair Opromolla, inclusive com croquis esboçados de próprio punho. Sobre a representação do monstrengo, ele sugeria:

> Num ambiente muito enevoado (como o da 'Partida da Monção') os homens do canoão em atitude de susto, de pé, com a mão sobre a testa, procurando ver através da bruma olham para a aparição atônitos. Como representação do monstro pode a Snra. esboçar uma cobra de enorme tamanho muito grossa quase perpendicular sobre o plano das águas em que ela escancarando olhos enormes de acordo com o que (...) Ulrico Schimidel disse segundo lhe contavam os índios viver à margem do Tietê e era imensa.[531]

Como já bem notaram Sonia Leni Chamon Pardim[532] e Marcela Marrafon de Oliveira,[533] o monstro de Pirataraca a que se refere Taunay é uma combinação de um ser extraordinário mencionado no *Diário de navegação* de Teotônio José Juzarte, o "Bicho Grande do poço de Pirataraca no rio Tietê", durante sua viagem em direção ao Presídio do Iguatemi, em 1769, e daquele avistado por Ulrich Schmidel, a serpente monstruosa "Schue-Eyba-Tuescha", durante suas andanças pelas Américas espanhola e portuguesa, entre 1534 e 1554. Se o relato de Juzarte situava a criatura no contexto espacial das monções, a descrição mais detalhada de Schmidel caracterizava as dimensões do monstrengo e suas ações.

A ideia de colocar uma enorme cobra com a cabeça para fora da água muito se aproxima das recordações do viajante alemão em solo americano registradas em sua *Histoire véritable d'un voyage curieux, fait par Ulrich Schmidel de Straubing dans l'Amérique ou le Nouveau monde, par le Brésil, et le Rio de la Plata depuis l'année 1534 jusqu'a 1554*:

> Leur territoire [nação Biesaie] est traversé par une rivière nommée Urquan, où j'ai remarqué un grand nombre de serpents, qu'on appelle en espagnol shue-Eyba--Tuescha (sic). J'en ai vu un qui avait seize pas de long, et dont la circoférence était de quatre brasses. Ces reptiles sont très-dangereux: ils enlacent avec leur queue les hommes ou les animaux qui se baignent dans la rivière, les entrainent au fond et les dévorent. On les voit souvent élever leur tête au-dessus de l'eau et regarder autor d'eux s'ils peuvent découvrir un homme ou un animal pour en fair leur proie.[534] (grifos meus)

---

531 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle [*Correspondência*]. Destinatário: Nair Opromolla. São Paulo, 27 ago. 1943h. 1 carta. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 190.

532 PARDIM, Sonia Leni Chamon, op. cit., p. 225-227.

533 OLIVEIRA, Marcela Marrafon, op. cit, p. 100-101.

534 TERNAUX-COMPANS, Henri. *Voyages, relations et mémoires originaux pour server a l'histoire de la decouverte de l'Amérique. Histoire véritable d'un voyage curieux, fait par Ulrich Schmidel de Straubing*. Paris: Arthus Bertrand, 1837, p. 244.

A crônica de Schmidel viera a público pela primeira vez em 1567 e teve inúmeras republicações em alemão durante as últimas décadas do século XVI pelas casas impressoras de Levinus Hulsius e Theodore de Bry, cujos editores alteraram o texto e adicionaram ilustrações. Ao longo dos anos, a obra ganhou versões em latim, holandês, espanhol, francês e inglês, atingindo cerca de 42 publicações até meados do século XX.[535]

As versões em francês, datada de 1837, e em alemão ilustrada, de 1599, estavam disponíveis na biblioteca do Museu Paulista e, provavelmente foi a elas que Taunay recorreu para escrever sobre as lendas e assombrações do rio Tietê desde o início de sua gestão,[536] pois já há menção à gigantesca serpente no discurso À glória das monções, proferido por ele na inauguração do *Monumento às Monções*, em Porto Feliz, em 26 de abril de 1920: "Já no século XVI falava Ulrico Schimidel, o aventureiro alemão, das tremendas serpentes do seu vale: as Schueye-batuescha, phythões, com uma braça de diâmetro!"[537]

Taunay retornaria ao tema em artigo escrito no livro *Zoologia fantástica do Brasil (séculos XVI-XIX)*, publicado em 1934 pela editora Companhia Melhoramentos, dedicando um capítulo a "Ulrico Schmidel e a sua Schue-eya-tuescha", "terrível réptil, perigosissimo, que com a cauda laçava homens e animaes, a se banharem nos rios, arrastando-os para o fundo".[538]

Tal como as obras de Schmidel, o *Diário de navegação* de Juzarte fazia parte da biblioteca do Museu Paulista, nela ingressando por meio da aquisição da Coleção Eduardo Prado efetivada por Armando Prado em 1916. Ademais, o valor documental a ele atribuído por Taunay pode ser medido pela publicação do manuscrito logo no primeiro tomo do periódico *Anais do Museu Paulista*, lançado em 1922, "destinado particularmente à divulgação de trabalhos da secção [de História do Brasil], e à publicação de documentos incorporados ao acervo do Instituto", segundo prefácio do diretor.[539]

Um desenho de autoria de Nair Opromolla, pertencente ao Museu de Arte de Ribeirão Preto Pedro Manuel-Gismondi, *Monstro do mar* (Figura 65), indica que a pintora

---

535 KALIL, Luis Guilherme Assis. *A conquista do Prata*: análise da crônica de Ulrico Schmidl. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 150-151.

536 Há que se notar, entretanto, que Assis Gentil de Moura já havia escrito um artigo sobre o itinerário de Schmidel do Paraguai a Santo André da Borda do Campo no volume 3 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e nele havia tanto comentado sobre as serpentes gigantescas mencionadas pelo viajante – mas sem descrevê-las – como sugerido que o rio Urquan fosse o Tietê. Cf. MOURA, Assis Gentil de. O caminho do Paraguay a Santo André da Borda do Campo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 13, p. 171, 1911.

537 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. À glória das monções. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 75, p. 137, 1979.

538 Idem. *Zoologia fantástica*. São Paulo: Melhoramentos, 1934, p. 76.

539 Idem. Prefácio. *Anais do Museu Paulista*, v. I, p. III, 1922b.

fez outros esboços sobre o mesmo motivo, porém a falta de datação impede que se afirme tratar-se de um estudo preliminar de *O monstro fluvial Piracangava* (Figura 66).

Figura 65: Nair Opromolla. *Monstro do mar*, sem data, carvão sobre papel, 24,9 x 34,2 cm. Acervo Museu de Arte de Ribeirão Preto Manuel-Gismondi, Ribeirão Preto. Reprodução: Maurício Frondi.

Figura 66: Nair Opromolla. *O monstro fluvial Piracangava*, 1943, óleo sobre tela, 29,4 x 43,5 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Processo semelhante pode ser detectado na composição da tela *Canoa fantasma no rio Tietê* (Figura 67), apresentada por Taunay, ao longo de sua carreira, como uma nau catarineta:

> [...] num cenário como este representar outra cena das tradições do Tietê das Monções: a do canoão misterioso espécie de nau catarineta do rio. Num estirão do rio enevoado dois canoões a distância [croqui] no da frente vultos confusos de homens de costas, vestidos de branco, no de traz uma guarnição de remadores, remando todos a força e na proa um homem de pé soprando enorme buzina.[540]

Figura 67: Nair Opromolla. *Canoa fantasma no rio Tietê*, 1943, óleo sobre tela, 29,2 x 43 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

As narrativas sobre naus catarinetas remontam ao início das navegações portuguesas na época moderna e versam sobre as desventuras vivenciadas pelos tripulantes e passageiros de navios durante a travessia marítima, envolvendo deriva e desaparecimento de embarcações, tentações diabólicas e intervenção divina. O poema anônimo "A nau catrineta" foi recolhido por Almeida Garrett e inserido no livro II de sua obra *Romanceiro*, publicada em 1851, deixando de ser veiculada tão somente pela oralidade.

As muitas histórias de naus catarinetas eram conhecidas por Taunay, que recorrera a esse tópos ao falar sobre Araritaguaba e as viagens fluviais já no discurso À glória das monções, mencionado anteriormente. Ele voltaria ao assunto em vários escritos, tanto que, no livro *Non ducor, duco*, publicado em 1924, associou as situações

540 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, op. cit., 1943h.

aflitivas vivenciadas pelos missionários italianos Miguel Angelo de Gattina e Dionisio de Carli de Piacenza, a caminho de Pernambuco em 1666, a uma nau catarineta: "Das longas noitadas da travessia ficaram aos capuchinhos, entre outros, o conhecimento de uma das mais famosas histórias do folclore marítimo: a Nau Catarineta, de que dão uma variante absolutamente diversa das que geralmente conhecemos".[541]

Interessante comentar que, embora Taunay tivesse escrito o livro a partir da obra de Auguste Saint-Hilaire, o naturalista francês não havia feito menção a essa travessia, mas tão somente aos comentários dos freis sobre os paulistas. A iniciativa foi do próprio Taunay de buscá-la "na velha e conhecida enciclopédia de viagens de Churchill, *A Collection of Voyages and Travels*, cuja terceira edição é de Londres, 1744".[542] Ora, exatamente essa edição fazia parte da biblioteca do Museu Paulista, tal como as outras duas obras que lhe serviram de base para a construção da tela sobre o monstro de Piracangava, o que indica a importância do rico acervo bibliográfico institucional a qualificar o Museu, seu lugar de fala, como centro de produção de conhecimento, e fundamental para o desenvolvimento de suas pesquisas.[543]

Como se vê, a concepção das duas telas não atendia apenas a uma demanda circunscrita à conjuntura da abertura da sala B-4, mas antes estava profundamente relacionada aos interesses de Taunay pela temática monçoeira e pela valorização do rio Tietê na configuração do território nacional desde os anos 1910. Nesse caso, seria uma nova faceta da produção historiográfica de Taunay, tomada como matéria de caráter documental, a fornecer subsídios não apenas para a montagem expositiva, mas para a criação artística do diretor.

Taunay encerrava o texto instrucional à pintora, datado de 27 de agosto de 1943, informando-a de que "Na Sala das Monções do Museu a Snra. encontrará todos os documentos necessários à composição dos croquis".[544] A menção à sala significa, em primeiro lugar, que a futura sala B-4 já estava parcialmente montada àquela altura, haja vista suas tentativas de abrir as exposições do segundo pavimento ainda naquele ano manifestadas em inúmeros ofícios a seus superiores. Em segundo, que ele tomava não só as matrizes iconográficas como documentos por serem coevas – ou próximas – ao movimento monçoeiro, mas também os quadros encomendados.

De acordo como Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho,

---

541 Idem. *Notícias de São Paulo (1565/1820)* [2ª edição de Non Ducor, Duco; prefácio e notas de Odilon Nogueira de Matos]. Campinas: Departamento de História da Puccamp, 1980, p. 168.

542 Ibidem, p. 167.

543 Para que se tenha ideia da raridade da obra, ainda hoje, na Universidade de São Paulo, as duas únicas bibliotecas que dispõem dos volumes de Churchill são o Museu Paulista e a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, incorporada à USP somente em 2005.

544 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, op. cit., 1943h.

> as ‘recriações’ pictóricas dos ambientes da São Paulo colonial eram categorizadas por Taunay como documentos iconográficos devido ao fato de terem sido ‘confeccionadas’ com base em fontes consideradas ‘autênticas’ pelo historiador e graças à habilidade de seus executores.[545]

A iniciativa de reproduzir os originais em maiores dimensões e em cores calcava-se em sua visão sobre a exposição como instrumento educativo.

Ao investigar as datas das encomendas feitas a Silvio Alves e a Zilda Pereira, atestei que várias eram anteriores a agosto de 1943. Nem um mês se passara desde a carta de Taunay enviada ao prefeito de Porto Feliz, a solicitar auxílio para a confecção de um quadro com a vista da cidade em 1826, já estava, no início de abril, a pedir permissão ao secretário da Educação e Saúde Pública “para despender a importância de mil e quinhentos cruzeiros com a compra de dois quadros a óleo a serem adquiridos do pintor Sr. Silvio Alves, representando ‘Porto Feliz’ em 1826”.[546] Os quadros em questão correspondem a *Vista de Porto Feliz, 1826* (Figura 68) e *Porto Feliz, 1826* (Figura 69), os primeiros da nova leva de pinturas sobre a temática das monções baseadas nos desenhos de Hercule Florence, que vieram a público em 1941, inseridos na *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*.

Figura 68: Silvio Alves. *Vista da Porto Feliz, 1826*, 1943, óleo sobre tela, 50 x 90 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

545 LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de, op. cit, p. 149.

546 TAUNAY, Afonso d’Escragnolle [*Ofício*]. Destinatário: Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 5 abr. 1943i. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 189.

Figura 69: Silvio Alves. *Porto Feliz*, 1943, óleo sobre tela, 61 x 100 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

A figurar na mesma parede, também confeccionada por Silvio Alves em 1943, estava a tela *Sítio do Capitão José Manoel, Porto Feliz, 1839* (Figura 70), conforme data assinalada pelo próprio pintor. Nesse caso, a aquarela que lhe servira de matriz era de autoria de Miguel Arcanjo Benício Dutra, o Miguelzinho Dutra, *Sítio do Capitão José Manuel abaixo do Porto Feliz* (Figura 71). As obras do artista ituano ingressaram no Museu Paulista em 1936, reunidas num álbum cedido pela Secretaria da Educação, "contendo uma magnífica coleção de aquarelas de aspectos antigos da cidade de S. Paulo, da de Ytú, de fazendas velhas da Provincia de S. Paulo, typos populares de 1840 etc.".[547]

547 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, op. cit., 1937, p. 70.

Figura 70: Silvio Alves. *Sítio do Capitão José Manoel, Porto Feliz, 1839*, 1943, óleo sobre tela, 49,2 x 60 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 71: Miguel Arcanjo Benício Dutra. *Sítio do Capitão José Manuel abaixo do Porto Feliz*, 1839, aquarela sobre papel, 11 x 19 cm. Acervo Museu Republicano Convenção de Itu – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Rapidamente, elas se converteram em materiais de exposição das salas A-12 e A-15 e referenciais entregues aos pintores na década de 1940 para reprodução dos motivos em telas. O diretor lastreava na vetustez das peças e na inocência dos traços de Miguelzinho Dutra a autenticidade das paisagens e das personagens retratadas. Seguindo o mesmo raciocínio e argumento utilizados para valorizar a importância de Florence no que tange à antiguidade dos desenhos, Taunay assim se referia às aquarelas de Dutra: "São os mais velhos documentos iconográficos locaes e tem real valia pela ingenuidade de sua arte".[548]

Zilda Pereira transpôs para a pintura o episódio acerca do encalhe de duas canoas da expedição Langsdorff e do esforço dos mareantes para desencalhá-las, ocorrido em 6 de junho de 1826, registrado textual e iconograficamente por Florence (Figura 72), *Desencalhe de canoa, 1826*. Na *Viagem fluvial*, se lê: "O Chimbó e a Perova encalharam num recife: a tripulação saltou na água e a muito custo conseguiu safá-los de entre as pedras",[549] e foi exatamente esse acontecimento que Taunay quis evidenciar para o público, como se constata na legenda da obra: "Encalhe do 'Chimbó' e da 'Perova' (Canoões da expedição de Langsdorff no Tietê (1826) por Zilda Pereira e conforme desenho de Hércules Florence)".

Figura 72: Zilda Pereira. Desencalhe de canoa, 1826, 1943, óleo sobre tela, 56 x 80 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

548 Ibidem, p. 59.

549 FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, 2007, p. 36.

As cenas selecionadas por Taunay referentes a aspectos da Langsdorff a serem retratados nesta sala – como os percalços da navegação fluvial e os momentos de descanso dos passageiros e tripulantes (Figura 73) – muito se assemelhavam às condições materiais da viagem de qualquer monção, o que as convertia em marcas de verossimilhança. Para além de Porto Feliz, as cidades homenageadas na sala B-4 foram Camapuã e Tietê, cujas vistas antigas foram pintadas por Zilda Pereira a partir dos desenhos de Florence publicados em *Viagem fluvial*, de 1941 – *Vista de Camapuã, 1826* (Figura 74) e *Pirapora de Curuçá, 1826 (hoje Tietê)* (Figura 75). Há que se notar, entretanto, que o segundo desenho integrava o *Album de croquis dessinés par Hercule de Florence* e já estava em posse de Taunay desde a década de 1920. Sua transposição para tela contou com a subvenção de Cr$900,00 obtida junto ao prefeito de Tietê, Olegário de Camargo.[550]

Figura 73: Zilda Pereira. *Pouso de monção à margem do Tietê, 1826*, 1943, óleo sobre tela, 56 x 80 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

550 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, 1943g.

Figura 74: Zilda Pereira. *Vista de Camapuã, 1826*, 1943, óleo sobre tela, 56 x 80 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 75: Zilda Pereira. *Pirapora de Curuçá,1826 (Hoje Tietê)*, 1943, óleo sobre tela, 56 x 80 cm. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

A completar a iconografia da sala, Taunay expôs dois mapas representando a rota das monções, cujos originais datam da segunda metade do século XVIII. A importância dada por ele à cartografia remonta aos seus primeiros anos à frente da institui-

ção, quando mandou copiar dezenas de mapas coloniais relativos ao que viria a ser o território brasileiro guardados em vários arquivos nacionais e estrangeiros; inaugurou a sala A-10, dedicada à expansão territorial do Brasil, composta por uma série de materiais cartográficos, ainda em 1917; publicou a *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*, em 1922, que reúne nove cartas contendo representações do território paulista entre os anos de 1612 a 1837.[551]

O primeiro mapa da sala B-4, *Mappa do Continente das Capitanias do Mato Grosso, de Goyaz, e de S. Paulo, com a configuração mais exacta, até agora, de todas as Terras, Rios, e Serras; principalmente dos dous caminhos, hum pelos rios, outro por terra, de S. Paulo para o Cuiabá*, leva a data de 1764 e não tem autoria explicitada (Figura 76).[552] Representa as ligações fluviais e terrestres entre Cuiabá e o litoral num contexto de disputas territoriais entre Portugal e Espanha em solo americano. Em realidade, o mapa dá destaque à viagem fluvial realizada de São Paulo a Cuiabá, entre 1750 e 1751, por Antonio Rolim de Moura, futuro Conde de Azambuja, o governador da recém-criada capitania de Mato Grosso.

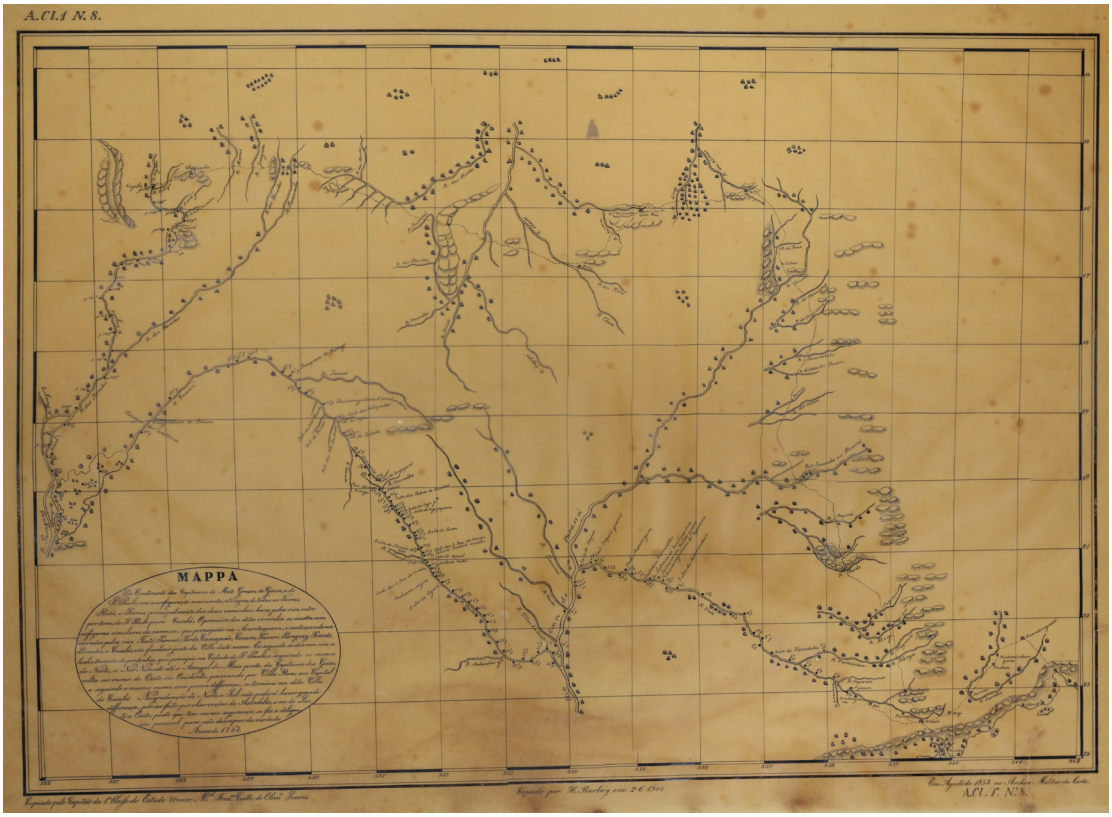


Figura 76: *Mappa do Continente das Capitanias do Mato Grosso, de Goyaz, e de S. Paulo [...]* – Mapa 137, Coleção Taunay. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

551 BEIER, José Rogério. Sobre mapas e história: Taunay e a formação da coleção cartográfica do Museu Paulista. In: Idem; CINTRA, Jorge Pimentel; SCHNEIDER, Alberto Luiz (org.). *Affonso de Taunay e o Museu Paulista*: um projeto de memória (1917-2017). Jundiaí: Paco Editorial, 2021, p. 209.

552 O original encontra-se atualmente no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, na cota 09.04.2012. O mapa é manuscrito a nanquim e aquarela sobre papel, de dimensões 45,8 x 65,2 cm.

No canto inferior esquerdo do mapa, lê-se “Copiado pelo Capitão da 1ª Classe do Estado Maior M.el Fran.co Coelho de Olivr.a Soares” e, no canto inferior direito, “Em agosto de 1853 no Archivo Militar da Corte, A.Cl. 1ª N. 8”, mas bem no centro lê-se “Copiado por H. Barbuy em 2-6-1944”.[553] Esta última informação evidencia que Taunay continuava a enviar, ainda nos anos 1940, profissionais a arquivos para reproduzirem mapas de seu interesse. E, naquele momento, seus olhos estavam voltados não só para a rota das monções, como para a capitania do Mato Grosso no século XVIII.

Conforme seu artigo “Cartografia monçoeira”, publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1949, se tem conhecimento de que o referido mapa se encontrava na Mapoteca do Itamaraty,[554] para onde provavelmente enviara Hermogenes Barbuy para copiá-lo. Barbuy era litógrafo profissional e trabalhava no Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, onde ingressara como desenhista gravador em 1938, tendo lá permanecido até 1959, quando se aposentou aos 70 anos.[555] Tal contratação indica que as relações entre o Museu Paulista e o IGG – que desempenhava as funções da antiga Comissão Geográfica e Geológica (1886 a 1931) –, tão cruciais no momento de criação do Museu, permaneciam ativas após 50 anos de existência da instituição.

O segundo mapa, *Mappa do Leito dos Rios Taquary, Cuxim, Camapoam, Varador de Camapoam, Pardo, Paraná, Tieté e Cam.º de terra desde a Freguesia de N. S. May dos Homens de Araraytaguaba athe a Cidade de S. Paulo*, é de autoria de Francisco José de Lacerda e Almeida, elaborado em 1788-1789. Representa cartograficamente as últimas etapas da viagem do astrônomo entre Vila Bela e São Paulo, por ordem do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

No mesmo artigo sobre a cartografia monçoeira, Taunay primeiramente afirmara que “o original desta notável peça possue-o a mapoteca do Museu Paulista”, para, logo em seguida, colocar em dúvida a autoria do mapa pertencente à instituição, por lhe faltar uma folha correspondente à navegação do Paraguai, Porrudos e Cuiabá, arrema-

---

553 Como a sala B-4 foi inaugurada em março de 1944 e a cópia do mapa data de junho daquele ano, fica evidente que a peça cartográfica foi inserida posteriormente. Aliás, seu posicionamento abaixo dos quadros de Nair Opromolla “num espaço que sobrou”, é bastante diferente do lugar ocupado pelo mapa de Lacerda e Almeida, no centro da parede contígua, cercado pelas telas, ao que parece, planejado desde o início.

554 TAUNAY, Afonso d’Escragnolle. Cartografia monçoeira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 123, n. 26, p. 2, 30 out. 1949.

555 Informações gentilmente cedidas por sua neta, Heloisa Barbuy. Segundo ela, atualmente “existem no acervo do Museu Geológico do Instituto Geológico do Estado, 40 mapas assinados pelo desenhista H. Barbuy nos anos 1940, período no qual o Instituto Geográfico e Geológico tinha o encargo de realizar o reconhecimento territorial do Estado de São Paulo, em cumprimento ao Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938, do governo federal”. Cf. BARBUY, Heloísa. *Re: Informações sobre Hermogenes Barbuy*. Destinatário: Maria Aparecida de Menezes Borrego. [S. l.], 11 maio 2020. 1 mensagem eletrônica.

tando “talvez não haja sido ela confeccionada pelo ilustre astrônomo brasileiro”.[556] Fato é que o original do mapa encontra-se atualmente na seção de Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto.[557]

No centro da sala, estavam em exibição o beque de proa, um caldeirão e duas âncoras que já haviam sido expostos na sala A-9. A descrição da montagem da sala B-4 revela que neste espaço expositivo o projeto museográfico executado por Taunay não contou com referências explícitas na escolha da iconografia, o que faz supor que ele estivesse buscando afastar as monções das bandeiras na narrativa visual.

Entretanto, a consulta aos escritos de sua lavra publicados na imprensa no início dos anos 1940 indica que, embora dedicado a comentar os acontecimentos históricos mais circunscritos aos séculos XVIII e XIX nos artigos do *Jornal do Commercio*, Taunay não deixava de associar monções a bandeiras.

Especificamente com relação à exposição da sala B-4, a associação da expedição científica com o movimento monçoeiro e deste com o bandeirismo fica evidenciado no artigo escrito para o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 24 de março de 1944, com o objetivo de divulgar as temáticas e os acervos expostos nas novas salas abertas no Museu Paulista. Após o arrolamento do material iconográfico do espaço dedicado “exclusivamente às monções”, Taunay afirmou que o caldeirão colocado dentro do beque de proa correspondia a “um grande tacho que serviu longamente aos bandeirantes”. Ora, se a legenda referente aos artefatos na sala continha os dizeres: “Beque de proa de canoão, âncoras e caldeirão usados nas monções”,[558] só se pode concluir que, para ele, bandeirantes e monçoeiros eram as mesmas personagens em momentos distintos da expansão territorial, sendo as cenas captadas pelo lápis e pincel de Florence a representação visual do que para Taunay seria a fase derradeira das bandeiras.

Não obstante as diferenças das montagens expositivas, na década de 1940 o manto do bandeirantismo continuava a cobrir salas expositivas no primeiro e segundo pavimento do Museu Paulista para além do peristilo e da escadaria monumental, destituindo as monções de suas especificidades – o abastecimento das populações, a fundação de vilas, o povoamento do território e a busca de metais preciosos por meio de viagens fluviais regulares a partir de 1720, realizadas por mercadores, sertanistas, práticos, engenheiros militares, matemáticos, naturalistas, desenhistas, autoridades coloniais e metropolitanas.

---

556 TAUNAY, Afonso d’Escragnolle, op. cit., 1949, p. 2.

557 Mapa manuscrito a nanquim e aquarela em três folhas coladas, de dimensão 61 x 200 cm, cota C-M&A – 19 (17). Segundo Mario Clemente Ferreira, “Este mapa ilustra o diário de Francisco José de Lacerda e Almeida presente no Cód. 464, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, fols. 19-23”. Cf. FERREIRA, Mario Clemente. *Re: Identificação de mapas nas exposições*. Destinatário: Maria Aparecida de Menezes Borrego. [S. l.], 24 out. 2019. 1 mensagem eletrônica.

558 TAUNAY, Afonso d’Escragnolle. Museu Paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 70, n. 22.863, p. 6, 24 mar. 1944f.

As monções nos painéis de azulejos de Itu

Tal como empreendera esforços no Museu do Ipiranga para compreender a História do Brasil a partir de São Paulo, no Museu Republicano "Convenção de Itu", ao conceber a azulejaria do hall do edifício, Taunay pretendeu destacar o protagonismo dos ituanos para a história regional e nacional no discurso visual que se montava nas paredes da instituição. Com esse propósito, a partir da década de 1940, criou um discurso imagético sobre a história de Itu, que se estende desde sua fundação, em 1610, até a reunião do Partido Republicano, em 18 de abril de 1873, incumbindo para a tarefa o artista plástico Antonio Luiz Gagni.[559]

Os painéis foram divididos em 3 séries: painéis de composição histórica, reproduções de documentos iconográficos e retratos de personagens ituanos, totalizando 73 conjuntos que cobrem as paredes do saguão, da sala contígua a ela e das que contornam a escada (Figura 77).

Figura 77: Vista do saguão e da escadaria do Museu Republicano "Convenção de Itu".
Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael

559 SOUZA, Jonas Soares de. *Painéis de Azulejos do Museu Republicano "Convenção de Itu"*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Museu Paulista, 2003.

Aqueles dedicados às monções e à conquista das minas de Cuiabá enquadram-se no conjunto de composição histórica, que evocavam, segundo Taunay, "lances dos fastos ituanos".[560] Dos cinco azulejos dedicados à representação das expedições fluviais e dos acontecimentos vivenciados pelos monçoeiros, dois foram criados a partir de documentos escritos e iconográficos, quais sejam *Os irmãos João e Lourenço Leme da Silva no varadouro de Camapuan (1720)* e *Partida de Araraytaguaba da monção fundadora do Presídio de Iguatemi sob comando de João Martins Barros – 28 de julho de 1767*, e três foram concebidos a partir de fontes textuais – narrativas de viagens, genealogias, obras historiográficas – e de sua imaginação: *Arrombamento da casa dos irmãos Leme pelo Ouvidor Godinho Manso e Sebastião Fernandes do Rego (1723)*, *Morte heroica de Miguel Antunes Maciel e Antonio Lobo defendendo dos Payaguás a sua monção (1726)*, *Derrota dos Payaguás no ataque feito à monção de Jeronymo Gonçalves Meira (janeiro de 1740)*.

Quatro deles foram comentados por Taunay no *Jornal do Commercio*, em maio de 1945, seu último ano como diretor, reforçando a prática de difundir seus estudos e as ações realizadas no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu na imprensa. Por meio desses artigos, depois reunidos no *Guia do Museu Republicano Convenção de Itu*, publicado em 1946, é possível identificar algumas matrizes que serviram de inspiração para Taunay. Porém, como não são apresentadas de forma explícita aos visitantes do Museu Republicano, muitos, desavisados, tomam a representação do fato histórico pelo próprio fato, sem considerar as intenções que orientaram a confecção dos painéis.

Acerca do painel *Os irmãos João e Lourenço Leme da Silva no varadouro de Camapuan* (Figura 78), em sua coluna semanal no *Jornal do Commercio*, Taunay comentou que

> Neste painel o cenário provém de desenho de Hercules Florence que passou por Camapuan em 1826. Os dois irmãos assistiram à passagem das canoas que vêm do rio paulista. Brancos, índios e pretos constituem a assistência que cercam os dois bandeirantes, avistando-se entre eles mulheres e crianças que começavam a povoar o feudo dos Lemes.[561]

560 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Guia do Museu Republicano "Convenção de Itu"*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946a, p. 14.

561 Idem. Paineis de Itu. *Jornal do Commercio*, p. 2, 20 maio 1945.

Figura 78: Antonio Luiz Gagni. *Os irmãos João e Lourenço Leme da Silva no varadouro de Camapuan (1720)*, década de 1740, azulejo, 135 x 135 cm. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael

Como se vê, trata-se de arranjo muito particular de registros iconográficos e textuais a serem apresentados didaticamente em forma de discurso visual para se transmitir uma certa concepção de história. Os irmãos Leme estiveram em Camapuã em 1720, enquanto a expedição Langsdorff por lá passou em 1826. Fica evidente também em sua descrição que ele entendia as monções como a fase fluvial das bandeiras, ao nomear os sertanistas como bandeirantes. Ademais, há a transposição da noção medieval de feudo para a realidade colonial em que a posse de terras era obtida por meio da solicitação

de sesmarias, como foi inclusive a de Camapuã, concedida a três comerciantes portugueses que viviam na cidade de São Paulo em 1725, entre eles, Luis Rodrigues Vilares, estudado nos capítulos 4 e 5.

Mas não só no texto os bandeirantes são destacados. Embora retratados de costas para o espectador, o diretor procurou assegurar que os irmãos fossem facilmente reconhecidos pela indumentária que caracterizou essas personagens: chapéu de abas largas, gibão acinturado, calção e botas de cano alto. Alguns elementos ainda os aproximavam, a um só tempo, do cavaleiro medieval, pela espada presa à cintura a contemplar seu feudo, e ao tropeiro paulista, pela espécie de poncho a pender de um dos ombros dos irmãos.

Afonso Taunay foi o grande responsável pela disseminação de uma série de convenções visuais adotadas para a figuração do bandeirante, entre as quais, suas roupas. Tal estratégia pode ser compreendida no âmbito do processo de invenção de tipos nacionais associados a um passado glorioso. Segundo Paulo César Garcez Marins, "a construção imagética dos tipos heroicos de identificação nacional constitui uma das grandes práticas iconográficas no Ocidente, desde a generalização do pensamento romântico na Europa durante o século XIX". [562]

Se, no Museu Paulista, nas telas alusivas às monções, a indumentária bandeirante não foi representada, pois a matriz iconográfica não a comportava, no Museu Republicano de Itu, em vários painéis, ela foi a peça-chave a caracterizar os monçoeiros e a reforçar a associação entre esses agentes históricos construída ao longo de tantos anos.

É muito provável que a matriz imagética que subsidiou a confecção do painel de azulejos tenha sido a reprodução da aquarela *Vista de Camapuã* publicada na primeira edição de *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, de autoria de Hercule Florence, publicada em 1941 (Figura 79). Nesse contexto, a mesma reprodução do livro teria servido como base para a tela *Vista de Camapuã, 1826*, de Zilda Pereira, composta em 1943, como já comentado.

562 MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 2020, p. 405.

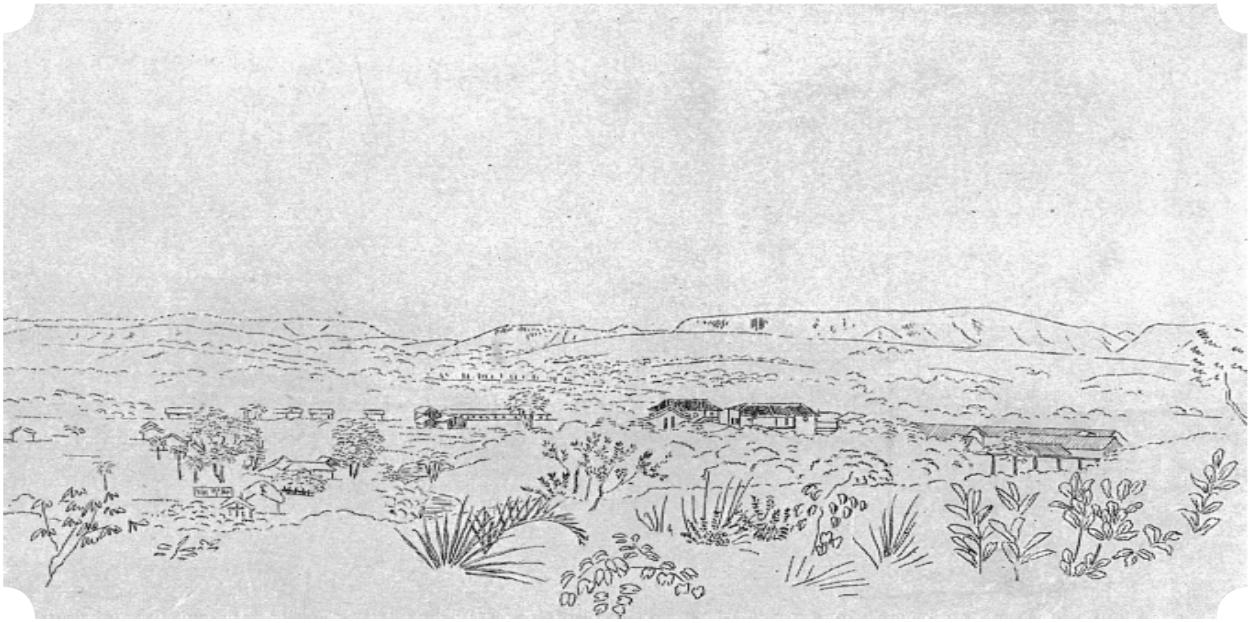


Figura 79: Hercule Florence. "Vista de Camapuã". In: *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, 2007 [1941], p. 71.

Se, no Museu Paulista, Taunay associava de forma genérica e dissimulada a expedição Langsdorff com as monções que a precederam por meio do discurso expográfico das salas expositivas, no Museu Republicano de Itu tal associação seria mais explícita.

A imagem produzida por Aimé-Adrien Taunay, *A partida da expedição Langsdorff, no Rio Tietê* (Figura 80), por exemplo, seria usada deliberadamente e legendada para representar outro acontecimento histórico específico ocorrido décadas antes, na segunda metade do século XVIII, a monção de povoamento para o Presídio do Iguatemi, localizado no atual estado do Mato Grosso do Sul. Trata-se do painel *Partida de Araraytaguaba da monção fundadora do Presídio de Iguatemy sob o comando de João Martins de Barros – 28 de julho de 1767* (Figura 81).

Figura 80: Aimé-Adrien Taunay. *A partida da Expedição Langsdorff, no Rio Tietê*, 1825, aquarela, 21 x 32,2 cm. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.

Figura 81: Antonio Luiz Gagni. *Partida da Ararytaguaba da monção fundadora do Presídio de Iguatemy sob o comando de João Martins de Barros – 28 de julho de 1767*, década de 1940, azulejo, 150 x 106 cm. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Em artigo de jornal, o diretor comentou que o ceramista havia se valido "do ambiente fixado por Amado Adriano Taunay [seu tio-avô], em 1826, num desenho assaz conhecido, divulgado pela obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*".[563] Embora Taunay solicitasse a Gagni mencionar no azulejo que a imagem retratada era baseada no original de Aimé-Adrien Taunay, ele não fornecia ao visitante informação alguma sobre o fato de o desenhista ter participado de uma expedição científica dos anos 1820 – quando o país já era independente – muito distante, portanto, em termos de objetivos, itinerários e perfil social de viajantes de uma monção povoadora, ocorrida 60 anos antes, quando Brasil era ainda colônia de Portugal, com destino a outra localidade que não aquela alcançada pelo desenhista, seu antepassado.

Para além da aquarela que nada tinha a ver com a partida para o Iguatemi, Taunay disse ter lançado mão do relato de Teotônio José Juzarte, esse sim, sobre a partida para o presídio e o comando da monção pelo ituano João Martins de Barros, que ele mandara publicar no primeiro volume dos *Anais do Museu Paulista* em 1922, da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, dos *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, e de seus próprios estudos publicados na obra *Na era das bandeiras*, também lançada em 1922.[564]

Para os fatos ocorridos nos primeiros anos das minas de Cuiabá e a atuação dos irmãos Leme na descoberta do ouro cuiabano e de Camapuã, Taunay valeu-se amplamente da obra genealógica de Pedro Taques e do livro *A capitania de São Paulo*, de Washington Luís de Sousa. No painel *Arrombamento da casa dos irmãos Leme pelo ouvidor Godinho Manso e Sebastião Fernandes do Rego (1723)*, ancorou-se na descrição do linhagista, embora não lhe faça referência no *Jornal do Commercio* (Figura 82).

563 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Novos paineis do Museu de Itu. *Jornal do Commercio*, p. 2, 17 mar. 1946b.

564 Ibidem.

Figura 82: Antonio Luiz Gagni. *Arrombamento da casa dos irmãos Leme pelo Ouvidor Godinho Manso e Sebastião Fernandes do Rego (1723)*, década de 1940, azulejo, 138 x 150 cm. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Contudo, ao cotejar a parte dedicada aos Leme na *Nobiliarquia Paulistana* com os comentários de Taunay, fica patente a filiação deste ao genealogista setecentista. Fato, aliás, confirmado por suas palavras no tomo X da *História Geral das Bandeiras Paulistas*,[565] no qual ainda esclarece que tirou a ideia do suborno dos escravos dos irmãos Leme pelos oficiais portugueses da obra do ituano Antonio Augusto da Fonseca, que aparece em seus comentários, mas não no estudo de Pedro Taques.

565 "Expressiva e pitorescamente relata Pedro Taques (título Lemes, cap. I, par. 5 da Nobiliarquia Paulistana) os episódios da trágica prisão do Lemes (...)". In: TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949, p. 123.

Já no painel legendado como *Derrota dos Payaguás no ataque feito á monção de Jeronymo Gonçalves Meira (janeiro de 1740)*, a inspiração de Taunay proveio do episódio narrado nos *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, que contou com as penas de José Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira, com comentários de Diogo de Toledo Lara Ordonhes. Tal fonte foi consultada para a redação do tomo X da *História Geral das Bandeiras Paulistas* e contém termos muito semelhantes aos utilizados por Taunay no artigo "Paineis de Itu", publicado no *Jornal do Commercio*, em 1945. (Figura 83)

Figura 83: Antonio Luiz Gagni. *Derrota dos Payaguás no ataque feito á monção de Jeronymo Gonçalves Meira (janeiro de 1740)*, década de 1940, azulejo, 135 x 135 cm. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

A cena remete à valentia do ituano que conseguiu reaver canoas, fazendas e escravos tomados pelos "belicosos e valentíssimos" paiaguá. No *Guia do Museu Republicano*, o artigo foi levemente modificado em seu conteúdo, contando com o acréscimo de um último parágrafo em que Taunay, destaca em primeiro plano, "paulistas deitados no solo e atirando contra os índios".[566] Desnecessário – mas importante – dizer que, mais uma vez, seriam os paulistas monçoeiros retratados nos painéis de Itu com todos os atributos tradicionais da indumentária bandeirante.

566 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, op. cit., 1946a, p. 32.

Por fim, vale a pena tecer alguns comentários sobre o painel *Morte heroica de Miguel Antunes Maciel e Antonio Antunes Lobo defendendo dos payaguás a sua monção (1726)*, retratados trajando o gibão de armas, caracterizado pelas costuras em losangos (Figura 84).

Figura 84: Antonio Luiz Gagni. *Morte heroica de Miguel Antunes Maciel e Antonio Antunes Lobo defendendo dos Payaguás a sua monção*, década de 1940, azulejo, 138 x 150 cm. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Esse painel foi composto após a saída de Taunay da direção do museu, portanto, após 1945, não contando com seus registros no *Jornal do Commercio*. Ele se encontra na sala contígua ao saguão do Museu Republicano, integrado a um conjunto de quatro imagens sobre o papel dos ituanos na expansão territorial da colônia: a primeira diz respeito à fundação da missão Maniçoba no século XVI que teria dado origem a Itu, seguida pelas boiadas de Guilherme Pompeu de Almeida a serem enviadas para as Minas Gerais, depois pela morte de dois ituanos a caminho das minas de Cuiabá, e terminando igualmente com a morte de outro ituano no trajeto entre as minas de Mato Grosso e Grão Pará.

Cabe salientar, como bem sinalizou Paulo César Garcez Marins que, diferentemente do museu de paz,[567] criado por Taunay no Museu do Ipiranga, em que colonos e indígenas convivem pacificamente lado a lado nas telas e esculturas, nesses painéis do Museu Republicano, ele manda representar sertanistas sendo atacados e mortos.[568] Ao escolher personagens ituanos para liderarem a conquista do centro-oeste da América portuguesa, Taunay não conseguiu se esquivar de situações de confronto que culminaram com o assassinato dos eleitos. Esses, entretanto, mais do que vítimas de um processo violento de colonização, foram tomados como protagonistas de uma morte heroica, o que reforça o discurso de glorificação dos bandeirantes pelo martírio.

A reforçar tal interpretação, basta dizer que esses quatro últimos painéis foram colocados unidos sob égide da panóplia bandeirante, constituída por um gibão de armas, a peça da indumentária sertanista forjada por Taunay, sobreposta a uma escopeta e a um machado (Figura 85).[569] Nessa perspectiva, o gibão de armas é o elemento visual recorrente nos painéis analisados que encarna a persistência de suas convicções sobre as monções serem a fase derradeira das bandeiras – e os monçoeiros, bandeirantes navegadores – até o final de sua vida.

---

567 MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 2017.

568 MARINS, Paulo César Garcez. Bandeirantes em azul e branco: representações de sertanistas paulistas em painéis azulejares no século XX. *III Congresso da Associação de Brasilianistas na Europa* (ABRE), painel Imagens e visualidades no Brasil. Séculos XVIII-XX, 2021. Comunicação oral.

569 MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 2020.

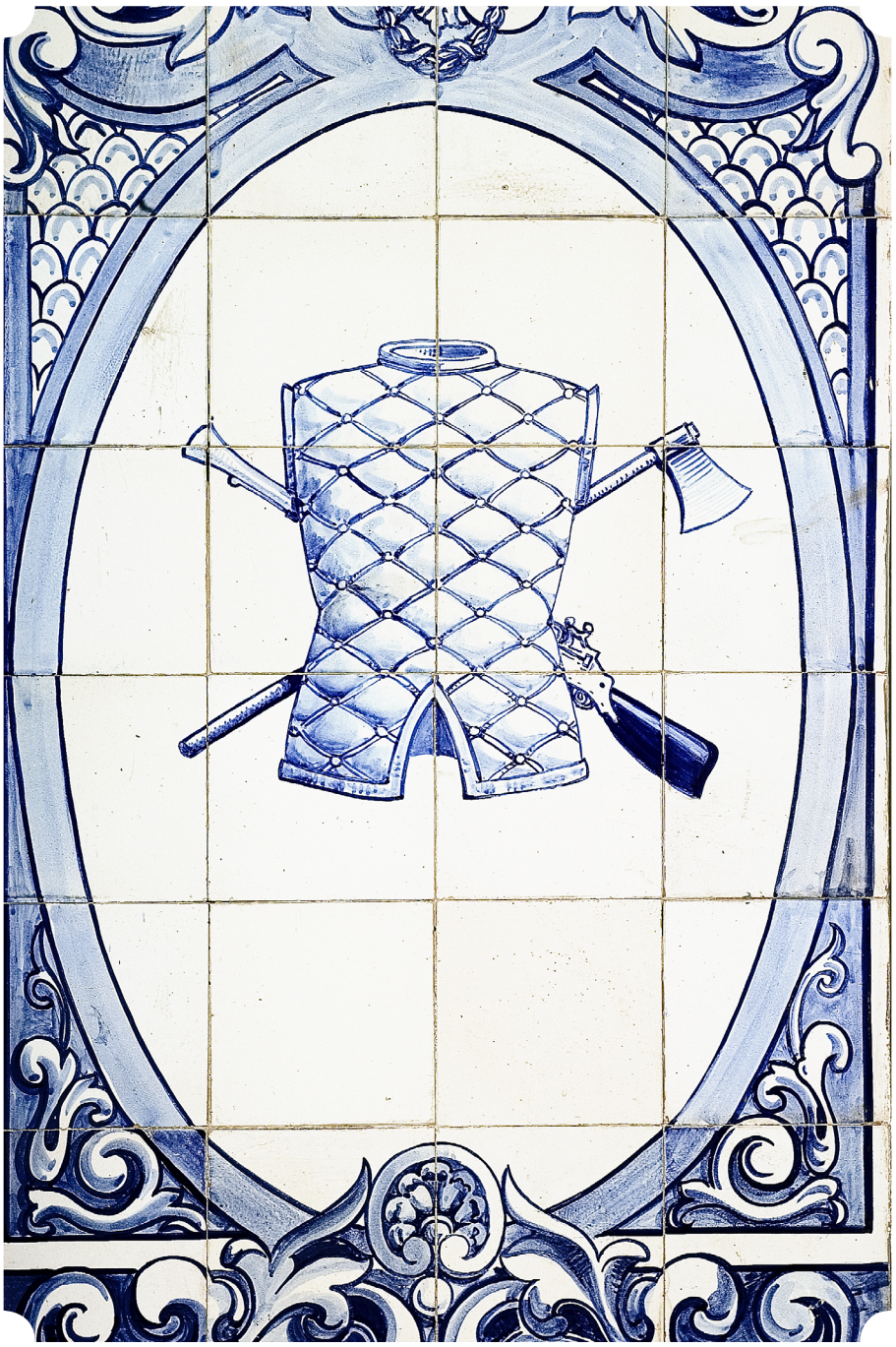


Figura 85: Antonio Luiz Gagni. Gibão de armas, sobreposto a escopeta e ao machado, década de 1940. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Dentre tantos episódios narrados por viajantes das expedições fluviais e estudados pela historiografia, a seleção para os painéis de azulejos recaiu sobre a atuação dos ituanos – João e Lourenço Leme, Miguel Antunes Maciel, Antonio Antunes Lobo, João Martins de Barros e Jeronimo Gonçalves Meira – que acabaram eternizados nas paredes do museu. Tais personagens eleitas acabaram por fixar também em Itu imagens de um passado comum, em que os destemidos – mas não necessariamente violentos – bandeirantes eram tomados como os ancestrais do "bravo" povo paulista.

Para além do mito bandeirante, reforçava-se o poder do museu como lugar de memória público e oficial, capaz de inventar tradições e construir imagens coletivas de um determinado passado a serem compartilhadas socialmente.[570] O Museu Republicano de Afonso Taunay configurava-se, portanto, como um teatro da memória. Compreender como essas memórias foram construídas e fortalecidas ao longo do tempo é mobilizá-las como objeto de estudo e transformar o museu em um laboratório da história, tal como proposto por Ulpiano Bezerra de Meneses.[571]

A sala Hercules Florence como síntese da gestão Taunay

Já afastado da direção do Museu Paulista em razão da aposentadoria compulsória, Taunay continuou a se dedicar à sua monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas*, composta por 11 volumes, e a usar os jornais como veículos de divulgação de fatos do passado brasileiro e de acervos e exposições no Museu Paulista. Na edição de domingo de 27 de abril de 1947, ele publicou no *Jornal do Commercio* o artigo "Telas e estátuas do Museu Paulista", dividido em três tópicos: o primeiro, Sala Hercules Florence; o segundo, Bandeirantes na selva (Henrique Bernardelli); o terceiro, Estátua de Raposo Tavares (Luigi Brizollara).[572] Para encerrar a discussão proposta neste capítulo, o tópico I será tomado como uma síntese de seu pensamento sobre as monções e sobre a mobilização da temática ao longo de sua gestão na instituição.

Primeiramente há que se mencionar que a sala Hercules Florence corresponde à sala B-4, inaugurada em 1944. O fato de Taunay passar a identificá-la pelo nome do artista revela que ele a considerava "inteiramente consagrada à iconografia das monções", antes de tudo, por ter sido concebida e montada a partir daquilo que Florence conseguira registrar do fenômeno histórico em seus desenhos e aquarelas na primeira metade do século XIX. Taunay homenageava o homem cujos trabalhos foram decisivos para a consecução de seu próprio projeto expositivo no Museu Paulista, assentado, por um lado, na coleta ativa de documentos e artefatos do passado paulista e, por outro, na reprodução massiva de fontes textuais, iconográficas e cartográficas dos séculos XVI ao XIX que ficariam expostas ao público. Ao render tributo ao "Patriarca da Iconografia Paulista", Taunay iluminava seu próprio modo de fazer história e construir memórias no museu.

Quanto à aquisição e exposição de artefatos, há que se observar que, diferentemente do documento iconográfico que poderia ser uma (re)criação caso fosse verossímil

---

570 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, p. 7-28, 2012 (Tradução de Yara Aun Khoury).

571 MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994.

572 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Telas e estátuas do Museu Paulista. *Jornal do Commercio*, ano 120, n. 174, p. 2, 27 abr. 1947.

a uma fonte primordial e de reconhecida qualidade plástica, os objetos não admitiam réplicas, pois eram considerados relíquias de acontecimentos e de personagens do passado. Tanto é assim que o beque de proa foi descrito como "último destroço das flotilhas que navegaram entre Porto Feliz e Cuiabá", sendo qualificado, portanto, como um remanescente, um vestígio material, uma comprovação da existência das monções. E o caldeirão, por sua vez, foi caracterizado como "peça sobremodo preciosa" por ter sido utensílio "em que foram cozinhadas muitas e muitas refeições dos bandeirantes navegadores do Tietê e demais rios de seu jornadear heroico".

Tal como as relíquias religiosas, essa exibição de objetos visava a preservação da memória de feitos de grandes homens de outrora, evocando valores intangíveis. Na sala B-4, essas figuras eram os monçoeiros, identificados explicitamente como bandeirantes navegadores, cujas qualidades, ressaltadas pelo mito bandeirante construído por Taunay, moldavam homens destemidos, desbravadores, aventureiros, intimoratos, enfim, heroicos. No Museu Paulista, esses adjetivos eclipsaram as violências, as matanças, a escravização de indígenas, o despovoamento territorial perpetrados pelos bandeirantes.

Da forma como foram mobilizados por Taunay, o beque de proa e o caldeirão não eram apresentados como documentos históricos, mas antes como objetos históricos, na acepção de Ulpiano Bezerra de Meneses, para quem

> Na nossa sociedade, ele [objeto histórico] se caracteriza, quaisquer que sejam seus atributos intrínsecos, por sentido prévio e imutável que o impregna, derivado, não desses atributos, mas de contaminação externa com alguma realidade transcendental (...). São objetos singulares e auráticos, na expressão benjaminiana ou, mais precisamente, não-fungíveis. Não poderiam ser substituídos por cópias ou por objetos de atributos equivalentes. São excluídos de circulação e não só têm seu valor de uso drenado, como trazem para qualquer uso prático eventual a pecha do sacrilégio.[573]

Enquadravam-se ainda na categoria de objetos-semióforos, de que fala Krzysztof Pomian, que correspondem aos "*objectos que não têm utilidade*, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são *dotados de um significado*".[574] Como bem colocou Regina Abreu, os semióforos assumem o papel de "pontes entre gerações, legados que nos permitem entrever um mundo invisível".[575] Não se esqueça, porém, que a mediação estabelecida por tais objetos é "de ordem existencial (e não cognitiva) entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade".[576]

---

573 MENESES, Ulpiano Bezerra de, op. cit., p. 18, 1994.

574 POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. p. 71.

575 ABREU, Regina. A *fabricação do imortal*: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996, p. 45.

576 MENESES, Ulpiano Bezerra de, op. cit., 1994, p. 18.

Na sala B-4, o mundo invisível seria aquele em que homens percorriam longuíssimas distâncias numa rede de caminhos fluviais, desafiando situações adversas impostas pela natureza e pelas populações indígenas e, nos momentos de pouso, se alimentavam e descansavam a fim de recobrar forças para o "jornadear heroico". No projeto de Taunay, "a materialidade é considerada enquanto elemento evocativo dessa memória que se deseja preservar e difundir. Seu potencial documental, hoje defendido pelos estudos de cultura material, não foi aventado".[577]

Quanto à reprodução de fontes de variadas tipologias, há que se dizer que, no caso de Florence, os desenhos foram tomados como documentos históricos a serem copiados desde que chegaram às mãos de Taunay, por meio de seus filhos ainda na década de 1910, como atesta o artigo escrito pelo diretor em outubro de 1928, na revista *Illustração Brasileira*: "Assim, os desenhos de Hercules Florence, quase contemporâneos dos dias da independência, têm o mais alto valor documental e evocativo".[578] Em 1943, ele reforçava essa concepção, dando a conhecer seu *modus operandi* na montagem da sala B-4, em que "foram feitas várias e grandes telas respeitadoras fieis dos documentos".[579]

No artigo de 1947, contudo, as próprias telas ganharam o atributo de testemunhos históricos, na medida em que a sala foi descrita como a reunião de "mais de uma vintena de documentos dos quais dois apenas não procedentes do lápis e do pincel de Hercule Florence".[580] Tomar as pinturas encomendadas como documentos iconográficos por serem reproduções fidedignas, "ricas em pormenores", das matrizes oitocentistas daquele que viu, vivenciou e registrou foi ratificado logo nos primeiros parágrafos do artigo.

Em razão do caráter pedagógico da pintura e do impacto da produção visual, Taunay julgava que as telas sobre a temática monçoeira não deveriam ser limitadas a reproduções de imagens elaboradas nos séculos anteriores, tais como os desenhos de Hercule Florence e as aquarelas de Miguelzinho Dutra. As fontes textuais convertiam-se igualmente em "manancial magnífico de inspiração para os pintores e manancial quase virgem". Para atestar sua autenticidade, recorria aos procedimentos de crítica interna e externa dos documentos adotados pela escola metódica de Langlois e Seignobos,[581]

---

577 MARTINS, Mariana Esteves. *A formação do Museu Republicano Convenção de Itu (1921-1946)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 40.

578 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Cousas de nossa terra. *Illustração Brasileira*, ano 9, n. 98, p. 28, out. 1928.

579 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Iconografia das monções. *Jornal do Commercio*, ano 116, n. 202, p. 2, 30 maio 1943j.

580 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, op. cit., p. 2, 1947.

581 ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira*: história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

contudo, em casos de escassez de fontes, sua credibilidade assentava-se na probidade e inteligência dos autores, daí a preferência por narrativas de autoridades civis, eclesiásticas e de viajantes.

Dos textos coloniais, no Museu Paulista, Taunay só havia conseguido transpor para as telas assuntos lendários a partir dos relatos de Teotônio Juzarte e de Ulrich Schmidel. Entretanto, sugeria que temas hagiológicos contados por Pedro Taques e pelo padre Belchior de Pontes e outros tantos assuntos relacionados às agruras das viagens fluviais tinham potencial para a produção de "excelentes documentos pictoreos como sejam os terríveis combates das monções com os paiaguás e guaicurus".[582] Ora, foram justamente alguns desses episódios que ele logrou representar nos painéis de azulejos de Itu.

Para Taunay, motivos para inspirar os pintores abundavam; o que faltava, de fato, era um ambiente artístico que fomentasse a iniciativa de "alguns particulares generosos e amantes da tradição a auxiliar o progresso da galeria das Monções no Ipiranga, que tanto exalta a nossa tradição de energia na constituição territorial do nosso enorme Brasil".[583]

Ao propor o mecenato, ele recorria a uma prática exitosa utilizada durante toda sua gestão,[584] inclusive na sala B-4, com o repasse de verbas de prefeituras para a elaboração de pinturas com vistas antigas de cidades a serem exibidas nas paredes do Museu Paulista.

Por fim, ao ressaltar que a galeria das monções havia sido concebida para exaltar a tradição paulista – "a nossa tradição" – de alargamento de fronteiras e que os monçoeiros eram bandeirantes navegadores, Taunay retomava o cerne do discurso proferido no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1912, relacionado à conquista e à dilatação do território brasileiro efetuada pelos habitantes do planalto, como visto no capítulo anterior. Diante dessas palavras, depreende-se que a sala B-4 – sala das Monções, sala Hercules Florence – foi concebida como a realização de um sonho antigo, de um projeto de vida, enfim, como a materialização museográfica de sua visão de história de São Paulo e do Brasil formulada havia mais de 30 anos, inabalável ao longo de todo o período.

Esse artigo jornalístico talvez tenha sido o último *flash* da sala B-4, pois, em 7 de março de 1947, 19 telas da Galeria Almeida Júnior haviam sido requisitadas para figurarem na Pinacoteca do Estado de São Paulo e o espaço expositivo foi desmontado. De acordo com o Relatório de Atividades de 1947 redigido pelo então diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda

582 TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, op. cit., p. 2, 1947.

583 Ibidem.

584 BREFE, Ana Cláudia, op. cit., p. 269.

> Por terem sido ecolhidos à Pinacoteca do Estado os quadros artísticos da Galeria Almeida Júnior, uma sala foi aproveitada para a exposição de duas vitrinas. Na central está uma armadura dos primeiros tempos da colónia e na lateral bateias e objetos de mineração. Ficaram ainda os quadros de interesse histórico, pintados pelo mestre paulista. E alí está o Mapa Geral das Bandeiras Paulistas, além de vultos relacionados com o Bandeirantismo. O beque de um canoão e outros utensílios usados pelos paulistas em suas viagens fluviais foram transportadas para a sala onde se acha a "Partida da Monção" e cópias de quadros de Hércules Florence.[585]

Taunay sai, mas o beque de proa continua...

Por seis décadas, a tela *Partida da monção* teve o beque de proa como companheiro. O artefato voltaria a ter papel relevante numa das salas da exposição *Cartografia de uma história – São Paulo* colonial: mapas e relatos, que ficou em cartaz no Museu Paulista, entre março de 2005 e novembro de 2006. No espaço "Caminhos e caminhantes: vivências do sertão", o canoão era o elemento dominante em uma sala cujo verde das paredes evocava a floresta a ser percorrida por meio de mapas em criação, rasurados, manuscritos (figura 86).[586]

Figura 86: Vista parcial da sala Caminhos e caminhantes, década de 2000. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

585 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Relatório de atividades referente ao ano de 1947*. São Paulo: APMP/ FMP, 1948.

586 BOGUS, Ricardo Nogueira. O projeto museográfico da exposição Cartografia de uma história – São Paulo colonial: mapas e relatos. *Anais do Museu Paulista*, vol. 17, n. 1, p. 17-33, jun. 2009.

Mais uma vez, sendo a sala desmontada para dar lugar à exposição *Imagens recriam a História*, inaugurada em 2007, o beque de proa foi deslocado para o saguão do museu, na lateral da escadaria monumental. Embora aparentemente tivesse perdido sua importância no discurso museográfico, foi, nesse espaço, objeto de estudos de arqueometria realizados pelo arqueólogo português Francisco Alves em 2008, como comentado no início do capítulo.

Já em 2010, com os dias contados no Museu Paulista, frente à iminente transferência para o Museu Republicano, o canoão foi exposto no saguão do museu, novamente sob o olhar e proteção dos dois bandeirantes que o acolheram na fala de Taunay em 1926 (Figura 87). Uma vez em Itu, o canoão foi colocado no centro de uma pequena sala, onde permaneceu de 2010 a 2017, identificado apenas por suas dimensões, proveniência e data de ingresso no museu.

Figura 87: Vista parcial do peristilo do Museu Paulista, 2010. Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Nova história começaria a ser contada a partir do segundo semestre de 2016, quando se estabeleceu uma parceria com o grupo do Departamento de Engenharia Naval da Escola Politécnica da USP, que, a partir da fotogrametria e de outras técnicas combinadas com a observação de dados dos desenhos de Hercule Florence e Aimé-A-

drien Taunay, conseguiu reconstruir digitalmente o canoão. Ademais, os estudos realizados pelo Instituto de Biociências da USP confirmaram ser uma embarcação de peroba.[587]

Finalmente em 23 de setembro de 2017 – cem anos após as primeiras tratativas para a ida do beque de proa para o Museu Paulista – foi montada nova exposição sobre a temática das monções, sob minha curadoria e a de Rodrigo Silva, intitulada *Viagens fluviais*: *homens e canoas na rota das monções*, no Museu Republicano de Itu, na região de seu primitivo emprego.

Em razão dos trabalhos interdisciplinares, o beque de proa teve protagonismo no que tange à sua materialidade. Os resultados das investigações realizadas pelos historiadores, engenheiros e biólogos da Universidade de São Paulo foram integrados à própria concepção da exposição e ao projeto expográfico, tanto que, próximos à embarcação, figuram dois infográficos sobre a madeira de que é feita o canoão, sua dimensão, capacidade de carga, e comparação com outros modais de transporte, além de um breve documentário sobre os trabalhos de fotogrametria, exibido ininterruptamente (Figura 88).

Figura 88: Vista da exposição *Viagens fluviais*: homens e canoas na rota das monções, 2017. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

587 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. et al. Trajetória e reconstituição digital de uma canoa do Museu Paulista – USP. *Anais do Museu Paulista*, vol. 27, p. 1-40, 2019.

A partir dos resultados obtidos, foi possível projetar que, nas grandes expedições que percorriam a rota das monções, 90 canoas eram capazes de transportar 360 toneladas de carga entre São Paulo e Mato Grosso. Esse total de canoas correspondia a 360 carros de boi, ou 15 caminhões, ou 2.850 bois ou 3.750 mulas. Tal capacidade fabulosa explica porque as viagens fluviais permaneceram ativas durante todo o século XVIII, embora já houvesse caminho terrestre aberto de São Paulo a Goiás e daí a Cuiabá, desde a década de 1730.

Para compor as salas, foram levadas para o Museu Republicano telas encomendadas por Taunay nas décadas iniciais do século XX – *Carga das canoas*, de Oscar Pereira da Silva, *Bênção das canoas* e *Pouso no sertão – Queimada*, de Aurélio Zimmermann – e as reproduções dos desenhos realizados por Hercule Florence, nos anos 1820, pertencentes à coleção Cyrillo Florence (Figuras 89 e 90).

Figura 89: Outra vista da exposição *Viagens fluviais*: homens e canoas na rota das monções, 2017. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Figura 90: Segunda sala da exposição *Viagens fluviais*: homens e canoas na rota das monções, 2017. Acervo Museu Republicano "Convenção de Itu" – USP, Itu. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Telas e desenhos foram expostos lado a lado, informando o público sobre a expedição Langsdorff e explicando a perspectiva de Afonso Taunay na construção da narrativa visual das monções. Embora muitos elementos presentes nos dois suportes temporalmente distantes sejam considerados traços das expedições monçoeiras que precederam a expedição Langsdorff, buscamos não confundir os dois períodos, tomando um pelo outro. Afinal, eram outros homens e objetivos diferentes que os guiavam.

Parte IV

Narrativas monçoeiras e cultura escrita

8

Afonso Taunay e a divulgação de relatos monçoeiros

Introdução

Em 1952, José de Barros Martins publicava *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*, em dois tomos, de autoria de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, primeiro título da Biblioteca Histórica Paulista, dirigida por Afonso d'Escragnolle Taunay. Segundo o próprio editor, não havia poupado esforços ante a necessidade de investir avultado capital para editar velhos textos de nossa paulística, esgotados nas livrarias e bibliotecas, para oferecer como contribuição da Livraria Martins Editora às comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo.[588] Em razão da efeméride, todos os dez títulos foram publicados entre 1952 e 1954.

Martins lançou a coleção tendo como referência sua Biblioteca Histórica Brasileira, coordenada por Rubens Borba de Moraes, composta por 18 títulos, editados entre as décadas de 1930 e 1950, e elogiada por trazer aos leitores traduções integrais, cuidadosamente revistas, anotadas e prefaciadas de textos de estrangeiros que visitaram o país e registraram suas impressões. A primeira obra lançada naquela coleção, em 1939 – mesmo ano da fundação da editora –, fora *Viagem pitoresca através do Brasil*, de Johann Moritz Rugendas, ilustrada com 100 gravuras da edição original e mais 10 de coleções particulares. O cuidado gráfico presente desde a primeira obra foi, na verdade, a marca da editora paulista ao longo de seus 35 anos de existência, revelado, inclusive, nas capas criadas por artistas do quilate de Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e José Wasth Rodrigues.[589]

A maior parte dos títulos da Biblioteca Histórica Brasileira carregava "Brasil" no título, como a demonstrar a abordagem do território numa perspectiva exógena e mais ampla. Já a Biblioteca Histórica Paulista tem seu núcleo formado por textos que versam sobre São Paulo, capitania e província. Ademais, conta com autores da terra ou naturalizados, como Azevedo Marques, Augusto Emilio Zaluar, Pedro Taques de Almeida Paes

588 MARTINS, José de Barros. Palavras do editor. In: *Catálogo da Biblioteca Histórica Paulista*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

589 PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasilianas, nas décadas de 1930, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Sumaré, 2001, p. 419-476.

Leme, Frei Gaspar da Madre de Deus, e os monçoeiros e sertanistas que deixaram suas notícias práticas.

Para a coordenação da Biblioteca Histórica Paulista, Martins chamou Afonso Taunay que havia dirigido o Museu Paulista, de 1917 a 1945, e publicado inúmeras obras sobre o passado paulista, entre as quais a monumental História Geral das Bandeiras Paulistas, em 11 volumes, que lhe consumira décadas de pesquisa, reunião de documentos e escrita até a finalização em 1950. Segundo o próprio editor, Taunay era o "homem mais capaz para dirigir e orientar uma Biblioteca Histórica Paulista".[590]

Embora não tenha integrado a Comissão do IV Centenário, Taunay foi convidado pelo seu presidente, Francisco Matarazzo Sobrinho, para fazer parte de várias consultorias técnicas, que eram órgãos honoríficos da autarquia, constituídas por elementos de destaque na vida intelectual e social paulistana.[591] Também recebeu convite de outras instituições que se mobilizaram em função do IV Centenário, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que o nomeou junto a Washington Luís para compor a Comissão de Honra com a qual o Instituto se apresentaria no Congresso de História dos festejos; a Secretaria de Educação de Adultos, que lhe solicitou um artigo sobre o desenvolvimento do ensino primário e supletivo em São Paulo desde os seus primórdios; o Congresso Internacional de História, que o convidou por meio de Eduardo D'Oliveira França (na condição de secretário do Brasil no congresso) para que integrasse o evento.[592] Ademais, Taunay foi responsável pela organização da obra coletiva *São Paulo em quatro séculos*, publicada em 2 volumes, em 1953 e 1954, sob os auspícios daquela comissão.

Para além do renome que Taunay desfrutava no cenário intelectual, ele e Martins mantiveram contato quando o editor esteve à frente do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, de 1949 a 1950, a fim de acordarem prazos para redação de livro.[593]

---

590 Entrevista de José de Barros Martins. *FLAN*: O Jornal da Semana. Rio de Janeiro, ed. 34, p. 38-39, 1953.

591 MATARAZZO SOBRINHO, Francisco. [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 09 abr. 1952, 30 jul. 1952, 14 ago. 1953. 3 cartas. APMP/ Coleção Afonso Taunay – Pasta 23.

592 CAMPOS, Ernesto Souza; FERREIRA, Tito Lívio, respectivamente presidente e secretário geral do IHGSP. [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 14 mar. 1953. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay – Pasta 23; TEIXEIRA, Lázaro Gonçalves, diretor do Serviço de Educação de Adultos [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 20 abr. 1953. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay – Pasta 23; FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 21 maio 1953. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay – Pasta 23.

593 A carta não possui data, porém, Martins é tratado como diretor do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, cargo que ocupou entre 1949 e 1950. A obra em questão é História da Cidade de São Paulo, encomendada pelo então prefeito Abrahão Ribeiro. Taunay solicita a Martins a prorrogação do prazo de entrega em 2 anos, assim como propõe a continuidade da obra com a escrita de um novo volume que abarque temporalmente a independência e os primeiros anos do Império. Museu Paulista/ USP – eção técnico-científica de documentação e gestão de acervo - Arquivo Permanente – Coleção Afonso Taunay - Pasta 23.

A Biblioteca Histórica Paulista era formada por dez títulos, sendo oito reedições de obras sobre o passado paulista e dois inéditos, Relatos sertanistas (volume VII) e Relatos monçoeiros (volume IX), ambos editados por Afonso Taunay. Este último reúne narrativas escritas por diferentes agentes históricos sobre as monções que tiveram o rio Tietê como principal estrada móvel em direção ao oeste da América portuguesa. Do mesmo modo que considerei a sala das monções, inaugurada no Museu Paulista em 1944, como um coroamento de sua produção museográfica sobre a construção da memória das viagens fluviais, neste capítulo, sugiro que Relatos monçoeiros possa ser reputado como uma síntese de sua produção historiográfica sobre a temática monçoeira e de sua forma de fazer história, além de ter se configurado como importante veículo de disseminação de determinadas versões impressas das narrativas, base de muitos trabalhos historiográficos até os dias de hoje.

Para acompanhar parte das trajetórias das narrativas monçoeiras e da atuação de Taunay como editor, lançarei mão das reflexões sobre os tempos do escrito empreendidas por Antonio Castillo Gómez[594] e das análises sobre mediação editorial realizadas por Roger Chartier.[595] Tomadas, a um só tempo, como texto e objeto, sob a perspectiva da cultura escrita e da cultura material, tais narrativas serão consideradas como produtos e vetores de relações sociais na célebre expressão de Ulpiano Bezerra de Meneses.[596]

Relatos monçoeiros na Biblioteca Histórica Paulista

A iniciativa da publicação dos títulos da Biblioteca Histórica Paulista, entre os quais *Relatos monçoeiros*, coadunava-se com um dos principais propósitos da Comissão do IV Centenário: "promover estudos históricos relativos à fundação de São Paulo (...) bem como reeditar obras históricas em geral, referentes à evolução política, econômica e cultural de São Paulo",[597] tanto é que a comissão decidiu publicar a sua própria Biblioteca, nomeada Biblioteca do IV Centenário, cujo primeiro volume foi o *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, de Francisco de Assis Carvalho Franco.

A temática escolhida para inaugurar a coleção oficial, em 1953, já indica o esforço da comissão em projetar, por meio da literatura, a figura do passado que serviria como alicerce para a identidade paulista que se procurava forjar em meio à pluralidade de habitantes que compunham a cidade. Tal personagem mais uma vez foi o bandeiran-

---

594 CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 5, p. 93-124, jan./jun. 2003.

595 CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 61-76.

596 MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 112-113, 1983.

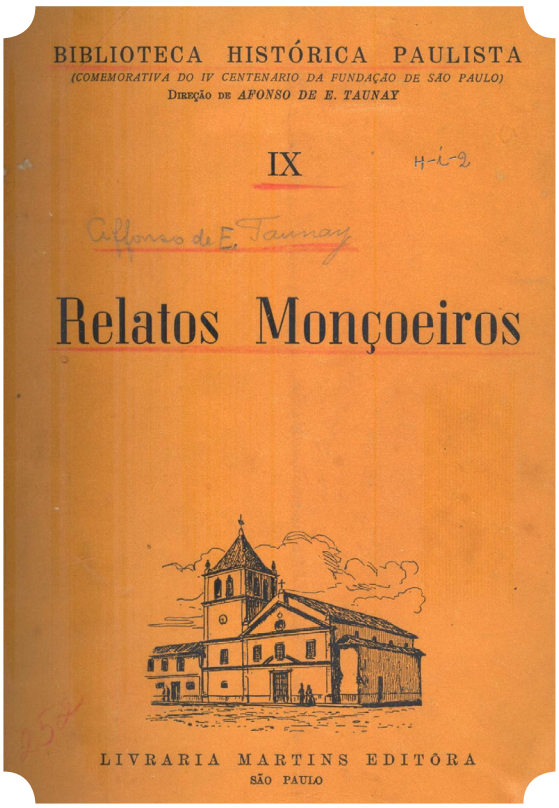
597 Portaria 8, artigo 5º, letra B - Prefeitura de São Paulo, 6 de abril de 1949, apud LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 - A cidade aniversariante e a memória coletiva. O IV Centenário da Cidade de São Paulo. *Projeto História*, v. 20, p. 308, abr. 2000.

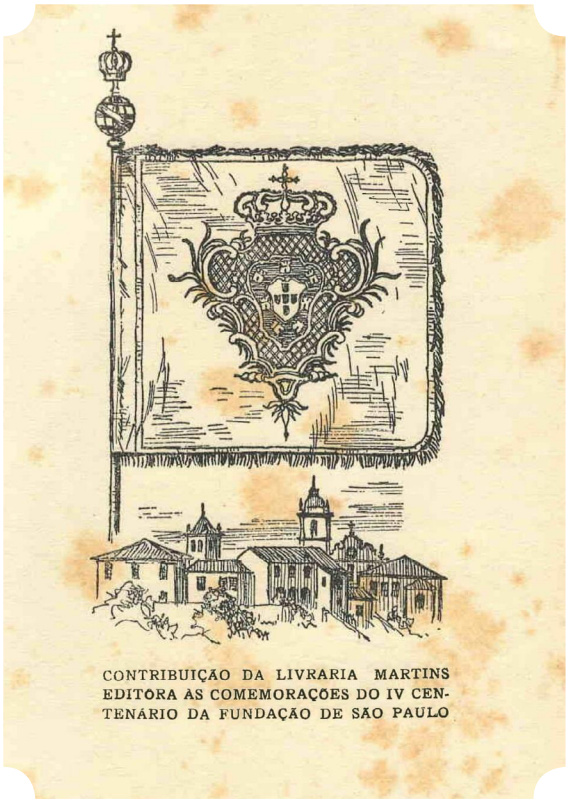
te, mas não aquele vinculado exclusivamente ao sertanismo, aos primeiros troncos da terra, dos quais se depreende noções de nobiliarquia, de herança constituída por laços de sangue. Antes, o bandeirante adjetivo tomado enquanto aquele que qualifica feitos e espíritos, e que simboliza heroísmo, intrepidez, pioneirismo, bravura, empreendedorismo, podendo congregar, em sua filiação, gentes de outras partes do Brasil, de raízes estrangeiras, trabalhadores e empresários em um mesmo solo, a cidade de São Paulo.[598]

No caso da Biblioteca Histórica Paulista, da Livraria Martins, a própria materialidade da coleção remete ao passado seiscentista paulista. José Wasth Rodrigues foi responsável pela ilustração da capa e pelo selo da coleção (Figuras 91 e 92). Ninguém mais apropriado que ele, que já havia sido autor de várias telas encomendadas por Afonso Taunay durante sua gestão à frente do Museu Paulista,[599] e era ilustrador da Livraria Martins. E foi de seu trabalho nessas duas instituições que Wasth Rodrigues criou as marcas da coleção ligadas ao bandeirismo, pois foram retiradas de seus próprios desenhos na obra *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado, publicado pela Martins, em 1943.

598 Sobre a criação das imagens do bandeirante nas festividades de 1954, ver MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 6/7, p. 9-36, 1998-1999; LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo:* uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004. Ambos são tributários das análises de QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, n. 13, p. 78-87, 1992. Já para a construção do mito do bandeirante pela elite paulista desde o último quartel do século XIX até os anos de 1940, no período que antecedeu as efemérides do IV Centenário, ver ABUD, Katia Maria. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições*: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

599 NASCIMENTO, Ana Paula. Entre a fricção e a serenidade, a caminho do interior: os painéis de Wasth Rodrigues no peristilo do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 27, p. 1-58, 2019.

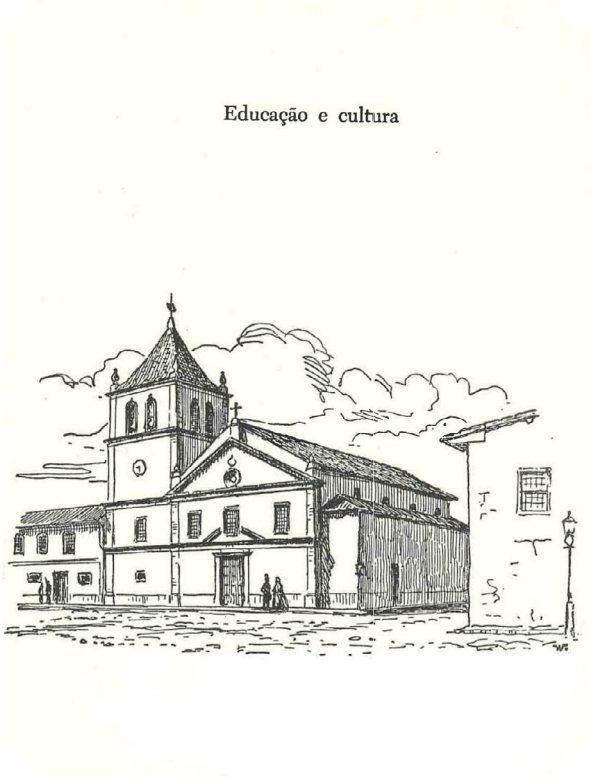


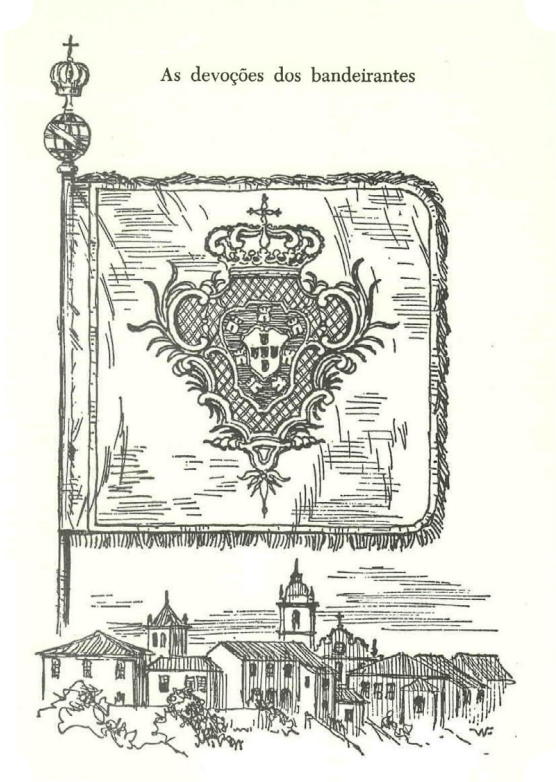


Figuras 91 e 92: Capa e selo da coleção da 1ª edição de *Relatos monçoeiros*.

A ilustração da capa é uma estampa da Igreja do Colégio, que abriu o capítulo "Educação e cultura" do *Vida e morte do bandeirante* (Figura 93), em total sintonia com as referências primordiais para a coleção que se estava lançando. E o emblema da coleção, que é o estandarte da cidade de São Paulo do século XVII, o século do bandeirismo, encimando a vista da cidade a partir da várzea do Carmo, abriu, por sua vez, o capítulo "As devoções dos bandeirantes", também do livro de Alcântara Machado (Figura 94).[600]

600 MACHADO, Antonio de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.





Figuras 93 e 94: Estampas de abertura dos capítulos “Educação e cultura” e “As devoções dos bandeirantes” em *Vida e Morte do Bandeirante*.

Tal estandarte já havia sido ilustrado por Wasth Rodrigues em *Brazões e Bandeiras do Brasil*, de Clóvis Pereira, publicado em 1933.[601] Todavia, nessa obra, a bandeira, que é uma cópia exata do brasão de D. João V, figura sem a esfera armilar e a coroa do Império do Brasil no topo do mastro (Figura 95).

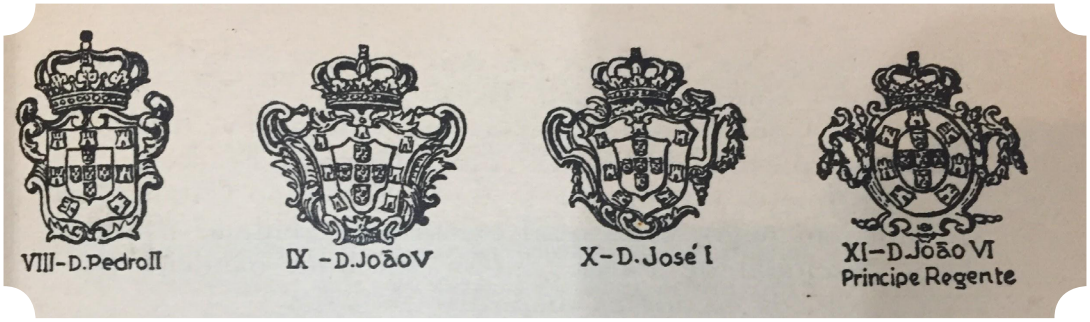


Figura 95: Detalhes dos brasões desenhados por José Wasth Rodrigues no livro *Brazões e Bandeiras do Brasil*, p. 85. Destaque para o brasão de número IX, de D. João V.

Tanto em *Brazões e Bandeiras*, como em *Vida e morte do bandeirante*, nos créditos das ilustrações, há a menção ao exemplar guardado no acervo do Museu Paulista

601 PEREIRA, Clóvis. *Brazões e Bandeiras do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1933.

(Figura 96), que teria sido usado como estandarte do Senado da Câmara de São Paulo, datado de finais do século XVIII. Esse artefato teria pertencido ao Brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiroz, uma das maiores fortunas mercantis e agrárias do início do oitocentos paulista e fora doado à instituição por sua neta, D. Francisca Miquelina de Sousa Queiroz, em 1923.[602]

Figura 96: Bandeira: estandarte da Câmara Municipal de São Paulo. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Helio Nobre/ José Rosael.

Os livros da Biblioteca Histórica Paulista, publicados pela Martins, foram impressos em suas versões com capas mole (23,5 cm de altura e 16,5 cm de largura) e de luxo (24,7 cm de altura e 18,5 cm de largura) nas Empresas da Oficina Gráfica da Revista dos Tribunais, cujos equipamentos' haviam sido comprados da editora de Monteiro Lobato, quando de sua falência.[603] Todos traziam estudos introdutórios e eram ilustrados.

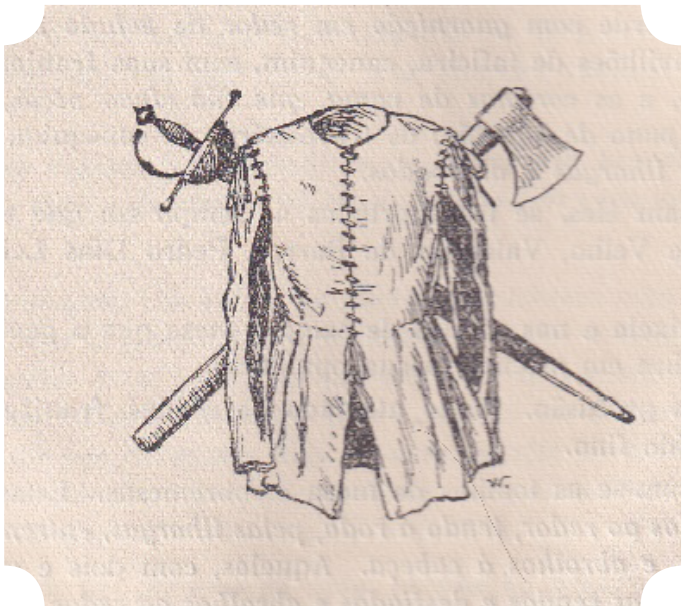
Na versão de luxo, a contracapa dura vermelha traz a panóplia bandeirante tal como registrada por Wasth Rodrigues no livro de Alcântara Machado (Figura 97),[604] levemente modificada em relação à reproduzida nos painéis de azulejos do Museu Republicano, abordada no capítulo anterior. O gibão é liso sem os losangos pespontados

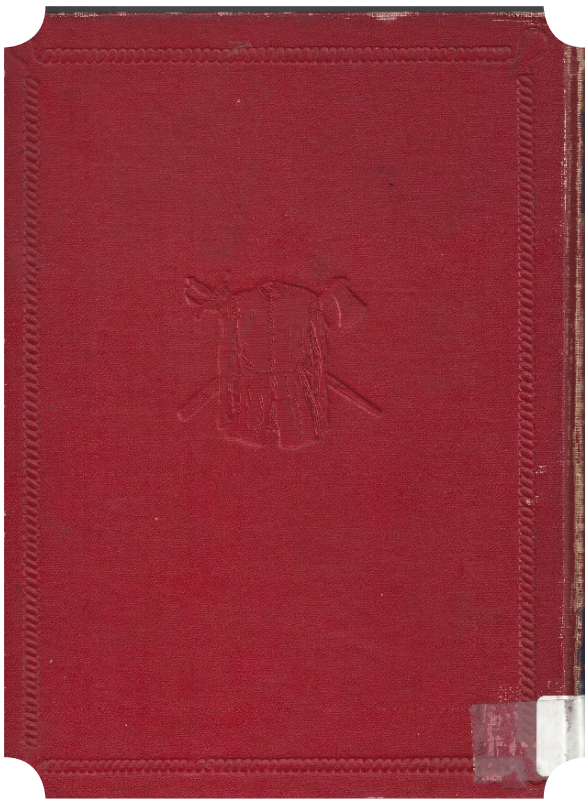
602 RELATÓRIO anual referente ao ano de 1923. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, p. 805, 1926. O estandarte ingressou no Museu Paulista no mesmo conjunto que continha a mobília de sala do brigadeiro analisada no capítulo 2.

603 HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil:* sua história. 3ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 389-392.

604 SOUZA, Jean Gomes. Relatos monçoeiros (1953): um panegírico à "conquista do Brasil pelos brasileiros" através do Rio Tietê. *Domínios da Imagem*, v. 14, n. 27, p. 423-425, 2020.

e a escopeta é substituída pela espada (Figura 98), contudo, não deixa de ser a mesma imagem icônica a representar metonimicamente o bandeirante[605] e metaforicamente o passado paulista recriado por Taunay.





Figuras 97 e 98: Panóplia bandeirante por José Wasth Rodrigues em *Vida e morte do bandeirante* (1943) e na contracapa de *Relatos monçoeiros* (1953). Reprodução: Jean Gomes de Souza.

Embora lançasse uma coleção literária própria, a comissão acabou por subvencionar uma edição dos títulos da Biblioteca Histórica Paulista, publicando-os no mesmo período que a Martins, com outras capas e estampas comemorativas, com os dizeres "Publicações comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo".

Em 1976, em razão do cinquentenário das atividades da Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, a Biblioteca Histórica Paulista ganhou nova edição e, nas décadas de 1970 e 1980, foi integralmente publicada na Série Reconquista do Brasil e Reconquista do Brasil (nova série) pela Editora Itatiaia e Edusp.[606] No caso específico de *Relatos monçoeiros*, ele também seria publicado, na década de 1950, como tomo III da *História das bandeiras paulistas*, coleção condensada da *História geral das bandeiras paulistas*, de

605 Ideia desenvolvida por MARINS, Paulo César Garcez. Uma personagem por sua roupa: o gibão como representação do bandeirante paulista. *Tempo*, v. 26, n. 2, p. 404-429, maio/ago. 2020.

606 Sobre a reedição das coleções Biblioteca Histórica do Brasil e Biblioteca Histórica Paulista pelas editoras Itatiaia e Edusp, ver SERRANO, Gisella de Amorim. Memória e história na Reconquista do Brasil: Minas no Brasil. *Outros Tempos*, v. 11, p. 280-294, 2014.

autoria de Afonso Taunay.[607] Novamente, não por acaso, a imagem das capas dos três volumes viria a ser a panóplia bandeirante com o gibão de armas.

A estrutura da obra e os ofícios de Taunay

Com 273 páginas, *Relatos monçoeiros* pode ser dividido, para fins de análise, em duas partes: a primeira corresponde à Introdução e ocupa cerca de um terço da obra, enquanto a segunda congrega a publicação integral de 13 narrativas.

A Introdução está subdividida em capítulos escritos por Taunay sobre os mais variados aspectos do fenômeno monçoeiro — condições das viagens, tipos de embarcações, composição da tripulação, distâncias entre os pousos, condições climáticas, produção de víveres, alimentação, populações indígenas, iconografia, bibliografia e cartografia sobre as monções, para citar alguns. Dos 20 estudos introdutórios, pelo menos 15 já haviam sido publicados de forma idêntica ou bastante aproximada no *Correio Paulistano*, de São Paulo, e no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, desde a década de 1910 até a de 1940.

Quanto à segunda parte da obra, as narrativas selecionadas por Taunay foram: o mapa e a carta do capitão general governador do Paraguai Dom Luís de Céspedes Xeria a Felipe IV sobre sua navegação no Tietê e no Paraná, em 1628, em direção a Assunção; sete das oito *Notícias práticas das minas de Cuiabá na capitania de São Paulo*, recolhidas pelo padre Diogo Soares na década de 1730; a *Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá*, em 1751; a *Carta de um passageiro de monção*, atribuída ao paulista Diogo de Toledo Lara Ordonhes, de 1785, e o *Diário de navegação de Teotônio José Juzarte*, em direção ao presídio do Iguatemi, em 1769. Todos os relatos estiveram relacionados à trajetória de Taunay em momentos diferentes: ou já havia escrito sobre eles ou sobre seus autores, ou já os havia publicado na íntegra ou em fragmentos.

Vale dizer, entretanto, que alguns paratextos editoriais[608] — o índice e a divisão interna da obra — alertam para o fato de que o "Mapa e a Carta de Céspedes Xeria" e o "Diário de navegação" de Juzarte não foram considerados por Taunay como relatos monçoeiros, pois, separando os documentos de Céspedes Xeria das "Notícias Práticas", há uma folha com o título "Relatos monçoeiros", esclarecendo que é a partir dali que se iniciam as narrativas sobre as monções, encerradas no final de "Carta de um passageiro de monção (1785)" (Figura 99). A disposição centralizada e as letras em caixa alta do "Diário da navegação", de Juzarte, igualmente indicam que ele está excluído do conjunto.

---

607 Respectivamente, TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História das bandeiras paulistas*, t.III. São Paulo: Melhoramentos, [19-?].; Idem. *História geral das bandeiras paulistas*, t. XI. São Paulo: Imprensa Oficial, 1950.

608 GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia: Ateliê, 2009.

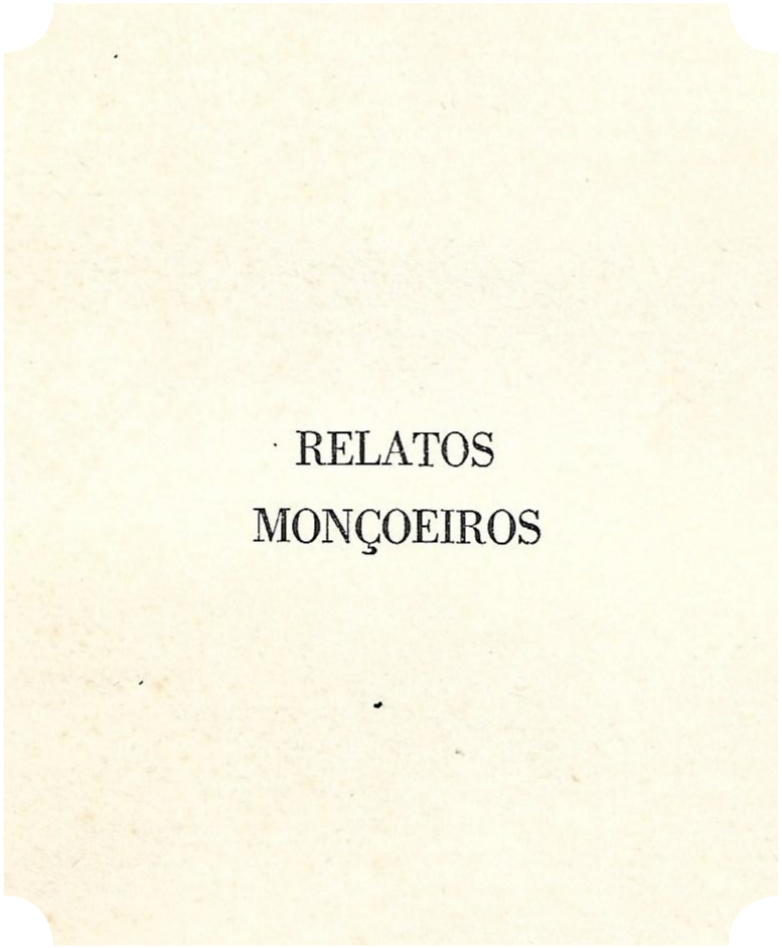

RELATOS
MONÇOEIROS

Figura 99**:** Divisão interna de Relatos monçoeiros (1953).

Por que então figuram na obra? A meu ver, porque, embora Céspedes Xeria e Juzarte tivessem realizado viagens fluviais partindo da capitania de São Paulo para seus destinos no interior do continente americano, respectivamente Assunção, no Paraguai, e o presídio do Iguatemi, localizado no atual estado do Mato Grosso do Sul, utilizando o rio Tietê como principal via de penetração, eles não se dirigiram a Cuiabá, em cujas proximidades foi encontrado ouro em 1718, e para onde seguiam as frotas regulares a partir de então, sobretudo, de Araritaguaba.

Por fim, em meio às narrativas setecentistas, a obra conta com reproduções em preto e branco de 13 telas do acervo do Museu Paulista, encomendadas por Taunay, retratando cenas da Expedição Langsdorff, realizada entre 1825 e 1829, com base nos desenhos de Hercule Florence e Aimé-Adrien Taunay.[609] *Benção das canoas* e *Pouso no sertão – queimada, 1826*, de Aurélio Zimmermann, confeccionadas em 1919; *Carga de canoas*, *9º Encontro de monções no sertão*, *Partida de Porto Feliz*, de Oscar Pereira da Silva, elaboradas em 1920; *Desencalhe de canoa, 1826*, *Pirapora do Curuçá, 1826 (hoje*

609 Também fazem parte da iconografia do livro o quadro *Partida da monção* (1897), de José Ferraz de Almeida Júnior, e dois estudos que o antecederam, um pertencente ao Museu Paulista e outro à Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Tietê), *Pouso de monção à margem do Tietê, 1826* e *Vista de Camapuã, 1826*, de Zilda Pereira; *Vista de Porto Feliz, 1826* e *Porto Feliz, 1826*, de Silvio Alves; *Monstro fluvial Piracangava* e *Canoa fantasma no rio Tietê*, de Nair Opromolla de Araújo. Como já visto no capítulo anterior, as obras de Zilda Pereira, Silvio Alves e Nair Opromolla de Araújo foram feitas nos anos iniciais da década de 1940.

Jean Gomes de Souza bem observou como a dimensão pacífica do processo de formação da nação representada no "museu da paz" de Taunay foi transferida para o livro *Relatos monçoeiros*.[610] A maioria das telas retratava momentos de placidez e tranquilidade das viagens e dos rios nas ocasiões de partida e de repouso, bastante distantes das agruras vivenciadas durante as jornadas — obstáculos nos cursos dos rios, fomes, doenças, incômodo com insetos, ataques indígenas — descritas nas narrativas.

Tanto a produção historiográfica escrita de Taunay como a museográfica foram fortemente marcadas pela temática das bandeiras e pela construção de uma memória positiva acerca das ações dos sertanistas paulistas na conformação do Brasil, haja vista sua monumental obra *História geral das bandeiras paulistas*, em 11 volumes, escritos de 1924 a 1950, e a implantação do projeto decorativo no Museu Paulista mediante a aquisição de acervos e a encomenda de pinturas e esculturas, com o propósito de recriar a história do país a partir da cidade de São Paulo e dos bandeirantes, conforme comentado no capítulo anterior.[611]

A construção de *Relatos monçoeiros* deve ser compreendida, portanto, no âmbito de seus estudos sobre as bandeiras e as monções, pois, para Taunay, as viagens fluviais para Cuiabá e Mato Grosso corresponderiam à última fase do bandeirantismo. A historiografia, entretanto, já vem assinalando há muito tratar-se de movimentos distintos.[612] Historiadores coevos, como Sérgio Buarque de Holanda e mesmo Alfredo Ellis Júnior, haviam alertado para as especificidades de cada um, sobretudo no que tange aos caminhos terrestres utilizados pelos bandeirantes e aos fluviais pelos monçoeiros.[613] Em *Monções*, publicado pela primeira vez em 1945, Holanda afirmava que, enquanto nas

---

610 SOUZA, Jean Gomes de, op. cit., p. 445, 2020. O termo museu da paz foi cunhado por Paulo César Garcez Marins, para quem, no Museu Paulista, houve "uma recorrente recusa de representações da trajetória nacional por meio dos conflitos explícitos, característica já existente nas obras anteriores da gestão Taunay e cuja manutenção permitiu a constituição de uma narrativa visual que consagrou a dimensão pacífica no processo de formação da nação". Cf. MARINS, Paulo César Garcez. O Museu da paz. In: Idem (coord.). *Passados imaginados*. São Paulo: Edusp/ Museu Paulista da USP, 2022, p. 21.

611 BREFE, Ana Cláudia. *Museu Paulista*: Affonso Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

612 HESSEL, Rodolfo. *Iconografia monçoeira*: imagens e ideologia. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006; OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Indias*, v. LXXV, n. 265, p. 681-710, 2015; CARVALHO, Francismar Alex Lopes. *Entre rios e impérios*: a navegação fluvial na América do Sul. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

613 DINIZ, José Nilo Bezerra. Representação do Tietê na Historiografia Paulista. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, p. 126-140, 2013.

bandeiras, os rios eram um obstáculo à marcha, durante as monções, eles se converteram em estradas móveis, epíteto forjado para vias fluviais. Para ele, eram as jornadas longas realizadas dentro das embarcações as responsáveis pela conformação de novos comportamentos e atitudes dos sertanistas que percorriam a rota monçoeira, relacionados à disciplina, ao cálculo de oportunidade, ao gosto da pecúnia.[614]

Taunay não só não polemizou com os colegas, como continuou a adotar até o final da vida uma postura impassível em relação à unicidade dos movimentos, mesmo em face de novas obras e de novos documentos, repetindo suas análises, inclusive com as mesmas palavras, em vários escritos.[615] O programa de pesquisa iniciado no discurso do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1912,[616] parece não sofrer abalos ao longo dos anos em que se dedicou ao ofício de historiador.

A contiguidade espacial e temporal de bandeiras e monções, por exemplo, figura nas primeiras páginas da introdução de *Relatos monçoeiros*, que possui trechos inteiros do discurso proferido por Taunay na inauguração do *Monumento às monções*, em Porto Feliz, intitulado À glória das monções, publicado na íntegra no *Correio Paulistano*, em 28 de abril de 1920,[617] e, em livro, pela Casa Editora O Livro ainda no primeiro semestre daquele ano.[618] Em 1926, o discurso seria republicado como um capítulo da obra Índios! Ouro! Pedras!.[619] Levemente alteradas, as mesmas passagens figurariam no artigo "A grande via secular de Oeste", escrito para o *Jornal do Commercio*, em 23 de janeiro de 1944[620] e, ainda, como parte da conferência "O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil", no *Curso de bandeirologia*, em 1946.[621] Também compuseram a segunda parte do tomo XI da *História geral das bandeiras paulistas*, publicado em 1950, que, no mes-

---

614 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. 4ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 106.

615 Embora não estivesse se referindo diretamente ao tratamento dado às monções, Alfredo Ellis Júnior escreveu uma resenha na *Revista de História*, em 1951, sobre o tomo XI da *História geral das bandeiras paulistas*, profundamente ressentido pelo desprezo de Taunay sobre suas novas pesquisas. Diz ele: "Tivesse o erudito mestre lido meu *Meio século de bandeirismo* editado em 1947, na série Brasiliana, pela Cia. Editora Nacional, a qual é na verdade a minha tese de concurso que o emintente mestre conhece, não teria sido tão peremptório. É que essa edição é muito aumentada por novas pesquisas que fiz em documentos que vistoriei depois, de modo que fui levado a reformar os pontos de vista que tinha a propósito dessas bandeiras". ELLIS JÚNIOR, Alfredo. Resenha. *Revista de História*, v. 2, n. 6, p. 441, 1951.

616 "Também, que império magnifico essa capitania de São Paulo, com mais de três milhões e quinhentos kilometros quadrados, de onde mais tarde deviam surgir sete circumscripções da Confederação Brazileira, algumas delas maiores do que território de dois e três dos mais poderosos Estados da Europa central!". Cf. TAUNAY, Afonso d'E. Discurso de posse pelo Dr. Affonso d'E. Taunay. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 17, p. 90, 1913.

617 Idem. À glória das monções. *Correio Paulistano*, n. 20409, p. 4, 28 abr. 1920.

618 Idem. *À glória das monções*. São Paulo: Casa Editora "O Livro", 1920.

619 Idem. *Índios! Ouro! Pedras!* São Paulo: Melhoramentos, 1926.

620 Idem. A grande via secular de Oeste. *Jornal do Commercio*, ano 117, n. 96, p. 2, 30 jan. 1944.

621 Idem. O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil. In: TAUNAY, Affonso d'Escragnolle (org.). *Curso de bandeirologia*: conferências. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 5-28.

mo ano, sairia em separata pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, com o título de *Monções cuyabanas no século XVIII*,[622] e viria a integrar o tomo III de *História das bandeiras paulistas*.[623]

Mesmo um texto novo, publicado em 1950, correspondente ao capítulo II da Introdução de *Relatos monçoeiros*, reafirmava sua convicção de que as monções foram o episódio derradeiro das bandeiras: "Criara-se o episódio das monções, inserto com o maior relevo nos anais do bandeirantismo de S. Paulo, assumido ímpar originalidade não só em nossos fastos nacionais como nos do Universo".[624]

A reunião em livro de artigos publicados anteriormente de forma avulsa fora adotada por Taunay desde o início de sua carreira. *Na Era das Bandeiras*, por exemplo, lançado em 1922, foi estruturado a partir de cinco artigos, que, por sua vez, já haviam sido agrupados em estudo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.[625] Karina Anhezini também identificou no artigo "Aspectos da vida setecentista brasileira, sobretudo em São Paulo", publicado no primeiro número de *Annaes do Museu Paulista*, a junção de textos divulgados anteriormente na imprensa paulista, em especial no *Comercio de São Paulo*, no *Correio Paulistano* e na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*.[626] E essa estratégia se repetiria em vários outros livros, podendo ser reconhecida, inclusive, como o *modus operandi* de Taunay de produzir e divulgar o conhecimento histórico.

Tal prática pode ser estendida aos homens das letras, atuantes nas primeiras décadas do século XX, que davam a conhecer seus trabalhos, sobretudo os do campo literário, primeiramente nas páginas de vários periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo.[627] Num contexto em que o mercado editorial ainda não ganhara força e que os aprimoramentos técnicos favoreceriam a produção mais acelerada e o barateamento da mídia impressa,[628] os jornais e as revistas eram assumidos como espaços de sociabilidade dos letrados, o "pequeno mundo intelectual", de que fala Ângela de Castro

---

622 Idem. Monções cuyabanas no século XVIII. Separata de TAUNAY, Afonso d'E. *História geral das bandeiras paulistas*, t. XI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1950.

623 Idem. *História das bandeiras paulistas*, t. III. São Paulo: Melhoramentos, 1951.

624 TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins, 1953, p. 17. Sabe-se que o texto era recente, pois nele há menção a Sérgio Buarque de Holanda, cuja obra *Monções* fora publicada em 1945 e o livro de Melo Nóbrega, *História de um rio*, que viera a lume em 1948.

625 ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira*: história da historiografia de Affonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 155.

626 Ibidem, p. 119.

627 Idem. Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 32, p. 59-60, jan. 2003.

628 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 94.

Gomes, ao se referir ao universo carioca dos anos 1920 e 1930,[629] também identificado por Antonio Celso Ferreira como o "pequeno mundo letrado" da província de São Paulo em fins do século XIX.[630]

Nicolau Sevcenko conta que José Veríssimo, da sua coluna do *Jornal do Commercio*, praticamente dirigiu todo o movimento literário na primeira década do século.[631] Sérgio Buarque de Holanda e Alfredo Ellis Júnior, já mencionados, entre tantos, igualmente participaram dos debates travados pelo círculo de intelectuais na imprensa periódica do eixo Rio-São Paulo publicando textos de suas lavras.[632] Para além do reconhecimento social, a redação de artigos garantia aos intelectuais remunerações significativas. De fato, o próprio Taunay confessara que a colaboração em jornais com artigos próprios era fundamental para complementar sua renda.[633]

Até a década de 1940, muitos diários funcionavam essencialmente como porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam,[634] tal como ocorria com o *Correio Paulistano*, veículo privilegiado de divulgação dos artigos de Taunay em São Paulo, órgão do Partido Republicano e das elites paulistas propagadoras do mito bandeirante. A revista mensal *O Criador Paulista*, publicada sob os auspícios da Secretaria da Agricultura e dedicada à indústria pastoril do estado de São Paulo, também contava com sua colaboração, tanto que, em 1918, trazia um artigo de sua autoria sobre carne e açougue em São Paulo no século XVI. No caso do *Jornal do Commercio*, afora a amizade de Taunay com o proprietário e bibliófilo Félix Pacheco, que lhe facilitava a publicação de colunas sobre temas de suas pesquisas, esse órgão de imprensa sempre esteve ligado à Academia Brasileira de Letras, da qual Taunay era imortal desde 1929.

Numa época em que parte do conteúdo dos periódicos era reservada para matéria literária,[635] pode-se sugerir que Taunay se valia do sucesso alcançado pelos romances-folhetins nas páginas dos diários paulistanos para comunicar seus estudos históricos. Seguindo o formato daquele gênero literário, publicado em fragmentos, com uma narrativa ágil e eventos sequenciais que buscam prender a atenção do leitor, Taunay

---

629 GOMES, Ângela Maria de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 62-77, jul. 1993. Sobre a atuação de intelectuais na primeira metade do século XX, ver também SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Capítulos de história intelectual*: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

630 FERREIRA, Antonio Celso, op. cit., p. 29-93.

631 SEVCENKO, Nicolau, op. cit. p. 90.

632 ROIZ, Diogo da Silva. Os projetos de escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930 e 1940. *Revista de Teoria da História*, v. 10, n. 2, p. 16, dez. 2013.

633 ANHEZINI, Karina, op. cit., 2003, p. 60.

634 RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 31, p. 148, ago. 2003.

635 NUNES, Monica Rodrigues. O folhetim no século XX em jornais paulistanos. *Atas do 34º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Recife: Intercom, 2011, p. 2.

lançou vários estudos em capítulos semanais: “A vida em Santo André da Borda do Campo”, por exemplo, foi publicada em seis episódios;[636] “Estudos sobre Pedro Taques”, em oito episódios;[637] “Um assalto a Santos (séc. XVI)”, em quatro episódios,[638] e “Aspectos quinhentistas de S. Paulo” [639] contou com 13 episódios!

Taunay valorizava suas publicações na imprensa, recortando os artigos e colando-os em papel almaço pautado durante anos e anos (Figuras 100, 101, 102 e 103). Tal prática colecionista seria mais conhecida em 2003, quando o Museu Paulista adquiriu documentos do antigo diretor, guardados por seu filho e nora, hoje reunidos na chamada Coleção Taunay. Em meio à massa documental, chegaram à instituição os “Cadernos de recortes” de Afonso Taunay, material ainda escassamente mobilizado pelos pesquisadores que muito pode informar tanto sobre sua produção historiográfica como sobre a montagem e organização de seu arquivo pessoal. E que faz questionar, inclusive, em que medida os estudos introdutórios de *Relatos monçoeiros* poderiam ser tomados, numas das últimas obras publicadas em vida, como uma escrita de si, da face historiadora de Taunay.[640]

---

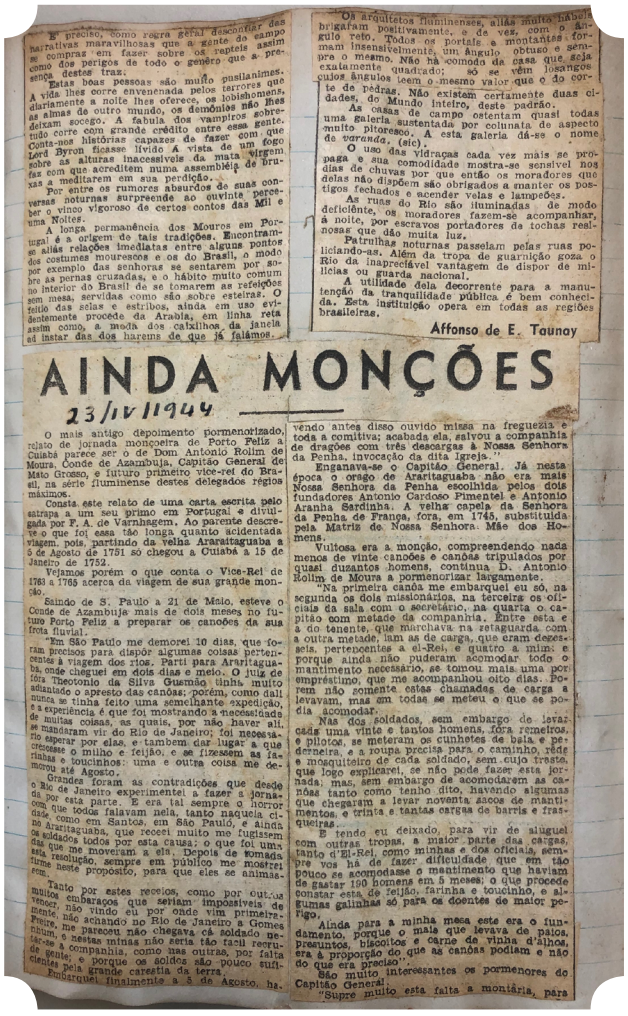
636 TAUNAY, Afonso d’E. A vida em Santo André da Borda do Campo (I a VI). *Correio Paulistano*, de 26 abr. 1917 a 31 maio 1917.

637 Idem. Pedro Taques (I a VIII). *Correio Paulistano*, São Paulo, de 5 mar. 1917 a 19 abr. 1917.

638 Idem. Um assalto a Santos (séc. XVI) (I a IV). *Correio Paulistano*, de 23 jun. 1919 a 7 jul. 1919.

639 Idem. Aspectos quinhentistas de S. Paulo (I a XIII). *Correio Paulistano*, de 8 fev. 1918 a 6 abr. 1918.

640 Sobre os arquivos pessoais e a escrita da história, ver MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, v. 21, n. 1, p. 89-103, 1998; GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: Idem (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24; IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.



É preciso, como regra geral descontar das narrativas maravilhosas que a gente da campo se compraz em fazer sobre os reptels assim como dos perigos de todo o genero que a presença destes traz.

Estas boas pessoas são muito pusilanimes. A vida lhes corre envenenada pelos terrores que diariamente a noite lhes oferece, os lobishomens, as almas de outro mundo, os demônios não lhes deixam socego. A fabula dos vampiros sobretudo corre com grande crédito entre essa gente. Conta-nos histórias capazes de fazer com que Lord Byron ficasse livido á vista de um fogo sobre as alturas inacessiveis da mata virgem faz com que acreditem numa assembléa de bruxas a meditarem em sua perdição.

Por entre os rumores abeurdos de suas conversas noturnas surpreende ao ouvinte perceber o vinco vigoroso de certos contos das Mil e uma Noites.

A longa permanência dos Mouros em Portugal é a origem de tais tradições. Encontram-se aliás relações imediatas entre alguns pontos dos costumes mouresco e os do Brasil, o modo por exemplo das senhoras se sentarem por sobre as pernas cruzadas, e o hábito muito comum no interior do Brasil de se tomarem as refeições sem mesa, servidas como são sobre esteiras. O feitio das selas e estribos, ainda em uso evidentemente procede da Arabia, em linha reta assim como, a moda dos cabelhos da janela ad instar das dos harems de que já falamos.

Os arquitetos fluminenses, aliás muito habeis brigaram positivamente, e de vez, com o ângulo reto. Todos os portais e montantes formam insensivelmente, um ângulo obtuso e sempre o mesmo. Não ha comoda da casa que seja exatamente quadrado; só se vêm losangos cujos ângulos teem o mesmo valor que o do corte de pedras. Não existem certamente duas cidades, do Mundo inteiro, desta padrão.

As casas de campo ostentam quasi todas uma galeria sustentada por colunata de aspecto muito pitoresco. A esta galeria dá-se o nome de *varanda*, (sic).

O uso das vidraças cada vez mais se propaga e sua comodidade mostra-se sensivel nos dias de chuvas por que então os moradores que delas não dispõem são obrigados a manter os postigos fechados e acender velas e lampeões.

As ruas do Rio são iluminadas de modo deficiente, os moradores fazem-se acompanhar, á noite, por escravos portadores de tochas resinosas que dão muita luz.

Patrulhas noturnas passeiam pelas ruas policiando-as. Além da tropa de guarnição goza o Rio da inapreciável vantagem de dispor de milicias ou guarda nacional.

A utilidade dela decorrente para a manutenção da tranquilidade pública é bem conhecida. Esta instituição opera em todas as regiões brasileiras.

Affonso de E. Taunay

AINDA MONÇÕES

23/IV/1944

O mais antigo depoimento pormenorizado, relato de jornada monçoeira de Porto Feliz a Cuiabá parece ser o de Dom Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, Capitão General de Mato Grosso, e futuro primeiro vice-rei do Brasil, na série fluminense destes delegados régios máximos.

Consta este relato de uma carta escrita pelo estrapa a um seu primo em Portugal e divulgada por F. A. de Varnhagem. Ao parente descreve o que foi essa tão longa quanto acidentada viagem, pois, partindo da velha Araraitaguaba a 5 de Agosto de 1751 so chegou a Cuiabá a 15 de Janeiro de 1752.

Vejamos porém o que conta o Vice-Rei de 1763 a 1765 acerca da viagem de sua grande monção.

Saindo de S. Paulo a 21 de Maio, esteve o Conde de Azambuja mais de dois meses no futuro Porto Feliz a preparar os canoões da sua frota fluvial.

"Em São Paulo me demorei 10 dias, que foram precisos para dispôr algumas coisas pertencentes á viagem dos rios. Parti para Araritaguaba, onde cheguei em dois dias e meio. O juiz de fóra Theotonio da Silva Gusmão tinha muito adiantado o apresto das canôas; porém, como dali nunca se tinha feito uma semelhante expedição, e a experiência é que foi mostrando a necessidade de muitas coisas, as quais, por não haver ali, se mandaram vir do Rio de Janeiro; foi necessario esperar por elas, e tambem dar lugar a que crescesse o milho e feijão, e se fizessem as farinhas e toucinhos: uma e outra coisa me demorou até Agosto.

Grandes foram as contradições que desde o Rio de Janeiro experimentei a fazer a jornada por esta parte. E era tal sempre o horror com que todos falavam nela, tanto naquela cidade, como em Santos, em São Paulo, e ainda no Araritaguaba, que recei muito me fugissem os soldados todos por esta causa; o que foi uma das que me moveram a ela. Depois de tomada esta resolução, sempre em público me mostrei firme neste proposito, para que eles se animassem.

Tanto por estes receios, como por outros muitos embaraços que seriam impossiveis de vencer, não vindo eu por onde vim primeiramente, não achando no Rio de Janeiro a Gomes Freire, me pareceu não chegava cá soldado nenhum, e nestas minas não seria tão facil recrutar-se a companhia, como nas outras, por falta de gente, e porque os soldos são pouco sufficientes pela grande carestia da terra.

Embarquei finalmente a 5 de Agosto, havendo antes disso ouvido missa na freguezia e toda a comitiva; acabada ela, salvou a companhia de dragões com três descargas á Nossa Senhora da Penha, invocação da dita Igreja."

Enganava-se o Capitão General. Já nesta época o orago de Araritaguaba não era mais Nossa Senhora da Penha escolhida pelos dois fundadores Antonio Caldeão Pimentel e Antonio Aranha Sardinha. A velha capela da Senhora da Penha de França, fora, em 1745, substituida pela Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Vultosa era a monção, compreendendo nada menos de vinte canôes e canôas tripuladas por quasi duzentos homens, continua D. Antonio Rolim de Moura a pormenorizar largamente.

"Na primeira canôa me embarquei eu só, na segunda os dois missionários, na terceira os oficiais da sala com o secretário, na quarta o capitão com metade da companhia. Entre esta e a do tenente, que marchava na retaguarda, com a outra metade, iam as de carga, que eram dezeseis, pertencentes a el-Rei, e quatro a mim: e porque ainda não puderam acomodar todo o mantimento necessario, se tomou mais uma por empréstimo, que me acompanhou oito dias. Porem não somente estas chamadas de carga a levavam, mas em todas se meteu o que se podia acomodar.

Nas dos soldados, sem embargo de levar cada uma vinte e tantos homens, fora remeiros, e pilotos, se meteram os cunhetes de bala e pederneira, e a roupa precisa para o caminho, rêde e mosquiteiro de cada soldado, sem cujo traste, que logo explicarei, se não pode fazer esta jornada; mas, sem embargo de acomodarem as canôas tanto como tenho dito, havendo algumas que chegaram a levar noventa sacos de mantimentos, e trinta e tantas cargas de barris e fraqueiras.

E tendo eu deixado, para vir de aluguel com outras tropas, a maior parte das cargas, tanto d'El-Rei, como minhas e dos oficiais, sempre vos há de fazer dificuldade que em tão pouco se acomodasse o mantimento que haviam de gastar 190 homens em 5 meses; o que procede constar esta de feijão, farinha e toucinho, e algumas galinhas só para os doentes de maior perigo.

Ainda para a minha mesa este era o fundamento, porque o mais que levava de patos, presuntos, biscoitos e carne de vinha d'alhos, era á proporção do que as canôas podiam e não do que era preciso".

São muito interessantes os pormenores do Capitão General:

"Supre muito esta falta a montaria, para o jugar ao caçador, de forma que lhe atiram qual a queima roupa".

No Pardo existia um redemoinho ou *furid* mais pequeno e menos perigoso do que o do Paraná, contudo.

No porto de Sanguessuga havia uma guarda para prevenir qualquer assalto dos caiapós. Dali a Camapuan contavam-se duas leguas apenas.

Era este lugar o primeiro arraial civilizado, desde Porto Feliz, aliás pouco provido de elementos pois ali só existiam dois cavalos e estes mesmos pouco capazes, os bois sim, eram numerosos.

De Camapuan conta o Conde:

"Fica o dito sitio o ufazenda de Camapuan junto a borda de um pequeno rio, do qual toma o nome: como ali não há outro morador, tem ele toda a largura que querem os seus donos, que são quatro, em uma sociedade para se utilizarem dos fructos, que são grandes, nas carregações das canôas, fazendas e mantimentos, que vendem aos passageiros.

Tem sempre grande abundância de milho, de farinha do mesmo, feijão, arroz, porcos e vacas, das quais se não sabe já o número pela largueza dos pastos, e se entende passarão de setecentas cabeças.

Por esta conveniência vive ali algum dos nócios, com seus camaradas brancos, e bastantes pretos, espantos nos ataques do Caiapó, e sem missa, nem quem os confesse em caso de perigo, ao mesmo tempo que a distância é tão grande para qualquer dos povoados.

Tem aquele sitio casas de sobrado muito suficientes para a parte em que estão, pois nelas me acomodei com todos os oficiais e famílias; estão dentro de um páteo fechado, em que se pode tourear. Além destas altas, em que eu fiquei, tem outras mais no mesmo páteo, e juntamente capela com mais aceio do que ali se podia esperar".

Curiosa confidência faz o nosso ilustre itinerante ao seu parente confidente aliás muito de acordo com as normas da higiene contemporaneas.

"Neste sitio me despi pela primeira vez, e até ali então não tinha feito desde o primeiro dia da viagem, exceto para mudar de roupa tanto afim de estar mais pronto para as madrugadas, que sempre era pelas três horas da manhã, principalmente quando saí do Tietê; porque naquele rio me levantava mais tarde algumas coisa, em razão de não poder sair cedo por causa das nevoas que há em todos os dias, e em alguns se estendem até muito tarde, e por causa das cachoeiras se não póde navegar naquele rio com elas".

Em Camapuan demorou-se D. Antonio Rolim a caçar perdizes, de 20 de Outubro a 20 de Novembro.

Penosissima a descida pelas aguas do rio Camapuan, affluente do Coxim, de aguas rápidas e cuja atravancadissimo pela vegetação, cheio de troncos e a que chamavam razouras por ameaçarem lançar á agua os navegantes. Foi passando sempre por baixo de ramos, que lançam os paus, que estão á borda dos rios, e rogando por elles traz dentro a canôa quanta porcaria e bicharia elles têem sobre si. Isto me familiarisou tanto com as cnanhas, que já me não cansava em as sacudir de mim; porque a todo o instante estavam caindo. Também pelos mesmos ramos estavam vários enxames de vespas muito grandes, a que por estas terras chamam marimbondos, que mordem desesperadamente.

Neste rio me serviram muito as canoas e montaria, as quais mandava adiante com gente e machados para me irem cortando os paus, desembaraçando o caminho: pela minha conta entendo se cortaram mais de oitenta".

Entrando no Coxim a navegação se tornou muito mais facil, pois se este rio é muito mais largo do que o seu affluente, oferece perigos por ter corrente violenta e muitos paus no fundo do leito, ameaçando fazer virar as canôas. Relata o Conde:

"Para acautelar este perigo, mandava ir adiante as canôas de montaria, que como mais ligeiras, não tem tanto: estas avisavam dos paus, e da parte por onde se haviam de tomar; e a mesma palavra se ia passando de canôa em canôa, em altos gritos o que fazia um ruido continuado com algum horror".

Ao Coxim interceptam numerosas cachoeiras das quais cinco muito difficultosas obrigando a descarga das canôas e a sua varação.

Explicava o futuro vice-rei do Brasil:

"Em partes corre o rio com uma violencia extraordinaria, encanado por entre paredões altissimos cortados á prumo, de sorte que os primeiros sertanistas se não atreviam a subir este rio, e o fizeram a primeira vez, quando se retirou de Cuyabá Rodrigo Cesar; servem-se para isso de puxarem as canôas por cordas, marchando e firmando-se em pedras que estão ao longo do mesmo rio, encostadas aos paredões.

Se os gentios, que são nossos inimigos, soubessem discursar, poucos que se puzessem em cima daquelles paredões, lançando pedras para baixo, era o que bastava para não poder passar canôa que se não afundasse; porém a sua brutalidade nos preserva deste risco; ao que os ajudaria muito a pouca largura que naqueles lugares leva o rio, que não passará de 4 ou 5 braças: nas mais partes me parece teria de 15 para cima".

A 26 de Novembro entrava o Capitão General nas aguas do Taquarí, de que é tributário o Coxim, vencida que fora a Cachoeira do Bellago a ultima á ser transposta.

Imensa caça havia ás margens do Taquarí, patos enormes, marrecos, jacús e jacutingas, de carnes saudaveis aos dentes, araquans, mutuns; muito sirosos, bem feitos e de bom gosto. A caça de pêlo era infinita, muitos porcos bravos, veados e capivaras.

Começava a zona perigosa: visitada pelos guaicurús e paiaguás á espera de alguma monção para a assaltar.

Encontrou o Conde a 29 a escolta que vinda de Cuiabá, devia proteçá-lo: trinta homens.

"Constava a tal armada sutil de cinco canôas, a saber: duas propriamente de guerra por virem desembaraçadas e sem cargas; a sua guarnição constava de cinco ou sete homens cada uma, e 24 espingardas atacadas com bastardos ou perdigotos: as outras duas levavam também alguns homens, fora os remedios, e algumas armas, e juntamente mantimentos, com o que não ficam tão capazes de se baterem; a quinta era de montaria, para espiar e descobrir os gentios, e dar parte. Fiam-se estes soldados unicamente no fogo, de sorte que nem espada levavam. Estas canôas, exceto a de montaria, se costumam dividir pela vanguarda e retaguarda, e se a tropa que acompanha é muito grande, se põem alguma também pelo centro, para acudir com prontidão á parte atacada".

Descreve o Conde ao primo o que eram os palmitos: "uma espécie de nabo ou raiz branda e gostosa que se comia guizada de várias maneiras, espécie de hortaliça de estimação dos povos do Brasil".

Affonso de E. Taunay

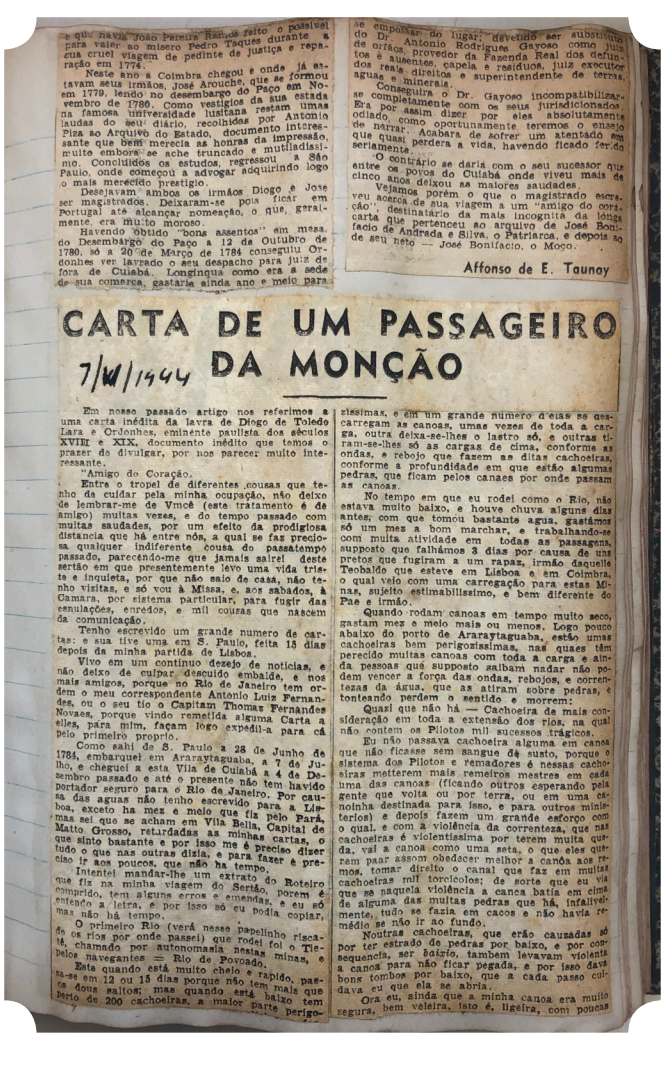
NAVEGANDO PARA CUIABÁ

30/4/1944

A 28 de Novembro de 1751 achava-se D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja á barra do Taquary em demanda das aguas do Paraguay em sua enorme viagem fluvial para Cuiabá onde devia assumir o cargo de capitão-general governador da capitania de Mato Grosso.

Uma escolta bem armada de 30 soldados vinha reforçar a sua guarda, perigosa como eram aquelas paragens onde os indios assaltavam as monções.

Escrevendo a um seu primo em Portugal explicou o satrapa, futuro primeiro vice-rei do Rio de Janeiro, a falar das agressões possiveis dos indios da região que os frequentadores pelos rigosos daquelas paragens eram os caiapós. guaicurus (cavaleiros) e paiaguas, ou canoeiros. Conta o Conde que os mais temerosos eram os ultimos, mais estitos do que os demais. Com muitos pormenores descreve as precauções



CARTA DE UM PASSAGEIRO DA MONÇÃO

7/VI/1944

Em nosso passado artigo nos referimos a uma carta inédita da lavra de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, eminente paulista dos séculos XVIII e XIX, documento inédito que temos o prazer de divulgar, por nos parecer muito interessante.

"Amigo do Coração.

Entre o tropel de diferentes cousas que tenho da cuidar pela minha ocupação, não deixo de lembrar-me de Vmcê (este tratamento é do amigo) muitas vezes, e do tempo passado com muitas saudades, por um efeito da prodigiosa distancia que há entre nós, a qual se faz preciosa qualquer indiferente cousa do passatempo passado, parecendo-me que jamais sairei deste sertão em que presentemente levo uma vida triste e inquieta, por que não saio de casa, não tenho visitas, e só vou à Missa, e, aos sabados, à Camara, por sistema particular, para fugir das consulações, enredos, e mil cousas que nascem da comunicação.

Tenho escrevido um grande numero de cartas: e sua tive uma em S. Paulo, feita 15 dias depois da minha partida de Lisboa.

Vivo em um continuo desejo de noticias, e não deixo de culpar, descuido embaide, e nos mais amigos, porque no Rio de Janeiro tem ordem o meu correspondente Antonio Luiz Fernandes, ou o seu tio o Capitam Thomaz Fernandes Novaes, porque vindo remetida alguma Carta a elles, para mim, façam logo expedi-la para cá pelo primeiro proprio.

Como sahi de S. Paulo a 28 de Junho de 1784, embarquei em Araraytaguaba, a 7 de Julho, e cheguei a esta Vila de Cuiabá a 4 de Dezembro passado e até o presente não tem havido portador seguro para o Rio de Janeiro. Por causa das aguas não tenho escrevido para a Lisboa, exceto ha mez e meio que fis pelo Pará, Matto Grosso, retardadas as minhas cartas, o que sinto bastante e por isso me é preciso dizer tudo o que nas outras disia, e para fazer é preciso ir aos poucos, que não ha tempo.

Intentei mandar-lhe um extrato do Roteiro que fis na minha viagem do Sertão, porem é compridó, tem alguns erros e emendas, e eu só entendo a letra, e por isso só eu podia copiar, mas não ha tempo.

O primeiro Rio (verá nesse papelinho riscado os rios por onde passei) que rodei foi o Tiete, chamado por autonomasia nestas minas, e pelos navegantes — Rio de Povoado.

Este quando está muito cheio é rapido, passa-se em 12 ou 15 dias porque não tem mais que dois saltos; mas quando está baixo tem perto de 200 cachoeiras, a maior parte perigosissimas, e em um grande numero destas se quebram as canoas, umas vezes de toda a carga, outra deixa-se-lhes o lastro só, e outras tiram-se-lhes só as cargas de cima, conforme as ondas, e rebojo que fazem as ditas cachoeiras, conforme a profundidade em que estão algumas pedras, que ficam pelos canaes por onde passam as canoas.

No tempo em que eu rodei como o Rio, não estava muito baixo, e houve chuva alguns dias antes; com que tomou bastante agua, gastámos só um mez a bom marchar, e trabalhando-se com muita atividade em todas as passagens, supposto que falhámos 3 dias por causa de uns pretos que fugiram a um rapaz, irmão daquelle Teobaldo que esteve em Lisboa e em Coimbra, o qual veio com uma carregação para estas Minas, sujeito estimabilissimo, e bem diferente do Pae e irmão.

Quando rodam canoas em tempo muito seco, gastam mez e meio mais ou menos. Logo pouco abaixo do porto de Araraytaguaba, estão umas cachoeiras bem perigosissimas, nas quaes têm perecido muitas canoas com toda a carga e ainda pessoas que supposto saibam nadar não podem vencer a força das ondas, rebojos, e correntezas da agua, que as atiram sobre pedras, e tonteando perdem o sentido e morrem:

Quasi que não há — Cachoeira de mais consideração em toda a extensão dos rios, na qual não contem os Pilotos mil sucessos trágicos.

Eu não passava cachoeira alguma em canoa que não ficasse sem sangue de susto, porque o sistema dos Pilotos e remadores é nessas cachoeiras mostrem mais remeiros mestres em cada uma das canoas (ficando outros esperando pela gente que volta ou por terra, ou em uma canoinha destinada para isso, e para outros ministerios) e depois fazem um grande esforço com o qual, e com a violência da correnteza, que nas cachoeiras é violentissima por terem muita queda, vai a canoa como uma seta, o que eles querem pasar assim obedecer melhor a canôa aos remos, tomar direito o canal que faz em muitas cachoeiras mil torcicolos; de sorte que eu via que se naquela violência a canoa batia em cima de alguma das muitas pedras que há, infalivelmente, tudo se fazia em cacos e não havia remédio se não ir ao fundo.

Noutras cachoeiras, que erão causadas só por ter estrado de pedras por baixo, e por consequencia, ser baixio, tambem levavam violenta a canoa para não ficar pegada, e por isso dava bons tombos por baixo, que a cada passo culdava eu que ela se abria.

Ora eu, ainda que a minha canoa era muito segura, bem veleira, isto é, ligeira, com poucas

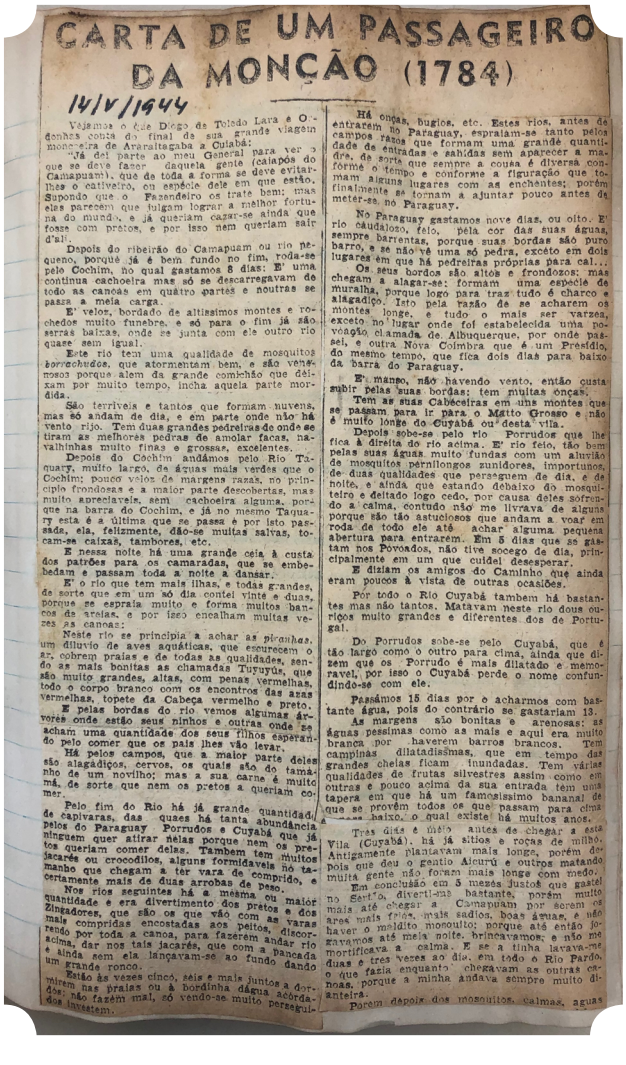
se empossar do lugar, devendo ser substituido do Dr. Antonio Rodrigues Gayoso como provedor da Fazenda Real dos defuntos e ausentes, capela e residuos, juiz executor dos reais direitos e superintendente de terras, aguas e minerais.

Conseguira o Dr. Gayoso incompatibilizar-se completamente com os seus jurisdicionados. Era por assim dizer por elles absolutamente odiado, como oportunamente teremos o ensejo de narrar. Acabara de sofrer um atentado em que quasi perdera a vida, havendo ficado ferido seriamente.

O contrario se daria com o seu successor que entre os povos do Cuiabá onde viveu mais de cinco anos deixou as maiores saudades.

Vejamos porém o que o magistrado escreveu acerca de sua viagem a um "amigo do coração", destinatario da mais incognita das longas carta que pertenceu ao arquivo de José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarca, e depois ao de seu neto — José Bonifacio, o Moço.

Affonso de E. Taunay



CARTA DE UM PASSAGEIRO DA MONÇÃO (1784)

14/V/1944

Vejamos o que Diogo de Toledo Lara e Ordonhes conta do final de sua grande viagem monçoeira de Araraitagaba a Cuiabá:

"Já dei parte ao meu General para ver o que se deve fazer daquela gente (caiapós do Camapuam), que de toda a forma se deve evitar-lhes o cativeiro, ou servirá dele em que estão. Supondo que o Fazendeiro os trate bem: mas eles parecem que julgam lograr a melhor fortuna do mundo, e já queriam cazar-se ainda que fosse com pretos, e por isso nem queriam sair d'ali.

Depois do ribeirão do Camapuam ou rio pequeno, porque já é bem fundo no fim, roda-se pelo Cochim, no qual gastamos 8 dias. E' uma continua cachoeira mas só se descarregavam de todo as canoas em quatro partes e noutras se passa a meia carga.

E' velon, bordado de altissimos montes e rochedos muito funebre, e só para o fim já são serras baixas, onde se junta com ele outro rio quase sem igual.

Este rio tem uma qualidade de mosquitos *borrachudos*, que atormentam bem, e são venenosos porque alem da grande comichão que deixam por muito tempo, incha aquela parte mordida.

São terriveis e tantos que formam nuvens, mas só andam de dia, e em parte onde não há vento rijo. Tem duas grandes pedreiras de onde se tiram as melhores pedras de amolar facas, navalhinhas muito finas e grossas, excelentes.

Depois do Cochim andámos pelo Rio Taquary, muito largo, de águas mais verdes que o Cochim; pouco veios de margens razas, no principio frondosas e a maior parte descobertas, mas muito apreciaveis, sem cachoeira alguma, porque na barra do Cochim, e já no mesmo Taquary está é a ultima que se passa e por isto passada, ela, felizmente, dão-se muitas salvas, tocam-se caixas, tambores, etc.

E nessa noite há uma grande ceia à custa dos patrões para os camaradas, que se embebedam e passam toda a noite a dansar.

E' o rio que tem mais ilhas, e todas grandes, de sorte que em um só dia contei vinte e duas, porque se separa muito e forma muitos bancos de areias, e por isso encalham muitas vezes as canoas:

Neste rio se principia a achar as *piranhas*, um diluvio de aves aquáticas, que escurecem o ar, cobrem praias e de todas as qualidades, sendo as mais bonitas as chamadas Tuyuyús, que são muito grandes, altas, com penas vermelhas, todo o corpo branco com os encontros das asas vermelhas, topete da Cabeça vermelho e preto.

E pelas bordas do rio vemos algumas árvores onde estão seus ninhos e outras onde se acham uma quantidade dos seus filhos esperando pelo comer que os pais lhes vão levar.

Há pelos campos, que a maior parte deles são alagadiços, cervos, os quais são do tamanho de um novilho; mas a sua carne é muito má, de sorte que nem os pretos a queriam comer.

Pelo fim do Rio há já grande quantidade de capivaras, das quaes há tanta abundancia pelos do Paraguay Porrudos e Cuyabá que já ninguem quer atirar nelas porque nem os pretos queriam comer delas. Tambem tem muitos jacarés ou crocodilos, alguns formidaveis no tamanho que chegam a ter vara de comprido, e certamente mais de duas arrobas de peso.

Nos rios seguintes há a mesma ou maior quantidade e era divertimento dos pretos e dos Zingadores, que são os que vão com as varas mais compridas encostadas aos peitos, descendo por toda a canoa, para fazerem andar rio acima, dar nos tais jacarés, que com a pancada e ainda sem ela lançavam-se ao fundo dando um grande ronco.

Estão às vezes cinco, seis e mais juntos a dormirem nas praias ou à bordinha dágua acordados: não fazem mal, só vendo-se muito perseguidos internam.

Há onças, bugios, etc. Estes rios, antes de entrarem no Paraguay, espraiam-se tanto pelos campos rasos que formam uma grande quantidade de entradas e sahidas sem aparecer a margem, de sorte que sempre a cousa é diversa conforme o tempo e conforme a figuração que tomam alguns lugares com as enchentes; porém finalmente se tornam a ajuntar pouco antes de meter-se no Paraguay.

No Paraguay gastamos nove dias, ou oito. E' rio caudaloso, feio, pela cor das suas águas, sempre barrentas, porque suas bordas são puro barro, e se não vê uma só pedra, excéto em dois lugares em que há pedreiras próprias para cal...

Os seus bordos são altos e frondozos: mas chegam a alagar-se; formam uma especie de muralha, porque logo para traz tudo é charco e alagadiço. Isto pela razão de se acharem os montes longe, e tudo o mais ser varzea, exceto no lugar onde foi estabelecida uma novoação chamada de Albuquerque, por onde passei, e outra Nova Coimbra que é um Presidio, do mesmo tempo, que fica dois dias para baixo da barra do Paraguay.

E' manso, não havendo vento, então custa subir pelas suas bordas: tem muitas oncas.

Tem as suas Cabeceiras em uns montes que se passam para ir para o Matto Grosso e não é muito longe do Cuyabá ou desta vila.

Depois sobe-se pelo rio Porrudos que lhe fica à direita do rio acima. E' rio feio, tão bem pelas suas águas muito fundas com um alluvião de mosquitos pérnilongos sanidores, importunos, de duas qualidades que perseguem de dia, e de noite, e ainda que estando debaixo do mosquiteiro e deitado logo cedo, por causa deles sofrendo a calma, contudo não me livrava de alguns porque são tão astuciosos que andam a voar em roda de todo ele até achar alguma pequena abertura para entrarem. Em 8 dias que se gastam nos Povoados, não tive socego de dia, principalmente em um que cuidei desesperar.

E diziam os amigos do Caminho que ainda eram poucos à vista de outras ocasiões.

Por todo o Rio Cuyabá tambem há bastantes mas não tantos. Matavam neste rio dous ou três muito grandes e diferentes dos de Portugal.

Do Porrudos sobe-se pelo Cuyabá, que é tão largo como o outro para cima, ainda que dizem que os Porrudo é mais dilatado e memoravel, por isso o Cuyabá perde o nome confundindo-se com ele.

Passámos 15 dias por o acharmos com bastante água, pois do contrário se gastariam 13.

As margens são bonitas e arenosas: as águas pessimas como as mais e aqui era muito branca por haverem barros brancos. Tem campinas dilatadissimas, que em tempo das grandes cheias ficam inundadas. Tem várias qualidades de frutas silvestres assim como em outras e pouco acima da sua entrada tem uma tapera em que há um famosissimo bananal de que se provêm todos os que passam para cima e para baixo, o qual existe há muitos anos.

Tres dias e meio antes de chegar a esta Vila (Cuyabá), há já sitios e roças de milho. Antigamente plantavam mais longe, porém depois que deu o gentio Alcurú e outros matando muita gente não foram mais longe com medo.

Em conclusão em 5 mezes, bastante que gastei no sertão, diverti-me bastante, porém muito mais até chegar a Camapuam por serem os ares mais frios, mais sadios. Boas águas, e não haver o maldito monoulito; porque até então jogavamos até meia noite, brincavamos; e não me mortificava a calma. E se a tinha lavava-me duas e tres vezes ao dia, em todo o Rio Pardo, o que fazia enquanto chegavam as outras canoas, porque a minha andava sempre muito diante.

Porém depois dos mosquitos, calmas, aguas

Figuras 100, 101, 102, 103: Sequência de artigos sobre as viagens de D. Antonio Rolim de Moura e de Diogo de Toledo Lara Ordonhes publicados entre abril e maio de 1944 no *Jornal do Commercio*, de autoria de Afonso Taunay, recortados e datados por ele. Acervo do Museu Paulista – USP, São Paulo. Reprodução: Ana Paula Nascimento.

Paralelamente à redação de artigos, desde que assumira a direção do Museu Paulista, Taunay empenhou-se na recolha de documentos, bem no espírito dos institutos históricos e geográficos, para muni-lo de informações voltadas aos trabalhos historiográficos e às encomendas de telas a serem exibidas nas exposições da instituição.[641] Admirador dos princípios da escola metódica preconizada por Langlois e Seignobos, desde os primeiros dias, Taunay buscou estabelecer contato com diversas instituições de guarda no Brasil e no exterior, visando ampliar os acervos documentais do Museu.[642]

Esse foi o caso, por exemplo, do mapa que acompanha a primeira narrativa publicada em *Relatos monçoeiros*: o da viagem feita pelo governador paraguaio, D. Luís de Céspedes Xeria, da vila de São Paulo de Piratininga até Assunção, no ano de 1628,

641 ANHEZINI, Karina, op. cit., 2011.

642 CINTRA, Jorge Pimentel; SCHNEIDER, Alberto Luiz; BEIER, José Rogério (org.). *Affonso de Taunay e o Museu Paulista*: um projeto de memória (1917-2017). Jundiaí: Paco Editorial, 2021, p. 195-220.

guardado no Archivo General de Indias (AGI), em Sevilha. Mandado copiar por Taunay a Santiago Montero, o mapa foi exposto na sala dedicada à Antiga Cartographia Paulista, inaugurada em dezembro de 1917, e publicada na *Collectanea de mapas de cartografia paulista antiga*, trabalho comemorativo do primeiro centenário da independência, distribuído a 7 de setembro de 1922.[643]

Entre a exposição e a coletânea, Taunay escreveu cinco artigos sobre a viagem e o mapa de Céspedes Xeria no *Correio Paulistano* nos meses de abril e maio de 1919: "D. Luis de Céspedes Xeriá e sua viagem" (I) e (II), publicados em 14 e em 23 de abril; "Viagem complicada (Céspedes Xeriá)", em 27 de abril; "Impressões de viagem (Céspedes Xeriá)", em 14 de maio; e, finalmente, "O mappa de d. Luis de Céspedes Xeriá", em 31 de maio.[644]

Acerca do documento de Juzarte, esse já se encontrava na biblioteca do museu quando da chegada de Taunay, proveniente da coleção Eduardo Prado, adquirida pelo seu antecessor no cargo de direção, Armando Prado, irmão de Eduardo. No caso do diário, o diretor procurou divulgá-lo tanto nos jornais como no periódico institucional criado por ele, veículo muitíssimo utilizado para a publicação de seus próprios estudos históricos.

Nas páginas do *Correio Paulistano*, encontram-se: "Teotonio José Juzarte", em 22 de novembro de 1918, "Hecatombe em marcha (sobre a viagem de Juzarte)", em 10 de janeiro, e "Regresso de Juzarte", em 27 de fevereiro de 1919.[645] Por seu turno, no primeiro número dos *Annaes do Museu Paulista*, lançado em 1922, ele deu a conhecer "Um manuscripto sobre o Iguatemy: a jornada de Theotonio José Juzarte",[646] última das narrativas publicadas em *Relatos monçoeiros*, intitulada "Diário de Navegação".

No que diz respeito aos relatos monçoeiros propriamente ditos, delimitados pelos paratextos mencionados, me concentrarei nas edições das notícias práticas das minas de Cuiabá e da carta atribuída a Diogo de Toledo Lara Ordonhes, pois a relação da viagem do Conde de Azambuja será abordada com mais vagar no próximo capítulo. Diferentemente das demais, esta relação não teve Taunay como principal responsável por fixar a versão publicada.

---

643 TAUNAY, Afonso d'E. *Collectanea de mapas de cartografia paulista antiga*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

644 Idem. D. Luis de Céspedes Xeriá e sua viagem I. *Correio Paulistano*, n. 20.036, p. 1, 14 abr. 1919; Idem. D. Luis de Céspedes Xeriá e sua viagem II. *Correio Paulistano*, n. 20.043, p. 1, 23 abr. 1919; Idem. Viagem complicada (Cespedes Xeriá). *Correio Paulistano*, n. 20.047, p. 1, 27 abr. 1919; Idem. Impressões de viagem (Cespedes Xeriá). *Correio Paulistano*, n. 20.063, p. 1, 14 mai. 1919; Idem. O mappa de d. Luis de Céspedes Xeriá. *Correio Paulistano*, n. 20.080, p. 1, 31 mai. 1919.

645 Idem. Teotonio José Juzarte. *Correio Paulistano*, n. 19.895, p. 1, 22 nov. 1918; Idem. Hecatombe em marcha (sobre a viagem de Juzarte). *Correio Paulistano*, n. 1943, p. 1, 10 jan. 1919; Idem. Regresso de Juzarte. *Correio Paulistano*, n. 19.991, p. 1, 27 fev. 1919.

646 Idem. Um manuscripto sobre o Iguatemy: a jornada de Theotonio José Juzarte. *Annaes do Museu Paulista*, v. I, p. 29-118, 1922.

Os relatos monçoeiros e as práticas editoriais de Taunay

Passados 30 anos de seu ingresso no Museu Paulista, já aposentado, Taunay seguia na contínua busca por documentos inéditos, como os que localizou na Biblioteca Pública de Évora, intitulados *Notícias práticas das minas de Cuiabá e Goiás na capitania de São Paulo* reunidas pelo padre Diogo Soares, que correspondem a 167 fólios do códice CXVI 1-15.[647] O conjunto textual foi composto por dois escribas distintos. A diferença entre os punhos é clara e foi determinada a partir da análise de elementos como a morfologia das letras, o traçado, o ângulo, o módulo e o peso do instrumento de escrita sobre o papel. Comparando os fólios das *Notícias práticas* com a caligrafia de duas cartas assinadas por Diogo Soares e remetidas a Martinho de Mendonça em 1734 e 1735, guardadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foram detectadas muitas semelhanças, o que tornou possível identificar o jesuíta como um dos escribas.[648]

A reunião das notícias pelo padre pode ser compreendida no contexto de sua vinda à colônia em companhia de Domingos Capacci, em 1730, com a incumbência de produzirem o *Novo Atlas da América Portuguesa* e uma descrição minuciosa da geografia, vias de comunicações e populações a fim de precisarem os limites entre as coroas ibéricas.[649] Na provisão passada aos dois padres matemáticos, datada de 18 de novembro de 1729, o rei D. João V os instruía a elaborarem cartas geográficas do território brasileiro "tomando para isso noticia da gente pratica da terra".[650]

As referências à "gente prática" equivalem às três acepções dadas à palavra e a suas variações por Raphael Bluteau no *Vocabulário português e latino*, de 1720. Em primeiro lugar, prática é "o exercício, colocar em prática os preceitos de uma arte", ou seja, decorre de ações habituais e frequentes. Em segundo lugar, é "uso, costume, estilo". E, por fim, homem prático é o homem "experimentado, versado, perito".[651]

---

647 Do conjunto apenas as notícias 1ª e 5ª haviam figurado nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* no século XIX, respectivamente, em 1842, enviada por Francisco Adolfo de Varnhagen, adido de 1ª classe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e em 1862. Tais publicações foram fruto do esforço do IHGB em recolher, colecionar e divulgar documentos considerados importantes para a construção da história pátria.

648 Cartas de Diogo Soares a Martinho de Mendonça de Pina e Proença de 19 de dez. de 1734 e 12 de fev. de 1735. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Manuscritos do Brasil, livro 11, f. 38 e 43.

649 ALMEIDA, André Ferrand. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

650 Provisão de D. João V aos "Padres Matemáticos" Diogo Soares e Domingos Capacci, com as instruções para seu trabalho no Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Códice nº 248 do Conselho Ultramarino, fls. 249v-250, apud CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, t. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009, p. 229-230.

651 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architetonico...*, v. 6. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 674.

Serge Gruzinski, ao definir quem eram esses homens que os portugueses chamavam de práticos, os caracteriza exatamente pelo contato com aquilo que eles escreviam, com aquilo que puderam adquirir conhecimento de causa: "Seu objetivo é informar, mas sempre com fins práticos e políticos. Esses *experts* nunca são pesquisadores enclausurados em seus gabinetes de trabalho. Todos, porém, são homens que empunham penas, único meio de fixar e transmitir sua experiência".[652]

O conselho do rei pela busca de notícias produzidas por "gente prática da terra" evidencia, por um lado, sua circulação nos meios político-administrativos, sociais e culturais da colônia antes do envio dos padres matemáticos e, por outro, a importância atribuída aos sertanistas, até então as principais fontes para determinados espaços geográficos, como já apontado por Mario Clemente Ferreira[653] e trabalhado nos capítulos 4 e 5.

Com a morte de Capacci, em 1736, e a de Diogo Soares, em 1748, o *Novo Atlas da América Portuguesa* ficou inacabado, sem mapas da região das minas de Cuiabá para onde Soares nunca chegara a ir. Entretanto, a instrução régia de se juntar aos mapas um minucioso levantamento das condições dos caminhos fluviais e terrestres e da ocupação colonial e indígena talvez tenha sido cumprida por meio da formação da coleção das *Notícias Práticas* que, de fato, chegaram a Portugal.[654]

A certeza de sua existência na biblioteca eborense somente se dá quando passam a figurar no *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora*, organizado por iniciativa de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, bibliotecário que ficou à frente da instituição de 1838 a 1855, contexto em que Francisco Adolfo de Varnhagen teve acesso a elas.

Segundo o próprio Taunay, foi por meio dos escritos de Serafim Leite, em fins da década de 1940, que ele tomou conhecimento da existência de notícias práticas ainda manuscritas em Évora.[655] A partir da constatação, mobilizou contatos em Portugal para que tais notícias fossem copiadas e enviadas para o Brasil, o que o inspirou a escrever a

---

652 GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo:* história de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014, p. 191.

653 FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005, p. 1-13.

654 PRESOTTI, Thereza Martha. *Na Trilha das Águas.* Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Brasília, Brasília, 2008, p. 134.

655 TAUNAY, Afonso d'E. *História geral das bandeiras paulistas*, t. XI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1950, p. 31. Surpreendente é o fato de Taunay ter descoberto notícias práticas monçoeiras inéditas apenas no final da década de 1940, uma vez que Varnhagen, em *História Geral do Brazil*, já havia mencionado a existência de seis das oito notícias práticas concernentes a Cuiabá e a obra estava disponível na biblioteca do Museu Paulista desde a gestão de Hermann von Ihering.

segunda parte do tomo XI de *História geral das bandeiras paulistas*.[656] Entretanto, nesse livro, Taunay não as publicou integralmente, intercalando trechos das notícias, sempre sinalizados por aspas, com sua própria narrativa.

A novidade, portanto, da publicação dos *Relatos monçoeiros* em relação ao tomo XI foi apresentar cada uma das notícias práticas individualmente: a 1ª e 2ª notícias da lavra do mercador João Cabral Camello; a 3ª notícia dada pelo também comerciante Domingos Lourenço de Araújo; a 4ª notícia vinda da cidade do Paraguai, escrita por D. Carlos de Los Reyes Balmaceda, funcionário da Coroa espanhola; a 6ª notícia sobre a viagem de Rodrigo Cesar de Meneses, governador e capitão general da capitania de São Paulo, redigida pelo secretário de governo Gervásio Leite Rebelo; a 7ª notícia, de Manoel de Barros, a quem se creditam as atividades de sertanista e engenheiro; a 8ª notícia, de autoria anônima, atribuída a Francisco Palácio, cuja biografia é praticamente desconhecida, mas se acredita próximo à Igreja em razão das imagens e expressões utilizadas no texto.[657]

Em *Relatos monçoeiros*, Taunay desmembrou seu próprio texto da *História geral das bandeiras paulistas*: o que era de sua autoria foi deslocado para o início do volume como estudos, levemente modificados, com a retirada de parágrafos e frases para dar coerência ao texto; o que era conteúdo das notícias práticas foi individualizado e expandido na segunda parte do volume, respeitando a numeração dada pelo próprio Diogo Soares no códice guardado em Évora.

Todavia, é importante ressaltar que as notícias práticas apresentadas nos *Relatos monçoeiros* possuem diferenças significativas em relação aos excertos citados entre aspas na *História geral das bandeiras paulistas*, não só no que diz respeito à grafia, acentuação e pontuação, mas também a acréscimo e/ou supressão de trechos. Tais mudanças ocorreram em função das escolhas de um Taunay-editor ou, quiçá, de um revisor da Livraria Martins, que, de toda forma, contou com a aprovação final do organizador do volume e coordenador da coleção.

A ausência de indicação dos critérios utilizados na edição das notícias práticas e a existência de variações que ultrapassam o nível da atualização de grafia e de pontuação nos textos trazidos a público foram igualmente recorrentes no tratamento dado ao manuscrito que deu origem ao relato impresso "Carta de um passageiro de Monção

656 Registra no prefácio ao tomo XI os seus agradecimentos ao Dr. Armando Nobre de Gusmão (diretor da Biblioteca de Évora), ao Dr. Urbano Canuto Soares (professor da USP), Dr. Murilo Bastos (secretário da embaixada do Brasil em Lisboa) e José Pinto da Fonseca (funcionário do Instituto Biológico de São Paulo) pelos "excelentes serviços que me prestaram para a obtenção, remessa de reprodução desse contingente de origem eborense". TAUNAY, Afonso d'E, op. cit, 1950, p. 15.

657 A 5ª notícia prática das minas de Cuiabá, de autoria do sertanista ituano Antonio Pires de Campos, e a 1ª notícia prática das minas de Goiás encontram-se publicadas na obra Relatos sertanistas, igualmente editada por Afonso Taunay.

(1785)", no qual são narradas as aventuras e agruras vivenciadas por Diogo de Toledo Lara Ordonhes a caminho de Cuiabá.

O manuscrito corresponde ao documento 11575 da coleção José Bonifácio de Andrada e Silva, pertencente ao Seção técnico-científica de documentação e gestão de acervo do Museu Paulista. Quando da morte do titular em 1838, a coleção passou a seu irmão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, casado com Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, filha de José Bonifácio, sendo guardada posteriormente pelo filho do casal, José Bonifácio, o moço. Novamente em decorrência do falecimento deste, a coleção foi transmitida a sua filha Narcisa Andrada de Souza Queirós, casada com Paulo de Souza Queirós, que a doou ao Museu Paulista em 1924.[658]

A presença do manuscrito na coleção composta por 333 documentos textuais de natureza pública e privada, datados de 1534 a 1867, pode ser explicada pelos interesses de José Bonifácio como estudioso e pesquisador do mundo natural. Antes de participar do processo de independência do Brasil e do nascente Império, como estadista e parlamentar – sobre cuja atuação abundam documentos na coleção –, ele obteve o título de bacharel em Filosofia e Leis pela Universidade de Coimbra em 1787; realizou muitas viagens pela Europa de cunho científico patrocinadas pelo governo português; e assumiu cargos públicos administrativos no reino relacionados às produções minerais e à preservação das matas e dos bosques.[659]

Como membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, o filósofo natural ou "metalurgista por profissão", como se autointitulava, produziu várias memórias que versavam sobre mineralogia, nas quais descreveu detalhadamente as regiões de onde eram recolhidos os minerais, as próprias amostras, sua importância para a economia portuguesa e as atividades práticas desenvolvidas.[660] Muitos documentos da coleção de Bonifácio coletados nas viagens, em estadias em bibliotecas estrangeiras parecem dar sustentação a seus textos e ao levantamento realizado sobre as riquezas minerais presentes no solo lusitano.

Manuscritos sobre os recursos naturais da América portuguesa e roteiros de viagens também integram a coleção e sua recolha talvez tenha sido fruto das expedições que realizou desse lado do Atlântico. Não se pode esquecer, por exemplo, que, em 1820, no ano seguinte de seu retorno para a colônia, José Bonifácio, juntamente com o irmão Martim Francisco, partiu em uma viagem mineralógica pela capitania de São Paulo.

---

658 RELATORIO referente ao anno de 1924, apresentado, a 15 de janeiro de 1925, ao Excelentíssimo Senhor Secretario do Interior, Doutor José Manoel Lobo, pelo Director do Museu Paulista, Affonso d'Escragnolle Taunay, p. 38. Museu Paulista – Seção técnico-científica de documentação e gestão de acervo – Fundo Museu Paulista – Série: Relatórios.

659 VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva em sua fase portuguesa (1780-1819). *Anais do Museu Paulista*, v. 13, n.1, p. 207-234, jan./jun. 2005.

660 Ibidem, p. 229.

Saindo de Santos, passaram por Cubatão, Santo André, São Paulo, Santo Amaro, Cotia, São Roque, Aparecida, Sorocaba, Ipanema, Itu, Pirapora, Santana de Parnaíba e Piracicaba, em muitos trechos seguindo as margens do rio Tietê, via fluvial por excelência dos monçoeiros.[661]

O relato de Diogo de Toledo Lara Ordonhes, assim como outras narrativas centradas nas viagens fluviais, pode ter chegado às mãos do naturalista no contexto dessa viagem ou simplesmente no âmbito de seus interesses pelos recursos minerais do Brasil, como referência de itinerário já percorrido, cujas experiências poderiam servir, a um só tempo, como esteio e elemento de comparação. Nas memórias científicas, José Bonifácio usualmente comentava sobre explorações de minas antigas como exemplos históricos para as novas empreitadas.[662]

O manuscrito de Ordonhes é apócrifo, sem datação tópica e cronológica, e composto por 12 fls. Como o protocolo inicial do documento traz a expressão "Amigo do Coração" e a narrativa continua com a menção ao destinatário tratado por "Vossa Mercê", bem se vê tratar-se de uma carta, daí Taunay ter dado o título ao documento. Tal espécie documental, no Império português, era o formato privilegiado para se dar notícias.

A fim de averiguar se o documento havia sido escrito por Ordonhes, comparei a morfologia e o traçado das letras do manuscrito do Museu Paulista com o "Rol do que offereço para o Muzeo da Real Academia", que corresponde a uma listagem de objetos enviados por ele da colônia no final do setecentos.[663] No arquivo da Academia das Ciências de Lisboa, o rol leva sua assinatura e, à tinta esferográfica no papel almaço pautado que lhe serve de capa, está registrado que é um original do século XVIII. O procedimento evidenciou que os documentos eram frutos do mesmo punho.

Entretanto existem pelo menos duas evidências de que o manuscrito não é um testemunho original. Logo, na segunda linha da carta, há a abreviatura VM^{ce} seguida da informação entre parênteses "(este tratamento he de amigo)", e, nas fls. 4, há um espaço em branco entre palavras, o que sugere que o autor estava em dúvida sobre qual palavra usar ou não compreendera o que estava escrito no original.[664] A partir de tais constatações deduzi se tratar de uma cópia.

O autor usou módulo pequeno nas minúsculas do corpo do texto e módulo médio nas maiúsculas do corpo do texto. A narrativa foi escrita com letra de tipo humanístico,

---

661 VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret. A viagem mineralógica pela capitania de São Paulo realizada pelos naturalistas José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1820). *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano 7, n. 2, p. 189, dez. 2012.

662 Ibidem, p. 195.

663 ROL do que ofereço para ao Muzêo da Real Academia. Por Diogo de Toledo Lara Ordonhez. S.d. – Post. a 1786, bifólio [original]. Capilha de papel. Academia das Ciências de Lisboa – Série Azul – Manuscrito 876. R. 869.

664 Taunay, por sua vez, preencheu o espaço com a palavra Itapura de forma a identificar o último salto do rio Tietê antes de entrar no rio Grande.

ductus cursivo, inclinação à direita, com poucas ligaduras entre as palavras, e texto distribuído em média de 27 linhas por fólio, em grafia e margens regulares. Por tais características, depreende-se que o escriba estava acostumado a lidar com o registro escrito.[665] Como não se sabe se existe o testemunho original, essa cópia é muito cara, pois foi ela que serviu de texto-fonte para as edições impressas levadas a cabo por Afonso Taunay.

Desde o início da missiva se tem conhecimento de que o autor estava em Cuiabá, a quem ele nomeia como sertão, onde levava "uma vida triste e inquieta, por que não saio de casa, não tenho visitas, e só vou a Missa e aos sabados a Camara, por sistema particular, para fugir das emulações, enredos e mil couzas que nascem da comunicação".[666] Entretanto, só consegui identificá-lo com exatidão, ao final das fls. 9v, quando mencionou que "viera encarregado de tirar a Residencia de meu Antecessor Antonio Roiz Gayozo".[667]

De fato, Diogo Toledo de Lara Ordonhes fora nomeado juiz de fora da vila de Cuiabá em 1784. Nascido em São Paulo a 16 de dezembro de 1752 no seio de uma família de elite, filho de Agostinho Delgado Arouche de Barros Leme e de D. Maria Theresa de Araujo Lara, Diogo realizou seus estudos jurídicos na Universidade de Coimbra. Homem letrado, conhecido por Auguste de Saint-Hilaire como *le savant Diógo Ordonhes*, era detentor de rica biblioteca, membro da Real Academia das Ciências de Lisboa, autor e editor de inúmeras obras e homem público a serviço da Monarquia. Em 1789 foi nomeado ouvidor e corregedor da comarca de Cuiabá, onde permaneceu até 1792, regressando nesse mesmo ano a Lisboa. Em 1800 já se encontrava no Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de Intendente do Ouro em 1802 e, posteriormente, em 1815, de Conselheiro da Fazenda. Embora eleito em 1823 pela província de São Paulo para participar da Assembleia Constituinte, declinou. Faleceu no Rio de Janeiro, solteiro, em 1826.[668]

A carta redigida em 1785 pode ser dividida em 2 partes: no decorrer das nove primeiras folhas, ele narra sua viagem a Cuiabá; na sequência, conta sobre a sindicância aberta para apurar os responsáveis pelo atentado a seu antecessor e as dificuldades que enfrentava pelas inimizades que Gayoso havia cultivado durante sua residência no cargo. Também tece comentários sobre o clima, os costumes e as gentes. Termina a missiva expressando seu desejo de "sahir logo deste lugar",[669] de "ver se saio bem deste perigoso lugar",[670] o que, como mencionado, não aconteceu com a brevidade esperada.

---

665 NÚÑEZ CONTRERAS, Luis. *Manual de Paleografía*. Fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Cátedra, 1994, p. 38-44.

666 ROTEIRO e descrição de viagem. Coleção José Bonifácio de Andrada e Silva – doc. 11575, fls. 1.

667 Ibidem, fls. 9v.

668 TAUNAY, Afonso d'E. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (1752-1826). *Annaes do Museu Paulista*, v. 2, p. 257-272, 1925.

669 ROTEIRO e descrição de viagem, fls. 12.

670 Ibidem.

Embora tivesse acesso ao manuscrito completo, Taunay decidiu publicar apenas a primeira parte da carta em *Relatos monçoeiros* relativa à viagem fluvial realizada por Ordonhes, onde nem sequer figura o nome do juiz seu antecessor em Cuiabá. O leitor só sabe que é ele o autor da missiva pelas palavras do editor nas páginas que antecedem o relato, em que ele não avisa sobre a continuidade da narrativa.

Afora a substituição de termos, acréscimos e supressões de palavras e expressões constantes em *Carta de um passageiro de monção*, o manuscrito de Ordonhes é amputado em mais de 10 folhas sem que o leitor e o historiador que se vale do documento transcrito para suas análises tenham ciência da edição realizada pelo organizador da obra.

Em realidade, o restante da missiva havia sido dado a conhecer ao público na obra *Assuntos de três século coloniais (1598-1790)*,[671] publicada por Taunay em 1944, e republicada nos *Annaes do Museu Paulista* em 1945, no seu último ano à frente da instituição. Entretanto, nem mesmo nesses momentos, o manuscrito foi transcrito em sua integralidade. Taunay-editor se valeu do mesmo expediente que adotaria anos mais tarde com a divulgação das *Notícias práticas* no tomo XI de *História geral das bandeiras paulistas*, qual seja, a de entremear partes do documento com seus próprios comentários.

Em 2010, o historiador Paulo Pitaluga Costa e Silva buscou publicar a carta em sua totalidade nas publicações avulsas do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso partindo das edições de Taunay. A fim de dar inteligibilidade à segunda parte da missiva, ele foi eliminando os trechos que eram da lavra de Taunay e colocando na sequência os trechos que julgava serem de Ordonhes tais como figuravam no manuscrito. Se um desmembrou, o outro remendou. Conclusão, até os dias atuais, o documento 11575 da coleção José Bonifácio não foi publicado na íntegra, embora Taunay tenha dispensando atenção ao seu autor e ao seu conteúdo desde a década de 1910.

Ele escrevera pela primeira vez sobre Ordonhes no *Correio Paulistano*, na edição de 24 de dezembro de 1917, num artigo intitulado "Um naturalista ignorado I" em razão de seu fragmentário tratado de ornitologia, cuja continuação se deu no mês seguinte.[672] No mesmo ano, no primeiro número da *Revista do Museu Paulista* sob sua direção, Taunay publicaria o mesmo texto sob o título de "O primeiro naturalista de São Paulo".[673] Em 1925, seriam os *Annaes do Museu Paulista* a apresentarem traços biográficos de Ordonhes junto aos outros escritores coloniais selecionados por Taunay a fim de concorrer para o Concurso Literário da Academia das Letras Brasileira, do qual sagrou-se

671 TAUNAY, Afonso d'E. *Assuntos de três séculos coloniais (1578-1790)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

672 Idem. Um naturalista igonorado I. *Correio Paulistano*, n. 19.564, p. 1, 24 dez. 1917; Idem. Um naturalista igonorado (sobre Diogo de Toledo Lara Ordonhes). *Correio Paulistano*, n. 19572, p. 1, 2 jan. 1918.

673 Idem. O primeiro naturalista de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, v. X, p. 829-864, 1918.

vencedor em 1926.[674] Em 1944, Ordonhes seria novamente alvo da pena de Taunay, desta feita mais concentrado na carta, na sequência de artigos "Carta de um passageiro da monção", da edição de 7 de maio, "Carta de um passageiro da monção (1784)", de 14 de maio, "Diogo de Toledo Lara Ordonhes", de 21 de maio do *Jornal do Commercio*.[675]

Embora tenha o inegável mérito da divulgação de relatos monçoeiros, Taunay foi responsável pelas mediações editoriais envolvidas na reprodução dos documentos, fixando os textos ao longo dos séculos XX e XXI. Tais mediações geraram dissemelhanças entre as versões manuscritas e impressas, o que acabou por comprometer, em maior ou menor grau, a apreensão do conteúdo das narrativas setecentistas.

Vale notar que os artigos da década de 1944 acima citados vieram a público em seguida à inauguração da sala B-4 no Museu Paulista, dedicada às monções. Essa sincronia indica que os artigos de jornais não só serviam como subsídios para a composição de estudos maiores publicados em livros ou em periódicos especializados, como os *Anais do Museu Paulista* e a *Revista do IHGSP*, mas também dialogavam com as ações de Taunay realizadas no interior do próprio museu.

Os desenhos de Hercule Florence, dados a conhecer na obra *Viagem fluvial*, que serviram de matrizes para os quadros de Zilda Pereira, Silvio Alves e Nair Opromolla de Araújo, expostos na sala B-4, tiveram suas reproduções transpostas para o livro *Relatos monçoeiros*, acrescidas das cinco telas de grandes dimensões de Zimmermann e Pereira da Silva, com legendas nem sempre fidedignas aos títulos das obras a óleo.[676]

A transferência de imagens de telas do Museu Paulista para livros também não era nova nas experiências editoriais de Taunay. Com o propósito de reforçar documentos textuais ou evocar determinados quadros históricos por meio da iconografia, ele lançou mão dessa estratégia, entre outros, em *Pequena história do café no Brasil*, *História da cidade de São Paulo*, *Velho São Paulo*, todos de sua autoria.[677] No que tange especialmente à temática monçoeira, tal prática já havia sido adotada em Índios! Ouro! *Pedras!*, coletânea editada pela primeira vez em 1926 com três textos: "Antonio Rapo-

674 Idem. Diogo de Toledo Lara Ordonhes. *Annaes do Museu Paulista*, v. II, p. 257-272, 1925.

675 Idem. Carta de um passageiro da monção. *Jornal do Commercio*, ano 117, n. 184, p. 2, 7 maio 1944; Idem. Carta de um passageiro da monção (1784). *Jornal do Commercio*, ano 117, n. 190, p. 2, 14 maio 1944. Atente-se que a data do documento saiu equivocada; Idem. Diogo de Toledo Lara Ordonhes. *Jornal do Commercio*, ano 117, n. 196, p. 2, 21 maio 1944.

676 SOUZA, Jean Gomes de, op. cit., 2020; Idem. As monções do historiador das bandeiras. Relatos monçoeiros, de Affonso d'Escragnolle Taunay (Livraria Martins Editora, 1953). In: NASCIMENTO, Ana Paula; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (org.). *Museu Paulista e as memórias das narrativas de Aimé-Adrien Taunay e Hercule Florence*. São Paulo: Museu Paulista/ Instituto Hercule Florence, 2021, p. 244-277.

677 TAUNAY, Afonso d'E. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945; Idem. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1953]; Idem. *Velho São Paulo*, 3 v. São Paulo: Melhoramentos, 1954. Agradeço a Ana Paula Nascimento a indicação dos livros ilustrados de Taunay com peças do acervo do Museu Paulista.

so Tavares", "Fernão Dias Paes Leme" e o discurso "À glória das monções", sendo este último ilustrado com as reproduções de *Partida da monção*, de José Ferraz de Almeida Júnior e dos quadros de Zimmermann e Pereira da Silva.[678]

Sob esse prisma, a reprodução de determinados acervos do museu em obras escritas pode ser um recurso não só para se acompanhar a trajetória das exposições no Museu Paulista à medida que eles se avolumam nos livros, mas principalmente para se captar a relação estabelecida pelo próprio historiador entre sua produção museográfica, textual e editorial.

Considerações finais

A publicação dos documentos presentes na composição de *Relatos monçoeiros* evidencia tanto a visão de história do Brasil como a concepção de cariz positivista que Taunay tinha sobre as fontes históricas. Em primeiro lugar, os documentos lhe serviram para destacar o papel de São Paulo na conquista e na ocupação do território brasileiro por meio das monções, e, em segundo, foram tomados como autênticos, devido à contemporaneidade deles ao fato histórico eleito — no caso, as monções —, e verossímeis, a partir do confronto de seus elementos, atividade empreendida por Taunay nos estudos introdutórios, justapondo a fala de um narrador a do outro, em geral, como confirmação e não como contraponto. Não bastasse a crítica interna dos documentos, ao traçar as biografias de seus autores em suportes de natureza variada, Taunay reforçava a probidade dos emissores das fontes e, por consequência, sua veracidade.

As noções de autenticidade e verossimilhança também se estenderiam às imagens inseridas no livro, igualmente consideradas como documentos, uma vez que haviam sido elaboradas com base em fontes reputadas como legítimas pelo historiador e frutos do trabalho de hábeis executores.[679] Ademais, a iconografia articulava as duas faces do ofício de Taunay durante décadas — a produção de textos e de exposições.

Assim compreendidas, a primeira e a segunda parte de *Relatos monçoeiros*, aparentemente estanques, passam a se complementar, podendo ser tomadas em conjunto como uma plataforma de observação para a atuação de Taunay como historiador ou, como sugeri no início, uma síntese da trajetória de sua produção historiográfica sobre a temática monçoeira e de sua forma de fazer história.

Foi justamente a revelação de novas fontes sobre as monções já dadas a conhecer no tomo XI de *História geral das bandeiras paulistas*, cuja segunda parte pode

678 TAUNAY, Afonso d'E., op. cit., 1926.

679 Sobre as concepções de autenticidade e verossimilhança relativas às fontes textuais e iconográficas, ver LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 1, n. 1, p. 147-178, 1993.

ser considerada o embrião de *Relatos monçoeiros*,[680] que impactara Sérgio Buarque de Holanda. Na resenha dedicada ao volume, publicada na edição de 13 de julho de 1951 do *Diário Carioca*, o historiador confessou que fora, sobretudo, "a divulgação de novas peças documentais, em particular das importantes notícias e roteiros reunidos pelo padre Diogo Soares",[681] que concorrera não só para a ampliação de seu conhecimento sobre o tema, mas também para a revisão do que havia escrito em *Monções*. Para ele, os novos documentos trazidos à baila confirmavam tanto o final da história das bandeiras quanto o "início de uma etapa nova do mesmo movimento expansionista de que elas participavam".[682]

E essa nova fase, caracterizada pela "própria regularidade das expedições, o conhecimento prévio das regiões a serem percorridas, o simples gosto da pecúnia",[683] teria como protagonista o comerciante, "que vai trocar as mercadorias civilizadas pelo ouro em pó do extremo ocidente".[684] Portanto, diversamente de Taunay, que encarava as monções como episódio terminal das bandeiras e, por consequência, nelas inserido, Holanda considerava os dois fenômenos como momentos distintos de um mesmo movimento de dilatação territorial paulista, o que talvez explique o próprio título da resenha que os particularizava: "Bandeiras e monções".

Sérgio Buarque de Holanda não escapa, contudo, de apontar para a possibilidade da construção da identidade paulista unificada pelos elos entre personagens de uma história linear, na qual "o comerciante e o tropeiro, acostumados a lidar com grandes cabedais, são os sucessores diretos do primitivo bandeirante e os precursores longínquos dos grandes fazendeiros".[685] Nesse sentido, aproxima-se de Taunay, por ele próprio reconhecido simultaneamente como o historiador das bandeiras e o historiador do café, os pontos extremos dessa história.

Buscando minuciosamente os rastros deixados por Sérgio Buarque de Holanda acerca de suas motivações para a continuidade das pesquisas sobre as monções nas décadas de 1960 e 1970, Laura de Mello e Souza destacou a importância dos documentos publicados por Taunay para tal empreitada. Tendo acesso ao processo Fapesp sobre o projeto "A navegação fluvial entre São Paulo e Cuiabá nos séculos XIX e XX", submetido em 1965 àquela fundação, a autora comentou que, para obtenção de recursos para

---

680 Como já comentado, a estrutura da segunda parte do tomo XI da *História geral das bandeiras paulistas* é praticamente idêntica a dos estudos introdutórios de *Relatos Monçoeiros* em termos de sequência de assuntos e títulos dos capítulos.

681 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Bandeiras e monções. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*: escritos coligidos: livro II – 1950-1979. São Paulo: Editora Unesp/ Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 153.

682 Ibidem, p. 154.

683 Ibidem.

684 Ibidem, p. 155.

685 Ibidem.

os trabalhos em arquivos brasileiros, "Sérgio recorria ao volume 11 da *História geral das bandeiras paulistas*, de Taunay, para fundamentar a necessidade de pesquisa".[686]

Uma versão datiloscrita das *Notícias Practicas das Minas do Cuyabá e Guyazes na capitania de S. Paulo* — que tanto impressionaram Sérgio Buarque de Holanda e foram publicadas na íntegra nos *Relatos monçoeiros* — encontra-se guardada na Seção técnico-científica de documentação e gestão de acervo do Museu Paulista.[687] Curiosamente, elas foram alocadas na coleção José Bonifácio de Andrada e Silva, em algum momento posterior a 1949, onde se encontra o manuscrito de Diogo de Toledo Lara Ordonhes, o que incita ao questionamento sobre o que teria vindo, de fato, com a doação em 1924 e o que teria sido incorporado a posteriori. A própria baliza temporal final que define os documentos da coleção excede o período de vida de seu titular, o que igualmente levanta hipóteses sobre sua conformação a muitas mãos.

Não é possível afirmar que se consiga perseguir todos os rastros da formação, ingresso e fortuna da coleção no Museu Paulista, mesmo porque há documentos pertencentes a José Bonifácio espalhados em várias instituições, como a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Porém, a apropriação por Taunay de uma parte deles, no caso, dos relatos monçoeiros, já vem ensejando discussões nos campos da história social e da filologia, à luz de abordagens mais contemporâneas sobre as trajetórias da transmissão de manuscritos e impressos e as mediações editoriais nelas envolvidas.

Ao longo de mais de dois séculos, houve punhos responsáveis pela confecção das notícias práticas que lhes deram sentidos e usos específicos: os do padre Diogo Soares ao homogeneizar as narrativas com sua letra, ordenando-lhes e produzindo um códice; os de Varnhagen, que descobriu os dois testemunhos em Évora; os do paleógrafo que transcreveu as notícias a pedido de Afonso de Taunay, e os do próprio Taunay ao recortá-las no tomo XI da *História geral das bandeiras paulistas* e ao publicá-las individualmente no *Relatos monçoeiros*. No caso do manuscrito de Diogo de Toledo Lara Ordonhes, localizei as ações de Taunay, que as desmembrou no livro *Assuntos de três séculos coloniais (1598-1790)* e dele extraiu apenas a primeira parte para publicação em *Relatos monçoeiros*, e as de Paulo Pitaluga que pretendeu remontá-lo na publicação *Diário de um Passageiro de Monção - Diogo de Toledo Lara Ordonhez* a partir da fragmentação empreendida por Taunay em 1944.

Tal variedade de mãos demonstra como a questão da autoria dos relatos não se pode restringir à primeira redação, mas antes devem ser considerados aqueles que os

686 SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio: Estrela de uma vida inteira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., 2014, p. 27.

687 Agradeço a Ricardo da Matta pela localização dessa documentação na Coleção José Bonifácio de Andrada e Silva no contexto de distanciamento social da COVID-19 em 2020.

compuseram, aqueles que os copiaram e aqueles que os editaram, como têm salientado Roger Chartier e Fernando Bouza.[688]

Os usos e interpretações nos auxiliam a refletir sobre o consumo dos relatos como atos de produção[689] por meio da criação de novos textos e novas formas de leitura de acordo com os interesses distintos dos sujeitos envolvidos e dos contextos em que estavam inseridos. Nesse sentido, concordo com Kapil Raj, para quem "circulação não é unicamente o fenômeno do movimento. É o que se passa quando os conhecimentos e as práticas se transformam ao se deslocarem".[690]

O interesse de Taunay pelas viagens fluviais, sua busca incansável por documentos inéditos e as encomendas por suas transcrições em arquivos brasileiros e do exterior acabaram por enriquecer o acervo do Museu Paulista com cópias de textos coloniais que contribuem para seu fortalecimento como instituição de guarda documental — textual, iconográfica e tridimensional — e como centro de produção e difusão de conhecimento. Investidas incipientes, como as pesquisas realizadas por Jean Gomes de Souza, João Carlos Cândido Silva Libardi Santos, Igor Alexandre Silva Cassemiro e Victor Hugo Florenzano Vidal Gonçalves,[691] têm evidenciado as potencialidades das narrativas monçoeiras para estudiosos das áreas de cultura escrita e cultura material. Resta aos interessados aprofundarem as investigações.

---

688 Ao discorrer sobre o manuscrito na era do impresso, Chartier afirma que "a publicação manuscrita mantém assim a ambiguidade do próprio termo 'escritor'". CHARTIER, Roger, op. cit., 2002, p. 94. Por sua vez, na discussão sobre a circulação de manuscritos na renovação da história cultural, Bouza comenta que "la copia manuscrita se revela como una forma de transmisión en la que es posible reconocer varias manos y, por tanto, más de un autor". BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito:* una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001, p. 21.

689 CASTILLO GÓMEZ, Antonio, op. cit., 2003, p. 121.

690 SILVA, Matheus Alves Duarte. Circulação não é fluidez - Entrevista com Kapil Raj. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 2016.

691 SOUZA, Jean Gomes de. *As notícias correm*: estudo da trajetória histórica e edição das Noticias Practicas das Minas do Cuyabâ, e Guyazes Na capitania de São Paulo (séculos XVIII-XXI). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021; CÂNDIDO SANTOS, João Carlos. "Adiante rios de muita caça, mel e gavirobas": indícios de florestas culturais no ambiente monçoeiro (séculos XVIII e XIX). In: OLIVEIRA, Áxsel Batistella; FARIAS, Cezar Felipe Cardozo; PONTAROLO, Fábio; MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; GREGORY, Julia Leite; SILVA, Marcio Antônio Both da. (orgs.). *História do Mundo Rural*: estudos coloniais, agricultura e questões fundiárias. 1ed. Marechal Cândido Rondon: ANPUH/PR, 2021, p. 29-48; CASSEMIRO, Igor Alexandre Silva. A trajetória de um relato: 'Divertimento Admirável' ao longo dos séculos (XVIII-XXI). In: 73ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Jornada Nacional de Iniciação Científica, 2021, Juiz de Fora. *Anais da 73ª Reunião Anual da SBPC*, 2021; GONÇALVES, Victor Hugo Florenzano Vidal. A trajetória de 'Divertimento admirável': homens, ideias e contextos. In: 28º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP, 2020, São Paulo. *Anais do 28º SIICUSP*, 2020.

9

Uma relação de viagem em manuscritos e impressos

Introdução

Em 1953, no âmbito das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, o historiador Afonso d'Escragnolle Taunay organizou um livro intitulado *Relatos monçoeiros*.[692] Como visto no capítulo 8, a obra reúne narrativas escritas por diferentes agentes históricos sobre as monções, que foram expedições fluviais entre Araritaguaba (atual Porto Feliz, São Paulo) e Cuiabá (Mato Grosso) no século XVIII e inícios do XIX, tornadas regulares a partir de 1720.

Entre as narrativas, encontra-se a "Relação da viagem, que fêz o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá em 1751".[693] Nela, o autor relata as experiências vivenciadas por ele em meio a paisagem natural e humana durante suas andanças entre a cidade de São Paulo e a vila de Parati, no retorno à capital paulista e no percurso fluvial empreendido entre as vilas Araritaguaba e Cuiabá ao longo dos meses de abril de 1750 e janeiro de 1751.

Logo abaixo do título, há entre parênteses a seguinte informação: "Carta endereçada ao Conde de Val de Reis e ao Instituto Histórico Brasileiro, remetida de Lisbôa por F. A. de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro".[694] Tal referência evidencia que Taunay se valera do texto publicado primeiramente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1845, enviado pelo sócio correspondente Francisco Adolfo Varnhagen, a partir da transcrição do documento guardado na Biblioteca Nacional de Portugal.[695] Uma diferença, entretanto, percebida de imediato entre os impressos de 1845 e de 1953, reside no fato de que, no primeiro, não há a informação secundária ao título de que se tratava de uma carta e a quem era destinada.

Para entender como essa e outras questões aparecem em versões manuscritas e impressas da *Relação da viagem*, é necessário investigar a trajetória histórica de sua transmissão nos campos da cultura escrita e da cultura material, como têm procedido de forma original e instigante em relação a outros objetos de estudo, Rodrigo Bentes

692 TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

693 Ibidem, p. 183-202.

694 Ibidem, p. 183.

695 RELAÇÃO da Viagem, que fez o Conde da Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 7, n. 25, p. 469-497, 1845.

Monteiro,[696] Silvia Lara e Phablo Fachin,[697] e Jean Gomes de Souza.[698] A definição de Antonio Castillo Gómez para a história da cultura escrita como aquela que se dedica à compreensão do escrito em cada um dos tempos que marcam sua trajetória[699] é a que orientará as análises aqui empreendidas sobre os tempos de produção, recepção e conservação da *Relação da viagem*. Já a caracterização do documento e de suas versões, a um só tempo, como texto e artefato, mediando relações pessoais e institucionais em contextos políticos, historiográficos e editoriais distintos, ancora-se nos trabalhos de Márcia Almada[700] e de Ulpiano Bezerra de Meneses.[701]

Embora a narrativa seja uma das mais citadas pela historiografia brasileira desde o século XIX nos trabalhos sobre as monções e a conformação do território colonial, certos aspectos não foram levados em consideração pelos especialistas. Os estudos, em geral, recaíram sobre o conteúdo do documento, mas, neles, não se atentou para as diferenças entre o manuscrito depositado na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e as duas versões que se encontram na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (FBN), tampouco se procedeu à comparação entre os textos manuscritos e os impressos deles decorrentes. Ademais, dados elementares da vida pregressa de Rolim de Moura antes de sua chegada à América carecem de exatidão.

A fim de preencher tal lacuna, este capítulo analisará as mediações editoriais[702] envolvidas na reprodução manuscrita do documento e nas edições dos impressos. Para tanto, busco atentar para a materialidade dos manuscritos; apontar as dissemelhanças entre as versões que comprometem, em maior ou menor grau, a apreensão do conteúdo da narrativa e destacar a importância da autoridade institucional e intelectual oitocentista para a fixação do texto ao longo dos séculos XX e XXI.

Para dar conta das questões colocadas, o capítulo será dividido em três partes. Na primeira, a partir de considerações sobre o autor e o conteúdo, sugiro os motivos

---

696 MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O códice endiabrado:* interpretação do Discurso histórico, e político 1720-2020. Tese (Professor titular em História Moderna) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

697 LARA, Silvia Hunold; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (orgs.). *Guerra contra Palmares:* o manuscrito de 1678. São Paulo: Chão Editora, 2021.

698 SOUZA, Jean Gomes de. *As notícias correm:* estudo da trajetória histórica e edição das Noticias Practicas das Minas do Cuyabâ, e Guyazes Na capitania de São Paulo (séculos XVIII-XXI). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

699 CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista brasileira de história da educação*, n. 5, p. 93-124, 2003.

700 ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate*: reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX. Jundiaí: Pacco, 2018, p. 17-40.

701 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 80-103, 1998.

702 CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 61.

para o amplo conhecimento sobre a *Relação da viagem* e seu emprego pela historiografia brasileira; na segunda, discuto a espécie documental do manuscrito colocando em confronto os testemunhos depositados na BNP e na FBN e suas respectivas catalogações nas instituições de guarda; na terceira, examino as versões impressas da *Relação da viagem* com particular atenção para as escolhas editoriais que engendraram suas publicações.

O autor e a narrativa

Os testemunhos conhecidos da *Relação da viagem* são apócrifos. Escrito em 1ª pessoa, não apresenta datação tópica e cronológica. A atribuição de autoria a D. Antonio Rolim de Moura se dá com base na folha de rosto do manuscrito pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal, que traz as seguintes informações "Relação da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da Cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751".[703]

Já no século XVIII, Antonio Rolim de Moura teve sua biografia esboçada em *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, de Antonio Caetano de Sousa, publicada pela primeira vez em 1739, sendo as linhas sobre sua vida aumentadas a cada edição em razão dos cargos ocupados por ele na vida administrativa e militar do Império.[704] Filho de Nuno de Mendonça, 4º Conde de Val de Reis, e de D. Leonor Maria Antonia de Noronha, filha do Marquês de Anjeja, Rolim de Moura nasceu a 12 de março de 1709. Não obteve o título nobiliárquico da Casa dos Mendonça, privilégio do primogênito Lourenço Filipe Nery Mendonça, 5º Conde de Val de Reis, tornando-se Senhor da Azambuja, ao suceder seu parente D. João Rolim de Moura, último varão legítimo dessa Casa, e posteriormente Conde de Azambuja, em 1763.

Embora Antonio Caetano de Sousa não tenha mencionado o local de seu nascimento, Jaime Cortesão[705] afirmou que Rolim de Moura era natural de Vila de Moura, no Baixo Alentejo, informação repetida com ressalvas por seu biógrafo Carlos Francis-

703 MOURA, D. Antonio Rolim de. *Relação da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da Cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751*. BNP, códice 546.

704 SOUSA, António Caetano. Memorias historicas, e genealogicas dos grandes de Portugal, que contém a origem e antiguidade de suas familias: os estados, e os nomes dos que actualmente vivem, suas arvores de costado, as allianças das casas, e os escudos de armas, quelles competem, até o anno de 1754. Lisboa: Na regia officina Sylviana, e da Academia real, 1755, p. 595-596.

705 CORTESÃO, Jaime. *Portugal – A Terra e o Homem*. Lisboa: Artis, 1966, p. 255-256.

co Moura,[706] mas assumida por Loiva Canova[707] e Nelson Papavero.[708] Entretanto, seu processo de habilitação de Familiar do Santo Ofício, datado 1730, elucida que Rolim de Moura havia nascido em Lisboa e fora batizado na freguesia de São Vicente de Fora, tendo como padrinho D. Antonio de Noronha.[709]

Em 1726, ingressou na carreira militar ao sentar praça como soldado no Regimento da Cavalaria de Alcântara. Em 1735, já era capitão da 4ª Companhia do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria da guarnição da Corte sob o comando do Conde de Coculim.[710] Em 1744, foi nomeado vedor da Casa da Rainha D. Maria Ana de Áustria e, em 1748, tesoureiro do Hospital Real de Todos os Santos.[711]

Em termos de instrução, as informações são imprecisas e mencionadas em tom apologético por José Antonio de Sá, no *Elogio Fúnebre do Ilm° e Exm° Senhor D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja*, em 1784. Segundo Sá, o homenageado tinha sólida formação cultural e científica, aplicado em Filosofia, Teologia, História, Direito, Retórica, Matemática, Ciências, Música, Dança, Picaria e Espada, sendo erudito nas Artes Liberais. O autor, entretanto, não informa onde e como Rolim de Moura teria recebido a educação destinada aos nobres, nem como aprendeu "por hum systema a ser Militar".[712] Sem citar as fontes utilizadas, Jaime Cortesão afirma que Rolim de Moura frequentou as aulas na Academia Militar, era engenheiro, astrônomo e cartógrafo, incluindo-o entre os funcionários régios nomeados por D. João V em postos chave no ultramar notadamente por terem essa formação.[713]

Embora não se tenha localizado documentos que comprovem a afirmação de Cortesão, na própria viagem fluvial a Cuiabá, o governador deu mostras de suas habilidades militares e topográficas. Frente a uma possível investida dos índios Payaguá no rio Taquari, ele propôs inovações bélicas mediante a organização de uma marcha de canoas armadas em posição de combate e a introdução da "pecinha de amiudar" nas

---

706 MOURA, Carlos Francisco. *Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; biografia*. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1982, p. 15.

707 CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. *Coletâneas de Nosso Tempo*, v. 8, n. 8, p. 80, 2008.

708 PAPAVERO, Nelson. Observações sobre a fauna e a flora na Relação da Viagem, que fez o Conde da Azambuja da cidade de S. Paulo para a Villa do Cuyabá no anno de 1751 (cod-546 da Biblioteca Nacional de Portugal). *Arquivos de Zoologia*, v. 50, n. 2, p. 117, 2019.

709 HABILITAÇÃO de Familiar do Santo Ofício de Dom Antonio Rolim de Moura, 1730. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, maço 206, documento 3089.

710 MOURA, Carlos Francisco, op. cit., 1982, p. 122-125.

711 Ibidem, p. 17.

712 SÁ, José Antônio de. Elogio Fúnebre ao Ilm° e Exm° Senhor D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja. Lisboa: Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1784, p. 17.

713 CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, parte 1, tomo 1. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1950, p. 291, 301, 320.

embarcações, adquirida no Rio de Janeiro, que disparava uma quantidade maior de tiros no espaço de um minuto.[714] Ademais, comentou que, durante todo o percurso, estivera com um agulhão na mão observando os rumos e que riscara um mapa do caminho até Cuiabá, o qual, uma vez passado a limpo por um terceiro, foi enviado ao rei em 1754.[715]

Fosse por sua origem nobre, pela educação esmerada, pelo posto de capitão que ocupava, pelos serviços prestados na corte, por seus conhecimentos militares e cartográficos ou, provavelmente, pelo conjunto desses atributos, em 1748, Antonio Rolim de Moura foi nomeado governador da recém-criada capitania de Mato Grosso. De fato, de acordo com os estudos de Russel-Wood[716] e Nuno Gonçalo Monteiro[717] sobre os critérios para a escolha dos agentes régios no ultramar, o governador cumpria os requisitos exigidos, ainda mais no contexto de delimitação das fronteiras ibéricas em terras americanas, que viriam a ser definidas pelo Tratado de Madri em 1750. A ideia de se criar uma nova capitania na região, anteriormente pertencente a de São Paulo, estava atrelada à fundação de uma vila como capital no extremo oeste da América portuguesa e próxima aos vizinhos castelhanos.[718]

Tais pretensões figuravam nas *Instruções* passadas por D. Maria Ana Josefa de Áustria, esposa de D. João V, ao novo governador em janeiro de 1749. O documento foi organizado em 32 parágrafos e tratava de temas relativos aos critérios geopolíticos para a instalação da capital da capitania de Mato Grosso com residência do governador; aos privilégios aos habitantes desta vila; à organização econômica, militar e jurídica da nova área; ao tratamento dado aos povos indígenas da região; ao estabelecimento dos limites da capitania na América portuguesa e das fronteiras com terras de Espanha; às possibilidades de navegação fluvial para o norte da colônia e às condições de extração de pedras e metais preciosos.[719]

---

714 MOURA, Carlos Francisco. A contribuição naval à formação territorial do extremo oeste (Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul). *Navigator. Subsídios para a história marítima do Brasil*, [S.l], n. 20, p. 22, 1985.

715 OFÍCIO do [governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que remete o mapa do caminho desde Santos até a Vila de Cuiabá e no qual descreve a região do Pantanal. 1754, Janeiro, 26, Vila Bela (AHU_ACL_CU_010, Cx. 7, Doc. 439).

716 RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco Bethencourt; CHAUDURI, Kirti (orgs). *História da Expansão portuguesa*, v. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 169-192.

717 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Govenadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar:* idéias e práticas no Império português. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 93-115.

718 ARAUJO, Renata Malcher de. Nem eles tal vila queriam, nem pediam: a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a estruturação da capitania das Minas de Cuiabá e Mato Grosso. In: SOUSA, Avanete Pereira de; REINATO, Eduardo José; JESUS, Nauk Maria de (orgs.). *Para além das Gerais:* dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa: Bahia, Goiás e Mato Grosso. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p. 21-66.

719 MOURA, Carlos Francisco, op. cit., 1982, p. 127-137.

É no final do segundo parágrafo que a rainha pede ao governador para comunicar-lhe, quando chegasse ao distrito do Mato Grosso, quais providências seriam próprias para aumentar e fortalecer a povoação daquele território. E foi o que ele fez depois de aportar em Cuiabá em janeiro de 1751, inclusive fazendo menções explícitas às instruções régias nos ofícios enviados ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, ou ao próprio rei.[720]

O fato de a soberana solicitar a Rolim de Moura que lhe escrevesse quando atingisse o destino e não antes disso afasta a *Relação da viagem* de ser uma prestação de contas oficial e do soberano ser o destinatário da missiva. Por um lado, D. João V já tinha conhecimento sobre a rota das monções, pois enviara para a América, havia mais de 20 anos, os padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capacci, incumbidos de recolherem notícias de práticos sobre a região e elaborarem mapas do território.[721] Por outro lado, o rei é mencionado em terceira pessoa na *Relação da viagem* – "El Rey" – e o tratamento menos formal dirigido ao destinatário – "Meu primo e Senhor" – não condiz com aquele endereçado a D. João V em carta escrita pelo governador, em abril de 1750, que começa com "Senhor" e termina com "A muito alta e Poderosa Pessoa de Vossa Magestade Guarde Deos os anos que seus fieis vassalos lhe desejamos".[722] Além disso, logo no início do documento, o autor avisa o interlocutor sobre sua intenção de que o conteúdo lhe servisse de "divertimento pela novidade".

Em fevereiro de 1749, D. Antonio Rolim de Moura partiu na nau de guerra Lampadosa em direção à América portuguesa, desembarcando na vila do Recife. Da capitania de Pernambuco foi para a cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceu durante alguns meses e depois se encaminhou para a cidade de São Paulo.[723] Lá estava quando recebeu a mensagem de Gomes Freire de Andrade, governador da capitania do Rio de Janeiro, para que se encontrassem na vila de Parati a fim de conversarem. Afinal, até a chegada de Rolim de Moura, fora Gomes Freire que administrara interinamente a capitania de

720 OFÍCIO do [governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre o que é preciso para o aumento e fortalecimento da nova vila de Mato Grosso. 1751, Junho, 27, Vila de Cuiabá. (AHU_ACL_CU_010, cx. 5, doc. 344); OFÍCIO do [governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá notícias sobre o estado atual da Capitania e sobre a sua viagem desde Araritaguaba até Vila de Cuiabá. 1751, Agosto, 8, Vila de Cuiabá. (AHU_ACL_CU_010, cx. 6, doc. 361).

721 ALMEIDA, André Ferrand de. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748). *Oceanos – A formação territorial do Brasil*, n. 40, p. 79-92, 1999.

722 CARTA de D. Antônio Rolim de Moura ao rei [D. João V], informando o recebimento de três caixotes de segunda via de bilhetes e livros da capitação para as minas de Cuiabá no presente ano. 1750, Abril, 29, Parati (AHU_ACL_CU_017, cx. 43, doc. 4419).

723 MOURA, Carlos Francisco, op. cit., 1982, p. 22-23.

Mato Grosso e recebera ordens régias para instruir o adventício,[724] novo membro de sua rede governativa,[725] antes de ele para ela se dirigir. A *Relação da viagem* tem justamente início nesse contexto de partida para Parati em 1º de abril de 1750 e se encerra em 17 de janeiro de 1751, quando toma posse do governo em Cuiabá.

Como outros europeus em territórios americanos até então desconhecidos, Rolim de Moura narra as venturas e as desventuras da viagem; descreve os trajetos terrestres e fluviais, as localidades por onde passa, os habitantes que encontra pelo caminho e seus modos de viver, os companheiros de viagem e a composição da expedição, a fauna, a flora, os rios; conta o que ouviu dizer, mas, sobretudo, aquilo que viu, transformando em imagem e em evidência, aquilo que experimentou.[726]

Segundo Temístocles Cézar, a intenção da verdade contida na enunciação do narrador que expressa aquilo que viu e viveu talvez explique a razão pela qual a historiografia, desde o século XIX, tenha se valido dos relatos de viagem como documentos históricos, já que "participam, desse modo, do discurso da evidência da história".[727]

Ao relatar fatos a ele comunicados pelos mareantes e sertanistas, não só valorizava a memória e o trabalho desses sujeitos como conferia veracidade às informações que circulavam. Transpostas do registro oral para o escrito por um funcionário régio, tais informações também se tornavam mais perenes, porque materializadas em papel. Da mesma forma, ao repetir que havia visto com seus próprios olhos vários episódios registrados, apresentou um recorte da realidade estabelecido a partir de sua vivência e deu ao sentido da visão – não de um simples viajante, mas antes de um governador – a primazia na autenticidade dos fatos narrados.[728]

Como queria dar a conhecer a seu interlocutor o mundo que se descortinava na rota das monções, por meio da escrita de si, Rolim de Moura comparava e hierarquizava,

---

724 PROVISÃO (cópia) do rei [D. João V] ordenando ao governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais [e São Paulo], Gomes Freire de Andrade que dê toda a ajuda necessária a D. Antônio Rolim de Moura quando passar pelos distritos do Rio de Janeiro e Minas Gerais, junto com seus oficiais, soldados e uma Companhia de Dragões em direção ao Mato Grosso, capitania a que foi nomeado como governador. 1749, Janeiro, 13, Lisboa (AHU_ACL_CU_017, cx. 41, doc. 4248).

725 RIBEIRO, Monica da Silva. *"Se faz preciso misturar o agro com o doce":* a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-1763). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 205-236, 2010.

726 Análises mais detalhadas acerca das descrições de Rolim de Moura foram realizadas por CANOVA, Loiva. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011; CHAVES, Otávio Ribeiro. Representações da paisagem da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, com base na escrita do governador e capitão-general Antonio Rolim de Moura Tavares (século XVIII). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl-Heinz Arenz (orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. Belém: Editora Açaí, 2014, p. 148-161.

727 CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX:* o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 82.

728 SOUZA, Jean Gomes de, op. cit., 2021, p. 97-98.

a todo o momento, os elementos que lhe chegavam aos cinco sentidos a partir de referências do reino, valendo-se das lembranças de sua vida pregressa. Devido à natureza eminentemente relacional da descrição,[729] a recorrência a uma matriz cultural comum ao autor e ao destinatário era imprescindível para que a comunicação fosse eficaz e que a própria novidade apresentada ganhasse relevância em meio a um universo conhecido.[730]

Talvez tenha sido justamente a capacidade de Rolim de Moura de aproximar o Novo e o Velho Mundo, por meio das comparações minuciosas entre os homens, os comportamentos e o mundo natural dos dois lados do Atlântico, que favoreceu o uso pródigo do relato pela historiografia. Mediante seu repertório sociocultural – impregnado no conteúdo – e a posição na administração do Império – como protagonista da ação –, Rolim de Moura foi muito bem-sucedido na tarefa de garantir o sentido presencial da escrita, dando oportunidade às pessoas que permaneciam na Europa de participarem de sua viagem oficial e aventureira pelo interior da colônia e aos historiadores de interpretarem aspectos de realidades passadas por meio da cultura escrita.

Sob esse viés analítico, a difusão da *Relação de viagem* pode ser compreendida primordialmente pelo lugar de destaque reservado ao autor nos quadros da administração do Império português e no passado colonial brasileiro. Passados 13 anos à frente da capitania de Mato Grosso, já agraciado com o título de Conde de Azambuja, Rolim de Moura governou a capitania da Bahia de 1764 a 1767, quando foi nomeado vice-rei do Brasil, permanecendo no cargo de 1767 a 1769. Ao retornar a Portugal, tornou-se presidente do Conselho da Fazenda, tenente-general dos exércitos de Sua Majestade, do Conselho de Guerra e governador das Armas da Corte e Extremadura, vindo a falecer, em Lisboa, a 8 de dezembro de 1782.

Para além da confiabilidade do testemunho decorrente da autoria, ou justamente por causa dela, a *Relação da viagem* ganhou inúmeras edições brasileiras desde o século XIX, o que muito facilitou o acesso dos pesquisadores à narrativa, atualmente, inclusive, em formato digital. Contudo, como se mencionou no início do capítulo, tais estudos não se preocuparam em discutir a espécie documental da narrativa denominada relação nas edições impressas, mas estruturada em formato de carta, nem sobre o destinatário aludido como primo por Rolim de Moura e identificado como o Conde de Val de Reis na publicação de 1953.

A fim de compreender tais ambiguidades e incongruências, farei um cotejamento entre as três versões manuscritas do relato e um exame das respectivas classificações nas instituições de guarda. Com tais procedimentos, intento desvelar as relações este-

729 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 84-85.

730 BONATO, Tiago. *Viagens do olhar:* relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro (1783-1822). Guarapuava: Ed. Unicentro, 2014, p. 127-157.

máticas entre os testemunhos e assinalar o papel crucial das anotações manuscritas de bibliotecários e arquivistas para a identificação documental e para a percepção da historicidade das catalogações nos espaços custodiais.

A *Relação da viagem* e suas versões manuscritas

No Império português, a carta era, a um só tempo, o nome atribuído a diversas espécies documentais que contavam com um destinatário e o formato privilegiado utilizado para se dar notícias. No caso da comunicação entre os vassalos e o soberano, quando as questões tratadas não tinham um caráter petitório, eram-lhe dirigidas por meio de cartas, que traziam no protocolo inicial o pronome de tratamento "Senhor".[731]

Ao estudar o conjunto das *Notícias práticas da capitania de São Paulo*, Jean Gomes de Souza flagrou a 8ª notícia prática estruturada como carta e roteiro e a transformação do conteúdo da 6ª notícia prática do formato de relação para o de carta para ser enviada ao rei.[732] Segundo Rafael Bluteau, a primeira acepção do vocábulo relação era a "narração de alguma coisa que sucedeu",[733] e Thereza Presotti comenta que, no alvorecer das conquistas ultramarinas, tal narração se desenvolvia com base num manual com perguntas a serem respondidas, o qual gradualmente foi sendo abandonado em face da difusão das relações com o avançar da colonização dos impérios ibéricos em várias áreas do globo.[734]

Não seria de se estranhar, portanto, que a *Relação da viagem* fosse escrita seguindo a estrutura de uma missiva. O texto, contudo, não está organizado de forma a responder a um guia, nesse caso, as *Instruções* recebidas da rainha, que, como apontado anteriormente, se concentravam na capitania do Mato Grosso. Em realidade, foi somente em ofício datado de 8 de agosto de 1751 que Rolim de Moura relatou ao Secretário Corte Real sua viagem desde a vila de Araritaguaba até a vila de Cuiabá em um mísero parágrafo. Nele o governador destacou que a demora da viagem não provinha apenas da distância entre as localidades, mas antes da existência de cem cachoeiras no trajeto e da grande quantidade de paus que atravessavam o rio Pardo, obrigando os mareantes a cortarem-nos a machadadas para seguirem a viagem. Segundo ele, tal embaraço seria aliviado caso houvesse maior povoamento pelos caminhos e, con-

731 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 52.

732 SOUZA, Jean Gomes de, op. cit., 2021, p. 165 e 157-158, respectivamente.

733 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*, v. 7. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 214.

734 PRESOTTI, Thereza Martha. *Na Trilha das Águas*. Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII). Tese (Doutorado em História) — Departamento de História, Universidade Brasília, Brasília, 2008 p. 157.

sequentemente, maior trânsito pelos rios, tornando a navegação mais desimpedida e, portanto, mais rápida.[735]

Se o conteúdo e o formato da *Relação da viagem* não se enquadram, de forma mais específica, na referida tipologia documental, afinal, por que a narrativa é assim conhecida e classificada? A reposta pode ser encontrada em elementos materiais do próprio texto e exteriores, mas intrinsicamente relacionados a ele.

A *Relação da viagem* na Biblioteca Nacional de Portugal

Na coleção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Portugal, a *Relação da viagem* encontra-se classificada como códice nº 546, intitulada *Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo para a vila do Cuyabá no anno de 1751: carta a um seu primo / Conde de Azambuja [manuscrito]*. Embora ambas as espécies documentais convivam na entrada do códice, é evidente a preponderância da relação sobre a carta, tanto que, no título do documento desenvolvido na própria ficha, o termo carta deixa de figurar. O registro catalográfico também dá a saber que se trata de uma cópia cuidada, composta por 39 fólios, com manchas pela ação da tinta ferrogálica, por vezes com prejuízo da leitura.

É muito provável que tal classificação tenha se baseado na folha de rosto do documento, comentada no início do capítulo, que apresenta as mesmas informações, ou seja, "Relação da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da Cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751". O códice encontra-se encadernado e numa tira de papel colada em sentido vertical no interior da capa dura ainda consta ser uma cópia de época, formato in 4º.

Por ser uma cópia, já se sabe que o autor material e autor intelectual não são os mesmos. Como não disponho do testemunho original, essa cópia tem imensa relevância, uma vez que serviu de texto-fonte para suas versões manuscritas e para algumas edições impressas e fixou o documento como relação. O copista utilizou módulo grande em todo o título na folha de rosto e nas maiúsculas da primeira linha, módulo pequeno nas minúsculas do corpo do texto e módulo médio nas maiúsculas do corpo do texto. A narrativa foi escrita com letra de tipo humanístico, *ductus* cursivo, inclinação à direita, com poucas ligaduras entre as palavras e emprego de peso pesado no título e peso leve no corpo do texto, distribuído em média de 22 linhas por fólio, em escrita e margens regulares.[736] Por tais características, depreende-se que o escriba era familiarizado com o registro escrito.

735 OFÍCIO..., AHU_ACL_CU_010, cx. 6, doc. 361.

736 NÚÑEZ CONTRERAS, Luis. *Manual de paleografía*: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Cátedra, 1994, p. 38-44.

É notável o propósito de guarda e preservação dessa cópia, sobretudo quando se considera a folha de rosto. Ademais sua própria existência pode ser denotativa da intenção de ampliação da leitura do escrito, que deixava de se relacionar à comunicação mais pessoal de uma carta para se tornar fonte de informação para um público mais alargado interessado em narrativas de viagem, gênero literário de sucesso durante o período moderno.

Cabe também comentar que, em 1754, ou seja, 3 anos após a viagem de Rolim de Moura, foi publicada em Lisboa, na Officina Silva, a *Relação da chegada que teve a gente de Mato Groço, e agora se acha em companhia do Senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Araritaguaba, até a esta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá*. Embora, no título, constem os portos extremos da rota das monções que Rolim de Moura levara cerca de 5 meses para percorrer, o autor anônimo da *Relação da chegada* narra os episódios vividos pela expedição que acompanhou o governador até o dia 29 de agosto de 1750, em torno de dois meses após sua partida de Araritaguaba. Nesse caso, o texto não segue o formato de carta e se destina a um público inespecífico como se depreende da frase que encerra o texto: "Não te enfado mais amigo Leitor, com esta porém se quiser ter a paciencia de me ouvires na segunda parte, pois nella te darei mais ampla noticia".[737]

Portanto, é válido conjeturar que a publicação da *Relação da chegada* tenha influenciado a produção da folha de rosto da *Relação da viagem*, por se tratar do mesmo evento compartilhado por dois integrantes da expedição. Entretanto, no próprio título da *Relação da chegada*, o governador foi denominado como D. Antonio Rolim, pois àquela altura era tão somente Senhor da Azambuja. Já o fato de constar, na folha de rosto da *Relação da viagem*, que a jornada fora realizada pelo Conde de Azambuja, título recebido pelo governador apenas em 1763, pode indicar que a cópia depositada na BNP foi elaborada posteriormente a essa data.

Ainda que se trate de uma hipótese, cumpre informar que ela foi levantada quando tomei conhecimento de que nem sempre o documento fora classificado como Relação pelos funcionários da instituição. No registro bibliográfico mais antigo da BNP, há uma ficha manuscrita em letra do século XIX, pertencente ao inventário topográfico da Coleção de Códices e de Manuscritos Avulsos, com os seguintes dados: "Azambuja, Conde da. Carta a um seu primo com a Relação da viagem, que fez da cidade de São Paulo para a villa [do] Cuyaba em [no anno de] 1751. [Carta a um seu primo]".[738] Ou

737 RELAÇÃO da chegada, que teve a gente e Mato Groço, e agora se acha em companhia do senhor D. Antonio Rolim desde o porto de Araritaguaba, até a esta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Lisboa: na Officina Silva, 1754, p. 8. Se a segunda parte chegou a ser escrita, não se tem conhecimento.

738 As palavras entre colchetes correspondem ao que foi acrescentado, por cima, em letra menor, mas aparentemente a mesma, segundo informação fornecida pela Sra. Ana Cristina de Santana Silva, diretora de Serviços de Coleções Especiais, responsável da Área de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Portugal, a quem agradeço pela pesquisa.

seja, o manuscrito fora primordialmente classificado como carta, que, em determinado momento, foi riscada como espécie documental privilegiada. Por sua vez, no Inventário da secção XIII: manuscriptos, de José António Moniz, publicado em 1896, a notícia bibliográfica foi alterada para "Azambuja, Conde da – Relação da viagem, que fez da cidade de S. Paulo para a villa do Cuyaba no anno de 1751. Carta a seu primo e senhor...(?)". É ela que serve de base para a atual catalogação, conforme explicitado na ficha da BNP.

De posse dessas informações, concluí que o registro escrito, em seu contexto de produção, era uma carta. No contexto custodial, foi então definido, inicialmente, como uma carta que continha uma relação. E, talvez, pelas informações presentes na folha de rosto, material e visualmente apelativas, se transformou em relação. Não eram espécies documentais diferentes em um mesmo registro, mas sim uma espécie que acabou por se converter em outra, em razão de elementos que lhe eram exteriores ao conteúdo e da catalogação que lhe foi atribuída na instituição de guarda.

A *Carta do Ill.mo e Ex.mo Snr Conde de Azambuja* na Fundação Biblioteca Nacional, Brasil

Somente conjugando tais informações e seguindo essa linha de raciocínio, pude compreender porque uma das versões da *Relação da viagem*, depositada na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, se intitula *Carta do Ill.mo e Ex.mo Snr Conde de Azambuja, ao de Val de Reys em que lhe relata os sucessos de sua viagem para o seo governo do Matto Grosso em 1750.*[739]

O cotejamento entre esse manuscrito e o da BNP indica que, embora ambos mantenham a mesma estrutura textual, há situações de acréscimos, supressões e substituições na *Carta*. Durante sua leitura, fica evidente que o copista não estivera na rota das monções, pois grafou, de forma equivocada, vários nomes de origem indígena de animais, rios e localidades, o que descarta a possibilidade desse testemunho ser o texto-fonte.

A *Carta* foi escrita com letra de tipo humanístico, *ductus* cursivo e inclinação à direita. O copista usou módulo grande nas linhas iniciais do título e na linha inicial do texto a fim de adorná-lo, módulo pequeno nas minúsculas do corpo do texto e módulo médio nas maiúsculas. Imprimiu peso pesado nas linhas iniciais do título e na linha inicial do texto, e peso leve no corpo do texto, que ocupou uma média de 32 linhas por fólio em mancha do texto bem organizada. Tais elementos podem novamente indicar a intenção de guarda e de preservação das informações desse objeto por meio do empenho na

739 MOURA, D. Antonio Rolim de. *Carta do Ill.mo e Ex.mo Snr Conde de Azambuja, ao de Val de Reys em que lhe relata os sucessos de sua viagem para o seo governo do Matto Grosso em 1750*. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, manuscritos – 09,03,10.

manutenção de sua legibilidade. Quando comparados os testemunhos, a pena utilizada em um e em outro deve ter colaborado para o aspecto de elegância do segundo, já que a carga de tinta menor deu origem a traços finíssimos, conferindo leveza e fluidez ao escrito.

Entretanto, a diferença mais flagrante entre os manuscritos reside na identificação do destinatário já no próprio título do documento. Enquanto na *Relação da viagem*, registra-se "carta a um seu primo", na *Carta*, o interlocutor é apontado como Conde de Val de Reis, portanto, o irmão mais velho de Rolim de Moura, D. Lourenço Filipe Nery Mendonça, o que gerou a alteração na saudação inicial da missiva para "Meu irmão e Senhor" em vez de "Meu primo e Senhor" como no manuscrito da BNP.

Tenha sido destinada ao primo ou ao irmão, o autor empregou o uso do pronome de tratamento "senhor" e do pronome pessoal "vos" ao se dirigir ao receptor ao longo do texto, o que indica um tipo de relação ascendente entre os informantes. Ainda que não fosse comum o sentido do inferior para o superior nas trocas epistolares entre irmãos, como observa Leonardo Marcotulio na análise das cartas do 2º Marquês de Lavradio,[740] no caso de Rolim de Moura, a relação ascendente seria cabível, dada a projeção social do 5º Conde de Val de Reis no reino na primeira metade do século XVIII, conferindo boa reputação ao irmão mais novo quando de sua habilitação para o Santo Ofício e nomeação régia para o cargo de governador de Mato Grosso.

Se os motivos para a incongruência entre os destinatários dos dois testemunhos são incógnitos, as diferenças entre as datas atribuídas à *Relação da viagem* (1751) e à *Carta* (1750) são passíveis de explicação. No mesmo códice encadernado da FBN, cuja localização corresponde à cota 09,03,10, encontram-se 3 manuscritos de mesmo punho: a *Carta*, a *Ordem da marcha* e as *Notícias relativas a viagem do mesmo Excelentíssimo, e a creação da Villa Bella do Mato Grosso*. A *Ordem da marcha* é tão somente uma descrição mais detalhada daquela organizada por Rolim de Moura no rio Taquari a fim de enfrentar os Payaguá durante seu percurso para Cuiabá. Como no final da *Ordem da marcha*, há a inscrição "Tacoary 10 de dezembro de 1750", os funcionários da FBN atribuíram esses dados também ao documento que o precedia, tanto que, na lombada da encadernação do códice, em letras douradas, está escrito "Carta do Conde de Azambuja ao de Val de Reis" e "1750". Mas não só.

Tal informação consta ainda da ficha catalográfica da instituição em que se lê: AZAMBUJA, Antônio Rolim de Moura. Carta ao conde de Val de Reis em que lhe relata os sucessos de sua viagem para o seu governo de Mato Grosso, e notícias sobre a criação da Vila Bela de Mato Grosso. Taquari: [s.n.], 1750. 62 p., Cópia.

740 MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. As estratégias de cortesia no Rio de Janeiro setecentista: as cartas do marquês do Lavradio. *Cadernos do CNLF*, v. X, n. 9, p. 1-6, 2006.

Como se vê, para além de outro destinatário e da datação tópica e cronológica que não correspondem ao testemunho da BNP, na ficha se colocou a casa da Azambuja, de que Rolim de Moura era senhor e Conde, como se fosse seu próprio sobrenome, imprimindo mudanças no nome do emissor. Outrossim lhe foi atribuída a autoria das *Notícias sobre a criação de Vila Bela de Mato Grosso* – o 3º manuscrito do códice –, que não foram escritas em primeira pessoa e, portanto, se configuram como produto de um outro autor intelectual. Por fim, cabe dizer que a vila, fundada a 19 de março de 1752 pelo governador como capital da capitania recém-criada, denomina-se Vila Bela da Santíssima Trindade e não Vila Bela de Mato Grosso.

A *Carta* e as *Notícias* foram arroladas, sob nº 960, no catálogo da Exposição de História do Brasil da Biblioteca Nacional,[741] ocorrida, em 1881, em comemoração ao aniversário de D. Pedro II, organizado pelo bibliotecário da instituição Benjamin Franklin de Ramiz Galvão. O fato de figurar (B. N.) após os títulos dos manuscritos no referido catálogo significa que a *Carta* já pertencia à Biblioteca naquele ano, pois as iniciais foram colocadas para diferenciá-los dos documentos enviados pelos governos das províncias brasileiras e por particulares para comporem a exposição.

Como a *Carta* já integrava o acervo da instituição no início da década de 1880, a reprodução do manuscrito da BNP teria ocorrido, portanto, antes da modificação do registro bibliográfico da *Relação da viagem* efetuada por José António Moniz em 1896, em Lisboa, o que pode, inclusive, explicar o porquê da manutenção do termo "carta" no documento da FBN.

A *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paolo* na Fundação Biblioteca Nacional, Brasil

A *Relação da viagem* também foi apropriada por Luis dos Santos Vilhena (1744-1814), ao incorporá-la à segunda parte da *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paolo* (1802), correspondente à 21ª carta de um conjunto de 24 que integram a *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas* de sua autoria.

Professor régio de Língua Grega na cidade da Bahia de 1787 a 1799, Vilhena lançou mão da forma epistolar para abordar aspectos da sociedade brasileira desde a chegada dos portugueses até os últimos anos do século XVIII. Partindo de um balanço geral da colonização, o autor apresentava aos seus destinatários imaginários propostas reformadoras para a administração da América portuguesa. As 20 primeiras cartas foram destinadas ao Príncipe Regente D. João, nelas referido como Filipono, e as cartas 21 a 24 foram oferecidas a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado dos Ne-

741 CATÁLOGO da exposição de história do Brasil, introdução de José Honório Rodrigues, apresentação e organização de Ramiz Galvão. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 [1881], p. 92.

gócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796 – 1803), mencionado como Patrífilo. Todas foram assinadas por Amador Veríssimo de Aleteia, o fiel amigo da verdade.[742]

Para compor a obra, Vilhena se valeu da observação direta, da compilação de obras já publicadas e de documentos textuais, iconográficos e cartográficos consultados em arquivos, como a *Relação da viagem* que ele informa ter sido "copiada de huma que suponho original havida de uma das famosas Bibliotecas nessa corte". A cópia foi realizada quando esteve em Lisboa para tratamento de saúde e passou a ocupar quase a totalidade da segunda parte da 21ª carta dedicada às notícias da capitania de São Paulo.

Em novo confronto realizado entre a transcrição de Vilhena, de 1802, e a do manuscrito da BNP, constatou-se que a mediação editorial extrapolou situações pontuais de acréscimos, supressões e substituições de palavras e frases, caracterizando-se por modificações drásticas na organização de orações, períodos e parágrafos. A impressão é de que Vilhena, como professor de línguas, foi reescrevendo o texto da *Relação da viagem* tal qual um revisor, preocupado em aprimorar a fluidez da escrita e da leitura.

Na cópia guardada na FBN, o texto foi escrito com letra de tipo humanístico, *ductus* cursivo, inclinação à direita, sem ligaduras entre as palavras. Foi empregado módulo médio nas maiúsculas, módulo pequeno nas minúsculas e peso leve em todo o escrito que ocupou cerca de 25 linhas por fólio. O escriba era familiarizado com a escrita, mas há uma clara diferença entre as habilidades caligráficas dos copistas dos testemunhos anteriores e deste último. A manutenção da marcação da caixa de escrita aparente a lápis, o desrespeito às linhas traçadas como limite, as linhas tortas e o estreito espaço marginal denunciam, se não desleixo, menor zelo por parte de quem o redigiu.

De acordo com a ficha catalográfica da FBN,[743] a *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paolo* é uma cópia e corresponde ao número 923 do catálogo de J. C. Rodrigues. Para elucidar essa informação, cumpre dizer que José Carlos Rodrigues foi um grande colecionador de documentos relativos à História do Brasil. Em 1907, ele mandou publicar na tipografia do *Jornal do Commercio*, de que era proprietário, um catálogo dos livros sobre o Brasil que compunham sua Bibliotheca Brasiliense com anotações sobre o conteúdo e o formato dos volumes, bem como os valores pagos, onde e de quem foram comprados. Anos depois a coleção foi adquirida por Julio Benedicto Ottoni e doada à FBN em 1911, por isso, os materiais frutos dessa doação trazem um selo colado na

742 JOBIM, Leopoldo Coller. Notas para um estudo de historiografia colonial. *Estudos Ibero-Americanos*, p. 249-279, 1982.

743 Na ficha catalográfica o título do manuscrito foi atualizado para Recompilação de notícias da Capitania de São Paulo, localização 50,4,019.

parte interna da encadernação com os seguintes dizeres: "Colleção Benedicto Ottoni / Organisada pelo Dr. J. C. Rodrigues/ Doação do Dr. Julio B. Ottoni".[744]

Rodrigues, que possuía os volumes relativos à *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*, registrou no catálogo que os havia adquirido por 100 libras e que anteriormente haviam pertencido à biblioteca de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares.[745] Ele descreve o conteúdo de cada uma das cartas, mas não cita a 21ª carta referente a São Paulo entre os seus livros. Já o algarismo 963, aludido na ficha catalográfica, corresponde à obra *Historia del Reyno de Portugal*, de Faria e Souza, no catálogo de sua Bibliotheca Brasilense.

Então, a que se refere tal algarismo na ficha catalográfica da *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paolo*? O enigma é desvendado quando me atentei para as inscrições institucionais em tinta nos fólios iniciais da obra. Ao lado dele há as iniciais E.H.B, que remetem à Exposição de História do Brasil, de 1881, citada anteriormente, em cujo catálogo, sob o número 963, está a edição impressa da *Relação da viagem* publicada na *Revista do IHGB* em 1845 (Figura 104).[746] É imprescindível também mencionar que outra anotação feita a grafite, nos fólios seguintes, traz os dados "Nº 3 – Nº 960 C.E.H" (Figura 105). Nessa sequência, o bibliotecário indicou que o Nº 3, que aparece no início da *Relação da viagem*, transcrita por Vilhena, à página 51 da *Recopilação,* equivale à obra de Nº 960 do Catálogo da Exposição de História, que nada mais é do que a *Carta do Ill.mo e Ex.mo Snr Conde de Azambuja, ao de Val de Reys em que lhe relata os sucessos de sua viagem para o seo governo do Matto Grosso em 1750*.

744 SILVA, Iuri Azevedo Lapa e. *Sobre papéis, trajetórias e dádivas:* a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

745 De fato, os manuscritos das cartas de Vilhena, atualmente no acervo da FBN, com exceção da 21ª carta, encontram-se encadernados com o selo acima referido e com as iniciais C L, em crayon azul, referentes à Coleção Linhares.

746 CATÁLOGO da exposição de história do Brasil, introdução de José Honório Rodrigues, apresentação e organização de Ramiz Galvão. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 [1881], p. 92.

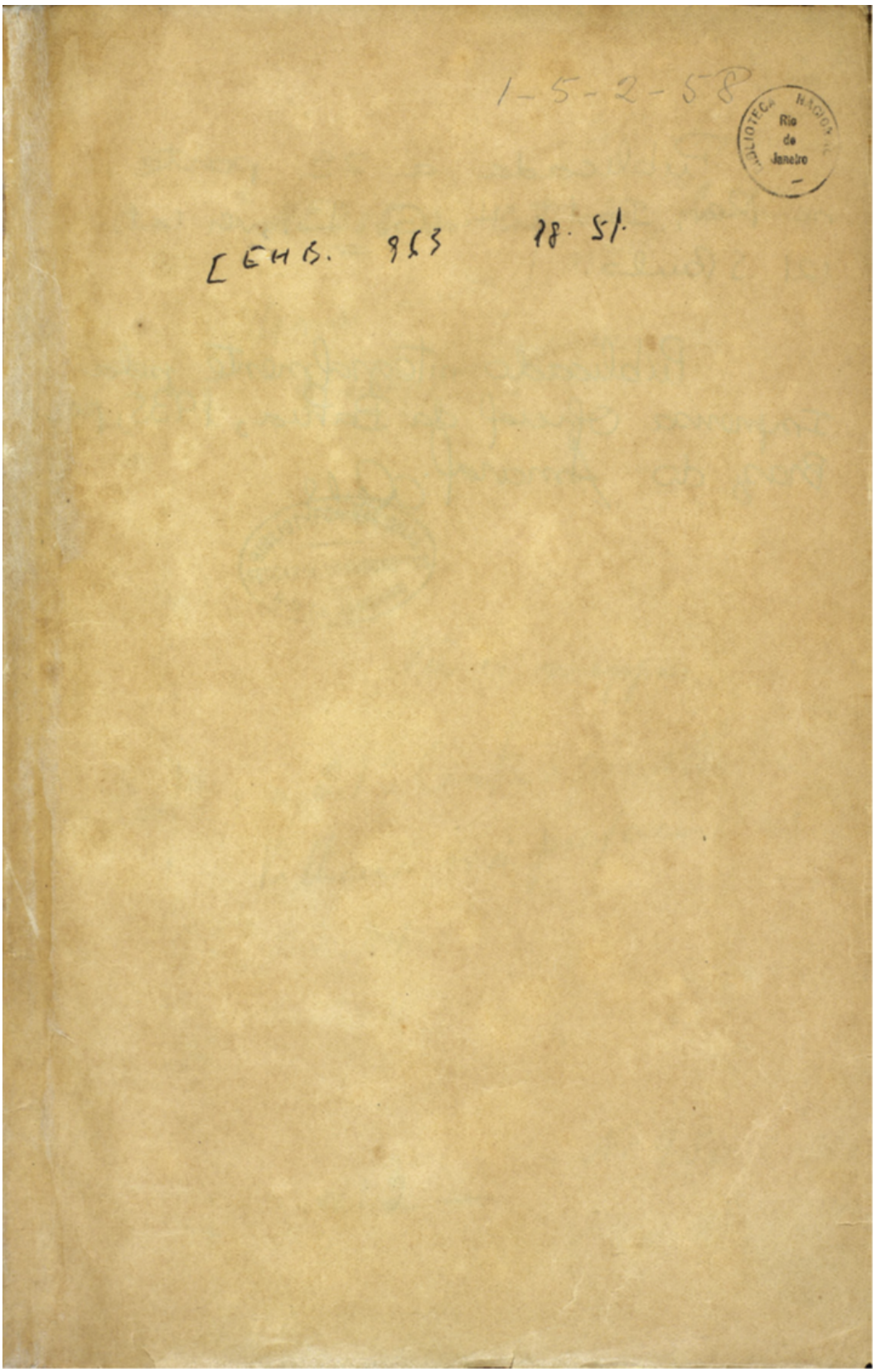


Figura 104: Inscrições à tinta em um dos fólios iniciais de *Recopilação de Noticias da capitania de S. Paolo*. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

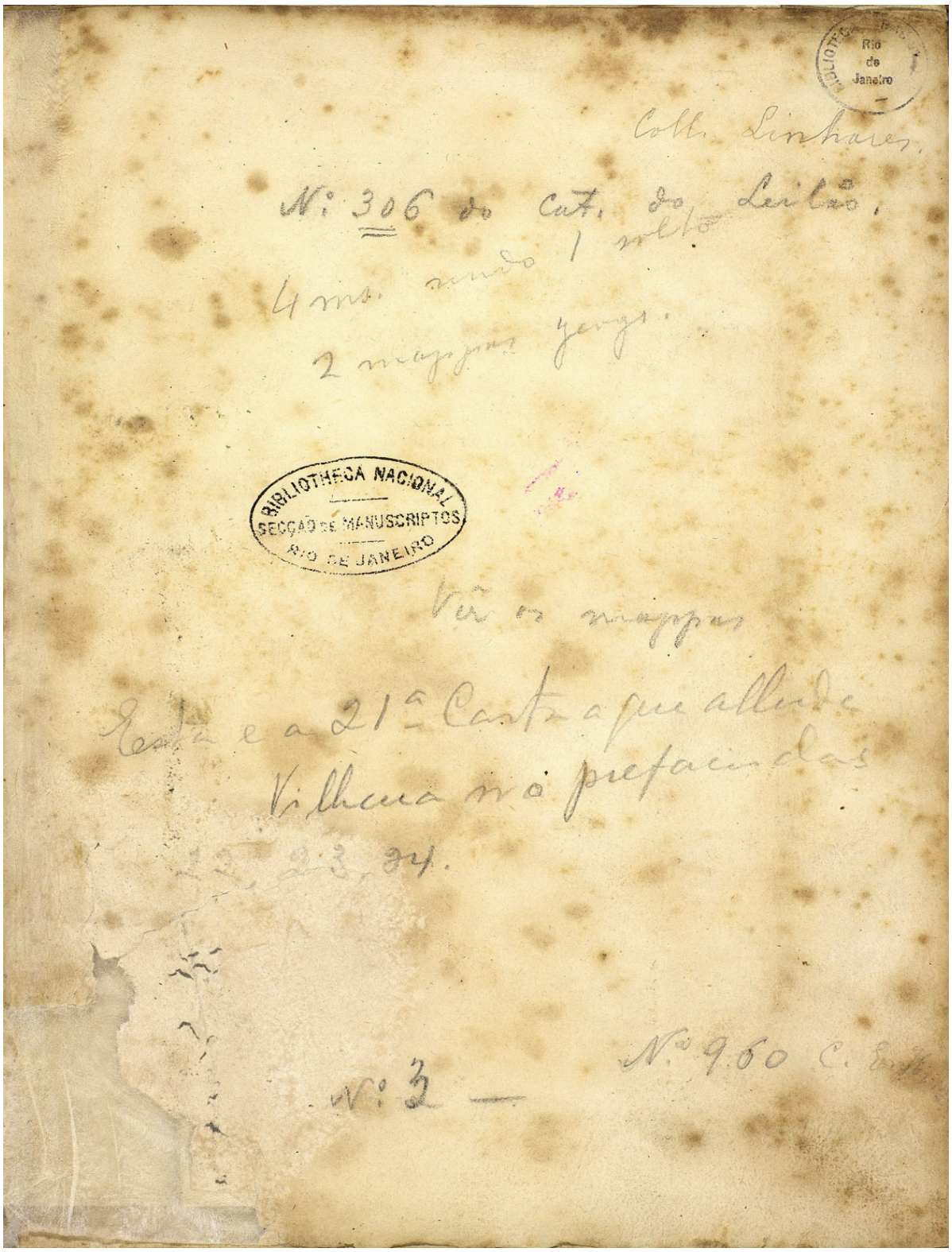


Figura 105: Inscrições a lápis em um dos fólios iniciais de *Recopilação de Noticias da capitania de S.*. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Por fim, nas Notas da ficha catalográfica da *Recopilação de Notícias da Capitania de S. Paolo*, constam "Publicado (sic) a 2ª parte na Revista do IHGB. Ver Cat. 121 de São Paulo.[747] Publicado integralmente pela Imprensa Oficial da Bahia em 1935 por Braz do Amaral", do que se depreende que manuscritos e impressos poderiam ser intercambiáveis, ainda que de procedências e transmissões diferentes.

Ou seja, para a Biblioteca Nacional, as versões manuscritas da *Relação da viagem* pertencentes ao seu acervo e as duas impressas até então, publicadas pelo IHGB (1845) e por Braz do Amaral (1935), se equivaliam ou, pelo menos, estavam conectadas. Embora a articulação entre todos esses testemunhos, por meio das anotações administrativas e das informações da ficha catalográfica, seja extraordinária, não se pode tomar um testemunho pelo outro, sob pena de se eclipsarem, ou até mesmo se desconsiderarem, as intervenções editoriais em cada transmissão.

Para evitar incorrer nesse erro, o cotejamento entre os conteúdos dos manuscritos e dos impressos da *Relação da viagem* ajuda a compreender em que medida as dissemelhanças entre os testemunhos comprometem, em maior ou menor grau, a apreensão do teor da narrativa. Ademais, a comparação entre eles favorece a discussão sobre a questão da autoridade no processo de transmissão de um texto, não apenas restrita ao autor do relato, como já comentado, mas atrelada a dos mediadores editoriais e das instituições promotoras das sucessivas publicações. É a conjugação desses três fatores que explica o uso alargado da *Relação da viagem* no meio acadêmico brasileiro dedicado aos estudos do período colonial.

As edições impressas da *Relação da viagem*

As edições e reedições impressas da *Relação da viagem* vieram a lume em 1845, 1935, 1953, 1961, 1969, 1975, 1976, 1981, 1982, 1985 e 2019. Dadas as distâncias temporais entre a primeira e a última é de se esperar que haja diferenças entre elas em razão dos níveis de intervenção dos editores, dos veículos em que foram publicadas, do público-alvo a que se destinavam e do que se entendia por edição de manuscritos em cada contexto histórico e historiográfico.[748]

A partir da leitura das diversas publicações da *Relação da viagem*, pode-se afirmar que, no decorrer dos anos, as edições marcadas por um alto grau de mediação gradativamente cederam lugar a outras com intervenções moderadas e baixas. Se antes os profissionais adotavam procedimentos relativos à atualização ortográfica, a adapta-

747 No catálogo referente aos documentos sobre São Paulo depositados na FBN, o nº 141 corresponde à publicação impressa da *Relação de viagem* na *Revista do IHGB* em 1845. Cf. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 74, p. 109, 1953.

748 Segundo Fagundes Duarte, edição é um "Conjunto de operações filológicas necessárias para escolher, fixar e anotar um texto, inédito ou édito, preparando-o para publicação num determinado circuito de leitura – isto é, para oferecer a um tipo caracterizado de leitor." DUARTE, Luiz Fagundes. *Os palácios da memória:* ensaios de crítica textual. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 384.

ções sintáticas, lexicais e de conteúdo, chegando mesmo à supressão de partes inteiras do texto matriz, mais recentemente, as edições semidiplomáticas e diplomáticas se têm caracterizado pela leitura conservadora do texto nos aspectos linguísticos e pelo desenvolvimento ou não das abreviaturas constantes no original.[749]

Ao longo do tempo, historiadores que atuaram como copistas e editores da *Relação da viagem* imprimiram suas marcas pessoais nas edições impressas. Ao silenciarem, por vezes, acerca das normas que orientaram o trabalho de transcrição e de edição dos textos, acabaram por confundir os leitores sobre o quanto da autoria intelectual do manuscrito estava nas versões publicadas da narrativa. Nesse sentido, são demasiadamente válidas as considerações de Roger Chartier[750] e de Fernando Bouza Alvarez sobre as múltiplas autorias dos relatos, abrangendo aqueles envolvidos em sua composição, cópia e edição,[751] como já aludido no capítulo anterior.

Para ponderar sobre a mão do autor e a mente do editor[752] no processo de transmissão da *Relação da viagem*, é importante considerar as perdas, decorrentes do efeito de neutralização provocado pela forma impressa[753] – o gesto da escrita, a mancha do texto, a folha de rosto –, e as discrepâncias, frutos de uma leitura equivocada, de um deslize durante a redação ou de alterações deliberadas do editor, que acarretaram transformações de ordem material e semântica no produto impresso. A análise das edições publicadas, efetuadas durante os séculos XIX, XX e XXI, enseja, por fim, estabelecer o lugar por elas ocupado na cadeia transmissional da *Relação da viagem* (Figura 106).[754]

749 LOSE, Alicia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam? *Revista da ABRALIN*, v. 2, n. 16, p. 74-78, 2017.

750 Ao discorrer sobre o manuscrito na era do impresso, Chartier afirma que "a publicação manuscrita mantém assim a ambiguidade do próprio termo 'escritor'". CHARTIER, Roger, op. cit., 2002, p. 94.

751 Na discussão sobre a circulação de manuscritos na renovação da história cultural, Bouza Álvarez comenta que "la copia manuscrita se revela como una forma de transmisión en la que es posible reconocer varias manos y, por tanto, más de un autor". BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito:* una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001, p. 21.

752 Expressão tomada de CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

753 PAGÈS, Alain. A materialidade epistolar. O que nos dizem os manuscritos autógrafos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 67, p. 107, 2017.

754 Cumpre mencionar que o cotejamento entre as versões ignorou dissemelhanças de grafia, acentuação e pontuação.

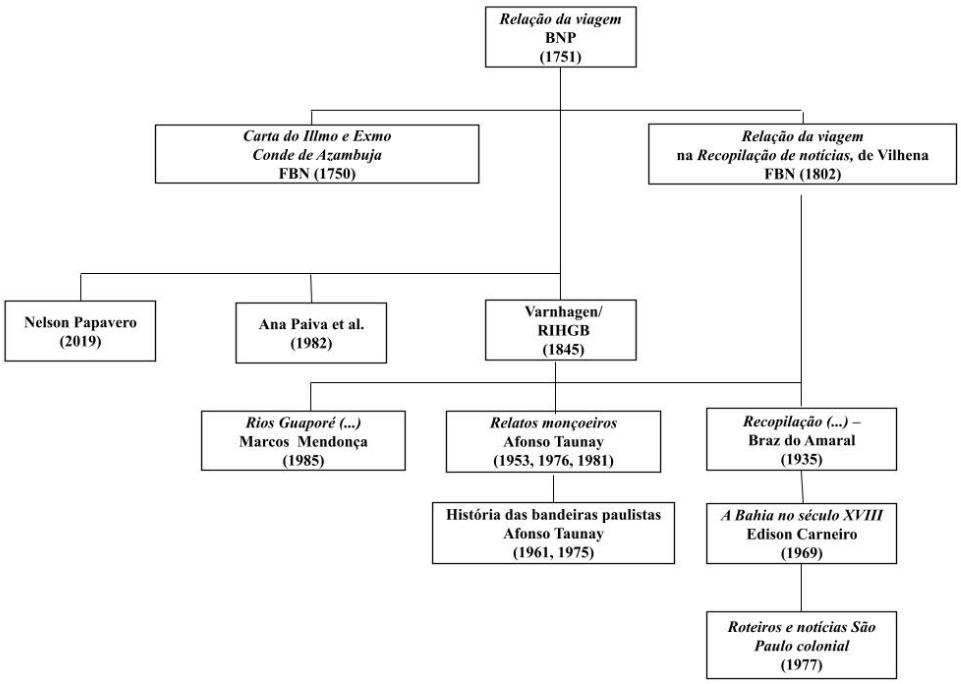


Figura 106: Trajetória histórica da transmissão da *Relação da viagem*. Esquema preparado pela autora.

Francisco Varnhagen e a Revista do IHGB

A primeira publicação da *Relação da viagem* ocorreu em 1845 na *Revista Trimestral de História e Geografia* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),[755] cuja cópia transcrita fora oferecida por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), futuro Visconde de Porto Seguro, no bojo do projeto institucional de recolha, coleção e divulgação de documentos considerados importantes para a história pátria, que se forjava num Brasil independente havia apenas duas décadas.[756]

A *Revista* era o veículo de extroversão de uma *societé savante*, no dizer de Lúcia Guimarães, e apresentava, a um pequeno círculo de letrados, edições de fontes históricas, trabalhos redigidos por sócios e por autores alheios ao quadro do Instituto, atas de sessões, pronunciamentos e correspondências dos membros do IHGB.[757]

Em 1842, Varnhagen, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e sócio correspondente do IHGB, foi nomeado para o cargo de adido de primeira classe, cujas

755 Desde 1886, o periódico se intitula *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e, ainda hoje, está em circulação.

756 Fundado em outubro de 1838, o IHGB, assim como instituições congêneres, tinha por objetivo "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos". SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 129.

757 GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O periódico de uma *société savante*: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*, v. 14, n. 25, p. 41, 2012.

atribuições eram pesquisar, transcrever e mandar copiar documentos notáveis no âmbito das missões de pesquisa documental em arquivos da Europa que detivessem sob a sua guarda manuscritos relativos ao Brasil.[758]

Para além do objetivo específico de coletar documentos para a escrita da história nacional, as missões de pesquisadores do IHGB no exterior visavam fornecer subsídios ao governo para as demarcações de suas fronteiras internas e externas assegurando a soberania do país.[759] A preocupação com os limites territoriais trouxe consigo a recuperação de narrativas monçoeiras nas páginas da *Revista*. Varnhagen, por exemplo, colaborou não só com o oferecimento da *Relação da viagem*, mas também da *Noticia Primeyra Practica de Cuiabá*, de João Cabral Camello, de 1734, e do *Compendio histórico chronologico das noticias de Cuyabá, repartição da Capitania de Matto-Grosso. Desde o principio de 1788 até o fim do anno de 1817*, de Joaquim da Costa Siqueira.[760]

Em razão da posição estratégica de Mato Grosso no coração da América, a iniciativa do Estado imperial em se munir de documentação relativa a essa unidade da nação foi tanta que, nos primeiros 30 anos da *Revista do IHGB*, houve mais de 50 publicações concernentes à região.[761] O periódico gozava de ampla circulação, sendo enviado a todos os membros da associação e a agremiações nacionais e estrangeiras com as quais o IHGB mantinha contato, as quais atingiam a cifra de 233 em 1889,[762] o que lhe garantia um lugar de destaque na difusão do saber histórico produzido no Brasil.

No tomo VII, a *Relação da viagem* se estendeu da página 469 a 497 e o conteúdo da folha de rosto do manuscrito se converteu no título da narrativa "Relação Da Viagem, que fez o Conde da Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751", colocado junto ao início do texto. Como se vê, já vem modificado em relação ao texto-fonte por meio de acréscimo e alteração de palavras. Nele, foi incluído o nome "D. Antonio Rolim", como aposto de Conde de Azambuja, e não o inverso, como costuma acontecer com os títulos nobiliárquicos, e "em 1751" toma o lugar de "no anno de 1751".

Assim como esses, no decorrer da leitura da versão impressa, vários lugares críticos foram identificados em relação à *Relação da viagem*, da BNP. Nesse momento, me-

758 Idem. *Debaixo da imediata proteção imperial.* São Paulo: Annablume, 2011, p. 90-91.

759 GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 21, 1998.

760 Para além de participar da revista por meio do envio de transcrições de documentos a serem publicados, Varnhagen contribuía regularmente com artigos na seção destinada a biografias dos brasileiros distintos pelas letras, armas e virtudes.

761 BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. Os percursos das Notícias Práticas das Minas de Cuiabá e Goiás na capitania de São Paulo (séculos XVIII-XX). *Revista Maracanan*, n. 20, p. 280, 2019.

762 SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:* um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 93, 2003.

recem ser destacados alguns dentre os muitos casos de permuta e supressão de termos que comprometem o entendimento das descrições e comentários feitos por D. Antonio Rolim de Moura, para que se tenha ideia do labor empreendido por Varnhagen nos processos de transcrição e de edição do texto publicado pela *Revista do IHGB*.

Os casos de substituição de palavras chegam, por vezes, a parecer lapsos do copista, que não foram revistos a posteriori. Assim, ao alterar os dias 7 e 8 por 17 e 18 de outubro acabou por incorrer em erros de cronologia da jornada, já que o próximo dia mencionado no impresso seguiu a lição do texto matriz, que trazia a data de 13 de outubro. Da mesma forma, ao se referir às dezesseis cargas pertencentes ao rei – e não às seis mencionadas por Rolim de Moura acomodadas nas embarcações – deixou o leitor em dúvida sobre a capacidade de carga de uma expedição monçoeira.

Os casos mais gritantes, todavia, correspondem às informações equivocadas sobre o mundo animal e natural veiculadas nas páginas da *Revista*. Provavelmente por ignorar os termos indígenas para designar animais típicos pantaneiros e desconhecidos na Europa, Varnhagen acabou por trazer à cena e perpetuar seres irreais em qualquer parte do globo. Aves como tuiuiús, seriemas e biguás se tornaram, respectivamente, tuivires ou fuivios, semi-emas e bigaz. Da mesma forma, o rio Cuiabá merim virou Cayatu merim e rio Tacoari inexplicavelmente se transformou em Fucciario. Outrossim, acidentes geográficos naturais como pantanais, ribeirão, cachões e aguapés se converteram em pântanos, ribeiro, cachoeiras e agoazes, este último vocábulo inexistente na língua portuguesa.

Ainda no caso das permutas de termos, há que se mencionar a troca da palavra "principais" por "padres" no final da narrativa, quando Rolim de Moura relata que convidou os principais para cearem consigo. Ao restringir os convidados do governador aos sacerdotes da Igreja, Varnhagen alijou do momento de congraçamento político todos aqueles que poderiam ser considerados os principais da terra, como os homens das famílias mais importantes da localidade, os que ocupavam cargos na administração colonial, os que pertenciam à elite econômica da região, e que, dados os lugares sociais ocupados, desempenhavam papéis diferentes numa capitania recém-criada sob as ordens de um governador adventício.

Contudo, o que mais chama a atenção na comparação entre a narrativa da *Revista do IHGB* e o manuscrito da BNP é a supressão de trechos inteiros na versão impressa que o editor parece ter julgado irrelevantes. A mais flagrante corresponde à eliminação de dezesseis linhas nas quais o Conde de Azambuja descrevia com minúcias os três tipos de mosquitos que o perseguiram durante o trajeto, não por acaso os insetos mais citados nas reclamações dos viajantes que percorreram a rota das monções nos séculos XVIII e XIX.

Ao cotejar o manuscrito da *Noticia Primeyra Practica de Cuiabá*, de João Cabral Camello, depositado na Biblioteca Pública de Évora, com a versão publicada na *Revista do IHGB*, em 1842, também oferecida por Varnhagen, Jean Gomes de Souza igualmente reparou nos equívocos cometidos com relação às espécies da fauna pantaneira. Segundo ele, essas e outras alterações no texto fundamentavam-se na erudição do editor, modificando completamente o sentido das frases.[763]

Tais ações parecem se coadunar com a própria atitude participativa de Varnhagen nos textos que produzia. Embora compartilhasse de noções da historiografia oitocentista, relacionadas ao estabelecimento da verdade histórica por meio da busca de documentos originais em arquivos, da objetividade da narrativa e da imparcialidade do historiador, na avaliação de Temístocles Cézar, Varnhagen tinha dificuldade em respeitar a última, por vezes cruzando a linha entre sujeito e objeto. Segundo o autor, mesmo em *História Geral do Brazil*, sua obra mais próxima à prática historiográfica vigente, "ele não conseguiu se ocultar no texto, nem ao menos procurou dissimular sua presença".[764] A análise da versão da *Relação da viagem*, enviada por ele ao IHGB, corrobora tal afirmação no que tange à sua postura frente à edição de textos.

Afonso Taunay e os *Relatos monçoeiros*

A *Relação da viagem*, publicada na *Revista do IHGB*, tornou-se matriz para muitas outras edições ao longo do século XX,[765] como a que figura na coletânea *Relatos monçoeiros* (1953), organizada por Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), já analisada no capítulo anterior. Não resta dúvida de que tais reedições ocorridas nas décadas de 1960, 1970 e 1980 muito contribuíram para a difusão da *Relação da viagem*, sobretudo no meio acadêmico, e facilitaram o acesso à narrativa.

Antes da publicação de *Relatos monçoeiros*, Taunay se havia ocupado em divulgar a *Relação da viagem*, de forma bastante fragmentada, ao grande público no *Jornal do Commercio*, em dois artigos consecutivos: "Ainda monções", de 23 de abril, e "Navegando para Cuiabá", de 30 de abril de 1944.[766]

Foi nos artigos de jornal que Taunay mencionara pela primeira vez que a *Relação da viagem* se tratava de uma carta e que era endereçada ao Conde de Val de Reys, informações depois reproduzidas em *Relatos monçoeiros*. O curioso é que ele identificou

763 SOUZA, Jean Gomes de. Um texto setecentista em três séculos: os conteúdos, as formas e os significados da *Noticia Primeira Practica*, de João Antonio Cabral Camello (XVIII-XX). *Anais do Museu Paulista*, v. 28, p. 24-25, 2020.

764 CEZAR, Temístocles, op. cit., p. 25.

765 MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai:* primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 30-41.

766 TAUNAY, Afonso d'E. Ainda monções. *Jornal do Commercio*, n. 172, p. 2, 1944a; Idem. Navegando para Cuiabá. *Jornal do Commercio*, n. 178, p. 2, 1944b.

o destinatário como o irmão nobre de Rolim de Moura no subtítulo, mas, na reprodução textual, continuou a iniciar a narrativa com "Meu primo". Essa discrepância afastou a hipótese de que ele tivesse consultado a *Carta do Ill.mo e Ex.mo Snr Conde de Azambuja*, guardada na BNP, que se inicia com "Meu irmão" e nunca ganhou versão impressa.

A explicação recaiu, por fim, sobre a possibilidade de Taunay ter lido o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, já mencionado, no qual são arroladas a versão impressa da *Relação da viagem*, publicada na *Revista do IHGB*, sob número 963, e a versão manuscrita *Carta*, depositada na FBN, sob número 960. Em ambas as entradas figuram o nome do Conde de Azambuja e a viagem em direção ao Mato Grosso, o que poderia ter ensejado Taunay a reunir, num só título, elementos provenientes de duas versões diferentes do manuscrito, perpetuando informações ambíguas sobre a espécie documental e conflitantes sobre os receptores da missiva. Embora não se possa assegurar que o *Catálogo* tenha sido sua fonte de referência, fato é que o volume publicado pela G. Leuzinger & Filhos, em 1881, integra o acervo da biblioteca do Museu Paulista.

Como Taunay não tivera acesso direto às fontes manuscritas, tomadas como originais, a veracidade dos relatos era dada pela competência e reconhecimento de seus copistas. No caso da *Relação da viagem*, era na figura de Varnhagen – que ganhara a alcunha de "Heródoto Brasileiro" e "Fundador da História do Brasil", pelo suposto pioneirismo científico e rigor crítico de seus livros[767] – que se concentrava a credibilidade que conferia autenticidade à versão da *Revista do IHGB*.

Afora as inserções – cruciais, é verdade – relacionadas à espécie documental e à identificação do destinatário no peritexto editorial da narrativa,[768] de modo geral, Taunay referendou a versão impressa de Varnhagen na edição realizada em 1953. Vale a pena mencionar, entretanto, que corrigiu alguns nomes indígenas de localidades, animais e rios que não haviam sido decifrados por seu antecessor, como a cidade de Guaratinguetá, no estado de São Paulo, a ave Jacutinga e o rio Porrudos, mas manteve os termos mais esdrúxulos, ausentes dos dicionários, que certamente não conseguiu aproximar da realidade em que vivia.

Embora tenha recorrido a poucos casos de adição, supressão, substituição de palavras, algumas mudanças não só alteraram completamente o sentido do original e da versão de Varnhagen, como tornaram ininteligíveis algumas passagens, o que sugere que a edição de Taunay da *Relação da viagem* não tenha passado pela revisão da editora, nem do próprio autor. É o que ajuda a explicar o quanto se perpetuaram suas escolhas e equívocos nas edições de 1961, 1975, 1976 e 1981, que fazem parte de bibliotecas públicas e universitárias brasileiras até os dias de hoje, desempenhando "um

767 CLEMENTINO, Kleber, Heródoto de mentirinha: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e seu diálogo com as obras dos séculos XVII, XVIII e XIX. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 36, p. 128-152, jul.-dez 2018.

768 GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 21.

importante papel na ampliação da circulação e da consulta a esses textos pelo público".[769]

As matrizes de Braz do Amaral

A *Relação da viagem* também teve repercussão pela pena de Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949), que a publicou pela primeira vez em 1935, pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia, no interior da *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paulo,* a qual corresponde à 21ª carta de Luiz dos Santos Vilhena, como já apontado.[770] Em 1969, as 24 cartas do professor de Língua Grega foram reunidas por Édison Carneiro e editadas em 3 volumes na obra *A Bahia no século XVIII*, mantendo as notas e os comentários de seu primeiro editor.

Por fim, em 1977, por iniciativa do governo de São Paulo, foi lançada a Coleção Paulística que congregava textos sobre a história de São Paulo. O primeiro volume intitulado *Roteiros e Notícias de São Paulo colonial* contou com a publicação de relatos dos séculos XVIII e XIX, entre os quais a *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paulo*, de Vilhena, e, por consequência, a *Relação da viagem*, de Antonio Rolim de Moura, nela inserida, que tiveram por base as editadas por Braz do Amaral em 1935.[771]

Embora médico e professor de patologia e clínica cirúrgica na Faculdade de Medicina da Bahia, Braz do Amaral foi muito atuante no campo das letras e da história, em razão de sua participação como membro da Academia de Letras da Bahia, do IHGB e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Os vínculos de Afonso Taunay e de Braz do Amaral com essas agremiações inserem-se no bojo de um processo de criação de núcleos regionais de estudos da história pátria, da organização de arquivos estaduais e municipais e da publicação de documentos do passado nacional, impulsionado pelo advento da República em 1889.[772] Ambos correspondiam ao historiador típico dos institutos, que Antonio Celso Ferreira definiu como "o homem erudito, que transitava, com fluência, por diferentes domínios intelectuais".[773]

Foi durante suas pesquisas na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em 1917, que Braz do Amaral localizou as cartas de Vilhena provenientes da Coleção de José Carlos Rodrigues, doadas por Julio Benedicto Ottoni. Incentivado pelo governo baiano, encarregou-se de editá-las para publicá-las pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia,

769 SOUZA, Jean Gomes de, op. cit., 2021, p. 217.

770 VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paulo*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1935 [1802].

771 ROTEIROS e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804 (por) Marcelino Pereira Cleto (e outros). São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 89-137.

772 ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira:* a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 53.

773 FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante:* letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 123.

no âmbito dos festejos do centenário da independência do Brasil, em 1922, efeméride oportuna para a divulgação de documentos que "contassem" a história do Brasil e ajudassem a construir uma memória nacional.[774]

A carta 21ª, entretanto, só viria a ser publicada 17 anos depois, de forma avulsa. Esse lapso temporal pode ser explicado pelo fato de Braz do Amaral não ter encontrado o manuscrito naquela ocasião, por este não estar junto às demais cartas. Embora pertencesse à Coleção Linhares, como evidenciado pelas anotações administrativas e pelas iniciais C L em crayon azul no início do documento (Figura 107), a *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paolo* ingressara de outra forma na FBN e, portanto, fora catalogada e guardada de modo diverso. Novamente foram bibliotecários que forneceram pistas sobre a entrada do manuscrito na instituição ao registrarem a grafite nos primeiros fólios: "Nº 306 do cat. do Leilão". Com efeito, consultando o catálogo do leilão da biblioteca do Conde de Linhares, foi possível confirmar que tal número correspondia justamente à 21ª carta de Vilhena.

774 ALVES NETA, Amélia Sabak Alves. *A ciência da verdade*: história e escrita da história na obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1886-1943). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 60, 2018.

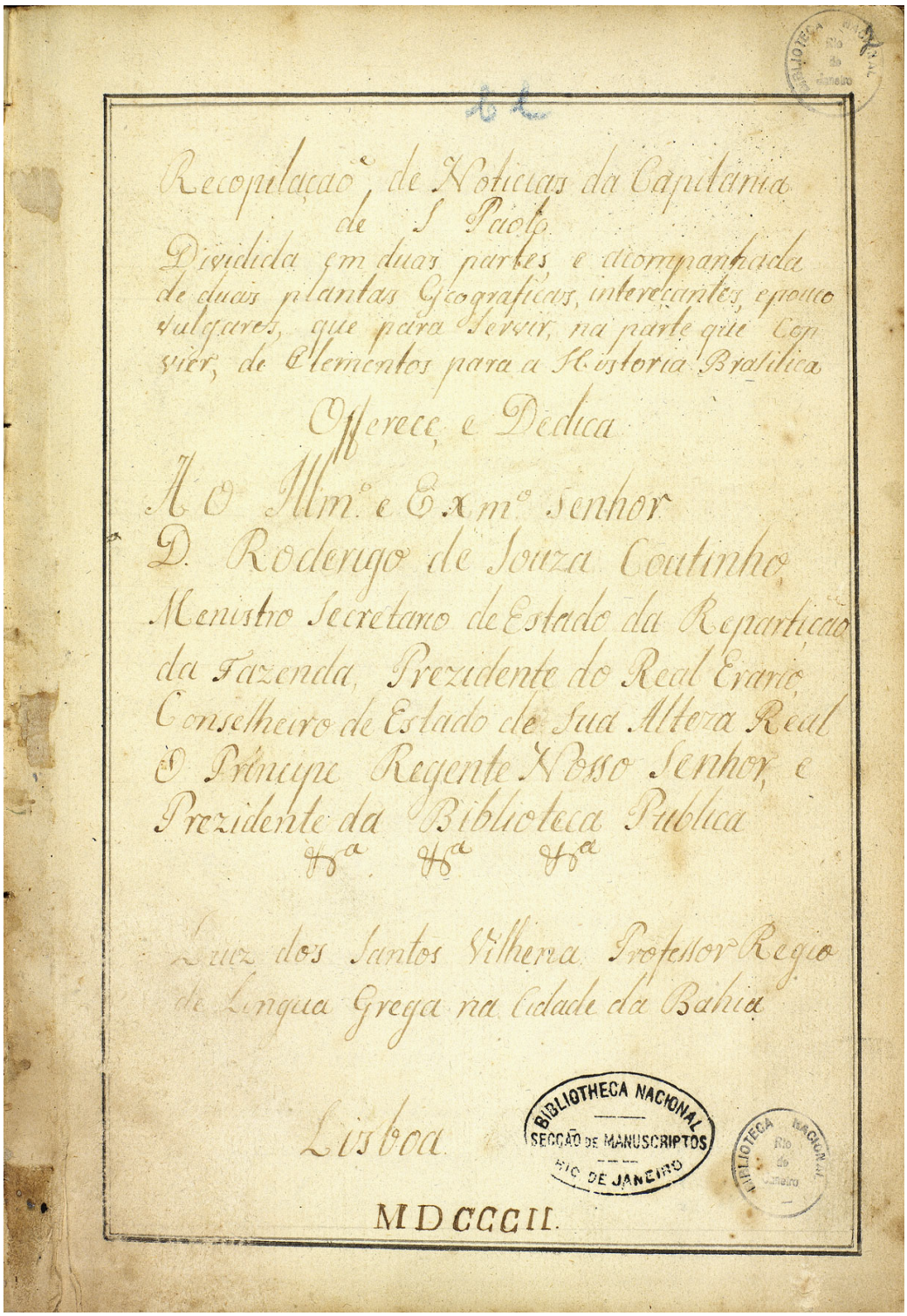


Figura 107: Iniciais C L em crayon azul no início da *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paolo*. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Muitos documentos foram adquiridos pela FBN a partir do leilão da livraria dos condes de Linhares em Lisboa no final do século XIX, a fim de auxiliarem nos litígios de fronteiras em que o Brasil estava envolvido.[775] Segundo Iuri Azevedo Lapa e Silva, em conjunto com o Barão do Rio Branco (1845-1912), dirigentes da FBN ficaram encarregados de selecionar as peças documentais que, depois de usadas pelo diplomata brasileiro, teriam como destino final a Biblioteca Nacional.[776] Portanto, é bem provável que essa tenha sido a forma de ingresso da 21ª carta no acervo, e que ela já estivesse na instituição antes das demais doadas por Benedicto Ottoni em 1911. Entretanto, sua localização, como integrante de um conjunto maior, somente se daria em 1933, quando Braz do Amaral foi avisado de sua existência pelo Dr. Mario Schering, então à frente da seção de manuscritos da FBN.

Para assegurar a legitimidade das cartas, Braz do Amaral procedeu ao seu cotejamento com outros documentos da lavra de Vilhena e recorreu a fontes textuais variadas a fim de confirmar ou confrontar as informações registradas pelo autor setecentista. A explicitação de tais fontes, por vezes, transcritas nas notas e comentários ao final das *Recopilações* de notícias referentes à Bahia, procurava garantir rigor documental e cientificidade ao seu método de trabalho.[777] Entretanto, o princípio da imparcialidade do historiador, recomendado pela prática historiográfica oitocentista, no qual ele tanto se apoiava para criticar posturas, aos seus olhos, tendenciosas de Vilhena, parece lhe ter faltado no momento da cópia da 21ª carta e, sobretudo, da *Relação da viagem*.

Embora afirmasse, nas páginas iniciais da publicação de 1935, que o original encontrado naquele momento "foi copiado por mim", Braz do Amaral não foi apenas um transcritor da carta de Vilhena, pois, desde o início, visava torná-la pública.[778] Como editor, portanto, acabou por estabelecer um corpo documental forjado a partir de sua ingerência no material de Vilhena, largamente utilizado pela historiografia, que o consumiu sem se dar conta de que não estava lendo a *Relação da viagem* copiada por Vilhena na

775 No catálogo do leilão, imediatamente em seguida à Recopilação de notícias, estava arrolado sob número 307, o Discurso historico, e político sobre a soblevação que nas Minas houve no anno de 1720: no fim do qual se expendem as razões que o excellentissimo senhor conde general teve para proceder summariamente ao castigo. Diferentemente da Recopilação de notícias, o Discurso histórico não foi adquirido pelo governo brasileiro, nem teve como destino a Biblioteca Nacional, mas foi alvo da compra do governo estadual de Minas Gerais para ser guardado no Arquivo Público Mineiro, recém-criado, tal como outras instituições regionais de recolha e guarda de documentos no cenário nacional, como já comentado. Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes, op. cit., p. 13-17.

776 SILVA, Iuri Azevedo Lapa e. O envolvimento da Biblioteca Nacional no processo de demarcação de limites com a Guiana Francesa: os usos políticos de um acervo documental. *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 128, p. 27, 2008.

777 ALVES NETA, Amélia Sabak Alves, op. cit., p. 70-72.

778 Para Alicia Lose, a diferença entre transcrição e edição reside na intenção de publicação da segunda. Cf. LOSE, Alicia Duhá, op. cit., p. 79-80.

BNP. Em realidade, somente as 15 primeiras páginas foram transcritas de Vilhena,[779] as 30 restantes foram copiadas da versão publicada na *Revista do IHGB*, em 1845, oferecida por Varnhagen, com todos os lugares críticos já apontados, os quais foram mantidos nas edições de 1969 e de 1977, igualmente disponíveis ao público em bibliotecas e no ambiente virtual. Embora a matriz primeira tenha sido Vilhena, Varnhagen prevaleceu e, nesse formato editorial misto, a narrativa foi difundida e apropriada pelos estudiosos, o que significa que parte da História do Brasil continuou a ser escrita pelas lentes e mãos de Varnhagen.

O retorno ao manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal

Somente em 1982, novo processo de transmissão – com transcrição e edição – do manuscrito da *Relação da viagem* depositada Biblioteca Nacional de Portugal seria realizado por profissionais do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal do Mato Grosso (NDIHR/UFMT).[780]

A edição da *Relação da viagem* integrou a série Capitães-generais, da Coleção Documentos Ibéricos, que buscava divulgar a biografia dos governadores do Mato Grosso colonial e a correspondência ativa mantida por eles com diversos agentes na colônia e na metrópole. As missivas de D. Antonio Rolim de Moura foram editadas em 3 volumes, sendo o primeiro lançado no ano do bicentenário de seu falecimento.

As responsáveis pela compilação, transcrição e indexação dos documentos, nos quais se inclui a *Relação da viagem*, foram Ana Mesquita Martins de Paiva, Maria Cecília Guerreiro de Sousa, Nyl-Iza Valadão Freitas Geremias. Na Introdução de cada um dos volumes, as editoras explicitaram os critérios paleográficos adotados, que levaram em consideração a "fidelidade ao nível histórico-linguístico em que o documento fora produzido sem que, entretanto, ficassem prejudicadas as condições de compreensão exigidas pelos leitores de formação escolar diversificada". Para tanto, mantiveram os tempos e o modos verbais, a pontuação e a paragrafação condizentes com o original, mas atualizaram a grafia, desenvolveram as abreviaturas de nomes próprios ou comuns, pronomes, conjunções e advérbios e desligaram palavras e expressões grafadas juntas.

Essa versão foi muito utilizada pelos pesquisadores do Mato Grosso, que tiveram acesso à publicação na própria UFMT e nas instituições da região, entretanto, sua tiragem não foi grande o suficiente para que tivesse ampla circulação. Atualmente as publi-

779 A cópia dessa primeira parte também contou com casos de adição, supressão e substituição de termos em relação ao original e foi eivada de equívocos na transcrição de números relacionados a datas, a começar pelo próprio ano da *Relação da viagem* identificado como 1757.

780 NÚCLEO de Documentação e Informação Histórica Regional - UFMT. D. Antônio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja; Correspondência. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982, p. 3-29.

cações do NDIHR/UFMT referentes ao período colonial foram digitalizadas e podem ser obtidas mediante solicitação.

A última versão impressa da *Relação da viagem* de que se tem notícia foi editada pelo zoólogo Nelson Papavero e publicada em 2019 no artigo de sua autoria, ricamente ilustrado, dedicado à identificação de elementos da fauna e da flora mencionados por D. Antonio Rolim de Moura na viagem realizada em 1751, de acordo com o manuscrito da BNP.[781] O autor realizou uma edição diplomática do documento, como ele mesmo anuncia, com baixo grau de mediação. Cabe ressaltar que, embora não tenha desenvolvido as abreviaturas, por vezes, interferiu nas fronteiras entre as palavras e expressões.

Não foi a primeira vez que Papavero se debruçou sobre a *Relação da viagem*. Na obra *A Fauna de São Paulo nos séculos XVI a XVIII, nos textos de viajantes, cronistas, missionários e relatos monçoeiros*, escrita com Dante Martins Teixeira em 2007, ele se valera da versão de Varnhagen, publicada na *Revista do IHGB*, para se referir aos animais que habitavam o espaço geográfico correspondente ao atual estado de São Paulo.[782]

O que justificaria, então, uma nova edição da narrativa? Uma das respostas plausíveis recairia sobre a disponibilização online do manuscrito da BNP, que, atualmente, permite aos pesquisadores consultar o documento setecentista no ambiente cibernético, proceder a novas edições do texto sem precisar se deslocar a Lisboa e realizar o cotejamento virtual entre suas versões manuscritas e impressas a fim de compreender as mediações editoriais e a tradição documental da narrativa ao longo do tempo.

Considerações finais

O exame do processo de transmissão da *Relação da viagem* favoreceu a compreensão sobre as formas pelas quais seu conteúdo foi socializado ao longo do tempo, em grande parte, fruto de iniciativas oficiais e em momentos de efemérides ligadas à história pátria. Embora haja um lapso temporal significativo entre a publicação da primeira versão impressa em 1845 e as de 1935 e 1953, o fato de Braz do Amaral e Afonso Taunay terem seguido a edição da *Revista do IHGB*, oferecida por Francisco Varnhagen, pode ser explicado não só pela autoridade desfrutada pelo Visconde de Porto Seguro no meio intelectual, mas principalmente pelo lugar social privilegiado ocupado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – do qual os três eram membros – na produção do conhecimento histórico entre meados do século XIX e as décadas iniciais do século XX, quando os cursos universitários de História ainda não se haviam fortalecido no Brasil.

781 PAPAVERO, Nelson, op. cit., p. 117-174, 2019.

782 PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. *A fauna de São Paulo nos séculos XVI a XVIII, nos textos de viajantes, cronistas, missionários e relatos monçoeiros*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 211-220.

Tal como proposto por Michel de Certeau ao refletir sobre a operação historiográfica, o lugar social é aqui concebido como um lugar socioeconômico, político e cultural de produção em articulação com práticas historiográficas definidas por um método e com uma determinada escrita.[783] No caso em questão, o IHGB era o responsável por ditar as regras do discurso historiográfico, determinar os temas pertinentes para pesquisa e os parâmetros a serem obedecidos, e validar a obra historiográfica que, naquele período, contemplava a edição e publicação de documentos. Uma vez aprovada a divulgação da *Relação da viagem* no próprio periódico institucional, estava chancelado o trabalho historiográfico de edição e a obra passava a ter lastro de legitimidade, podendo ser, portanto, reproduzida, sem a obrigatoriedade do confronto com o texto-fonte.

Ao analisarem a tradição documental da "Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco", de 1678, composta de versões manuscritas e impressas, com datações genéricas, Silvia Lara e Phablo Fachin chegaram à mesma conclusão em face da publicação do documento na *Revista do IHGB* em 1859. Afirmam os autores que "o aval dado pela publicação nas páginas do periódico permaneceu suficiente para atestar a autenticidade do manuscrito".[784]

Entretanto, o IHGB não era o único lugar social de produção e extroversão do conhecimento histórico naquele contexto. Como visto, a Biblioteca Nacional, o Museu Paulista, os institutos históricos e geográficos estaduais e os arquivos regionais também ocupavam espaço privilegiado na topografia do saber histórico até meados do novecentos, fosse pela recolha e guarda de documentos do passado nacional, fosse por disponibilizá-los para exposições, reprodução e publicação em revistas próprias como os *Anais da Biblioteca Nacional*, os *Anais do Museu Paulista* e as revistas dos institutos estaduais, ou ainda por meio das imprensas oficiais dos estados da federação.

A catalogação dos manuscritos e as anotações administrativas dos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal e da Fundação Biblioteca Nacional (RJ) nos registros bibliográficos e nas versões impressas e manuscritas da *Relação da viagem* não só evidenciaram a centralidade dessas instituições para a escrita da história naquele contexto, como também chamaram a atenção para a urgência de um diálogo mais estreito entre historiadores, bibliotecários e arquivistas para o desvendamento do universo extratextual da prática historiográfica em qualquer conjuntura. Nesse sentido, são benfazejas e devem ser promovidas as iniciativas entre os profissionais de diversos campos do saber para atualização e qualificação dos registros bibliográficos e dos bancos de dados de acervos museológicos a partir de novas pesquisas.

As edições da *Relação da viagem* de 1982 e de 2019, por sua vez, se deram no ambiente universitário e os resultados foram muito diversos das versões anteriores. Afo-

783 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66-75.

784 LARA, Silvia Hunold; FACHIN, Phablo Roberto Marchis, op. cit., p. 84.

ra as diferenças esperadas, deve-se destacar que a edição de 2019 já foi produzida e divulgada em ambiente virtual, com acesso aberto e gratuito. Como uma primeira versão do presente capítulo se desenvolveu durante a pandemia da Covid-19, quando os arquivos e as bibliotecas no Brasil permaneceram fechados à consulta, o acesso virtual a essa última edição, assim como às versões manuscritas de 1751 e 1802 e às impressas de 1845 e de 1935, disponibilizadas online pela Biblioteca Nacional de Portugal, pela Fundação Biblioteca Nacional e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi imprescindível.

De todo modo, não é somente em períodos de exceção que a digitalização de documentos históricos e de obras historiográficas facilita deveras o trabalho do pesquisador, como todos sabem, permitindo que as distâncias sejam vencidas num "click". As versões manuscritas e impressas da *Relação da viagem*, como se viu, estão espalhadas em dois continentes e em, pelo menos, duas cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Lê-las no ambiente doméstico e confrontá-las quantas vezes se desejar numa mesma tela, para além da mutação epistemológica de que fala Chartier,[785] certamente tem impactos positivos para o desenvolvimento da investigação, em termos de tempo, deslocamento e custos, mas os jovens pesquisadores não podem criar a ilusão de que tudo está na rede ou pode ser conseguido mediante demanda, sob o risco de se tornarem historiadores de gabinete.

O profissional deve estar ciente de que sempre terá acesso limitado às fontes, pois só poderá consultar aquilo que técnicos responsáveis pela política de difusão de acervos decidiram digitalizar. No caso da *Relação da viagem*, a versão manuscrita depositada na FBN, intitulada *Carta do Ill.mo e Ex.mo Snr Conde de Azambuja, ao de Val de Reys em que lhe relata os sucessos de sua viagem para o seo governo do Matto Grosso em 1750*, por exemplo, não se encontra digitalizada. Seria uma grande lacuna no estudo do processo de transmissão do manuscrito, se a consulta presencial não tivesse se realizado justamente no último dia de funcionamento da Fundação Biblioteca Nacional antes de seu fechamento em 17 de março de 2020. Isto porque foi durante o contato com o documento que se pôde constatar que o destinatário identificado no título havia provocado a mudança da saudação inicial da missiva para "Meu irmão e senhor", divergente daquela encontrada na cópia da BNP. Ademais a data 1750 somente pôde ser explicada pela estrutura do documento lido na sala de consultas da seção de manuscritos.

785 CHARTIER, Roger, op. cit., 2002, p. 108.

Mesmo quando os documentos utilizados na pesquisa forem digitalizados, há que se ter em mente que sua rematerialização[786] implica tanto a perda de propriedades organolépticas, por vezes, determinantes para a caracterização de fontes históricas, quanto a invisibilidade de elementos identificadores de papel, como as marcas d'água e as contramarcas, presentes nos papéis de trapo. No caso dos manuscritos de 1751 e de 1802, a textura e a maciez do suporte poderiam informar sobre a composição do papel, enquanto as marcas d'água e as contramarcas ajudariam a datar as cópias, já que guardam em si dados sobre seus fabricantes, o que seria válido numa análise que prevê avaliar o lugar de cada testemunho numa árvore estemática. Sem abrir mão dos ganhos trazidos pela digitalização dos manuscritos, tais alertas servem para que não se esqueça de considerá-los, a um só tempo, como tipo documental e artefato, e, desta forma, ampliar as possibilidades de se analisar o processo de mediação editorial de documentos e suas trajetórias históricas nos campos da cultura escrita e da cultura material.

786 Como os objetos digitalizados ocupam espaço em sistemas de armazenamentos de dados, não cabe falar em processo de desmaterialização, mas antes de rematerialização, ou seja, a matéria em outro formato no mundo virtual. BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 69, p. 201, 2020.

Conclusão

Para analisar as dimensões materiais e memoriais do passado colonial paulista foram privilegiadas, por um lado, as ações dos comerciantes na casa e no território, suas interações com artefatos e com os meios em que estavam inseridos e, por outro, as iniciativas de Afonso d'Escragnolle Taunay para a construção da memória das monções na inauguração de um monumento, na direção de um museu, na coordenação de uma coleção e na organização de um livro. Esses tópicos podem ser tomados como o eixo do trabalho aqui apresentado, mas não foram os alvos exclusivos da pesquisa, tanto que muitos outros sujeitos históricos e práticas sociais foram abordados. Como teci considerações finais a cada capítulo, neste momento, busco condensar algumas que digam respeito à espinha dorsal da obra em conclusões mais gerais.

A análise conjugada de fontes textuais, iconográficas e tridimensionais evidenciou que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, os agentes mercantis, residentes na cidade de São Paulo, eram os maiores detentores de móveis, sugerindo que a fixação em solo urbano e a sedimentação dos negócios levaram a um incremento do espaço doméstico cada vez mais mobiliado e frequentado. A posse e os usos sociais das peças indicaram ainda que os setores ligados à lide mercantil, em especial os mais abastados, estavam em sintonia com o que se produzia em outras áreas coloniais e estrangeiras, e suas residências revelam que a capital estava articulada ao Império português por meio da circulação e consumo de artefatos domésticos.

Teriam sido os comerciantes, portanto, os responsáveis pela difusão de novos comportamentos nas casas coloniais por meio da introdução de peças de mobiliário e/ou da modificação de seus atributos físicos. Embora de forma incipiente, tais transformações antecipam o início do processo de interiorização das sociabilidades para meados do século XVIII e reforçam o argumento da liderança do grupo mercantil no desenvolvimento econômico da cidade antes do governo de Luís Antônio de Souza Botelho Mourão (1765-1775), o morgado de Mateus, e intensificado sob seus auspícios.

O emprego de documentos de natureza diversa para o estudo do espaço doméstico – e extensivo às demais temáticas trabalhadas neste livro – confirmou a pertinência da afirmação de Ulpiano Bezerra de Meneses de que, no campo da cultura material, "não se pode reduzir a pesquisa a uma tipologia de fonte, porque o adjetivo material na expressão cultura material não diz respeito à natureza da fonte, mas sim à dimensão da cultura. A fonte é, portanto, um meio e não um fim".[787]

Se a abordagem do problema se tornou mais robusta por meio da multiplicidade de fontes a que recorri, o descompasso entre informações presentes em documentos textuais e materiais referentes aos móveis de conter ratificou outro alerta de Meneses

787 MENESES, Ulpiano Bezerra de. Apresentação. In: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão*: vida material e população no século XIX, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2007, p. 14.

sobre a não complementariedade unívoca das fontes. Acerca da questão, ele chama a atenção para

> a inadequação de uma expectativa assídua, em que se imagina que as fontes devam forçosamente convergir para um mesmo ponto de fuga, embora diferentemente. Tal expectativa corresponde a uma visão imprópria do funcionamento da sociedade e da cultura, em que se eliminou o conflito e a incoerência e, portanto, a possibilidade da presença de práticas e representações desencontradas.[788]

Tal como a produção social do espaço doméstico me levou a considerar a habitação como artefato, o território foi concebido a partir das experiências humanas no interior da América, mais especificamente da atuação de um comerciante e de seus negócios. Nesse sentido, os conceitos de domesticidade e espacialidade que integram os títulos da primeira e segunda parte encontraram afinidade quando percebidos na interação entre corpos e objetos, homens e ambientes, constantemente reelaborados a cada contexto.

Ao examinar as ações de Luis Rodrigues Vilares nas múltiplas espacialidades forjadas por meio das rotas das monções, dos achados auríferos, do abastecimento das áreas de Cuiabá e de Mato Grosso, das trocas comerciais com indígenas e espanhóis, reforço que as histórias não podem ser construídas em termos de limites geográficos e tratados, mas antes mediante as práticas socioeconômicas que promovem a articulação – e não a separação – de regiões coloniais.

Constatei que sua atuação e a de um grupo de comerciantes acabaram por configurar o território colonial, e que suas demandas, hábil e estrategicamente escritas, concorreram fortemente para o (re)conhecimento do Estado português acerca da porção ocidental de seus domínios americanos. Por meio das atividades peticionárias, ficou evidente que a conformação territorial era encarada como instrumento de poder disputado pelos vassalos e pelo rei, e que Vilares lançava mão do arsenal textual como munição para alcançar objetivos econômicos e políticos num império assentado em papéis, no qual a comunicação escrita era fulcral. Ademais, os argumentos utilizados nos requerimentos com base em obras publicadas nos séculos XVII e XVIII descortinam a circulação de impressos na colônia e apropriação efetuada no extremo oeste da capitania de São Paulo.

A cultura material e a cultura escrita tomadas, a um só tempo, como plataformas de observação do cotidiano forneceram subsídios para que avançasse tanto no entendimento das práticas sociais vivenciadas pelas populações em diferentes conjunturas históricas, como na compreensão do passado paulista que se quis representar em múltiplos suportes da memória.

---

788 Idem. Rumo a uma "história visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bragança Paulista: Edusc, 2005, p. 43.

Tais representações foram flagradas no âmbito da produção de uma historiografia mais tradicional que, em compasso com projetos das camadas dirigentes paulistas, deram contornos ao mito bandeirante, personagem utilizado como instrumento de legitimação da autoridade político-econômica na primeira metade do século XX. A recorrência a um ancestral comum vinculado à construção do território e ao desenvolvimento de São Paulo e do Brasil foi observada sobretudo na década de 1920, quando a elite paulista disputava a hegemonia no cenário nacional, e no início da década de 1950, quando a cidade de São Paulo vivenciou um significativo crescimento demográfico, fruto de fortes movimentos (i)migratórios.

Embora os enfoques sobre o bandeirante idealizado tenham sido diferentes em razão das preocupações e dos embates em cada conjuntura, sua projeção em lugares de memória foi unívoca, não admitindo sujeitos históricos concorrentes. Nesse contexto, a natureza marcadamente comercial das expedições fluviais e seus desdobramentos para conformação do território americano foram eclipsados em favor da associação entre monçoeiros e bandeirantes. Como importante expoente desse projeto político e historiográfico, Afonso d'Escragnolle Taunay, o historiador das bandeiras, foi analisado pelo papel central que desempenhou em várias frentes de trabalho na promoção de iniciativas memoriais que reforçavam tal associação.

No caso da representação visual das monções, expus como Taunay se valeu de desenhos e aquarelas efetuados por Hercule Florence durante a expedição Langsdorff sobre a rota fluvial que partia de Porto Feliz em direção a Cuiabá, como matrizes para as telas encomendadas a pintores, a fim de reconstituir imageticamente o passado paulista nas salas expositivas do Museu do Ipiranga. Asseverei que ele assumia os desenhos de Florence enquanto documentos autênticos de aspectos da natureza e do cotidiano brasileiro na primeira metade do século XIX, pois haviam sido produzidos naquele contexto histórico. Ademais, uma vez que não dispunha de fontes iconográficas dos séculos XVII e XVIII, sendo os de Florence os mais antigos, a veracidade das imagens era dada pela competência e reconhecimento de seu executor. A despeito da pretensão de fidedignidade das telas aos originais, apontei ingerências do diretor naquelas confeccionadas para o museu. O conjunto de pinturas foi considerado como vetor para a *memória das monções em tinta*.

Ao dispor as telas em salas expositivas, captadas por meio de fotografias das montagens ocorridas no Museu do Ipiranga nas décadas passadas, ficou patente a associação entre os membros de uma expedição científica do século XIX com os monçoeiros do século XVIII, e destes com os bandeirantes do século XVII, sem se levar em conta as diferentes personagens envolvidas e os propósitos distintos que animavam as viagens. Taunay criou e perenizou uma narrativa visual que explicava a expansão territorial

paulista por meio da sucessão cronológica dos fenômenos das bandeiras e monções, compreendidas no interior de um mesmo processo.

No tocante ao Monumento às monções, a associação entre monçoeiros e bandeirantes foi dada pelo diálogo tenso entre as inscrições e os baixos relevos. Não só analisei o descompasso entre as imagens alusivas às monções – todavia criadas com base nas aquarelas dos desenhistas da expedição Langsdorff – e os textos alusivos às bandeiras, mas discuti o peso da palavra escrita sobre a iconografia para a construção de uma memória do passado paulista que glorificava o bandeirante e obscurecia a atuação de outros atores sociais. O monumento em questão pode ser então tomado como vetor para a memória das monções em pedra e bronze.

No que diz respeito à representação visual das expedições fluviais nos painéis de azulejos do Museu Republicano Convenção de Itu, também compreendidos na chave da *memória das monções em tinta*, as associações entre monçoeiros e bandeirantes foram concretizadas de forma diferente, pois as cenas não tiveram as matrizes imagéticas oitocentistas como referências. Frutos da imaginação de Taunay, as personagens envolvidas nas caravanas monçoeiras foram deliberadamente retratadas como bandeirantes, reconhecidos por meio da indumentária convencionada para a figuração destes últimos.

Por fim, o livro *Relatos monçoeiros*, organizado por Taunay, foi reputado como vetor para a *memória das monções em papel*. Destaquei assim seu ofício como editor, atividade desempenhada desde 1923, quando coordenou a reimpressão de *Cultura e opulência do Brasil*, de Antonil, a partir do confronto com a primeira edição de 1711, e continuada ao longo da vida ao passo que editava as memórias de seu pai, Alfredo Taunay, das quais era legatário e guardião.

Sobre os estudos introdutórios de Taunay acerca da temática monçoeira, na primeira parte, mostrei como eram textos publicados e republicados desde a década 1910 em vários veículos, o que acabavam por configurar um *modus operandi* de divulgação do conhecimento histórico adotado por ele e por outros intelectuais na primeira metade do novecentos. Na medida em que vários textos permaneceram inalterados ao longo de décadas, concluí que Taunay manteve intactas suas convicções acerca da coincidência de monçoeiros e bandeirantes, amalgamados na personagem por ele nomeada de bandeirante navegador.

Ao interferir na reprodução dos relatos, subtraindo, acrescentado e permutando palavras, expressões, trechos e parágrafos em relação aos textos-fontes, acabou por publicá-los com um alto grau de mediação editorial, gerando dissemelhanças entre as versões manuscritas e impressas. Nesse sentido, sugeri que as ações de Taunay na qualidade de editor de narrativas, em certa medida, podem ser encaradas como a outra face de suas ingerências enquanto encomendante das pinturas sobre a temática monçoeira. Os manuscritos e os desenhos restaram intocados, mas seus produtos impressos e em

tela levaram a marca de Taunay e igualmente foram considerados por ele como documentos, pois elaborados com base em fontes legítimas e frutos do trabalho de hábeis executores.

Por encerrar em suas páginas documentos textuais coletados por Taunay, reproduções de pinturas encomendadas por ele que ocuparam as paredes das salas expositivas do Museu do Ipiranga, e escritos de sua lavra, propus que a obra *Relatos monçoeiros* fosse tomada como uma síntese da trajetória de sua produção historiográfica sobre a temática monçoeira e de sua forma de fazer história.

O interesse de Taunay pelas viagens fluviais, sua busca incansável por documentos inéditos e as encomendas de transcrições em arquivos brasileiros e do exterior acabaram por enriquecer o arquivo do museu com inumeráveis cópias de textos e mapas coloniais. Infatigável também foi sua procura por documentos iconográficos e artefatos relacionados ao movimento monçoeiro que ampliaram as coleções institucionais com telas, esculturas e brasões deles decorrentes, bem como fragmentos de embarcações, âncoras e caldeirões.

Todo esse acervo reunido, fruto de coleta ativa e de encomenda institucional, concorreu para que Taunay nomeasse o Museu do Ipiranga como a Casa do passado paulista, lugar e vetor de práticas memoriais por excelência. No mesmo movimento, entretanto, o ingresso, a catalogação, a conservação e a exposição das peças contribuíram para seu fortalecimento como instituição de guarda documental – textual, iconográfica e tridimensional – e como centro de produção e difusão de conhecimento histórico, afinal conforme vaticinou Ulpiano Bezerra de Meneses, "Transformar as instituições museais em verdadeiros museus históricos não significa eliminar, como purgação das manipulações ideológicas, as construções da memória, suas alegorias e suas práticas, mas incorporá-las, como objeto de estudo a seu campo de documentação e trabalho reflexivo".[789]

789 Idem. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, n. 1, p. 21, jan./dez. 1994.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal

ROL do que ofereço para ao Muzêo da Real Academia. Por Diogo de Toledo Lara Ordonhez. S.d. – Post. a 1786, bifólio [original]. Capilha de papel. Academia das Ciências de Lisboa – Série Azul – Manuscrito 876. R. 869.

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, São Paulo

APLICAÇÃO sacerdotal
Antonio Rodrigues Villares (habilitando) 1747

DISPENSAS e processos matrimoniais
Luis Antonio de Souza Queiroz 6 - 54 -10

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo

INVENTÁRIOS e testamentos

Manuel Rodrigues Jordão (brigadeiro): Inventários do 1° cartório de família, proc. 229-1828.
Luis Antonio de Souza Queiroz (brigadeiro): Inventários do 1° cartório de família, proc. 530-1819.

Archivo General de Indias, Sevilha, Espanha

COPIA de la carta de Luys Roys Vilares escrita en Cuiabá em 22 de junio de este año de 1740 a los micioneros de Chiquitos solicitando la introduccion de seu comercio por esta parte en el Peru, Charcas 425.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal

CARTA do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís Mascarenhas a (D. João V), pedindo que ordene ao ouvidor da comarca do Cuiabá (Manuel Antunes Nogueira) que remeta para o povoado Luís Rodrigues de Vilares porque pretendia meter fazendas nos domínios de Castela, encobrindo a sua intenção com o pretexto de caridade em acudir ao próximo; e João Oliveira Cardoso que cobrou no Rio de Janeiro e

fugiu para o Cuiabá e é um “revoltoso”. Anexo: 2 cartas 1746, Junho, 03, Vila e praça de Santos. AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 16, D. 1599.

CARTA do ouvidor João Gonçalçes (sic) Pereira ao rei [D. João V] em que remete a cópia dos autos de Junta acerca da conservação ou demolição dos engenhos, o comércio com o gentio Paiaguá, a guerra com o gentio, a abertura do caminho para Goiás, investida contra os Paiaguá, e a ajuste que se fez com o Capitão Antônio de Pinho de Azevedo para ir abrir o caminho para Goiás. Anexo 6 autos. AHU-ACL-CU-010, cx. 1, doc. 89.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre a pretensão dos comerciantes da Vila de Cuiabá de estabelecerem feitorias nas margens do rio Paraguai Grande e abrir comércio com os castelhanos do reino do Peru e Província do Paraguai. Anexo: 4 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá. AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 140.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos comerciantes da Vila de Cuiabá relativo aos direitos das entradas das cargas. Anexo: 3 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá. AHU_ACL_CU_010, Cx. 3, D. 141.

CARTA de D. Antônio Rolim de Moura ao rei [D. João V], informando o recebimento de três caixotes de segunda via de bilhetes e livros da capitação para as minas de Cuiabá no presente ano. 1750, Abril, 29, Parati. AHU_ACL_CU_017, Cx. 43, D. 4419.

PROVISÃO régia pela qual foram concedidos diversos privilégios, prerrogativas, isenções de direito e liberdades aos moradores de uma nova Vila que se mandara fundar no distrito de Mato Grosso. 1746, agosto, 5, Lisboa. AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 65, D. 15194.

PROVISÃO (cópia) do rei [D. João V] ordenando ao governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais [e São Paulo], Gomes Freire de Andrade que dê toda a ajuda necessária a D. Antônio Rolim de Moura quando passar pelos distritos do Rio de Janeiro e Minas Gerais, junto com seus oficiais, soldados e uma Companhia de Dragões em direção ao Mato Grosso, capitania a que foi nomeado como governador. 1749, Janeiro, 13, Lisboa. AHU_ACL_CU_017, cx. 41, doc. 4248.

OFÍCIO do [governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre o que é preciso para o aumento e fortalecimento da nova vila de Mato Grosso. 1751, Junho, 27, Vila de Cuiabá. AHU_ACL_CU_010, Cx. 5, D. 344.

OFÍCIO do [governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá notícias sobre o estado atual da Capitania e sobre a sua viagem

desde Araritaguaba até Vila de Cuiabá. 1751, Agosto, 8, Vila de Cuiabá. AHU_ACL_CU_010, Cx. 6, D. 361.

OFÍCIO do [governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que remete o mapa do caminho desde Santos até a Vila de Cuiabá e no qual descreve a região do Pantanal. 1754, Janeiro, 26, Vila Bela. AHU_ACL_CU_010, Cx. 7, D. 439.

OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a comunicação do rio Guaporé com o Jaurú e os recentes insultos do gentio Caiapó, que podem comprometer as povoações além do Coxipó. 1772, Agosto, 3, Vila Bela. AHU_ACL_CU_010, Cx. 16, D. 985.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

CARTA de Diogo Soares a Martinho de Mendonça de Pina e Proença. 19 dez. 1734 e 12 fev. 1735. Manuscritos do Brasil, livro 11, f. 38 e 43.

HABILITAÇÃO de Familiar do Santo Ofício de Dom Antonio Rolim de Moura, 1730. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, maço 206, documento 3089.

Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, Cuiabá

CÓDICE (incompleto/cópia) do regimento da justiça do ano de 1736, feito pelo escrivão da Câmara e Almotaçaria, João da Silva Nogueira. BR MTAPMT CVC-CC-0303.

Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo

INVENTÁRIOS e testamentos

Agostinho Duarte do Rego	1752	C00528
Alexandre Monteiro de Sampaio	1755	C00703
Ana de Oliveira Montes	1765	C00664
Ana Francisca Novaes	1805	201007000449 - 1090
Ana Maria de Assumpção	1806	201006003837 - 1587
André Alvares de Castro	1752	C00721
Aniceto Fernandes	1762	C00540
Antonio Barbosa de Lima	1764	C00631

Antonio da Costa Rodrigues	1773	C00631
Antonio José Vaz	1825	201006003973 - 1203
Antonio José Vieira Barbosa	1831	201006003416 - 1091
Antonio Ribeiro Pires e Maria Rodrigues Barbosa	1760	C00634
Antonio Rodrigues Froes	1756	C00634
Bartolomeu Bueno Cacunda	1750	C00707
Bartolomeu Correa Bueno	1753	C00707
Bento de Oliveira Lima	1769	C00668
Bento Dias Vieira	1823	201007000202 - 470
Bento do Amaral da Silva	1753	C00645
Caterina Mendes Tenória	1747	C00658
Cornélio Rodrigues Arzão	1750	C00658
Diogo de Toledo Lara	1743	C00643
Diogo José da Silva	1824	201006003981 - 1185
Diogo José de Souza	1811	201007000516 - 1894
Domingos Barreto de Lima	1756	C00643
Domingos Fernandes Lima	1812	201006003305 - 1895
Domingos João Vilarinhos	1766	C00544
Domingos Lobo de Oliveira	1750	C00643
Escolástica Veloso	1753	C00530
Francisco Afonso Lima	1756	C00690
Francisco Coelho Aires	1776	C00640
Francisco da Silva Coelho	1750	C00523
Francisco Duarte do Rego	1782	C00726
Francisco Leandro Leme de Moraes	1837	201007000188 - 285
Francisco Pereira Mendes	1781	C00664
Francisco Pinheiro de Sepeda	1760	C00690
Gaspar de Matos	1735	C00734
Genebra de Barros Leite	1838	201007000804 - 531
Inácia Maria Rodrigues	1768	C00546
Inacio Soares de Barros	1759	C00670
Izidora do Amaral	1750	C00670
João da Mota Liver	1771	C00654
João do Prado de Siqueira	1742	C00733

João Francisco Lustosa	1746	C00667
João José de Alvarenga	1836	201007000260 - 548
João Pinto Rodrigues	1761	C00620
João Rodrigues Vaz	1746	C00659 + avulso
Joaquim Dias Vieira	1835	201006003486 - 307
Joaquim José dos Santos	1828	201006004032 - 472
Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda	1834	C00623
José Barbosa de Lima	1755	C00686
José Casado Vilas Boas	1749	C00707
José da Costa Vale	1780	C00674
José da Silva Ferrão	1762	C00541
José da Silva Góes	1748	C00659
José de Lemos e Moraes	1744	C00658
José do Prado da Cunha	1749	C00519
José Pinto Tavares	1815	201007000466 - 1169
José Pires de Almeida	1771	C00737
José Rodrigues Pereira	1770	C00686
José Vaz de Carvalho	1825	201006003982 - 981
Juliana Maciel	1754	C00623
Luis Rodrigues Lisboa	1761	C00538
Manoel Cardoso de Abreu	1804	201007000351 - 1631
Manoel de Gois Cardoso e Isabel de Almeida	1744	C00623
Manoel de Macedo	1753	C00531 e 705
Manoel Francisco Domingues	1771	C00652
Manoel Gonçalves Sete	1755	C00653
Manoel José da Cunha	1746	C00651
Manoel Luis da Costa	1755	C00703
Manoel Mendes de Almeida	1756	C00532
Manoel Pedroso Oliveira	1742	C00623
Manoel Rodrigues Ferreira	1768	C00665
Manoel Veloso	1752	C00528
Manuel Rodrigues Jordão (alferes)	1786	C00652
Marcos Francisco	1758	C00647
Maria Francisca Lustosa	1758	C00689
Maria Josefa Mendes da Silva	1806	201007000452 - 1175

Matias de Castro de Oliveira	1757	C00650
Matias de Oliveira Lobo	1745	C00650
Mecia de Aguirra de Camargo	1753	C00650
Modesto Antonio Coelho Neto	1803	201007000171 - 1170
Nicolau Francisco Rosal	1751	C00641
Pedro da Silva Pontes	1763	C00719
Pulqueria Maria de Barros	1837	201007000250 - 609
Rosa Maria do Rozario Pedrosa	1803	201007000541 - 1197
Vicente Ferreira Neves	1766	C00663

LIVRO de sesmarias patentes e provisões, livro 2.

SECRETARIA do Interior do Estado de São Paulo – Grupo Museu Paulista e Biblioteca do Estado

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Correspondência*]. Destinatário: Candido Motta. São Paulo, 9 jul. 1919. 1 carta. SI_9G7_ C06981_9.1.43.13

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, 17 jul. 1920. 1 ofício. SI_9G7_C06983_9.1.71.4

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal

MOURA, D. Antonio Rolim de. Relação da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da Cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751. BNP, códice 546.

Biblioteca Pública de Évora, Évora, Portugal

BALMACEDA, Carlos de los Reyes. Noticia Quarta Practica Vinda da Cidade do Paraguay à Nova Colonia do Sacramento com aviso da Venda, que fiseraõ os Payaguaz dos Cattivoz Portuguezez naquella mesma Cidade, e escrita por Dom Carlos de los Rioz Valmaseda, códice CXVI 1-15, f. 12r-13v.

CAMELO, João Antônio Cabral. Noticia Segunda Practica. Do que lhe socedeo na Volta, que fez das mesmaz Minaz para São Paulo. BPE, códice CXVI 1-15, f. 6v-10v; ARAÚJO, Domingos Lourenço de. Noticia Terceira Practica Dada pelo Cappitam Domingoz Lourenço de Araujo ao Reverendo Padre Diogo Soarez sobre o infeliz sucesso, que tiveraõ no Rio Paraguay as Tropaz, que Vinhaõ para São Paulo no anno de 1730 Et cetera, códice CXVI 1-15, f. 10v-12r.

REBELO, Gervásio Leite. Noticia Sexta Practica E Relaçaõ Verdadeyra da derrota, e Viage, que fez da Cidade de São Paulo para az Minas do Cuyaba o Excelentíssimo Senhor Rodrigo Cesar de Meneses Governador e Cappitam General da Cappitania de São Paulo, e suas Minas descobertaz no tempo do seo Governo, e nelle mesmo estabellicidaz, códice CXVI 1-15, f. 18r-25v.

Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, São Paulo

PROJECTO da abertura do caminho de Terra, ou Varadouro tirado desde o rio Jauru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba por Luis Roiz Vilares em MDCCXLIII. Coleção de Obras Raras e Especiais, Ms. 43.

PROJECTO, ou Plano ajustado por ordem de S.M.F entre o Governador, e o Cap.m Gen.al de São Paulo D. Luis An. de Sousa e o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria de todos os serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros com q se devem sustentar nesta pte Meridional da America Portug.sa Anno de 1772. Coleção de Obras Raras e Especiais, Ms. 45a.

Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, Portugal

COPEA da petiçaõ e mais documentos que ajuntou Luiz Rodriguez Villares rêquerimento ao Sennado da Camera da Villa do Cuyaba: a nove de Novembro de mil, e SetteCentos e trinta e Sinco annoz, códice Ms. 296, documento 23.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

MOURA, D. Antonio Rolim de. Carta do Ill.mo e Ex.mo Snr Conde de Azambuja, ao de Val de Reys em que lhe relata os sucessos de sua viagem para o seo governo do Matto Grosso em 1750. Manuscritos – 09,03,10.

VILHENA, Luis dos Santos. Recompilação (sic) de notícias da Capitania de São Paulo. Manuscritos – 50,4,019.

Instituto Hercule Florence, São Paulo

FLORENCE, Hercule. *L'ami des Arts livré à lui-même*, 1837-1859.

Sistema Integrado de Arquivos (SIARQ – Unicamp), Campinas

COPEA da petiçaõ e mais documentos que ajuntou Luiz Rodriguez Villares rêquerimento ao Sennado da Camera da Villa do Cuyaba: a nove de Novembro de mil, e SetteCentos e trinta e Sinco annoz. Fundo Sérgio Buarque de Holanda_Pi 537/23:218_P 31.

Fontes impressas

Museu Paulista – Seção técnico-científica de documentação e gestão de acervo

COLEÇÃO José Bonifácio de Andrada e Silva. Roteiro e descrição de viagem. – doc. 11575.

COLEÇÃO Afonso Taunay

CAMPOS, Ernesto Souza; FERREIRA, Tito Lívio Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 14 mar. 1953. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay, Pasta 23.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 21 maio 1953. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay, Pasta 23.

MATARAZZO SOBRINHO, Francisco. [*Correspondência*]. Destinatário: Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 9 abr. 1952. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay, Pasta 23.

MATARAZZO SOBRINHO, Francisco. [*Correspondência*]. Destinatário: Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 30 jul. 1952. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay, Pasta 23.

MATARAZZO SOBRINHO, Francisco. [*Correspondência*]. Destinatário: Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 14 ago. 1952. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay, Pasta 23.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Correspondência*]. Destinário: José de Barros Martins. São Paulo, [1949-1950]. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay, Pasta 23.

Caderno de recortes de Afonso Taunay_ LXIV_2_1944

FUNDO Museu Paulista – Série Correspondência

MOTTA, Eugênio. [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. Porto Feliz, 25 out. 1917. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

MOTTA, Eugênio. [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. Porto Feliz, 27 dez. 1917. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

ROBBE, João Alberto. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo (SP), 1 set. 1942. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 184.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Correspondência*]. Destinatário: Alarico Silveira. São Paulo, 8 jan. 1924. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Correspondência*]. Destinatário: Eugênio Motta. São Paulo, 29 nov. 1923. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Correspondência*]. Destinatário: Eugênio Motta. São Paulo, 1937. 1 carta. APMP/FMP, Série: Correspondência.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Correspondência*]. Destinatário: Nair Opromolla. São Paulo, 27 ago. 1943. 1 carta. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 190.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Alberto Rangel. São Paulo, 10 fev. 1921. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 113.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Diretor das Municipalidades do Estado de São Paulo. São Paulo, 13 abr. 1943. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 189.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Prefeito Municipal de Limeira. São Paulo, 5 fev. 1943. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 187.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Prefeito Municipal de Porto Feliz. São Paulo, 24 mar. 1943. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 188; Idem. [*Ofício*]. Destinatário: Prefeito Municipal de Tietê. São Paulo, 19 abr. 1943. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 189.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Prefeito Municipal de Porto Feliz. São Paulo, 24 mar. 1943. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 188.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, 30 abr. 1918. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 106.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, jun. 1919. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 108.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 7 jul. 1942. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 185.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 10 mai. 1943. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 189.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 22 jan. 1944. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 192.

TAUNAY, Afonso d'Escargnolle. [*Ofício*]. Destinatário: Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 5 abr. 1943. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência, Pasta 189.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Ofício*] Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, jun. 1919. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. [*Ofício*] Destinatário: Secretário do Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, jun. 1919. 1 ofício. APMP/FMP, Série Correspondência.

TEIXEIRA, Lázaro Gonçalves. [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo, 20 abr. 1953. 1 carta. APMP/ Coleção Afonso Taunay – Pasta 23.

FUNDO Museu Paulista – Livro-caixa – 1922.

FUNDO Museu Paulista – Série: Inventários de Acervo – 1932, 1948.

FUNDO Museu Paulista – Série: Relatórios de Atividades – 1923, 1924, 1943, 1944, 1947.

Fontes iconográficas

Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro

Aimé-Adrien Taunay. *A partida da Expedição Langsdorff, no Rio Tietê*, 1825. Aquarela, 21 x 32,2 cm.

Museu de Arte de Ribeirão Preto Manuel-Gismondi, Ribeirão Preto

Nair Opromolla. *Monstro do mar*, sem data, carvão sobre papel, 24,9 x 34,2 cm.

Museu Paulista – Seção técnico-científica de documentação e gestão de acervo

Adrien van Emelen. *Caboclas no sertão de Tietê*, 1921, óleo sobre tela, 52 x 35 cm – MR 1260.

Adrien van Emelen. *Velho centenário de Porto Feliz*, 1921, óleo sobre tela, 47 x 29,5 cm – MR 1261.

Antonio Luiz Gagni. *Arrombamento da casa dos irmãos Leme pelo Ouvidor Godinho Manso e Sebastião Fernandes do Rego (1723)*, década de 1940, azulejo, 138 x 150 cm – MR 4086.

Antonio Luiz Gagni. *Derrota dos Payaguás no ataque feito á monção de Jeronymo Gonçalves Meira (janeiro de 1740)*, década de 1940, azulejo, 135 x 135 cm – MR 4089.

Antonio Luiz Gagni. *Morte heroica de Miguel Antunes Maciel e Antonio Antunes Lobo defendendo dos Payaguás a sua monção*, década de 1940, azulejo, 138 x 150 cm – MR 4087.

Antonio Luiz Gagni. *Os irmãos João e Lourenço Lema da Silva no varadouro de Camapuan (1720)*, década de 1740, azulejo, 135 x 135 cm – MR 4085.

Antonio Luiz Gagni. *Partida da Ararytaguaba da monção fundadora do Presídio de Iguatemy sob o comando de João Martins de Barros – 28 de julho de 1767*, década de 1940, azulejo, 150 x 106 cm– MR 4093.

Aurélio Zimmermann. *Benção das canoas*, 1919, óleo sobre tela, 100 x 135 cm – IC 1-19178-0000-0000.

Aurélio Zimmermann. *Pouso no sertão – Queimada, 1826*, 1919, óleo sobre tela, 100 x 135 cm – IC 1-19179-0000-0000.

José Domingues dos Santos Filho. Álvares Machado e sua família (segundo original de Hercules Florence), 1918, aquarela, 24 x 30 cm – IC 1-10005-0000-0000.

José Ferraz de Almeida Júnior. *Partida da monção*, 1897, óleo sobre tela, 390 x 640 cm – IC 1-19137-0000-0000.

Miguel Arcanjo Benício Dutra. *Sítio do Capitão José Manuel abaixo do Porto Feliz*, 1839, aquarela sobre papel, 11 x 19 cm – MR 628.

Nair Opromolla. *Canoa fantasma no rio Tietê*, 1943, óleo sobre tela, 29,2 x 43 cm – IC 1-19463-0000-0000.

Nair Opromolla. *O monstro fluvial Piracangava*, 1943, óleo sobre tela, 29,4 x 43,5 cm – IC 1-19464-0000-0000.

Niccoló Petrilli. *Dama de Porto Feliz com mucama,* 1920, óleo sobre tela, 75 x 54,5 cm – IC 1-19319-0000-0000.

Niccoló Petrilli. *Família Álvares Machado,* 1920, óleo sobre tela, 78,2 x 90,8 cm – IC 1-19391-0000-0000.

Niccoló Petrilli. *Índio civilizado de Porto Feliz,* 1920, óleo sobre tela, 75 x 55,2 cm – IC 1-19322-0000-0000.

Niccoló Petrilli. *Mulheres do povo em Porto Feliz, 1826*, 1920, óleo sobre tela, 69 x 53 cm – IC1-19316-0000-0000.

Oscar Pereira da Silva. *9º Encontro de monções no sertão*, 1920, óleo sobre tela, 95,5 x 173 cm – IC 1-19212-0000-0000.

Oscar Pereira da Silva. *Carga de canoas*, 1920, óleo sobre tela, 100 x 140 cm – IC 1-19213-0000-0000.

Oscar Pereira da Silva. *Hercules Florence*, 1922, óleo sobre tela, 71 x 60,5 cm – IC 1-19161-0000-0000.

Oscar Pereira da Silva. *Partida de Porto Feliz*, 1920, óleo sobre tela, 140 x 170 cm – IC 1-19175-0000-0000.

Silvio Alves. *Porto Feliz*, 1943, óleo sobre tela, 61 x 100 cm – IC 1-19308-0000-0000.

Silvio Alves. *Sítio do Capitão José Manoel, Porto Feliz, 1839*, 1943, óleo sobre tela, 49,2 x 60 cm – IC 1-19429-0000-0000.

Silvio Alves. *Vista da Porto Feliz, 1826*, 1943, óleo sobre tela, 50 x 90 cm – IC 1-19364-0000-0000.

Zilda Pereira. *Desencalhe de canoa, 1826*, 1943, óleo sobre tela, 56 x 80 cm – IC 1-19295-0000-0000.

Zilda Pereira. *Pirapora de Curuçá,1826 (Hoje Tietê)*, 1943, óleo sobre tela, 56 x 80 cm – IC 1-19428-0000-0000.

Zilda Pereira. *Pouso de monção à margem do Tietê, 1826*, 1943, óleo sobre tela, 56 x 80 cm – IC 1-19349-0000-00000.

Zilda Pereira. *Vista de Camapuã, 1826*, 1943, óleo sobre tela, 56 x 80 cm – IC 1-19457-0000-0000.

Exposição no Museu Paulista “consagrada à antiga iconographia paulista”, sala A-12, 1922, fotografia/negativo de vidro, 24 x 18 cm – IC 1-00257-0000-0000.

Exposição no Museu Paulista “consagrada à antiga iconographia paulista”, sala A-12, 1922, fotografia/negativo de vidro, 24 x 18 cm – IC 1-00256-0000-0000.

Exposição no Museu Paulista “Iconografia”, antiga sala do Museu – Dr. Taunay na fotografia, década de 1920, fotografia/negativo de vidro, 24 x 18 cm – IC 1-00248-0000-0000.

Exposição no Museu Paulista “consagrada a antiga iconographia”, sala A-12, década de 1920, fotografia/negativo de vidro, 24 x 18 cm – IC 1-00252-0000-0000.

Exposição no Museu Paulista “consagrada às monções”, sala A-9, década de 1930, fotografia/negativo de vidro, 23,9 x 17,8 cm – IC 1-00358-0000-0000.

Exposição no Museu Paulista “consagrada às monções”, sala B-4, década de 1940, fotografia/negativo de vidro, 23,7 x 17,8 cm – IC 1-00359-0000-0000.

Exposição no Museu Paulista “consagrada às monções”, sala B-4, década de 1940, fotografia/negativo de vidro, 24,2 x 18 cm – IC 1-00317-0000-0000.

Exposição no Museu Paulista “consagrada às monções”, sala B-4, década de 1940, fotografia/negativo de vidro, 23,8 x 17,8 cm – IC 1-00356-0000-0000.

Museu Paulista, peristilo, recanto dos fundos à esquerda – âncoras e beque de proa de uma canoão, ânfora com a água do Tietê, década de 1920, fotografia/negativo de vidro, 23,5 x 17,6 cm – IC 1-00280-0000-0000.

Militão Augusto de Azevedo. Rua do Ouvidor (José Bonifácio). Fotografia, papel/albumina/sais de prata, 21,3 cm x 13,7 cm, 1862. Coleção Militão Augusto de Azevedo – IC 1-16550-0009-0043.

Mappa do Continente das Capitanias do Mato Grosso, de Goyaz, e de S. Paulo, com a configuração mais exacta, até agora, de todas as Terras, Rios, e Serras; principalmente dos dous caminhos, hum pelos rios, outro por terra, de S. Paulo para o Cuiabá, copiando por H. Barbuy, 2 de junho de 1944 – Mapa 137, Coleção Taunay.

Planta da Cidade de S. Paulo Situada em 23°,, 33’,, 30” de Latitude Sul; e em 331°,, 24”,, 30” de Longitude pelo Meridiano da Ilha do Ferro: Var. da Agulha 7,, 15”,, N&. Rufino José Felizardo e Costa, tinta ferrogálica, nanquim e aquarela sobre papel, São Paulo, [1807] – IC 1-41592-0000-0000.

Fontes tridimensionais

Museu Paulista – Seção técnico-científica de documentação e gestão de acervo

Arca. Madeira e metal, século XIX – RG 1-05-03-00000608-00-00.

Arca. Madeira e metal, século XVIII. Doação Eugênio Hollander, 1897 – RG 1-05-03-00000062-00-00.

Arca: canastra. Madeira, couro e metal, século XIX. Pertenceu a Antônio Bento de Moura, pai da doadora. Coleção Alda Beatriz de Moura – RG 1-05-03-000-06413-00-00.

Bandeira: estandarte da Câmara Municipal de São Paulo. Seda adamascada, linha de algodão, bordado, século XVIII – RG 1-04-02-000-00052-00-00.

Cadeira. Madeira, couro e metal, século XVII – RG 1-05-02-000-00470-00-00.

Cadeira. Madeira, palhinha e metal, século XIX. Pertenceu ao Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiroz. Coleção Brigadeiro Luiz Antonio – RG 1-05-02-000-00071-00-00.

Cadeira: cadeira de sola. Madeira, couro e metal, século XVII. Coleção Sertório – RG 1-05-02-000-00057-00-00.

Cadeira: cadeira de sola. Madeira, couro e metal, século XVII. Pertenceu ao capitão-mor de Itu Antonio de Barros Penteado – RG 1-05-02-000-00060-00-00.

Canoão (beque de proa), sem data. Madeira. Doação de João Baptista Portella, 1924 – IC 1-18-02-000-03999-00-00.

Leito: cama. Madeira e tecido, século XVIII. Pertenceu ao Padre Diogo Antônio Feijó. Coleção Sertório – RG 1-05-04-000-00587-00-00.

Mesa: bufete. Madeira e metal, século XVIII. Doação Eugênio Hollander, 1897 – RG 1-05-01-000-00116-00-00.

Mesa: console. Madeira, palhinha e metal, século XIX. Pertenceu ao Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiroz. Coleção Brigadeiro Luiz Antonio – RG 1-05-01-000-00069-00-00.

Sofá tipo cadeiral. Madeira, palhinha, metal, século XIX. Pertenceu ao Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiroz. Coleção Brigadeiro Luiz Antonio – RG 1-05-02-000-00070-00-00.

Bibliografia

ABREU, Jean Luiz Neves. Difusão, produção e consumo das imagens visuais: o caso dos ex-votos mineiros do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 25, n. 49, São Paulo, 2005.

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*: memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/ Lapa, 1996.

ABUD, Katia Maria. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições*: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

ALBERTI, Samuel. Objects and the Museum. *Isis*, Chicago, v. 96, n. 4, p. 559-571, 2005.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Artes de mesa*: espaços, rituais e objetos em São Paulo Colonial. 2011. (texto digitalizado).

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 83-154.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*: ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALMADA, Márcia. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. *Pós*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 134-147, 2014.

ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate*: reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX. Jundiaí: Pacco, 2018, p. 17-40.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17. n. 2. p. 215-235. jul./dez. 2009.

ALMEIDA, André Ferrand de. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748). *Oceanos – A formação territorial do Brasil*, Lisboa, n. 40, p. 79-92, 1999.

ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e livros em Vila Rica*: 1750-1800. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVES NETA, Amélia Sabak. *A ciência da verdade:* história e escrita da história na obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1886-1943). 2018. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ALVES, Francisco José Soares. A tradição monóxila náutica em Portugal e no Brasil – achegas para um debate sobre problemáticas comuns. *IX Jornadas de Arqueologia Ibero-Americana – I Jornada de Arqueologia Transatlântica*. Lisboa, s./e., 2013, p. 1-40.

ALVES, Gilberto Luz. Aulas régias na capitania de Mato Grosso: um exercício preliminar de crítica historiográfica. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. *Instantes e memória na história da educação*. Brasília: Inep; Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 13-36.

AMORIM, Marcos Lourenço de. *O "segundo Eldorado" brasileiro. Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Araritaguaba a Cuiabá (1719-1838)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

ANAIS da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v. 74, 1953.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobe a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANHEZINI, Karina. Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 51-70, 2003.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Fiat Justitia*: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). 2005. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 129-160, jan./dez. 2004.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2006.

ARAUJO, Renata Malcher de. Nem eles tal vila queriam, nem pediam: a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a estruturação da capitania das Minas de Cuiabá e Mato Grosso. In: SOUSA, Avanete Pereira de; REINATO, Eduardo José; JESUS, Nauk Maria de (orgs.). *Para além das Gerais:* dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa: Bahia, Goiás e Mato Grosso. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p. 21-66.

BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa. *Debret e o Brasil* – Obra Completa. 4ª ed., Rio de Janeiro: Capivara, 2013.

BANDEIRA, Júlio; WAGNER, Robert. *Viagem pelo Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2000.

BAYEUX, Glória. *O móvel da casa brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 1997.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo***.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate. *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. 1, p. 1-14, 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BILAC, Olavo. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 10 vol.

BOGUS, Ricardo Nogueira. O projeto museográfico da exposição Cartografia de uma história – São Paulo colonial: mapas e relatos. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 17, n. 1, p. 17-33, jun. 2009.

BONATO, Tiago. *Viagens do olhar:* relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro (1783-1822). Guarapuava: Ed. Unicentro, 2014.

BORGES, Luiz Adriano. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. *Almanack*, Guarulhos, n. 06, p. 61-80, 2º sem. 2013.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes et al. Trajetória e reconstituição digital de uma canoa do Museu Paulista – USP. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 27, p. 1-40, 2019.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa. In: *Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*. Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno, Belo Horizonte, 2019, p. 36-42.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil*: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda Editorial; Fapesp, 2010.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Affonso Taunay e a construção de *Relatos monçoeiros*. In: CINTRA, Jorge Pimentel; SCHNEIDER, Alberto Luiz; BEIER, José Rogério (Org.). *Affonso Taunay e o Museu Paulista*: um projeto de memória (1917-1945). Jundiaí: Paco, 2021, p. 135-164.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Artefatos e práticas sociais em torno das refeições (São Paulo, sécs. XVIII e XIX). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, p. 101-137, 2016.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. As salas do Museu em 1922. In: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; MARINS, Paulo César Garcez (orgs.). *Memórias da independência*. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo; Edusp, 2022, p. 105-113.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. D. Antonio Rolim de Moura's Journey do Mato Grosso (1751): from manuscripts to printed editions. *Espacio, tiempo y forma. Serie IV. Historia Moderna*, n. 35, p. 43-70, 2022.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25, p. 199-225, 2017.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito*: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX). São Paulo: Alameda Editorial, 2009, p. 229-253.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Hercule Florence, Afonso Taunay e sala das monções no Museu Paulista (1944-1947). In: NASCIMENTO, Ana Paula; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (orgs.). *Museu Paulista e as memórias de narrativas de Aimé-*

-*Adrien Taunay e Hercule Florence*. São Paulo: Museu Paulista/ Instituto Hercule Florence, 2021, p. 175-243.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*: História e Cultura Material, v.18, n.1, p. 11-41, jan./jun. 2010.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Perspetivas sobre a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu. *MIDAS*, Évora, v. 10, n. 10, p. 1-22, 2019.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Pousos, feitorias e varadouros na configuração territorial da América portuguesa. In: MEGIANI, Ana Paula; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.). *Traços*: da obra de Laura de Mello e Souza. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2021, p. 109-140.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; BORTOLETTO, Anna Beatriz Corrêa. Negócios de comerciantes do oeste da capitania de São Paulo. In: SPOSITO, Fernanda et. al. (orgs.). *Histórias de São Paulo*: construções e desconstruções: período colonial. São Paulo: Edusp, 2023, v. 1, p. 119-134.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; CASSEMIRO, Igor Alexandre Silva. Papéis em circulação na capitania de São Paulo (século XVIII): apontamentos preliminares. *Domínios da imagem*, Londrina, v. 14, n. 17, p. 117-149, 2020.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; FÉLIX, Rogério Ricciluca Matiello. Ambientes domésticos e dinâmicas sociais em São Paulo colonial. *Revista de História*, São Paulo, v. 175, p. 91-132, 2016.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; NASCIMENTO, Ana Paula. Monçoeiros ou bandeirantes no rio Tietê? Representações visuais no Monumento às Monções e no brasão de Porto Feliz. *História (São Paulo)*, [S. l.], v. 41, p. 1-23, 2022.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. Os percursos das Notícias Práticas das Minas de Cuiabá e Goiás na capitania de São Paulo (séculos XVIII-XX). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 266-291, 2019.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. São Paulo. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo Garrido (orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil*: história, memória e historiografia. São Paulo: BBM, 2022, p. 880-881.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. Um comerciante lê livros: negócios e cultura escrita no interior da América portuguesa. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 141-172, 2021.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito:* una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BRANDÃO, Angela. Anotações para uma história do mobiliário brasileiro do século XVIII. *Revista CPC* (USP), São Paulo, vol. 9, p. 42-64, 2009-2010.

BRANDÃO, Angela. José Wasth Rodrigues e uma história da cultura material. In: *Anais do 6º Seminário de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.

BRAZIL, Maria do Carmo; DANIEL, Omar. Sobre a rota das Monções. Navegação fluvial e sociedade sobre o olhar de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 169 (438), p. 209-226, jan./mar. 2008.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Paradigma da história nacional? O Museu Paulista ao longo do século XX. In: *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2011, p. 136-154.

BREFE, Ana Cláudia. *Museu Paulista*: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp/ Museu Paulista-USP, 2005.

BRIGOLA. João. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial – os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 331-339.

BRITO, Clebson Luiz de; PROENÇA, Lara Muniz. A História do Futuro, de Padre Vieira, e a retórica do discurso messiânico. *Rétor*, v. 7, n. 1, 2017, p. 75.

BRUNO, Ernani da Silva. *O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio*: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 193-234, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na décima urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, v. 13, n. 1, p. 59-97, jan./jun. 2005.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O Paraíso Perdido*. São Paulo: Multifoco, 2014.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. [*S.l.*: *s.n.*], [*s.d.*], p.1.

CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império*: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, 4v.

CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Vida e biblioteca de José Barbosa de Sá. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados-MS, v. 17, n. 29, p. 97-119, 2015.

CÂNDIDO SANTOS, João Carlos. "Adiante rios de muita caça, mel e gavirobas": indícios de florestas culturais no ambiente monçoeiro (séculos XVIII e XIX). In: OLIVEIRA, Áxsel Batistella; FARIAS, Cezar Felipe Cardozo; PONTAROLO, Fábio; MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; GREGORY, Julia Leite; SILVA, Marcio Antônio Both da. (orgs.). *História do Mundo Rural*: estudos coloniais, agricultura e questões fundiárias. Marechal Cândido Rondon: ANPUH/PR, 2021, p. 29-48.

CANOVA, Loiva. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. *Coletâneas de Nosso Tempo*, v. 8, n. 8, p. 75-86, 2008.

CANTI, Tilde. *O móvel no Brasil*: origens, evolução e características. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. "Com despesas próprias a bem do Real Serviço": funcionários, colonos e a defesa da fronteira no extremo oeste da América portuguesa, c.1750-1800. *História*, Franca, v. 33, n. 1, p. 171-194, jun. 2014.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Entre rios e impérios*: a navegação fluvial na América do Sul (século XVIII). São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800). *Antíteses*. Londrina, v. 4, n. 8, p. 595-630, jul./dez. 2011.

CARVALHO, Paula Carolina de Andrade. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 105-152, 2014.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 27, n. 46, p. 443-469, jul./dez. 2011.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato*: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. *Anais do Museu Paulista*, vol. 8/9, n. 9, p. 293-324, 2003.

CASSEMIRO, Igor Alexandre Silva. A trajetória de um relato: 'Divertimento Admirável' ao longo dos séculos (XVIII-XXI). In: *Anais da 73ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Jornada Nacional de Iniciação Científica*. Juiz de Fora, 2021.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, nº 5, p. 93-124, jan./jun. 2003.

CASTRO, Marcia de Moura. *Ex-votos mineiros*: as tábuas votivas no ciclo do ouro. Belo Horizonte: Expressão e Cultura, 1994.

CATÁLOGO da exposição de história do Brasil, introdução de José Honório Rodrigues, apresentação e organização de Ramiz Galvão. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocler. *Ser historiador no século XIX:* o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHAVES, Otávio Ribeiro Chaves. Representações da paisagem da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, com base na escrita do governador e capitão-general Antonio Rolim de Moura Tavares (século XVIII). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl-Heinz Arenz (orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. Belém: Editora Açaí, 2014, p. 148-161.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Bandeirantes na contramão da História: um estudo iconográfico. *Projeto História*, São Paulo, v. 24, p. 307-335, 2002.

CINTRA, Jorge Pimentel; SCHNEIDER, Alberto Luiz; BEIER, José Rogério (org.). *Affonso de Taunay e o Museu Paulista*: um projeto de memória (1917-2017). Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

CLEMENTINO, Kleber, Heródoto de mentirinha: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e seu diálogo com as obras dos séculos XVII, XVIII e XIX. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 36, p. 128-152, jul./dez. 2018.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A produção e a conservação das cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio, como problemática de análise. *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. 1, p. 1-10, 2015.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Estudo e edição da "Relaçaõ da marcha que fiz para o Cuyaté (...)" escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha, em 1779. *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n. 176, p. 1-29, 2017.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, parte 1, tomo 1, 1950.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, t. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009.

CORTESÃO, Jaime. *Portugal – A Terra e o Homem*. Lisboa: Artis, 1966.

COSTA, Eduardo. *Arquivo, poder, memória*: Herman Hugo Graeser e o Arquivo fotográfico do Iphan. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no "Inventário" da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, v. 14, n. 1, p. 131-158, 2012.

COSTA, Lucio. Notas sobre a evolução do mobiliário brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 149-162, 1939.

COSTA, Maria de Fátima Gomes. *História de um país inexistente:* o pantanal ente os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999.

DARNTON, Robert. A história da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros*: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: Edusp, 2011.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1831). São Paulo: Martins Editora, 1940.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas*: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DIAS, Eurico Gomes. Tudo aquilo que passa são apenas alegorias: o Anno Historico, Diario Portuguez... [1714-1744]. *Mátria Digital*, n. 3, p. 259-269, nov. 2015 – out. 2016.

DINIZ, José Nilo Bezerra. Representação do Tietê na Historiografia Paulista. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 2, p. 126-140, 2013.

DOMINGUES, Beatriz Helena. A Filosofia e Ciência Modernas nos escritos do Padre Simão de Vasconcelos. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 105-139, 1999.

DUARTE, Luiz Fagundes. *Os palácios da memória:* ensaios de crítica textual. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. Resenha. *Revista de História*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 441, 1951.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022.

ENTREVISTA de José de Barros Martins. *FLAN*: O Jornal da Semana. Rio de Janeiro, ed. 34, p. 38-39, 1953.

FERNANDES, Antônia Terra de Calazans. *Memórias de ofício*. Tese de doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002

FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime*: poderes e sociedades. Lisboa, 2005, p. 1-13.

FERREIRA, Mario Clemente. O conhecimento da área de fronteira entre Mato Grosso e a América Espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de; VARGAS, Héctor Mendoza. *Mapas de metade do mundo: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos, séculos XVI ao XIX*. Lisboa, Universidade de Lisboa; Cidade do México, Universidade Autónoma do Mexico, 2010, p. 267-297.

FERREIRA, Mario Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia, *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, nº 37, p. 51-69, jan./jun. 2007.

FERREIRA, Roquinaldo. A primeira partilha da África: decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro (ca.1637 - ca.1700). *Varia Historia.* Belo Horizonte, v. 26, nº 44, p. 479-498, jul/dez 2010.

FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade*: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FERREZ, Helena Dodd & BIANCHI, Maria Helena Bianchi. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1987.

FIGUEIREDO, Beatriz Helena Ramsthaler. *Os ex-votos do período colonial*: uma forma de comunicação entre pessoas e santos (1720-1780). Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De Apóstolo do Brasil a santo: a consagração póstuma e a construção de uma memória sobre o padre jesuíta José de Anchieta. *Revista Locus*: *revista de história*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 339-364, 2015.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Ofícios, manufaturas e comércio. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002.

FLEXOR, Maria Helena. Mobiliário baiano: questão de nomenclatura. In: BESSA, Pedro Pires (org.). *Integração latino-americana*. Juiz de Fora: UFJF; Belo Horizonte: FAPEMIG, 1993, p. 323-327.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, 2007.

FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno [1749]. In: *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhe são vizinhas*. Lisboa, v. 4, n. 1, 1826.

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 352-390, 1866.

FRANCHETTI, Paulo. Olavo Bilac e a unidade do Brasil republicano. *Sibila - Revista de poesia e crítica literária*, São Paulo, ano 18, 2009.

FRANCO, Carlos. A sala de jantar nas casas de Lisboa: 1750-1825. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: UCE; CITAR, 2011, p. 91-106.

FRANCO, Carlos. *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

FRANCO, Carlos. O quarto de dormir e as artes decorativas em Lisboa. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (org.). *Matrizes para investigação das artes decorativas*. Porto: Citar, 2010.

FRANÇOZO, Mariana. 'Dressed like an Amazon': The transatlantic trajectory of a red feather coat. In: HILL, Kate (org.). *Museum and biographies*: stories, objects, identities. Newcastle: Boydell Press, 2012, p. 187-199.

FREIRE, Fernanda Castro. *Mobiliário I*. Móveis de assento e de repouso. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo, v. I, 2001.

FREIRE, Fernanda Castro. *Mobiliário II*. Móveis de conter, pousar e de aparato. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2002.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. A santidade no discurso: a construção de uma identidade missionária jesuíta no século XVII. *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, v. 2, n. 1, p. 24-40, 2014.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. Como fazer um santo: as biografias devotas como estratégia de canonização no século XVII. *Ideias*, Campinas-SP, v. 6, n. 2, p. 169–193, 2016.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. *Divulgar a biografia de um santo*: os usos e as apropriações da figura de José de Anchieta no Brasil e na Europa (século XVII). 2016. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, jul. 1993.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. *Memória em rede*, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, 2015.

GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs.). *Patrimônio Cultural*: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2012, p. 145-158.

GONÇALVES, Marina Furtado. *Fazer e usar papel*: caracterização da documentação avulsa da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro (1750-1800). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

GONÇALVES, Victor Hugo Florenzano Vidal. A trajetória de 'Divertimento admirável': homens, ideias e contextos. In: *Anais do 28º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP*. São Paulo, 2020.

GOODMAN, Dena. Furnishing discourses: readings of a writing desk in eighteenth-century France. In BERG, Maxine; EGER, Elizabeth. *Luxury in the eighteenth century*: de-

bates, desires and delectable goods. Houndmills, Balsingstoke, Hampshire: Palgrave, 2003, p.71-83.

GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn (orgs.). *Furnishing the eighteenth century*: what furniture can tell us about European and American past. Taylor Print, 2007.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo:* história de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O periódico de uma *société savante*: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*, *[S. l.]*, v. 14, n. 25, p. 37-49, 2012.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1998.

HAHN, Hans Peter; WEISS, Hadas (orgs). *Mobility, meaning & transformations of things*: shifting contexts of material culture through time and space. Oxford: Oxbooks, 2013.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil:* sua história. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho*: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

HANSEN, João Adolfo. Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira. *Teresa revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 8/9, p. 264-299, 2008.

HELLMAN, Mimi. Furniture, sociability, and the work of leisure in eighteenth- century France. *Eighteenth-century Studies*. vol. 32, n. 4, p.415-445, 1999.

HESSEL, Rodolfo Jacob. *Iconografia Monçoeira*: imagens e ideologia. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Bandeiras e monções. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*: escritos coligidos: livro II – 1950-1979. São Paulo: Editora Unesp/ Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 151-155.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4ª ed. Organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IMIZCOZ BEUNZA, José Maria. *Redes familiares y patronazgo*: aproximación al entremado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco – Serviço Editorial, 2001.

INVENTÁRIOS e testamentos. São Paulo: Divisão de Arquivos do Estado, v. 15, 1921.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.

JESUS, Nauk Maria de. A administração da justiça: ouvidores e regentes na fronteira oeste da América portuguesa. In: GUEDES, Roberto (org.). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português*: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc. XVII - XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 173-187.

JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

JOBIM, Leopoldo Coller. *Notas para um estudo de historiografia colonial*. *Estudos Ibero-Americanos*, [S.l.], p. 249-279, 1982.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.22, n. 43, p. 141-161, 2009.

KALIL, Luis Guilherme Assis. *A conquista do Prata*: análise da crônica de Ulrico Schmidl. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos:* historiografia acadêmica luso-americana. São Paulo: Hucitec, 2004.

KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 70-80, jan.-jun. 2007.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1972.

KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. *19&20*, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, p. 1-12, out./dez. 2010.

KNAUSS, Paulo. Do Academicismo ao Art Déco: arquitetura e escultura pública no Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 170, n. 444, p. 379-391, jul.-set. 2009.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas. In: APPADURAI, Arjun (org). *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008, p. 89-123.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *A casa e a "trastaria"*: história e iconografia de interiores de moradias da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Dissertação (mestrado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

LARA, Silvia Hunold; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (orgs.). *Guerra contra Palmares:* o manuscrito de 1678. São Paulo: Chão Editora, 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEMOS, Carlos. A. C. *Casa paulista*: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999.

LEMOS, Carlos. A. C. Notas sobre a cultura material e o cotidiano em São Paulo dos tempos coloniais. In: FERNANDES, P. P. (org.). *História da Cidade de São Paulo*, 1: A cidade colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 179-189.

LEMOS, Carlos. A. C. Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais. In: FERNANDES, Paula P. (org.). *História da Cidade de São Paulo*, 1: A cidade colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 145-177.

LIMA JÚNIOR, Carlos. Da pena ao pincel: o passado paulista (re)criado nas encomendadas de Afonso Taunay a Oscar Pereira da Silva. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo v. 26, p. 1-40, 2018.

LIMA JÚNIOR, Carlos. *Um artista às margens do Ipiranga*: Oscar Pereira da Silva, o Museu Paulista e a reelaboração do passado colonial. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2015.

LIMA, Luís Filipe Silvério. Sermões do padre Antônio Vieira. *Brasiliana Digital*, 2010.

LIMA, Solange; CARVALHO, Vânia Carneiro de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.1, p. 147-178, 1993.

LIMA, *Tânia Andrade. Chá e simpatia:* uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.5, n.1, p. 93-129, 1997.

LINDLEY, Thomas. *Narrativas de uma viagem ao Brasil (1802-1803)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

LINS, Marcelo; RIOS, Carlos. Canoas monóxilas da Lagoa de Extremoz, RN, Brasil. *Fumdhamentos*, São Raimundo Nonato, v. XIII, p. 94-107, 2016.

LISANTI, Luis. *Negócios coloniais*: uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973.

LISBOA, João Luís et. al. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Évora: Publicações do CIDEHUS; Edições Colibri; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

LISBOA, Karen. *A nova Atlântida de Spix e Martius*: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo:* uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004.

LOSE, Alicia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista da ABRALIN*, n. 16, v. 2, p. 71-86, 2017.

LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In VENTURA, Maria da Graça (coord.). *Os espaços de sociabilidades na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Americana, 2004, p. 95-120.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (1808-1818). São Paulo, Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia Editora, 1975.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo e Notícias dos annos em que se descobrio o Brazil*. 3ª ed.

Estudo e notas por Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog irmãos, 1920.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade*: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830). Lisboa: Horizonte, 1992.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Luxo e distinção*: 1750-1830. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. As descrições escritas e a identidade do Brasil: séculos XVI-XVIII, *Revista USP*, São Paulo, n.45, p. 26-37, mar./maio 2000.

MARANHO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada*: níveis de vida em São Paulo do século XVII. Bragança Paulista: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. As estratégias de cortesia no Rio de Janeiro setecentista: as cartas do marquês do Lavradio. *Cadernos do CNLF*, v. X, n. 9, p. 1-6, 2006.

MARINS, Paulo César Garcez (org.). *Passados imaginados*. São Paulo: Edusp/ Museu Paulista da USP, 2022.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula*: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, 2v.

MARINS, Paulo César Garcez. Bandeirantes em azul e branco: representações de sertanistas paulistas em painéis azulejares no século XX. *III Congresso da Associação de Brasilianistas na Europa* (ABRE), painel Imagens e visualidades no Brasil. Séculos XVIII--XX, 2021. Comunicação oral.

MARINS, Paulo César Garcez. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. *Revista IEB*, São Paulo, v. 44, p. 77-104, 2007.

MARINS, Paulo César Garcez. O museu da paz: sobre a pintura histórica no Museu Paulista durante a gestão Taunay. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *O Museu Paulista e a gestão de Afonso Taunay*: escrita da História e Historiografia, séculos XIX e XX. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017, p. 157-181.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 6/7, p. 9-36, 1998-1999.

MARINS, Paulo César Garcez. *O sobrado do Brigadeiro*: domesticidade, sociabilidade e cultura material na residência urbana de uma fortuna do açúcar. (texto apresentado no I Seminário de História do Açúcar – Canaviais, Engenhos e Açúcar: história e cultura material, 02 de dezembro de 2005).

MARINS, Paulo César Garcez. Uma personagem por sua roupa: o gibão como representação do bandeirante paulista. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 404-429, maio/ago. 2020.

MARINS, Paulo César. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In SETÚBAL, Alice (org.). *Terra Paulista*: histórias, arte, costumes. 2ª ed, São Paulo: CENPEC; IMESP, v. 1, 2008, p. 89-190.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão*: vida material e população no século XIX, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

MARTINS, José de Barros. Palavras do editor. In: *Catálogo da Biblioteca Histórica Paulista*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

MARTINS, Mariana Esteves. *A formação do Museu Republicano Convenção de Itu (1921-1946)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATTOS, Cláudia Valladão de. Da palavra à imagem. Sobre o programa decorativo de Affonso de Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 6/7, n. 1, p. 123-145, 2003.

MATTOS, Renato de. *Política e negócios em São Paulo*: da abertura dos portos à independência (1808-1822). São Paulo: Intermeios; Fapesp. 2019.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil (1807-1810)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Edusp, 2018.

MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos*: o exercício do poder e os interesses mercantis na Capitania/Província de São Paulo. 1765-1824. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MEIRELES, Maria Adelaide; CABRAL, Luís. Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 32, jan/jun 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ª ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, São Paulo, p.103-117, 1983.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes textuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 80-103, 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Rumo a uma "história visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bragança Paulista: Edusc, 2005, p. 33-56.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Michelli Scapol. *'Fundação de São Paulo', de Oscar Pereira da Silva*: trajetórias de uma imagem urbana. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

MONTEIRO, Michelli Scapol. *São Paulo na disputa pelo passado*: o monumento à Independência de Ettore Ximenes como lugar de memória. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar:* idéias e práticas no Império português. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 93-115.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Catilinária mineira: o Discurso da revolta de 1720 em Vila Rica. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra (orgs). *Maquiavel no Brasil*: dos descobrimentos ao século XXI. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Faperj; Companhia de Índias, 2015, p. 179-221.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O códice endiabrado:* interpretação do Discurso histórico, e político 1720-2020. 2020. Tese (Professor titular em História Moderna) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MORAES, A. J. M. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

MORAES, Julio. Laudo de estado de conservação para transporte. São Paulo: s./e., 2010.

MOTTA JÚNIOR, Cesário. Porto-Feliz e as monções para Cuyabá. *Almanach Litterario de São Paulo*. São Paulo: José Maria Lisboa, 1884.

MOURA, Assis Gentil de. O caminho do Paraguay a Santo André da Borda do Campo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 13, p. 165-180, 1911.

MOURA, Carlos Francisco. A contribuição naval à formação territorial do extremo oeste (Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul). *Navigator*. Subsídios para a história marítima do Brasil, [S.l], n. 20, p. 37-82, 1985.

MOURA, Carlos Francisco. *Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; biografia*. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1982.

MUSEU PAULISTA. *O Estado de S. Paulo*, p. 3, 28 jan. 1924.

NASCIMENTO, Ana Paula. Desenhos como intermediários no projeto de exposição de Taunay para o Museu Paulista: as aquarelas de José Domingues dos Santos Filho. In: *Anais do Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp*. Campinas: CMU, 2019. [p. 1-12].

NASCIMENTO, Ana Paula. Em imagens e em palavras: Hercule Florence e Afonso Taunay. In: NASCIMENTO, Ana Paula; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (orgs.). *Museu Paulista e as memórias das narrativas de Aimé-Adrien Taunay e Hercule Florence*. São Paulo: Museu Paulista da USP/ Instituto Hercule Florence, 2021, p. 278-341.

NASCIMENTO, Ana Paula. Entre a fricção e a serenidade, a caminho do interior: os painéis de Wasth Rodrigues no peristilo do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 27, p. 1-58, 2019.

NERY, Pedro. *Arte, Pátria e Civilização*: a formação dos acervos artísticos do Museu Paulista e da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1893-1912). Dissertação (Mestrado em Museologia) – Museologia, Universidade de São Paulo, 2015.

NEVES, Margarida de Souza. *Lugares de memória da medicina no Brasil*.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORMAS de Inventário. Mobiliário. Artes plásticas e artes decorativas. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.

NOTICIA e iustificaçam do titvlo, e boa fee com qve se obrou na Nova Colonia do Sacramento, nas terras da capitania de S. Vicente no sitio chamado de S. Gabriel nas margens do Rio da Prata. E Tratado Provisional sobre o novo incidente cauzado pelo Governador de Buenos Ayres, ajustado nesta Corte de Lisboa pelo Duque de Iovenaso Principe de Chelemar Embaxador Extraordinario de ElRey Catholico, com os Plenipotenciarios de Sua Alteza; approvado, ratificado, e Confirmado por ambos os Principes. Lisboa: na Impressaõ de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real Anno 1681.

NÚCLEO de Documentação e Informação Histórica Regional - UFMT. *D. Antônio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja; Correspondência*. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982.

NUNES, Monica Rodrigues. O folhetim no século XX em jornais paulistanos. *Atas do 34º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Recife: Intercom, 2011, p. 2.

NÚÑEZ CONTRERAS, Luis. *Manual de Paleografía*. Fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Cátedra, 1994.

O MONUMENTO a Olavo Bilac. Lançamento da primeira pedra. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 15.085, p.3, 26 abr. 1920.

OLIVAL, Fernanda. Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *História da vida privada em Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 244-275.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *Soberania e Conflito*: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo Polidori Villa Nova de. *'Fundação de São Vicente', de Benedito Calixto*: composição, musealização e apropriação (1900-1932). Dissertação (Mestrado em Museologia) – Museologia, Universidade de São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, George Gleyk Max de. *Estudos do papel e das filigranas e sua ocorrência em manuscritos dos séculos XVIII e XIX na capitania e província de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Línguas, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Marcela Marrafon de. *Paquequer, São Francisco e Tietê*: as margens dos rios e a construção da nacionalidade. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Indias*, Madrid, v. LXXV, n. 265, p. 681-710, 2015.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Roças, fazendas, engenhos, currais: uma cartografia da ruralidade colonial nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII). *Revista de História* (São Paulo), nº 173, p. 211-251, jul./dez., 2015.

PACHECO, Felix. *O valor imenso da Bibliotheca Brasiliense do Dr. J. Carlos Rodrigues (Coleção Beneticto Ottoni da Bibliotheca Nacional), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda na Europa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1930.

PAGÈS, Alain. A materialidade epistolar. O que nos dizem os manuscritos autógrafos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 67, p. 106-123, 2017.

PAIXÃO, Giselle Marques Leite. Sistema descritivo para acervos de mobiliário, contendo 923 vocábulos e 638 ilustrações. BARBUY, Heloisa (org.). *Instrumento para catalogação produzido para o Serviço de Objetos do Museu Paulista-USP*. São Paulo: MP-USP, 1999.

PAPAVERO, Nelson. Observações sobre a fauna e a flora na "Relação da Viagem, que fez o Conde da Azambuja da cidade de S. Paulo para a Villa do Cuyabá no anno de 1751 (cod-546 da Biblioteca Nacional de Portugal). *Arquivos de Zoologia*, v. 50, n. 2, p. 117-174, 2019.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. *A fauna de São Paulo nos séculos XVI a XVIII, nos textos de viajantes, cronistas, missionários e relatos monçoeiros*. São Paulo: Edusp, 2007.

PARDIM, Sonia Leni. *Imagens de um Rio*: Um olhar Sobre a Iconografia do Rio Tietê. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PEDREIRA, Jorge M. V. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PEREIRA, Clóvis. *Brazões e Bandeiras do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1933.

PEREIRA, Ione; PUHLL, João Ivo; CHAVES, Otávio Ribeiro. Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 32–59, jul./dez. 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; DENIPOTI, Claudio. Os diários de viagem do doutor Lacerda; a trama de referências no texto de um astrônomo paulista do final do século XVIII. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 346-377, jul./dez. 2016.

PEREZ SAMPER, María de los Ángeles. Espacios e prácticas de sociabilidad en el siglo XVIII: tertulias, refrescos y cafés de Barcelona. *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 26, p.11-55, 2001.

PÉREZ SAMPER, María de los Ángeles. La alimentación cotidiana en la España del siglo XVIII. In GARCÍA HURTADO, Manuel-Reyes. *La vida cotidiana en la España del siglo XVIII*. Madri: Sílex, 2009, p.11-55.

PETRUCCI, Armando. *Public lettering*: script, power and culture. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

PINTO, Augusto Cardoso & NASCIMENTO, João Felipe da Silva. *Cadeiras portuguesas*. Lisboa: Ed. dos autores, 1952.

PINTO, Pedro da Costa. *O móvel de assento português do século XVIII*. Lisboa: Mediatexto, 2005.

PITTA, Fernanda Mendonça. '*Um povo pacato e bucólico*': costume e história na pintura de Almeida Júnior. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2013.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasilianas, nas décadas de 1930, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Sumaré, 2001, p. 419-476.

PORTARIA 8, artigo 5º, letra B - Prefeitura de São Paulo, 6 de abril de 1949, apud LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 - A cidade aniversariante e a memória coletiva. O IV Centenário da Cidade de São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, v. 20, p. 308, abr. 2000.

POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento e a busca da definição de uma fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola (1680-1750). *Anais do VI Seminário de Estudos Urbanos e Regionais e III Colóquio Sobre as Cidades do Prata*. Pelotas, 2010, p. 9-30.

PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento*: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

PRESOTTI, Thereza Martha. A natureza dos rios nas Notícias Práticas das Minas de Cuiabá: a trilha das águas nos Pantanais do centro da América do Sul. *Textos de História*, Brasília, vol. 17, n. 1, p. 107-132, 2009.

PRESOTTI, Thereza Martha. *Na Trilha das Águas*. Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII). 2008. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Brasília, Brasília, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, n. 13, p. 78-87, 1992.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. Os ofícios mecânicos e artesanais em São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, n. 112, p. 575-588, 1977.

RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... E pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. Trad. Juliana Freire. *Revista Maracanan*, n. 13, p. 164-175, 2015.

RAMBELLI, Gilson; TOMAZELLO, Mário; CAMARGO, Plínio Barbosa de. A embarcação monóxila indígena de Bragança Paulista: uma análise arqueológica interdisciplinar. *Revista FESB*, Bragança Paulista, v. 1, p. 30-43, 2000.

RAMOS PALENCIA, Fernando. *Pautas de consumo y mercado en Castilla 1750-1850*. Economía familiar en Palencia al final del Antiguo Régimen. Madri: Sílex, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objetos do Caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 366-384, jul.-dez. 2011.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 4, p. 265-282, jan./dez. 1996.

REGISTO Geral da Camara Municipal de S. Paulo 1735-1742, vol. V. São Paulo: Typo graphia Piratininga, 1918, p. 462-465.

REGISTRO de uma ordem que se passou para o tesoureiro dos novos direitos dar 84$850 para Luiz Rodrigues Vilares que emprestou para se darem a Baltazar Ribeiro de Moraes

de ajuda de custo da jornada que fez em junho do ano passado por minha ordem às novas minas do Sertão do Cuiabá, *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. São Paulo: Archivo do Estado de S. Paulo, v. XII, 1901, p. 114.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo*: vila-cidade-metrópole. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004.

RELAÇÃO da chegada, que teve a gente e Mato Groço, e agora se acha em companhia do senhor D. Antonio Rolim desde o porto de Araritaguaba, até a esta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Lisboa: na Officina Silva, 1754.

RELAÇÃO da Viagem, que fez o Conde da Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 7, n. 25, p. 469-497, 1845.

REVISTA do Museu Paulista. São Paulo, t.14, 1926.

REVISTA do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mobiliário Nacional. Documentação fotográfica. Rio de Janeiro, n.1, 1937.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 148, ago. 2003.

RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar. "Arribadas maliciosas": redes comerciais no comércio de contrabando no porto de Buenos Aires, inícios do séc. XVII. *Antíteses*, [S.l.], v. 11, n. 22, p. 749–772, 2019.

RIBEIRO, Marília de Azambuja. A corte portuguesa e a campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira (séculos XVII-XVIII). In: FRANCO, José Eduardo; PEREIRA, Paulo Silva (orgs.). *Revisitar Vieira no século XXI*: cultura política e atualidade. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 389-413, 2020, v. 1.

RIBEIRO, Monica da Silva. *"Se faz preciso misturar o agro com o doce": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-1763)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RIOS, Carlos et al. A canoa monóxila pré-histórica da Lagoa de Extremoz, RN, Brasil. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 30, n. 1, p. 78-91, 2015.

ROBERTS, Lissa. The Circulation of Knowledge in Early Modern Europe: Embodiment, Mobility, Learning and Knowing. *History of Technology*, v. 31, p. 47-68, 2012.

ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris*: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Edusp, 2004.

RODRIGUES, José Wasth. *Descrições de mobiliário*. São Paulo: Museu Paulista, 1948.

RODRIGUES, José Wasth. *Mobiliário*: as artes plásticas no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, s./d.

RODRIGUES, José Wasth. Móveis antigos de Minas Gerais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 7, p. 70-96, 1943.

ROIZ, Diogo da Silva. Os projetos de escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930 e 1940. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 16, dez. 2013.

ROMEIRO, Adriana. O governo dos povos e o amor ao dinheiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 51, fasc. 1, p. 107-121, 2015.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROTEIROS e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804 (por) Marcelino Pereira Cleto (e outros). São Paulo: Governo do Estado, 1977.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Governantes e agentes. BETHENCOURT, Francisco Bethencourt; CHAUDURI, Kirti. *História da Expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. 3, p. 169-192.

SÁ, José Antônio de. *Elogio Fúnebre ao Ilmº e Exmº Senhor D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja*. Lisboa: Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1784.

SÁ, José Barbosa de. Relaçaó das povoaçoens do Cuyabá e Mato groso de seos principios thé os prezentes tempos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 5-58, 1901.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SALES, José Batista de. “O caçador de esmeraldas”, de Olavo Bilac: continuidade e rupturas na configuração de um gênero. *Signótica*, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 73, jan./jun. 2012.

SALGUEIRO, Valéria. *De pedra e bronze*: um estudo sobre monumentos. O monumento a Benjamin Constant. Niterói: EdUFF, 2008.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:* um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANTA MARIA, Padre Francisco de. *Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada das pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1714.

SANTOS, Andréa Maria Zabrieszach Afonso dos. *A Casa do Bandeirante como espaço museológico*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, José de Almeida. *Mobiliário artístico brasileiro*. São Paulo: Museu Paulista, 1963, 2v.

SANTOS, José de Almeida. O estilo brasileiro D. Maria ou colonial brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 319-335, 1942.

SANTOS, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. *Marcas de Água*: séculos XIV-XIX. Coleção TECNICELPA. São João de Ver: Rainho e Neves, 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto-Lei n. 13.489, de 30 de julho de 1943*. Abre, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Estado Educação e Saúde Pública, um credito especial de Cr$ 42.190.00, para ocorrer as despesas de montagem de novas salas do Museu Paulista, no corrente ano. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1943.

SARGENTSON, Carolyn. Inside the interior: furniture and its inner spaces in eighteenth--century France. In: ANSLEY, Jeremy; GRANT, Charlotte (eds.). *Imagined interiors: repre-*

senting the domestic interior since the Renaissance. London: New York: V & A Publications, 2006, p. 130-1.

SARMENTO, Therezinha de Moraes. Um preguiceiro no Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXI, p. 43-52, 1969.

SCARANO, Julita. *Fé e milagre*: ex-votos pintados em madeiras – século XVIII e XIX. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Capítulos de História Intelectual*: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SELA, Eneida Maria Mercadante. *Desvendando figurinhas*: um olhar histórico para as aquarelas de Guilhobel. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra:* o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERRANO, Gisella de Amorim. Memória e história na Reconquista do Brasil: Minas no Brasil. *Outros Tempos*, São Luís, v. 11, n. 18, p. 280-294, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Officina deSimão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*: editor, autores e temas. 2010. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Iuri Azevedo Lapa e. O envolvimento da Biblioteca Nacional no processo de demarcação de limites com a Guiana Francesa: os usos políticos de um acervo documental". *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 128, p. 9-44, 2008.

SILVA, Iuri Azevedo Lapa e. *Sobre papéis, trajetórias e dádivas: a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Jaqueson Luiz. "Leys da história", "estilo claro", "ordem e sucessão das cousas" na História do Futuro do Padre Antônio Vieira. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 82-105, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

SILVA, Matheus Alves Duarte. Circulação não é fluidez - Entrevista com Kapil Raj. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 2016.

SILVA, Valderez Antonio da. *Fantasmas do rio*: um estudo sobre a memória das monções no Vale do Médio Tietê. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, São Paulo, v. 158, p. 131-156, 2008.

SMITH, Robert C. *Pinturas de ex-votos existentes em Matosinhos e outros santuários portugueses*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1966.

SOUSA, António Caetano. Memorias historicas, e genealogicas dos grandes de Portugal, que contém a origem e antiguidade de suas familias: os estados, e os nomes dos que actualmente vivem, suas arvores de costado, as allianças das casas, e os escudos de armas, quelles competem, até o anno de 1754. Lisboa: Na regia officina Sylviana, e da Academia real, 1755, p. 595-596.

SOUZA, Carlos Celestino Rios e; LINS Jr., Hamilton Marcelo Morais. A evolução da canoa monóxila em Pernambuco, Brasil (séculos XVI ao XX). *Clio Arqueológica*, Recife, v. 31, n. 2, p. 61-62, 2016.

SOUZA, Jean Gomes de. As monções do historiador das bandeiras. Relatos monçoeiros, de Affonso d'Escragnolle Taunay (Livraria Martins Editora, 1953). In: NASCIMENTO, Ana Paula; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (orgs.). *Museu Paulista e as memórias das narrativas de Aimé-Adrien Taunay e Hercule Florence*. São Paulo: Museu Paulista/ Instituto Hercule Florence, 2021, p. 244-277.

SOUZA, Jean Gomes de. *As notícias correm*: estudo da trajetória histórica e edição das Noticias Praticas das Minas do Cuyabâ, e Guyazes Na capitania de São Paulo (séculos XVIII-XXI). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUZA, Jean Gomes de. Relatos monçoeiros (1953): um panegírico à "conquista do Brasil pelos brasileiros" através do Rio Tietê. *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 14, n. 27, p. 423-425, 2020.

SOUZA, Jean Gomes de. Um texto setecentista em três séculos: os conteúdos, as formas e os significados da *Noticia Primeira Practica*, de João Antonio Cabral Camello (XVIII-XX). *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, p. 1-43, 2020.

SOUZA, Jonas Soares de. A representação visual das monções. Itu, set. 2006.

SOUZA, Jonas Soares de. *Painéis de Azulejos do Museu Republicano "Convenção de Itu"*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Museu Paulista, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e Souza. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 41-81.

STYLES, John & VICKERY, Amanda (org.). *Gender, taste and material culture in Britain and North America, 1700-1830*. New Haven; Londres: Yale Center of British Art; Paul Mellon Centre for Studies of British Art, 2006.

SUANO, Marlene. Alfaias, apetrechos, tarecos, trecos: os móveis. In: MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de (org.). *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/ USP, 1992, p. 15-18.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle (org.). *Curso de bandeirologia*: conferências. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. À glória das monções. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20409, 28 abr. 1920.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. À glória das monções. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. LXXV, p. 126-141, 1979.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *À glória das monções*. São Paulo: Casa Editora "O Livro", 1920.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. A grande via secular de Oeste. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 117, n. 96, p. 2, 30 jan. 1944.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. A vida em Santo André da Borda do Campo (I a VI). *Correio Paulistano*, São Paulo, de 26 abr. 1917 a 31 maio 1917.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Ainda monções. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 172, p. 2, 1944.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Aspectos quinhentistas de S. Paulo (I a XIII). *Correio Paulistano*, São Paulo, de 8 fev. 1918 a 6 abr. 1918.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Assuntos de três séculos coloniais (1578-1790)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Autographo do Padre Anchieta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 52, n. 17.227, p. 5, 28 abr. 1926.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Carta de um passageiro da monção (1784). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 117, n. 190, p. 2, 14 maio 1944.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Carta de um passageiro da monção. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 117, n. 184, p. 2, 7 maio 1944.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Cartografia monçoeira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 123, n. 26, p. 2, 30 out. 1949.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Collectanea de mapas de cartografia paulista antiga*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Cousas de nossa terra. *Illustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 98, p. 28, out. 1928.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. D. Luis de Céspedes Xeriá e sua viagem I. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20.036, p. 1, 14 abr. 1919.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. D. Luis de Céspedes Xeriá e sua viagem II. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20.043, p. 1, 23 abr. 1919.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (1752-1826). *Annaes do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 257-272, 1925.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Diogo de Toledo Lara Ordonhes. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 117, n. 196, p. 2, 21 maio 1944.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Discurso de posse pelo Dr. Affonso d'E. Taunay. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 17, p. 89-94, 1913.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Galeria do Museu Paulista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 116, n. 208, p. 2, 06 jun. 1943.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1937.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Guia do Museu Republicano "Convenção de Itu"*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Hecatombe em marcha (sobre a viagem de Juzarte). *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 1943, p. 1, 10 jan. 1919.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1953].

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História das bandeiras paulistas*, t. 3. 2ª ed, São Paulo: Melhoramentos, 1961.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas*, t. X. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas*, t. XI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1950.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Iconografia das monções. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 116, n. 202, p. 2, 30 maio 1943.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Impressões de viagem (Cespedes Xeriá). *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20.063, p. 1, 14 mai. 1919.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Índios! Ouro! Pedras!* São Paulo: Melhoramentos, 1926.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Monções cuyabanas no século XVIII. Separata de TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas*, t. XI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1950.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Museu Paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 70, n. 22.863, p. 6, 24 mar. 1944.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Navegando para Cuiabá. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 2, 1944.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Notícias de São Paulo (1565/1820)* [2. ed. de Non Ducor, Duco; prefácio e notas de Odilon Nogueira de Matos]. Campinas: Departamento de História da Puccamp, 1980. p. 168).

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Novos paineis do Museu de Itu. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.2, 17 mar. 1946.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. O mappa de d. Luis de Céspedes Xeriá. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20.080, p. 1, 31 mai. 1919.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. O Museu Paulista. *Illustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, n. 28, 22 dez. 1922.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. O primeiro naturalista de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. X, p. 829-864, 1918.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Origem e expansão de S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 44, n. 14.531, p. 6, 11 out. 1918.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Outras aventuras de um artista malogrado: Adriano Taunay. *Habitat*: revista das artes no Brasil, São Paulo, n. 11, p. 38-43, 1953.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Paineis de Itu. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 maio 1945.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Pedro Taques (I a VIII). *Correio Paulistano*, São Paulo, de 5 mar. 1917 a 19 abr. 1917.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Prefácio. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. I, p. III, 1922.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Regresso de Juzarte. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.991, p. 1, 27 fev. 1919.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Telas e estátuas do Museu Paulista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 120, n. 174, p. 2, 27 abr. 1947.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Teotonio José Juzarte. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.895, p. 1, 22 nov. 1918.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Um assalto a Santos (séc. XVI) (I a IV). *Correio Paulistano*, São Paulo, de 23 jun. 1919 a 7 jul. 1919.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Um manuscripto sobre o Iguatemy: a jornada de Theotonio José Juzarte. *Annaes do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, p. 29-118, 1922.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Um naturalista igonorado (sobre Diogo de Toledo Lara Ordonhes). *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19572, p. 1, 2 jan. 1918.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Um naturalista igonorado I. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.564, p. 1, 24 dez. 1917.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Velho São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Viagem complicada (Cespedes Xeriá). *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20.047, p. 1, 27 abr. 1919.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Zoologia fantástica*. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

TERNAUX-COMPANS, Henri. *Voyages, relations et mémoires originaux pour server a l'histoire de la decouverte de l'Amérique. Histoire véritable d'un voyage curieux, fait par Ulrich Schmidel de Straubing*. Paris: Arthus Bertrand, 1837.

TOLEDO, Benedito Lima de. O Triângulo e a configuração de suas ruas e largos. In: INSTITUTO Moreira Salles (Org.). *Cadernos de Fotografia Brasileira*. São Paulo: 450 anos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2004, p. 360-380.

TOLLENARE, Louis François de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

TORRÃO Filho, Amílcar. *A arquitetura da alteridade*. A cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.

TRINDADE, Jaelson Bitran. O fantasma de Debret. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jan. 2008.

UHLE, Ana. Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 139-163, 2015.

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira*: jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-273.

VALENÇA, César. *A sala de jantar na segunda metade do século XIX*. Braga: Universidade do Minho; Museu Nogueira da Silva, 2002 (Catálogo de exposição).

VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret. A viagem mineralógica pela capitania de São Paulo realizada pelos naturalistas José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1820). *Revista Eletrônica Cadernos de História*, Ouro Preto, ano 7, n. 2, p. 189, dez. 2012.

VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva em sua fase portuguesa (1780-1819). *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo. v. 13, n.1, p. 207-234, jan./jun. 2005.

VASCONCELLOS, P. Simam. *Noticias cvriosas, e necessarias das covsas do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1668.

VASCONCELLOS, P. Simam. *Vida do veneravel padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv, tavmaturgo do Nouo Mundo, na Prouincia do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1672.

VASCONCELOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

VIANA, Helder do Nascimento. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 27, p. 1-44, 2019.

VICKERY, Amanda. An Englishman's home is his castle? Thereholds, boundaries and privacies in the eighteenth-century London house. *Past and Present*, 199, p. 147-173, May 2008.

VICKERY, Amanda. *Behind Closed Doors:* At Home in Georgian England. New Haven, London: Yale University Press, 2009.

VICKERY, Amanda. His and hers. In: VICKERY, Amanda. *Behind closed doors*: At home in Georgian England. New Haven, London: Yale University Press, 2009, p. 106-128.

VICKERY, Amanda. *The gentleman's daughter*: Women's lives in Georgian England. New Haven, London: Yale University Press, 2003.

VICKERY, Amanda. Women and the world of goods: a Lancashire consumer and her possessions, 1751-81. In: BREWER, John & PORTER, Roy. *Consumption and the world of things*. London: Routledge, 1994, p. 274-301.

VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno. Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 40, p. 400-419, 2016.

VIEYRA, Antonio. *Historia do Futuro*. Livro anteprimeyro. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718.

VIEYRA, Antonio. *Sermoens, e varios discursos*. Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes, 1710. Tomo XIV.

VILARDAGA, José Carlos. Na bagagem dos peruleros: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 127-147, 2017.

VILARDAGA, Jose Carlos. Vilas e cidades em trânsito: assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 01-28, 2021.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias da capitania de S. Paulo*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1935.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 258-303.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes*: reformas, censura e contestações. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

WARNIER, Jean-Pierre. *Construire la culture matérielle*. L'homme qui pensait avec ses droits. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

WEATHERILL, Lorna. *Consumer behaviour and material culture in Britain, 1660-1760*. Londres; Nova York: Routledge, 1988.

WERNECK, Gustavo. Canoa indígena construída em 1610 é encontrada em Minas Gerais. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte, 6 mar. 2015.

Mensagens eletrônicas

ARNOLD, Béat. *Le monoxyle du Museu Republicano à Itu*. Destinatário: Maria Aparecida de Menezes Borrego. [S. l.], 04 dez. 2016. 1 mensagem eletrônica.

BARBUY, Heloísa Silveira. *Re: Informações sobre Hermogenes Barbuy*. Destinatário: Maria Aparecida de Menezes Borrego. [S. l.], 11 maio 2020. 1 mensagem eletrônica.

FERREIRA, Mario Clemente. *Re: Identificação de mapas nas exposições*. Destinatário: Maria Aparecida de Menezes Borrego. [S. l.], 24 out. 2019. 1 mensagem eletrônica.

Agradecimentos

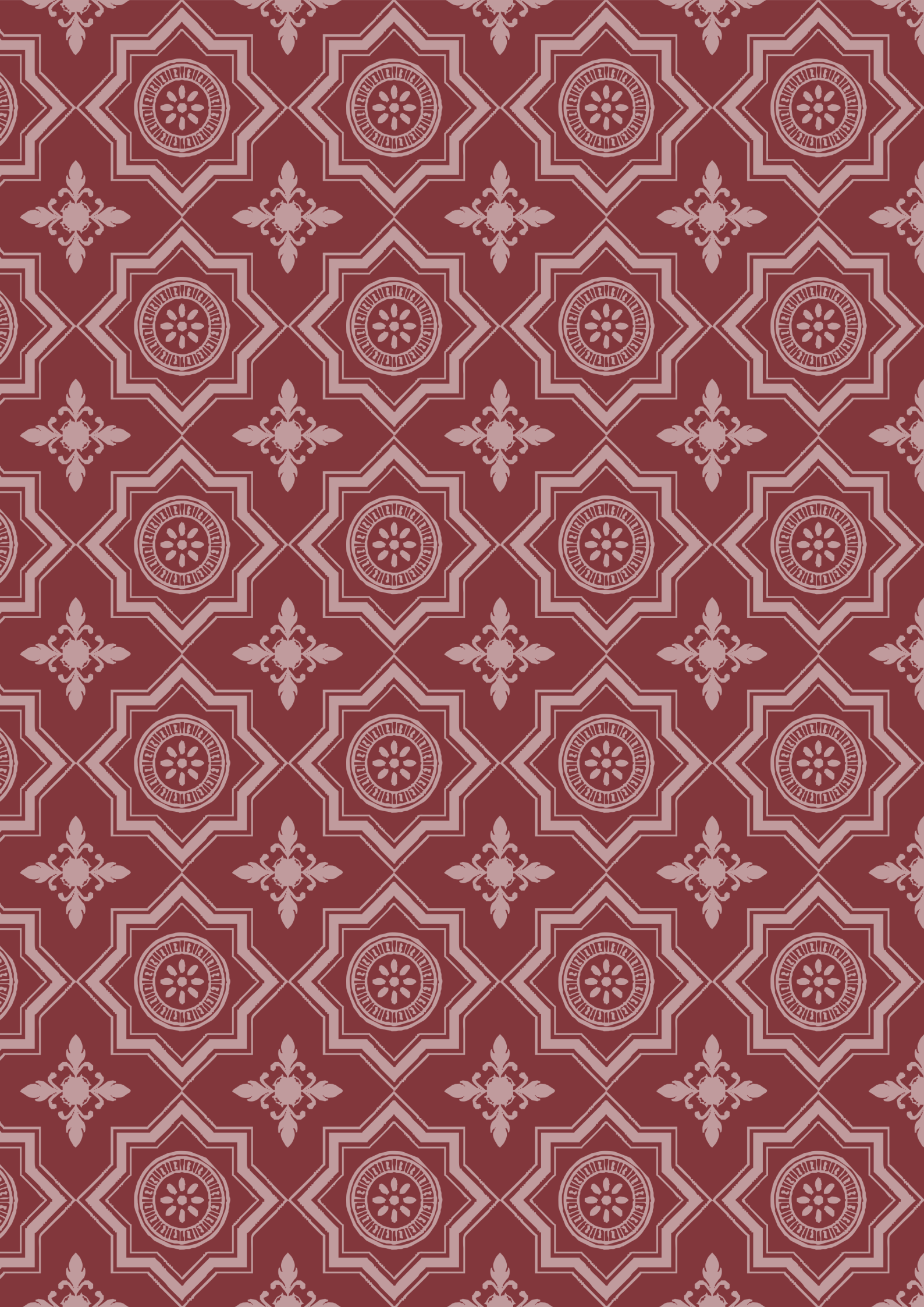
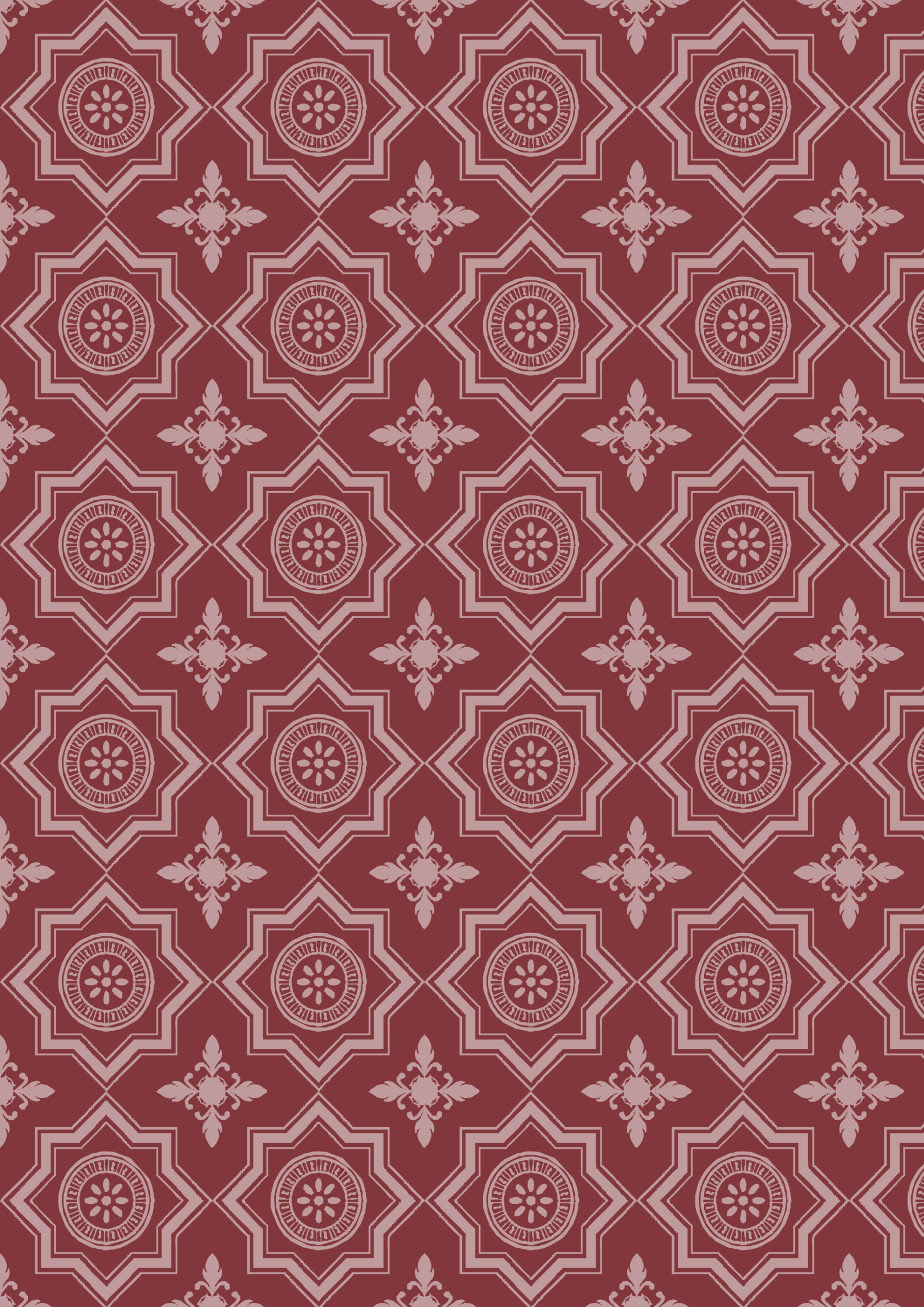
Um livro construído a partir de pesquisas ao longo de 15 anos é um trabalho que se faz no cotidiano do museu, da sala de aula, dos congressos, das reuniões de orientação, das trocas com colegas e amigos, como também, e muito, no dia a dia da vida familiar. O primeiro agradecimento vai para todas as pessoas que estiveram no meu caminho; que se dispuseram a ouvir um pouco da pesquisa e, por vezes, divulgá-la; que colaboraram com uma palavra de incentivo, com um aceno de concordância, com uma sugestão, com a busca de um documento, com um encaminhamento institucional.

Agradeço o apoio de meus colegas do Museu Paulista, em São Paulo e em Itu; de companheiros de longa data, Maria Alice Sampaio de Almeida Ribeiro, Gabriela Pellegrino Soares e Aldair Carlos Rodrigues; de meus orientandos Rogério Ricciluca Matiello Félix, Jean Gomes de Souza, João Carlos Cândido Silva Libardi Santos, Deborah Lavorato Leme, Igor Alexandre Silva Cassemiro e Victor Hugo Vidal Florenzano Gonçalves.

À minha família, agradeço o acolhimento e o amor de meus avós Cida e Walter, de meus sogros Marina e Waldyr que partiram há alguns anos, de minha irmã Cristina, de meus pais Nelly e Irandy. Thales, meu querido, continua comigo na mesma beira de estrada e no lado ensolarado que escolhi para caminhar. A André, meu adorado filho, só tenho palavras de gratidão por estar sempre junto de nós, pelo bom humor, pelo sorriso largo, pela bondade. A ele, este trabalho é dedicado.

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação:

Agência Empulssi

Contato@agenciaempulssi.com.br **@agenciaempulssi**

agenciaempulssi.com.br